

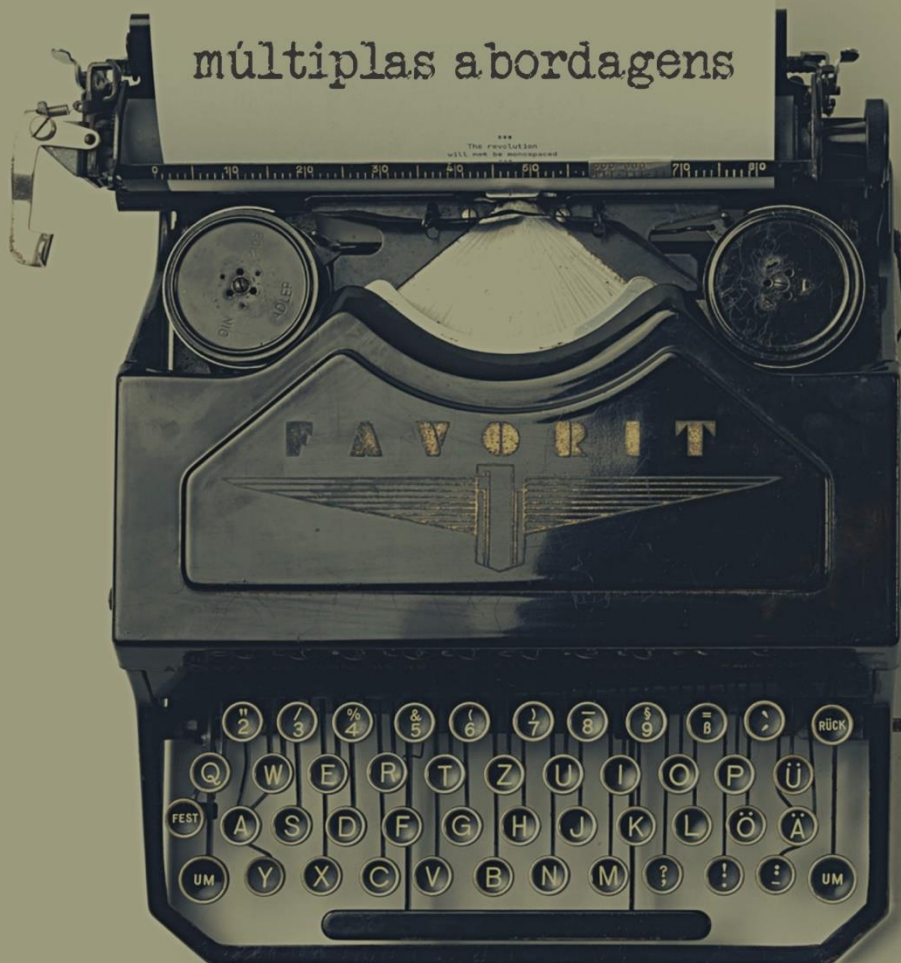
ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA

EDGAR AVILA GANDRA

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA EM MOVIMENTO



VOLUME 1


CASA LETRAS

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA

EDGAR AVILA GANDRA

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA EM MOVIMENTO

múltiplas abordagens



VOLUME 1



CASALETRAS
Porto Alegre
2020



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Expediente:

Capa e diagramação:
Thiago Cedrez da Silva

Editor:
Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)
Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)
Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H67399 História em movimento: múltiplas abordagens / Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra e Elvis Silveira Simões (Orgs.) [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora Casalettras, 2020.

308p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-86625-09-7

1. História - 2. Historiografia - 3. Temas de historiografia - I. Silva, Thiago Cedrez da - II. Gandra, Edgar Ávila - III. Simões, Elvis Silveira IV. Título.

CDU: 98(0499)

CDD:981



EDITORA CASALETTRAS

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com
www.casalettras.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra, Elvis Silveira Simões 6

1.A HISTORIOGRAFIA COLONIAL "VISTA DE BAIXO": AMEAÇA, UMA ABORDAGEM NOVA OU COMPLEMENTAR À HISTÓRIA "VISTA DE CIMA"?

Agata Bloch 10

2. OS FILMES SOBRE O NEGRO BRASILEIRO PODEM DIALOGAR COM OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?

Antônio Barros de Aguiar 26

3. A CARTA DE JOÃO PEIXOTO VIEGAS (1655) E AS IMPLICAÇÕES DE ANÁLISE LINGUÍSTICA E HISTORIOGRÁFICA

Antonio Marcos de Almeida Ribeiro 36

4. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS SENTIDOS HISTÓRICOS.

Bruna Carneiro de Oliveira, Patrícia Ribeiro Feitosa Lima 45

5. MACUNAÍMA: O MODERNISMO E A ERA VARGAS

Gisela Nathália Bueno Nunes, Carolina Ramos de Souza 56

6. O NEGRO EM VICENTE SALLES: HISTÓRIA, IDENTIDADE E ASPECTOS CULTURAIS

Cleudson Ricardo Paz Guimarães 67

7. IMPERIALISMO EM IMAGENS: CONSTRUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS ATRAVÉS DO LIVRO DIDÁTICO

Matheus Jerônimo Henrique Lopes, Cleyton Antônio da Costa 85

8. ESTUDOS DE GÊNERO E NEGRITUDE: EVIDENCIANDO A TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA LOURENCIANA

Deise Beatriz Soares Melo 95

9. NOVAS FORMAS DE FALAR SOBRE A AIDS A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES HOMOERÓTICAS BRASILEIRAS

Fábio Ronaldo da Silva, Raquel da Silva Guedes, Alexandre Cesar Oliveira Torres 105

10. AS RELAÇÕES ENTRE CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO NO BRASIL

Felipe Euzébio Brandão dos Santos 118

11. UM BARRACO PARA MORAR, UMA HISTÓRIA A CONTAR: TRAÇOS AUTOBIOGRÁFICOS CONTIDOS NA OBRA NA LAMA PROMETIDA, A REDENÇÃO, DE GRAÇA ANDREATA (1987)

Igor Vitorino da Silva 128

12. DO NEGRO AO AFRICANO COMO PARTICIPES NAS LIBERDADES

Isaías Mucindo Armando Mate 143

13. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Claudivan Pereira de Sousa, João Carlos Marinho da Silva 158

14. A AMEAÇA DO DESCONHECIDO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO CINEMA DE FICÇÃO CIENTÍFICA DOS EUA DURANTE A GUERRA FRIA (1953-1956)	
Jorge Cedrez Vernetti, Thiago Cedrez da Silva	170
15. AYÁBAS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS, UM OLHAR SOBRE A DÉCADA DE 1980	
Juliana Alves de Sousa	183
16. A GRILAGEM DE TERRAS FACE AO <i>LAND GRABBING</i>: NOTAS PARA UMA HISTÓRIA TRANSNACIONAL DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL (1964-1985)	
Júlio Ernesto Souza de Oliveira	191
17. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL: ESTUDO DOS LOCAIS HISTÓRICOS DA CIDADE DE INHAMBANE	
Mussá Abdul Remane, Hélio Clemente Julião, Dalva Carlos Maiela, Odélio Emídio Nhiuane	201
18. APRENDIZAGEM E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: A TEORIA DE JORN RÜSEN	
Nikolas Corrent	212
19. O ENSAIO BIOGRÁFICO COMO MÉTODO DE PESQUISA EM HISTÓRIA: ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES	
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa	220
20. GOVERNAÇÃO E INCLUSÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: UMA REFLEXÃO À LUZ DOS IDEAIS DE MONDLANE E DO ARTIGO 35 DA LEI 1/2018 DE 12 DE JUNHO.	
Paulo Jacob Inguane.....	235
21. DO CONTRIBUTO DA MISSÃO SUÍÇA AO PERCURSO DE EDUARDO MONDLANE NO NACIONALISMO MOÇAMBICANO	
Rafael Herculano Madime	245
22. A RECEPÇÃO AOS VIAJANTES NO ORIENTE PRÓXIMO: <i>EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)</i>	
Sofia Alves Cândido da Silva, Jorge Luiz Voloski, Jaime Estevão dos Reis	254
23. ENTRE A BIOGRAFIA E A LITERATURA: A ANÁLISE DA MANIPULAÇÃO SIMBÓLICA DAS ESTÁTUAS DE ANTÍNOO PELO IMPERADOR ROMANO ADRIANO EM HISTÓRIA AUGUSTA E EM MEMÓRIAS DE ADRIANO	
Thayenne Roberta Nascimento Paiva	266
24. GUASQUEARAM A MÃE COM UM PICÃO E A FILHA UM RELHO DE FERRO, POR UM BOM CAVALO, UM VESTIDO, QUATRO VACAS MANSAS, QUATRO ONÇAS E UM CRIME PASSIONAL?	
Vinicius Cardoso Nunes	281
25. COUTO DE MAGALHÃES: HOMEM PÚBLICO E INTERIORIDADE PESSOAL – O SÉCULO XIX E A MORAL REPRESSIVA NA INTIMIDADE DOS DIÁRIOS	
Weverson Cardoso de Jesus, Wildson Cardoso Assunção	298
SOBRE OS ORGANIZADORES	308

APRESENTAÇÃO

História em Movimento reúne uma série de pesquisas que pensa o conhecimento histórico como uma entrelaçada teia de relações sócio-históricas. Apresentando uma forma reflexiva de enxergar o passado “vivo”. Passado que se efetiva no presente na medida em que manifesta em movimento nas nossas relações cotidianas.

Foram reunidas diferentes perspectivas de pesquisas com o telos de criar um mosaico de estudos históricos que permitem apresentar, numa única obra, diferentes aspectos da historiografia, metodologia e teoria da história. Neste sentido, foram selecionados ensaios sobre os seguintes temas: patrimônio, memória, ensino e aprendizagem de história. No total de 50 artigos, organizados em dois volumes, com 25 artigos em cada um deles.

Esta coletânea, *História em Movimento* Volume 1, é composta pelos seguintes artigos:

1º - “*A historiografia colonial ‘vista de baixo’: ameaça, uma abordagem nova ou complementar à história ‘vista de cima’?*” de autoria da pesquisadora Agata Bloch. Neste artigo, a autora apresenta uma análise das mudanças ocorridas na historiografia internacional, sua pesquisa visava extrair as vozes dos subalternos, daqueles habitavam na margem da sociedade.

2º - “*Os filmes sobre o negro brasileiro podem dialogar com os livros didáticos de história?*”, de autoria de Antônio Barros de Aguiar. No artigo, o autor apresenta uma discussão sobre a distribuição e consumo dos livros didáticos, analisando a complexidade de produção, escolha, avaliação. Desta forma, seu estudo tem como fim verificar se os boxes das coleções *História, Sociedade & Cidadania* e *Vontade de Saber: História* dos anos finais (6º ao 9º Ano) do ensino fundamental, aprovadas pelo PNLD entre 2015 e 2018, apresentam indicações de filmes sobre o negro brasileiro que podem ou são utilizados em práticas didáticas no cotidiano escolar. Ademias, busca observar se estes livros estão presentes nos manuais dessas coleções, metodologias que orientem na utilização dos filmes em sala de aula.

3º - “*A carta de João Peixoto Viegas (1655) e as implicações de análise linguística e historiográfica*”, de Antonio Marcos de Almeida Ribeiro. Neste artigo, o autor examinou o subgênero carta oficial de João Peixoto Viegas, ancorando-se nas metodologias de abordagem da histórica, linguística textual e da análise do discurso. Estabelecendo as distinções e proximidades entre as três abordagens, mas demonstrando uma plausível inter-relação entre os modelos de análise.

4º - “*Juventude, educação e trabalho: os sentidos históricos*”. No artigo de Bruna Carneiro de Oliveira e Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, as autoras buscaram discutir as bases históricas do uso do trabalho dos jovens. Bem como, a relação com as permanências e rupturas das principais políticas públicas voltadas para a juventude no contexto contemporâneo.

5º - “*Macunaíma: o modernismo e a era Vargas*” de Gisela Nathália Bueno Nunes e Carolina Ramos de Souza. A autora apresenta uma análise da obra *Macunaíma – O herói sem caráter nenhum* (1928), de Mário de Andrade. Articulando uma reflexão sobre a rapsódia de *Macunaíma* como instrumento de representação da identidade nacional. Ressaltam, também, a valorização da miscigenação durante o governo de Getúlio Vargas.

6º - “*O negro em Vicente Salles: história, identidade e aspectos culturais*” de Cleudson Ricardo Paz Guimarães. Na obra, discute-se na historiografia brasileira o papel do escravo negro na construção social de nosso país. Enfatizando na importância do negro para a História e identidade cultural paraense, tendo como fonte de pesquisa a obra do antropólogo e folclorista Vicente Salles: *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*.

7º - *“Imperialismo em imagens: construção de saberes históricos através do livro didático*, de Matheus Jerônimo Henrique Lopes e Cleyton Antônio da Costa. No texto, o autor apresenta os resultados da pesquisa realizada a partir imagens do livro didático que compõe a temática Imperialista na África, no período do século XIX e XX. Os livros analisados foram da editora FDT, entre o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

8º - *“Estudos de gênero e negritude: evidenciando a trajetória da mulher negra lourenciana”* da historiadora Deise Beatriz Soares Melo. A autora destaca um grupo minoritário de mulheres, no município de São Lourenço do Sul/RS. Ao analisar a trajetória, o perfil e os objetivos das mulheres afrodescendentes do local, a autora destaca que é possível compreender como se dão as relações étnicas e de gênero entre elas próprias e o restante da comunidade. Por fim, Melo identificou a existência de preconceito em relação a essa população, bem como; expôs os mecanismos utilizados por essas mulheres para transpor as barreiras da desigualdade sexual e social na conquista de seu espaço.

9º - *“Novas formas de falar sobre a AIDS a partir das publicações homoeróticas brasileiras”* de Fábio Ronaldo da Silva, Raquel da Silva Guedes e Alexandre Cesar Oliveira Torres discute a forma como as obras: *Nós por exemplo* (1991-1995) e *Sui Generis* (1995-2000), publicações homoeróticas brasileiras, apresentaram novas abordagens sobre a questão da AIDS/HIV no Brasil na última década do século XX. Evidenciando como os discursos médicos, religiosos e da grande mídia contribuíram para construir a ideia de moralização discriminatória do discurso ao afirmar que a AIDS era uma doença de gays e que estes estavam sendo punidos pelo seu comportamento.

10º - *“As relações entre capitalismo, neoliberalismo, educação e o movimento escola sem partido no Brasil”* de Felipe Euzébio Brandão dos Santos, tem como escopo central compreender a relação entre as ideias disseminadas pelo movimento escola sem partido no Brasil. Relacionando com a lógica da educação na sociedade capitalista, entendida como instituição criada para produção de mão de obra e ideologia dominante. Em seu trabalho, através de consulta bibliográfica, o autor expõe de modo breve as mudanças nas instituições educacionais ao longo da História. Para tal feito, aborda desde as comunidades onde predominou o comunismo primitivo, passando pelo conceito de escola e *Paideia* na Grécia antiga, pela educação da Idade Média até chegar na educação da sociedade capitalista. Por fim, abordando o processo histórico de submissão do Brasil ao capital. Evidencia, também, os impactos na educação e relaciona com as principais ideias do movimento escola sem partido e sua imbricação com o papel que a educação adquire na sociedade capitalista.

11º - *“Um barraco para morar, uma história a contar: traços autobiográficos contidos na obra na lama prometida, a redenção, de Graça Andreatta (1987)”*, de Igor Vitorino da Silva discute como a escrita de si presente na obra: “Na lama prometida, a redenção” - de autoria de Graça Andreatta (1987), revela seu eu político e íntimo, exibindo o drama da construção de um projeto político-social e seu impacto sobre seus depoimentos autobiográficos. Ademais, autor aponta como o trabalho memorialístico pode ser apresentado como uma estratégia para inviabilizar o esquecimento e instaurar uma memória sobre o que não pode ser esquecido, bem como, um espaço-tempo de avaliação de si.

12º - *“Do negro ao africano como participes nas liberdades”*, de Isaías Mucindo Armando Mate , destaca a relevância dos autores Edward Blyden, Du Bois, Marcus Garvey, Jean Price-Mars, Aimé Césaire, Léopold Senghor, Léon Damas, Kwame Nkrumah e Franz Fanon, para consciencialização do *negro*, do *africano* e do mundo sobre os direitos à liberdade. Além disto, ressalta que é com base nos ideais destes pensadores que surge a Negritude e o Pan-africanismo, como instrumentos ideológicos de luta pelas liberdades do povo negro.

13º - *“A importância do ensino da história dos quilombos no ambiente escolar”* de Claudivan Pereira de Sousa e João Carlos Marinho da Silva. Os autores demonstram que é imperativo discutir e debater a importância da inclusão do ensino da História dos Quilombos e demais comunidades afro-brasileiras no ambiente escolar. Com efeito, em seu estudo, de cunho qualitativo, os autores utilizam da estratégia de pesquisa bibliográfica para fundamentar as discussões acerca da importância dessa temática.

14º - *“A ameaça do desconhecido: uma análise geográfica do cinema de ficção científica dos EUA durante a guerra fria (1953-1956)”* de Jorge Cedrez Vernetti e Thiago Cedrez da Silva apresenta como o cenário da indústria cinematográfica estadunidense promoveu um grande ciclo de produções do gênero de ficção científica, salientando as relações do entretenimento com o discurso político. Partindo desta perspectiva, discorrem sobre três exemplares do cinema Sci-Fi norte-americanos, produzidos na década de 1950, nos quais se observam alegorias ao anticomunismo, a exploração espacial e a era atômica.

15º - *“Ayábas: história, memória e trajetória de mulheres negras, um olhar sobre a década de 1980”*, de Juliana Alves de Sousa apresenta as trajetórias e experiências políticas, sociais e culturais de mulheres negras, no período de 1980. Partindo do pressuposto que suas trajetórias estão marcadas por uma dinâmica que remete à sua condição afro-diaspórica. Tradição esta que se expressa nos diferentes sentimentos de resistência, luta, e pertencimento, alicerçado na tradição e sabedoria africana, reinterpretadas e reinventadas cotidianamente no ambiente de diáspora.

16º - *“A grilagem de terras face ao Land Grabbing: notas para uma história transnacional da questão agrária no Brasil (1964-1985)”* de Júlio Ernesto Souza de Oliveira apresenta uma pesquisa sobre como a História Transnacional vem sendo cada vez mais discutida no âmbito da História Social. Sendo assim, discute como a História Agrária ainda se mantém bastante centrada nas discussões nacionais de acesso à propriedade da terra e dos processos de resistência camponesa frente à grilagem de terras.

17º - *“Preservação do patrimônio histórico e manutenção da identidade sociocultural: estudo dos locais históricos da cidade de Inhambane”* dos autores Mussá Abdul Remane, Hélio Clemente Julião, Dalva Carlos Maiela, Odélio Emídio Nhiane reflete sobre a preservação do patrimônio histórico como garante da manutenção da identidade sociocultural. Partindo dos lugares históricos presentes na cidade de Inhambane, tendo como fonte de dados, para esta reflexão, a observação e o diálogo estabelecido com os gestores dos patrimônios.

18º - *“Aprendizagem e consciência histórica: a teoria de Jorn Rüsen”* de Nikolas Corrent apresenta uma análise sobre a aplicabilidade da filosofia da história de Rüsen no ensino de história. Como objetivos específicos, designou: compreender a Filosofia da História de Rüsen e seus princípios; identificar a conjuntura do ensino de história na contemporaneidade brasileira; e evidenciar como a didática da história auxilia no ensino.

19º - *“O ensaio biográfico como método de pesquisa em História: algumas breves considerações”* de Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa expõe alguns *guidelines* sobre a técnica de pesquisa que se convencionou chamar de ensaio biográfico. Segundo Costa, o ensaio biográfico pode ser encarado como uma técnica que transcende a História oficial e acadêmica. Da voz a quem participou ou testemunhou o evento histórico e/ou sócia pesquisado, demonstrando a visão subjetiva do partícipe no acontecimento estudado.

20º - *“Governança e inclusão política em Moçambique: uma reflexão à luz dos ideais de Mondlane e do artigo 35 da lei 1/2018 de 12 de junho”* de Paulo Jacob Inguane faz uma reflexão sobre a Governança Inclusiva em Moçambique. O mesmo procura aferir até que ponto os governantes privilegiam a inclusão dos governados na tomada de decisão. Para o efeito, a pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica e documental, coadjuvada pela análise dos atos que norteiam a tomada de decisão em Moçambique.

21º - *“Do contributo da missão suíça ao percurso de Eduardo Mondlane no nacionalismo moçambicano”* de Rafael Herculano Madime tem como objetivo refletir sobre o auxílio da Missão Suíça no desenvolvimento da consciência nacionalista em Moçambique. Para este fim, a presente pesquisa, utiliza a leitura de diferentes artigos, obras secundárias, bem como, uma visita guiada ao museu aberto de Nwadjahane.

22º - *“A recepção aos viajantes no Oriente Próximo: embaixada a Tamerlão (1406)”*, dos autores Sofia Alves Cândido da Silva, Jorge Luiz Voloski e Jaime Estevão dos Reis, discute a recepção aos viajantes, aos embaixadores de Henrique III, rei de Castela (1390-1406), na corte do Imperador Tamerlão. Observaram as experiências e as diferenças culturais relatadas pelos viajantes, bem como o tratamento recebido na corte do Imperador Mongol.

23º - *“Entre a Biografia e a Literatura: a análise da manipulação simbólica das estátuas de Antínoo pelo imperador romano Adriano em História Augusta e em Memórias de Adriano”* de Thayenne Roberta Nascimento Paiva, demonstra que há duas fontes de gêneros e tempos diferentes nas obras, bem como analisa o erguimento das estátuas de Antínoo, e como a imagem do mancebo sofre uma manipulação simbólica, tornando-se, assim, uma forte evidência histórica da propaganda do principado de Adriano.

24º - *“Guasquearam a mãe com um picão e a filha um relho de ferro, por um bom cavalo, um vestido, quatro vacas mansas, quatro onças e um crime passiona?”*, de Vinicius Cardoso Nunes, apresenta em seu artigo o homicídio de Manoela Perpétua Pedrosa e sua filha que foi cometido no ano de 1874. Tendo o envolvimento do Liberto Gaspar Furtado, dos escravos Antônio Luiz, Idalino, Geórgia e Maria José. Em um primeiro momento, o autor analisou as falas dos escravos procurando compreender que motivos fariam estes cativos praticarem o assassinato de Manoela e sua filha Perpétua, de nove anos. Em um segundo momento, verificou as falas dos informantes (escravos) e das testemunhas sobre o crime; também apresentou a análise do cotidiano vivido por aquelas pessoas, desde o contato com outros cativos perpassando contatos com pessoas livres. E, por fim, a importância da autonomia que tinham os escravos campeiros.

25º - *“Couto de Magalhães: homem público e interioridade pessoal – o século XIX e a moral repressiva na intimidade dos diários”*. No último texto deste volume, os autores Weverson Cardoso de Jesus e Wildson Cardoso Assunção, analisaram as estratégias utilizadas por José Vieira Couto de Magalhães, de uma escrita íntima para expor ou ocultar seus desejos e experiências afetivas, escritas em *tupi nheengatu*. Na pesquisa, procurou ainda, para além da vida íntima, discutir a atuação pública da referida personagem, em temas de interesse geral, tais como: a preocupação com a inserção do Brasil na economia mundial, o fomento da navegação pelo rio Araguaia, o contato com ideais advindos da Europa e a preocupação com o desenvolvimento do Brasil monárquico.

Nesta breve exposição inicial indicamos as principais ideias abordadas pelos autores em cada um dos artigos desta obra. Buscando sempre enfatizar importância de pensarmos a História como um veículo de tomada de consciência coletiva, uma vez que ela permite uma maior compreensão sobre o papel do sujeito enquanto agente histórico em diferentes contextos, espaços geográficos e épocas. Sabemos que a História está em constante movimento e que as pesquisas aqui elencadas tornam-se um importante instrumento de estudo e ampliação de compreensão deste mosaico de relações sociais edificadas historicamente.

Desejamos a todos uma excelente leitura e que a obra nos leve a um diálogo profícuo com as múltiplas reflexões aqui presentes.

Os organizadores.

A HISTORIOGRAFIA COLONIAL "VISTA DE BAIXO": AMEAÇA, UMA ABORDAGEM NOVA OU COMPLEMENTAR À HISTÓRIA "VISTA DE CIMA"?

Agata Bloch¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas na historiografia internacional, a qual visava extrair as vozes dos subalternos que muitas vezes habitavam na margem da sociedade. Um dos principais historiadores relacionados ao Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia, Ranajit Guha, apelava à reconstrução da história do ponto de vista das massas, afirmando que tal narrativa historiográfica pudesse contrariar a historiografia tradicional "vista de cima". Portanto, ao longo deste artigo, vamos refletir se a história entendida desta forma no contexto brasileiro seria uma ameaça à "história tradicional" ou a complementar.

Palavras-Chave: subalterno, historiografia colonial, história vista de baixo, lugar de fala, escravos, indígenas.

As várias faces da historiografia „vista de baixo” – os conceitos em movimento em torno de E. P. Thompson, *Subaltern Studies Group* e *Latin-American Subaltern Research Group*

Ao longo dos séculos, a história "vista de cima" tem contado a trajetória de pessoas grandiosas, na sua maioria homens e apenas poucas mulheres, que revelaram as excepcionais competências políticas, estratégicas ou militares. São as histórias de pessoas que assumiram os cargos de líderes de movimentos políticos ou de independência e que iriam inspirar as próximas gerações. A revolução neste campo se deu em meados do século XX, por meio da revista francesa *Annales*, fundada por historiadores que analisaram o passado dos camponeses franceses. A partir daquele momento, os historiadores revelaram mais interesse pela "história social", ou seja, a história vista do ponto de vista das massas, sendo que tal perspectiva foi integrada nos cursos das prestigiosas universidades americanas como Harvard e Yale.²

Com o passar do tempo, a história das "massas" foi se desenvolvendo em várias direções. A Academia Brasileira adotou as teses defendidas por um historiador britânico, Edward Palmer Thompson, autor de "The making of the English working class" (1963).³ Apesar de se posicionar como marxista, este historiador reconheceu que as "massas" superaram as correntes teorias de luta de classes que as levavam à posição de vítimas da industrialização. Dentre as "massas", Thompson incluía também os artesãos mais pobres, ferreiros, sapateiros e outros assalariados que não necessariamente trabalhavam nas fábricas.⁴ As suas teorias tiveram um enorme impacto na percepção do conceito de "classe"⁵ e das relações entre os senhores e os escravos na produção historiográfica brasileira⁶ e foram seguidas pelos acadêmicos reunidos em torno da revista *Projeto*

¹ Agata Bloch. Doutoranda no Instituto de História da Academia Polonesa de Ciências. O artigo é financiado pelo Centro Nacional de Pesquisa da Polônia (National Science Centre, Poland) sob o projeto n. 2017/27/N/HS3/01104, PRELUDIUM 14. A Autora agradece a Fabricio Lyrio Santos pela leitura do presente artigo e pelos seus comentários.

² Sarah Maza (2017). *Thinking about history*. University of Chicago Press, 17.

³ Thompson, Edward P. "The Making of the English Working Class [1963]." (1991).

⁴ Sarah Maza. *Op.cit.*, 24-25.

⁵ José Jobson de Andrade Arruda (1995). Experiência de classe e experimento historiográfico em EP Thompson. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 12.

⁶ Sílvia Hunoild Lara (1995). Blowin' in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 12.

História do curso de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Convém lembrar que antes de traduzir as obras de E. P. Thompson para português em 1980, a percepção da posição socioeconômica das "massas" brasileiras, porém, com enfoque mais sociológico, revelou-se crucial para os integrantes da Escola de São Paulo na década de 1960/1970, enquanto o trabalho mais relevante foi uma obra de Florestan Fernandes intitulada "A integração do negro na sociedade de classes".⁷ O impacto do marxismo para o estudo das "massas" será encontrado também na produção historiográfica brasileira daquela mesma década, em torno da história da escravidão sob perspectiva de luta de classes, cujos representantes mais destacados foram Clóvis Moura e Décio Freitas. As subseqüentes gerações dos historiadores da década de 1980, entre eles João José Reis ou Kátia de Queirós Mattoso mostraram mais interesse pelo agenciamento dos escravos, enquanto uma monografia publicada em 1992, "Slaves, Peasants, and Rebels" (1992) de Stuart B. Schwartz, revelou que inclusive a "classe" de escravos foi desigual.

O debate em torno do passado dos escravos realizou-se em todos os lados do continente americano e abordou tanto a questão do extermínio das comunidades escravas,⁸ como a questão dos "benevolentes" senhores de engenho que divulgavam a instituição da família e da igreja entre os seus escravos⁹, com os quais, às vezes, tinham que negociar.¹⁰

Conforme observou Sarah Maza, "a história social não significa a história de uma maioria empobrecida".¹¹ Tampouco tem que se concentrar somente nos indivíduos que se encontraram excluídos numa conjuntura socioeconômica. Enquanto a Academia Brasileira seguia as teorias de E. P. Thompson e procurava dar um espaço para vários grupos desfavorecidos na emergente democracia brasileira na década de 1980, em outra parte do mundo se desenvolviam as teorias sobre sociedades periféricas em um contexto totalmente diferente. Tratava-se do *Subaltern Studies Group* - Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia formado pelo historiador indiano Ranajit Guha e da sua série de publicações intitulada *Subaltern Studies: Writing on South Asian History and Society* lançada entre 1982-2005.¹² Este grupo difundia a teoria dos "subalternos", isto é, dos grupos sociais subordinados ao poder dos outros por causa da sua posição social, política ou , inclusive, devido à sua localização geográfica. É importante notar que tal entendido subalterno não tinha um caráter definitivo e permanente, pois em outras circunstâncias ele mesmo poderia se tornar dominante em relação ao outro.¹³

Logo perceberemos que houve dois conceitos que dominaram o discurso ocidental: o de Thompson e o de *Subaltern Studies Group*. Apesar das diferenças discutidas por ambos nas abordagens socioeconômicas e políticas, os dois ainda enxergavam as "massas" de forma bastante homogênea, e tanto um como o outro excluía as mulheres do corrente discurso. Tudo mudou quando ao Grupo se juntou, a convite de Guha, Gayatri Chakrovarty Spivak, uma filósofa e crítica de literatura de orientação marxista e feminista, autora do artigo "Pode o subalterno falar", pioneira da teoria de "Lugar de Fala",

⁷ Florestan Fernandes (1964). *A integração do negro à sociedade de classes* (Vol. 1). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da Universidade de São Paulo.

⁸ Veja: Stanley M. Elkins (1959). *Slavery: A problem in American institutional and intellectual life*. University of Chicago Press; Abdias do Nascimento (1978). *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.

⁹ Veja: Eugene Genovese Genovese, & Roll Jordan (1974). *The World the Slaves Made*. New York.

¹⁰ Veja: Kátia de Queirós Mattoso (1982). *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 3.

¹¹ Sarah Maza. *Op.cit.*, 27.

¹² Dipesh Chakrabarty (2000). „Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”. *Nepantla: Views from South*. Duke University Press, 9-33.

¹³ Piotr Borek (2014). Europejskie źródła indyjskiego projektu. Charakterystyka grupy Subaltern Studies. *Źródła Humanistyki Europejskiej*. T. VII, (135–145), 138-139.

atualmente a ser debatida tanto no Brasil. Spivak questionou o direito das sociedades subalternas de expressarem a sua opinião e serem ouvidas pelas instituições públicas. Acreditava que o subalterno não podia falar, não era ouvido e as suas palavras nunca chegaram a ter um impacto significativo sobre a sua situação.¹⁴ Graham K. Riach explicava que "não é que o subalterno não possa dizer nada, mas sim que falar de uma posição subalterna na sociedade significa que você nunca será ouvido".¹⁵

A Spivak mostrou um interesse particular pelas mulheres, cuja condição merecia ser analisada em termos das suas atividades sociais e na categoria de opressão decorrente da diferença de gênero.¹⁶ Assim, Spivak estava convencida de que uma mulher não somente era "duplamente marginalizada", mas que também podia ser silenciada dentro do seu próprio grupo social. De alguma forma, ela revolucionou as teorias de Thompson e de Guha e mostrou o subalterno como um grupo extremamente heterogêneo, que se diferenciava em termos econômicos, sociais ou de gênero, além de ser forçado a enfrentar uma discriminação multifacetada. Embora ela não tenha se referido diretamente, no seu artigo podemos encontrar algumas referências às teorias da interseção, sendo então emergentes nos Estados Unidos.

O debate sul-asiático em torno dos grupos subalternos se deslocou para o continente americano. Em 1992, Ileana Rodrigues e John Beverly, representantes das correntes marxista e feminista, ambos trabalhando nas universidades americanas, formaram o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Segundo eles, a história da América Latina foi escrita de "cima para baixo" sobretudo pela elite crioula, a qual tomou diversas medidas para reprimir e negar o agenciamento do subalterno.¹⁷ Na sua publicação "The Latin American Subaltern Studies Reader" (2002) questionaram a passividade dos subalternos em construir a história da sua nação e os mostraram como os atores ativos e bem conscientes. Em oposição à Spivak, na subalternidade, eles encontraram várias formas de uma possível interação entre a elite e os subalternos.¹⁸ Porém, a sua publicação foi criticada por se concentrar demasiadamente nas práticas empregadas pela elite para negar o agenciamento do subalterno.¹⁹

Convém notar que os conceitos relativos aos subalternos, tais como entendidos pela Spivak e pelos grupos da Sul da Ásia e da América Latina, não atingiram diretamente à Academia Brasileira. No entanto, merecem destaque as publicações lançadas em inglês pelas investigadoras brasileiras Else Ribeiro Pires Vieira²⁰ e Denise Ferreira da Silva²¹, as quais empregaram nas suas análises o conceito do "subalterno". Todavia, cabe salientar que ambas as pesquisadoras brasileiras foram associadas às universidades americanas e britânicas, respetivamente. Além disso, é preciso notar que a primeira tradução para o português do artigo da Spivak foi publicada em 2010²² e uma das primeiras pesquisas

¹⁴ Gayatri Chakravorty Spivak (2010) Can the Subaltern speak?. *Reflections on the history of an idea. Can the Subaltern Speak?* Rosalind C. Morris (ed.). Columbia University Press: New York, 237-291.

¹⁵ Graham K. Riach (2017). *An analysis of Gayatri Chakravorty Spivak's Can the Subaltern Speak?* Routledge: London, 12.

¹⁶ Laura Garballido Coria, César Torres Cruz (2014). Las identidades sexo-genéricas diversas como categoria de subalternidad. *Studies de Asia y Africa*. Vol. 49, n. 3(155), 723-754.

¹⁷ Latin American Subaltern Studies Group (1993). Founding Statement. *Boundary 2*, 20.3, 110-121

¹⁸ Ileana Rodríguez (2001). Reading Subalterns Across Texts, Disciplines, and Theories: From Representation to Recognition. *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Ileana Rodríguez (ed.), 1-34.

¹⁹ Horacio Legras (2004). The Latin American Subaltern Studies Reader (review). *The Americas* 61.1. 125-127.

²⁰ Else Ribeiro Pires Vieira (1995). Can another subaltern speak/write?. *Culture, Theory and Critique*, 38(1), 96-125.

²¹ Denise Ferreira Da Silva (2005). 'Bahia Pêlo Negro' Can the subaltern (subject of raciality) speak?. *Ethnicities*, 5(3), 321-342.

²² Gayatri Chakravorty Spivak (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

científicas no qual foi analisado o legado do *Subaltern Studies Group* foi a tese da Camila Massaro de Góes, defendida na Universidade de São Paulo em 2014.²³

Cumprir esclarecer que as publicações que formaram a base ideológica do Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia chegaram à Academia Brasileira. Os acadêmicos brasileiros conheciam muito bem as obras de Antonio Gramsci²⁴, o qual se referia também ao conceito do "subalterno"²⁵ e o livro "Orientalismo" de Edward W. Said, que se revelou crucial nas reflexões da Gayatri Ch. Spivak em torno dos „Outros”.

Conforme observamos, as teorias estão em constante movimento tanto entre diversas disciplinas e grupos de pesquisa, quanto entre os continentes. Mesmo tendo sido desenvolvidos sob certas circunstâncias sociais, políticas ou geográficas, tais estudos não se aplicam exclusivamente a estas áreas. A aplicação pode ser feita em diferentes disciplinas e áreas geográficas, sem esquecer que os resultados poderão variar.

Neste artigo, portanto, pretendo referir-me primeiro às investigações relativas à "história vista de baixo" feitas por estrangeiros e, em seguida, também mencionar os meus estudos a respeito da história colonial do Brasil, os quais estão sendo realizados por mim na Polônia. Para este fim, foram empregadas as teorias acima discutidas, bem como as teorias pós-coloniais e as ferramentas informáticas. O objetivo é entender como fazer a história „vista de baixo”, como escrever a narrativa do ponto de vista dos subalternos, onde podemos procurar as fontes, quem tem o direito de escrever sobre os „Outros” e no que esta história nunca deveria se tornar.

O "lugar de fala" na historiografia "vista de baixo"

Uma das primeiras perguntas que um historiador deve fazer é quais são as fontes que reflitam a história do ponto de vista do subalterno. No caso da historiografia norte-americana, encontram-se muitas autobiografias escritas pelos escravos fugitivos do século XIX, que compartilharam as suas experiências com um público maior. Entre estas, destacam-se as autobiografias de Frederick Douglass. Outra possibilidade era a de conduzir entrevistas antropológicas com os últimos sobreviventes ex-escravos.²⁶

Os historiadores brasileiros, por sua vez, desde a segunda metade do século XX, têm procurado indícios do "agenciamento" do subalterno em inventários, testamentos, documentos paroquiais, certidões de batismo, casamento ou morte, correspondência oficial, documentos da inquisição, mapas, censos,²⁷ bem como em fontes inscritas do patrimônio cultural, sejam elas costumes, conhecimentos, cotidiano, mentalidade, música ou práticas religiosas.²⁸

No entanto, convém esclarecer que o mesmo documento produzido na época colonial raramente se refere simultaneamente a diferentes grupos marginalizados. Os

²³ Camila Massaro de Góes (2014). *Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Mestre em Ciências. São Paulo: Universidade de São Paulo.

²⁴ Enrique Peregalli (1981). Gramsci, A Questão Meridional e o Fascismo: uma abordagem historiográfica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 1.

²⁵ Joseph A. Buttigieg (2013). Subaltern social groups in Antonio Gramsci's Prison notebooks. *The political philosophies of Antonio Gramsci and BR Ambedkar: Itineraries of subalterns and Dalits*, 35-42.

²⁶ Zora Neale Hurston (2018). *Barracoön. The story of the Last Black Cargo*. Amistad.

²⁷ Fátima Martins Lopes (2016). "E os Índios saíram das prateleiras dos arquivos". *Catálogo geral dos manuscritos avulsos em códices referentes à história indígena no Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Juciene Cardoso, Josinaldo de Sousa de Queiroz, Janailson Macêdo Luiz, Thiago Silveira de Melo (ed). Campina Grande: Eduepb, 34.

²⁸ Fernando A. Novais, Laura de Mello Souza (1997). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Companhia das Letras.

indígenas e os africanos raramente aparecem nas mesmas fontes,²⁹ o que talvez dê uma ideia errônea da presença de várias comunidades cujas experiências coloniais eram diferentes.³⁰ A historiadora japonesa Yuko Miki encontrou similaridades nas experiências de grupos étnicos e raciais no Brasil quanto ao acesso desigual à "cidadania", ao trabalho escravo e às hierarquias sociais europeias baseadas na exclusão racial. Desta forma, uma das suas observações foi que tanto negros como índios viam os monarcas como uma fonte de justiça. Não obstante, no caso dos negros, este fato não resultou necessariamente da imposição da construção europeia das relações do poder, mas também das práticas culturais africanas, uma vez que a teoria congoleza do poder naquela época também assumia que um soberano governasse com justiça e prestasse ajuda aos seus súditos mais necessitados.³¹

O historiador americano Russell-Wood, por outro lado, chamou a atenção para a documentação oficial preservada nos arquivos brasileiros relativa às petições enviadas pelos escravos.³² As petições, por sua vez, constituem uma importante fonte a respeito da vida privada e profissional do remetente e revelam as suas redes de contato no mundo colonial. Portanto, convém reflexionar se documentos de caráter oficial ou legislativo também podem ser considerados uma fonte confiável para analisar a história dos subalternos.

A partir da segunda metade do século XX, tem havido um debate na Europa sobre os "egodocumentos" (alemão: Selbstzeugnisse), ou seja, os documentos nos quais o autor revela, intencionalmente ou não, informações a seu respeito. Ao desenvolver esta teoria, surgiu então o conceito de "egodocumental", isto é uma "abordagem egodocumental", que consiste em "procurar em cada texto o que é subjetivo, pessoal, o que representa uma manifestação da personalidade do seu autor".³³ Os integrantes do grupo de pesquisa polonês-lituano sobre este tema apontam alguns elementos desta abordagem, que permitem identificar o "mundo cultural dos valores do autor" da maneira mais confiável possível como: a análise do conteúdo do documento no que diz respeito à identificação de elementos subjetivos; meios de comunicação, ou seja, contratos sociais, circunstâncias da elaboração do texto, convenção, limitações formais, legais e o ambiente sociocultural que pode perturbar a comunicação. Portanto, percebemos que diversos documentos escondem as "vozes" das pessoas marginalizadas, porém é preciso sempre considerar todos os fatores que podem distorcer essas vozes.³⁴

Em seguida, é necessário refletir a respeito de quem tem e quem não tem o direito de reconstruir a história "vista de baixo". Uma das nossas suposições mais importantes como historiadores no debate em torno do "lugar de fala" é "democratizar" o acesso à "voz", ou seja, não negar o direito de analisar a história social aos que não pertencem ao grupo social estudado. A origem, "classe social", língua materna ou outras formas de expressão da identidade cultural de um pesquisador não devem excluí-lo do debate. Será que as autobiografias dos escravos fugitivos americanos são suficientes para recriar a história a partir do ponto de vista deles? Conforme destacou William L. Andrews, um historiador americano que analisou a narrativa dos afro-americanos entre 1840-1865,

²⁹ Yuko Miki (2018). *Frontiers of citizenship: a black and indigenous history of postcolonial Brazil*. Cambridge University Press, 12.

³⁰ George Reid Andrews (2009). Afro-Latin America: Five Questions. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 4, no. 2, 191-210.

³¹ Yuko Miki (2018). *Op.cit.*, 71-72.

³² Antony J. Russell-Wood (1995). Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América portuguesa. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 26.

³³ Waldemar Chorażyczewski, Agnieszka Rosa (2015). Egodokumenty – egodokumentalność – analiza egodokumentalna – spuścizna egodokumentalna”. *Tradycje historiograficzne i perspektywy badawcze*. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 14.

³⁴ *Ibidem*, 15-16.

muitas das autobiografias, de que dispomos, foram escritas pelos ex-escravos "urbanos", alguns deles se denominavam inclusive como "privilegiados" ou "escravos aristocráticos", cujas vidas eram muito diferentes das dos escravos das plantações. Tais diferenças foram notadas já no século XIX por um escravo fugitivo, Frederick Douglass, que relatou que os escravos "urbanos" desfrutaram de direitos com os quais os escravos das plantações nem sequer sonharam.³⁵ A análise de Andrews aponta para diversos aspetos importantes, a saber, que a voz do "subalterno" nunca representará uma inteira "classe" ou grupo étnico, cultural ou racial. Aliás, as autobiografias de escravos fugitivos foram escritas por africanos qualificados, que trabalhavam no comércio, serviço, igreja, ou por conta própria³⁶, enquanto os seus destinatários eram os "leitores brancos". Além disso, a maioria dos textos foi escrita por homens, portanto não é possível assumir que a experiência dos homens e mulheres escravizados tenha sido semelhante, uma vez que no século XIX a narrativa feminina norte-americana abordava com mais frequência o tema do abuso sexual.

Nas suas narrativas, Frederick Douglass raramente compartilhava os detalhes da sua vida privada e pouco se sabe sobre as pessoas que tiveram um impacto fundamental na sua carreira. Foi apenas recentemente que uma análise histórica de Leigh Fought trouxe à tona a capacidade de Douglass de estabelecer redes de contato com figuras-chave da sociedade americana oitocentista. Acontece que as experiências dos escravos fugitivos se intersectaram com os interesses das feministas americanas brancas, reunindo-os em uma luta coletiva contra o patriarcalismo, o racismo e o machismo e por uma maior igualdade racial e do gênero.³⁷ Conforme observamos, as autobiografias de Frederick Douglass do século XIX, acrescentadas pela análise histórica contemporânea de Leigh Fought, lançaram uma nova luz sobre a vida de Douglass e não perturbaram de forma alguma o seu "lugar de fala".

O que acontece se uma pessoa "de fora" descreve as experiências dos outros? O Leitor brasileiro certamente lembrará o debate acerca da autenticidade dos diários de Carolina Maria de Jesus e a interpretação destes textos feita por Audálio Dantas.³⁸ Portanto, optei por citar outro caso de um livro recentemente publicado nos Estados Unidos, „Barracoon. The story of Last ‘Black Cargo”, cujo lançamento demorou quase cem anos. Este livro é baseado em uma entrevista, realizada na década de 1920, pela antropóloga norte-americana Zora Neale Hurston com um escravo liberto, Cudjo Lewis (Kossola), de 86 anos, que foi transportado no último negreiro *Clotila*, em 1859/1860 para os Estados Unidos. Será que aqui também podemos encontrar a interpretação própria da autora? Na minha opinião, Hurston mostrou uma extraordinária habilidade de uma pesquisadora e antropóloga ao conseguir ressuscitar as memórias do Cudjo. O importante é que ela manteve a forma original do depoimento dele e não alterou a gramática, além de recorrer às fontes adicionais apenas para complementar certos fatos históricos e não para interferir com a narrativa dele.³⁹

A mesma observação aplica-se à história dos povos indígenas da América. Será que as crônicas coloniais escritas pelos governantes indígenas representam uma fonte histórica sólida para reconstruir a história do ponto de vista das civilizações pré-colombianas? É preciso lembrar que as crônicas, sejam elas escritas pelo "colonizador" ou "colonizado", foram elaboradas para criar e divulgar a sua própria imagem, portanto

³⁵ William L. Andrews (2019). *Slavery and Class in the American South: A Generation of Slave Narrative Testimony, 1840-1865*. Oxford University Press, 12-13.

³⁶ *Ibidem*, 68.

³⁷ Leigh Fought (2017). *Women in the world of Frederick Douglass*. Oxford University Press.

³⁸ Else Ribeiro Pires Vieira (1995). *Op.cit.*

³⁹ Zora Neale Hurston (2018). *Op.cit.*, 118-119.

apresentam uma imagem parcial da realidade.⁴⁰ É claro que estas retratam o mundo na óptica dos povos colonizados que viviam nas sombras das sociedades ibéricas, porém também requerem uma análise histórica mais aprofundada. Um exemplo disso são as crônicas de Felipe Guaman Poma de Ayala (ca.1550- ca.1616), descendente das famílias aristocráticas do antigo Império Inca, que se concentraram exclusivamente nas características negativas dos colonizadores espanhóis e nas qualidades positivas dos governantes incas.⁴¹ Mais um exemplo são as crônicas do historiador mexicano Fernando de Alva Ixtlilxochitl (1568 - 1650), descendente direto dos governantes do Texcoco, as quais serviram principalmente para legitimar o poder dos grupos tribais Acolhua de Texcoco em relação à chamada Tríplice Aliança com as tribos Tepanec (Tlacopan) e Mexicano (Tenochtitlan). Os historiadores contemporâneos o acusam de manipular as fontes nativas, como *Coxed Xolotl* para fortalecer o apego da sua tribo à terra e consolidar os direitos à terra e os títulos dos membros da sua família. Jongsoo Lee, especializado na história do México Colonial, demonstrou que o Texcoco só se tornou uma região importante no século XV e não, como apontava Ixtlilxochitl, na viragem dos séculos XIII e XIV.⁴²

A tarefa do historiador contemporâneo é, portanto, utilizar tais fontes para compreender melhor a percepção do mundo feita pelas sociedades colonizadas, a fim de realizar uma análise histórica mais profunda, tal como fez Julian Barr, cujo foco foi o comportamento dos indígenas em relação a si e aos colonizadores europeus. Desta forma, chegou à conclusão que os indígenas das zonas fronteiriças do Texas (borderlands) também merecem ser estudados em função do seu domínio e do controle da estrutura das relações com os europeus. Juliana Barr foi além da análise dessas relações na perspectiva de uma estrutura eurocêntrica do poder em torno das teorias de "raça" e olhou para essas relações do ponto de vista da "política de gênero" indígena baseada no parentesco. Acredita-se que o sistema de parentesco foi um pilar do sistema político e econômico indígena.⁴³ A complexidade das relações humanas entre europeus e indígenas também foi notada por Collin G. Calloway, professor de estudos nativo-americanos no Dartmouth College, que questionou a divisão do mundo colonial em vencedores e perdedores, a partir de um estudo de correspondência e de outros documentos oficiais relacionados com o primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington. A construção da "nova" América estava inextricavelmente ligada ao mundo dos índios americanos, que eram vistos como aliados ou inimigos. No entanto, importa acrescentar que, no caso de Washington, o estabelecimento de relações mais estreitas com os líderes indígenas não significava que ele os tratasse como iguais. Pelo contrário, Washington os via como uma parte "temporária" da paisagem das terras que ele queria incluir aos Estados Unidos da América.⁴⁴

A história está em constante movimento, as teorias estão em constante movimento e os historiadores estão em constante movimento. A história é experimentar com diversas teorias e ferramentas que nos permitem olhar para o passado a partir de uma perspectiva diferente. As mesmas teorias podem ser aplicadas em diferentes áreas geográficas e

⁴⁰ Tulio Halperin Donghi (1997). Historiografia colonial hispano-americana e multiculturalismo: a história da colonização entre a perspectiva do colonizador e a do colonizado. *Revista Estudos Históricas*, 10(20), 170.

⁴¹ Jose Cáceres Mardones (2019). Guaman Poma and the Andean Historicity of Cuzco. *Distributive struggle and the Self in the Early Modern Iberian World*. N. Böttcher, S. Rinke, N. Vallen. Verlag Hans-Dieter Heinz. Akademischer Verlag Stuttgart, 111-140.

⁴² Richard Herzog (2019). Acolhua Past and Novospanic Merti: Self and community in Fernando de Alva Ixtlilxochitl's struggles for a cacicazgo. *Distributive struggle and the Self in the Early Modern Iberian World*. N. Böttcher, S. Rinke, N. Vallen. Verlag Hans-Dieter Heinz. Akademischer Verlag Stuttgart, 81-110.

⁴³ Juliana Barr (2009). *Peace came in the form of a woman: Indians and Spaniards in the Texas borderlands*. Univ of North Carolina Press.

⁴⁴ Colin G. Calloway (2018). *The Indian World of George Washington: The First President, the First Americans, and the Birth of the Nation*. Oxford University Press.

períodos, tendo em conta que os resultados podem variar bastante. Quando há alguns anos comecei a minha investigação na Polónia, decidi usar outras teorias e ferramentas para explorar o passado colonial brasileiro. Minha intenção não era de forma alguma negar a narrativa historiográfica brasileira, mas fazer uma análise a partir do meu "lugar de fala" – de uma historiadora polonesa, nascida em um país que não participou da expansão ultramarina, do tráfico transatlântico de escravos, da divisão do mundo, da colonização, e o qual ainda não participa do debate internacional em torno das teorias pós-coloniais.

As várias faces do subalterno na sociedade colonial brasileira – as pesquisas realizadas no âmbito da minha tese de doutorado⁴⁵

A primeira etapa foi elaborar junto com Dr Michał Bojanowski (Academia de Leon Kozminski) e Dr Demival Vasques Filho (IEG Mainz) uma base de dados que contem aproximadamente 170.000 registros guardados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, relativos às colônias brasileiras e africanas no período de 1642 a 1822. Por meio do uso de várias ferramentas informáticas de Processamento de Linguagem Natural, temos sido capazes de identificar muitos atores sociais e fazer vários cálculos a respeito da rede de correspondência do Império Português desde o reinado de D. João IV até ao reinado de D. Maria II. A nossa atenção foi então voltada para um aumento acentuado da correspondência a partir dos meados do reinado de D. João V. A análise posterior mostrou que este aumento abrangeu principalmente as petições e as cartas. Em torno de 1800, o número de petições aumentou mais do que o dobro.

Foi assim que o meu interesse despertou como na correspondência oficial trocada entre o centro político e as suas colônias foram apresentadas diferentes "minorias", os quais dividi entre as "minorias religiosas", "minorias étnicas", categorias raciais, estatuto social, "miseráveis" (viúvas, órfãos), "império sombra" (à margem da lei), e "ostracismo" (condenados ao abrigo do Código Filipino ou pela Inquisição). De fato, muitas dessas categorias possivelmente se cruzaram, porém na documentação oficial só se intersectaram as "minorias étnicas" com o "estatuto social", portanto encontramos, por exemplo, os "índios forros" ou "escravos índios" ou se cruzavam as "categorias raciais" com o "estatuto social", assim como notamos os "pretos forros" etc. Por ocasião, notei que os assuntos abordados frequentemente na documentação oficial eram as "minorias étnicas", as categorias raciais e o estatuto social, representando 2217, 2428 e 3489 documentos, respectivamente. A documentação oficial se mantém praticamente em silêncio sobre temas relacionados aos cristãos-novos (8), contrabandistas (36), bruxas (14), homossexuais (0), prostitutas (2) e outros, que foram condenados pela legislação civil e eclesiástica daquela época. Em seguida, construímos as redes de co-ocorrência relativas às comunidades africanas e indígenas e também às comunidades forras e escravizadas entre 1642 e 1833. O gráfico revela que, enquanto aos africanos e indígenas como temas abordados na correspondência acerca dos subalternos, os primeiros representavam até 74%, enquanto os segundos cerca de 24% de temas. Os escravos, por outro lado, constituíam até 85% e os forros 15%. Complementarmente, comparamos também a densidade da rede de diferentes monarcas portugueses do mesmo período.

Os gráficos das redes sociais e a análise dos dados permitiram identificar um grupo de índios e de africanos que foram escravizados e alforriados, e que apareceram pelo nome ou sobrenome em documentos oficiais. Uma vez que os resultados preliminares mostraram que desde meados do século XVIII houve um acelerado aumento das

⁴⁵ Pretendo disponibilizar a versão portuguesa da minha tese de doutorado de forma digital e open-access na primeira metade de 2021.

petições, decidi limitar-me às petições enviadas pelos subalternos acima mencionados durante o reinado de D. João V (1706-1750). Foi importante identificar aqueles que foram os próprios autores dos documentos, contudo, incluí também as petições que foram enviadas das aldeias indígenas, dada a sua tradição comunitária de falar com uma voz comum, mesmo que não houvesse um nome específico. A análise de mais de 66 petições com anexos levou vários meses. A princípio, planejava realizar uma análise seguindo uma ordem cronológica, e depois por região ou grupo étnico-racial. Ao longo dos meses dedicados à leitura destes documentos, foi possível encontrar certos elementos em comum na experiência colonial de ambos os grupos, assim como recomendaram Yuko Miki e George Andrews. Portanto, estudei as petições devido aos elementos que conectaram os dois grupos, tais como atos de libertação, limitações físicas e doenças, a luta contra a injustiça, a busca de assistência régia, questões de direito civil e penal, o acesso aos cargos e às terras.

Nesta parte da análise, notei que os subalternos compreenderam os mecanismos administrativos e legislativos que regiam o império colonial português e souberam utilizá-los em seu benefício. Reparei que os subalternos tinham o "direito de falar", ao contrário da tese apresentada pela G. Ch. Spivak sobre ser inatendível a partir da subalternidade. Uma das minhas descobertas mais surpreendentes foi que os índios e os negros, tanto livres como escravizados se deslocavam voluntariamente através do Atlântico para reivindicar os seus direitos. O escravizado homem cubano João José partiu livremente da França, passou pela Inglaterra e foi para Lisboa, onde apresentou pessoalmente uma petição que ele mesmo assinou.⁴⁶ À corte lisboeta vieram também o ex-escravo António Freire da ilha de Santiago de Cabo Verde⁴⁷ e os índios brasileiros, entre eles, Lázaro Coelho⁴⁸, Inácio Coelho⁴⁹ e Lourenço da Gama⁵⁰. O caminho reverso, de Lisboa para o Brasil pretendia tomar o ex-escravo africano Romão Gomes, que ainda recebeu uma confirmação régia para que não fosse escravizado no Brasil, visto que já foi alforriado em Portugal.⁵¹

Apareceu-me então uma imagem do mundo colonial com base em práticas não escritas de escravidão, uma ampla gama de relações entre os "colonizados" e os "colonizadores", assim como entre os próprios subalternos. Tal como afirmaram Gayatri Ch. Spivak e William L. Andrews, os subalternos constituíam um grupo social heterogêneo que manifestava uma consciência das diferenças existentes entre eles em termos de posições, pertença e cor da pele. O argumento de "ser branco" e "de boa qualidade" a fim de obter liberdade poderia ser usado tanto por um escravo "urbano" indígena, quanto por um escravo negro. Tal como observou Yuko Miki, a legislação portuguesa constituída "de cima" dividia os dois grupos, que, por sua vez, compartilhavam uma experiência colonial bastante comum. Percebi que, para ambos os grupos, a cor da pele e a origem podiam servir tanto como um elemento que os empurrava para as margens da sociedade, quanto lhes permitia um tipo de "promoção social". Além disso, manifestaram aspirações pessoais, militares e profissionais semelhantes, embora nestes últimos dois casos prevalecessem as vozes masculinas. Concordei também com a conclusão de Zora Neale

⁴⁶ Requerimento do homem preto João José. 23/07/1739. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de São Tomé*. Cx. 7. D. 753.

⁴⁷ Requerimento de António Freire. 26/05/1749. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Cabo Verde*. Cx. 22. D. 57.

⁴⁸ Requerimento do índio Lázaro Coelho de Sá. 27/09/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pernambuco*. Cx. 80. D. 6632.

⁴⁹ Requerimento do índio da nação Aruwã, Inácio Coelho. 15/03/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pará*. Cx. 38. D. 3525.

⁵⁰ Requerimento do índio Lourenço da Gama. 14/01/1723. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Maranhão*. Cx. 13. D. 1356.

⁵¹ Requerimento do preto Romão Gomes ao rei. 24/11/1746. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Bahia*. Cx. 87. D.7164.

Hurston de que as suas experiências coloniais se deram em muitos aspectos de suas vidas, e não necessariamente têm que se referir apenas às histórias de grandes líderes ou revoltas sangrentas contra o sistema, tal como nas narrativas de escravos fugitivos americanos apresentados por William L. Andrews. Em alguns casos, a resistência tomou a forma de "armas dos fracos",⁵² isto é, das práticas cotidianas para fazer com que a sua voz fosse ouvida, portanto podemos considerar que enviar a petição por um subalterno era uma destas práticas.

Visando entender as razões pelas quais "os subalternos podiam falar" na sociedade colonial luso-brasileira, resolvi afastar-me de uma perspectiva dicotômica, baseada na relação entre senhores e escravos, vencedores e perdedores, colonizadores e colonizados, e optei pela perspectiva da rede⁵³ e pelo conceito de uma sociedade em rede transatlântica, a qual, segundo a minha hipótese, constitui o alicerce da sociedade colonial. Desta forma, pretendia provar que o agenciamento estava inserido ("embedded") em uma estrutura social e que o subalterno conscientemente construía o seu lugar nas estruturas de uma sociedade desigual baseada nos conceitos europeus de poder e de "raça". Manuel Castells, criador da teoria da sociedade em rede, afirmou que as pessoas moldaram as suas vidas usando os recursos disponíveis.⁵⁴ Surge então a questão de quais "recursos" podia dispor um escravo africano ou um índio vivendo numa margem colonial?

Os subalternos dispunham de muitas informações-chave a respeito dos seus senhores nas plantações e dos religiosos e missionários nas aldeias jesuíticas. As petições deles revelaram os detalhes acerca de hábitos dos seus senhores, conflitos, as suas relações com os outros e serviram de fonte de informação para o monarca quanto aos problemas ocorridos em diferentes partes do império. Estes documentos foram debatidos durante as reuniões do Conselho Ultramarino em Lisboa, o qual foi sempre informado sobre as emergentes poderosas elites luso-brasileiras e luso-africanas nas colônias ultramarinas. Convém destacar que a voz do subalterno poderia ser silenciada em nível local, mas não necessariamente em nível do império.

Em seguida concentrei-me nos sucessivos nós da rede de subalternos para mostrar que a situação dele dependia não apenas do seu estatuto social, posição ou cor da pele, mas também do seu ambiente e dos nós subsequentes da sua rede. Os escravos africanos e os índios formavam um dos elementos da "sociedade em rede" colonial e estavam ligados a diferentes atores sociais de forma direta ou indireta. Um exemplo disso foi a história de um negro cubano livre, sendo injustamente preso pelos portugueses na ilha de São Tomé.⁵⁵ Acontece, porém, que a sua detenção não só teve que ser causada por preconceitos raciais, mas também se deveu à relação de conflitos em sucessivos nós da rede. A pessoa que o escravizou estava em conflito com o clero, o qual reuniu ao seu redor muitos escravos fugitivos que pretendiam empregar para uma possível revolta.⁵⁶

Entretanto, tal como nas conclusões feitas por Leigh Fough, as experiências dos "brancos" e dos "pretos" também se intersectaram no mundo colonial português. Observei que os brancos constituíram a maioria das relações oficiais dos subalternos. As narrativas oficiais dos negros e dos índios mostraram também que os brancos representavam até 73% de todas as relações assumidas. As demais relações oficiais foram de caráter

⁵² James C. Scott, J. C. (2008). *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. Yale university Press.

⁵³ Albert-Laszlo Barabasi (2012). *Linked: The New Science of Networks*. New York: Plume.

⁵⁴ Felix Stalder (2012). *Manuel Castells. Teoria społeczeństwa sieci*. Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego, 195-206.

⁵⁵ Requerimento do homem preto, João José. 23/07/1739. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de São Tomé*. Cx. 7. D. 753.

⁵⁶ Carta do governador da Ilha de Sao Tome, D. Jose Caetano Souto Maior. *Documentacao Avulsa de São Tomé*. AHU. Cx. 7. D. 711.

interétnico e inter-racial. Curiosamente, os homens, independente da cor, representavam até 86% de todas elas e ainda nas redes formaram uns grupos maiores, ao contrário das mulheres, que apareceram como indivíduos isolados.

Conforme destacou Paul D. McLean, a liberdade tinha um caráter relativo e apenas podia ser alcançada através da interação com os outros atores sociais; assim, para que um subalterno ganhasse a sua liberdade, tinha que estabelecer as relações com os outros, sobretudo com os brancos.⁵⁷ Além disso, de acordo com a teoria de George Reid Andrews, a identidade racial não era fixa, mas era relacional e situacional, pois dependia do momento, das circunstâncias e interagia com outras categorias sociais.⁵⁸ Assim, percebemos que a sociedade colonial brasileira não assumiu a forma de uma pirâmide, quer dizer, os homens brancos no topo dela enquanto as mulheres negras na base, mas tomou a forma de uma rede na qual os elementos eram formados uns pelos outros.

As últimas ferramentas usadas para entender a sociedade colonial brasileira foram as teorias pós-coloniais, incluindo a "teoria da intersecção". Esta teoria foi empregada para entender não a intersecção dos seus aspetos em comum, mas para identificar os grupos sociais que estão ausentes. Com isso, cheguei à conclusão de que nem todos os subalternos eram marginalizados e nem sempre tinham que ser marginalizados. De fato, não havia nenhuma categoria social que protegesse um indivíduo contra a marginalização. A condição de ser um homem branco não garantia a sua posição social, pois caso ele fosse um cristão-novo, feiticeiro, contrabandista ou homossexual, permaneceria na subalternidade. Tanto um líder tribal indígena interessado em "colaborar" com um colonizador,⁵⁹ como um escravo negro que conhecia os lugares de enterro dos escravos assassinados de uma forma brutal por uma carmelita religioso⁶⁰ foram atendidos e ouvidos porque a voz deles era considerada estratégica para Lisboa.

A teoria do "desaparecimento" me permitiu entender que a falta de "voz" não significa que esta não existia. Os cristãos-novos ou homossexuais certamente figuram na documentação, mas não podemos identificá-los porque a sua "categoria social" não era aceite naquela época. Portanto, era mais provável falar a partir da posição de um homem negro, portador de informações estratégicas para o monarca, do que falar a partir da posição de um homossexual "branco" ou cristão-novo. Estes tiveram que negociar o seu lugar na sociedade a partir de outro "lugar de fala", talvez de um comerciante, um marinheiro ou um senhor de engenho. O "desaparecimento" também se aplicava às sociedades africanas e indígenas, cujas gerações subseqüentes não necessariamente tinham que ser determinadas pela cor da pele ou pelo estatuto social. Além disso, a lei de Marquês de Pombal proibiu que as pessoas fossem definidas desta forma.⁶¹ Portanto, não somos capazes de identificar todos os grupos sociais, mas tal não significa que eles tenham sido excluídos da história.

Em torno da historiografia colonial “vista de baixo” – uma história alternativa, revisionista ou complementar?

⁵⁷ Paul D. Mc Lean (2007). *The art of the network: Strategic interaction and patronage in renaissance Florence*. Duke University Press, 2.

⁵⁸ George Reid Andrews (2009). *Op.cit.*, 192-193.

⁵⁹ Requerimento do índio Lázaro. 12/08/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pernambuco*. Cx. 79. D. 6608 & Requerimento do índio Lázaro Coelho de Sá. 27/09/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pernambuco*. Cx. 80. D. 6632.

⁶⁰ Parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do escravo do ex-provincial carmelita Manuel de Madre de Deus queixando-se de maus tratos. 2/01/1723. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa da Bahia*. Cx. 16. D. 1385.

⁶¹ Maria Regina Celestina de Almeida (2017). Portuguese Indigenous Policy and Indigenous Politics in the Age of Enlightenment: Assimilationist Ideals and the Preservation of Native Identities. *Enlightened Colonialism. Civilization narratives and imperial politics in the age of reason*. Ed. Damien Tricoire. Palgrave MacMillian, 79-81.

Nesta última parte, vamos refletir se a história "vista de baixo" é uma história alternativa, revisionista ou complementar? Ranajita Guha do Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia acreditava que uma narrativa historiográfica escrita do ponto de vista das "massas" desconstruía a história das elites e revelaria uma narrativa completamente independente dela.⁶² Menos radical em suas teses foi o pesquisador uruguaio Hugo Anchugar que afirmou que quando incluirmos os subalternos à produção historiográfica, teremos uma história diferente e alternativa. Richard Herzog⁶³ e Jose Cáceres Mardones⁶⁴, que analisaram as crônicas dos governantes pré-colombianos, defenderam um conceito do mundo colonial alternativo e inclusive paralelo apresentado a partir do ponto de vista dos "colonizados".

Nas reflexões do historiador argentino Tulio Halperin Donghi a respeito da historiografia colonial, tomei conhecimento de algo que me inspirou a resumir as minhas reflexões acerca da narrativa historiográfica desde o ponto de vista dos subalternos. Esta frase, embora retirada do contexto, reflete um resumo da minha investigação feita nesta matéria: "Perspetiva do protagonista não é um objeto que haja encontrado, de pronto, em seu caminho; é um produto de seu próprio esforço de reconstrução".⁶⁵

A fim de reconstruir a história "vista de baixo" é preciso analisar diferentes documentos e usar diversas ferramentas analíticas para extrair as vozes dos subalternos, pois a ausência desta voz não significa que ela não exista, mas que talvez o subalterno "falou de outra posição". Há que reconstruir tanto a narrativa "vista de baixo", como rever a de "vista de cima", a qual muitas vezes foi escrita a partir da perspetiva de um homem branco, livre, católico, rico, influente e heterossexual.

Com base em uma leitura minha e nas minhas próprias pesquisas, acredito que a história "vista de baixo" não apenas complementa, mas, inclusive, questiona a narrativa historiográfica existente que, por séculos, representava uma única visão do nosso passado. Esta versão da história complementa e questiona a formação das sociedades, mostrando os subalternos enquanto atores sociais conscientes que construíram, de forma ativa, o seu espaço em um mundo colonial, baseado em hierarquias europeias de poder. Colin G. Calloway, por sua vez, enfatizou o papel-chave dos índios na construção dos Estados Unidos republicanos, onde a expansão territorial só fortaleceu a "identidade indígena."⁶⁶

Os subalternos formaram diferentes grupos heterogêneos nos quais cada indivíduo mostrou diferentes motivações, aspirações e relações de conflito. Para Yuko Miki, os quilombos não pertenciam apenas à marginalidade, mas sim eram umas sociedades dinâmicas que influenciaram a formação do mundo colonial.⁶⁷ Juliana Barr, por sua vez, sugeriu que o foco fosse o comportamento dos subalternos, em vez de analisá-lo apenas a partir da perspetiva da vítima.⁶⁸ A diferença de comportamento entre espanhóis e índios texanos era, por exemplo, que estes últimos entendiam a sociedade em termos de gênero e não de raças como percebiam os espanhóis, enquanto as mulheres representavam uma parte importante da diplomacia indígena. Segundo Barr, eram os índios que constituíram uma força dominante no Texas, enquanto os espanhóis eram apenas uma das "tribos" que tinham que aprender a conviver e lidar com eles.

A história de subalternos nem sempre se refere às trajetórias de grandes heróis que lideravam os grupos marginalizados. Nem sempre tem que representar a voz da

⁶² Dipesh Chakrabarty (2000). *Op.cit.*, 16.

⁶³ Richard Herzog (2019). *Op.cit.*

⁶⁴ Jose Cáceres Mardones (2019). *Op.cit.*

⁶⁵ Tulio Halperin Donghi (1997). *Op.cit.*, 170.

⁶⁶ Colin G. Calloway (2018). *Op.cit.*, 285.

⁶⁷ Yuko Miki (2018). *Op.cit.*, 183.

⁶⁸ Juliana Barr (2009). *Op.cit.*

resistência ou da luta contra a injustiça. Às vezes, estas são as histórias da sua vida cotidiana, da sua luta diária pela sobrevivência e para marcar o seu lugar na sociedade, tal como mostra a biografia de Cudjo Lewis, o qual próprio comentou:

"we cry 'cause we slave",⁶⁹

"we say we born and raised to be free people and now we slave"⁷⁰,

"(...) we very sorry to be parted from one' nother. We cry for home".⁷¹

A história de Cudjo Lewis também revela a complexidade das relações humanas, que não podemos reduzir apenas às relações de classe (senhor e escravo) ou às relações raciais (senhor branco e escravo negro). É uma combinação de diferentes categorias, como classe, raça, gênero, religião, credo, sem também de esquecer a orientação sexual.

A história do ponto de vista das "massas" tem como objetivo a identificação das categorias que desempenharam um papel fundamental na construção do seu "self" e da identidade social. É entender que as "massas" não eram homogêneas, e que dentro delas havia divisões, tal como dizia William L. Andrews. É justamente devido a esta natureza heterogênea das massas que devemos lembrar que nenhum subalterno representará a voz de todos.⁷²

Por último, convém refletir no que a história "vista de baixo" não se deve tornar. Esta história apresenta apenas um fragmento do mundo colonial, portanto, é preciso sempre considerar todas as narrativas historiográficas disponíveis. A análise histórica "vista de baixo" deve ser sempre realizada com integridade, cuidado e longe de qualquer pressão política. Também não deve de forma alguma ser usada por qualquer governo para negar narrativas historiográficas existentes. Apenas se juntarmos as narrativas das elites e dos subalternos, dos ricos e dos pobres, dos privilegiados e dos desfavorecidos, das mulheres e dos homens, dos cristãos e dos perseguidos pela Inquisição ou de quaisquer outras categorias e "minorias", cruzando todas elas, poderemos chegar a uma visão mais holística e mais próxima da realidade colonial. Nenhuma destas narrativas é melhor ou pior do que a outra. Convém enfatizar, por último, que esta forma de perceber a história e de reconstruir o agenciamento dos subalternos como agentes dinâmicos e conscientes, não nega a crueldade, a tortura, a violência física ou abuso sexual aos quais foram submetidos os subalternos.

BIBLIOGRAFIA

I. Fontes primárias

Carta do governador da Ilha de São Tomé, D. Jose Caetano Souto Maior. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de São Tome*. AHU. Cx. 7. D. 711.
Parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do escravo do ex-provincial carmelita Manuel de Madre de Deus queixando-se de maus tratos. 2/01/1723. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa da Bahia*. Cx. 16. D. 1385.
Requerimento de António Freire. 26/05/1749. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Cabo Verde*. Cx. 22. D. 57.
Requerimento do homem preto, João José. 23/07/1739. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de São Tomé*. Cx. 7. D. 753.

⁶⁹ Zora Neale Hurston (2018). *Op.cit.*, 59.

⁷⁰ *Ibidem*, 60.

⁷¹ *Ibidem*, 56.

⁷² William L. Andrews (2019). *Op.cit.*, 21.

Requerimento do índio da nação Aruwã, Inácio Coelho. 15/03/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pará*. Cx. 38. D. 3525.
Requerimento do índio Lázaro. 12/08/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pernambuco*. Cx. 79. D. 6608
Requerimento do índio Lourenço da Gama. 14/01/1723. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Maranhão*. Cx. 13. D. 1356.
Requerimento do índio Lázaro Coelho de Sá. 27/09/1755. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Pernambuco*. Cx. 80. D. 6632.
Requerimento do preto Romão Gomes ao rei. 24/11/1746. *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentação Avulsa de Bahia*. Cx. 87. D.7164.

II. Fontes secundárias:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Portuguese Indigenous Policy and Indigenous Politics in the Age of Enlightenment: Assimilationist Ideals and the Preservation of Native Identities." *Enlightened Colonialism*, Palgrave Macmillan, Cham (2017): 73-92.
ANDREWS George Reid Andrews. "Afro-Latin America: Five Questions." *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 4, no. 2 (2009): 191-210.
ANDREWS, William L. *Slavery and Class in the American South: A Generation of Slave Narrative Testimony, 1840-1865*. Oxford University Press, 2019.
ARRUDA, José Jobson de Andrade. Experiência de classe e experimento historiográfico em EP Thompson. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 12 (1995).
BARABASI, Albert Laszlo. *Linked: the new science of networks*. Perseus, 2002.
BARR, Juliana. *Peace came in the form of a woman: Indians and Spaniards in the Texas borderlands*. Univ of North Carolina Press, 2009.
BOREK, Piotr. "Europejskie źródła indyjskiego projektu. Charakterystyka grupy Subaltern Studies." *Źródła humanistyki europejskiej. Iuvenilia Philologorum Cracoviensium* 7 (2014): 135-145.
BUTTIGIEG, J. A. (2013). Subaltern social groups in Antonio Gramsci's Prison notebooks. *The political philosophies of Antonio Gramsci and BR Ambedkar: Itineraries of subalterns and Dalits*, 35-42.
CALLOWAY, Colin G. *The Indian World of George Washington: The First President, the First Americans, and the Birth of the Nation*. Oxford University Press, 2018.
CHAKRABARTY, Dipesh. "Subaltern studies and postcolonial historiography." *Nepantla: views from South* 1, no. 1 (2000): 9-32.
CHORAŻYCZEWSKI, Waldemar; ROSA, Agnieszka. „Egodokumenty – egodokumentalność – analiza egodokumentalna – spuścizna egodokumentalna”. Tradycje historiograficzne i perspektywy badawcze, Waldemar Chorążyczewski, Arvydas Pacevičius, Stanisław Roszak (ed.). Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2015, 11-22.
CORIA, Laura Carballido; CRUZ, César Torres. "Las identidades sexo-genéricas diversas como categoría de subalternidad." *estudios de ASIA y ÁFRICA* (2014): 723-754.
DONGHI, Tulio Halperían. "Historiografía colonial hispano-americana e multiculturalismo: a história da colonização entre a perspectiva do colonizador e a do colonizado." *Revista Estudos Históricos* 10, no. 20 (1997): 163-194.
FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. Vol. 1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da Universidade de São Paulo, 1964.
FOUGHT, Leigh. *Women in the world of Frederick Douglass*. Oxford University Press, 2017.

- GENOVESE, Eugene D., ROLL, Jordan: *The world the slaves made*. Vol. 652. Vintage, 1976.
- GÓES, Camila Massaro de. Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern Studies: 1982-2000. *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Mestre em Ciências*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- HERZOG, Richard. Acolhua Past and Novospanic Merti: Self and community in Fernando de Alva Ixtlilxochitl's struggles for a cacicazgo. *Distributive struggle and the Self in the Early Modern Iberian World*. N. Böttcher, S. Rinke, N. Vallen. Verlag Hans-Dieter Heinz. Akademischer Verlag Stuttgart (81-110) 2019.
- HURSTON, Zora Neale. *Barracoon. The story of the Last Black Cargo*. Amistad, 2018
- Latin American Subaltern Studies Group. „Founding Statement”. *Boundary 2*, 20.3, (1993): 110-121.
- LARA, S. H. Blowin' in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 12, (1995).
- LEGRAS, Horacio. The Latin American Subaltern Studies Reader (review). *The Americas* 61.1, (2004): 125-127.
- LOPES Fátima Martins. “E os Índios saíram das prateleiras dos arquivos”. *Catálogo geral dos manuscritos avulsos em códices referentes à história indígena no Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Juciene Cardoso, Josinaldo de Sousa de Queiroz, Janailson Macêdo Luiz, Thiago Silveira de Melo (ed). Campina Grande: Edupeb, 2016.
- MARDONES, Jose Cáceres Mardones. Guaman Poma and the Andean Historicity of Cuzco. *Distributive struggle and the Self in the Early Modern Iberian World*. N. Böttcher, S. Rinke, N. Vallen. Verlag Hans-Dieter Heinz. Akademischer Verlag Stuttgart, (111-140), 2019.
- MATTOSO, Kátia de Queirós Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MCLEAN, Paul D. *The art of the network: Strategic interaction and patronage in renaissance Florence*. Duke University Press, 2007.
- MAZA, Sarah. *Thinking about history*. University of Chicago Press, 2017.
- MIKI, Yuko. *Frontiers of citizenship: a black and indigenous history of postcolonial Brazil*. Cambridge University Press, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias o. *O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra, 1978.
- NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Comp. das Letras, 1997.
- Peregalli, Enrique. Gramsci, A Questão Meridional e o Fascismo: uma abordagem historiográfica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 1, (1981).
- RIACH, Graham K. *An analysis of Gayatri Chakravorty Spivak's Can the Subaltern Speak?* Routledge: London, 2017.
- RODRIGUEZ Ileana. “Reading Subalterns Across Texts, Disciplines, and Theories: From Representation to Recognition”. *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Duke University Press, 2001.
- RUSSELL-WOOD, Antony JR. "Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América portuguesa." *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa (1995): 226.
- SILVA Denise Ferreira Da. 'Bahia Pêlo Negro' Can the subaltern (subject of raciality) speak?. *Ethnicities*, 5(3), (2005): 321-342.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty Spivak. "Can the Subaltern speak?". Morris, Rosalind, ed. *Can the subaltern speak?: Reflections on the history of an idea*. Columbia University Press, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty Spivak. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. Yale university Press, 2008.

STADLER, Felix. *Manuel Castells: teoria społeczeństwa sieci*. Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego, 2012.

STANLEY, M. Elkins. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. University of Chicago Press, 1959.

THOMPSON, Edward P. "The Making of the English Working Class [1963]." (1991).

VIEIRA Else Ribeiro Pires. Can another subaltern speak/write?. *Culture, Theory and Critique*, 38(1), (1995): 96-125.

OS FILMES SOBRE O NEGRO BRASILEIRO PODEM DIALOGAR COM OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?

Antônio Barros de Aguiar⁷³

RESUMO: Após mais de uma década da sanção presidencial à Lei 10.639/2003, os desafios que se impõem ao processo de sua efetivação nas escolas brasileiras não são pequenos. Considerando a complexidade de produção, escolha, avaliação, distribuição e consumo dos livros didáticos, o presente estudo tem como intuito verificar se os boxes das coleções *História, Sociedade & Cidadania* e *Vontade de Saber: História* dos anos finais (6º ao 9º Ano) do ensino fundamental, aprovadas pelo PNLD entre 2015 e 2018, apresentam indicações de filmes sobre o negro brasileiro para serem utilizados pelos professores em suas práticas didáticas no cotidiano escolar. Objetiva-se também, observar se está presente nos manuais dessas coleções, metodologias que orientem na utilização dos filmes em sala de aula.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Filmes. Livro didático. Ensino de História.

Introdução

O livro didático é um importante objeto de pesquisa no campo do ensino de História, ganhando ainda mais importância nos últimos anos. Porém, é relativamente recente o interesse na produção de pesquisas especificamente sobre ele. Foi apenas a partir da década de 1980, na conjuntura da reconstrução democrática, que a investigação acerca das edições das obras didáticas começa a ser realmente ampliada. Já entre 1970 e 1990, as políticas públicas voltadas para a esfera editorial concentravam-se em análises quantitativas em torno da distribuição de livros didáticos para as escolas públicas, sem que ocorresse um componente qualitativo com outras questões do sistema educacional brasileiro (GATTI *apud* ARAGÃO, 2019, p. 45). Cumpre lembrar que esses produtos culturais só começaram a ser distribuídos de modo gradual e regularmente ao ensino médio, a partir da resolução CD FNDE nº 38, publicada em 2003, que instituiu o *Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio*⁷⁴ (ARAGÃO, 2019).

Com a edição do Decreto nº 9.099 publicado em 2017, as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contemplados pelo *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD) e pelo *Programa Nacional Biblioteca na Escola* (PNBE), foram unificados no *Programa Nacional do Livro e do Material Didático* (PNLD). Sendo válido ressaltar, que mesmo com essa unificação, cabe a cada escola brasileira participante do PNLD registrar as escolhas dos livros didáticos. Assim, a abrangência desse Programa a partir do referido decreto, possibilitou as redes de ensino, em conjunto com as suas escolas, a necessidade de uma proposta uniforme ou não dos recursos didáticos que serão disponibilizados pelo *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE).

Os livros didáticos são portadores de conteúdos e formas de organização das aulas de História nos níveis fundamental e médio da educação escolar brasileira. Por isso, se tornaram a principal ferramenta de uso didático dos professores e de aprendizagem dos estudantes. É preciso levar em consideração na análise os seus elementos constituintes:

⁷³ Licenciado em História pela UPE, mestre e doutorando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: barrosaguiar.ab25@hotmail.com

⁷⁴ Para informações mais detalhadas sobre os dados estatísticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sobre a aquisição e a distribuição de livros aos alunos de todos os níveis de ensino, consultar: <http://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 julho 2020.

linguagem textual, gráficos, mapas, manuais, sugestões de atividades, textos complementares, fontes históricas, indicação de referências bibliográficas e de filmes.

Embora os livros didáticos busquem cada vez mais uma diagramação mais moderna e que esteja mais próxima da realidade atual, a maioria de seus conteúdos permanece em sintonia com a história tradicional. Sem a introdução de novos referenciais sobre sujeitos históricos, povos, sociedades e culturas, esses instrumentos didáticos acabam abordando temática sob uma perspectiva eurocêntrica. Com a transformação dos antigos manuais escolares nos modernos livros didáticos, a equipe técnica, responsável pela produção desses artefatos culturais para atender o mercado escolar, entra em cena para atuar junto ao autor. Nesse sentido, o livro escolar deixou de ser uma produção editorial quase artesanal e passou a compor uma moderna e poderosa indústria editorial que mobiliza diferentes agentes sociais.

Diante dessas considerações iniciais, a pesquisa investiga os livros didáticos *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Júnior, e *Vontade de Saber: História*, de Adriana Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, aprovados pelo PNLD entre 2015 e 2018, para os anos finais do ensino fundamental. O intuito dessa presente pesquisa consiste justamente em identificar se existem nos boxes ou manuais dessas coleções didáticas, indicações de filmes sobre o negro brasileiro a serem utilizados pelos professores de História em suas práticas didáticas cotidianas. Objetiva-se ainda, verificar se os manuais dessas coleções trazem consigo metodologias para o uso de filmes em sala de aula⁷⁵. Bem como na reflexão acerca de como essas coleções dialogam com a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira em todo âmbito curricular. A lei anterior é modificada pela Lei 11.645/2008, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino das culturas indígenas nos currículos escolares.

Para tanto, elaborou-se uma tabela para observar o número de manuais dos professores no recorte temporal aqui delimitado, com base nos dados do FNDE que executa o PNLD, uma política pública destinada a avaliar e distribuir não só livros didáticos, mas também obras pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita. Foi incluído o ano 2020 na tabela, já que a coleção *Vontade de Saber: História*, em circulação nesse ano, está em consonância com a nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷⁶.

Tabela 01: Aquisição e quantidade de manuais dos professores da coleção *História, Sociedade & Cidadania*, do Ensino Fundamental (anos finais)

Título da coleção	Autor	Editora	Ano	Aquisição por títulos/ Quantidade de exemplares de manuais dos professores dos anos finais do ensino fundamental
			2015	19.130

⁷⁵ Para um estudo mais amplo de diferentes obras didáticas de História, consultar o artigo *Filmes no Ensino de História na visão dos livros didáticos* (2016), de Vitória Fonseca. Nele, a autora busca entender como os manuais escolares orientam os professores a utilizar filmes em sala de aula. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1708/1630>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

⁷⁶ Com relação aos debates em torno da elaboração da BNCC, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou audiências públicas, em 2017, a fim de discutir esse documento na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e, em 2018, a discussão concentrou-se no Ensino Médio. Além disso, o CNE coletou contribuições públicas enviadas por inúmeros sujeitos sociais e instituições de todo o Brasil, com sugestões de aprimoramento do texto da Base. Todas as contribuições recebidas foram analisadas e provocaram mudanças na BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

<i>História, Sociedade & Cidadania</i>	Alfredo Boulos Júnior	Editora FTD	2017	73.712
			2018	7.610
			2020	70.285

Fonte: FNDE. Tabela sistematizada pelo autor, 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

Tabela 02: Aquisição e quantidade de manuais dos professores da coleção *Vontade de Saber: História, do Ensino Fundamental (anos finais)*

Título da coleção	Autores	Editora	Ano	Aquisição por títulos/ Quantidade de exemplares de manuais dos professores dos anos finais do ensino fundamental
<i>Vontade de Saber: História</i>	Adriana Machado Dias; Keila Grinberg; Marco Pillergrini	Editora FTD	2017	27.104
		Quinteto Editorial	2018	1.666
			2020	16.403

Fonte: FNDE. Tabela sistematizada pelo autor, 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 julho 2020.

Os dados apontam para a existência de uma variação no número de aquisição e distribuição de manuais dos professores das coleções *História, Sociedade & Cidadania* e *Vontade de Saber: História*. A difusão da primeira coleção, entre os anos 2015 e 2020, é mais ampla que a segunda. Mas é necessário compreender o livro didático na sua integridade, especificidade e complexidade, percebendo-o como uma obra que mobiliza uma multiplicidade de atores sociais para que seja legitimada a sua produção e circulação. Além disso, a sua escolha democrática pelas escolas participantes do PNLD é um fator determinante.

Cumprir destacar que o *Guia do Livro*, publicado em 1996, estabelece os critérios do PNLD para o processo de escolha das obras didáticas. Segundo Luiz Aragão (2019), esse guia é uma espécie de manual indicativo de critérios avaliativos relacionados às temáticas e aos recursos didáticos que, no âmbito da História, busca alinhar os pressupostos teórico-metodológicos do conhecimento histórico aos livros didáticos. Para constituição desse documento em História:

Adotam-se como principais eixos de avaliação os conteúdos, noções e conceitos, atividades e exercícios, exploração de fontes históricas, aprendizagem da construção da História, princípios éticos e cidadania, legislação referente à história e cultura da África, dos afrodescendentes e dos indígenas. Nos Guias deste componente curricular são anunciadas como qualidades desejáveis no livro didático: o diálogo consistente e atualizado com a ciência de referência, sem perder de vista a especificidade da cultura escolar; o uso dos instrumentos e procedimentos básicos da produção do conhecimento histórico próprios do ofício do historiador; [...] o tratamento qualificado a temas, como o papel da mulher nas sociedades, história e cultura da África, dos afrodescendentes e dos povos indígenas, especialmente no que respeita a sua inserção ao longo da história e também na sociedade contemporânea. (CAIMI, 2015, p. 539).

Nesse contexto, buscou-se, em linhas gerais, entender se as coleções aqui elencadas dialogam com a temática “História e cultura afro-brasileira”, tendo os filmes que representam o negro brasileiro como fios condutores desse diálogo.

A relação entre autor e livro didático: Produção, circulação e consumo

Os livros didáticos se constituem como suporte cultural e de conhecimento escolar de difícil definição. São entendidos como mercadorias que veiculam valores e ideologias passíveis de diversos usos e interpretações. Nesse sentido, são ferramentas didáticas complexas na produção de conhecimentos históricos, bem como produtoras de culturas escolares. Sofreram inúmeras mudanças em seu processo de produção dentro de uma lógica de mercado com interferências estatais, sendo objetos de pesquisa que têm ganhado espaço privilegiado no ensino de História e na educação, em função da sua centralidade em diversos espaços no processo de ensino e aprendizagem.

Os professores fazem uso de outras ferramentas didáticas, como filmes, músicas, jornais, fotografias, entre outras, intercalando-os com o livro didático para tornar o ensino de História mais dinâmico, já que este último é o objeto cultural mais característico da tradição escolar. Por isso, um livro bem estruturado deve apresentar, por exemplo, textos adicionais, imagens, mapas, entre outros elementos gráficos que auxiliam na dinamização das análises feitas a partir do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula. Além disso, é uma fonte histórica de conhecimento e reflexão (BERUTTI; MARQUES, 2009).

O livro didático deve estar em sintonia com as tendências historiográficas recentes, assim como também quanto as obras clássicas. Algo que não cabe ser abordado apenas pelo autor do livro, mas também pelos professores de História em sala de aula. Por isso, é fundamental perceber as múltiplas inovações teórico-metodológicas e editoriais incorporadas nele. Em uma obra didática, a combinação de textos complementares e imagens, pode resultar em uma narração fluente, com linguagem clara, acessível e objetiva, que permite ao aluno desenvolver competências e habilidades no ensino de História a partir do conhecimento, da compreensão e da visualização dos processos históricos em diferentes tempos e espaços. Desse modo, “valorizar a interpretação múltipla dos processos históricos para que o colega professor e seus alunos se percebam como partícipes do processo de ensino-aprendizagem” (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 99).

Flávio Berutti e Adhemar Marques (2009) enfatizam que os livros didáticos necessitam ser produzidos sem a incorporação de pensamentos únicos, sem imposições de teorias e ideologias. O autor precisa ter o compromisso de manter a História livre de doutrinações e sua obra didática deve abrigar múltiplas temporalidades e sentidos. Cabe a ele apresentar a História como uma disciplina em processo de construção, para que o professor possa se perceber como agente social no ato responsável de criação do conhecimento histórico ao:

Selecionar os temas com os quais irá trabalhar durante seu curso e dialogar com os alunos, valorizando conhecimentos prévios e suas hipóteses sobre os processos históricos estudados, que devem ser entendidos em seus próprios contextos, sendo interpretados a partir de múltiplos olhares. (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 99).

Os conceitos históricos precisam ser construídos e abordados nos livros didáticos, respeitando as diferentes possibilidades de leituras e interpretações do passado. Com efeito, não se pode perder de vista a importância da “cultura histórica” nesse processo, isto é, do conjunto de conhecimentos essenciais no ensino de História em interlocução

com a produção historiográfica. Assim, o ensino dessa disciplina é interlocutor de diversas teorias (BERUTTI; MARQUES, 2009), o que possibilita autores de obras didáticas e professores a estabelecerem relações críticas com o conhecimento que se produz.

O livro didático pode ser estruturado em uma perspectiva partidarizada desprovida de questionamento. Assim, é preciso ter criticidade para decodificá-lo e evitar cair em armadilhas. É nesse sentido que Flávio Berutti e Adhemar Marques (2009) apontam três problemas que ainda persistem nos textos didáticos, a saber: anacronismo, voluntarismo e nominalismo. O primeiro consiste em atribuir aos eventos ou aos sujeitos históricos do passado, razões ou sentidos produzidos no tempo presente. O segundo baseia-se em aplicar e confirmar as teorias já existentes na mente do autor a documentos e textos do passado ou do presente. E, por fim, o terceiro, fundamenta-se em atribuir vida e vontade às instituições ou categorias de análises, ao invés de privilegiar as relações sociais dos agentes históricos.

Outro problema a ser considerado é o conhecimento categórico e sem divergências presente no livro didático, de modo a tomar diferentes leitores como uma unidade de pensamento. Ou seja, o livro seria uma “cadeia de transferência” do conhecimento histórico, reproduzindo um discurso unitário e simplificado, sem possibilidade de ser contestado (BITTENCOURT, 2009).

Os livros didáticos como objetos de pesquisa no ensino de História contribuem para “confrontar os saberes acadêmico e social, revelando as contradições e conflitos que marcam o saber histórico” (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 102). Lembrando que o autor é fruto de seu tempo e produz sua obra, mesmo que didática, a partir de seu lugar social e de fala, de suas leituras, ideias e de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou pseudocientíficos, tornando-se, assim, um dos representantes centrais do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Circe Bittencourt (2009, p. 304), o livro didático é um instrumento a serviço de uma determinada ideologia, contribuindo para a perpetuação de um ensino tradicional e de uma memória histórica que rememora momentos gloriosos do passado: “na maior parte das vezes, serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória e que renova interpretações, mas sempre em torno dos mesmos consagrados fatos, que se tornam os nós explicativos de todo o processo histórico”. Além disso, os discursos nas obras escolares podem servir para a permanência de estereótipos, como por exemplo, acerca dos negros e indígenas e abordagens repletas de visões deformadoras, inferiorizantes e incompletas. As pesquisas voltadas para o livro didático no âmbito do ensino de História, destacam-se inclusive, no estudo da história e cultura desses grupos étnicos e das problemáticas do racismo.

Por isso, é necessário compreender os livros didáticos em sua dimensão estrutural e dotada de alta complexidade, analisando suas vantagens e desvantagens, assim como quanto aos seus limites no ensino de História. Para assim, identificar as lacunas relativas a determinados temas ou sujeitos históricos. Sua produção é envolta a muitas facetas, sofrendo a interferência de inúmeros atores sociais, de técnicos a mídia, até chegar às mãos dos estudantes, para serem usados nas diferentes situações escolares. Assim, são suportes de conhecimentos históricos e de métodos pedagógicos propostos pelos currículos escolares. Suas funções consistem em “oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos” (BITTENCOURT, 2009, p. 307).

Conforme Sylvania Santana (2014), em determinados momentos históricos, o livro se tornou um instrumento de controle político, pois poderia representar fortes ameaças

aos discursos dominantes⁷⁷. Por exercer ampla influência discursiva na formação dos seus interlocutores, tende a responder, assimilar ou (contra)dizer discursos hegemônicos. Esse contexto não é diferente do relacionado aos livros didáticos, pois, são produtos culturais que tendem a ser controlados por instituições, principalmente políticas e escolares, além de serem representativos da ideologia e da concepção de seus autores. Por isso, as pesquisas sobre eles estão voltadas, sobretudo, para o âmbito ideológico e cultural.

Em relação à política pública para o livro didático, Sonia Miranda e Tania Luca (2004, p. 124), apontam que ela foi estabelecida no período do Estado Novo, “quando se instituiu, pela primeira vez, uma Comissão Nacional de Livros Didáticos, cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização do livro didático”. No governo Vargas, a educação ganhou lugar privilegiado na formação da nacionalidade, em função de sua centralidade em diferentes espaços, empreendimento assumido pelo Ministério da Educação e Saúde na época, que buscou exercer controle sobre o material educativo utilizado pelas escolas (MIRANDA; LUCA, 2004). Desse modo, o livro didático foi utilizado como um instrumento estratégico na difusão dos valores apregoados pelo regime do Estado Novo.

O livro didático assume então, múltiplas funções no mundo social e tende a reproduzir ou contestar os valores socioculturais e ideológicos da época em que foi produzido. Como instrumento institucionalizado, sua produção e circulação são envolvidas por inúmeros agentes sociais integrantes de instâncias institucionais, carregando consigo as marcas do seu autor, que produz o seu discurso imprimindo nele a sua visão de mundo. Entretanto, o autor deve atender uma série de pré-requisitos de controle institucional, especialmente por agentes políticos, para depois operar a divulgação da obra no mercado e a sua escolha na esfera escolar. Inserindo-se em uma lógica de mercado editorial de alto custo, até se tornar o material mais presente nas salas de aula. E a partir de sua universalização nas escolas brasileiras, assumindo o papel de instrumentalizar professores e alunos.

Filmes nos livros didáticos de história

Os livros didáticos foram produzidos em forma de coleções destinadas aos anos finais do ensino fundamental e obrigatoriamente apresentam o livro do aluno e o manual do professor. Grande parte deles é organizada em sequência linear, tomando como modelo as transformações da sociedade europeia ocidental de um processo contínuo e progressivo. Ou seja, existe a permanência das divisões da história, da antiguidade à contemporaneidade, e de fatos históricos consagrados pela historiografia tradicional. Embora essa posição eurocêntrica não deva ser tomada como padrão para todas as sociedades no tempo e no espaço.

Os problemas mais recorrentes nos livros didáticos de História dizem respeito ao predomínio de uma “cultura histórica” abordada na perspectiva política e eurocêntrica; textos densos e pouca problematização do conhecimento histórico; fontes históricas escritas e icnográficas figurando, em grande parte, como ilustração dos conteúdos;

⁷⁷ É importante lembrar que durante o regime militar no Brasil, a compra e a distribuição de livros didáticos receberam um tratamento específico do poder público entre os anos 1966, 1971 e 1976. Esse tratamento se deu em contextos diferentes, porém, foram marcados pela censura e ausência de liberdades democráticas. As obras didáticas desse período foram produzidas sob a perspectiva “da manipulação, do controle ideológico e da formação de mentes acríticas em função de falsificações deliberadamente inseridas nelas destinado às crianças e aos jovens” (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 125).

tratamento ainda incipiente de temas voltados para história e cultura africana e afro-brasileira.

O livro didático explicita e sistematiza conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica. Conteúdos que devem também ser adequados à realidade contemporânea, marcada essencialmente pelo desenvolvimento tecnológico e intermediada por múltiplos discursos que circulam socialmente. Assim, o livro didático “oferece uma visão panorâmica do conhecimento acumulado pela humanidade, garantindo o acesso a um passado comum e a uma herança que precisa ser compartilhada por todos” (CAIMI, 2015, p. 526).

Feitas essas considerações, avança-se na presente pesquisa, para a reflexão sobre os dois objetos de estudo escolhidos. A coleção *História, Sociedade & Cidadania* (BOULOS JÚNIOR, 2015), é composta de quatro volumes, que apresentam conteúdos relativos à “História do Brasil” e à “História Geral” de forma integrada. Isto é, reside na superação dessa divisão, fornecendo um estudo que possibilite ao aluno entender a simultaneidade dos processos históricos em espaços diferentes. Nesse sentido, o aluno deve perceber que em um mesmo tempo histórico foram vivenciadas situações diferentes.

Segundo Alfredo Júnior (2015), o cinema tem serventia para o professor de História de maneira peculiar. O filme é uma representação que passa despercebida do espectador comum, mas não do professor de História que possui outro olhar sobre esse produto audiovisual, que adiciona a ele pretensões didáticas para a utilização em seu trabalho de (re)construção do passado em sala de aula.

Alfredo Júnior (2015) chama a atenção do professor de História para o uso do filme, histórico ou não, na sala de aula: Primeiro, trata-lo como fonte histórica. Segundo, entender que ele não tem compromisso em retratar a realidade tal como ela é, nem com a “verdade”. E, terceiro, um filme fala mais da época em que foi produzido do que o passado que pretende representar.

Além disso, o autor (2015) aponta outros cuidados: o uso do filme exige preparação antes de ser exibido em sala de aula, buscando observar a época em que foi filmado e se o mesmo comunica por meio de procedimentos técnicos e artísticos. Assim, para o autor (2015), o filme deve ser tomado como arte e como fonte para a construção do conhecimento histórico. Entretanto, nas orientações apresentadas nos manuais, falta a indicação de referências específicas sobre a relação entre cinema e ensino de História.

Alfredo Júnior (2015) afirma que o cinema é um artefato cultural que envolve inúmeros agentes sociais e altos custos de produção, sendo destinado a agradar e a vender. Pensar o cinema dessa forma é correr o risco de usá-lo na sala de aula como puro entretenimento. Na realidade, muitos o tomam como uma forma de lazer e da informação universal, cotidianamente consumida. Algo que se deve evitar.

Alfredo Júnior (2015) ainda estabelece diferenças entre dois gêneros do cinema: o filme ficcional e o documental. O primeiro refere-se aos elementos que constituem uma obra fílmica, como figurinos, cenários, iluminação, sequências e montagem. O segundo é constituído de imagens selecionadas pelo documentarista, que as registram previamente ou as capturam em tempo real. Ele passa pelo processo de edição que expressa à visão do cineasta ou de sua equipe para convencer o espectador da fidelidade de seu produto a algum personagem ou acontecimento. Para o autor (2015), ambos os gêneros podem possuir um conteúdo implícito, que cabe ao professor desvelar. Além disso, não se pode desqualificar um filme porque não apresenta uma verossimilhança com o passado. O trabalho com o cinema em sala de aula não pode está condicionado apenas a filmes “puramente históricos”.

Os boxes dessa coleção não possuem indicações de filmes, mas sim, textos complementares ao conteúdo, acompanhados de questões objetivas ou reflexivas. Já o manual do professor apresenta um debate em torno da luta do Movimento Negro pela inserção da história da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, apoiando-

se em textos sobre a Lei 11.645/2008. Alfredo Júnior (2015) afirma que não se deve apenas estudar as temáticas de culturas afro-brasileiras e indígenas, por obediência a essa lei. Elas são fundamentais à construção de identidades e contribuem para uma educação voltada à tolerância e ao respeito aos grupos étnicos.

Alfredo Júnior (2015) indica poucos filmes brasileiros sobre a temática “história e cultura afro-brasileira”, e sem fazer uma análise dos mesmos, nem os atrelar a um conteúdo escolar específico. Posto nas referências de sua coleção, cabe então ao professor de História usar metodologias adequadas para trabalhar com os filmes em sala de aula, a saber: *Cidade de Deus* (MEIRELLES, 2002); *Atlântico negro* (BARBIERI, 1998); *A negação do Brasil* (ARAÚJO, 2000); *Quanto vale ou é por quilo?* (BIANCHI, 2005); *Quilombo* (DIEGUES, 1984) e *Xica da Silva* (DIEGUES, 1976). Estes últimos abordam o tema da escravidão.

Já a coleção *Vontade de Saber: História* (DIAS et al, 2018), configurada em quatro volumes, traz em seus boxes indicações de filmes e documentários, de acordo com a faixa etária dos alunos, cuja narrativa fílmica tenha relação com o tema abordado na sala de aula. Ao longo dessa coleção são apresentadas orientações de trabalho com essas ferramentas didáticas.

A proposta dos autores é desenvolver nos alunos a análise fílmica relacionando-a com os conteúdos, além de proporcionar a formação do pensamento crítico. Os livros didáticos fazem uma breve abordagem sobre a televisão e o cinema como recursos didáticos a serem utilizados pelos professores de História para “mostrar fatos históricos, a construção de conceitos científicos e os conceitos errôneos presentes em muitas ideias de senso comum” (DIAS et al, 2018, p. 32).

É preciso se apropriar dos referenciais teóricos sobre cinema e conhecer os elementos básicos que constituem a linguagem cinematográfica, para desenvolver a leitura histórica do filme e o senso crítico. Pode-se fracassar ao tentar constatar nos filmes as tramas históricas conhecidas nas análises do historiador e da sociedade. Assim, seria uma tarefa inútil confirmar numa obra nosso conhecimento sobre a história. Não se deve apenas contrapor as imagens fílmicas com a escrita da história. Mas sim, analisar sobretudo, as imagens como tais e o contexto histórico-social no qual elas surgem.

Para os autores, os filmes e a televisão possuem um aspecto motivador e podem ser contextualizados com os conceitos científicos do currículo escolar. Acrescenta-se que a contextualização deve ser realizada também considerando o período histórico em que ambos foram produzidos para que possa ser desenvolvida uma leitura quanto a como as diferentes sociedades o receberam. Apesar de não serem construídos especificamente como ferramentas didáticas, fazem parte do cotidiano escolar de muitas escolas brasileiras a depender do uso que o professor fizer deles em salas de aula (DIAS et al, 2018, p. 32).

Além disso, os autores da coleção *Vontade de Saber: História* concentram-se, no manual do professor, em apontar informações gerais sobre cada livro e a fundamentação teórico-metodológica adotada para atingir os objetivos estabelecidos pelas novas propostas curriculares da BNCC que norteiam o ensino de História, pautando-se no desenvolvimento da “atitude historiadora” dos alunos em relação ao saber histórico. Para isso, os alunos devem ser motivados a assumir uma posição de sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Com relação à temática “história e cultura afro-brasileira” abordada pela coleção *Vontade de Saber: História*, na perspectiva da versão atual da BNCC, ela é incorporada aos conteúdos curriculares dando maior visibilidade para a África e a escravidão no Brasil, enquanto sujeitos da narrativa, perdendo de vista, na maioria das vezes, os afro-brasileiros como agentes da história. Dessa forma, a presença humana nos eventos históricos pode ser ocultada ou minimizada. Além disso, nenhum filme indicado pelos autores dialoga diretamente com a temática em questão. Sendo identificada apenas a

obra *Narradores de Javé* (CAFFÉ, 2004), que retrata, em algumas cenas, a cultura afro-brasileira. Entretanto, é sugerida uma atividade para o professor de História, a partir de uma abordagem diferente: o aluno deve perceber em *Narradores de Javé* o trabalho do historiador, as dificuldades que enfrenta ao analisar suas fontes ou coletar informações, e conhecer as diferentes interpretações históricas. Assim, a indicação de filmes sobre a história e a cultura afro-brasileira ainda é bastante tímida nos livros didáticos.

Considerações finais

Nos últimos anos, os livros didáticos têm sofrido mudanças para adaptar-se aos referenciais da BNCC. Eles projetam uma determinada visão ou imagem da sociedade, e assim, acabam definindo simbolicamente representações sobre ela e o mundo social. É comum os seus manuais apresentarem orientações básicas sobre como o professor de História deve planejar suas aulas utilizando filmes como recurso didático e como fonte histórica. Filmes são suportes de interpretação da realidade e de constituição da imagem de determinado povo e sua cultura.

Os livros didáticos fazem parte de uma política pública que mobiliza alto investimento humano e financeiro. São agentes de ampla influência no cenário educativo brasileiro e instrumentos fundamentais das políticas educacionais públicas, das práticas didáticas, da constituição dos saberes e da cultura escolar.

Os livros didáticos trazem em seus boxes ou manuais, um rol de filmes sobre temas históricos ou transversais, aproximando os alunos dos conteúdos por meio dessas ferramentas didáticas, além de orientar os professores a como trabalhar com elas. Porém, há uma ausência de filmes sobre o negro brasileiro e sua cultura nas coleções *História, Sociedade & Cidadania* (BOULOS JÚNIOR, 2015) e *Vontade de Saber: História* (DIAS et al, 2018).

Os manuais orientam a utilização de obras cinematográficas de maneira superficial e limitada. A prática de análise histórica dessas obras é dificultada muitas vezes pela falta de preparação de professores nos campos teórico e técnico da linguagem cinematográfica. Não se pode ficar presos à narrativa fílmica, é preciso ir além dela e buscar entender os elementos que a constituem. Assim, a presença do cinema na sala de aula e nos livros didáticos é uma possibilidade de debater a Lei 10.639/2003, seus aspectos e impactos no ensino de História e na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. **História e Pré-História**: investigando o uso desses conceitos nos livros didáticos de História. 154 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.
- BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**. 3 ed. São Paulo: FDT, 2015.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 16 maio 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. As disciplinas escolares no contexto do PNLD: avanços, lacunas e desafios na avaliação do livro didático. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 57, p. 525-543, 2015. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/783>.

Acesso em: 23 maio 2020.

DIAS, Adriana Machado. **Vontade de Saber: História**. 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144, 2004. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006.

Acesso em: 03 junho 2020.

SANTANA, Silvania Maria de. **Leitura de gêneros textuais em livros didáticos de português: perspectivas sociodiscursivas**. 192 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Artes e Comunicação de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

A CARTA DE JOÃO PEIXOTO VIEGAS (1655) E AS IMPLICAÇÕES DE ANÁLISE LINGUÍSTICA E HISTORIOGRÁFICA

Antonio Marcos de Almeida Ribeiro⁷⁸

Resumo: O trabalho proposto pretende examinar o subgênero carta oficial, de João Peixoto Viegas, dentro das perspectivas de abordagem da História, Linguística Textual e da Análise do Discurso. No percurso teórico metodológico estabelecemos as distinções e proximidades entre as abordagens explicitando essencialmente a inter-relação entre os modelos de análise. A utilização dos modelos teóricos demonstra uma visão enriquecedora pesquisável de uma fonte como um valioso instrumento de trabalho. A articulação entre as disciplinas e a fonte histórica pode suscitar elementos de discussão significantes para a construção do saber tanto nas esferas linguística quanto historiográfica.

Palavras-Chave: Linguística Textual. Análise do Discurso. Carta Oficial. História Colonial.

Introdução

A reflexão enfoca o estudo do texto e suas implicações teóricas enquanto objeto pesquisável nas suas diversas concepções e inter-relação com as disciplinas de História e Linguística. Portanto, um panorama mesmo que breve vislumbra a gama de experimentações temáticas que esse estudo sobre um documento histórico pode proporcionar ao debate sobre as implicações de ordem teórico-metodológico. As considerações iniciais sobre Linguística Textual e Análise do Discurso parte dos pressupostos sobre o ponto de ignição das interfaces entre uma e outra perspectiva que advém com a quebra de paradigma do estruturalismo nos anos 60 do século XX. Dessa forma, até então, o texto era visto como uma sequencia de frases em que as unidades eram referenciadas como elementos pesquisáveis (Koch, 2002).

Essa abordagem tradicional do texto passou a ser questionada havendo uma ruptura quanto à sua interpelação, sendo assim, os pesquisadores passaram a observar o texto quanto à forma, incluindo os elementos discursivos. Dessa maneira, partiam do pressuposto do texto como uma unidade global pesquisável nos estudos linguísticos. Esse esforço teórico-metodológico deixava o foco das frases e passavam a analisar o texto como um processo de comunicação dialógica considerando os gêneros discursivos. Com isso, essa ideia de análise do texto no campo dos estudos linguísticos fazia parte de um esforço teórico que procurou extrapolar os limites da frase. Partindo de um conjunto de autores que propunha o texto como uma unidade pesquisável.

Os pesquisadores procuravam um sentido global para o texto refletindo sobre fenômenos linguísticos para além da frase. À medida que as pesquisas avançavam o texto passou a ser estudado dentro de seu contexto mais amplo sobre fenômenos que extrapolavam a análise transfrásticas. Dessa forma, as investigações recaíam sobre a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão desses materiais. Isso não era simplesmente a soma de frases, mas a constituição de um todo sendo uma unidade linguística que precisava ser observada nessa perspectiva. Segundo Bentes (2010, p. 265) “o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos” eram importantes dentro de um contexto comunicativo. O texto não era mais visto como um produto pronto e acabado, mas um processo de muitas faces. Isso fez com que a Linguística do Texto passasse a ter um caráter interdisciplinar por abranger perspectivas de interesse em outras disciplinas.

⁷⁸ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Especialista em Estudos Linguísticos e Filológicos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XIII), Graduação em Pedagogia e em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XIII).

Essa mudança de perspectiva da Linguística da Frase para a Linguística do Texto provocou alterações quanto ao objeto, os objetivos e métodos nos estudos Linguísticos. Dessa forma é preciso distinguir Linguística Textual e Análise do Discurso, pois as duas áreas são comumente confundidas sendo colocadas em relação de oposição ou como se fossem a mesma coisa. De forma sucinta podemos apresentá-las da seguinte forma: A Linguística Textual se preocupa com a organização textual, sua estruturação articulando os diferentes elementos ali contidos. Enquanto que a Análise do Discurso está para o entendimento dessa organização textual. O texto é concreto, o discurso é abstrato. O diálogo entre as duas áreas podem ser utilizadas dentro de uma abordagem linguístico-discursiva dos textos.

Quer dizer que os discursos dentro de uma pesquisa são organizados com regras referentes à organização do texto, o gênero utilizado pelo sujeito, o contexto, as funções etc. Enquanto a Linguística Textual cuida da produção, recepção e interpretação dos textos. Dessa forma, existem pressupostos da Análise do Discurso que conjugados com a Linguística Textual se afinam nessas especificidades. Pesquisas que observam fenômenos da linguagem inseridos dentro das duas perspectivas podem ser promissoras. As condições de produção implicam nas categorias sócio históricas, mas isso deve estar bem delimitado em um projeto de pesquisa.

A linguagem como objeto pesquisável é uma forma de apreensão das estruturas textuais e situações de comunicação. Dentro das práticas variadas da linguagem baseadas em gêneros escritos, Maingueneau fala que “O projeto intelectual da análise do discurso é em seus próprios fundamentos interdisciplinar” (2008, p. 153). Isso porque a linguagem se insere dentro em dimensões cognitivas, filosóficas, históricos e sociais, sendo que o texto e o discurso estão em torno de disciplinas e teorias em territórios de pesquisas influenciadas por correntes e/ou disciplinas advindos de outros campos do conhecimento que enriquece a pesquisa textual/discursiva.

O modelo hermenêutico entende que o texto/discurso pode ser entendido por um processo interpretativo. Sendo assim, os vários modelos de interpretação existentes podem ser inseridos no entendimento como complementares. Isso enriquece o tratamento das análises textuais, pois mobiliza uma série de estratégias capaz de desvendar os sentidos do texto. Vamos observar esses sentidos a partir de agora.

Quem foi João Peixoto Viegas

João Peixoto Viegas, segundo Francisco Franco (1954, p. 432) e Stuart Schwartz & Alcir Pécora (2002, p. 309), diz que, Viegas ainda solteiro, com a idade de 24 anos chegou à Bahia por volta de 1640, oriundo da cidade de Viana do Castelo, na província do Minho, região norte de Portugal. Supostamente filho de Fernão Peixoto e Bárbara Fernandes. Suas primeiras atividades estavam ligadas a exportação de açúcar, importação de escravos, além de vinho e alimentos, comércio próspero naquela época.

Com as habilidades comerciais ganhou um cargo no fisco sendo cobrador de impostos na capital do Governo Geral, em Salvador na Bahia. Em 1650 casa-se com Joana de Sá Peixoto, “filha de um rico senhor de engenho e ex-vereador da Câmara Municipal” (SCHWARTZ & PÉCORA, 2002, p. 309). O casamento lhe adiciona visibilidade e reconhecimento na sociedade colonial. Mas, sua ascensão sofre um revés quando é acusado junto à Inquisição. Segundo Celeste Pacheco de Andrade (1990, p. 67) muitos judeus tinham a conversão ao Cristianismo forçada, que fazia com que alguns ainda mantivessem suas antigas práticas em segredo, porém, não sabemos se de fato seriam essas práticas que levaram a ser acusado perante o Santo Ofício. Além disso, a colônia portuguesa na América era um refúgio para aqueles que fugiam da Inquisição, assim eles chegavam à Bahia e muitos se dedicavam ao comércio. João Peixoto Viegas possuía as características para tal acusação: era cristão-novo, comerciante e recém-chegado de

Portugal. Com esse histórico provavelmente não escapou dos olhares atentos de pessoas desconfiadas ou quem sabe invejosas de seu sucesso.

João Peixoto Viegas, com idas e vindas ao Santo Ofício presta vários esclarecimentos livrando-se das acusações, e com isso, se fez muito conhecido do recinto, tornando-se, assim, tesoureiro e escrivão das Bulas. Portar o rótulo de cristão-novo não o impediu de tornar-se provedor da Santa Casa de Misericórdia. Em pouco tempo tornou-se parte da aristocracia colonial e em 1654 já era eleito tesoureiro da Santa Casa. Isso mostrava indícios de sua extrema capacidade de articulação política, pois:

Viegas ganhou tal distinção ao participar da Câmara em 1664, 1668 e 1686. Serviu também em outros postos governamentais e, em 1673, ao que se sabe, adquiriu o cargo de secretário da Câmara Municipal, posição de considerável influência nos assuntos locais. Era amigo e sócio de Bernardo Vieira Ravasco, aliança selada pelo casamento do filho de Peixoto Viegas com um membro da família Vieira Ravasco. (SCHWARTZ & PÉCORA, 2002, p. 309, 310)

Ao final do século XVII João Peixoto Viegas já era um homem respeitado e atuante na economia e política baiana. Com destaque em sua participação na administração dos indígenas paiaíás em suas terras, inclusive ora fornecendo índios aliados como soldados, ora atuando como combatente nas diligências dos paulistas a partir de 1671. Além disso, sua atuação foi crucial no momento de crise na produção açucareira, na segunda metade do século XVII, propondo medidas para dinamizar a produção e escoamento do produto e apontando mecanismos fiscais e técnicos para que o açúcar se tornasse mais competitivo no mercado internacional, em que existia forte concorrência. Seus conselhos partiam de uma visão de quem conhecia bem os engenhos e o comércio. Esses mecanismos partiam numa perspectiva empática dos produtores que visava solucionar a crise, expostos num tratado feito exclusivamente para esse fim.

Portanto, a trajetória de João Peixoto Viegas é marcada pela sua chegada como um quase “anônimo” que por meio de suas habilidades ia galgando posições alcançando reconhecimento e riquezas. É bem provável que tenha começado a adquirir terras após seu casamento, pois era comum comerciante endinheirado investir em engenhos ou adquirindo grandes extensões de terra para além do Recôncavo, fazendo investimento em gado e currais. Cristão-novo de origem supostamente humilde iniciou sua carreira pelo comércio galgou os espaços da economia e política baiana. Em final de vida já era um homem com patrimônio considerável. Figurava entre os três maiores latifundiários da Bahia juntamente com a família D’Ávila e Guedes de Brito. Após falecimento em data não conhecida, deixou em herança aos familiares sua fortuna fundiária a estes, que continuaram com as atividades conjugadas à criação de gado e agricultura.

Os sentidos do texto: um documento de petição

Com base nos pressupostos teóricos expostos pretendemos discutir, na perspectiva teórica da Linguística Textual e da Análise do Discurso o documento histórico de João Peixoto Viegas determinando o contexto, o sujeito interlocutor, os propósitos do sujeito, a argumentatividade e as características típicas do gênero. O objeto de estudo está sistematizado dentro dos limites do presente trabalho, não esgotando todas as possibilidades de análise textual. Leiamos o presente texto que também se configura um documento histórico:

Registro de Outra Carta de Sesmaria de João Peixoto Viegas. Dom Jeronimo de Attayde Conde de Authouguia. Faço saber aos que esta Carta de Sesmaria virem, que João Peixoto Viegas me enviou a representar a petição cujo teor he o seguinte: Diz João Peixoto Viegas, que de cinco anos a esta parte tem povoado com quantidade de Gados, Gente e Escravos, as terras que chamão de

Itapororocas e terra nova de Jacoippe nos limites da Cachoeira termo desta Cidade, as quaes elle Suplicante, houve por titullo de compra de João Lobo de Mesquita estando despovoadas e inhabitadas havia vinte anos pelos asaltos e mortes que nellas havia feito, fazia muitas vezes o gentio bravo: e elle João Peixoto Viegas as povoou de gados, e escravos, criados, e moradores, com armas e Cazas fortes de Sobrado de pedra e cal, e huma Igreja no que tem feito muitas grandes despesas de Fazenda e dado muito crescimento as Rendas de Sua Magestade e segurança aos moradores que lhe são vizinhos, e por quanto, o gado vai em crescimento, e não bastão para apascentallo as ditas suas terras, e nas cabiceiras dellas para o poente, e noroeste, que fição entre Ryos de Paraassú, e Jacuippe the suas nascenças, tem noticia haver entre grandes serras, e mattos inuteis, que ali se estendem, alguns campos que se podem aproveitar, e povoar os quaes nunca athe este dia penetrou gente branca, nem forão sabidos, e estão devolutas pelas grandes catingas, e dificuldades de serras e mattos que os cercão, e principalmente sugeitas do gentio bravo, que as não deixa entrar, nem descobrir, e elle Suplicante o tem feito nas que comprou, e fará tambem nestas porque tem Cabedal, e fabrica para o conseguir, inda que com grande trabalho e despeza, no que receberá o bem commo desta Republica, conveniência, e utilidade, e as Rendas de Sua Magestade acrescentamento. Pede a Vossa Excellencia lhe faça mercê em nome de Sua Magestade dar lhe de Sesmaria, e por devoluta, e nunca povoada toda a terra que assim se achar, e houver por entre os dous Ryos Paraguassú, e Jacoippe, ficando os ditos Ryos por limite, e demarcação, o Paraguassú da banda do Sul, e o Jacoippe pella do Norte, e nascente entrar no mesmo Paraguassú, com todos os sacos, enseadas, voltas, e recantos, aguas, mattos, e sallinas, que dentro dos ditos Ryos e acharem-lhe suas nascenças. E receberá mercê⁷⁹.

Em primeiro momento a leitura mostra que esse não é um texto comum. É uma carta, mas ainda assim não é uma carta como costumamos ler. O leitor atual encontrará sérias dificuldades em entender certos elementos, como por exemplo, a ortografia utilizada principalmente nos substantivos que trata dos acidentes geográficos. Sendo assim, a primeira etapa na construção do sentido do texto perpassa a formação do leitor, os seus conhecimentos prévios sobre o gênero textual que está lendo. Apesar de ser uma carta do subgênero carta oficial é também um documento histórico, pois foi escrito no século XVII. Os documentos históricos são materiais de reconstituição histórica, fazendo parte de um conjunto de “vestígios” que falam de uma época. Dessa forma, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 74).

Pode-se argumentar que o texto específico interessa a filólogos e historiadores, mas ao contrário, é um conhecimento do passado que utilizado adequadamente pode suscitar um valioso instrumento de trabalho nas disciplinas de ensino de Língua Portuguesa e História, na perspectiva de ensino-aprendizagem. A proposta do documento como objeto de ensino suscita como esse texto foi produzido, em como se articula com a História e a sociedade que a produziu instigando a compreensão desses dois elementos simultaneamente. Como fala Gregolin:

A compreensão do discurso pode enriquecer as atividades desenvolvidas na sala de aula na medida em que permite trabalhar com várias modalidades textuais como a jornalística, a política, as histórias em quadrinhos etc. A riqueza desses textos certamente ajudará no trabalho de resgatar o discurso dos alunos, levando-os a construir seus próprios textos com crítica e inventividade. (GREGOLIN, 1995, p. 20).

⁷⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Documentação Histórica. Livro nº 257 de Provisões Reais – 1654-1664 – fls. 47.

A primeira etapa para entendimento do texto é delimitar como ele se constrói, posto que, a natureza do documento escolhido constitui uma carta que também é ao mesmo tempo uma fonte histórica. Esse material linguístico que tomamos para análise e compreensão encabeça seus sentidos reconhecendo o processo de produção nessa situação comunicativa observando os elementos e recursos utilizados. Como argumenta Bentes (2010, p. 271) “O(s) sentido(s) do texto não está/estão no texto em si, mas depende(m) de fatores de diversas ordens: linguísticos, cognitivos, socioculturais, interacionais”. Dessa forma, perceber de forma global seus significados utilizando os princípios da interpretatividade da Linguística Textual e observando o discurso torna a discussão elucidativa do ponto de vista de seu entendimento integral.

O texto é fundado em um pedido de Sesmaria, tratando-se da anexação de terras já adquiridas por João Peixoto Viegas. A argumentação vai se desenvolvendo nesse sentido. Para tanto, o princípio fundamental é baseado no que o sujeito pedinte já havia realizado e o que se podia fazer com as terras. A montagem da colônia na América Portuguesa fazia parte de uma estrutura alicerçada em tradições lusitanas de longa data. Sendo assim, a dinâmica expansionista portuguesa é explicada por Moraes da seguinte forma:

[...] a situação colonial, em si, justifica esse entendimento, pois a colonização é um processo de expansão imperial, movido por claras motivações geopolíticas metropolitanas, como visto alimentadas pela própria territorialidade intrínseca à formação do Estado português. A colônia é um resultado da instalação lusitana nas novas terras, cujo desenvolvimento se dá com a incorporação constante de novos espaços, com a conquista e exploração de novos lugares. O território colonial é, portanto, um anexo no espaço imperial da metrópole. (MORAES, 2000, p. 410)

João Peixoto Viegas havia pouco antes adquirido do Juiz do senado da Câmara de Salvador, João Lobo de Mesquita, as terras de “Itapororocas e terra nova de Jacoippe nos limites da Cachoeira termo desta Cidade”, eram terras limítrofes ao que corresponde ao baixo Paraguaçu. Territórios compreendidos atualmente com a região de Feira de Santana. Entretanto, o suplicante relatava que essas paragens estavam “despovoadas e inabitadas havia vinte anos pelos assaltos e mortes que nellas havia feito, e fazia muitas vezes o gentio bravo”. Por meio dessa compra iniciava um processo de ampliação de suas propriedades, sendo assim, as terras solicitadas eram devolutas e que deveriam ser valorizadas por meio da agricultura e pecuária como propôs no termo. Logo, aquelas terras possuíam características peculiares diferenciadas do litoral que favorecia a produção indicada. João Peixoto Viegas na condição de beneficiário da concessão pretendia ocupar aquelas paragens de acordo com as exigências que regulavam a sua distribuição garantindo assim o povoamento do interior.

Portanto, o encadeamento do texto é uma sucessão de elementos eufóricos (tem povoado, povoou, segurança aos moradores, crescimento de renda etc.) e disfóricos (despovoadas, inabitadas, assaltos, morte, matos inúteis, gentio bravo etc.). A valoração negativa vai servir de sustentação para a implementação do que é positivo. Dessa forma, se as terras são despovoadas ele vai povoar, se o lugar é inseguro ele trará segurança, se existe o perigo do gentio bravo, ele vai combater. Assim, a narrativa vai sustentando-se em alguns outros aspectos:

- a) **Incentivo:** O pedinte é incentivado pelos estímulos do avançamento territorial promovidos pela Coroa. Capistrano de Abreu (2006, p.133) relata que “bastava apenas papel e tinta para requerer as sesmarias”, que eram concedidas como prêmio, recompensa ou participação na interiorização do

sertão. Isso está implícito no contexto em que o sujeito vive, sendo um elemento extratexto.

- b) **Competência:** Ele possuía “Cabedal” para tanto colocava no escrutínio a índole de bom administrador como que “povoou de gados, e escravos, criados, e moradores, com armas e Cazas fortes de Sobrado de pedra e cal, e huma Igreja”. Mostrava sua força econômica e sua capacidade de povoar lugares “inabitados” com segurança.
- c) **Demarcação:** Outro argumento na petição foi sobre a inutilidade das terras. O que estimulou o latifundiário a definir sua própria demarcação “[...] toda terra que se achar, e houver, por entre os dous Ryos Paraguassú e Jacoippe the suas nascenças”. Nessa linha de raciocínio a carta põe imprecisão das dimensões da área evocando acidentes geográficos como parâmetros. A inutilidade vinha acompanhada com o benefício “em cultivar aquellas terras”. Agricultura e povoamento eram requisitos essenciais nas antigas leis fundiárias.
- d) **Sanção:** A distribuição dependia mais de um sistema de trocas e favores que das leis que regiam essas terras devolutas. A concessão pertencia aos governadores e a generosidade era a regra. Constantemente pedia “mercê”, ou seja, o merecimento pelas terras.

Com isso, são esses aspectos que estruturam a discursividade do texto. Assim, esses mesmos elementos podem ser encontrados em outras cartas da época, pois na mesma se diz “Outra Carta de Sesmaria de João Peixoto Viegas”.

A importância do contexto

O papel que o contexto desempenha na interpretação da carta é fundamental uma vez que como fala Koch apud Malinowski (2002, p. 22): “palavras e sentenças não tem sentido em si mesmas, fora de seus contextos de uso”. Assim, o contexto deve estabelecer: cenário, entorno sociocultural, a própria linguagem, conhecimentos prévios, evento focal. Iremos então nesse momento caracterizar o contexto da carta de João Peixoto Viegas tendo como base esses elementos.

- a) **Cenário:** O lugar em que está inserida a carta é a província da Bahia. O objeto de petição fica no interior nos dando sentidos à ideia de um interior sem precisão específica de sua espacialidade. Assim, o pedido leva a argumentação de intervenções no sentido de levar o progresso e o desenvolvimento. Em outras palavras a conquista pela “civilização” levada ao interior.
- b) **Entorno sociocultural:** A sociedade no século XVII era essencialmente patriarcal, rural, elitista e escravagista, reflexo da própria estrutura econômica segundo características básicas do colonizador lusitano.
- c) **Linguagem:** Diferentemente de uma carta pessoal essa se trata de uma carta oficial escrita de forma direta e breve entre duas pessoas de maneira formal com intenção de aquisição de terras.
- d) **Conhecimentos prévios:** A leitura dessa carta de petição parte da premissa de que seu escrutínio, ou de qualquer outro texto, é um processo ativo. Portanto, o que se lê faz uma mediação entre o leitor e o texto. A leitura será determinada conforme o conhecimento prévio que possui o leitor. Para melhor entendimento o domínio de certos conceitos é essencial como: sistema colonial, sociedade colonial, sesmarias etc. No caso de

utilizar o texto em aulas de ensino de Português ou História, conhecimentos prévios e contextualização são essenciais.

- e) **Evento focal:** O contexto e o evento focal estão numa estreita relação, pois esse permite uma interação entre texto e leitor possibilitando o leitor tornar-se participante da interação comunicativa. O evento focal aqui é a aquisição de terras no universo do sistema colonial.

O uso do contexto é importante porque toda manifestação da linguagem está inserida dentro de um determinado contexto sócio-histórico-cultural. Diante disso, o contexto dentro da Linguística Textual abrange não só as condições externas do interlocutor, mas também existe um contexto cognitivo que engloba conhecimentos extratexto desde os conhecimentos comunicativos a intertextualidade.

Dessa forma, considerando os fatores externos a língua não existe apenas um fator, mas um conjunto de fatores que determinam a produção da carta. Como concebe Koch (2002, p. 29): “o contexto é um conjunto de suposições trazidas para a interpretação de um enunciado”. E, mais: “um texto pode ser interpretado de diversas maneiras em contextos variados” (p. 29). Assim, com o espaço de que dispomos a interpretação possui limitações por considerar que os contextos não devem ser ampliados para não chegar a interpretações extensas que o trabalho não permite.

A questão da ideologia

A linguagem utilizada não é imparcial ao contrário constitui-se de um instrumento de persuasão que legitima os motivos para aquisição daquelas terras. Sendo assim, dentre as motivações encontram-se de ordem ideológica, valores, conceitos religiosos que ficam latentes no decorrer do documento. Entrementes, existe um aspecto formal por se tratar de uma carta, de modo que as informações nela contidas são organizadas de acordo a estruturação de uma carta. Com isso, o propósito comunicativo foi de pedir a ampliação de suas terras. Segundo Althusser (1980) a ideologia serve como objeto de coesão da sociedade, ou seja, a dominação de um grupo sobre outros sujeitos dentro de uma relação social que aceitam seu papel da forma como são colocadas. Nessa perspectiva o texto ou qualquer outra fonte histórica não é neutro, não está isento de ideologias. Portanto, isso pode ser observado na materialidade linguística aparecendo nas formações discursivas e ser interpretadas por determinações históricas.

Vamos centralizar, nessa parte do trabalho, segundo os pressupostos da Análise do Discurso, no que diz respeito à ideologia na carta de João Peixoto Viegas. Para tanto, existe na carta pistas de palavras e expressões que identifica o sujeito munido de ideologia predominante existindo pontos que fica evidente a manutenção a ordem vigente da dominação de um grupo sobre a outro. Nesse trecho: “estando despovoadas e inabitadas havia vinte anos pelos asaltos e mortes que nellas havia feito, fazia muitas vezes o gentio bravo”. Encontramos referências entre despovoado e inabitado em contra posição entre povoado e habitado. Na visão do colonizador despovoado e inabitado seria a não presença de pessoas europeias, diga-se de origem portuguesa, pois a região era densamente povoada por grupos indígenas.

João Peixoto Viegas reafirma a dominação no seguinte trecho: “e povoar os quaes nunca athe este dia penetrou gente branca, nem forão sabidos, e estão devolutas pelas grandes catingas, e dificuldades de serras e mattos que os cercão, e principalmente sugeitas do gentio bravo”. Esse emprego coloca o colonizador como o agente capaz de levar a “civilização” pela “gente branca”, que é o Europeu, para os lugares mais ermos da Província. Dessa forma, contrapondo com o “gentio bárbaro” que é agressivo, bravo, que não deixa a civilização penetrar o sertão. Assim, gente branca *versus* gentio bravo são dicotomias organizadas no discurso que demonstra a formação ideológica do sujeito pedinte que associa colonizador com o progresso e gentio bravo como sujeito que impede

o avançamento. Essas formas de apresentar um e outro na carta está naturalizado nas diferenças entre os sujeitos.

Essa estruturação mostra o sujeito do discurso conduzindo suas colocações para o sentido de provocar a ideia de um bom colonizador porque tem “Cabedal e fabrica para o conseguir”, já povoou outras terras, “tem dado muito crescimento e Renda”, dado segurança, “vai em crescimento”, são sequencias linguísticas encadeadas para surtir um efeito positivo na pessoa do sujeito colonizador destinatário da carta. O emprego desses elementos linguísticos no documento mostra traços da formação ideológica dentro do discurso. Entrementes, isso não quer dizer que João Peixoto Viegas estava consciente de que estava utilizando expressões carregadas de ideologia, até porque a noção e conceito de ideologia só seriam formulados no século XIX, mas por esse exercício reflexivo mostramos que o sujeito agia por meio de mecanismos inconscientes ao seu discurso.

Nesse tópico procuramos mostrar, de forma sucinta, como se processa a identificação da ideologia no discurso. Assim, ideologia é a visão de mundo do sujeito, a representação de uma elite dominante representando a ordem social. A reprodução ideológica é transmitida e perpetuada pelos aparelhos ideológicos, no contexto da carta, o Estado e a Igreja seriam os elementos mais presentes na formação da ideologia do sujeito. Com isso, por meio do documento com a teoria da Análise do Discurso é possível identificar no enunciado “pistas” de onde se assenta os valores ideológicos no texto. Dessa forma, as análises partem das condições históricas e sociais na produção do discurso analisado, tendo suas manifestações concretas na carta em estudo das representações dominantes.

Considerações finais

No presente trabalho tecemos algumas considerações sobre as possibilidades de estudo do texto seguindo o modelo teórico da Linguística Textual e da Análise do Discurso. Para tanto, iniciamos a reflexão por meio de uma breve revisão dos aspectos importantes das duas linhas teóricas, mas isso só pôde ser possível graças a heterogeneidade do campo linguístico conservando a autonomia de cada linha metodológica com a chancela dos domínios da História.

Essa forma de abordagem tornou-se pertinente por trazer reflexões diferenciadas sobre um mesmo objeto, uma vez que essas duas linhas teóricas citadas participam na construção dos sentidos do texto ampliando as formas de análise. Assim, esta perspectiva de estudo é extremamente importante dentro do contexto linguístico e histórico, pois estudos apontam que na Linguística Textual existem heterogeneidade e complexidade que complementa pelo estreitamento com a Análise do Discurso tornando uma abordagem mais abrangente em um quadro analítico globalizante nas discussões do texto.

O texto utilizado para análise foi o subgênero carta oficial no intuito de contribuir para a construção da compreensão das diferentes visões que circulam os discursos. Dessa forma, destacando por meio de um só texto as inúmeras possibilidades de análise e interpretação de como as teorias estudadas se apresentam fortemente inter-relacionadas. Assim, o papel do contexto sócio histórico é salientado nas duas visões e aqui apresentamos como uma articulação importante mostrando como o contexto participa na construção do sentido. A categoria de ideologia se apresenta também como importante no entendimento de outros discursos subtendidos de representação de poder nas palavras escolhidas pelo sujeito do texto.

Essas possibilidades de estudo utilizando correntes teóricas próximas não se esgotam nesse trabalho. Portanto, pode ser o início de uma reflexão maior, mais aprofundada considerando outros elementos que ficaram de fora na construção dos sentidos do texto presente nesse trabalho. Assim, o teor dessa produção concorreu para

compreender as formas existentes de análise de texto, pois as categorias de abordagem são convergentes numa perspectiva inter-relacional.

Referências

- ANDRADE, Celeste Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de história colonial. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1990.
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª edição. Lisboa, Portugal. Editorial Presença/Martins Fontes. 1980.
- Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Documentação Histórica. Livro nº 257 de Provisões Reais – 1654-1664 – fls. 47.
- BENTES, Anna Christina & LEITE, Marli Quadros (org.). **Linguística textual e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**: Séculos XVI, XVII e XVIII. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo/Serviço de comemorações culturais, 1954.
- GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso**: conceitos e aplicações. São Paulo: Alfa, 1995.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. In: SIGNORINI, Inês (Org.). [Re] Discutir Texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart B. & PÉCORA, Alcir (orgs.). **As excelências do governador**. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes. Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS SENTIDOS HISTÓRICOS.

Bruna Carneiro de Oliveira⁸⁰

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima⁸¹

Resumo: A temática acerca da juventude do século XXI precisa estar alinhada às questões recorrentes ao cotidiano juvenil como a educação, a profissionalização e o trabalho. A partir da revisão bibliográfica dos principais autores que situam historicamente o trabalho de crianças e adolescentes; da análise primordial dos dados relativos à educação e trabalho disponíveis no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), esse artigo foi construído com o objetivo de discutir as bases históricas da gênese do uso do trabalho dos jovens e a relação com as permanências e rupturas das principais políticas públicas voltadas para a juventude no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Juventude, Educação, Profissionalização, Trabalho.

Introdução

O presente artigo surge da iniciativa em compreender historicamente os primeiros usos da mão de obra infantil e juvenil, avançando juntamente com a intencionalidade das iniciativas públicas e privadas em profissionalizar esse público. O trabalho juvenil e até mesmo infantil não surge com a intensificação da exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo, mas, como aponta Martins (2008, p. 103) “Muito antes da Revolução Industrial, as crianças das classes mais desfavorecidas eram consideradas trabalhadores, embora se encarasse o trabalho realizado por essas crianças como uma forma de aprendizagem.”

Para Rizzini (2007), no Brasil registra-se a exploração do trabalho de crianças e jovens desde o período Colonial e Imperial servindo sempre aos interesses das elites escravocratas, agrárias e posteriormente industriais. Segundo a autora, havia o princípio de que “o trabalho seria a solução para o “problema do menor abandonado e/ou delinquente” (págs. 376 e 377). A partir de 1990 o Brasil caminha para ressignificação da concepção acerca da infância e adolescência e o trabalho para crianças é legalmente proibido, enquanto que, para os adolescentes, uma série de normativas o regulamenta.

Este artigo não objetiva discutir as mudanças paradigmáticas acerca da infância, entretanto, se importa em analisar o atual conceito sociológico da juventude a partir das contribuições de León (2005); Dayrell (2003); Cordeiro (2008) e Oliveira (2016). Todavia, pontuamos as dificuldades em estabelecer um único conceito de juventude dada suas múltiplas expressões e condições sociais e históricas (FRIGOTTO, 2004). Ademais, o percurso histórico aponta para avanços significativos sobre a compreensão acerca do conceito de juventude, sobretudo a partir da concepção de transitoriedade e na perspectiva de diversidade quando considera os jovens “como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos.” (DAYRELL, 2003, p. 42).

⁸⁰ Mestranda do Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica -PROFEPT do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Bacharel em Serviço Social (UECE). Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará- UECE/UAB.

⁸¹ Professora do Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Licenciada em Educação Física (UNIFOR); Mestre em Educação em Saúde (UNIFOR) Doutora em Educação (UNESP).

Além da discussão teórica acerca da juventude, é relevante, também caracterizar a relação dos jovens com as instituições educativas e com o mundo do trabalho, uma vez que "ao tentar analisar a emergente condição juvenil contemporânea no Brasil, seremos também obrigados a tratar da diversidade, daquilo que aparentemente é o mais tradicional da modernidade -trabalho, família e escola" (SPOSITO, 2005, p. 125). No cenário de reestruturação produtiva do capital e de ataques severos no campo do trabalho, os jovens "acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural." (ANTUNES, 2009, p. 52)

É preciso compreender a inserção e estabilidade dos jovens na escola, o sentido das políticas públicas voltadas para a juventude e questionar a capacidade da rede educacional de construir caminhos na contramão da precarização do trabalho e da negação dos direitos sociais.

Trabalho e Profissionalização de crianças e adolescentes - categorias históricas

A trajetória das crianças e adolescentes, em uma perspectiva globalizada é marcada pelas especificidades de cada região que influenciam diretamente as ações governamentais e privadas voltadas para esse público. Ademais, o percurso histórico da inserção das crianças e adolescentes na família, escola e trabalho, por exemplo, são marcados por processos de rompimentos ou continuidades que podem representar positiva ou negativamente avanços na vida social de crianças e jovens. (DAYRELL, 2003)

O uso da mão de obra infantil não foi compreendido historicamente de maneira uniforme. Ao nos referirmos à Europa Ocidental Feudal o trabalho das crianças e jovens configurava-se no cotidiano das famílias, seja auxiliando nas atividades domésticas ou fazendo pequenos serviços manuais nos ofícios de artesanato familiares. É importante pontuar que esses trabalhos eram reservados ao ambiente doméstico. Essa estrutura adquire uma nova forma ao passo que a reprodução da vida material assume novos contornos com o início do processo de urbanização, como nos pontua Pernoud :

A partir da altura em que cessam as invasões, a vida transborda os limites do domínio senhorial. O solar começa a não se bastar mais a si próprio; toma-se o caminho da cidade, o tráfego organiza-se, e em breve, escalando as muralhas, surgem os subúrbios. É então, a partir do século XI, o período de grande actividade urbana. Dois factores da vida económica, até então um pouco secundários, vão adquirir uma importância de primeiro plano: o ofício e o comércio [...]. (PERNOUD, 1997, p.47).

O florescimento do comércio e das oficinas abre os horizontes para a vida nas cidades, marcando o contexto de início da sociedade medieval. As formas de produção e reprodução da vida material reconfiguram-se expandindo para além do ambiente doméstico. "Viver em coletividade significa produzir valores culturais, símbolos, educação, criar, portanto, a civilização, que é histórica, determinada pela produção da vida material dos homens." (AMBONI, 2010, p. 05).

Para a infância e adolescência o contexto também significou o abandono do trabalho restrito ao lar. As crianças e jovens passaram a morar com os mestres na condição de aprendizes e muitas recebiam treinamento para o comércio como forma de pagamento. Geralmente o trabalho ofertado para as meninas era o serviço doméstico na casa dos artesãos, manufactureiros e mercadores e o salário era pago com a oferta de moradia e comida. O trabalho exercido pelas crianças alcançava as doze horas diárias, entretanto não era compreendido como abusivo, uma vez que a sobrevivência familiar dependia dessa forma de colaboração. (TUTTLE, 2001).

Na primeira revolução da indústria o recrutamento de crianças e jovens se dava através da assistência paroquial que recebia órfãos, abandonados e indigentes, uma vez que esses necessitavam mudar-se para a zona rural onde havia uma grande concentração de fábricas que se utilizavam da força hidráulica. Com mudança das fábricas para a zona urbana, a força de trabalho infantil passa a ser requerida diretamente do ambiente familiar (NOGUEIRA, 1990).

Para ENGELS (1985) a justificativa do capital para o uso da mão de obra infantil estava na necessidade em oferecer melhores condições de vida e emprego. Com um teor filantrópico, a burguesia fundamentava essa exploração de homens, mulheres e crianças, pois nesse sentido o acesso ao trabalho era oportunidade.

[...] Desde o princípio da nova indústria, estas [as crianças] foram empregadas nas fábricas. [...] eram quase somente as crianças que nela trabalhavam; iam procurá-las nas casas de assistência, que as alugavam aos industriais como “aprendizes”, em grandes grupos e por muitos anos. Eram alojadas e vestidas coletivamente e tornavam-se, bem entendido, escravas dos seus patrões, que as tratavam com brutalidade e barbaridade... [...] (ENGELS, 1985, p. 171-172)

No Brasil, a partir da perspectiva de desenvolvimento após a proclamação da República, houve significativa participação de crianças e jovens nas fábricas e no setor agrícola. RIZZINI (2007) afirma que a escravidão reforçou a crença de que o trabalho infantil e juvenil era uma possibilidade de conseguir mão de obra barata, adaptável e dócil e que, portanto, a oferta de trabalho era uma alternativa adequada para crianças e adolescentes órfãos, abandonados, pobres e “delinquentes”. Nesse contexto, foram criadas diversas instituições com o objetivo de formar trabalhadores para o sistema fabril e agrícola brasileiro.

Asilos de caridade foram transformados em institutos, escolas profissionais, patronatos agrícolas[...] visando a adequação do menor às necessidades da produção artesanal e fabril, formando desde cedo a futura mão de obra da indústria. Foi o caso do Seminário dos Meninos, que em 1874 tornou-se o Instituto de Educandos e Artífices [...] A Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1874) tornou-se o Liceu de Arte e Ofícios, oferecendo aprendizagem industrial e agrícola. O Asilo dos Meninos Desvalidos, criado em 1875, transformou-se posteriormente no Instituto Profissional João Alfredo. Em 1889 é criado o Instituto Professora Orsina da Fonseca para o preparo profissional de operárias, de oito a 18 anos. (RIZZINI, 2018, p. 378 e 379)

Em 1906, Nilo Peçanha iniciou a experiência de ensino técnico do Brasil com a criação de quatro escolas profissionais no estado do Rio de Janeiro. Posteriormente foram criadas mais 19 Escolas de Aprendizes Artífices por todo o país. Entretanto KUENZER (2007) pontua que essas instituições são criadas em um contexto de pouca expressão da indústria no Brasil e que, diante disso, tinham “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”. (KUENZER, 2007, p. 27).

Este artigo objetiva, também, refletir sobre a gênese do sentido do trabalho e educação profissional para a juventude para percebermos quais as rupturas e permanências podemos identificar atualmente ao analisarmos as condições educacionais e de trabalho dos jovens.

Nessa perspectiva, a análise histórica nos permite inferir que a profissionalização de crianças e jovens no Brasil esteve vinculada ao sentido de voltar-se para as camadas mais pobres para a formação de trabalhadores precarizados. Segundo MANFREDI (2017) essa modalidade de educação é constituída pelo assistencialismo e pela submissão aos interesses do capital, além de, muitas vezes, ter um caráter compulsório.

O incentivo à educação não acadêmica comporta em si um direcionamento com princípios e valores de mercado, interfere nas ações em seu aspecto de gestão, estimula diretrizes e metas a serem alcançadas nos parâmetros da lógica da eficiência do capital. Assim, conectando-se à expressão formação de jovens para o trabalho, que seria o “empreendedorismo juvenil”, é moldado um capital humano a ser utilizado de forma mais útil e disciplinada pelos programas sociais. (CARVALHO, NOMA, 2011, p 175)

A inserção de jovens na educação acadêmica ou a prioridade na sua preparação para o trabalho são questões que não se esgotam no debate educacional, uma vez que os jovens estão imersos na lógica de produção e reprodução do capital. Conseqüentemente, também são alvos das violências, desemprego, desigualdade de acessos aos bens materiais e políticas sociais

É necessário compreendermos, além do engendramento da profissionalização ofertada aos jovens, o acesso desse público às outras modalidades educativas atualmente e, conhecermos o cenário em relação ao trabalho para a juventude.

Juventude e Educação

Importa-nos, primeiramente, situar a compreensão de juventude atualmente, além disso, também nos interessa os dados que vinculam essa categoria à educação. Para DAYRELL (2003), a juventude é constantemente lembrada em sua condição de transitoriedade, sobretudo quando se trata do jovem enquanto estudante, uma vez que ele está vinculado a um processo de construção de sujeitos, planos e projetos e sua condição presente acaba por ser ignorada. Portanto, é preciso que as instituições educacionais reconheçam os jovens em suas múltiplas dimensões, ultrapassando a visão que o considera apenas no seu aspecto cognitivo.

A definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. A potência desta ótica reside substancialmente em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição. (LEÓN, 2005, p.14)

Considerando a juventude como uma categoria sociológica, esta foi incorporada à sociologia no bojo das discussões acerca da Sociologia da Educação⁸² no Brasil no contexto em que se fazia necessário considerar que as outras estruturas sociais intervêm nas práticas educativas (SPOSITO, 2010). A partir de então, a juventude, enquanto categoria social extrapola o ambiente escolar e passa a ocupar as questões de cultura, sociabilidade, comportamento e etc.

O arco teórico ampliado e as novas pesquisas caminharam ao lado do movimento pela democratização do país, que voltou a incorporar no debate público a importância da educação escolar como direito democrático e a necessidade de se investigar dimensões mais obscuras das práticas escolares. Nesse período, ocorre um intenso processo de expansão das oportunidades de acesso à escolaridade, ao lado do reconhecimento da crise de eficácia da ação socializadora da

⁸² Sposito (2010) aponta o trabalho de Antonio Candido em 1953 como destaque para a Sociologia da Educação ao trazer as questões conflituosas em torno da prática educativa anunciando, assim, a necessidade em considerar os aspectos da sociabilidade dos estudantes para a pesquisa sociológica.

instituição escolar, ou seja, aspectos da dominação e da reprodução cultural e social estariam sendo afetados pela organização escolar vigente e seu novo público. De algum modo, os alunos passam a constituir um problema nas práticas e nos processos da reprodução cultural e social e demandam uma nova perspectiva no campo da pesquisa (SPOSITO, 2010, p. 97)

Notamos o estreito desenvolvimento dos estudos acerca da educação no Brasil e a necessidade em considerar as múltiplas dimensões da vida subjetiva e social dos educandos. Diante disso, não se mostra possível que a escola se afaste das reivindicações e perspectivas dos jovens estudantes, portanto é fundamental que se compreenda a relação desses jovens com a educação buscando encontrar os pontos de permanências e rupturas.

Ainda sobre a juventude enquanto categoria sociológica, considerando, portanto, sua historicidade e culturalidade, Cordeiro (2008, p.35) demarca que “depois de ter representado essencialmente um período de latência, a juventude tornou-se, no século XVIII, a fase de educação e preparação à condição de adulto.” A partir disso, há que se notar que além dos complexos fatores que envolvem a juventude, é adicionado à esse bojo a “preparação” para uma vida adulta.

Pontuamos, aqui, a centralidade capitalista na expressão, uma vez que a condição de responsabilidade pela reprodução material demarca a preparação para a vida em sociedade. Não obstante, a sociedade do capital é capaz de produzir cada vez mais amplos e complexos aspectos que incidem sobre a juventude, como nos aponta Cordeiro:

Nos dias de hoje a sociedade está fortemente marcada por mediações que afetam diretamente a experiência de viver a juventude: a mundialização do capital, a globalização e colonização da cultura pela via das indústrias culturais, a influência dos meios de comunicação em massa, o poder autoritário da tecnologia, o tom profético neoliberal que dá ênfase ao Estado eficiente e produtivo a partir da lógica empresarial, à supremacia do individualismo, ao empobrecimento das populações, à despolitização das instâncias de participação política. A lógica capitalista criou diversos mecanismos de controle material e imaterial [...] (CORDEIRO, 2008, p. 39).

Entrelaçados entre as complexidades da realidade social, os jovens estão nos ambientes escolares desafiados entre a necessidade em permanecer estudando para alcançar boas posições no mercado de trabalho e os embargos para atingir tal objetivo. Como nos aponta Oliveira (2016, p 03) “há uma relação entre as incertezas do mercado de trabalho e as incertezas da condição juvenil, que marca a passagem da juventude para a fase adulta.”

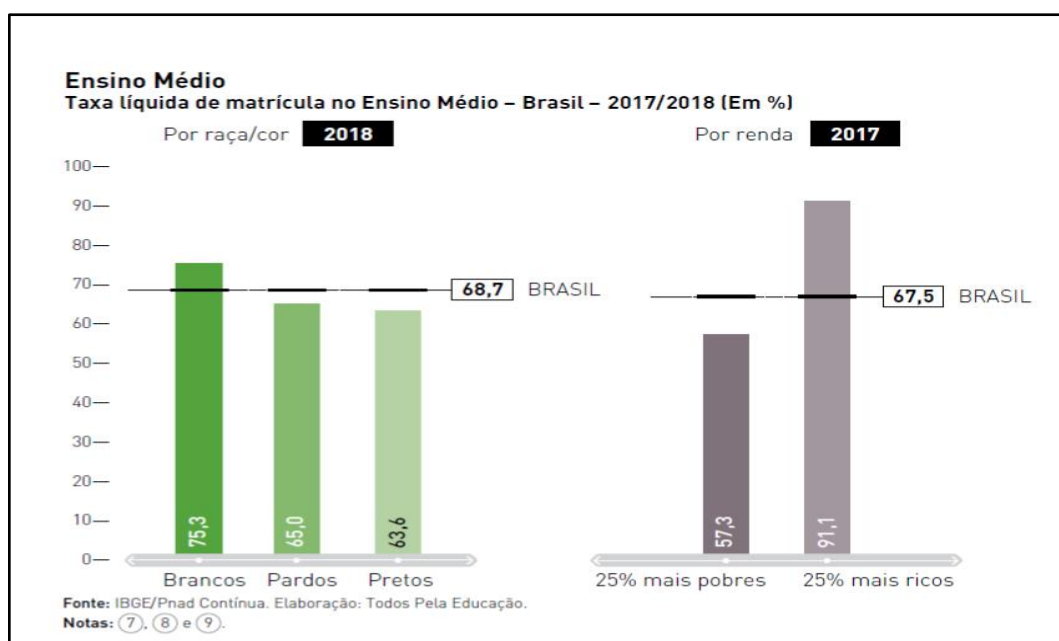
Em 2010, no Brasil, se aprova a PEC da Juventude- 138/03 que, através de Emenda Constitucional passa a incluir os jovens entre 15 e 29 anos como grupo social também prioritário para a garantia dos direitos sociais fundamentais e no planejamento e implementação de políticas públicas. Outro marco legal é a Lei Nº 12.852 de 05 de agosto de 2013 que instituiu o Estatuto da Juventude. Importante ressaltar a preocupação legal do documento em relação à profissionalização⁸³, trabalho e renda tratando-os enquanto direitos da juventude no Brasil.

⁸³ Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas: I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação; II - oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de: a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo; b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular; III - criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores; IV - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil; V - adoção de políticas

Em relação à educação de jovens no Brasil segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019), a análise completa do documento revela o quanto ainda há que se caminhar para a garantia da qualidade da educação básica, sobretudo com o objetivo de atender as metas previstas no Plano Nacional da Educação (PNE, 2014). Além disso, as problemáticas também estão em estabelecer políticas educacionais que superem as descontinuidades dos programas e projetos.

Segundo o Anuário Brasileira da Educação Básica (2019) em 2017, o Brasil registrava aproximadamente 903 mil jovens fora da escola, considerando a idade de 15 aos 17 anos. Ademais, de cada 100 estudantes que ingressam na escola, apenas 64% concluíram o ensino médio até os 19 anos. Somente esses dois dados iniciais nos propõe a refletir sobre qual o lugar social que estes jovens estão ocupando, uma vez que se não estão inseridos nas políticas educacionais ou se o acesso e permanência são fragilizados, as consequências incidem diretamente nas perspectivas que esses jovens terão de um futuro relacionado ao trabalho ou estudo.

Gráfico 1- Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio.



Fonte: Todos pela Educação (2019)

Esses dados não demonstram apenas a realidade escolar, mas, também, evidenciam que as desigualdades sociais e as questões raciais perpassam a juventude. O gráfico 1 revela as disparidades ao considerarmos as matrículas no ensino médio entre brancos, pardos e negros. As estatísticas são ainda mais desiguais quando trata da condição socioeconômica que retrata as desigualdades de acesso a oportunidades entre ricos e pobres.

Do total de excluídos da escola, a maioria é negra e parda. E a discriminação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso, mas também na continuidade da vida escolar. A média de anos de estudo da população negra é de 6,7 anos ante 8,4 da média da população branca. Essa diferença indica que as taxas de

públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude; VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais.[...] (BRASIL, 2013)

repetência e abandono escolar entre adolescentes negros são maiores que entre os brancos. É uma evidência de que a discriminação racial interfere de forma significativa no rendimento escolar dos alunos do Ensino Fundamental e Médio (DAYRELL; DE JESUS, 2016, p. 410)

No cenário educacional brasileiro não podemos falar em igualdade de acesso e permanência dos jovens nas escolas e, além disso, é preciso reconhecer que as diferenças ocorrem em muitas dimensões da vida social juvenil. FRIGOTTO (2009) faz referência à essa noção de juventudes que desenrola-se nas desigualdades no acesso a oportunidades e modos de vida. Existem as realidades juvenis amplas de viabilidades, profissionalização, consumo e àquelas em que “o diverso que resulta da desigualdade de condições não só é um pobre diverso, como não é diverso, mas sim desigual.” (FRIGOTTO, 2009, p. 25)

As informações estatísticas até agora mencionadas referem-se ao ensino médio regular, entretanto, o Brasil conta, também com a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) abordando, inclusive, como meta no Plano Nacional de Educação (2014), o aumento de 50% da expansão pública dessa modalidade. A educação registra, atualmente, 1,1 milhão de matrículas nesse modelo somente na rede pública, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019).

A oportunidade de acesso à educação é um direito da juventude e conhecer o cenário atual nos permite refletir sobre os limites que esse ingresso, muito embora se pretenda ou caminhe para a universalidade, tem na função de possibilitar ao jovem uma passagem para a vida adulta e para o acesso ao mercado de trabalho. Diante disso, não se pode afirmar que a certificação escolar é capaz de garantir o pleno emprego, sobretudo em condições sociais e educacionais influenciadas pelas Organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial (OLIVEIRA, 2006).

A historicidade aponta que o trabalho surgiu como alternativa para ocupar crianças e jovens pobres, retirando-os do convívio social precarizado e impondo-os severas e exaustivas rotinas laborativas. Nos importa refletir se a lógica que norteou as primeiras iniciativas públicas e privadas para a infância e juventude pauperizada ainda conduz as ações contemporâneas. Ao analisarmos as políticas públicas para a juventude mais atual, pontuamos o investimento em formação profissional com vias a inserção no mercado de trabalho.

Diante da certeza de que a reversão do quadro de tensões vivido pela sociedade – em função do aumento da violência envolvendo os setores juvenis – não ocorreria apenas com a garantia de acesso à escola, inúmeras ações governamentais foram estabelecidas com o objetivo de reverter [...] a falta de perspectiva de futuro para a juventude brasileira. Neste sentido, nas últimas duas décadas foram implementados programas voltados para a qualificação profissional da juventude. Dentre os quais se destacam, no governo FHC, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) ;2 no governo Lula, o Programa Nacional de Qualificação (PNQ) e, no governo Dilma, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). (OLIVEIRA, 2018, p. 81)

De acordo com OLIVEIRA (2018) os governos Lula e Dilma (2003 – 2016) mantiveram a mesma perspectiva de profissionalização como estratégia de políticas públicas para a juventude com a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa Escola de Fábrica, Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Pronatec, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE).

Tais iniciativas conciliatórias entre as demandas do capital e a questão social que aflora requisitando ações do Estado permitem a sobrevivência desse modo de produção e

sociabilidade, segundo Frigotto (2004, p. 194) “O tema trabalho precoce e da educação dos jovens é fecundo para elucidar a contradição inerente ao sistema capitalista”.

Juventude e Trabalho

O Brasil registra, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) no último trimestre de 2019, 11, 6 milhões de pessoas desempregadas. Compreendendo a centralidade do trabalho para a reprodução material na sociedade do capital, além de, socialmente compreendermos que o trabalho “se afirma como um valor cultural e simbólico” (MARTINS, 1997, p. 98), o desemprego pode significar estar à margem do desenvolvimento social.

Para os trabalhadores com maiores experiências e, geralmente, com carreiras e profissões bem definidas, a instabilidade e o desemprego são realidades no atual cenário econômico e social. Os jovens também inscrevem-se na conjuntura de desemprego e enfrentam um contexto desafiador para driblar a falta de acesso ao mercado de trabalho, as exigências por qualificação e experiência e a oferta de subempregos.

De acordo com o *Panorama Laboral da América Latina y el Caribe* (2019) publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) as regiões citadas no documento contam com 110 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos. O panorama afirma que as condições de inserção ou não do público juvenil no mercado de trabalho são árduas, uma vez que 1 a cada 5 indivíduos menores de 24 anos estão em busca de emprego. Entre os que encontram-se empregados, 6 em cada 10 atuam no setor informal, além disso, do total, 22% não estudam e não trabalham.

Se a gênese do trabalho na infância e juventude nos aponta para o uso desmedido dessa mão de obra aliada aos esforços em ofertar a profissionalização como alternativa para que esse público alcançasse melhores condições de vida, nos deparamos atualmente com as precarizações e negações de acesso ao trabalho para esse público.

O tempo de entrada no mundo do trabalho transporta as marcas da precariedade, da instabilidade e da insegurança (...) mas transporta também, (...) a responsabilização individual pelos sucessos e fracassos do processo de inserção profissional (ALVES, 2007, p.19)

O sentido da inserção precoce de jovens no mercado de trabalho muitas vezes ainda obedece a necessidade familiar de complementar a renda, pois as famílias pobres expõem os jovens antecipadamente no mundo do trabalho e, conseqüentemente ao desemprego e precarização. A desigualdade social não permite que as famílias pobres deixem os filhos na “inatividade”, comum à juventude da classe média e rica do país. (POCHMANN, 2004)

As trajetórias individuais [...] são heterogêneas e, ao mesmo tempo, homogeneizadas pelos dispositivos e capitais disponíveis, praticamente acionados. No contexto hegemônico do capitalismo neoliberal, a juventude tem que se colocar diante de questões complexas (enjeux): trabalhar e/ou estudar, morar na casa dos pais ou ter a sua própria casa, entrar numa gangue ou num grupo religioso, morar junto com alguém ou morar só, estar empregado ou autônomo, migrar ou ficar no território conhecido, definir sua vida profissional entre várias carreiras. Esses dilemas são próprios da juventude, mas condicionados pelos campos, dispositivos e disposições das forças em presença, pois as possibilidades e oportunidades não estão abertas igualmente a todas e todos. A desigualdade de capitais de origem ou de partida não oferece as mesmas chances aos jovens. (FALEIROS, 2008, p. 65-66)

Nesse sentido, ainda que se pontue a ampliação de acesso de crianças e adolescentes à educação básica gratuita e de qualidade, à educação de nível superior e

profissional, não se deve perder de vista que todas essas modalidades educacionais são limitadas, pois “é o funcionamento do sistema produtivo o responsável pela dificuldade dos nossos jovens no mercado de trabalho” (SANCHIS, 1997, p. 32).

A qualificação de jovens não constitui em si uma política social capaz de garantir efetivamente a superação de condições de vida afetadas pela profunda distribuição desigual de bens e serviços e da negação dos direitos sociais básicos. Ainda que os jovens permaneçam na educação acadêmica ou adentrem na preparação para o emprego, as problemáticas não se encerram nas competências individuais. KUENZER (2007) pontua a ambiguidade desta questão que não é apenas pedagógica, mas tem uma vinculação política a partir das bases materiais de produção e sua historicidade.

[...] a educação tem sido usada ideologicamente como um artifício para justificar a existência de desigualdades sociais. [...] mesmo que todos sejam qualificados não há espaço para todos. Portanto, a qualificação é necessária, mas resolve apenas um problema individual e não o de todos (BOCK, 2002, p. 14 e 15).

Considerações Finais

A juventude é perpassada pelas inúmeras categorias que compõem a vida em sociedade tais como as relações culturais e de consumo; os laços familiares e amorosos, o cotidiano comunitário, social e escolar. Diante disso, os jovens estão inseridos em muitas redes de relações que influenciam no desenvolvimento da sua vida social e, diante das novas formas de sociabilidade e produção impostas pela mundialização do capital, o mundo do trabalho se estabelece com demandas específicas para esse público.

É necessário que estejamos dispostos a discutir, analisar e contribuir para que os espaços ocupados pela juventude possam cumprir com suas funções atendendo aos anseios e necessidades dos jovens, sobretudo os oriundos de escola pública, moradores de bairros periféricos e que se encontram a margem de um sistema educacional e laboral inclusivo, humanitário e oportunizador.

É preciso considerar que o contexto social no qual se inserem os jovens no Brasil é, muitas vezes, marcado pela privação de direitos sociais básicos que impactam nas possibilidades de um exercício pleno da cidadania e na construção de um futuro digno. Se torna fundamental compreender, por exemplo, o papel das ações educativas e profissionalizantes para a construção do futuro dos jovens que, costumeiramente, têm suas incursões pelo mercado de trabalho marcada pela precarização, flexibilização e dificuldades em gerir a própria vida e estabelecer vínculos com o trabalho produtivo no contexto da sociedade capitalista.

Pensar a juventude no século XXI diante de mudanças significativas nas relações de produção e reprodução da vida material é, também, refletir sobre os espaços que esse público conseguiu conquistar e de como a construção histórica de políticas públicas para os jovens influenciam a sua relação com o mundo em suas amplas dimensões.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Natália. *Inserção profissional dos jovens: do problema social ao objeto sociológico*. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigos/insercao-profissional-jovens-problema-social.pdf>>. Acesso em: 14/04/2020.
- AMBONI, V. *O Trabalho Na Idade Média: a Reprodução Da Vida Material Nas Cidades Medievais*. VIII Ciclo de Estudos Antigos e Medievais IX Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Anais...Londrina: 2010
- ANDRADE, Carla C. de. *Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*. IPEA: 2008.

ANTUNES, Ricardo. *O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural*. Theomai, n. 19, p. 47-57, 2009.

BOCK, Ana M. B. *A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Em Bock, Ana M. B., Gonçalves, Maria da G. M., & Furtado, Odair. (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Flávia Xavier; NOMA, Amélia Kimiko. *Políticas públicas para a juventude na perspectiva neoliberal: a centralidade da educação*. Roteiro, v. 36, n. 1, p. 167-186, 2011.

CORDEIRO, Denise Maria Antunes. *Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades*. 186f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal Fluminense- Niterói, 2008.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; DE JESUS, Rodrigo Ednilson. *Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar*. Educação & Sociedade, v. 37, n. 135, p. 407-423, 2016.

_____. *O jovem como sujeito social*. Revista brasileira de educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

_____. *Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio*. In: BRASIL. Ministério da Educação. Salto Para o Futuro. ano XIX, boletim 18. Brasília, DF: MEC, nov. 2009.

ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FALEIROS, Vicente. *Juventude: trabalho, escola e desigualdade*. Educação & Realidade, v. 33, n. 2, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In:NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.180- 216, 2004.

_____. *Expectativas juvenis e identidades do Ensino Médio*. Ensino Médio no Brasil: “Juventudes” com futuro interditado. In: *Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio*. Salto para o futuro, ano XIX, boletim 18 –Novembro/2009, p. 24 –29.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. Cortez Editora, 2007.

LEÓN, Oscar Dávila. *O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. In M. V. Freitas. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais* (pp. 19-35). São Paulo: Ação Educativa, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. Paco Editorial, 2017.

MARTINS, Olga Guimarães. *Condições de vida e de trabalho na Inglaterra da Revolução Industrial*. 2008. Tese de Doutorado.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

OLIVEIRA, Jonas Henrique. *Sociologia, juventude e educação: dilemas, problemas e desafios*. Movimentação, v. 3, n. 4, p. 01-18, 2016.

OLIVEIRA, Ramon de. *Agências multilaterais e a educação profissional brasileira*. Campinas: Alínea, 2006.

_____. *O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 16, n. 1, p. 79-98, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Panorama Laboral 2019*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019. 152 p.

PERNOUD Régine. *Luz sobre a Idade Média*. Portugal. Publicações Europa-América: 1997.

POCHMAN, Márcio. *Juventude em Busca de Novos Caminhos*. Em Novaes, Regina; Vannuchi, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIZZINI, Irma. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p.376-406.

SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In H. Abramo & P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 87-128). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura*. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. SPE, p. 95-106, 2010.

TUTTLE, Carolyn. *Child Labor during the British Industrial Revolution*. EH.Net Encyclopedia. 2001.

URL: <http://eh.net/encyclopedia/child-labor-during-the-british-industrial-revolution/> Visita em 10/04/2020.

TODOS, PELA EDUCAÇÃO. *Anuário brasileiro da educação básica*. São Paulo: Moderna, 2019.

MACUNAÍMA: O MODERNISMO E A ERA VARGAS

Gisela Nathália Bueno Nunes⁸⁴

Carolina Ramos de Souza⁸⁵

RESUMO: O presente estudo propõe analisar a obra *Macunaíma – O herói sem caráter nenhum* (1928), de Mário de Andrade, resultado de suas minuciosas pesquisas em viagem pelo Brasil, em busca das especificidades da cultura e do povo brasileiro. Diante disso, pretende-se analisar a rapsódia de *Macunaíma* como instrumento de representação da identidade nacional e de valorização da miscigenação durante a conjuntura do governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, através do diálogo entre História e Literatura, nota-se que o literato não documenta acontecimentos e experiências, mas as usa como ponto de partida para uma reflexão e as combina com padrões e gêneros de escrita para a construção de sua obra.

Palavras Chave: História; Literatura; Identidade Nacional; *Macunaíma*; Estado Novo.

INTRODUÇÃO: USOS E ABUSOS DO MODERNISMO NA ERA VARGAS

No decorrer deste artigo, pretende-se analisar de forma mais cautelosa a questão da representação de uma identidade nacional a partir da perspectiva criada pelo escritor modernista, Mário de Andrade, na obra *Macunaíma – O herói sem caráter nenhum* (1926), sendo esta publicada no ano de 1928. A narrativa atenta-se em retratar a história da personagem *Macunaíma*, o qual vem ao mundo enquanto um herói indígena nascido negro em meio a floresta amazônica e que vive as margens do rio Uraricoera com sua mãe e seus dois irmãos, Maanape e Jiguê. Após a morte da mãe, *Macunaíma* e os irmãos decidem ir para São Paulo, porém no decorrer do trajeto *Macunaíma* se torna branco após se banhar em águas encantadas. Durante o caminho para São Paulo, a personagem passa por diversas situações peculiares, em que o autor ousa misturar elementos pautados na realidade com particularidades do folclore brasileiro. Diante de tal perspectiva, é possível afirmar que este livro pode ser considerado a obra prima do escritor pois se originou como resultado das pesquisas realizadas pelo próprio Mário de Andrade através de suas viagens pelo Brasil, conhecendo assim variados aspectos da cultura do povo brasileiro.

Em razão disso, buscar-se-á compreender as representações retratadas na rapsódia alegórica de *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter*, tomando esta fonte como ponto de partida para a discussão sobre a produção de uma escrita nacional que se propunha a valorizar a cultura brasileira e a miscigenação, considerando sua utilização como instrumento contraditório de representação da identidade nacional no período do Estado Novo. Em especial, faz-se pertinente atentar-se ao papel relativo a Mário de Andrade enquanto intelectual que vivenciou esse período autoritário da história do Brasil, ao longo do governo de Getúlio Vargas, explorando as dimensões apresentadas por suas críticas sobre a sociedade brasileira presente em suas obras.

A obra de Mário de Andrade tem muito a dizer sobre a cultura, a memória e a identidade brasileira. Foi nesse sentido que o livro *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter* foi apropriado com o objetivo de problematizar questões relacionadas à construção da cultura nacional entre as décadas de 1920 a 1940, visto que o livro traz temas rurais e urbanos da cultura brasileira, bem como o papel dos intelectuais durante o

⁸⁴ Historiadora graduada em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).

⁸⁵ Historiadora graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mestra em Literatura e Cultura Russa pela Universidade de São Paulo (USP) e professora no curso de História na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).

governo de Getúlio Vargas. Deve-se destacar que devido às políticas governamentais da Primeira República brasileira garantiram a manutenção da desigualdade social e da exclusão da maior parte da população brasileira da política nacional, motivando assim diversas revoltas sociais que acarretaram no enfraquecimento das oligarquias rurais hegemônicas e possibilitaram o triunfo da Revolução de 1930.

Foi nesse contexto da República Velha que o escritor Mário de Andrade começou a se formar, publicando seu primeiro livro *Há uma gota de sangue em cada poema*, sob o pseudônimo de Mário Sobral⁸⁶. A obra em si faz críticas, através de seus poemas, às mortes provocadas pela Primeira Guerra Mundial, trazendo ainda sua percepção em relação à identidade brasileira, num contexto em que o autor permanecia ligado à literatura europeia.

Perante a participação ativa de Mário de Andrade na Semana de Arte Moderna de 1922 e nos desdobramentos que ela teve, percebe-se que o literato tinha uma forte ligação com o movimento modernista, que fazia críticas ao parnasianismo, o que levou o autor a ter um desejo de retratar uma linguagem nacional própria, se desvinculando de qualquer traço europeu em sua obra. Diante disso, o escritor deixa São Paulo e viaja pelo Brasil fazendo um trabalho de pesquisa sobre a História, a Cultura e a vida dos brasileiros de cada região. O conteúdo de suas pesquisas foi o que embasou obras como *Clã do Jabuti* (1927) e *Macunaíma*, esta última sendo considerada a mais impactante e recebendo uma adaptação para o cinema. No que se refere à obra *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter*, que recebe a qualificação de rapsódia⁸⁷ no ano de 1937, busca apresentar um retrato do povo brasileiro através de um herói sem caráter trazendo diversas referências do folclore nacional, aproximando-se da oralidade, sendo estas características da primeira fase modernista que acentuam a oposição ao movimento parnasiano trazendo uma arte totalmente brasileira que rompe com o conservadorismo no campo artístico.

Mário de Andrade e suas obras modernistas eram de grande relevância, principalmente durante o governo de Getúlio Vargas, pois “os modernistas e, principalmente, Mário, contestam o clássico triângulo étnico: luso, índio e negro opondo-lhe o cosmopolitismo que se podia observar em São Paulo.” (FERNANDEZ, 2013, p. 20). Para tanto, o governo de Vargas buscou construir por meio das artes uma nacionalidade brasileira tomando o folclore como ponto de partida para a compreensão de uma identidade nacional, buscando no próprio movimento modernista as referências para a construção dessa nacionalidade, tendo em vista que “os intelectuais se propunham a desentranhar o substrato selvagem, a poesia de origem, para intuir o modo brasileiro aquém da civilização” (KLAMT, 2003, p.60).

Entretanto, o debate sobre a formação de uma nação e a construção de uma identidade nacional brasileira já havia sido visitado em 1843 com a monografia de Karl Friedrich Von Martius, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, apresentada em um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em seu texto, o botânico austríaco Von Martius defende a premissa de que qualquer pessoa que se propusesse a escrever a história do Brasil deveria se atentar aos elementos que rodeavam o homem brasileiro, tanto o espaço geográfico quanto à análise das três raças formadoras do povo brasileiro – indígena, europeia e negra. Isto posto, Von Martius passou a tratar a miscigenação dessas três raças como um aperfeiçoamento do homem,

⁸⁶ O pseudônimo foi utilizado pelo autor somente para a publicação de seu primeiro livro, todas as obras seguintes foram publicadas com o nome “Mário de Andrade”.

⁸⁷ Segundo Luís Augusto Fischer “... Mário de Andrade escolheu este termo para designar sua obra, que assim deixava de ser vista como romance, novela ou qualquer outra forma literária, para ser, no desejo de seu autor, uma rapsódia, uma composição musical que combina trechos de músicas ou temas populares num conjunto novo.” (2018, p.15)

levando em consideração que esse aspecto deveria ser considerado um ponto crucial para o desenvolvimento do Brasil.

Dessa forma, partindo da perspectiva apontada por Von Martius, constatou-se que a miscigenação e o espaço geográfico teriam provocado uma influência vigorosa na composição da identidade brasileira. Nota-se, portanto, que o conceito de identidade nacional passou por um processo de formação no decorrer do século XIX, o qual se forma através da construção de um sentimento de pertencimento a determinada nação por meio do reconhecimento e assimilação dos elementos culturais vinculados a uma dada sociedade. No Brasil, esse sentimento volta a figurar no cenário nacional em tempos de crise, com a Revolução de 1930, após o golpe de Getúlio Vargas sobre as estruturas políticas da República Velha, haja vista que para a consolidação da tomada de poder fazia-se necessário à consolidação de país relativamente unificado no que se refere aos aspectos culturais, para que houvesse uma adesão à imagem do novo presidente. Sendo assim, Vargas procura trazer esse sentimento através da intervenção do estado nas produções artísticas, veículos de comunicação e propaganda porque :

[...] além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva. O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo [...] (CAPELATO, 2003, p.124)

Mediante a isso, as características das obras de Mário de Andrade favoreciam a política de Vargas, tendo em vista que traziam para o centro do debate questões relacionadas à cultura nacional, problematizando nossa formação cultural e até mesmo a formação do caráter do brasileiro, além de dar ênfase à modernização do país de forma bem-humorada e irônica. Entretanto, apesar da rapsódia *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter* apresentar como personagem principal um herói preguiçoso e de caráter duvidoso, características que eram negativas durante o período, visto que o ufanismo estava em grande evidência. A obra ainda traz a oralidade de diversas regiões do Brasil, sendo essa uma característica de extrema importância para o governo tendo em vista que a língua é um elemento chave para a unificação do país.

Além disso, o protagonista do livro é uma personagem complexa que traz uma pluralidade de traços da formação cultural do povo brasileiro. Assim sendo, pode-se citar a concepção de José Emílio Major Neto que traz uma breve compreensão da complexidade da personagem dizendo que a obra é regida por uma constante bipolaridade, que pode ser vista já no subtítulo:

O regime da dualidade também fica explícito no subtítulo: *Um herói sem nenhum caráter*. Todas as palavras apresentam duplicidade: herói pode ser entendido tanto como protagonista da narrativa quanto como personagem elevada, idealizada, no entanto, por seus atributos comportamentais, ele é um anti-herói. É herói e não é. A “Rapsódia” é redigida pelo ritmo do “é, mas não é”, do que não é passível de definição cartesiana. *Sem* e *nenhum* são palavras com carga semântica negativa e constituem a personagem com dupla negação. *Macunaíma* é um duplo negativo. O subtítulo da narrativa é ambíguo e aponta o caráter ambivalente do personagem (NETO, 2006, p.67).

Em função disso, as estruturas do Estado Novo adotaram uma política de valorização das produções artísticas e a cultura passa a ser tema importante durante a ditadura Vargas, como uma tentativa de construir um sentido de coletividade, simpático aos regimes totalitários. Dessa forma, observa-se que durante esse período houve uma apropriação de diversas formas de linguagens, entre elas a literatura, para tomar a dianteira no direcionamento da formação de uma identidade para o povo brasileiro. “Nesta linha de raciocínio uma questão que se coloca para o historiador é observar quem produz

uma dada linguagem, para quem produz, como a produz e quem a domina” (VIEIRA, PEIXOTO, KHOURY, 1989, p.20), para que se torne possível analisar de forma crítica a fonte a ser pesquisada.

Além disso, a política do Estado Novo tinha o objetivo de industrializar o país e fazer uma integração nacional através de reformas administrativas. Para isso acontecer, foram criados vários ministérios e ocorreu uma ampliação de cargos para agregar intelectuais que exerciam funções políticas e ideológicas. No âmbito educacional, o governo Vargas pretendia desenvolver a alta cultura e, para isso, era necessário evitar a influência de línguas e culturas estrangeiras no Brasil, pois seria um obstáculo para a construção da nacionalidade. Desse modo, adotou-se uma política de incentivo ao abandono da língua materna por parte dos imigrantes, através da educação mediante ao ensinamento dos princípios de brasilidade para os jovens na tentativa de modelar uma identidade homogênea.

Entretanto, tal política resultou na resistência da população, fazendo com que o Estado Novo percebesse o quanto o modernismo de Mário de Andrade presente em *Macunaíma* poderia ser pertinente naquela conjuntura por causa da estrutura de sua escrita relativa à oralidade. Diante desse panorama, verifica-se a aproximação de um referencial popular de um letrado, como demonstra Klamt ao dizer que:

Mário de Andrade esclarece que o Movimento Modernista reconheceu que se expressar com identidade era reaverificar o instrumento de trabalho, inventando a língua brasileira. A semente para o projeto de uma língua brasileira está no “Prefácio Interessantíssimo” de Paulicéia Desvairada quando afirma que “A língua brasileira é das mais ricas e sonoras. E possui o admirabilíssimo 'ão' (KLAMT, 2003, p.77).

À vista disso, o governo estadonovista constatou as grandes vantagens em ter intelectuais em diversos cargos públicos, sendo então o próprio Mário de Andrade nomeado pelo ministro Gustavo Capanema para um desses cargos, a partir dos quais criou-se o projeto voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional que tinha como propósito a valorização da cultura brasileira e um incentivo a modernização do país. Nota-se, portanto, que a nomeação do literato para tal cargo foi de grande interesse para o Estado, visto que ele compreendia a arte e a cultura como agentes de uma função social.

Daí, a literatura como agente social se apresenta como um testemunho da sociedade, podendo ainda ser reconhecida como representação de uma nação ou da língua de determinada região, haja vista que a língua verbal é uma ponte de identificação entre os sujeitos sociais e quando a literatura traz a oralidade, a assimilação desta mesma por parte da população se torna quase que inevitável. Por consequência,

A literatura se transforma, então, num inventário da realidade, já que está realidade é algo que pode ser mapeado. Está feita associação: literatura= representação do real= documento ou inventário. A partir daí, é possível conceituar a literatura como canal adequado para a captura do “real” (entendido como mera objetividade). Tal forma de ver supõe uma transparência imediata entre a realidade e a obra artística. É como se o artista coubesse a função de retratar uma realidade já dada. No entanto, os objetivos da obra literária estão longes de serem estes. Em lugar de retratar ela busca transfigurá-lo. E é problematizando a realidade histórica, transformando-a em aventura, que o autor constrói sua obra. (VELLOSO,1988,p.241).

Portanto, nesse estudo irei explorar como a literatura pode ser usada como um instrumento governamental de identificação nacional para unificar um povo e trazer à tona o sentimento nacionalista, para que desse modo se haja um maior controle da população através da cultura. Buscarei fazer isso através da obra *Macunaíma – O herói sem nenhum*

caráter visto que, como Telê Ancona Lopez (1978) pontua, Mário nesta obra se esforça em valorizar a ideia de brasilidade, atentando para nossa identidade como também para nossas contradições, sendo assim a obra se torna para esse trabalho uma fonte pertinente para dar luz aos questionamentos levantados no decorrer da pesquisa.

MACUNAÍMA E A BRASILIDADE

Em *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter*, Mário de Andrade busca trazer algo inédito e que represente a população brasileira, como se pode notar na seguinte passagem da obra:

[...] Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a coa era que nem marca dum pé gigante. Abicaram. O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus para indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão de Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar bronze novo. [...] Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifara toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tapanhumas. [...] E estava lindíssimo na Sol da lapa os três manos um loiro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. (ANDRADE, 2018, p. 63-64)

Nessa passagem do livro, Mário de Andrade narra uma das aventuras do herói durante a viagem para São Paulo juntamente com seus irmãos. Além da mistura de realismo e misticismo, o autor retrata evidentemente a questão da miscigenação brasileira nessa cena. Ao se lavar na água encantada, Macunaíma se torna um homem branco, que pode ser entendido como o português, europeu ou colonizador, seu irmão Jiguê em um ato de desespero entra correndo na cova para se lavar e torna-se branco também. Entretanto como água já estava toda suja, o irmão fica com a pele de cor bronze, que pode ser interpretada como a representação da figura indígena.

O ato ansioso de Jiguê demonstra como era de grande importância ter a pele branca em tal período da história do país, pois se parecer com um europeu significava estar em uma classe superior, algo que era almejado principalmente com a teoria do embranquecimento que propunha a miscigenação da população negra e indígena para se tornar o mais branca possível. E por fim, o irmão Maanape tenta se limpar no que restou da água, conseguindo somente lavar as palmas das mãos e as solas dos pés, ficando com a pele negra simbolizando o africano ou negro brasileiro. Para finalizar a passagem, o escritor diz que estavam lindíssimos os três irmãos nus ali de pé, sendo que o fato de as três personagens estarem nuas carrega o simbolismo do nascimento de um povo ou uma nação formada por essas três etnias.

Neste trecho da história, observa-se que além de Andrade representar de forma divertida e inusitada a formação do povo brasileiro, ele também coloca em sua escrita um sentimento nacionalista e orgulhoso ao dizer que era lindíssimo ver os três irmãos juntos, logo se entende que a literatura pode ser porta-voz da identidade de uma nação uma vez que:

o sentimento nacionalista que se iniciou com o Romantismo fez surgir através do indianismo literário uma memória nacional, uma espécie de elo para a formação da identidade. Um misto de realismo e ficção, que serviria para criar um conjunto

de tradições culturais locais, outro fator imprescindível para afirmação nacional (FERREIRA, OLIVEIRA, 2014, p.4).

Diante disso, percebe-se que a literatura se valida da identificação do leitor com elementos da história para que possa se construir uma identidade individual e como também coletiva, pois, assim como Jonathan Culler nos diz “a literatura corrompe através de mecanismo de identificação” (1999, p. 111), ou seja, ela é um fator de construção de nossa identidade.

Outro elemento muito utilizado pelo literato, para que o leitor se identifique ainda mais com a rapsódia, é a linguagem oral. É notável que pelo livro todo há palavras e expressões da oralidade brasileira como a seguir:

[...] Caiuanogue foi se chegando porém o herói fedia muito.
- Vá tomar banho! Ela fez. E foi-se embora. Assim nasceu a expressão “Vá tomar banho!” que os brasileiros empregam se referindo a certos imigrantes europeus. (ANDRADE, 2018, p.99)

Vemos então, a tomada do autor pela expressão popular “vá tomar banho!”, muito utilizado no Brasil, para contar de forma ficcional e divertida a origem da mesma. A expressão é usada para quando alguma pessoa se aborrece/se irrita com outra. Acredita-se que ela tenha origem indígena, pois Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), traz uma análise detalhada dos hábitos de higiene dos indígenas e dos colonizadores, ressaltando que o banho era muito comum entre os nativos brasileiros, ao contrário dos colonizadores que evitam banhos por uma questão cultural. Dessa forma, julga-se que os índios usavam essa expressão quando se aborreciam com os invasores devido ao mau cheiro deles. Percebe-se, portanto, que o literato se apropria de algo real e disseminado pela oralidade para construir sua obra.

A oralidade não está somente presente na obra através de expressões populares, mas também na forma do autor “escrever como se fala”, como se pode ver no trecho; “[...]E era que Macunaíma estava desinfeliz porque perdera a muiraquitã na praia do rio quando subia no bacupari.” (ANDRADE, 2018, p.60), nesta passagem é observado que o autor traz a palavra *desinfeliz*, palavra *feliz* mais prefixo *des-*, para retratar que a personagem estava triste com a perda da pedra que ganhara de sua companheira Ci, mãe do mato. Diante disso, mesmo que algumas palavras e expressões sejam específicas em determinadas regiões, comprovasse que o autor traz a oralidade em seu texto como uma forma de unificar a língua brasileira. Assim, mesmo que alguns dizeres sejam desconhecidos pelo leitor, a leitura da obra propõe fazer sentido e proporcionar identificação ao leitor brasileiro.

Todavia, não é somente através dessas características que Andrade traz a diversidade da cultura brasileira. O autor também se apropria da modernidade, que ainda dá seus primeiros passos, no estado de São Paulo, de religiões brasileiras com matriz africanas como podemos ver nos trechos a seguir:

[...] As onças-pardas não eram onças-pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevolés dodges mármons eram máquinas. Os tamanduás os boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões bondes autobondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés...Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! O herói aprendendo calado. De vez em quando estremezia. Voltava a ficar imóvel escutando assuntando maquinando numa cisma assombrada. Tomou-o um respeito cheio de inveja por essa deusa de deveras forçada, Tupã famanado que os filhos da mandioca chamavam de Máquina, mais cantadeira que a Mãe-d'água, em bulhas de sarapantar. (ANDRADE,2018, p. 67)

Nesta passagem temos a chegada de Macunaíma na cidade de São Paulo, quando o herói assustado tentando entender o que era toda aquela modernidade que estava à frente de seus olhos. Nesse momento, dá-se o encontro de duas culturas brasileiras, uma com estereótipo selvagem e primitivo e outra como moderna e civilizada.

Já o capítulo sete da obra, intitulado como *Macumba*, vem para lembrar o leitor como a cultura africana contribuiu para a construção da identidade nacional e ainda é presente no país. Neste capítulo, Mário de Andrade retrata que Macunaíma após ficar muito bravo com Piaimã resolve ir ao Rio de Janeiro, no terreiro de Tia Ciata atrás de ajuda para enfrentar seu inimigo. Por todo capítulo observa-se o sincretismo religioso brasileiro, como no seguinte trecho:

Era junho e o tempo estava inteiramente frio. A macumba se rezava lá no Manguê no zungu da tia Ciata, feiteira como não tinha outra, mãe de santo famanada e cantadeira ao violão. Às vinte horas Macunaíma chegou na biboca levando debaixo do braço o garrafão de pinga obrigatório. Já tinha muita gente lá, gente direita, gente pobre, advogados garçons pedreiros meias-colheres deputados gatunos, todas essas gentes e a função ia principiando. [...]
Vai, um rapaz filho de Oxum, falavam, filho de Nossa Senhora da Conceição cuja macumba era em dezembro, distribuiu uma vela acesa pra cada um dos marinheiros marceneiros jornalistas ricos gamelas fêmeas empregados-públicos, muitos empregados-públicos! Todas essas gentes e apagou o bico de gás alumando a saleta. Então a macumba principiou de deveras se fazendo um sairê pra saudar os santos. (ANDRADE, 2018, p. 87)

Verifica-se no fragmento que o literato também cita pessoas reais em seu texto como a Tia Ciata, cujo o nome de batismo é Hilária Batista de Almeida, uma mulher negra baiana que se mudou para Rio de Janeiro ainda jovem. Hilária era uma mãe de santo renomada, além de ser uma das grandes mulheres negras que foram resistência no período pós-abolição.

O escritor ainda acrescenta em sua narrativa a questão do sincretismo nas religiões brasileiras, trazendo a orixá Oxum, sincretizada na figura católica de Nossa Senhora da Conceição. Todavia, expõe ao leitor como essas religiões foram aderidas por diferentes classes sociais e etnias quando fala que “[...] já tinha muita gente lá, gente direita, gente pobre, advogados garçons pedreiros meias-colheres deputados gatunos [...]” (ANDRADE, 2018, p.87), mostrando nos como a africanidade está presente em nossa cultura. Sendo assim, mediante aos trechos analisados, foi possível evidenciar que a obra de Mário de Andrade carrega traços culturais das etnias que construíram a identidade e a nação brasileira, assim, então tentando transforma a diversidade cultural do país em uma unidade como Velloso diz:

Em Macunaíma há uma passagem muito expressiva a esse respeito. Mário de Andrade faz seu personagem sobrevoar o mapa do Brasil nas asas de um “tuiuí aeroplano”, uma mistura de pássaro e de avião. Ele vislumbra o país lá do alto: rios, florestas, mares e montanhas. Era essa a idéia defendida por Mário de Andrade: uma visão integrada da nacionalidade. O autor criticava veementemente, portanto, a tradição regionalista que acabava comprometendo uma percepção adequada da nacionalidade. (VELLOSO, 2003, p. 380)

Dessa forma, mesmo que haja uma hierarquia estrutural, de brancos dominando indígenas e negros, o autor busca exaltar o que há de mais específico no povo brasileiro, para que se tenha algo que realmente represente o país. Assim, dessa maneira, cumprindo a proposta feita pelo Movimento Modernista.

MÁRIO DE ANDRADE E O HERÓI CONTRADITÓRIO NO ESTADO NOVO

Como já mencionado no início deste estudo, Mário de Andrade teve seu local como intelectual durante o período Estadonovista, pois era de extrema importância que os artistas estivessem participando do governo, visto que:

É no período do Estado Novo (1937-1945) que as ideias salvacionistas ganham maior força entre nossas elites intelectuais, preocupadas em marcar sua presença no cenário político. No debate que então se trava, um aspecto chama particularmente a atenção: a tentativa de redefinir o papel da literatura no seio da nacionalidade. Já se sabe o quanto a literatura é sensível às oscilações da política, servindo como área estratégica na implementação das mudanças, venham elas de onde vierem. E este fato é particularmente notável no Estado Novo, quando o regime resolve tomar a seu cargo a esfera da cultura, utilizando-a como canal difusor de sua doutrina. (VELLOSO, 1988,p 242).

Mediante a isso, percebe-se que o intelectual não é mais somente um erudito que pensa sobre a sociedade entre meios acadêmicos e outros intelectuais. Nesse momento, é dada aos pensadores uma função governamental e de envolvimento nas lutas sociais, porém sempre havendo um filtro de qual produção poderia ser usado ou não para construir esse novo país. Sendo assim, Velloso nos mostrar claramente que:

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime que incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma idéia já enraizada historicamente no campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação desse grupo – da torre de marfim para arena política –, permanecendo o papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual – agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político. (VELLOSO, 2003, p.153)

Portanto, constata-se que Getúlio Vargas queria a união de intelectuais e governo para que houvesse uma disseminação efetiva dos valores ideológicos e políticos do novo governo. Isso fica mais evidente quando Vargas entra na Academia Brasileira de Letras no ano de 1943, legitimando assim o apoio de pensadores ao governo.

Diante de tais indícios, busca-se analisar, portanto, como o literato desempenhava seu papel durante a ditadura de Vargas, já que o trabalho de pesquisas de Andrade sobre o Brasil seria de suma importância para que se tivesse um panorama geral da cultura que tínhamos pelo país. Porém, em contrapartida, a obra prima do literato traz como protagonista um herói preguiçoso e até mesmo de caráter duvidoso, além de diversas críticas feitas pelo autor à sociedade do período. Estas características eram contraditórias dentro do regime autoritário, visto que em seu projeto literário o:

requisito da objetividade assume importância fundamental. Na maioria das vezes, quando se fala em objetividade, fala-se em sociologia. Idéia esta que pode ser assim equacionada: conhecimento objetivo = sociologia. No discurso estadonovista, a categoria da objetividade vai se encontrar, portanto, diretamente relacionada com a defesa de um enfoque sociológico da literatura. (VELLOSO,1988, p.248)

Isto posto, nota-se que apesar da obra *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter* ter um teor nacionalista ela não se enquadrava totalmente nos requisitos exigidos pela ditadura Vargasista, que seguira por um viés positivista, exaltando heróis e símbolos patriotas. Dessa forma, vê-se que:

[...] a visão crítica da cultura, apontada por algumas correntes modernistas, vai ser substituída pelo ufanismo. Dentro desse quadro grandioso não há mais lugar para o anti-herói e a sua preguiça. Naturalmente a dessacralização do herói mostrar-se-ia incompatível para um regime que se preocupava em fixar as bases míticas de um Estado forte. Assim, a versão macunaímica do ser nacional cede lugar à

versão mítica e apoteótica da “raça de gigantes” criada pelo grupo verde-amarelo. (VELLOSO, 2003, p.172)

No entanto, mesmo que o literato tivesse um visão diferente do que a ditadura de Vargas propunha, ainda assim, Mário de Andrade foi designado pelo ministro da educação do período, Gustavo Capanema, para desenvolver o projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que teria como objetivo preservar patrimônios culturais para as gerações futuras. Diante disso, percebe-se que a escolha de Capanema de colocar Andrade para participar de tal projeto foi positiva, pois “os modernistas têm o domínio das novas linguagens estruturais, os contatos internacionais e a genialidade de Oscar Niemeyer. Dessa forma, estavam aptos a construir as novas formas de um Estado que queria ser novo” (KLAMT, 2003,p.62). Sendo assim, era de grande interesse manter aqueles que encabeçaram a construção de um movimento que visava trazer uma arte totalmente original e brasileira para que assim, se pudesse construir uma narrativa nova para o país.

Como é possível verificar, através de suas obras, Mário de Andrade pretendia aproximar o erudito do popular. Um dos pontos de intersecção que ele achou entre esses grupos foi o folclore brasileiro, que abarcava mitos populares que poderiam ser usados pelos intelectuais como uma forma de conciliar o poder público e intelectual com a população. Entretanto, apesar de suas pesquisas pelo Brasil estarem presentes na obra *Macunaíma*, não era o retrato oficial e real do país, já que envolvia ficções e críticas. Portanto, pode-se dizer que a obra se torna um ponto de resistência durante o período da ditadura Vargas, mesmo que seu autor esteja trabalhando conjuntamente com o governo.

No trecho a seguir, pode-se constatar o porquê do anti-herói de Mário de Andrade passar por um processo de apagamento durante esse período da história brasileira:

Vivia deitado mas si punha os olhos em dinheiro, Macunaíma dandava pra ganhar vintém. E também espertava quando a família ia tomar banho no rio, todos juntos e nus. Passava o tempo do banho dando mergulho, e as mulheres soltavam gritos gozados por causa dos guaiamus diz-que habitando a água-doce por lá. No mocambo si alguma cunhatã se aproximava dele pra fazer festinha, Macunaíma punha a mão nas graças dela, cunhatã se afastava. Nos machos guspia na cara. Porém respeitava os velhos e frequentava com aplicação a murua a poracê o torê o bocororô a cucuicogue, todas essas danças religiosas da tribo. (ANDRADE, 2018, p.28)

O autor aqui demonstra como Macunaíma, quando ainda criança, era preguiçoso, só fazia algum esforço se fosse para ganhar dinheiro. Expõe-se também como desde cedo o menino já era incentivado a se aproximar de mulheres de forma desrespeitosa, porém, apesar de todos esses “defeitos”, o anti-herói respeitava os mais velhos e ia em festas religiosas. Por meio dessa representação, Mário de Andrade coloca em destaque, de forma crítica, como o homem brasileiro era criado desde criança, independentemente de sua localidade, numa sociedade machista e que colocava o dinheiro como prioridade. Contudo, o fato de respeitar as pessoas mais velhas e estar vinculada a alguma religião fazia com que essas características fossem irrelevantes.

Logo no trecho inicial da obra *Macunaíma* já se identifica os motivos pelo quais o anti-herói, apesar de se um retrato quase que fiel do povo brasileiro, deveria ser caído no esquecimento naquele período, uma vez que:

[...] o retrato do brasileiro acaba sendo o do "herói sem nenhum caráter"... Um herói que a cada momento suspira: "Ai que preguiça!" Um herói que mente, dribla, é cético e imaturo. E, além do mais, vive conflitado entre valores culturais diversos. Ao longo de sua obra, Mário probleiriatiza questões de fundamental importância: o caráter abstrato da identidade nacional [...] (VELLOSO, 1988, p.247-248)

E são dessas particularidades que a ditadura de Vargas procura se afastar, cuja finalidade era construir um Estado realmente novo, como o nome propunha. Seria necessário, portanto, construir a imagem de um povo brasileiro cordial e culto, assim ocultando todas as características que poderiam trazer uma imagem negativa a identidade brasileira.

Talvez seja por tais projetos ideológicos e políticas adotadas pela ditadura de Vargas que Mário de Andrade escolheu deixar seu cargo, pois mesmo que tenha criado o projeto SPHAN ele não foi aplicado integralmente. Segundo Annateresa Fabris,

As principais características do projeto de Mário estavam assim definidas: igual atenção em relação ao erudito e ao popular, à arte pura e à arte aplicada; interesse pela paisagem transformada pelo homem; inclusão na noção de patrimônio nacional os elementos “imateriais” afeitos diretamente ao folclore. Ao contrário disso, o que vigorou foi, a partir do termo “histórico” associado a arte e nação, uma visão histórica alicerçada em ‘grandes feitos’ e ‘grandes figuras’ e, mais importante, tomou a produção artística não como fruto do trabalho humano, mas como testemunho do ‘gênio da raça’. Neste sentido, a ênfase que foi dada à arquitetura explica-se pelo fato de se pretender dotar a população de uma identidade coletiva, a partir de um ‘passado exemplar’ (FABRIS, 1996, p.84)

Sendo assim, percebe-se que o projeto de Mário conversava muito com sua obra *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter*, porém não com o desejo do Estado Novo. O literato trazia a ideia de que o Brasil ainda era um país jovem que estava conhecendo sua diversidade cultural, e por consequência a identidade nacional ainda estava em construção. Por meio da obra *Macunaíma*, nota-se que o autor espera contribuir para que o próprio povo conheça o Brasil culturalmente e se identifique com ele independente de sua etnia. Entretanto, o projeto ideológico do Estado Novo propunha exaltar o passado já construído e positivista, visando somente os heróis brasileiros oficializados, que por diversas vezes, eram colonizadores.

Diante disso, cabe ressaltar que Mário de Andrade tentou por meio de cargos públicos e de suas obras difundir aquilo em que acreditava: em uma cultura democrática, que seria compreendida e teria identificação com o povo brasileiro de forma geral. Apesar disso, a política estadonovista fez com que essa visão de Mário de Andrade se tornasse descartável perante o projeto de um Brasil novo e progressista, excluindo novamente o saber popular e provocando apagamentos no âmbito institucional da cultura indígena e negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, portanto, buscou demonstrar como Mário de Andrade pensou na questão da cultura brasileira com muita propriedade, através de pesquisas por todo país, desenvolvendo uma análise de caráter crítico. Na obra *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter*, que foi um grande símbolo do Movimento Modernista, nota-se que o escritor não intencionava somente exaltar a diversidade brasileira, mas também tinha como objetivo trazer uma reflexão sobre como o povo brasileiro foi formado. Acreditamos que o escritor, ao produzir essa obra, confiava que os brasileiros ao lerem seu livro iriam rapidamente se identificar com a narrativa, independente da região que viviam, pois tentava retratar eles em comum que havia entre a população.

Entretanto, com o golpe do Estado Novo, Mário de Andrade se decepcionou com o projeto implementado pela ditadura Vargas. O seu desejo de difundir uma cultura popular era animador, principalmente ocupando cargos públicos durante esse período, todavia ao tentar fazer sua função para alcançar seu objetivo, uma cultura brasileira democrática, encontrou vários obstáculos. Vê-se que um dos grandes empecilhos foi o

plano cultural de Getúlio Vargas, que seguia uma linha positivista, buscando exaltar somente heróis e feitos históricos oficializados. Creio que Mário de Andrade presumia que poderia mudar a situação cultural do país de dentro pra fora do poder público, mas a censura e o governo autoritário foram mais fortes que seu plano, assim o levando a deixar a vida política.

Por conseguinte, através desse estudo, pudemos compreender que *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter* é uma das obras literárias brasileiras que compõe um vasto repertório cultural e regional e que realmente tenta promover um sentimento de orgulho perante a nação, apesar da figura da personagem central ter características e valores duvidosos. Entretanto, o retrato que Mário de Andrade faz do Brasil, através da ficção, nos mostrar uma diversidade que por muito tempo fora ignorada, e pode se dizer que até hoje, por vezes, é negligenciada. E foi assim que Mário de Andrade, através do personagem Macunaíma, mostrou que a população brasileira ainda está conhecendo seu país de proporções continentais, e buscando entender o que realmente é ser brasileiro para assim construir sua identidade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. Goiás: *Revista de Teoria da História*, Ano 1, n. 3, junho/ 2010.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) *A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FABRIS, Annateresa; Mário de Andrade e o Patrimônio Artístico Nacional. In: *Anais do seminário: Um desejo quase enraivecido de Rio*. Ed. Casa de Rui Barbosa, RJ, 1996.

FERNANDEZ, Sonia Inez Gonçalves. *Mário de Andrade: Escritor Difícil?* Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2013.

FERREIRA, Antonio Celso. A Fonte Fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

KLAMT, Valdemir. *O intelectual Mário de Andrade e suas políticas culturais*. Florianópolis, SC: [s.n.], 2003.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. 1978. "Introdução". In ANDRADE, Mário de. *Macunaíma – O herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Livros técnicos e científicos/ secretaria da cultura, ciência e tecnologia.

MORAES, Eduardo Jardim de. *Limites do moderno: o pensamento estético de Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

NETO, José Emílio Major. *A Lira Paulistana de Mário de Andrade: a insuficiência fatal do Outro*. São Paulo, SP: [s.n.], 2006.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Martins; FERREIRA, Shirley. Literatura e Identidade Nacional: Desafios do Romantismo e Modernismo Brasileiros. *Revista Eletrônica Fundação Educacional São José*, Santos Dumont, n.9, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988. p.239-263.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo, Ática, 1989.

O NEGRO EM VICENTE SALLES: HISTÓRIA, IDENTIDADE E ASPECTOS CULTURAIS

Cleudson Ricardo Paz Guimarães⁸⁸

RESUMO: A história do negro no Brasil ainda é objeto de inúmeras pesquisas e debates. Por muito tempo, confundiu-se a memória do negro à escravidão no período colonial, relegando assim, seu verdadeiro papel como sujeito social nos demais contextos históricos. No entanto, discute-se na historiografia brasileira o papel do escravo negro na construção social de nosso país. O objetivo deste trabalho é enfatizar a importância do negro para a história e identidade cultural paraense, a partir da obra do antropólogo e folclorista Vicente Salles, cujo trabalho aqui alicerçado, será O Negro na Formação da Sociedade Paraense.

Palavra-chave: História, identidade, aspectos culturais.

Introdução.

A escravidão negra na América, mais especificamente no Brasil, ainda é objeto de discussão histórica e antropológica. Nas mais diversas regiões do país, a mão de obra escrava negra e indígena, foram os sustentáculos da construção estrutural dos campos e cidades. Por muito tempo, o trabalho ameríndio tomou proporções vantajosas em relação a oferta de mão de obra negra. Isso porque em muitas regiões do Brasil colonial, a coroa portuguesa via nessa prenda a oportunidade de encaixar o trabalho indígena nas políticas de colonização do Brasil.

A história do Brasil tem mostrado o quanto essa ação colonizadora trouxe grandes prejuízos para as nações indígenas que aqui viviam. A consequência disso, foi o extermínio de muitas nações que, no contato direto com o europeu, sofreu o revés invisível de suas doenças bem como o conflito armado. Entretanto, o sujeito índio disposto a manter sua resistência, viabilizou sua relutância por meio de guerras, fugas e até mesmo ao infanticídio de seus filhos, no intuito de não os permitir a mesma condição escrava.

Foi em meio a essas consequências e a busca de manter a lucratividade na indústria colonizadora, que o europeu alcançou uma saída para a mão de obra africana. Isso não quer dizer, que antes desse processo de *traficalização* da mão de obra negra, o português desconhecesse os caminhos para alcançar a feitura laboral africana. Pelo contrário, pesquisas mostram que antes do tráfico negreiro, Portugal já havia de manter em suas feitorias (Cabo Verde, Açores etc.), boa parte de escravos negros na produção do açúcar local.

É nesse estado colonizador, que a Europa decidiu suprir os mercados americanos e suas próprias colônias no mundo atlântico. O Brasil foi o local onde mais se transferiu a mão de obra negra escrava. As regiões do nordeste e sudeste brasileiros obtiveram significativamente, bem mais cativos que as demais regiões brasileiras. Isso não quer dizer que outros locais se eximiram dessa política de *almas de produção*, como a região Norte do Brasil, tais como a Província do Grão-Pará. Por muito tempo, a história da Amazônia esteve em volta a pesquisas que alinhavam a escravidão negra à política econômica extrativista, relegando a este sujeito e à produção colonial local, um segundo plano frugal para a metrópole.

88 Graduado em História (FAINTIPI), Pós-graduado em História do Brasil (UCAM), Graduado em Filosofia (SOBPEV), Pós-graduado em História da África e da Cultura Afro-brasileira (UCAM); Pós-graduado em Ensino de Filosofia (INE); Professor de história SEDUC/Pa.

Por outro lado, pesquisas avançaram na historiografia amazônica, evidenciando mudanças na interpretação e participação do negro na construção da história regional da hileia brasileira. Estudos comprovam que antes mesmo do século XVII, já havia na Amazônia certa quantia de negros presentes entre europeus que aqui passaram. Nos trabalhos realizados sobre a escravidão negra na região norte, mais precisamente na província do Grão-Pará, historiadores tem comprovado o vigoroso uso de escravos negros nas mais diversas atividades regionais. Isso prova o quanto o trabalho escravo negro foi além de uma atividade extrativista e limitada quanto a ação e participação deste na construção local de nossa história.

É com essa perspectiva de importante participação do negro na Amazônia, que buscamos direcionar nossa pesquisa. Foi com base na obra do sociólogo, antropólogo e folclorista Vicente Salles, *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*, que tomamos a incumbência de tal realização. Salles será um dos pioneiros a imprimir grande valia a história do negro no Pará. Seus trabalhos sempre estiveram voltados para as peculiaridades da cultura negra inseridos nos escritos históricos, literários e antropológicos. Fundamentado em um vasto acervo bibliográfico, catalogado em manuscritos e fontes impressas, Salles não apenas observou as pesquisas relacionadas ao negro na Amazônia, como também mostrou o quanto havia de precário a essas pesquisas.

O Negro na Formação da Sociedade Paraense é um mister de Ciências Humanas elaborado pelo autor. Enxertado de fontes minuciosas, a obra situa a história do negro no Pará sobre um alicerce folclórico e cultural ensaiado pelo princípio da história problema. Essa problematização em descrever e analisar os documentos, é o que nos levou aos apontamentos e vicissitudes dos trabalhos do escritor, por meio de uma ressignificação deste.

Nesse sentido, as pesquisas enfatizadas pelo autor nos colocam diante de uma dura missão que é dar ênfase aos estudos da cultura e identidade negra na sociedade paraense. É desmistificar a ideia de que o negro teve pouca participação na construção cultural e social de nossa sociedade, pois muitos estudos, tem se valido dessa concepção, e com isso, limitaram a memória do negro na Amazônia.

Tomando como parte de nossa pesquisa, relevantes trabalhos foram considerados importantes para a completude e ampliação quanto a ressignificação histórica, cultural, lúdica e memorial do negro no Pará. Expressões de natureza religiosa, folclórica, cultural e organização social de resistência, são alguns dos pontos conseguintes que nos lavaram ao emaranhado identitário do negro na região Norte.

História e Historiografia do Negro no Brasil.

As pesquisas realizadas para tentar esclarecer o sentido da nacionalidade brasileira, se estrutura bem antes da ideia se difundir no Brasil. Não é de hoje que pensadores consagrados tentam desenvolver uma versão que lhes convém ao período histórico de seu tempo. Tendências filosóficas serviram por muitos anos, como base de sustentação ideológica à segregação racial, que em um dado momento, justificaram-se por séculos, o domínio social de nações sobre outras, sobretudo, no campo científico.

Poucas pesquisas no campo filosófico foram feitas no Brasil, no sentido de entender o racismo e a segregação social e espacial em nosso país. Os trabalhos mais bem analisados, vem de influências, em sua maioria, do campo histórico ou antropológico, que serviram de entendimento para as elites brasileiras, desenvolverem suas concepções raciais, principalmente no século XIX. Para identificarmos e caracterizarmos o problema que as ideias raciais tiveram como hipotético no Brasil, seria necessário entendermos os pressupostos anteriores que, em sua maioria, passam aos olhos despercebidos de muitos estudiosos.

Um exemplo de concepções raciais que buscavam justificar a inferioridade social e intelectual de uma civilização sobre outra, está nos estudos do filósofo Emmanuel Kant. Em um dos seus trabalhos filosóficos, *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* (1764), Kant expressa sua concepção sobre as minuciosidades culturais e religiosas do negro. Extravasa sua análise positiva sobre o europeu, estabelecendo traços que, muitas vezes se confundem entre a grosseria e a extravagância. Porém, não faltou críticas destrutivas aos negros em seus estudos sobre o Belo. Para Kant:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojaram-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas. (KANT, 1993, pág. 75-76).

Não obstante as colocações do filósofo, outro pensador de grande magnitude na esfera filosófica também esboçou suas ideias sobre o negro. Hegel filósofo alemão foi quem incutiu aos negros uma determinada inferioridade, postulando sobre estes, a necessidade de “orientação” do europeu para sua sobrevivência. Visto dessa maneira, Hegel entende que “a inferioridade desses indivíduos, sob todos os aspectos, até mesmo o da estatura, é fácil de reconhecer” (HEGEL, 1999, p. 74-75).

Essas ideias sobre a nacionalidade e determinação social de uma sociedade, foi o que alimentou o pensamento brasileiro a partir do século XIX e início do século XX. Literatos nacionais observaram o pensamento racial europeu para justificar o problema da identidade nacional, sobretudo, nos aspectos culturais e intelectuais. Nota-se que, no início do século XX, já havia um arcabouço científico que visava explicar o Brasil dentro do contexto de sua diversidade. É notório o posicionamento de pensadores que influenciaram gerações de intelectuais consagrados. Destes, podemos citar: Euclides da Cunha, Roquete Pinto, Nina Rodrigues, Sílvio Romero entre outros. A nacionalidade brasileira estava na órbita da justificativa e inferioridade da raça negra.

Essa representação do “outro” na sociedade brasileira, tem mostrado seus reverses no cotidiano social. Isso pode marcar a realidade como um panorama estereotipado que fugazmente, se perfaz como uma verdade indubitável. Marcas desse processo foram e são, pendências “construídas por narrativas hegemônicas, capazes de representar um grupo social em detrimento de outros” (CHRISTIANO de SOUZA, FERNANDES, 2016, p. 2).

O historiador Antônio Manuel Espanha⁸⁹ em seu trabalho, *Luís de Molina e a Escravização dos Negros* (2001), mostra que, havia antes de tudo, um discurso teológico-jurídico que articulava a escravidão dos negros. Para o autor, a compra e venda de escravos não se limitava a simples troca ou captura deste no mercado atlântico, já que:

⁸⁹ Antônio Manuel Espanha. *Luís de Molina e a Escravização do Negro*. 2001, p. 937-960.

O comprador europeu não adquiria senão aquilo que o vendedor possuía; e, se este não fosse legítimo proprietário do alegado escravo, o comprador europeu também não o era, sendo obrigado a restituí-lo à liberdade e a indenizá-lo pelo trabalho prestado e outros eventuais danos. (HESPANHA, 2001, p. 940)

Percebe-se assim, que a compra não constitui um título originário do estado de escravidão, mais sim, a transferência para o comprador dos exatos direitos do vendedor.

Durante a passagem dos naturalistas pelo Brasil, não faltaram colocações de cunho diferenciador para identificar todos aqueles que não eram brancos ou índios. Determinações verbais como as palavras preto, mulato, negro, cafuzo, liberto entre outras, definiam o posicionamento social e a visão torpe e associativa entre a cor da pele e a condição de escravo. Partindo de uma visão da condição de civilidade à formação social do Brasil, Johann Moritz Rugendas e Jean Baptiste Debret⁹⁰, atem-se a pauta da nacionalidade brasileira no contexto da formação de nossa jovem nação. Não é de se estranhar que ambos fossem influenciados pela visão de homogeneização da sociedade a partir da conversão e princípios éticos e morais europeus.

Evidentemente, estudos feitos por uma gama de estrangeiros sobre a sociedade e a mestiçagem no Brasil, serviram como marcas expressivas da história colonial brasileira. Pesquisas como a de John Russel Wood e Stuart Schwartz⁹¹, deixam de lado as análises da história cultural para engajarem um viés político e econômico de sua narrativa. Não queremos, no entanto, sermos um sustentáculo da história cultural, pois seria falta de prudência destacar unicamente tal posicionamento. Porém, é importante citarmos aqui alguns intelectuais que se destacaram sobre a ideia da formação social brasileira, bem como muitas perspectivas estavam ou não ensaiadas no teor das teorias da mestiçagem. Isso nos propõe dizer que, nem todas as formulações historiográficas, passearam pelo campo ideológico da raça, como base para justificar a sociedade brasileira. No entanto, trabalhos como o de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial* (1907)⁹², deixam claro a identidade brasileira sobre o aspecto da pluralidade étnica, onde os agentes sociais (índios, negros e brancos), geograficamente se compeliram a conviver irredutivelmente.

Na produção historiográfica literária do século XIX, não faltaram construções estereotipadas da condição do negro no Brasil. Nesse sentido, a marginalização do mesmo está impregnada ao processo de branqueamento. Um exemplo desse ideário é a obra de Aloísio de Azevedo, *O Mulato* (1881), onde os caracteres e feitos do negro, tornam-se “belos” a partir do ideal de branqueamento. O negro ou mulato é representado fisionomicamente com olhos azuis, descaracterizado e submisso nas suas origens. Curiosamente, o feito de subalterno, ordinário e animalizado não escapa a obra do mesmo autor em *O Cortiço* (1900), onde refere-se a Bertoleza:

Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo: essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo: pelo contrário, à medida que ele galgava posição social, a desgraçada fazia-se mais e mais escrava e rasteira. João Romão subia e ela ficava cá embaixo, abandonada como uma

⁹⁰ Ver Dawn Ades. “Os artistas viajantes, a paisagem e representações do Brasil”. In: *O Brasil Redescoberto*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

⁹¹ A. J. R. Russel Wood, *Fidalgos and philanthropists: the Santa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, Londres, Macmillan, 1968; Stuart B. Schwartz, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: Suprema Corte da Bahia e seus Juizes, 1609-1751*, trad., São Paulo, Perspectiva, 1979

⁹² Capistrano de Abreu, *Capítulos de História colonial*, 3. ed., s/l, F. Briguiet & Cia, 1934, pp. 121-2; p. 72.

cavalgada de que já não precisamos para continuar a viagem. (AZEVEDO, 1974, p. 104).

Literaturas a parte, a história do negro no Brasil passou por um processo de exclusão social, científica e literária. A cor da pele evidencia no século XIX e início do século XX, uma sociedade definida como mestiça, laboral e preguiçosa. Diante desse eurocentrismo, o negro foi visto como um empecilho ao progresso nacional, intelectual e de cor, que por muitas vezes, apregooou-se a luxúria, a cobiça e a vadiagem.

Apesar da descritiva e opulenta mitificação do negro, muitos autores preferiram autenticar a mestiçagem para além da detração e inferiorização, dando ao negro, aquilo que faltava em muitos trabalhos: sua importância na formação social do Brasil. São os trabalhos de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), que darão início a um novo delineamento sobre o negro no Brasil e a mestiçagem. Freyre será um inovador na arte metodológica de sua análise, dignificando os anúncios de jornais, cantigas de roda, livros de receitas, diários, correspondências e fotografias. Foi além de uma história narrada, já que se debruçou sobre as intimidades da família, da morte, do sexo, da velhice, da culinária e da própria natureza brasileira.

Freyre estabelece um novo paradigma para a mestiçagem no Brasil. A de que a esta é um valor positivo para a formação da sociedade brasileira. Essa mistura de raças, flexível e tolerante, logrou ao autor, uma série de críticas por parte do justificado número de pesquisadores no Brasil e no mundo. Viu-se pela primeira vez, uma abordagem do negro em seus aspectos culturais, contrariando, com dados sociológicos, a transmissão genética hereditária e racista do século XIX.

Nesse sentido, a mestiçagem mostra-se benéfica para o Brasil. Embora Freyre atribui-se a essa relação uma harmonia, a reciprocidade cultural tornou-se, para o autor, um ponto estratégico de superação do antagonismo entre os sujeitos sociais. O sistema econômico supriria a negação ao trabalho e a imoralidade. Nas palavras do autor:

O negro nos aparece no Brasil, através de toda a nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi o instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre movediço. (FREYRE, 2006, p. 397)

As pontualidades feitas por Gilberto Freyre sobre o negro na formação da sociedade brasileira, mostram o quanto o sociólogo foi um homem de seu tempo. O negro foi importante na moleza da língua brasileira, nos condimentos alimentares, no cuidar dos moleques de recados pelas amas de leite e, mesmo assim, não pouparam ao autor, veementes críticas a imagem passiva e sado sexual do negro em seu trabalho. Ao imprimir a sexualidade lasciva a estrutura social, Freyre oculta ao negro sua força de resistência social como sujeito histórico. Não faltaram estudiosos que se contrapunham as pesquisas de Freyre, embora não nos reteremos aqui a essa listagem.

Por outro lado, é importante adentrarmos no universo da sociabilidade e resistência do negro à escravidão. Para o historiador Evaldo Cabral de Mello⁹³, os escravos possuíam uma capacidade de barganha em face a autoridade de seus senhores. Não é por acaso que o historiador em um de seus trabalhos, vislumbra a resistência negra (a de José, mulato, escravo), que enfrentou sagazmente a inquisição em Pernambuco no período colonial, no intuito de trocar de senhor e voltar a Portugal.

A culinária negra expressa em Gilberto Freyre, é reiterada nos trabalhos do historiador Luiz Felipe de Alencastro. Em seu livro, *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000), Alencastro mostra o quanto o intercâmbio cultural culinário

93 Evaldo Cabral de Mello. Como Manipular a Inquisição para Trocar de Senhor. 1992, p. 115.

entre a América e a África, serviu de instrumento alimentício no comércio de escravos. O trato culinário ameríndio e africano é intercambiado entre os dois continentes, tornando-se assim, um ingrediente essencial tanto na alimentação dos escravos quanto na troca desses produtos por almas no comércio Atlântico. Para o autor, a “ração escravista” permeou o comércio nos portos americanos e africanos. Alencastro enfatiza ainda a importância que o vocabulário negro africano teve para o sincretismo linguístico brasileiro. Assim, ele afirma:

No Congo e em Angola a palavra tupi beiju se refere, como no Brasil, ao bolo de mandioca. Porém, o mingau de tapioca, aqui conhecido como quiçamã, tira seu nome da província angolana de Quiçama. Da mesma forma, fubá – farinha de milho –, vem do quimbundo fuba, cuja pronúncia paroxítona é ainda corrente no nordeste, Mugunzá, assim como canjica, vem ainda do quimbundo, sugerindo que o prato – mistura de milho com leite de vaca – corria entre os povos sul-angolanos, tradicionais criadores de gado, antes de entrar no cardápio brasileiro⁹⁴. (ALENCASTRO, 2000, p. 95).

Retratos de um Brasil patriarcal e machista já é por um certo tempo, controverso em inúmeros trabalhos. Várias pesquisas têm mostrado a superação de uma história tradicional que se condiciona fadada às menções de épocas.

Atividades femininas no Brasil colonial são hoje uma amostra da diversidade de poder que o universo social tentou camuflar por muito tempo. As investidas dos viajantes europeus visavam, em sua maioria, expressar de maneira veemente a fisionomia do escravo homem com relação às mulheres negras. É importante citarmos as palavras da historiadora Maryl Del Priore em *História das Mulheres no Brasil* (2009). A autora mostra como os documentos de época foram importantes para identificar a visão da mulher negra no comércio urbano das cidades. Assim, afirma:

34 anos, mulata muito alva, boa estatura, gorda, maçã do rosto alta, pescoço comprido, olhos pequenos e fundos, testa pequena, cangote pelado, braços grossos e cabeludos, unhas dos dedos das mãos compridas, pés grandes e chatos. (DEL PRIORE, 2009, p. 248)

Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (2006), também expressa sua visão fisionômica quanto à escrava negra no Brasil. Em um de seus apontamentos, o autor mostra, por meio dos documentos, a compleição física de algumas escravas que “em geral pretalhonas de elevada estatura – essas negras que é costume chamar de baianas. Heráldicas. Aristocráticas. A estatura elevada é aliás um característico sudanês, que convém salientar” (FREYRE, 2006, p. 396). Sabemos que Freyre observa em seus estudos uma mulher condicionada ao patriarcalismo, submissa ao lar e ao senhor. Estudos historiográficos por muito mostrou que as mulheres – não apenas no sentido polarizado –, buscavam sob diversas atitudes combater o sistema patriarcal. Sobre esse olhar, é possível perceber que:

Mesmo as mães negras, que eram submetidas a condições inumanas, nunca ficaram atrás quanto à atenção e ao carinho para com seus filhos. “Os primeiros cuidados com o recém-nascido eram os mesmos tomados pelas brancas: lavar os pequenos com vinho ou cachaça; limpá-los com manteiga ou outra substância

⁹⁴ L. da Câmara Cascudo, *A cozinha africana no Brasil*, pp. 26-7. ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. - São Paulo: Companhia das Letras, p. 95, 2000.

oleaginosa e enfaixá-los; e a cabeça era cuidadosamente moldada e o narizinho achatado, com o polegar, para que adquirisse uma forma que parecia mais estética às africanas. (DEL PRIORE, 2000, p. 81-2).

Nesse sentido, é possível compreender a forma de resistência de muitas mulheres negras dentro do sistema escravista. Além disso, percebe-se que os aspectos culturais de sua fisionomia devem permanecer imutáveis, expressando assim, sua estética ritual africana por meio dos cuidados aos filhos recém-nascidos. Portanto, podemos compreender nas análises aqui pontuadas, o quanto a imagem do negro esteve por muito tempo, atrelada a escravidão, a vida subalterna e a marginalização, deixando de lado, seu aspecto como sujeito social ativo e construtor de sua história. Outros trabalhos poderiam ter sido citados na devida pesquisa com relação a visão de inferioridade do negro na história do Brasil. Porém, procuramos poupar nossas limitações diante da vastidão historiográfica. Por outro lado, percebeu-se que nem todas as concepções de época viam no negro, uma ausência de atividade de resistência ao sistema escravista. Talvez, isso seja objeto de novos estudos.

O Negro na Historiografia Paraense.

A história e a historiografia do negro na Amazônia ainda se reveste de muitos estudos e debates o qual, por muito tempo, tem permeado as pesquisas relativas à escravidão negra na antiga província do Grão-Pará e Maranhão. Por muito, tem-se avançado os trabalhos historiográficos empreendidos por constantes análises que questionavam a forma secundária da Amazônia quanto a temática da escravidão negra.

Não obstante, pesquisas anteriores têm-nos revelado a diminutiva importância quanto a visão e participação negra na história regional. Isso talvez permita-nos dizer, que a Amazônia sempre foi (por um determinado período), o centro de mão de obra indígena e predominantemente ameríndia. Tal colocação acirrou a busca por um questionamento da tradicionalidade histórica, que relegava a região amazônica seu papel diminutivo no contexto da colonização. Entretanto, pesquisas pioneiras como de Napoleão Figueiredo, Vicente Salles, Anaiza Vergulino, Bezerra Neto, Magna Ricci e outros, tem colaborado para os avanços e ressignificações da história negra na Amazônia.

Napoleão Figueiredo⁹⁵ será um dos pioneiros a questionar a visão secundária da Amazônia quanto ao processo de escravidão na região. Partindo de uma argumentação que contestava a ideologia do “vazio africano” na região, o autor mostra o quanto esse modelo interpretativo, associava a temática negra ao processo de plantation, em contraposição ao extrativismo. Apontando com ênfase as possibilidades e entendimentos sobre o negro na região, o autor viabiliza e recorre as fontes e relatos deixados por viajantes no período colonial, bem como aprofunda-se nas concepções antropológicas dos anos de 1930 a 50, permitindo assim, contestar a tese do “vazio africano” no processo de colonização regional.

Essas pesquisas, por muito colaboraram para aprofundar e entendermos o processo de escravidão negra na região amazônica, assim como levantou uma série de proposições que buscavam captar a história a partir do viés totalmente reflexivo. O autor nos ajuda a compreender “os seus significados e sentidos e perceber como se deu não apenas a construção da tese do ‘vazio africano’, mas, por outro lado, como se iniciaram os estudos do negro e, portanto, da escravidão e a sua importância na Amazônia” (BEZERRA NETO, 2008, p. 121).

Muitos foram as perspectivas que enxertaram na historiografia do negro, seu relutante fator ao espaço de vivência e condições naturais. O modelo de explicação e

⁹⁵ Este artigo foi publicado na revista Afro-Ásia, nº 12 (1976), pp. 145-60, também disponível em www.afroasia.ufpa.br. Revista de Estudos Amazônicos. Vol. III, nº 1, 2008, p. 125-144.

determinação étnica forjou em muitas pesquisas como de Sílvio Romero e João Ribeiro, um certo exclusivismo étnico no Brasil, preterindo com isso, o papel da multiplicidade cultural e social do negro na formação da sociedade brasileira. Entretanto, um salto feito por outros pesquisadores mostrou que as perspectivas exclusivistas poderiam ser contestadas e, portanto, reinterpretadas. Trabalhos como de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Ianni, Leacock, Prado Jr e tantos outros que contribuíram e contribuem para a história e antropologia do negro no Brasil de forma a interpelar o passado escravista.

Em seu trabalho, *Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos XVII e XIX* (2001), o historiador José Maia Bezerra Neto⁹⁶, busca compreender a simultânea compreensão das relações entre escravos negros e mestiços na Amazônia, relativizando a questão numérica dos negros nos séculos XVII e XIX na região. Bezerra Neto busca empreender na historiografia regional, o lugar de destaque da história do negro no Brasil a partir da colonização amazônica, contestando a antiga ideia do modelo agroexportador, intimamente vinculado a plantation e a monocultura. Todavia, Arthur César Ferreira Reis⁹⁷, já assinalava que no século XVII, ingleses introduziram nos seus plantéis na região do Amapá, um certo número de escravos negros para o “empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente, do plantio de cana para a fabricação de açúcar e rum” (BEZERRA NETO, 2001, p. 21).

Não podemos negar a importância do extrativismo das drogas do sertão no processo de inserção da Amazônia à política mercantilista portuguesa. No entanto, é importante frisar que na Amazônia:

O imbricamento das relações sociais envolvendo o estabelecimento do extrativismo das drogas do sertão, o apresamento de índios e a existência de uma agropecuária voltada para o mercado, com a consequente utilização do trabalho escravo africano, constituía um dos pilares da sua especificidade. (BEZERRA NETO, 2001, p. 18).

Nesse sentido, percebermos o quanto a variedade produtiva da região amazônica, mobilizou diversas forças de trabalho, possibilitando assim, compreender a diversidade das relações sociais ali estabelecidas. Não obstante, pesquisas relacionadas a política colonizadora na Amazônia no decorrer dos séculos XVIII e XIX, mais precisamente na região da Ilha do Marajó, reúne uma gama de pesquisas colaborativas para a história da Amazônia como foco de interesse territorial e econômico da coroa portuguesa. Alguns trabalhos sobre o assunto devem uma atenção minuciosa. Nessa sequência, Cleonir da Conceição Moraes, em seu estudo sobre, *Gabriel José Quaresma: mulato, escravo e vaqueiro*⁹⁸ (2001), notabilizou a trajetória e ação de muitos vaqueiros considerados pessoas desviantes, pois seus atos estavam relacionados a ações de roubo, clandestinidade de animais e a propagação do medo entre os moradores.

O que podemos identificar nessas ações é que muitos dos sujeitos envolvidos na trama citada são negros escravos e homens forros e livres que, diante do universo e das condições em que viviam, propagaram atitudes que mostram a diversidade de sujeitos envolvidos, bem como as relações de poder ali estabelecidas.

A preocupação do governo português em inserir a Ilha do Marajó no contexto da economia colonial não foi um ato averso e desproporcional, já que a mesma, passou a auferir lucros a partir da criação de gado *vacuum* em pleno século XIX. Contudo, é possível

⁹⁶ Bezerra Neto, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII e XIX)* – Belém: Paka-Tatu, 2001.

⁹⁷ Reis, Arthur César Ferreira. *O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazônia*. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1961, p. 02-03.

⁹⁸ MORAES, Cleonir da Conceição. *Outras histórias da escravidão: escravos forros e livres na Ilha do Marajó (1820-1823)*. Especialização. UFPA, 2001.

identificarmos as formas de justiça estabelecidas nessas regiões, onde o patriarcado e as relações de compadrio eram o sustentáculo da juridicidade.

Outro trabalho de suma importância, está na obra de Eurípedes Funes⁹⁹, *Nasci nas Matas nunca tive Senhor: história e memória dos mocambos do baixo Tocantins* (1995), onde o autor analisa a “representação do espaço vivido, o sentido de pertencimento e a construção de uma etnicidade centrada nas práticas culturais e na memória enquanto suporte de uma identidade” (FUNES, 1995, p. 142). Percebemos com especial atenção, as estruturas alicerçadas na sociabilidade dos sujeitos negros diante da resistência à escravidão, conforme expressas pelo autor.

Em uma análise feita entre os períodos do século XVIII e XIX, Patrícia Melo Sampaio¹⁰⁰, observou as facetas da história tradicional, que determinaram a Amazônia como zona periférica quanto a escravidão negra. A autora mostra que durante o século XVII e XIX, já havia uma grande quantidade de negros na região (inclusive na cidade de Manaus). Em seu trabalho, *Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano* (2005), os dados acionados sobre a presença africana na Amazônia, revelam o embate e a contradição do modelo escravista a partir da economia agroexportadora baseada na plantation do nordeste açucareiro. Segundo Sampaio:

Existem notícias a respeito até 1866, quando o vice-presidente da Província do Amazonas, Gustavo Ramos Ferreira, registrou que no Amazonas existiam cerca de 57 (cinquenta e sete) africanos livres, já de posse de suas respectivas cartas de emancipação. Aquela altura, dizia Ramos Ferreira, a maioria vivia de “empregos públicos onde são de utilidade, apesar da má conduta de quase todos, por falta de trabalhadores de que se ressentem essa cidade.” A maioria morava em um pequeno bairro de Manaus chamado, sugestivamente, de “Costa d’África, localizado nas imediações do cemitério São José 101. (SAMPAIO, 2005, p. 02)

É possível identificarmos (mesmo no século anterior), uma determinada presença africana na Amazônia que, por diversos interesses, encontravam-se nas mais variadas atividades, no qual, estabelecidos no seio social, construíam um ambiente multifacetado. A estada de negros nas regiões do Bujaru no século XVIII, representa mais uma importante participação desses sujeitos sociais na Província do Grão-Pará. Segundo Castro (2003), a região hoje conhecida como Bujaru “revela uma provável ocupação das terras muito maior do que seria permitido pelas vinte Cartas de data de Sesmarias concedidas naquele rio” (CASTRO, 2003, p. 2). Por esse ângulo, podemos observar que mesmo com a determinação das Cartas de Seis Marias na região, a terra pública foi empossada como terra privada, permitindo seu acesso não apenas a homens livres e açorianos, mas, a uma breve proporção de escravos fugidos de diversas regiões. A autora percebeu que o aumento da população escrava na região de Bujaru ocorreu entre os anos de 1778 a 1803, demonstrando assim, que havia motivos diversos quanto a posse de terras. Tais motivos, determinam que umas das formas de obtenção de terras na região, era primeiramente a fuga, assim como a doação feita por seus senhores como a franja ou o abandono das terras por eles.

⁹⁹ Funes, Eurípedes Antônio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. 1995, p. 142.

¹⁰⁰ Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutora em História (UFF) e pesquisadora do CNPq e da FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas). Sampaio, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano* 2005, p. 02.

A cidade de Belém foi palco teatral da presença africana durante o período da escravidão. Documentos mostram o quanto havia de negros presentes no centro urbano belenense, que em seu interior, postulou-se por uma rede de relações de poder e sociabilidade, atribuindo a cidade as marcas de sua herança política e social. Essa presença já havia de ser percebida no século XVII, porém, é no século XIX que, segundo dados de 1823 “a população cativa chegava a representar 45,2% dos 12.471 habitantes de Belém” (1990, p. 15). Essa informação nos permite analisar a urbe amazônica como um centro em movimento de negros muito bem oficializados por suas funções.

Nos centros urbanos, a escravidão alcançou uma rede de relações que variavam de acordo com interesses dos sujeitos sociais envolvidos. É na cidade que ocorre a presença marcante de escravos de ganho, sujeito este, que moldará, as conquistas por liberdade sob o aspecto das vicissitudes do cotidiano.

Segundo Bárbara Fonseca Palha¹⁰², as formas e peculiaridades exercidas pelos negros no centro urbano da grande Belém, propiciou aos mesmos se inter-relacionarem com os mais diversos sujeitos sociais ali presentes. Para ela:

Viver longe do convívio senhorial era uma, senão sua principal característica. Arranjavam-se geralmente em algum cortiço ou lugarejo nos subúrbios da cidade. Trabalhavam em atividades como carregadores, entregadores e vendedores e parte da renda, isto é, dos “jornais” recebidos pelo serviço era entregue ao senhor, diária ou semanalmente, segundo critérios estabelecidos entre as partes envolvidas, e a outra parte ficavam para si, garantindo assim sua subsistência, o chamado “viver sobre si”, e futuramente, com sorte, uma carta de alforria. (PALHA, 2009, p. 2).

A busca pela alforria era constante na vida de um escravo. A vida urbana logrou aos escravos os piores e mais insalubres espaços de vivência e “comodidade” privada, já que em sua maioria, as péssimas condições de vida e as excessivas atividades de trabalho não permitiam a estes uma saúde minimamente balanceada. Essa constatação, está na dieta diária dos escravos, que juntos e culturalmente falando, enriqueceram a culinária brasileira. Porém, essa riqueza contrastava com os corpos abatidos e necessitados por uma alimentação saudável. Para Bezerra Neto (2000):

O tipo de alimentação dos escravos, associada às precárias condições de vida desses trabalhadores, favorecia para que fossem pessoas desdentadas, tais como eram descritos nos anúncios de fuga: Joaquim tinha todos os “dentes podres”; Senhorinha, “gorda, boa estatura e olhos muito vivos”, era “desdentada na frente”; Joaquina não tinha “três dentes da frente”, possuindo “um xadrez à moda da sua terra na boca do estômago”; Pedro, “com falta de um dedo em hum dos pés [e] cicatriz de um golpe na barriga”, tinha “falta de alguns dentes”; e João Marajó tinha “cara redonda com alguns sinais de bixiga” e “falta de dentes superiores na frente”, entre outros. (BEZERRA NETO, 2000, p. 2)

Essa realidade fisionômica do negro quanto a alimentação e as péssimas condições de vida, se juntava a uma boa parte da população pobre, que juntos, dividiam os contrastes entre a necessidade e o sofrimento. É nesse ambiente que o autor percebe a ação cotidiana das quitandeiras, negras vendedoras de quitutes, mingaus e frutas diárias. O autor mergulha no universo e cotidiano de D. Joanna, vendedora de mingau que, com isso, tornava o devido ambiente de sua venda, um espaço de sociabilidade que iria além das necessidades biológicas de seus consumidores. Nessa perspectiva, percebe-se que a atuação de muitas mulheres se tornou destaque diante do mundo

¹⁰² Graduada em História pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é mestranda pela mesma Instituição.

patriarcal, pois as atividades femininas nos centros urbanos eram cada vez mais frequentes.

O domicílio também foi um espaço de atuação de homens negros e negras na construção social do Brasil. Não faltavam críticas aos homens de posse que em dados momentos escandalosos, dividiam as funções da casa com negras que mais pareciam sinhás.

É Mary Del Priore¹⁰³ que nos retrata o caso de Jerônimo Vieira Magno e a preta Luzia Vieira, ambos dividindo as tarefas do domicílio que, no presente contexto, contrastava com o patriarcado cristão do Brasil. O que nesse momento chama-nos a atenção, é a forma estrutural da “lógica” social invertida, permitindo a estes (de acordo com as condições de vida) uma constante mudança de papéis sociais e familiares. Conforme testemunhas, ela (Luzia Vieira):

Estava com negócios de venda patrocinada pelo dito [em um distrito próximo, mas], passando alguns tempos a tornou a trazer para sua casa, onde de presente assiste com atualmente domicílio, pondo e dispondo das coisas do dito [...], não obstante que há coisa de quinze dias pouco mais ou menos se ausentou o dito para o Tejuco do Serro, deixando a dita em sua casa. (DEL PRIORE, 2009, p. 178).

Nessa lógica, percebe-se que o mundo da escravidão possuía facetas a qual chocavam a “lógica” social de domínio, fazendo com isso, cogitar nas mais diversas famílias, a possibilidade de mudança de papéis. Assim, é possível compreender o quanto “o comércio de comida nas ruas da cidade era atividade dominada por escravas, mulheres forras e livres pobres, que, aparentemente, compunham grupo considerável”¹⁰⁴

É Vicente Salles, em uma de suas pesquisas sobre as *Taieiras, ou Sociedade das Mulheres Negras no Grão-Pará*, também cantadas nos versos e prosas de Bruno de Menezes¹⁰⁵ em *Batuque* (2015), cita no poema de Eustachio de Azevedo, *Festa de Reis*, o significado essencial das Taieiras em Belém do Grão-Pará. Nas colocações deste, assim se diz:

Talheiras, espécie de confraria de mulheres, em geral lavadeiras, que tomavam parte em festas populares, especialmente a princípios do ano. No carnaval, organizavam-se em forma de “rancho”. Aderiam também, com seus cantos tradicionais, - o canto acima transcrito -, a festa do Divino Espírito Santo. As lavadeiras, em geral, pretas e mulatas, habitavam preferencialmente no bairro do Umarizal e exerciam seu humilde ofício no igarapé das almas, limite do bairro negro com o bairro da Campina, onde habitavam as famílias abastadas para as quais trabalhavam. (SALLES, 2004, p. 145).

Nessa acepção, é importante frisar a luta das mulheres negras, as quais, cerceadas pela realidade escravista, lutaram e divergiram dos mandos de poder estabelecidos no mundo da escravidão. No universo artístico, a negra passa a ganhar seus contornos mais nacionais, repercutindo nas obras de arte como um elemento de nacionalidade. É Caroline Fernandes¹⁰⁶, em seu trabalho, *As Cores do Sol: visualidade regional e representações da mulata na pintura brasileira* (2008), que expressa os detalhes da obra *Tropical*, de Anita Malfati. Para Fernandes (2008), a imagem da mulata representa uma íntima relação entre a mulher e a natureza, mesmo sendo expressa em

¹⁰³ Del Priore, Mary. História das mulheres no Brasil. Editora Contexto. 2009. p. 178.

¹⁰⁴ Ver a respeito FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riquezas e estigma social. Tempo, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92, 2000.

¹⁰⁵ Menezes, Bruno. Batuque. 8. ed. Belém. Editora GTR. 2015.

¹⁰⁶ Fernandes, Caroline. As Cores do Sol: visualidade regional e representações da mulata na pintura brasileira. Revista de Estudos Amazônicos, PPHIST – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, Editora Açai, 2008.

uma atividade urbana. Atividade essa que nas demais citações, tornou-se contundente ao focar a importância das negras quitandeiras. A mulata é determinada como uma vendedora de frutas que “poderia ser uma escrava de ganho no século XIX, como também uma mulher livre, descendente de escravos” (FERNANDES, 2008, p. 149).

Mediante isso, analisamos o trabalho do historiador Márcio Couto Henrique¹⁰⁷, em *Irmândades escravas e experiências políticas no Grão-Pará do século XIX* (2009). Para Couto (2009), “as inúmeras estratégias articuladas pelos escravos em suas confrarias põem por terra as ideias de que as irmandades de negros eram espaços sem qualquer tipo de consciência política eram apenas uma concessão dos senhores” (COUTO, 2009, p. 31). Segundo este, as irmandades não eram apenas espaços de assistencialismo dos senhores com relação aos escravos, que, no âmbito da história tradicional, condicionava os negros ao paternalismo de seus senhores. Para ele, as irmandades de negros estavam além de sua assistência médica ou religiosa, pois segundo o mesmo, as atividades praticadas pelos escravos possibilitaram a estes uma consciência política de resistência à escravidão.

Dessa maneira, a história e a historiografia do negro na Amazônia passaram por uma gama de análises e interpretações que, de início, condicionou os escravos ao paternalismo, subserviência e inferioridade de sua condição social, religiosa e mental. Porém, essa interpretação foi questionada por muitos historiadores no qual, a história do negro na Amazônia nunca esteve atrelada ao modelo nordestino da plantation monocultora e que, diante das adversidades da escravidão, os escravos lutaram e conquistaram seu espaço de atuação social e político, como sujeitos históricos na luta pela liberdade.

Vicente Salles e os Aspectos Culturais do Negro na Sociedade Paraense.

Os estudos abordados pela historiografia paraense acerca da escravidão negra na Amazônia, mostra o quanto inovações e avanços as pesquisas alcançaram. Muitos historiadores, antropólogos, sociólogos entre outros, contribuem para explorar as magnitudes dos estudos afro no Pará. Esmiuçar tal temática com determinada ênfase, é caminhar nas teias das vicissitudes e realidades que sondam a história regional em consonância com o tempo.

É com esse meticuloso hábito da pesquisa, cujo desafio nos propomos tatear, que buscamos na obra de Vicente Salles, *O Negro na Formação da Sociedade Paraense* (2004), as respostas necessárias a devida pesquisa. No entanto, isso não significa dizer que outros trabalhos não foram analisados com anterioridade, já que muitos também se encaixam dentro da perspectiva em questão. Tal pesquisa fez-nos enveredar pelos caminhos e fronteiras da multiculturalidade do antropólogo, sociólogo e culturalista (considerado por muitos um grande historiador), cujos trabalhos nos afeiçoou. É com Salles que partimos do princípio as quais orientamos nosso entendimento sobre os aspectos e legados do negro na formação de nossa sociedade paraense. Não estamos aqui tentando dizer que o índio ou o próprio europeu não tiveram tal contribuição, muito pelo contrário, suas contribuições foram tão importantes quanto a participação do negro.

O professor e historiador José Maia Bezerra Neto¹⁰⁸, um dos grandes expoentes da pesquisa sobre o negro na Amazônia, já havia observado em seus escritos a importância da obra de Vicente Salles, *O Negro no Pará Sob Regime de Escravidão* (2005). Não por acaso, Bezerra Neto norteou e resenhou a obstinada obra e sua importância para a historiografia não apenas regional, mas de âmbito nacional. Em um

¹⁰⁷ Couto, Márcio Henrique. *Irmândades escravas e experiências políticas no Grão-Pará do século XIX*. Revista de Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Vol. IV, n.º. 1, 2009, p. 31-51.

¹⁰⁸ Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

artigo publicado na Revista de Estudos Amazônicos em 2008, o devido historiador identificou nas leituras de Salles a influência da “antropologia cultural brasileira e do folclore, a partir de sua formação iniciada junto a Édson Carneiro, um dos nomes mais destacados dedicados aos estudos da presença negra na Amazônia”. (BEZERRA NETO, 2008, p. 168).

Para ele, Vicente Salles alcançou um debate acerca da temática africana na Amazônia para além da dicotomia senhor e escravo, mais que isso, mostrou que o negro foi produtor não apenas no sentido econômico da escravidão, mais sim, no sentido cultural, possibilitando a este, sua posição como “sujeito que interagindo socialmente era produtor de cultura ou sujeito de práticas culturais, não havendo para Salles dicotomia entre os mundos do trabalho e da cultura”¹⁰⁹. Obviamente, esse estudo provou a importante contribuição que o trabalho de Salles obteve para a historiografia paraense, no âmbito de seus aspectos culturais.

No entanto, o foco de nosso estudo será outra obra que, por sinal, é de suma importância para o entendimento do negro na formação social e cultural do povo paraense. Nesse sentido, buscamos minuciosamente englobar a obra *O Negro na Formação da Sociedade Paraense* (2004), como principal atributo de nossa pesquisa. Todavia, isso não significa afirmar que os demais trabalhos do autor não possuam relevância quanto a pesquisa aqui identificada. Pelo contrário, sabemos que ambas as averiguações de Salles (assim como outras do mesmo), estão intimamente ligadas e, por assim dizer, se complementam.

O Negro na Formação da Sociedade Paraense (2004) de Vicente Salles, é um mister de antropologia cultural, atenuando as possibilidades e aprofundamentos da história do negro na Amazônia. Baseado em fontes catalogadas, manuscritos e até mesmo coleções raras, Salles mobiliza nossa atenção para o fato de o negro ser um “elemento étnico e plasmador da cultura paraense” (SALLES, 2004, p. 5). Nessa perspectiva, percebemos o negro como um fator modelador e constitutivo de sua cultura e componente essencial de nossa sociedade. Salles buscou nos relatos de viajantes, artistas e cientistas sociais os aspectos culturais do negro durante sua relação com o sistema escravista bem como seu convívio com a cultura indígena.

Simbolicamente, o autor analisa a participação do negro a partir de seus elementos mentais e materiais, que por sinal, tornam-se uma imbricada teia de significações. O negro é visto dentro da multiplicidade social, política, religiosa e folclórica, já que diante das nuances da escravidão, pôde possibilitar sua resistência como sujeito construtor de seu cotidiano. Essa resistência se dá em vários momentos de nossa história, seja nas ações políticas e sociais (como no caso da participação na Cabanagem), ou na construção simbólica de suas origens.

Do ponto de vista das etnias, Salles afirma que o destaque da presença negra na Amazônia foi intensificado pela cultura sudanesa e banto. O autor também destaca a região do Maranhão, onde o negro mina, “povo fânti-axânti, cujas peculiaridades culturais se conservaram mais ou menos homogêneas até nossos dias” (SALLES, 2004, p. 17). No Maranhão, a presença de escravos negros foi numericamente significativa e, conforme o Salles, conservou por si mesmo, suas peculiaridades. Todavia, não podemos considerar tal colocação como um produto único e singular da cultura africana nessa região. Salles mostrou de certa forma, que os elementos culturais inseridos na dinâmica social do negro na Amazônia, são subsídios formadores de uma identidade afro na região. Nessa sequência, é preciso observarmos com acuidade as especificidades que norteiam as devidas colocações, como é o caso da culinária e dos folguedos regionais.

É diante desse portentoso trabalho, que Salles resume em poucas palavras a importância do negro na Amazônia. Assim afirma:

¹⁰⁹ *Ibidem*, pp. 168.

Não se pode considerar desprezível a contribuição cultural do africano na Amazônia. Essa contribuição se manifesta nos folguedos populares, na culinária, no vocabulário, enfim nos vários aspectos do folclore regional. Todavia não se pode testemunhar a sobrevivência de um culto puramente africano, pelo menos no Pará, onde a incorporação de elementos católicos e dos chamados “encantados” indígenas gerou um batuque extremamente sincretizado, modernizado com influência do candomblé baiano e da umbanda do Rio de Janeiro. (SALLES, 2004, p. 18).

Esse misturar totalizado, ora se representa no sincretismo religioso, ora se manifesta nos aspectos culturais e materiais do cotidiano do negro. É importante perceber a influência religiosa do negro, seja nos candomblés e umbandas, seja nos calundus catimbós ou acatundás, é preciso antes de tudo, verificarmos o quanto o elemento católico conjugou-se aos elementos negro e indígena. Dessa maneira, Salles observa as festas populares em homenagem aos santos católicos muito apreciados pelos negros ligados as irmandades e confrarias. O exemplo disso está às irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada em 1682, bem como as irmandades de São Benedito e Nossa Senhora da Conceição. No percurso dessa fusão, temos os festejos de cunho católico e praticidade negra como “a do Divino Espírito Santo e a de São Raimundo”¹¹⁰.

A lúdica é outra grande e importante contribuição negra para o folclore e musicalidade paraense. O gesticular dos corpos, se coreografando entre as linhas e a cada nota musical uma nova coreografia. A lúdica negra deixa marcas na cultura paraense através dos festejos e batuques que ocorrem ocasionalmente no Estado. Esse nutriente cultural e folclórico é expresso por Salles ao afirmar que o negro “deu ao caboclo amazônico, tido como taciturno e pouco expansivo, a vivacidade de alguns motivos coreográficos e musicais”¹¹¹. Não obstante temos as observações dos viajantes Spix e Martius em 1820 na província do Grão-Pará. Estes atestam a predisposição de mulatos e negros entre idos e vindos da dança e do violão. Assim, nos explicam:

Os mulatos são os mesmos também aqui; é a mesma gente facilmente excitável, exuberante, pronta pra qualquer partida, sem sossego, visando a efeitos espalhafatosos. Para a música, o jogo e a dança, está o mulato sempre disposto e agita-se insaciável, nos prazeres, com a mesma leviandade dos seus congêneres dos Sul, aos sons monótonos, sussurrantes, do violão, no lascivo do lundu ou no desenfreado batuque¹¹². (1962, p. 22).

Nas entrelinhas transcritas pelo autor, vários são os folguedos que expressavam a ironia do negro diante aos seus senhores. É o caso do Bumba-meu-boi ou mais precisamente, o boi-bumbá. Salles identifica o folclore do boi-bumbá como “farsa popular antiescravista”¹¹³.

Não faltaram ao negro, formas de resistência que iam desde a formação de quilombos ao assassinato de senhores. Determinadas resistências mostram que o negro foi além de uma expressão de liberdade e tão pouco teria este ensejado seu feito nas amarras da escravidão. Salles chega a citar figuras da Cabanagem como Patriota¹¹⁴, o negro Félix e Cristóvão. Figurados no ideal de liberdade e luta contra a opressão, diversos

¹¹⁰ Cf. Festas Populares do Pará. in Annaes da Bibliotecal e Archivo. Público do Pará, t. III, 1904, p. 225-61.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 31.

¹¹² Cf. Viagem pelo Brasil. 1817-1820. S. Paulo, 1962, 3 v., p. 22.

¹¹³ *Ibidem*, p. 32.

¹¹⁴ Raiol, Domingos Antônio. Motins Políticos, vol. III, p. 346.

sujeitos negros e mulatos deixaram suas marcas muita além da luta corporal. As guerras aos quilombos ocuparam parte das páginas da época, fazendo emergir mobilizações em troca de restituições financeiras. É o caso de escolher criteriosamente negros para serem capitães do mato, no intuito de fazer-se aprimorar a captura de negros fugidos. Salles observa as tensões ocorridas no palco da escravidão e, criteriosamente, identifica as figuras escravas ou libertos, aos quais, por motivos diversos, estavam ou não a favor de seus senhores. Contrário à figura do capitão do mato, Salles mostra a participação e agilidade de negros acoutadores que, diante da realidade e da condição de escravos, oficializavam suas ações permeando a fuga ou, como cita o autor, o caso dos acoutadores brancos que prendiam negros e os devolviam ao cativeiro.

Através de anotações de viajantes, o autor redobrou sua pesquisa e encontrou no fazer das redes índias, uma extrema participação da negra. Não pouparam citações do grande escritor paraense Dalcídio Jurandir (1947)¹¹⁵, quanto a participação das mulheres negras no tecer das redes de dormir. O escritor assim nos diz:

Batiam algodão nas madrugadas com dois maços de palmeira caraná sobre um almofadão. Torcido e fiado saía o almofadão para os velhos e rústicos teares em que as negras trabalhavam fazendo redes. Era uma “batidão”, como um rumor de tambor surdo nas palhoças, acordando a vila nas madrugadas (JURANDIR, 1947, p. 43).

Isso permitiu-nos dizer, que o sincretismo estava presente nos costumes materiais da cultura indígena, mais que, frequentemente, tomou participação nos braços e na força de negros livres e escravos. A organização de sua identidade como negra e propulsora de sua construção social legou aos mesmos uma luta constante entre o mundo do trabalho e a liberdade. Nessa lógica, perceber suas origens é identificar-se com aquilo que é próprio, pois isso possibilita a união, a coletividade e a busca por suas raízes. Assim, é possível observarmos que “no processo de afirmação identitária, a revalorização das culturas africanas constitui-se em pilar para a identidade negra, pois pode servir para desconstruir representações que alienam a pessoa negra de seu próprio corpo e suas raízes étnico-raciais” (FERNANDES e SOUZA, 2016, p. 105).

A identidade negra está nas veias da sociedade paraense a partir de suas características religiosas, sociais, físicas ou do próprio reconhecimento coletivo ou cultural. Para Munanga (1994), ao falar sobre identidade destaca:

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA 1994, p. 177-178).

Para Salles, a capoeira está ligada ao catimbó, pois ambas se interligam através do batuque no qual, as tradições africanas são mantidas. A capoeira, arte corporal e pessoal do negro, era um caminho para a liberdade. Esta, ritmada pelo berimbau, traz consigo a lembrança da viola e violão utilizado pelos negros nos festejos e dias úteis, mas que, para as autoridades, tornaram-se símbolos de vadiagem.

Em suas observações, o antropólogo permeou as viagens de Alfredo Russel Wallace e Henrique Walter Bates, para o qual, ambos pontuaram a presença negra na Amazônia. Em uma análise entre os dois viajantes, Salles examina a dualidade identificatória que os devidos viajantes fazem com relação ao índio. Estes afirmam que a

¹¹⁵ Jurandir, Dalcídio. Marajó, 1947, p. 43.

facilidade com que o negro se aclimatizou na região norte, enquanto o índio, diante da mesma situação, parecia sempre abatido.

É ao lado do escritor Edison Carneiro que Salles aprofunda sua pesquisa sobre o lundu e o samba. Para ele, o lundu é ligeiramente peculiar e, portanto, tipicamente negro. Saindo dos terreiros e festejos africanos no Brasil, o lundu é marcado por seu caráter sensual e coreografado nos batuques. Assim se fez o samba, diz Salles, samba batido, de batucada, de caboco, de cacete ou de terreiro. Ritmo este, que antecede o sucesso do grande sambista carioca Donga, em 1916, recitado o título, *Pelo Telefone*, mas que, no Pará, já havia sido executado por Manuel Castello Branco, cujo título era Pimenta no cuscuz, em 1913. É importante frisar que, antes de tudo, o sociólogo já havia de fazer um histórico sobre o samba o qual, como nos aponta, vem de muitos anos antes.

Salles parte da participação do negro em seus aspectos culturais para explicar não apenas suas contribuições para a formação da sociedade paraense, mais sim, de mostrar o quanto essa contribuição foi e é, um elemento de africanidade tipicamente paraense. Em um dos seus últimos trabalhos (senão o último), o mesmo aponta como já verificado, a origem do lundu, como “o canto e a dança dos calundus, dos feitiços, ou ritos dos negros vulgarmente denominados batuques” (SALLES, 2016, p. 115). O batuque é a vértice que une que coletiviza e marca a presença negra na Amazônia.

Considerações Finais

A diversidade da história da Amazônia colabora a cada ano com a historiografia nacional. Não resta dúvida da imensa contribuição que as mais variadas pesquisas contribuem para o acervo do conhecimento histórico. Um dos assuntos no qual tem deixado sua marca quanto aos estudos históricos e antropológicos na Amazônia, são de certo modo, as pesquisas relacionadas a escravidão negra no Pará.

Essa exegese de dados ofertados pelas novas pesquisas, vem perscrutar os ditames do oculto aos olhares das ciências humanas. Dar-se assim, o desvelar do encaminhamento as devidas apurações que enveredam por metodologias e tendências históricas, suas pontuações e conclusões a parte. Encontramos na chamada história tradicional um vetor já questionado de explicação e análise consensual dos fatos arrolados. Foi com uma minuciosa dose da história problema, mental e reflexiva, que conduzimos os conceitos e bases analíticas quanto ao assunto.

Estudar a obra de Vicente Salles, *O Negro na Formação da Sociedade Paraense* (2004), foi mais que um desafio, é a expressão indispensável ao acervo descortinado da história local. Novas ressignificações são importantes para o olhar do historiador cujo emblema dos documentos, pode nos revelar o desencantamento daquilo que nos parece cognoscível. Salles ultrapassa a simples maneira de fazer narrativa, é desvelador quanto a narração, que não se segura diante do micro enfiar.

Nota-se com isso, que a obra do antropólogo é mais que um pioneirismo à história do negro no Pará, é um que berço de ninar de nossos aforismos cotidianos. É despido e concreto a obra do autor, cuja importante herança, está nas veias da sociedade paraense. O Negro no Pará Sob Regime de Escravidão é pioneiro e, portanto, embutido de um fazer histórico principesco.

Porém, é *O Negro na Formação da Sociedade Paraense* (2004) que nos anuncia as vestes de nossa africanidade, escritas no patamar da sapiência, da cor, dos gestos e dos folguedos religiosos afora. Tal contribuição, trouxe consigo o reconhecimento e a valorização de nossa estirpe cultural, social e imagética da identidade negra paraense.

Referências

ALUÍSIO Azevedo, O mulato, São Paulo, Martins, 1964, p. 67.

A. J. R. Russel Wood, Fidalgos and philanthropists: the Santa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755, Londres, Macmillan, 1968; Stuart B. Schwartz, Burocracia e sociedade no Brasil colonial: Suprema Corte da Bahia e seus Juizes, 1609-1751, trad., São Paulo, Perspectiva, 1979.

ALUÍSIO Azevedo. O cortiço, 6.ed., São Paulo, Ática, 1974, p. 104.

ESPAÑA, Antônio Manuel. Luís de Molina e a Escravização do Negro. 2001, p. 937-960.

BEZERRA NETO, José Maia. A QUITANDA DE JOANA E OUTRAS HISTÓRIAS: os escravos e as práticas alimentares na Amazônia (séc. XIX). Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 38, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII e XIX) – Belém: Paka-Tatu, 2001.

ABREU, Capistrano de, Capítulos de História colonial, 3. ed., s/l, F. Briguiet & Cia, 1934, pp. 121-2; p. 72.

CASTRO, Edna (2003). Quilombolas de Bujaru. Memória, escravidão, territorialidade e titulação das terras. 2003. p. 02.

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CENDAP/PPGSCA (UFAM). Jornal Estrela do Amazonas, 1859-1861, Rolos 04 e 05 (Microfilme). O registro do número de africanos livres de 1866 está no Relatório com que o Exmo Sr. 1º Vice-Presidente da Província do Amazonas abriu a Assembleia Legislativa provincial, no dia 05 de setembro de 1866 in Governo do Amazonas – Secretaria de Cultura. Documentos da Província do Amazonas: legislação e relatórios, 1852-1859. Cd-Rom, vol. 2. Sobre o bairro de africanos livres, cf. Aranha, Bento. Um olhar pelo passado (1897). Manaus: GRAFIMA/Prefeitura Municipal, 1990, p. 15. [Reimpressão fac-similar.

CHRISTIANO SOUZA, Maria Cecília Cortez. FERNANDES, Viviane Barboza. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. p. 2. 2016.

COUTO, Márcio Henrique. Irmandades escravas e experiências políticas no Grão-Pará do século XIX. Revista de Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Vol. IV, nº. 1, 2009, p. 31-51.

DAWN Ades. “Os artistas viajantes, a paisagem e representações do Brasil”. In: O Brasil Redescoberto. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

Este artigo foi publicado na revista Afro-Ásia, nº 12 (1976), pp. 145-60, também disponível em www.afroasia.ufpa.br. Revista de Estudos Amazônicos. Vol. III, nº 1, 2008, p. 125-144.

MELLO, Evaldo Cabral de. Como Manipular a Inquisição para Trocar de Senhor. 1992, p. 115.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riquezas e estigma social. Tempo, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92, 2000.

FERNANDES, Caroline. As Cores do Sol: visualidade regional e representações da mulata na pintura brasileira. Revista de Estudos Amazônicos, PPHIST – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, Editora Açaí, 2008.

FERNANDES, Viviane Barboza, SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. 2016, p. 105.

Festas Populares do Pará. in Annaes da Bibliotecal e Archivo. Público do Pará, t. III, 1904, p. 225-61.

FUNES, Eurípedes Antônio. Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995, p. 142.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal 2006. p. 396.

HEGEL, G.W. Friedrich. Filosofia da História. Brasília, Editora da UnB, 1999.

JURANDI, Dalcídio. Marajó, 1947, p. 43.

KANT, Emmanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Campinas, Papirus, 1993.

L. da Câmara Cascudo, A cozinha africana no Brasil, pp. 26-7.

ALENCASTRO. Luiz Felipe. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. - São Paulo: Companhia das Letras, p. 95, 2000.

PRIORE, Maryl Del, História das Mulheres no Brasil. 2009.

MENEZES, Bruno. Batuque. 8. ed. Belém. Editora GTR. 2015.

MORAES, Cleodir da Conceição. Outras histórias da escravidão: escravos forros e livres na Ilha do Marajó (1820-1823). Especialização. UFPA, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1999.

PALHA, Barbara Fonseca. O que se lê nos jornais, o que se vê nas imagens: escravas de ganho na Belém do século XIX. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano 2005, p. 02.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos, vol. III, p. 346.

REIS, Arthur César Ferreira. O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazônia. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1961, p. 02-03.

Viagem pelo Brasil. 1817-1820. S. Paulo, 1962, 3 v., p. 22.

IMPERIALISMO EM IMAGENS: CONSTRUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS ATRAVÉS DO LIVRO DIDÁTICO

Matheus Jerônimo Henrique Lopes¹¹⁶

Cleyton Antônio da Costa¹¹⁷

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada a partir de análises de algumas imagens do livro didático que compõe a temática Imperialista na África, entre o século XIX e XX. Os livros analisados foram da editora FDT, entre o 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. Nossa metodologia consistiu em pesquisas acerca de artigos científicos e livros. Fontes imagéticas auxiliam na construção de saberes históricos, assim, foi possível concluir que as imagens estão permeadas de significações que precisam ser desconstruídas para um bom entendimento da temática, pois ainda exaltam as ações europeias.

Palavras-Chave: Imagem, Ensino de História, Livro Didático, África.

Introdução

As maiorias das escolas brasileiras contam com diversos recursos que auxiliam no aprendizado dos estudantes, e assim variam entre livro didático, tecnologias digitais, bibliotecas, entre outros. Focando no recurso que se trata acerca do livro didático, nosso objetivo foi analisar as fontes imagéticas, na qual, abarcam a temática Imperialista, ocorrido no continente africano, entre os séculos XIX e XX. Tal assunto chama nossa atenção pelo fato de conter variadas imagens que o ilustram, variando entre charges, pinturas, mapas e fotografias. Com isso, foi possível compreender se essas fontes dialogam com o texto e incentivam o estudante a trabalhar o senso crítico e interpretativo.

As imagens são recursos presentes e utilizadas nos livros didáticos, atualmente são fontes obrigatórias na composição desse material, pois, a intenção é buscar uma melhor capacidade visual analítica do sujeito que a vê. Nos dias atuais, torna-se um aspecto muito importante pelo fato das tecnologias virtuais terem se desenvolvido, usufruindo, portanto, do visual do estudante (SUSIN; BERTONI; CEMIN, 2012). Trata-se, então, de compreender como livro didático tem sido trabalhado em sua complexidade, pois:

Entendemos que o livro didático é um material atravessado por dimensões complexas das culturas escolares e, ao mesmo tempo, das culturas extra-escolares. Ao confrontar as diferentes propostas de leitura de imagens visuais impressas no livro didático, percebemos como a produção dos saberes docentes e escolares participam da formação das tendências dominantes, que priorizam atualmente, determinadas metodologias de leitura de imagem em detrimento de outras (BUENO, 2011, p. 73).

Atualmente, alguns livros, principalmente os de História, apresentam questões positivistas da historiografia, em que negros e índios são tratados de formas pejorativas, estereotipadas e preconceituosas (SCHWARCZ, 1993). Com a construção de uma Nova História, houve uma ampliação das fontes de pesquisas que auxiliam na elaboração de outras conjunturas históricas, sendo assim, as imagens irão tomar seu lugar de destaque na relação do ensino e aprendizado.

¹¹⁶ Mestrando no programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Lavras- UFLA. Possui graduação (Licenciatura) em História pela Universidade do Vale do Sapucaí- UNIVÁS em Pouso Alegre - MG.

¹¹⁷ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao olhar uma imagem, a consciência cria um fato referente aquilo que está sendo visto, incentivando a criatividade do sujeito que a observa, para posteriormente elaborar uma linguagem implícita que a tal pode estar passando para o leitor. Ademais, ao trabalhar em uma sala de aula as fontes imagéticas, o professor pode incentivar o senso crítico, interpretativo e analítico do aluno, fazendo com que a capacidade visual proporcione um melhor entendimento da aula de História aplicada (GUIMARÃES, 2000).

O ensino de História se torna pertinente pelo fato de auxiliar na formação histórica e cultural do estudante, fazendo com que se posicione diante dos fatos, das interpretações e relações com o passado. A partir dos fatos entre o passado e o presente, a escola tende a formar pessoas capazes de se envolverem nessa relação social que permeiam a sociedade. Quando estamos cientes das pluralidades do saber histórico, nosso nível de intelectualidade, de participação ativa na comunidade, de pertencimento e de ser social nos conduz a uma melhor formação cidadã.

Nesta direção, a temática analisada aborda sentidos de discursos que difundem ideologias explícitas ou implícitas, cabendo, portanto, a importância da prática docente em promover soluções para que esses efeitos sejam colocados em pauta, criando maneiras para minimizar o preconceito e a visão somente do europeu em vista da dominação do continente africano.

Em vista dos argumentos apresentados, compreendemos que se faz necessário instigar os sujeitos a buscarem sua própria historicidade, praticando uma reflexão acerca das construções das identidades sociais que foram muitas vezes impostas a nós. O homem e a sociedade são uma relação de natureza fundamental para aguçar o senso interpretativo e analítico. O livro e as imagens trabalham a respeito da trajetória humana em seus variados sentidos no decorrer da conjuntura história imperialista, por meio deles, veremos conteúdos que legitimam as desigualdades e o racismo que permeiam até hoje nossa sociedade. Portanto, quando se aguça as habilidades no ramo educacional, novas expectativas surgem para uma melhor configuração na leitura do passado, relacionando ao presente, conseqüentemente as metodologias estarão contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem.

Ao se tomar conhecimento da ampla utilização do livro didático como ferramenta de ensino, englobando-se o ensino de História, questionamentos podem ser levantados sobre como as temáticas presentes nesses livros estão sendo abordadas e como podem estar despertando o senso crítico e reflexivo dos estudantes. Ao considerar que o Imperialismo, assunto de grande relevância no conhecimento histórico e social, é sempre abordada no livro didático de História com o auxílio de fontes imagéticas, e que tais fontes possuem inspirações eurocêntricas, levanta-se a seguinte problemática: Há a presença de desigualdades étnicas, raciais e sociais nas fontes imagéticas do livro didático de História que se referem ao ensino da temática imperialista? Essas questões são incentivadas a uma análise crítica e analítica do ponto de vista social?

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

O livro didático, conhecido também com manual didático é uma das principais ferramentas de transmissão de conhecimentos, considerado uma cultura escolar que abarca o sistema de ensino. Sua origem se parte de uma política pública remetida ao contexto do Estado Novo¹¹⁸, no qual, o objetivo era legitimar um ensino e aprendizado que tomaria forma de uma nacionalidade, ou seja, o livro didático foi peça fundamental na estratégia de cultivar uma normatização do contexto político. Nesse contexto surgiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de

¹¹⁸ Regime político ditatorial presidido por Getúlio Vargas entre 1937 a 1945.

dezembro de 1938, desde então, políticas pautadas na sua produção e distribuição foram sendo criadas (BRASIL, 1938).

Desde sua origem até os dias atuais, tal material tem-se passado por mudanças em suas políticas, a começar pelo INL, conhecido como Instituto Nacional do Livro, que teve como objetivo a expansão de bibliotecas pelo território nacional, edição de obras literárias, elaboração de enciclopédias e produção de dicionários nacionais. Dentro dessa linha, vários programas foram implementados e substituídos, entretanto deve-se analisar as intenções e objetivos que cada um obteve. Além do INL e a CNLD, tem-se a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e também o programa, que perdura, conhecido como Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), voltado para o ensino público, alfabetização infantil e distribuição de livros gratuitos (FREITAS; RODRIGUES, 2008).

Os livros didáticos que auxiliam o aprendizado dos estudantes, antes de chegarem nas escolas, são formulados a partir de diversos autores, que se incumbem de escrever, preparar, editar, ilustrar e distribuir, ou seja, são diversos fatores que é perpassado esse material até o seu uso dentro e fora sala de aula.

Considerado um produto, com influências de políticas públicas educacionais, o livro didático é escolhido a cada três anos, na qual, passa por algumas fases de elaboração, revisão, escolha e produção, e são nesses campos que adentram o Estado, o mercado editorial e os professores, em que geram uma lista a serem escolhidos pelos docentes dentro do Plano Nacional do Livro Didático, conhecida como PNLD (GUIMARÃES, 2012).

Ao ser incorporado como um dentre os vários materiais didáticos utilizados no ensino, o livro didático trabalha a partir de uma mediação entre professor e aluno, utilizado principalmente como meio de cognição nas aulas de História. Após uma análise sobre sua elaboração, é visto uma linguagem que busca facilitar a compreensão das temáticas havendo um emaranhado de fontes para se auto relacionarem. Além disso, o intuito de controlar a educação parte de uma classe dominante que através do ensino domina o mercado industrial, na qual, objetiva o lucro e a indústria cultural. Com tudo, o procedimento de escolha desses livros e seu uso podem comprometer a qualidade do ensino, norteando assim um melhor preparo dos professores em mediar o conhecimento através desse material (BITTENCOURT, 2008).

A transmissão dos saberes em um livro didático de História transcende de uma produção historiográfica escrita por sujeitos que selecionam através de critérios o que deve ou não ser repassado didaticamente no livro. Há exclusões e omissões como também exaltações de grupos, acontecimentos e práticas, nas quais, felizmente, a pesquisa histórica jamais será finalizada, ou seja, novas contribuições poderão ser incorporadas na historiografia. Partindo dessa ideia, Selva Guimarães estimula sobre a complementação de outras fontes historiográficas, mas não excluindo totalmente o livro didático, e sim acrescentando outros materiais que poderão ser úteis em sala de aula. Há resistências quanto isso, pois existem profissionais educadores que se sentem desafiados a sair da zona de conforto e acabam incorporando o livro como único meio de transmissão de conhecimento. Portanto, é através desse fator que o preparo desse professor deve ser melhorado para trabalhar os modos de como analisar, refletir e desconstruir o que o livro traz consigo (GUIMARÃES, 2012).

Quando se trata de documentos para pesquisa é preciso, para que haja um resultado satisfatório, que eles sejam próximos e conhecidos, pois a relação com o objeto será essencial para se ter uma experiência do passado através dos traços, restaurando assim marcas de um discurso. A função de um professor historiador é preencher as lacunas através dos métodos e trabalhos, instaurando os pressupostos críticos e analíticos. Analisando um livro didático e as imagens que o compõe, é notório os diferentes sentidos e significados em diversos tempos históricos, portanto é válido ver as

vertentes do fazer história, pois o fato pode ser uma coisa e a compreensão outra (CERTEAU, 1982).

A IMAGEM COMO FONTE SIGNIFICATIVA DA HISTÓRIA

A imagem deve ser “compreendida não como verdade, mais como marca, isto é, índice” (LIMA; CARVALHO, 2012, p. 42), sendo assim haverá sempre outras questões a serem analisadas em uma imagem vista, com esse procedimento crítico novas possibilidades se darão no entorno de compreender qualquer fonte. Elas subsidiam intencionalidades instigando novas reflexões acerca do contexto estudado, portanto, “a imagem não se esgota em si mesma” (PAIVA, 2006, p.19), haverá outros métodos capaz de incorporar novas perspectivas. Dada a importância do imagético no meio escolar, podemos dialogar com Santaella, na qual nos diz que:

A capacidade de memória varia no contexto de informações imagéticas ou linguísticas. As imagens são recebidas mais rapidamente do que os textos, elas possuem um maior valor de atenção, e sua informação permanece durante mais tempo no cérebro. Somos mais capazes de memorizar descrições de objetos a partir de imagens do que a partir de palavras (SANTAELLA, 2012, p. 109).

Sustentados nessas ideias, é evidente que saber usar o imagético como método auxiliará na melhora da percepção. Qualquer que seja a fotografia, pintura ou charge, nelas estará sendo representado algo intencional do autor, podendo, a partir desses pressupostos conduzir uma interpretação. De fato, “é preciso saber filtrar todas essas imagens, todos esses registros iconográficos” (PAIVA, 2006, p. 18), pois, alguns livros ainda, sobretudo os de História, estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, na qual índios e negros são vistos de formas pejorativas, preconceituosa e estereotipada. Os capítulos precisam ser desconstruídos e contextualizados da maneira como a história aconteceu, procurando fazer comparações e elos com outras fontes ali mostradas. Tudo isso é uma herança da cultura eurocêntrica, na qual, é um dos problemas a serem resolvidos (SCHWARCZ, 1993).

No ensino de História é de extrema relevância a presença da linguagem visual, de tal modo que desde a Idade Média as imagens tinham uma função educativa em uma sociedade que não era letrada, ou seja, o sujeito medieval não tinha o contato com a escrita, mas através do visual o conhecimento era possível de ser compartilhado. Outro exemplo histórico é o alfabeto egípcio, que formam um conjunto de símbolos com intenções de informar e comunicar os sujeitos através daquilo que está expresso no desenho (SILVA, 2010). Nas ilustrações que abarcam os livros de História encontram-se de fotografias, charges, pinturas e mapas que são utilizados como recursos pedagógicos formando uma cultura histórica escolar, com isso, o aluno ao se relacionar com o material didático de História ganha um suporte no processo de análise acerca do escrito com o imagético.

Através desses aspectos, os recursos visuais remontam desde o século XIX e XX uma memória histórica, configurando materiais ideológicos ilustrativos na produção dessas memórias, tanto coletivas quanto individuais. A presença da produção francesa nos recursos imagéticos foi marcante já que o Brasil se inspirou nas propostas curriculares da França, sendo assim, é perceptível várias produções de artes visuais de origem francesa nos materiais didáticos (BITTENCOURT, 2008). Ao se trabalhar com imagem tem-se como disposição a facilidade para se compreender uma temática, contudo, qualquer imagem não pode ser tratada com algo verídico, representado fielmente aquilo que o autor quis demonstrar de um evento histórico, com isso, deve-se estar presente o ensino crítico e analítico dos fatos, fazendo com que o aluno se relacione com a imagem proposta e gere novos filtros e interpretações (PAIVA, 2006).

Ao verificar tais acontecimentos supracitados, nota-se que houve o anseio de se produzir novos aspectos que aperfeiçoassem o ensino no livro didático. Um desses aspectos, foi a valorização da leitura de imagens iconográficas que se deu a partir de meados do século XX (BUENO, 2011). Desse modo, passou-se a dar uma grande importância aos recursos ilustrativos que dialogam com o conteúdo escrito. Esses recursos são agregados aos livros didáticos, em especial os de História, visto que são considerados como instrumento de fonte histórica.

O IMPERIALISMO NA ÁFRICA

O Imperialismo é uma temática de grande relevância retratada nos livros didáticos de destinados ao ensino de História, sua ocorrência se deu na África entre os séculos XIX e XX na qual ocasionou grandes impactos no continente, tanto no âmbito social quanto político e religioso, provocando mudanças que marcaram seus povos possuindo sinais vista até os dias atuais devidos tamanho exploração que se denominou como neocolonialismo (HOBSBAWM, 1998). Os materiais didáticos destinados a essa temática carregam variadas fontes, dentre elas as imagens que demonstram sentidos autorais, assim é perceptível uma visão eurocêntrica capaz de ocultar a história do povo africano em suas culturas, lutas e resistências, ocasionando assim uma desigualdade algumas vezes imperceptível ao aluno.

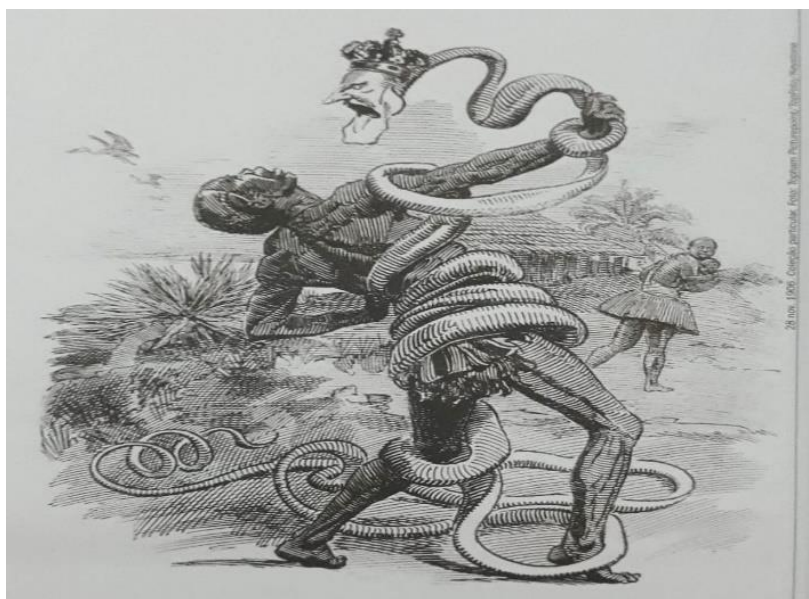
Nas abordagens sobre o imperialismo, nos diferentes livros didáticos, encontram-se fontes imagéticas que predispõem a desigualdade étnica racial e, em grande parte das fotografias, charges e pinturas, é enaltecido o europeu como o herói conquistador que levou a civilização para o continente africano. Novos olhares precisam ser incorporados nas análises iconográficas, pois elas demonstram histórias e sentidos dados ao longo da conjuntura histórica que perduram atualmente no sistema de ensino das escolas. Considerando a possibilidade da presença de desigualdades nas fontes imagéticas do livro didático que ilustram a temática do Imperialismo, o presente estudo fará um levantamento de tais fontes para análises.

ANÁLISES DAS IMAGENS DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

O caminho metodológico a ser percorrido se passa primeiramente em entender a estrutura do livro didático, seus autores em suas formações, linhas de pesquisas, as fontes que abarcam a temática Imperialista, legendas expostas por cada imagem e a comparação entre os livros selecionados, promovendo assim aproximações e afastamentos. Portanto, para buscar um melhor método de análise, devemos acreditar que qualquer fonte imagética é digna de se considerar um documento histórico (BITTENCOURT, 2008).

O primeiro livro de História analisado é de 2009, da coleção *História Sociedade & Cidadania*, escrito por Alfredo Boulos Júnior, direcionado para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Seu livro é dividido em seis unidades, seguido pela bibliografia, mapas de apoio e glossário. Um fator que nos chamou a atenção foi que logo na primeira unidade se trata sobre “A Era dos Impérios”. Ao adentrarmos nessa unidade, consideramos algumas imagens que ilustram a temática.

Figura 1 - O rei Leopoldo e o africano



JÚNIOR, A. B. História Sociedade & Cidadania: História, 9º ano, São Paulo: FTD, 2009, p. 16.

Na figura 1 é observado um sujeito africano sendo totalmente enrolado por uma cobra com cabeça de um homem com barba e coroa. Logo ao fundo da charge pode-se verificar uma mulher africana segurando uma criança em seu colo, com um olhar amedrontado. Essa imagem está sendo ilustrada no tópico *Belgas no Congo*, ou seja, a partir dela podemos tomar como conhecimento o modo como foi a exploração Belga no território africano. Por volta do século XIX, os belgas invadiram o território do Congo, que era muito maior que suas terras de origem, na Europa. Seus objetivos eram conseguir mão de obra e explorar a borracha e o marfim. Os atos de dominação podem ser compreendidos a partir da figura 1, em que o rei Leopoldo, representado pelo uso de uma rígida exploração desenfreada, usava a mão de obra escrava, impondo seu domínio tanto no âmbito econômico, quanto no cultural e social. A partir da representação da africana, percebemos que o papel da mulher nesse contexto era de cuidar dos filhos, da casa e algumas vezes ficavam de reféns para que seus maridos fossem obrigados a prestarem o serviço pesado, pois, caso contrário, tanto elas, quanto os filhos eram mortos ou tinham os dedos e mãos decepados.

Através de um texto e uma imagem em menos de uma página, o autor buscou contextualizar o ocorrido no Congo. Pode-se notar uma falta de aprofundamento acerca da temática, pois, como trabalhar com os estudantes as resistências ocorridas? Como demonstrar a cultura e os costumes abafados pelos belgas? E o exercício das mulheres, crianças e idosos naquele contexto?

Figura 2 - Caricatura de Cecil Hodes



JÚNIOR, A. B. História Sociedade & Cidadania: História, 9º ano, São Paulo: FTD, 2009, p. 17.

A figura 2 ilustra a sede de dominação que o europeu tinha com o continente africano. Vemos o explorador, empresário e político Cecil Rhodes, um britânico milionário que concentrava suas atividades na exploração de minério no sul da África. A representação desta caricatura nos demonstra o sujeito em uma posição de tomada, mantendo seus pés em cada ponta do continente. Seus acessórios são militares, visando uma arma e um capacete. A linha no qual segura de ponta a ponta em suas mãos representa uma linha de telégrafo, pois, seu intuito era cruzar o território africano que essa tecnologia, facilitando sua dominação com a comunicação. O autor dessa caricatura representou geograficamente o território africano em somente uma área verde, desconsiderando qualquer povo ou cultura ali presente, levando a crer que aquele espaço estava na espera por uma dominação.

Figura 3 - Mulher aprendendo francês



PELLEGRINI, M. DIAS, A. GRINBERG, K. Vontade de Saber: História, 8º ano, São Paulo: FTD, 2015, p. 293.

O próximo livro analisado foi da coleção *Vontade de Saber*, do ano de 2015, organizado pelos autores Pellegrini, Dias e Grinberg, destinados aos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. Esse material, diferente do último analisado, foi dividido em doze capítulos, e tal temática que analisamos se encontrava no último capítulo. Logo já nos surgiu uma problemática, será que todo o conteúdo era dado aos estudantes? Os professores conseguiam abordar todas as temáticas, explorando a temática Imperialista localizada no final do livro didático?

No decorrer do capítulo a Figura 3 nos chamou a atenção. Fazendo uma análise dessa fotografia, que se encontra no tópico *As consequências para a África*, vemos uma africana segurando uma criança, que por dedução poderia ser seu filho, no qual não explicita no texto, escrevendo algumas palavras em francês no quadro. Partindo dessas significações que a fotografia nos induz, temos alguns fatores que podem ser abordados no que diz respeito a dominação europeia no continente africano. O livro aborda no texto que acompanha a fotografia, uma breve passagem sobre as atividades que as populações africanas tinham que submeter ao sistema dos invasores. Com isso, nosso intuito, acerca dessa iconografia, foi problematizar certas lacunas em relação ao cotidiano das mulheres africanas, o porquê de elas estarem aprendendo uma língua totalmente diferente da sua e nos questionando, será que os europeus tiveram que aprender as línguas nativas daquele território?

Figura 4 - Oran, na Argélia



PELLEGRINI, M. DIAS, A. GRINBERG, K. *Vontade de Saber: História*, 8º ano, São Paulo: FTD, 2015, p. 290.

A Figura 4 representa uma fotografia tirada na cidade de Oran, na Argélia. Não conseguimos saber a data desse registro, pois essa informação não se encontra no livro. É notório ver um bonde centralizado, ou seja, o autor quis dar um foco maior para representar tal tecnologia adentrada na África, ao lado, pode-se perceber um restaurante, no qual, na fachada encontra-se os escritos franceses. Além disso, nota-se vestimenta das pessoas, de fato, outro elemento francês. Portanto, leva-se a crer que um dos intuítos dos europeus era levar seu desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural para aquele território.

Praticando uma outra visão acerca dessa imagem, podemos vê-la sem a legenda, na qual, explica onde e o que significa. Há uma grande importância, quando se é analisado uma iconografia, de analisarmos a legenda, pois ela pode indicar caminhos e informações que olhando somente a imagem não conseguiríamos interpretar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, podemos confirmar como é relevante e importante a presença das imagens no livro didático como suporte para o conhecimento do ensino de História. Porém, se faz necessário a presença do (a) docente a instigar a observação e a interpretação dos estudantes ao vê-la, desvendando as mensagens implícitas e explícitas que aquela fonte pode trazer. A imagem é um código, porém, sendo produzida pelo dominador, tem por objetivo ressaltar a força, o poderio e a submissão desses povos naquele território.

O estudante tem o contato com o imagético não somente através do livro didático, mas em todo o seu contexto de vivência, principalmente se tratando das tecnologias virtuais. Contudo, seu senso crítico e analítico pode se originar através das práticas escolares, na qual, o educador possibilita um trabalho de leitura com as diversas fontes imagéticas. É preciso que o estudante observe a imagem e veja que foram construções com o intuito de edificar certos posicionamentos.

Assim, a pesquisa trouxe algumas imagens que reforçam essas considerações no contexto imperialista, como o valor e a postura militar e o dualismo entre dominador e dominante. Com esse aspecto de virilidade, força e exploração, há uma tendência em exaltar a cultural europeia e desfavorecer a dos africanos. Algumas vezes falta o contraponto da análise de como essa população se estabeleceu perante esse fenômeno, pois, ao mesmo tempo que uma imagem produz memória e lembrança, produz também apagamentos, que neste caso, seria as práticas locais e as resistências produzidas pelos sujeitos africanos.

No entanto, em uma perspectiva crítica, há o anseio de formular novas questões relacionadas a essa temática, visando trazer para o contexto escolar a história africana, que engloba sua cultura, suas vivências, resistências, tanto no âmbito social quanto político, pois, a atual África consiste de variadas histórias e memórias que ainda precisam ser evidenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 junho de 2020.
- BUENO, João Batista G. Imagens visuais em livros didáticos de História. **Combates & Rituais**, Campinas, v. 19, n. 22, p. 68-76, jul./ dez., 2011.
- CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. O Livro Didático ao Longo do Tempo: a Forma do Conteúdo. **Revista de Investigação em Artes**, v. 1, n. 3, jul., 2008.
- GUIMARÃES, Áurea Maria. *Imagens e Memória na (re) construção do conhecimento*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu: 2000.
- GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. *Usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

PAIVA, E. F. *História e Imagens*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. *Leitura de Imagens*. 1.ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças- Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, E. O. *Relações entre Imagens e Textos no Ensino de História*. **Revista de História**. João Pessoa: Ed. Saeculum, 2010.

SUSIN, Bruna Cristina; BERTONI, Luana Zaíra; CEMIN, Maiara. Imagens do imperialismo: o uso de imagens sobre o imperialismo nos livros didáticos. **Aedus**, Caxias do Sul, v. 4, n. 11, p. 591-601, set., 2012.

ESTUDOS DE GÊNERO E NEGRITUDE: EVIDENCIANDO A TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA LOURENCIANA¹¹⁹

Deise Beatriz Soares Melo¹²⁰

Resumo: O artigo destaca um grupo de mulheres que representa uma minoria em São Lourenço do Sul/RS, município colonizado por alemães-pomeranos. Ao analisarmos a trajetória, o perfil e os objetivos das mulheres afrodescendentes do local, é possível compreender como se dão as relações étnicas e de gênero entre elas próprias e o restante da comunidade. Pretende-se, ainda, identificar a existência de preconceito em relação a essa população, bem como expor os mecanismos utilizados por essas mulheres para transpor as barreiras da desigualdade sexual e social na conquista de seu espaço. Para abordar os aspectos apresentados optou-se pela utilização da história oral como subsídio metodológico.

Palavras chave: gênero; etnia; desigualdade; mulheres negras; São Lourenço do Sul.

Introdução

A participação feminina torna-se cada vez mais expressiva em diversas áreas e setores da sociedade. Como consequência dessa reação, políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, combate à discriminação contra as mulheres, combate à violência doméstica e sexual¹²¹ foram criadas. Outra vitória alcançada foi à criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. As mudanças não ocorreram apenas na área jurídica, mas também na área da sexualidade, sendo a conquista por autonomia sobre seus corpos cada vez mais desejada pelas mulheres. Tais conquistas femininas, entre outras, também serviram para emergir questões relacionadas ao papel da mulher negra na sociedade. Ao se falar em mulheres negras, não se pode fugir da relação existente entre etnia, gênero e identidade. Conforme Weinstein, “a raça, a etnicidade e o gênero viraram categorias cada vez mais significativas, reconhecidas como identidades, que não podem ser reduzidas a uma consciência ou cultura de classes” (WEINSTEIN, 1998, p. 227).

Gradativamente, as mulheres afrodescendentes estão conquistando seu espaço, seja no engajamento em movimentos populares e feministas, seja no mercado de trabalho, enfim estão se destacando e quebrando paradigmas. Ao mesmo tempo em que esse fato constituiu grande satisfação para essas mulheres, nota-se, como concluiu Caldwell, uma “falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero, isso significa que as

¹¹⁹ O artigo em questão foi apresentado e aprovado em 2014 como requisito à obtenção do título Pós Graduação em Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

¹²⁰Graduada em História Licenciatura - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduada em Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
E-mail: deisebeatriz19@hotmail.com

¹²¹ Um dos mais recentes mecanismos para coibir a discriminação e a violência contra a mulher é a LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. A Lei Maria da Penha tem como objetivo: prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2013.

experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas” (CALDWELL, 2000, p. 5).

Partindo desse pressuposto, o artigo busca analisar as experiências vividas por algumas mulheres afrodescendentes na sociedade lourenciana¹²². Dando ênfase a tais interlocutoras, é possível perceber uma nova realidade em que a mulher negra atua como agente responsável por uma transformação social, política e econômica.

Desse modo, o estudo em questão torna-se relevante, pois nos permite observar a realidade histórica do município de São Lourenço do Sul sob o ponto de vista que não enfatiza apenas a população descendente de alemães-pomeranos, como geralmente ocorre. Através dos depoimentos é possível verificar que o grau de oportunidades, de dificuldades e de expectativas tanto no âmbito social, profissional e econômico apresenta-se de forma diferente para as mulheres afrodescendentes. Os relatos evidenciam, ainda, as mudanças positivas ocorridas na sociedade lourenciana em relação às conquistas alcançadas pelas mulheres negras do local.

Para a realização da pesquisa, optou-se pelo método da história oral (ALBERTI, 2005) a qual consiste em colher depoimentos daqueles que vivem e têm algo a dizer sobre determinado tema passível de ser investigado através dessa metodologia. Os objetos da pesquisa é que definem o tipo de entrevista a ser adotada. No presente estudo, o tipo de entrevista utilizada é a temática, que tem como finalidade conhecer a participação do entrevistado dentro do campo escolhido.

O recurso de entrevista aplicado na pesquisa foi a semiestruturada, a qual fundamenta-se na elaboração de perguntas básicas que podem ser complementadas por outras. Dessa forma, é possível delimitar o volume de informações e direcionar o tema.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas [...] As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI, QUARESMA, 2005, p. 75).

Para que a interação entre entrevistador e entrevistado gere o resultado esperado na pesquisa, alguns critérios devem ser adotados no momento da escolha dos informantes. Quanto a esse processo, Alberti destaca dois pontos:

A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetos da pesquisa. [...] A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo e do significado de sua experiência (ALBERTI, 2005, p. 31).

¹²²Em 1858, sob a iniciativa dos sócios Jacob Rheingantz e Antônio de Oliveira Guimarães, forma-se a primeira colônia alemã nos arredores de São Lourenço do Sul. Com o decorrer dos anos a colônia cresceu, se desenvolveu e juntamente com ela o município. Antes da vinda dos alemães para região da Serra dos Tapes, índios, negros, portugueses e outras etnias já viviam por aqui e assim como os alemães elas também deixaram sua parcela de contribuição para formação etnográfica, política, econômica e social de São Lourenço do Sul. Ocorre que tais etnias e a sua contribuição, muitas vezes, não são reconhecidas pela sociedade lourenciana e nem pela historiografia do município, que possui a tendência de dar mais ênfase à colonização alemã-pomerana e ao fundador da colônia Jacob Rheingantz. Iepsen faz uma ótima observação sobre como o mito de Jacob Rheingantz influencia a sociedade lourenciana: “Identidade, memória, ideologia mito.... Estes autores formaram muito mais que um herói para a história municipal; eles determinaram a posição de cada sujeito dentro da sociedade sul-lourenciana” (IEPSEN, 2008, p. 175). Sobre o vácuo historiográfico deixado pelos autores lourencianos em relação à participação de outras etnias na história do município, Iepsen expõe o seguinte: “é através dessa uniformização do passado, onde só há espaço para visão hegemônica, que se organizou o discurso da história oficial” (IEPSEN, 2008, p. 175).

Por não tratar-se de uma pesquisa quantitativa, foram escolhidas três lourencianas para representar o grupo de mulheres afrodescendentes de São Lourenço do Sul. Além de seu pertencimento a esse grupo específico, critérios como idade, experiências educacionais e profissionais também foram levados em consideração. Tais critérios foram adotados, pois servem para investigar as questões sexistas e de desigualdade social que envolvem a realidade das mulheres negras em São Lourenço do Sul, bem como valorizar as especificidades que compõe a dimensão da afro-descendência.

Mulheres negras e o ativismo feminista

Com o advento do feminismo, o qual surge no século XIX e consolida-se no século XX, a mulher obteve inúmeras vitórias em diversas áreas, o que lhe assegurou seus direitos sociais, políticos e econômicos. No Brasil, essas conquistas se tornaram possíveis porque segundo Soares “[...] neste país, a estratégia do feminismo em tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdades foi uma estratégia vitoriosa” (SOARES, 1994, p.21). A mulher está inserida em praticamente todos os domínios da sociedade, mas alguns espaços ainda carecem de maior participação feminina, como é o caso do espaço público e político:

[...] se, por uma parte, o movimento logrou conquistas indiscutíveis que atingiram as próprias estruturas de poder no mundo ocidental, por outra, [...] penso que urge um programa de inclusão das mulheres na vida política, que não pode ser entendido como confecção de cartilhas ou campanhas publicitárias [...] (PINTO, 2010, p. 22).

O início do movimento feminista foi regido por um discurso que igualava todas as mulheres, e a opressão de gênero era a principal preocupação, sem levar em consideração as particularidades de cada integrante do movimento:

[...] o feminismo, que ressurgiu na década de 1970, afirmava uma identidade feminina homogênea, assim, não conseguia-se identificar e visibilizar demandas específicas de mulheres que sofriam com a intersecção de diversas condições como, gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual (CARVAHLO; ROCHA, 2012, p. 2-3).

Mas tal discurso generalista que coloca todas as mulheres em um mesmo patamar é bastante confortável para os que fecham os olhos a respeito das necessidades específicas de uma parcela dessas mulheres que possui uma trajetória bem distinta das demais. A mulher negra, por suposto, foi escravizada e sofre até hoje com o estigma da escravidão e do racismo, sendo assim além de superar o obstáculo referente à opressão nas relações de gênero, também precisa combater o preconceito racial. Segundo Carneiro, “o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular [...]” (CARNEIRO, 2011, p. 2).

Essa visão homogeneizante e ao mesmo tempo excludente das necessidades específicas dos grupos de mulheres negras e também de mulheres indígenas¹²³ dentro do movimento feminista acabou ocasionando conflitos internos decorrentes dessas divergências de interesses. Uma explicação bastante plausível para esse desacordo é dada por Beauvoir, que discorre sobre o fato de que as “burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas” (BEAUVOIR, 1970, p.17). O trecho mencionado acima demonstra a

¹²³ Embora se reconheça a importância do debate da mulher indígena, este artigo se limitará a compreender a trajetória da mulher negra.

fragmentação das mulheres nas classes existentes, ou seja, muitas vezes as mulheres brancas se abstêm das discussões relacionadas à desigualdade étnica porque também estão inseridas no contexto de dominação racial. Já as mulheres afrodescendentes, por sua vez, buscam outros objetivos.

A luta das mulheres negras, ao redor da história, sempre foi assegurar os direitos básicos e fundamentais para a pessoa humana - o acesso ao trabalho remunerado com dignidade, moradia, assistência à saúde adequada, respeito aos seus valores éticos sociais, culturais e morais (VERÍSSIMO, 2008, p. 5)

Essas especificidades que, na maioria das vezes, são ignoradas pelo movimento feminista é que diferem o que é relevante ou irrelevante para cada grupo. Para as mulheres negras, por exemplo, o combate ao racismo é uma prioridade política.

Com a emergência das questões raciais dentro do movimento feminista e a falta de respostas contundentes para essa problemática, ocorreu uma cisão no movimento como um todo, originando a criação do movimento feminista negro, que iniciou-se primeiramente nos EUA e na Europa no fim da década de 70. Mais tarde, movimentos de mulheres negras sobre o ideário e a prática da política feminista também começaram a erguer-se no Brasil:

[...] com a formulação do Feminismo Negro, organizou-se, na década de 1980, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, por mulheres negras que já estavam inseridas em organizações de movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro e do Movimento Feminista (CARVALHO; ROCHA, 2012, p. 3).

Sendo assim, o movimento feminista negro procura conciliar a luta contra a desigualdade sexual e a luta contra o racismo, buscando também preservar a cultura e a identidade africana das mulheres negras, promovendo uma melhor qualidade de vida para essas mulheres.

[...] no caso das mulheres negras a intersecção entre raça, gênero e classe é crucial para se compreender as demandas específicas dessas mulheres, nas áreas da saúde, educação, do trabalho, e deste modo superar as desigualdades sociais/ raciais que atingem as mulheres negras, que impossibilitam a ascensão social dessas mulheres na sociedade brasileira (CARVALHO; ROCHA, 2012, p. 2).

Isto posto, as discussões apresentadas corroboram para a ideia de que mesmo com algumas características distintas, o movimento feminista e o movimento feminismo negro somam-se na realização de ações que promovem os direitos das mulheres permitindo que elas exerçam sua cidadania plenamente.

Negras lourencianas e as novas perspectivas nos campos da educação e trabalho

Apesar de ainda serem pequenos, é preciso considerar os avanços obtidos pelas mulheres afrodescendentes nas áreas educacional e profissional. É reconhecida a grande força de vontade e capacidade que essas mulheres possuem para transpor as barreiras impostas pelo sistema. Tal característica da mulher negra e da população afrodescendente é mencionada no depoimento da comerciária de 26 anos, Cristiane Alves, “[...] aquela coisa né, a gente já tem um rótulo que a gente é guerreiro que é esforçado [...] os negros se destacam porque eles são guerreiros [...]” (ALVES, 2014).

Nesse sentido, as ações afirmativas¹²⁴ e as políticas públicas voltadas para promoção e melhoria das condições sociais das populações de baixa renda e das populações marginalizadas (como índios e negros), contribuem para que as mulheres negras progridam nas diversas esferas sociais. Políticas como o sistema de cotas raciais¹²⁵, favorecem a inserção do negro tanto no mundo do trabalho, quanto nas instituições educacionais. Embora ainda haja grande polêmica sobre a questão das cotas, devido a não aceitação por parte da sociedade, são visíveis as mudanças originadas por essa lei.

Hoje é possível observar afrodescendentes ocupando cargos de destaque e concluindo o ensino superior mais frequentemente. É preciso citar que ainda falta muito para superarmos a desigualdade econômica, social e racial. No âmbito educacional, por exemplo, as estatísticas apontam que a proporção de negros cursando o ensino superior ainda é muito pequena. De acordo com dados do Censo realizado em 2010 pelo Ministério da Educação, (31,1%) dos universitários são brancos, (13,4%) são pardos e (12,8%) são pretos¹²⁶.

Em São Lourenço do Sul, as mulheres negras começam a se destacar e a conquistar seu lugar, seja profissionalmente, ocupando cargos de professoras, enfermeiras, técnicas de enfermagem, farmacêuticas, advogadas, administradoras, ou estando à frente de movimentos sociais como o Movimento Negro¹²⁷ e a Pastoral Afro-Brasileira¹²⁸, sendo que nesses dois últimos grupos elas constituem a maioria dos membros.

O reconhecimento das vitórias alcançadas pelas negras lourencianas está presente na fala da dona de casa Ana Paula Santana, de 39 anos:

[...] eu sou bem sucedida, as pessoas passam na frente da minha casa e quando elas me encontram elas dizem assim: ai que baita casa tu tá fazendo (risadas), ai que mansão (risadas). [...] a minha colega Elisangela mesmo, lutou vai fazer uma bela de uma casa agora pela caixa, ela trabalha em dois empregos, mas ela tá batalhando, a minha irmã lá em Porto Alegre mesmo, fez a faculdade tá trabalhando, tá se sobressaindo já. Minha prima, a Magda, também, dona do Fuzuê, a Magda é empresária começou do zero né, ela é professora e empresária. Tem a Nelda Centeno já é professora também (SANTANA, 2014).

Por muito tempo, as mulheres negras se ocuparam de atividades em que as condições de trabalho e a remuneração eram inferiores, e elas acabaram tornando-se sinônimos para esse tipo de serviço, ficando estagnadas nesse tipo ocupação, não podendo ascender profissionalmente.

A falta de oportunidades empregatícias em cargos mais elevados, tanto para mulher negra quanto para o homem negro, é falsamente atribuída à escolarização e profissionalização deficiente que essa população possui, ocultando dessa maneira a política de branqueamento que constitui-se em mais uma forma de exclusão social:

¹²⁴As ações afirmativas constituem-se em leis que visam garantir aos afro-brasileiros o acesso à educação, aos cuidados à saúde e ao mercado de trabalho, bem como o reconhecimento das terras quilombolas. (Estatuto Estadual da Igualdade Racial).

¹²⁵Incluídas nas cotas sociais, as cotas raciais são uma das principais medidas afirmativas adotadas em defesa da população afro-brasileira, pois proporcionará a inserção de maior contingente de negros na rede universitária do País. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>> Acesso em: 17 de agosto de 2013.

¹²⁶Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>> Acesso em: 17 de agosto de 2013.

¹²⁷O Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. Dessa forma, a luta histórica é por garantia da dignidade e de continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros (RIBEIRO, 2008, p. 990).

¹²⁸A Pastoral Afro-brasileira foi criada no fim da década de 70 e originou-se de uma transformação social e política ocorrida na Igreja Católica influenciada pela Teologia da Libertação. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br>> Acesso em: 22 de agosto de 2013.

É preciso reconhecer que o ideário do “branqueamento” tem uma longa história – que, por sua vez, está diretamente relacionada com uma tradição de discriminação específica, isto é, com relações sociais e de poder específicas (HAUFBAUER, 2000, p. 11).

O município de São Lourenço do Sul não possui indústrias, sendo o comércio e as instituições públicas são os principais empregadores da cidade. Não obstante, era comum ver nos anúncios de emprego: “precisa-se de funcionário que fale pomerano”. Esse tipo de anúncio faz sentido levando em consideração que o município foi colonizado por alemães-pomeranos¹²⁹ e essas etnias constituem a maior parte da população, desse modo é corriqueiro ao sair na rua, ouvir os descendentes desse povo falando em dialeto, destacando que algumas dessas pessoas falam somente o dialeto alemão-pomerano. Contudo, é importante observar que o problema não se encontra no anúncio, pois como vimos é necessário que existam pessoas para se comunicar com os clientes e consumidores que não falam o português; o problema está na política a qual prioriza uma determinada etnia em detrimento de outra, se valendo dessas especificidades para aumentar a desigualdade e diminuir ainda mais as oportunidades de emprego para população negra. Essa realidade está explícita no relato de Cristiane Alves:

Ainda é complicado, ainda é bem complicado de conseguir emprego aqui. Porque ai tu chega numa loja, ai ah é que eu preciso de alguém que tenha experiência e a preferência é que fale pomerano [...] uma vez eu fui obrigada a quase dizer: ah a gente quer pessoa com experiência, eu não tinha experiência, ai quando o meu primeiro patrão me chamou eu disse pra ele eu tenho vontade de trabalhar só que eu nunca tive oportunidade, ai ele me deu oportunidade. Eles exigem a experiência, eles exigem que fale pomerano, mas eles não dão chance, e quem sabe quando vê, aprendendo de ouvido, escutando quem sabe não aprende. Ou então, não quer me por como atendente, transfere uma criatura que sabe falar pomerano pra frente e me põe lá atrás. Lá atrás eu começo e depois eu corro atrás e quando vê, eu tô aqui na frente falando pomerano também. Mas eles não dão chance. E acaba que eles perdem grandes funcionários às vezes até melhores que aqueles que tinham que falar. (ALVES, 2014)

Há vinte ou quinze anos atrás era quase uma missão impossível encontrar nos estabelecimentos comerciais e repartições públicas, uma mulher negra ou um homem negro atuando como atendente, vendedor, recepcionista, enfim funções onde as pessoas ficam mais visíveis e trabalham diretamente com o público. Apesar de esta realidade estar mudando em São Lourenço do Sul, se fizermos uma comparação quantitativa, os afrodescendentes continuam sendo minoria no que se refere à ocupação de cargos com níveis e salários mais elevados. O exposto acima também é reforçado através do relato da Enfermeira Marisa Fernanda Soares, de 52 anos:

Em relação ao mercado de trabalho, a mulher negra é bastante prejudicada. É só dar uma olhada nas lojas, nos supermercados, farmácias, em todo comércio da nossa cidade para ver que o número de mulheres negras trabalhando é muito inferior ao número de mulheres descendentes de alemães-pomeranos. (SOARES, 2014).

¹²⁹A Pomerânia é uma região extinta que se localizava ao norte da Polônia e ao sul da Alemanha. Em sua maioria os descendentes desse povo são de confissão luterana, e dedicaram-se a agricultura atividade que eles já praticavam na pomerânia. No Município de São Lourenço do Sul a cultura alemã-pomerana é preservada “por meio do dialeto, de algumas tradições e ritos – permanece presente no interior do município, representada pelas famílias descendentes deste povo, e, desde 2006, é apresentada também como atrativo turístico no roteiro de turismo rural Caminho Pomerano” (KLUMB, 2009, p. 8).

Outro fenômeno decorrente da falta de emprego na cidade e principalmente para a falta de oportunidades para a população afrodescendente é o êxodo para os grandes centros como Porto Alegre, região metropolitana, Serra Gaúcha e até mesmo para fora do Estado onde a industrialização oferece inúmeras vagas de trabalho em diversos setores da economia. Conforme Cristiane Alves:

Hoje eu vejo amigos meus formados, como tu te formou, vejo amigos meus batalhando fazendo concurso passando se especializando e indo embora porque aqui não tem campo pra quem é especializado. Ou tu trabalha de operador de caixa do Jepsen¹³⁰, ou tu trabalha de operador de caixa do Guanabara que veio de fora pra abrir aqui, ou tu trabalha na prefeitura, mas tu rala estudando pra fazer concurso e passar pra ti poder ficar em alguma coisa, ou então tu fica esperando quem indique, quem indique pra ti entrar de estagiário no banco. Aqui é movido por QI, infelizmente, e às vezes a vaga é eu e tu, ou é eu e uma criatura que eu nunca vi na vida, chegou um amiguinho dela que é amigo do dono e indicou ela e ela vai e ela não dura 15 dias. (ALVES, 2014)

O relato de Marisa Fernanda Soares levanta outro questionamento bastante pertinente referente às condições de ingresso das mulheres negras no mercado de trabalho em São Lourenço do Sul:

Na questão do emprego, só se vê algum negro nesses estabelecimentos por causa da Lei da Igualdade Racial que exige que tenha uma porcentagem mínima de negros nos estabelecimentos comerciais e públicos. Não se enganem as pessoas que acham que a situação está melhorando para as mulheres negras na cidade, no mercado de trabalho, que isso é uma condição imposta pela Lei do Estatuto da Igualdade Racial. (SOARES, 2014)

Conforme o depoimento transcrito, a melhoria nas oportunidades profissionais obtidas pela população negra, não decorrem do reconhecimento de sua capacidade, sua formação e de suas habilidades, mas sim pela imposição de leis como o Estatuto de Igualdade Racial, o qual prevê:

De acordo com o art. 17 do Estatuto Estadual da Igualdade Racial, (Lei n. 13.694, de 19 de janeiro de 2011): O poder Público deverá promover políticas afirmativas que assegurem igualdade de oportunidades aos negros no acesso a cargos públicos, proporcionalmente a sua parcela na composição da população do Estado, e incentivará a uma maior equidade para os negros nos empregos oferecidos na iniciativa privada. (Rio Grande do Sul, 2011).

O relato apresentado anteriormente serve para comprovar o quanto a sociedade ainda precisa se modificar para que haja a igualdade de condições entre negros e não negros. Segundo exposto por Bento, “[...] contrariando o previsto a instrução não exime negros e negras de discriminações e desigualdades nas relações de trabalho” (BENTO, 1995, p. 481).

Hoje, a lei das cotas raciais e o Estatuto da Igualdade Racial garantem um maior ingresso de afrodescendentes no mercado de trabalho e nas instituições de ensino, mas a expectativa é que futuramente a inserção de negros e negras não se dê apenas por exigência legal, mas pelo reconhecimento de suas qualidades técnicas e profissionais.

Como mencionado anteriormente, as ações afirmativas também contribuem para melhorar as condições de ensino da população negra. É possível observar esse fato no depoimento de Ana Paula Santana, que diz que “[...] estudar ficou mais fácil também, ficou mais fácil. Tem a história das bolsas agora do Enem, então melhorou isso, também ajuda” (SANTANA, 2014). Em sua fala, Cristiane Alves também concorda que as

¹³⁰ Jepsen é o nome de um grande supermercado lourenciano.

oportunidades para ingresso de afrodescendentes nas instituições de ensino aumentaram, “agora tá parelho, agora tem aquela coisa de cotas [...], antes a gente não via os negros na faculdade tanto homem como mulher e agora a gente vê. Tem a função do Enem também [...]” (ALVES, 2014).

Através dos relatos é possível fazer várias reflexões e uma delas diz respeito à passividade e ao sentimento de inferiorização que, muitas vezes, atinge a população afrodescendente, como exemplifica Ana Paula Santana:

O negro ele tem que se impor mais, às vezes falta também isso, ah porque...ali existe preconceito então não eu não vou. Nunca vão me botar a trabalhar numa loja, às vezes nem chegam a levar o currículo lá né, por causa disso. Porque lá não vão aceitar, porque isso, as pessoas às vezes nem tentam, mas agora tá passando isso, as pessoas estão né....sei lá [...] como é que o meu marido gosta de falar [...] ah tá com síndrome de não sei que..... ah de se sentir inferior, aí ficam se sentindo inferior. As pessoas conseguem estudar, conseguem um emprego melhor e vai talvez sei lá, acabando essa história de racismo, vão se impondo mais né, [...] vamos procurar melhorar, e buscar o espaço né , é isso mesmo buscar o espaço, porque tem espaço pra todo mundo (SANTANA, 2014).

A passividade e o sentimento de inferiorização podem ser resquícios latentes do período escravocrata, no qual o negro não possuía vontade própria e era inferiorizado, mas conforme o discurso citado é preciso que as pessoas afrodescendentes se imponham como mulheres e homens fortes, competentes e obstinados para transpor os obstáculos apresentados pelo sistema.

Sobre as questões ligadas ao preconceito, todas as entrevistadas disseram já ter passado por situações na qual se sentiram discriminadas. Cristiane Alves diz que o preconceito ainda é bem visível:

[...] como eu te disse vai de pouquinho, uma brincadeira daqui e uma coisinha dali, mas tem gente mal intencionada, tem. Tem gente que quer crescer em cima do outro e tentam isso principalmente em cima das mulheres negras, tem. E de tudo que é jeito, comigo já aconteceu. A gente acha que não, eu vou deixar assim, vamos deixar passar, a gente entrega pra Deus que Deus resolve, só que chega uma hora que não dá pra esperar, acontece, mas chateia né. Porque tu é de carne e osso como todo mundo [...] (ALVES, 2014).

Ana Paula Santana também relata algumas experiências relacionadas ao preconceito:

[...] eu percebi mais assim quando tu sai, vai em alguma loja da cidade, por exemplo, aí tu chega e chega mais uma outra pessoa, aí não sei se é a cor ou a tua vestimenta, mais parece que já aconteceu sim, em duas ou três lojas da cidade eles darem preferência de atender lá outra pessoa e te deixar um pouquinho mais pra trás.(risos) Em relação a serviço, até que não [...] Nunca sofri, nem por patrão nem, nem por pessoas da família, eu era a única negra dentro do restaurante, nunca sofri nenhum tipo nesses dois empregos que eu tive. O outro que eu trabalhei de doméstica também eu era quase dona da casa [...] (SANTANA, 2014).

Marisa Fernanda Soares acredita que o desempenho e as conquistas das mulheres negras não são maiores porque “muitas coisas tem que mudar para que a mulher negra conquiste seu espaço nesta cidade, entre elas o preconceito e a mentalidade de certas pessoas” (SOARES, 2014).

Em vista do exposto, infere-se que o preconceito e o racismo ainda são empecilhos no processo de articulação, promoção, inserção e valorização da mulher negra. Mas esses entraves não diminuem o orgulho que a mulher afrodescendente tem de sua identidade africana, e cada vez mais elas assumem essa identidade, como podemos perceber na declaração de Ana Paula Santana: “tem um grande número de mulheres,

elas são negras e gostam de ser negras né”. Cristiane Alves, além de reforçar seu sentimento de pertencimento à etnia afro-brasileira, também demonstra sua indignação em relação a não aceitação da negritude por parte de alguns afrodescendentes:

[...] eu me aceito eu sei que eu sou negra e nada vai mudar. Não adianta querer ter o cabelo liso escorrido que eu não vou ser branca do mesmo jeito. Posso pintar o meu cabelo de branco, que eu não vou ser branca. [...] E o triste às vezes é aquela criatura que é negra e não se aceita, já viu aquela criatura assim que é negra que nem eu negra até mais negra que eu, porque eu não sou negra, então o que que tu é? Não sei, não se aceita não se assume, sabe aquela coisa sem bandeira, tem também (ALVES, 2014).

Uma das hipóteses para o fenômeno da não aceitação da negritude, por alguns afrodescendentes, pode estar ligada à traumas e situações relacionadas ao preconceito, ou simplesmente por não acreditarem pertencer à etnia afro-brasileira, mas para confirmar tal suposição seria necessário um estudo mais aprofundado sobre essa temática específica.

Considerações finais

É importante destacar que a defesa dos direitos das mulheres negras está conectada com a preservação de sua identidade afrodescendente, instituindo, dessa forma, redes de solidariedade, resistência, expressão e articulação através das diversas organizações negras. Essa capacidade de transitar entre os grupos torna o feminismo negro mais dinâmico, resultando em iniciativas que acabam beneficiando não só as mulheres negras, mas a comunidade negra em geral.

A ascensão da mulher afrodescendente no mercado de trabalho e no campo da educação é fruto da conscientização da população negra sobre a importância do seu papel formador na configuração social, política e econômica de nosso país, bem como a valorização da cultura afro-brasileira e dos elementos característicos que constituem esses indivíduos.

No Município de São Lourenço do Sul, alguns avanços e vitórias das mulheres negras já podem ser percebidos. Gradativamente, elas estão se destacando profissionalmente e avançando no grau de escolaridade. Barreiras como o preconceito e a falta de oportunidades iguais ainda prejudicam as mulheres afrodescendentes para alcançar cargos mais elevados. Conclui-se, ainda que as políticas públicas voltadas para promoção da população afro-brasileira fazem-se necessárias, até que haja um equilíbrio étnico tanto nas instituições de ensino como nos setores público e privado.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *A mulher negra no mercado de trabalho*. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2013.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: Fatos e mitos*. v. I, 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- CALDWELL, Kia Lily. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. Estudos feministas, v. 22, n. 2, p. 321-331, 2000.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés - Instituto da mulher negra. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2013.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange Pereira. *Movimento de mulheres negras e a luta pela afirmação dos direitos humanos no Brasil*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

HOFBAUER, Andreas. *Ideologia do branqueamento - racismo à brasileira?*. In: VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 2000, Porto. Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Porto, 2000. v. II. p. 7-12.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz a colônia de São Lourenço: da construção de um mito a reconstrução de uma história*. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação e História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 (Dissertação Mestrado).

KLUMB, Guilherme Peglow. *A cultura dos imigrantes pomeranos como atrativo do turismo em São Lourenço Do Sul*. In.V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador – Bahia, UFBA, 2009, p. 1-10.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. In: Revista Sociologia Política, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização*. In. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n.3, p. 987-1004, setembro-dezembro/2008.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei n. 13.694, de 19 de janeiro de 2011*. Dispõe sobre o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências. Diário Oficial do Estado nº 015, de 20 de janeiro de 2011. Palácio Piratini, Porto Alegre, 19 de janeiro de 2011.

SOARES, Vera. *Movimento feminista: paradigmas e desafios*. Disponível em: <<https://journal.ufsc.br>> Acesso em 22 de agosto de 2013.

VERÍSSIMO, Silvana. *Mulheres negras brasileiras ao passar do tempo: da barbárie da escravidão a atoras sociais*. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2013.

WEINSTEIN, Barbara. *A Pesquisa sobre Identidade e Cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural*. Revista Brasileira de Historia. São Paulo, v.18, nº 35, p. 227-246. 1998.

Entrevistas

ALVES, Cristiane Fredes. *Comerciária*. São Lourenço do Sul, 17 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Deise Beatriz Soares Melo.

SANTANA, Ana Paula. *Dona de casa*. São Lourenço do Sul, 15 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Deise Beatriz Soares Melo.

SOARES, Marisa Fernanda. *Enfermeira*. São Lourenço do Sul, 5 de janeiro de 2014. Entrevista concedida a Deise Beatriz Soares Melo.

NOVAS FORMAS DE FALAR SOBRE A AIDS A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES HOMOERÓTICAS BRASILEIRAS

Fábio Ronaldo da Silva¹³¹
Raquel da Silva Guedes¹³²
Alexandre Cesar Oliveira Torres¹³³

Resumo: O texto apresenta a forma como *Nós por exemplo* (1991-1995) e *Sui Generis* (1995-2000), publicações homoeróticas brasileiras, apresentaram novas abordagens sobre a questão da AIDS/HIV no Brasil na última década do século XX. Os discursos médicos, religiosos e da grande mídia contribuíram para construir a ideia de que a Aids era uma doença de gays e que estes estavam sendo punidos pelo seu comportamento. Essa construção e associação midiática entre ser gay, logo, soropositivo, foi uma violência simbólica que afetou muitos homossexuais, portadores do vírus ou não. As publicações aqui analisadas combaterão esses discursos construídos entre homossexuais e Aids com uma política de esclarecimento sobre a doença.

Palavras-chave: Aids; Mídia homoerótica; Construções Discursivas.

Introdução

A mídia voltada para o público gay¹³⁴ que “saí do armário” na época da Ditadura Militar passou a resistir para não ser colocada em uma “gaveta” e os primeiros sinais dessa resistência ocorreram em 1991, com a publicação do *Nós Por Exemplo* e em 1994, com a revista *Sui Generis*. Além de uma forma de resistência, era também uma maneira de desconstruir a imagem associada aos homossexuais. É importante informar que, existe um grande silenciamento entre os historiadores quanto ao estudo das homossexualidades entre as décadas de 1980 e 1990. Como lembra Swain (2013, p. 54), a história é sexuada sendo construída por uma “comunidade discursiva, o ‘nós’ patriarcal que comanda a visão única dos incontáveis arranjos sociais a partir da dominância representacional do sexo e da heterossexualidade reprodutiva”.

Analisaremos aqui, como as publicações *Nós por exemplo* e a *Sui Generis* vão se contrapor à forma e imagem como a grande mídia impressa¹³⁵ nacional construirá a Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) no Brasil. Não cabe aqui uma comparação entre o que a grande mídia publicou sobre Aids e homossexualidade e o que os periódicos voltados para o público gay trouxeram sobre o assunto, pois sairíamos do foco central do nosso trabalho. Vamos nos deter, entretanto, sobre como os dois principais

¹³¹ Doutor em História na área de Cultura e Memória, graduado em História e Comunicação Social e vice coordenador do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande; Atua em pesquisas com ênfase nas temáticas de mídia, velhices e homossexualidades. E-mail: fabiocg@gmail.com

¹³² Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Integrante do Projeto Memória e História da Ciência e Tecnologia em Campina Grande; Atua na área de gênero na Ciência e Tecnologia. E-mail: raquel.silva.guedes@gmail.com

¹³³ Jornalista formado pela Universidade Estadual da Paraíba com pesquisa na área de estratégias da comunicação e educação ambiental. E-mail: alexandccs@gmail.com

¹³⁴ O jornal *Snob* foi o primeiro periódico direcionado ao público homossexual masculino. O jornal circulou no Rio de Janeiro entre o período de 1963 a 1969 tendo como responsável o pernambucano Agildo Ribeiro. Em 1978 foi lançado o *Lampião da Esquina*, primeiro periódico de circulação nacional, tendo o público “guei”, lésbico e demais minorias como foco consumidor.

¹³⁵ Muitos pesquisadores no Brasil produziram trabalhos sobre a dizibilidade da Aids pela mídia no país a exemplo de Fortes *et al* (1992), Galvão (1992), Cortes *et al* (1994), Biancarelli (1997), Simões (1997), Ruon (2001), Spink *et al* (2001), França (2001) e Soares (2001) que trabalharão especificamente com os jornais impressos, Castro (2005) que analisa as revistas e Barata (2006) que analisa a construção e a dizibilidade sobre a Aids na televisão, especificamente no telejornal *Fantástico* exibido aos domingos na Rede Globo.

periódicos voltados para o público gay, emergidos na última década do século XX, apresentaram tal discussão.

De forma geral, a mídia fará as campanhas com o tema HIV/Aids tendo como principal público alvo pessoas mais jovens, com destaque para os adolescentes. No Brasil, durante a década de 80 e nos primeiros anos da década de 90, o maior índice de pessoas infectadas pelo vírus tinha entre 20 e 39 anos de idade. Mas, segundo dados do Ministério da Saúde divulgado em 2007, a partir de 1996, o número de idosos soropositivos aumentou. Na década de 80, por exemplo, o número de homens idosos com HIV era de 240, enquanto que 47 eram mulheres. Mas, de acordo com o relatório do mesmo Ministério, na década de 90 o número de homens idosos infectados era de 2.681 e 945 mulheres. Como as campanhas produzidas não levavam em consideração tal grupo, o número de infectados acabava aumentando. A própria *Sui Generis* exibirá algumas campanhas informativas sobre a Aids, mas serão poucos idosos soropositivos que aparecerão na revista.

É importante lembrar que, nas sociedades pós-industriais em um estágio desenvolvido do processo de midiáticação, o campo midiático cumpre, de acordo com Esteves (2004, p.168), a “função da mediação simbólica das relações sociais. Assim, é possível afirmar que boa parte das experiências das pessoas com os fatos sociais que acontecem no mundo ocorrem através da mídia”. O jornalismo vai contribuir para a percepção do mundo, sendo parte do cotidiano na construção das ideias e opiniões sobre determinados temas e assuntos. A visibilidade midiática que o fazer jornalístico possibilita aos fatos implica considerar essa prática como parte desse fenômeno midiático em conferir uma existência social. Por isso, a produção jornalística, logo, noticiosa pode ser percebida como um lugar de disputa em que querem se fazer presentes as vozes públicas, por existir o reconhecimento social de que a mídia é a esfera da visibilidade pública no mundo contemporâneo, é o lugar “onde a realidade se estrutura como referência (FAUSTO NETO, 1999, p. 9). O espaço público é um lugar mediador de sentidos e é nele que a sociedade civil enfrenta as tensões de variados olhares sobre os problemas públicos, olhares que pleiteiam a definição de sentidos.

OUTRAS FORMAS DE FALAR SOBRE A AIDS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES

A mídia, mediadora entre as fontes de informação e o leitor, também pode ser percebida como um dispositivo¹³⁶ de enunciação, ao noticiar os casos de Aids no país e no mundo, fazendo com que a sexualidade abandone os espaços íntimos e privados tornando-se cada vez mais pública, deixando de ser algo estritamente sexual se tornando uma questão da biopolítica, de interesse dos médicos, dos epidemiologistas, dos sanitaristas, dos psicólogos, etc., que a pensarão de forma discursiva e esses discursos serão explicitados pelo dispositivo midiático que fará a doença existir para a sociedade, como dizia um antigo *slogan* de uma revista nacional: “Aconteceu virou manchete”.

Ao denominar a mídia de dispositivo, estamos coadunando com a ideia de Agamben (2014) que, ao dialogar com um conceito foucaultiano, nomeará como dispositivo qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, controlar os gestos, condutas, discursos e opiniões das pessoas. Assim, não será apenas o manicômio, a escola, a prisão, a fábrica, a confissão cuja conexão com o poder é evidente, mas também “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares [...] teve a inconsciência

¹³⁶ Como afirma Foucault (2009), o dispositivo é um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados (p.300).

de se deixar capturar” (pp. 39 – 40). Então, a mídia que dará visibilidade à nova doença será também a responsável em transformá-la em uma peste, sendo necessária uma “guerra” para poder derrotá-la.

Sontag (1988) enfatiza o quanto as metáforas são utilizadas em campanhas de saúde que, na maioria das vezes, tratará a doença como algo que invade a sociedade, sendo necessário travar lutas ou iniciar uma guerra na tentativa de reduzir a mortalidade causada na batalha.

Ao contrário de outras doenças que causam vergonha, o paciente soropositivo geralmente não expõe para a família que está doente. Mas a Aids fará o corpo do portador do vírus falar, mesmo sem o soropositivo desejar, vai expor a identidade sexual do sujeito que, até então, estava oculta da família, dos amigos, dos vizinhos, dos colegas de trabalho. Quando a doença surgiu e passou a ser diagnosticada pelos médicos e noticiada pela mídia, ela trazia à tona essa identidade, até então trancada dentro de armários, e classificava o indivíduo como pertencente a um grupo de risco.

No imaginário social, inicialmente, foi denominada de “doença gay”, fazendo surgir expressões carregadas de preconceito como “câncer gay” ou “peste gay”, só muito lentamente foi sendo reconhecida como uma doença capaz de atingir todo e qualquer grupo social. No início da descoberta da síndrome, todavia, os homossexuais serão considerados os principais “culpados” pela existência da mesma e a mídia será uma das principais responsáveis em propagar essa ideia.

O que estas formulações discursivas não pareciam levar em consideração era o intenso processo de transformação por que categorias como “promiscuidade” e tantas outras haviam passado em função da revolução cultural dos anos 60/70. O caráter problemático da troca maior ou menor de parceiros sexuais já havia há muito superado e parecia um verdadeiro pesadelo que questões como essa pudessem voltar à tona. De alguma forma, fazia-se tábula rasa de boa parte das ideias da ‘revolução sexual’ que havia animado o debate cultural e as práticas comportamentais de boa parte do mundo ocidental desde os anos 60. (PEREIRA, 2004, p. 56-57)

A culpabilização dos gays pelos saberes médicos, religiosos e pela própria sociedade, por não seguirem os padrões heteronormativos, será uma constante nas notícias sobre o assunto. Mas o mais interessante é que, de acordo com os jornalistas que escrevem as matérias, bem como boa parte dos médicos que terão a legitimidade para falar sobre a doença, a promiscuidade é uma característica apenas dos gays. Antes da doença, aqueles que se diziam *entendidos*, homossexual ou *gay*, muitas vezes não eram bem vistos por assim o serem. Agora se associa à infame ideia de que, se é *gay* é ser aidético, pois se acreditava que o HIV era passado apenas na relação sexual entre homossexuais, e não uma doença que poderia acometer qualquer ser humano, independente do gênero ou orientação sexual. A mídia no Brasil só traria mais notícias sobre a doença em 1983, quando houve a morte do estilista Marcos Vinicius Resende Gonçalves, o Markito¹³⁷, a primeira vítima famosa que morreria em decorrência da Aids no país.

Por isso, consideraremos as publicações voltadas para o público *gay* e que surgiram após o *Lampião da Esquina*¹³⁸ e o período da Ditadura Militar como forma de resistência, pois se tornaram uma maneira de combate particular de um grupo, não afrontaram a grande mídia para um embate, mas que aprenderam a existir na

¹³⁷ http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=0&Pesq= . Acessado em 10 de junho de 2020.

¹³⁸ Primeiro jornal homoerótico de circulação nacional no Brasil e que foi publicado no período de 1978 a 1981. Tinham como produtores os jornalistas Aguinaldo Silva, Adão Costa, Antônio Chysóstomo, o cineasta Jean-Claude Bernadet, o cineasta e escritor João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry, dentre outros.

adversidade. Não havia uma busca pela vitória, mas com o uso da mesma maquinaria da grande mídia, passaram a desorganizar as imagens por ela construída e imposta, principalmente no que diz respeito à questão de associar homossexualidade ao HIV/Aids.

Assim, dentre as ações produzidas para atender pessoas infectadas pelo vírus da Aids um grupo de profissionais das áreas de saúde e de Direitos Humanos, com ênfase em ações de combate as doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, criaram no Rio de Janeiro, em 1991, o Núcleo de Ação em Saúde Social (NOSS), coordenado por Sylvio de Oliveira e presidido pelo psicólogo Paulo Henrique Largo. Por perceberem que era preciso a criação de um informativo para que as pessoas pudessem ter orientação para não se tornarem mais um número na estatística de infecção do vírus, resolveram criar o periódico *Nós Por Exemplo* que passou a ser publicado em dezembro daquele mesmo ano. Outras subjetividades sobre a Aids e sobre os homossexuais começavam a ser construídas. Como nos lembra Guattari e Rolnik (2013), talvez a produção de subjetividades seja mais importante do que o petróleo e as energias, pois não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no coração dos indivíduos e na forma de perceber o mundo e as formas de articulações com este.

Roberto Pereira (1991), um dos organizadores do jornal, mostra a proposta do informativo.

[...] a tônica fundamental do nosso trabalho é a criação de uma consciência de saúde junto à população atendida e, por extenso, à população em geral, incrementando a adoção de práticas preventivas e assumindo os interesses destas comunidades em suas lutas reivindicatórias, entendendo saúde como um conceito amplo e abrangente. (NÓS POR EXEMPLO, ed. 1, p. 9)

O periódico será importante não apenas por preencher a lacuna referente às publicações voltadas para o público gay no Brasil, mas por ter construído uma outra subjetividade sobre tal grupo, visto que nas matérias publicadas nas páginas desse periódico, eles não eram chamados de culpados pelo surgimento da Aids, tampouco que estavam sendo castigados por não se enquadrarem nos padrões heteronormativos, como geralmente acontecia em publicações da grande mídia. Os textos não tinham cunho moralista nem preconceituoso. Isso fica claro no primeiro editorial, como podemos ver a seguir.

Já que normalmente o editorial do primeiro número de um jornal traz explícitas suas tendências, devemos dizer que não é pretensão ou desejo do Nós Por Exemplo fincar no preconceito de nosso tempo a bandeira da homossexualidade nem tentar iniciar um movimento de organização de grupos homossexuais. Muito menos gutificar a imprensa escrita. Acontece que os outros meios de comunicação habituaram-se a discriminar o homossexual. Faz-se necessário, então, um jornal que teve neste público informação digna, reais e de seu interesse. Para Nós, por exemplo, é vital que o homossexual brasileiro seja respeitado. E para que isso aconteça, a busca do conhecimento é indispensável. Refletir sobre a própria condição é iniciar o processo de autoestima que é único caminho para se respeitar. Para este número, convidamos pessoas significativas em suas áreas para escreverem artigos que abordassem a homossexualidade de uma forma abrangente. Notamos que, de uma forma ou de outra, a AIDS sempre veio em seus artigos, o que demonstrou ser uma preocupação geral. Abrimos então uma seção exclusiva sobre a doença e suas formas de prevenção. (NÓS POR EXEMPLO, ed. 01, p.2).

Era necessário trabalhar na desconstrução dos estereótipos e preconceitos difundidos sobre a homossexualidade que a grande mídia insistia em apresentar. Instruir os homossexuais para que esses combatessem o preconceito e entendessem o seu lugar no mundo e o que caberia a um homossexual ou lésbica, fazer em tempos de Aids. No

editorial da terceira edição, em resposta a um leitor, os que faziam o jornal explicava o motivo do título, reforçando a ideia de que as pessoas não deveriam ter vergonha por ser gay ou lésbica, mas ser visto como um exemplo. “[...] o título do nosso jornal, a palavra ‘por’ tem a função de conjunção, substituindo ‘como’, enquanto ‘nós’: Nós como exemplo, nós enquanto exemplo. Neste caso não se usa vírgula”. (NÓS POR EXEMPLO, ed. 03, p.2).

Segundo Rodrigues (2010), o jornal teve poucas mudanças e contava com as seguintes editorias: “*Lá Fora*” (divulgava locais de sociabilidade *gay* em várias cidades do Brasil), “*Nós Homens*” e “*Nós Mulheres*” (voltados para o público *gay* e lésbicas), “*Aids*” (informações e alertas sobre a doença), “*Entre nós*” (publicava entrevistas com personalidades famosas da época), “*Informes*” (notícias), “*Opinião*” (apresentava a opinião dos que faziam o jornal sobre temas diversos), e “*Rumos*” (indicação de endereços de discotecas, bares e shows, além de dar dicas de livros, vídeos e peças de teatro relacionados ao “mundo *gay*”). A partir da oitava edição, a seção “*Aids*” ganha destaque passando a ser um encarte intitulado “*Agaivê hoje*” que vinha como encarte dentro do jornal.

Com tiragem inicial de 500 exemplares, até a décima primeira edição, o jornal tinha poucos anunciantes, era vendido em várias bancas do país ou por assinatura. A partir da décima segunda edição, por conta de um financiamento particular que a equipe conseguiu, o periódico passa a ser distribuído gratuitamente e contribui para o aumento de número de público e de exemplares. Na edição 18, foram publicados dois mil exemplares.

Além de informações sobre *Aids*, a proposta do *Nós Por Exemplo* era possibilitar aos *gays* uma reflexão sobre a própria condição, naquele momento, e trabalhar a autoestima para que se respeitassem e buscassem ser respeitados pela sociedade. A ideia era conscientizar os homossexuais da necessidade de buscar, lutar e manter os seus direitos sem, necessariamente, deixar de ter prazer, pois este deverá sempre existir, independente de doenças ou leis.

O jornal deixou de circular no segundo semestre de 1995, no mesmo ano em que a *Sui Generis*¹³⁹ chegou às bancas de revistas do país, dando prosseguimento à proposta de resistência em mostrar outras imagens dos *gays*, diferente daquelas mostradas pela grande mídia. A resistência, muito mais do que uma obrigação, era um fato que ganhou força na década de 1990 após a diminuição do pânico da *Aids*. Desse modo, a imagem do sujeito *gay* considerada nas décadas anteriores como símbolo de libertação sexual e cultural vai se modificando para um comportamento mais estilizado, com grande inserção no mercado, existindo ainda a valorização do consumo, mesmo indo de encontro às regras da sociedade de consumo e diminuição da dimensão erótico-sexual da vida cotidiana. Surge, a partir da década de 1990, o que passou a ser chamada de “cultura *gay*” e, aos poucos, o “*gay way of life*” ganha legitimidade, espaço e simpatizantes, independente da orientação sexual (PEREIRA, 2004).

Assim, entre as urgentes e variadas discussões sobre a *Aids* os *gays* ganharam (mais) visibilidade. O que antes era “terrível” e “escandaloso” saía da marginalidade dos becos e entrava nas casas, pois a enfermidade poderia atingir toda e qualquer pessoa, independente da orientação sexual. Além de vítimas, os *gays* também eram guerreiros e lutavam contra uma doença que não era exclusivamente deles. Os vários grupos *gays* que surgem durante essa década terão como foco de ação trabalhar na conscientização dos homossexuais, no intuito de fortalecer as identidades e buscar formas de proteção. Um dos grupos formados foi o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI), criado em 1993, no Rio de Janeiro, por rapazes da classe média carioca que perceberam

¹³⁹ O número zero da *Sui Generis* foi publicado em dezembro de 1994. Em janeiro de 1995 com a publicação da primeira edição a revista passa a ser distribuída nacionalmente, como veremos a seguir.

a necessidade de uma mobilização organizada no que diz respeito à conscientização das formas de contato do vírus da Aids. No ano de 1995, é criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABLGT) composta por vários grupos gays. Essa associação era voltada exclusivamente para as causas dos gays brasileiros. Em junho, do mesmo ano, acontece no Rio de Janeiro a XVII Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas. Essas foram algumas das formas utilizadas para dar visibilidade aos homossexuais. Além de eventos e criação de associações, a mídia voltada para tal grupo ganha força com a criação de revistas e periódicos, como o já mencionado *Nós Por Exemplo* e a *Sui Generis*. Mesmo não trabalhando aqui com a questão da recepção, é importante questionar, todavia, para quais gays esses periódicos falaram e para quem foram produzidos.

O jornal *Nós Por Exemplo*, que a partir de um determinado momento passou a ser distribuído gratuitamente, possivelmente atingirá homossexuais de diferentes classes econômicas, sociais e étnicas. Mas as revistas vendidas nas bancas vão falar para um grupo de maior poder aquisitivo, gays da classe média ou alta. E foi pensando nesse grupo que se constituiu o chamado “mercado gay”.

A última década do século XX trouxe consigo novos significados à noção de identidade e outras formas de expressão e vivência das homossexualidades. A imprensa passa a noticiar o surgimento do mercado direcionado ao público gay a exemplo de revistas, sites¹⁴⁰, agências de viagens, casas noturnas, eventos culturais, cartões de crédito, planos de saúde etc. A TV trouxe em uma novela¹⁴¹ personagens gays em que sua orientação sexual era mostrada com razoável naturalidade. O grupo que, até então, foi marginalizado, passou a ser considerado como um novo nicho mercadológico surgindo um “mercado gay” – conceito que chegou ao Brasil bastante tempo depois de ser reconhecido nos Estados Unidos -, quando as agências publicitárias brasileiras perceberam que os homossexuais poderiam ser também ótimos consumidores (RODRIGUES, 2010).

Sobre a questão do mercado que passa a ser constituído na década de 90 para um público discriminado e rejeitado por parte da sociedade, mas que passa a ser vistos como consumidores em potencial pelos empresários. Pois,

dos anos 90 até hoje temos presenciado a configuração e a consolidação do que vem sendo chamado, tanto aqui quanto em outros países, uma “cultura gay” ou um certo “*gay way of life*”. No conjunto de mídia (tanto da imprensa especializada – voltada para um público basicamente constituído de gays e lésbicas – quanto na grande imprensa), a expressão “cultura gay e as referências a um modo de vida gay vão se tornando cada vez mais presentes. (PEREIRA, 2004, p.57).

De acordo com Nunan (2003), será a partir da década de 90 que surgem agências de publicidade voltadas para o mercado *gay*, consumidores descritos pelos publicitários como exigentes, sofisticados, fiéis às marcas e com grande possibilidade de consumir artigos de luxo, serviços e bens culturais, além de cuidados pessoais. Mas, ao mesmo tempo, Rolnik (1996) nos lembra, com essa mudança das subjetividades, advindas da ideia de um mercado voltado para *gays*, *lésbicas* e *simpatizantes*, que não implica,

¹⁴⁰ Um dos sites mais representativos é o portal Mix Brasil criado pelo publicitário e DJ André Fischer. O portal nasceu como uma comunidade virtual para divulgar o Festival Mix Brasil de Cinema da Diversidade Sexual que teve a primeira edição no país em 1993. Quatro anos depois, a comunidade virtual torna-se um portal de informação e cultura. O publicitário e a jornalista Suzy Capó se inspiraram em festivais de cinema de cidades americanas e europeias que exibem filmes abordando várias formas de expressões sexuais e resolveram trazer essa experiência para o Brasil. Foi na segunda edição desse evento que foi lançado o conceito GLS (Gay, Lésbica e Simpatizante) pois, de acordo com Fischer, o público que frequentava o Festival não era apenas gays e lésbicas, existiam os “simpatizantes”.

¹⁴¹ *A próxima vítima* (Sílvio de Abreu), em 1995, trouxe a história de dois adolescentes, Sandrinho (André Gonçalves) e Jeferson (Lui Mendes) que vivenciaram uma relação amorosa.

necessariamente, numa abertura para o estranho, muito menos tolerância para o desassossego que viria com o diferente. Esse novo negócio estará dentro dos padrões esteticamente aceitáveis do mercado de consumo. As características específicas, diga-se de passagem, podem estar em consumidores independente da orientação sexual, mas o que foi percebido nesse momento era que os gays da classe média eram consumidores em potencial e que o mercado não apostava nesse público.

O primeiro editorial da *Sui Generis* deixava claro que era preciso romper o silêncio no tocante a publicações direcionadas para os gays. “[...] A revista tem um objetivo simples: falar da cultura *gay* de maneira vibrante, inteligente, bem-humorada, para cima, [...] para que não ouçam a gente apenas por esse silêncio já tão fora de moda” (SUI GENERIS, 1990, 1 ed).

O número experimental da revista foi lançado no Museu das Belas Artes do Rio de Janeiro, tendo como slogan “cultura, entretenimento, moda, política e comportamento”. Tinha 34 páginas e trazia matérias sobre Aids e visibilidade, além de uma entrevista com Lucinha Araújo, mãe do cantor e compositor Cazuza morto em decorrência da Aids. Havia ainda uma seção que falava sobre cinema, um ensaio de moda e quadrinhos com os personagens Rock e Hudson, dois caubóis gays, criação do cartunista Adão Iturrugarai, além de um artigo “A década de 90 é *gay*” da consultora de moda e jornalista Erika Palomino com objetivo de sintetizar a década de 90 destacando o videoclipe “*Justify my love*¹⁴²”, da cantora Madonna, os anúncios voltados para os gays da empresa Giorgio Armani, os gays dos EUA que ajudaram a eleger Bill Clinton como presidente, e alguns cantores e cantoras que “saíram do armário” sem sofrer “punições” das gravadoras.

A primeira edição trouxe na capa Neil Tennat, um dos integrantes do grupo britânico Pet Shop Boys, com a manchete “Neil Tennat abre o jogo: I am gay”. Através de matérias e entrevistas com pessoas famosas, a revista mostrava a necessidade de gays não terem vergonha de “saírem do armário” e/ou assumirem a identidade sexual. A motivação era para sair do gueto e mostrar que ser gay não é ser menos humano

Os produtores da revista usavam pessoas famosas para legitimar essa ideia de que não era mais necessário viver “nas sombras”. Entretanto, sabemos que muitas vezes fica difícil para grupos estigmatizados pela sociedade assumirem a sua condição, devido à grande possibilidade de vivenciar violência física ou moral, além do próprio preconceito.

Em quase todas as edições da *Sui Generis*, a capa traz personalidades de destaque em diferentes áreas, mas não necessariamente gays nem lésbicas, os cantores Neil Tennat, Boy George, Ney Matogrosso, Marina Lima, Renato Russo, o escritor Caio Fernando Abreu, os atores Antônio Bandejas, André Gonçalves e a deputada Marta Suplicy foram alguns dos que apareceram nas capas da revista. Eles foram capas por serem famosos, vitoriosos e vencedores de adversidades que, em algum momento sugeriram nas suas histórias; conseguiram superar, triunfando em suas profissões e atuações, mostrando-se como apoiadores do respeito da diversidade sexual. O interessante é que esse desejo para que os gays se assumissem era apresentado de forma leve e não de forma obrigatória como ocorria em *Lampião da Esquina*.

Com 55 edições, a revista que era mensal e, perto do fim, passou a ser quinzenal, teve como foco principal os desejos e interesses da classe média alta, tendo como principais colaboradores o escritor Caio Fernando Abreu, a deputada Marta Suplicy, o escritor e ex-integrante do *Lampião da Esquina* João Silvério Trevisan, o escritor Sócrates Nolasco, o antropólogo e presidente do Grupo Gay da Bahia Luiz Mott, o jornalista Gilberto Scofield dentre outros.

A primeira edição da revista foi publicada em janeiro de 1995 com mais páginas do que a edição zero, ou seja com 74 páginas, e trazia a seguinte divisão: as seções

¹⁴² Quando lançado, o videoclipe teve a exibição proibida em várias emissoras de TV por trazer insinuações de sexo lésbico, homossexual e bissexual, dominação e imagens de sadomasoquismo.

“*Cartas*”, “*Editorial*”, “*Contraponto*”, “*Cinema*”, “*Música*”, “*Ponto de vista*”, “*Livros*”, “*Classicards*”, “*Ponto final*” e a “*Seção especial*” que trazia artigos. Havia também coluna social, matéria de capa, comentários sobre moda, entrevista e as tirinhas de Adão Iturrusgarai¹⁴³. A partir da nona edição, a revista passa por mudanças e algumas seções permanecem, outras dão lugar a novas. Assim, teremos as seções “*Carta*”, “*Editorial*”, “*Contraponto*”, “*Cinema*”, “*Música*”, “*Mosaico*”, “*Vortex*” e “*Ponto final*”, além das seções especiais “*Entrevista*”, “*Capa*”, “*Moda*” e “*Humor*”. A *Sui Generis* foi a primeira revista brasileira dirigida para o público GLS a ter grandes anunciantes como a grife Sete, Sete, Cinco, a gravadora EMI e a Columbia Tristar Film. E foi pensando nos anunciantes que, a partir da 30ª edição passou a ser publicada com duas possibilidades de capas. Na edição 41, por exemplo, o modelo Rogério Braga aparece em fotos saindo de um box de banheiro após um banho. Em uma das capas, Braga aparece cobrindo a genitália com a mão, mas é perceptível os pelos pubianos e parte do pênis.

Como já mencionado, boa parte dos assuntos trazidos pela revista, violência, ativismo, aliados políticos, etc., já haviam sido abordados pelo *Lampião da Esquina* no final da década de 70 e começo dos anos 80. O grande diferencial era que esses temas eram abordados na *Sui Generis* de forma mais branda, dando maior ênfase à liberdade individual. Na década de 90, o ativismo foi bem mais pela expansão dos direitos civis como parentabilidade, parceria civil e as possibilidades que isso traria, tais como, direito a adoção de crianças, compartilhamento dos benefícios de planos de saúde, etc. A luta pela discriminação e aceitação ampla da homossexualidade pela sociedade que deveria ver os homossexuais como normais e não como doentes já eram temas suplantados (RODRIGUES, 2010). Sobre a questão da Aids, assim como o *Nós Por Exemplo* a revista abordava o tema de forma diferente da que era noticiada pela grande mídia brasileira.

Quando trazia matérias, artigos ou depoimentos falando sobre a Aids, fazia com cunho informativo, esclarecendo os leitores sobre os perigos da doença. O discurso punitivo e associativo de homossexualidade e Aids é inexistente no magazine.

Na primeira edição encontramos pequenas notícias e uma matéria com o escritor Caio Fernando Abreu falando sobre a Aids, discriminação e sexualidade. A matéria “*Conhecendo o Paraíso*”, produzida por Maristela Barros com imagens do fotógrafo Marcos Mendes apresenta algumas impressões de Caio Fernando Abreu, 46 anos, sobre a “*hipocrisia do Brasil-barbie*”, o dom que é viver a vida e a necessidade de os gays saírem do gueto.

Partindo da ideia de trazer pessoas famosas que, mesmo com alguns percalços ao longo da vida conseguiram vencer, a matéria vai apresentando um breve perfil do escritor, informando ao leitor que ele já foi colaborador da revista *Veja* e de alguns jornais, dentre eles, o *Estado de São Paulo* periódico em que informou, em um artigo, ser soropositivo. Cita dois trabalhos, “*Morangos mofados*” e “*Os dragões não conhecem o paraíso*” e que teve obras traduzidas para o francês, italiano e holandês “e até para a coletânea americana *Now the Volcano*, publicada pela Gay Sunshine Press” (p. 21). Soropositivo e com quase 50 anos, o jornalista diz ser o escritor ativo, bonito e eternamente magro. Mesmo com tais características, é preciso lembrar ao leitor que o escritor não é um inválido, porém muito produtivo. Para reafirmar a imagem do homem produtivo encontramos um pequeno depoimento de Caio na matéria.

Minha batalha, agora, tem sido esticar os dias, para terem 48 horas. Me levanto às seis e meia, faço um pouco de ioga, tomo café e vou cuidar do jardim até às oito. Sento para escrever, almoço, faço uma sesta, dou uma andada de bicicleta, de tardezinha vou para a beira do rio, de noite leio um pouco e às 11 durmo [...]. (p.21).

¹⁴³ Cartunista famoso por tirinhas que abordam temas como sexo, homossexualidade e críticas a sociedade. É o criador de famosos personagens de tirinhas como Aline e Rocky e Hudson.

Mesmo sendo um escritor famoso, era preciso legitimar o espaço cedido para ele na revista, mostrando-o como uma pessoa ativa, produtiva e com uma ótima habilidade cognitiva, contribuindo, assim, para a construção de outras subjetividades sobre os portadores do vírus da Aids. Após uma breve apresentação do escritor, a matéria apresenta posicionamentos dele sobre alguns temas. Destacaremos aqui a reflexão feita sobre o perigo de se viver no gueto e produzir produtos voltados exclusivamente para os homossexuais.

Na matéria, o autor de "*Morangos Mofados*" faz uma crítica ao que chama de "luta e cultura gay", afirmando que isso nada mais é do que uma forma de reforçar a discriminação. Para ele, o ideal seria lutar pelo direito de todos os grupos desfavorecidos, do contrário fica "(...) algo meio Xuxa, tipo vamos fazer a botinha, a camisetinha, a calcinha, e vender, vender, vender" (p.70). São criados produtos e personalidades para serem consumidos pelos que estão nos "minis, macro e médios guetos Nós devemos caminhar é para a união de tudo. Se não, é muito esquizofrênico" (p. 22). A fala de Caio estava em consonância com a proposta da revista de não produzir para o "gueto" de publicações eróticas produzindo produtos para um mercado seletivo e que sofria preconceito da sociedade. Todavia, será em cima dessa proposta que o "movimento gay" irá se apoiar na tentativa de conseguir uma visibilidade positiva e conquistar direitos.

Ao final da matéria, Caio diz que "somos todos Laikas", fazendo referência à cadela enviada pelos russos para o espaço no satélite Sputnik no ano de 1957. Laika, um dos personagens "*alterego*" do escritor também servia para Caio nos lembrar que somos todos cobaias e, provavelmente, assim como os dragões, não conheceremos o paraíso. O interessante da comparação é que, Laika foi enviada para o espaço sozinha, sem nenhum outro animal ao lado dela para servir de companhia. Uma cadela solitária foi lançada para o espaço, o lugar da solidão, cheio de estrelas, planetas, galáxias, o próprio infinito. Mesmo com um discurso bastante crítico sobre o movimento gay e a (des)atenção do governo para com os portadores do vírus HIV, a matéria traz a imagem de um escritor, produtivo, desconstruindo a imagem da velhice inativa. Mas, ao mesmo tempo, reforça outra: a da velhice como o lugar da solidão e isso pode ser percebido nas duas fotos de página inteira publicadas junto à matéria, ambas em preto e branco, em que Abreu aparece. As imagens trazidas na matéria remetem o leitor ao que Deleuze (1987) chama de lugar comum.

A imagem não cessa de cair em estado de lugar-comum; porque se insere nos encadeamentos sensoriomotores, porque ela mesma organiza ou induz estes encadeamentos, porque nunca percebemos tudo o que há na imagem, por que ela está feita para isso. Civilização da imagem? De fato, se trata de civilização do lugar-comum, onde todos os poderes têm interesse em nos ocultar as imagens, não forçosamente em nos ocultar a mesma coisa e sim em nos ocultar algo na imagem. (DELEUZE, 1987, p. 36-37).

O autor afirma existir um interesse geral em esconder algo na imagem, este algo poderíamos dizer que é o próprio caráter de persuasão. Essas imagens trazidas no texto não servirão apenas para ilustrá-lo. Ela também afirma algo que na maioria das vezes, será percebida pelos leitores de forma inconsciente. A imagem é um texto, também se lê e quando em preto e branco remete, na maioria das vezes, aquilo que está aprisionado no passado, rememorativo e que não será nada mais do que isso. A lembrança de uma pessoa que, na velhice, teve como companhia apenas os livros e as flores do jardim, mas que, em breve, vão perder a cor, murchar e morrer.

Ao tratar sobre Aids e, especificamente no caso do escritor, em nenhum momento a doença é relacionada à morte. A própria fala de Caio aparece no texto sem fazer tal relação ou ligação, sendo construída com essa matéria e em outras publicadas pela

revista, sobre a doença, com esperança no viver e no aproveitar a vida. É importante perceber que o dispositivo midiático falará mais sobre a morte do que os teóricos dos Estudos Culturais; como afirma Eagleton (2005), são reticentes também em falar sobre o sofrimento. De acordo com o autor, muitas vezes esquecemos que a morte nada mais é senão uma das estruturas internas da própria existência social.

Tudo o que é natural, geralmente é bem aceito. Abre-se uma exceção para a morte. A morte é tão estranha quanto íntima para nós; nem totalmente estranha nem puramente pessoal. Nessa medida, nossa relação com ela assemelha-se à relação com as outras pessoas, que são, da mesma forma, tanto companheiras quanto estranhas [...]. Por estar assim entrelaçada com nossas vidas, a morte pode torna-se menos assustadora, menos uma força ameaçadora que simplesmente está em campo para acabar conosco (EAGLETON, 2005, p.284).

A questão da morte foi estudada pelo historiador Philippe Ariès (2003) que afirma ser a morte construída histórica e culturalmente devido às modificações que se operam com o passar do tempo, sendo ela um problema dos vivos. A dor da morte ocorre por não se saber lidar com a perda daquilo que se tem em vida e a separação com quem se convive. Assim, a ideia da doença associada à morte não existirá na *Sui Generis*. E, mesmo ao falar da morte de Caio Fernando Abreu ou do cantor Renato Russo, por exemplo, será dado mais destaque ao legado deixado em vida do que a própria doença, pois esse magazine é especializado, tem um público específico que a consome. Desse modo, o que era publicado e a forma como são noticiadas as informações se diferenciavam do modelo das revistas semanais de informação como *Veja* e *Istoé*, por exemplo. A *Sui Generis*, sem os apresentar como moribundos, visa também afastar-se das angústias que a doença e a própria morte traz para quem está ao redor daqueles que são portadores do vírus, bem como dos leitores que consomem a revista. A morte será “recalcada” individual e socialmente (ELIAS, 2001).

Ainda na primeira edição da revista, na seção “*Contraponto*” há vários informes que trazem como manchete “Calendário cheio”, Suzana Santos informa ao leitor, dentre outros assuntos, sobre a criação de três centros especializados em Aids que estão à disposição dos moradores do Rio de Janeiro. Informava que no centro da cidade são disponibilizados gratuitamente teste de HIV, camisinha, informações sobre a doença e atendimento clínico e psicológico, o informe deixa claro que o anonimato de quem for atendido nesses centros será preservado. Há ainda a informação de um estudo feito pela Universidade de Nova York o qual analisa a hipótese do sarcoma de Kaposi ser sexualmente transmissível, havendo a possibilidade de desvincular a doença do vírus da Aids. O texto informa ainda que no Brasil, o médico dermatologista Márcio Serra fez um convênio com a Universidade onde está sendo feita a pesquisa, havendo possibilidade de ela também ser realizada no Brasil, colocando o país na linha de frente no combate à doença.

A última notícia sobre a Aids publicada na seção é sobre a distribuição de 30 mil camisinhas no período de Carnaval no Rio de Janeiro. A campanha foi realizada pelo Programa de Doenças Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde. Ao final da nota informativa é feito um alerta para os foliões. “Sexo seguro é imprescindível nessa festa quando as pessoas imaginam que podem tudo” (p. 7). É perceptível que a forma de abordagem sobre a doença é bastante diferente da feita por jornais como *Folha de São Paulo*, *Estadão* ou revistas como *Veja* ou *Istoé*¹⁴⁴. Estar com Aids não é estar condenado à morte, como afirmará Caio Fernando Abreu, em matéria publicado na primeira edição da revista.

¹⁴⁴ Ver: SILVA, Fábio Ronaldo da.; ARAÚJO, Martinho Tota Rocha de. “*Meu prazer agora é risco de vida*” ou como a mídia transforma gays em monstros. 2016. <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/resumo.php?idtrabalho=55>

O escritor, considerado o primeiro a refletir sobre a questão da Aids em seus textos, fala sobre o quanto é urgente a dessacralização do vírus que “não é uma condenação à morte. Tenho amigos que estão com ele há 11 anos” e ainda afirma que “o vírus é uma coisa idiota. Precisa falar com ele de frente. (...) Não ter vergonha nenhuma disso” (p. 71). Soropositivo, o escritor sugere ao leitor, sendo este soropositivo ou não, a valorizar a vida, a viver sem precisar da piedade dos outros, cabendo aos soropositivos receberem aquilo que precisam receber dos poderes públicos, aquilo que é seu por direito, sem ter que se humilhar passando horas em postos de saúde ou enfrentando filas em hospitais para ouvir um “não temos AZT”. “Solidariedade, amor e tal é muito bonito, mas a gente quer remédio, que as coisas funcionem”, lamenta o escritor. Em nenhum momento Caio diz estar sendo punido por forças extramundanas por ser portador do vírus. Ao contrário, ele reforça a necessidade e a vontade que o vírus o deu para aproveitar a vida mais do que fazia antes.

Uma matéria que merece destaque aqui foi publicada na terceira edição da revista, a qual chegou às bancas em março de 1995. Foi produzida por Suzana Santos na coluna *Contraponto*, tem como manchete “Mensagem truncada” e traz os dados de pesquisa concluída pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), em convênio com as secretarias de Educação de Friburgo (RJ), Florianópolis (SC), Palmas (TO) e Itabira (MG) e mostra como pensam os estudantes de escolas públicas sobre gays, lésbicas e Aids. A pesquisa durou dois anos e entrevistou 602 estudantes: 35% dos entrevistados disseram que gays e lésbicas são loucos e 46% desses alunos afirmaram que a existência da Aids deve-se aos homossexuais e à promiscuidade. A pesquisa contribuiu para mostrar que as informações trazidas pela grande mídia, sobre o assunto, e muitas vezes reproduzidas nas escolas e no próprio lar, serviram para distorcer a imagem dos homossexuais no tocante à doença.

tudo que é produzido pela subjetividade capitalista – tudo que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. [...]. Trata-se de sistema de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATARRI, ROLNIK, 2013, p.35).

Em quase todos os dez primeiros números da *Sui Generis* encontramos matérias, entrevistas ou notícias falando sobre a Aids, mas sempre de forma esclarecedora¹⁴⁵. Ao contrário do que era noticiado pela grande imprensa, a *Sui Generis* não tratava o assunto como uma armadilha na qual o doente não teria como escapar, pelo contrário, os textos indicavam sempre possibilidades de esperança para que o infectado pudesse continuar vivendo, desenvolvendo as atividades do cotidiano, sem transformar os portadores do vírus em culpados. Tampouco é trabalhada a ideia de que a doença é uma punição para quem é gay.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que informar, os produtos jornalísticos, independente do suporte que utilizam, buscam convencer o receptor daquelas informações de que ali há uma verdade e o conhecimento transmitido é o correto. Desde a primeira matéria publicada nos jornais e revistas brasileiros, a mídia associou a Aids ao comportamento e às práticas sexuais dos

¹⁴⁵ Ver, por exemplo, matéria publicada na ed. 4 de junho de 1995, seção *Contraponto* que traz várias perguntas retiradas do livreto produzido pelo Grupo Pela Vida sobre os direitos de portadores do vírus HIV junto às empresas privadas e públicas e sobre benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ou a matéria “Uma luz na escuridão” de Alícia Ivanishevich publicada na 5ª edição e que traz matéria informativa sobre a descoberta de tecnologias e medicamentos de última geração que trouxeram resultados positivos no controle de infecções em portadores do vírus.

homossexuais, usando vários saberes para reafirmar essa ideia como uma verdade. A morte de Markito foi utilizada pela a imprensa nacional para marcar e nomear outras formas de sexualidades como diferentes e nocivas para a sociedade e é uma forma de matar simbolicamente as homossexualidades consideradas promíscuas e divergentes do comportamento sexual predominante. É também uma violência, como nos chama atenção Farge (2011). Isso não se concretiza totalmente por conta do surgimento de periódicos como o *Nós por exemplo* e a *Sui Generis* que, com matérias, notícias e reportagem “abortam” tal iniciativa tornando do conhecimento do leitor, não apenas informações sobre a Aids, mas tratando de fatos culturais, sociais e ações políticas de um grupo que continuava resistindo aos enunciados discursivos midiáticos, médicos e sociais transformando-os em sujeitos abjetos. Sobre a questão daqueles que serão tidos como abjetos, Kristeva (1982, p.4) nos mostra que, “não é por tanto a falta de assepsia ou saúde que causa a abjeção, mas sim aquilo que perturba a identidade, o sistema, a ordem”.

Foucault (1998) já alertava sobre isso, mostrando que existe um maior interesse em conhecer e controlar os desvios sexuais do que a aceitação da diversidade, por não garantir uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora. Os homossexuais, sendo estes soropositivos ou não, serão catalogados e controlados, mantidos em uma bolha de construção discursiva e, por isso, afastados da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O amigo & O que é um dispositivo*. Chapecó, SC: Argós, 2014.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol 5. São Paulo: Editora 34, 1997.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria – Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos - Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2001.
- FARGE, Arlete. *Lugares para a história*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a aids*. São Paulo: Hacker, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- GUATARRI, Félix, ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- KRISTEVA, Julia. *Pouvoir de l'horreur: essai sur l'abjection*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- NUNAN, A. *Homossexualidade. Do Preconceito aos Padrões de Consumo*. Rio de Janeiro. Editora Caravansarai, 2003.
- RODIGUES, Jorge Caê. *Impressões de identidade – Um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói. EdUFF, 2010.
- ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade – Subjetividade em tempo de globalização. In. LINS, Daniel (org). *Cultura e subjetividade - Saberes Nômades*. Campinas: Papyrus, 1997.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O Impacto da AIDS, a afirmação da “cultura gay” e a emergência do debate em torno do “masculino” – fim da homossexualidade? In. RIOS, Luís Felipe. [et al]. *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Fábio Ronaldo da.; ARAÚJO, Martinho Tota Rocha de. “*Meu prazer agora é risco de vida*” ou como a mídia transforma gays em monstros. 2016. <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/resumo.php?idtrabalho=55> . Acessado em 10 de junho de 2020.

AS RELAÇÕES ENTRE CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO NO BRASIL

Felipe Euzébio Brandão dos Santos¹⁴⁶

Introdução

Nesses últimos anos, no Brasil, os meios midiáticos veicularam muitas discussões que se desenvolveram em torno da educação, abordando temas como os conteúdos que deveriam estar presentes nos currículos nas escolas municipais e estaduais de todo o País, reforma do ensino médio e a defesa de um ensino neutro disseminado pelo movimento denominado escola sem partido. Primeiramente foi a BNCC do ensino fundamental que foi aprovada e instaurada nas escolas, posterior a isso, as discussões se focaram na nova base do ensino médio, que até então não foi aprovada. A respeito do ensino médio, as discussões e propostas apresentadas foram a respeito da inclusão do ensino técnico, a liberdade de escolha de determinadas matérias que o aluno desejasse se aperfeiçoar.

Somado a isso, um grupo se desenvolve, segundo Algebaile (2018) um movimento criado em 2004, pela união de alunos, pais e professores que preocupado com o nível de contaminação político-ideológica nas escolas e universidades, propondo assim uma convicção do ensino neutro, ou seja, imparcial. “As propostas do movimento escola sem partido em seu início, não causaram tanto impacto no meio acadêmico, sendo assim acabaram não dando tanta importância devido a sua falta de sustentação e incoerências inconstitucionais”(PENNA, 2018, p.35), mas, que posteriormente, conseguiram proeminência com o impeachment da ex presidente Dilma Rousseff (MACEDO, 2017).

Essas são discussões e posicionamentos contemporâneos da nossa educação, mas nem sempre o homem refletiu ou se educou dessa forma. O modo como os indivíduos se organizam e criam instituições para transmitir para a coletividade certos conhecimentos validos, mudam de acordo as demandas da sociedade.

O objetivo desse artigo é compreender a relação entre as ideias disseminadas pelo movimento escola sem partido no Brasil, com a lógica da educação na sociedade capitalista, essa última entendida como instituição criada para produção de mão de obra e disseminação das ideias da classe dominante. Por meio da consulta bibliográfica, irei expor de modo breve as mudanças nas instituições educacionais ao longo da história, abordando desde as comunidades onde predominou o comunismo primitivo, expondo o conceito de escola e Paideia na Grécia antiga, a educação da idade média até chegar na educação da sociedade capitalista e, por fim, abordando o processo histórico de submissão do Brasil ao capital, evidenciando os impactos na educação e relacionar com as principais ideias do movimento escola sem partido e sua relação com o papel que a educação adquire na sociedade capitalista.

As formas de educação: das primeiras comunidades a sociedade capitalista

Hoje, quando nos surge alguma dúvida, facilmente podemos entrar em vários sites que produzem conteúdos acadêmicos e saná-las, mas essa é uma forma autônoma de aquisição de conhecimento, que é uma das habilidades presentes em todos os manuais escolares da contemporaneidade, porem nem sempre a educação se deu dessa forma ou alicerçada dentro da escola.

Ao longo da história, as formas criadas pelo homem para transmitir certos conhecimentos validos foram totalmente diferentes umas das outras, desde as primeiras comunidades até os dias de hoje.

¹⁴⁶ Graduado em história pelo Centro Universitário Toledo e graduando de filosofia pela Universidade Estácio de Sá.

As sociedades comunitárias e tribais que apresentaram como objetos e ferramenta de ensino os mitos, crença e a fé, na qual eram transmitidos por meio da oralidade. Explicando assim todas dúvidas a respeito da realidade visível e metafísica, permitindo também uma coesão social e de certa forma a perpetuação da sociedade, como explica Aranha:

De maneira geral as sociedades tribais são predominantemente místicas e de tradição oral. Para esses povos a natureza está carregada de deuses, e o sobrenatural penetra em todas as dependências da realidade vivida e não apenas no campo religioso, isto é, na ligação entre o indivíduo e o divino. O sagrado se manifesta na explicação da origem divina da técnica, da agricultura, dos males, na natureza mágica dos instrumentos, das danças e dos desenhos (ARANHA, 2012, p.33).

E nessas sociedades tribais e comunitárias o acesso ao conhecimento era de forma igualitária entre os mesmo, devido a inexistência da desigualdade social. "Nelas, a educação possibilitava aos homens em sua coletividade o acesso ao saber acumulado socialmente, pois não havia restrições sociais que impedissem os membros co-participes da comunidade humana de conhecer o que produziram socio historicamente (FRERES; RABELO;SEGUNDO, 2008, p. 2)."

O que fica evidente é que antes do surgimento da propriedade privada e consequentemente a gênese da desigualdade social, o conhecimento era universalizado, a sociedade em sua coletividade produzia e esses saberes acumulados todos os membros do grupo tinham acesso. Por isso,

é preciso considerar que o complexo da educação varia de acordo com as necessidades de cada organização social e cada época histórica. Ele possui particularidades em cada momento histórico, embora sua função social permeie todo o desenvolvimento histórico dos homens, complexificando-se juntamente com estes (FRERES; RABELO; SEGUNDO, 2008, p. 2).

O homem cria os meios de ensinar aos outros membros do grupo conhecimento validos e, à medida que essa sociedade se torna mais complexa, as instituições acabam sendo influenciadas. Como as "instituições" educacionais são produto de uma determinada sociedade, sendo assim, quando surge a propriedade privada o ensino também será privado por um único grupo, esse último detentor de poder econômico.

A medida que os homens desenvolveram e aperfeiçoaram suas forças produtivas, isto é, melhoram sua tecnologia para produção das coisas necessárias para sua existência como por exemplo o alimento, oriundo da agricultura. Permitido assim uma produção em maior quantidade permitindo a existência de um excedente agrícola o que antes não existia porque só se produzia o necessário para o consumo. Com esse excedente, surge grupos que irão cuidar da distribuição dos alimentos, desenvolvem a escrita, surge o estado, a desigualdade social e a materialização de tudo isso nas cidades. Assim evidencia Aranha:

As transformações técnicas e o aparecimento das cidades em decorrência da produção de excedente e da comercialização alteram as relações humanas e o modo de sua sociabilidade. Com o tempo, enquanto nas tribos a organização era homogênea, indivisa, foram criadas hierarquias devido a privilégios de classes, e no trabalho apareceram formas de servidão e escravismo[...] o saber antes aberto a todos, tornou-se patrimônio e privilégio da classe dominante. Nesse momento surge a necessidade da escola, para que alguns iniciado tivessem acesso ao conhecimento (ARANHA, 2012, p. 36).

Seguindo nessa perspectiva da escola como sendo uma instituição privilegiada de determinados grupos. Se buscarmos a origem da palavra escola, a sua etimologia

remonta totalmente a sociedade grega. De acordo com Saviani (1994), a palavra escola em grego tem o significado de *lugar do ócio*, ou seja, um espaço para que as classes sociais que devido ao seu privilégio de não ter que trabalhar, criam uma instituição não para ficarem parados, mas para utilizar desse tempo para os desenvolvimento intelectual e físico.

Nesse contexto, os gregos desenvolvem o conceito de paidéia, isto é, as escolas destinadas a uma parcela da sociedade teriam como objetivo o de desenvolvimento integral do homem, intelectualmente e fisicamente, influenciando até mesmo os romanos, como demonstra Aranha:

A ênfase dada a formação integral deu origem a um conceito de complexa definição, ou seja, a *paideia*, palavra que teria sido cunhada por volta do século V a.C, mas que exprimia uma ideal de formação constante no mundo grego. De início significava apenas educação dos meninos[...] o conceito de paideia entre os gregos, influenciou o que os romanos, nos temos de Cícero, que iriam chamar de *humanitas* que abrangia a formação integral do ser humano (ARANHA, 2012, p. 83).

É importante lembrar que essa formação integral, ou paideia, não se deu de forma homogênea em todas as cidades estados gregas, em Esparta, por exemplo, temos uma preocupação maior com a formação física devido ao caráter militarista do povo espartano, sendo assim, deixando de caráter secundário o aspecto intelectual.

No ano de 476, o império romano entra em declínio juntamente com inúmeras ondas migratórias e invasões dos denominados pelos romanos de povos "bárbaros", dessa síntese desenvolve-se outro momento, denominado pelos historiadores de idade média. Nesse último, a educação medieval mante o caráter grego de permanecer como algo exclusivo de um pequeno grupo, mas apresentando novas formas enquanto a população camponesa aprendia por meio do trabalho.

Nesse contexto temos agora a presença de cavaleiros, nobres enriquecidos, servos e vários cargos eclesiásticos que há necessidade de toda uma formação intelectual, como expõe Saviani:

Na idade média, as escolas paroquiais, as escolas catedralícias e as escolas monacais que eram escolas que se destinavam à educação da classe dominante. As atividades que constituíam a educação dessas classes se traduziam em formas de ocupação do ócio, como na antiguidade [...] ocupar o ócio com dignidade é ocupa-lo com atividades consideradas nobres e não com atividades consideradas indignas (SAVIANI, 1994, p.3).

Vale ressaltar que as atividades consideradas indignas eram aquelas desenvolvidas pelos escravos na antiguidade e pelos servos na idade média, ou seja, um trabalho totalmente manual, técnico e repetitivo.

Enquanto na antiguidade e na idade média a educação tornou-se privilégio das classes dominante, entretanto, com o declínio do medievo, a restauração lenta das atividades comerciais produzida pelas cruzadas, o renascimento das cidades e o surgimento de uma nova classe, os burgueses, que aos poucos conquistaria o poder político, econômico e posteriormente os ideológicos(educação), modificando assim a lógica educacional. Mudanças essas que são expostas de forma sucinta por Singer:

O comércio continental tinha cessado, após a queda do império romano, mas foi sendo gradativamente restabelecido a partir das cruzadas, que podem ter sido um elemento detonador da revolução comercial. Seja como for, a Europa foi se desenvolvendo cada vez mais em rede de trocas com o oriente [...] surgiu daí uma crescente produção para o mercado. Organizada sob forma de produção simples de mercadoria nas cidades (SINGER, 1998, p. 4).

O aumento da demanda dos produtos levou a necessidade de contratação em massa e a capacitação da mão de obra. Nesse momento a educação passa a ser materialização do capital, disseminando a defesa pelo ensino universal, acessível a todos, que vai tomando forma. Essa educação que

Corresponde a uma educação voltada para atender as necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada[...] como propulsora da igualdade formal, garantindo um mínimo de saber à classe trabalhadora com o intuito de disseminar a ideologia que ela garantiria para essa classe condições sociais melhores (FRERES;RABELO; SEGUNDO,2008, p.3)

Usufruindo da ideologia da melhoria de condições, para esconder o verdadeiro interesse na universalização do ensino que é fornecer conhecimentos básicos uteis para as indústrias e para reprodução da realidade social, isto é, a reprodução da sociedade capitalista.

A maioria das instituições educacionais que se desenvolvem nesse momento são chamados de ensino secular, ou seja, uma formação desvinculada do caráter religioso. E essas

Modificações exigidas no sistema de educação fizeram, surgir as escolas seculares. Secular significa "do século, do mundo", e, portanto, adjetiva qualquer atividade não religiosa. Até então, a educação era privilegio dos clérigos,ou, no caso da formação de leigos, as escola monacais e catedrais restringiam a instrução religiosa[...]. Com o desenvolvimento do comercio, as necessidades eram outras, e os burgueses procuram uma educação que atendesse aos objetivos da vida pratica(ARANHA, 2012, p.167)

Um ensino totalmente técnico, cujo objetivo é produzir mão de obra e fornecer um certo conhecimento técnico útil para a nossa sociedade que se desenvolve, ou seja, a sociedade capitalista. Saviani (1999), em escola e democracia, faz uma afirmação muito interessante a respeito do ensino técnico, ele que é criado para deixar de lado as subjetividades dos indivíduos, ou seja, não foi criado para levar em conta as diferenças existentes entre os discentes.

O Brasil e a educação na lógica do capital

Como foi evidenciado, a universalização da educação foi defendida devido aos interesses de grupos dominantes em difundir certos conhecimentos, esse último, totalmente técnico para fornecerem, principalmente, mão de obra para o mercado.

Mas como todo sistema o capitalismo produziu suas contradições, que foram evidenciadas, denunciadas e questionadas. O sistema que aparentemente iria fazer a sociedade mais livre em suas iniciativas, abriu espaço para indagações do tipo: Como poderia existir desigualdades alarmantes entre países e indivíduos, diferenças evidentes em níveis macro e micro. A solução para isso foi a proposta do ensino universalizado. Essa universalização do ensino no Brasil foi principalmente de caráter técnico e se deu também a meio de inúmeras discussões, buscando um discurso que legitimasse esse ensino universal. Esse discurso que foi construído sob a premissa de que

O capital precisava explicar e justificar à sociedade a permanência de dois níveis de problemas. Por um lado, quanto ao aspecto macroeconômico, permaneceram as gigantescas diferenças de desenvolvimento econômico-social entre países. E, por outro lado, quanto ao aspecto microeconômico, permaneceram os profundos abismos que separam os indivíduos no que diz respeito à renda, ao conforto material, ao acesso aos bens culturais, incluindo o acesso aos níveis mais elevados de escolarização (RODRIGUES,1997, p. 217).

E a resposta para essa realidade desigual foi que os países subdesenvolvidos e as condições desiguais entre os indivíduos se deram devido ao não acesso à educação.

Esse processo de universalização da educação no Brasil, inicia-se em um momento de muita turbulência na história do Brasil, em meio a uma revolução com apoio de vários setores da sociedade como os militares, o Presidente Getúlio Vargas chega ao poder, como expõe Fausto (2009) uma de suas medidas sobre a educação foi a obrigatoriedade do ensino público, gratuito e universal. Essa proposta que não se deu de forma espontânea por Getúlio, ele que buscava de vários meios conseguir apoio e usou do apoio a uma nova corrente de ideias no âmbito educacional que se instalava no Brasil.

Denominado de escola nova, ela tinha como principal defesa o ensino gratuito, público e universal. Se opondo a proposta educacional feita pelo setor católico que de certa forma, prevalecia a elite agrária com o ensino restrito as classes dominantes. Como evidencia Ribeiro:

De 1931 a 1937 – período denominado de ‘conflito de ideias’ – vamos ter de um lado os católicos, de outro os pioneiros (escola novista), ambos defendendo os princípios fundamentais que deveriam orientar a educação do país [...] Podemos dizer que num determinado ponto, confunde-se as reivindicações educacionais com interesses políticos. Getúlio para aproveitar bem esse antagonismo para solidificar-se no poder (RIBEIRO, 1993, p. 21).

Com o processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas o sistema educacional vai passar por mudanças estruturais significativas. Para Ribeiro (1993) além da universalização do ensino, desenvolve-se com ajuda governamental e de iniciativas privadas o chamado sistema Senai (Serviço nacional de aprendizagem industrial), esse que irá fornecer uma formação técnica de forma rápida útil para o sistema que vinha se industrializando. Já com a ditadura civil-militar, o sistema educacional evidenciara de forma mais sistemática os impactos do capital da educação.

Utilizando-se do discurso da garantia da segurança nacional, livrar o país do comunismo e garantir a lei e a ordem (FAUSTO, 2009), as elites usaram da ditadura para superar as contradições existentes entre o modelo de desenvolvimento e o modelo político, que foram adotados desde de Getúlio Vargas, que é o modelo nacional - desenvolvimentista (RODRIGUES, 1997). Esse modelo adotado por Getúlio, na qual tinha como base a valorização das produções nacionais, essa política que teve uma reação forte das elites e do capital.

Como produto de interesse da elite brasileira foi na ditadura civil-militar (1964-1985) teremos uma sistematização de forma compulsória desse processo de fornecimento do ensino técnico, como evidência Rodrigues:

O governo militar produziu a reforma do ensino primário e médio brasileiro através da lei 5.692/71. Como fartamente documentado, essa reforma implementou uma política educacional que buscou a profissionalização compulsória do ensino de 2º grau (ensino médio), por um lado, e a preparação para o trabalho a nível de 1º grau, por outro lado (RODRIGUES, 1997, p. 218).

Nessa conjectura, a ditadura militar abandona tudo aquilo que é denominado como subversivo, por exemplo, o método de alfabetização de jovens e adultos criado por Paulo Freire. Juntamente a isso, o que predominou nas instituições educacionais foi chamado sistema S, um ensino pragmático, como demonstra Frigotto:

A pedagogia do oprimido, ícone de uma concepção de educação emancipadora de jovens e adultos, foi substituída pelo movimento de alfabetização de adultos (MOBRAL), sob a pedagogia do mercado [...] a profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional, por outro lado, efetivou-se dentro da perspectiva de adestrar para o mercado. A pedagogia do sistema S, especial

SENAI, como pedagogia do capital foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação (FRIGOTTO, 2007, p. 1136).

O sistema S (SENAI), como dito acima, criou o que o capital queria, mão de obra qualificada, especializada e pronta para ser utilizada pelo mercado. Uma vez se submetido ao capital, ao mercado e gerando uma relação de dependência, o estado vai de certa forma diminuindo seu tamanho, com isso, as decisões passam para os grandes grupos econômicos, gerando impactos em todos os setores, como esclarece Frigotto:

Para a manutenção desse sistema cada vez mais irracional, produziu-se paulatinamente a anulação do poder político dos estados nacionais, transferindo o verdadeiro governo do mundo para os grandes grupos econômicos, hegemônicos pelo capital financeiro (FRIGOTTO, 2017 apud SANTOS, 2019).

Em 1985, com o fim da ditadura civil-militar o país estava em uma transição para o estado democrático. Nesse contexto, mais precisamente em 1988, temos a constituição denominada constituição cidadã. Essa que se faz importante, porque foi nela que as minorias foram lembradas em direitos sociais e políticos (SANTOS, 2019). Apesar da constituição cidadã que lembrada das minorias o país terá sucessivos governos que adotaram uma postura neoliberal como Fernando Collor e o Fernando Henrique Cardoso (DEL PRIORI; VENANCIO, 2010). Esse último que em oito anos de governo irá produzir retrocessos na legitimação dos direitos conquistados pela minoria (FRIGOTTO, 2017).

No ano de 1989, em Washington, se reuniram os representantes de vários países, estados, economistas e representante do FMI. Esse encontro que posteriormente seria chamado de Consenso de Washington, onde elaborariam diretrizes e políticas econômicas para os países que aderirem ao neoliberalismo (SILVEIRA, 2009). Apesar de Fernando Collor já apresentar medidas de certa forma neoliberais, mas é com Fernando Henrique Cardoso que ela se tornou mais sistemática e causando impactos diretos na educação e reproduzindo o interesse do capital.

Com a política educacional totalmente atrelada com as bases neoliberais que foram adotadas por Fernando Henrique Cardoso, o estado irá perder aos poucos sua responsabilidade de investimento na educação, passando a apenas como agente fiscalizador e regulador (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012). Criando assim inúmeras ferramentas para esse fim. Complementando essa concepção que foi exposta, de acordo com Silveira:

Afastamento do estado como financiador da educação; privatização das instituições públicas de ensino, ênfase sobre a avaliação e controle – estado avaliador e controlador (provão, enem etc); [...] ênfase sobre a prática em detrimento da teoria; preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas (pós-médio, instituto de educação, cursos normais superiores) (SILVEIRA, 2009, p. 58).

A respeito da formação profissionalizante e técnica, a gestão de Fernando Henrique Cardoso irá se centrar nesse setor da educação. A primeira ação do estado para que as instituições forneçam o ensino técnico e profissionalizante é tornando-o obrigatório. Com a

imposição da obrigatoriedade de ofertar cursos profissionais de nível básico a alunos da rede públicas e privadas de educação básica, assim como para trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, demonstrando a interferência do mercado na formulação das políticas educacionais. Mais do que isso, a profissionalização voltada para o mercado passou a ser realizada por módulos como proposto pelo sistema S (SESC, SENAI, SESI, SENAR, etc), como também da transferência dos recursos públicos para a iniciativa privada (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.6).

É possível notar que desde Getúlio Vargas até Fernando Henrique Cardoso, a educação é influenciada pelo interesse do capital, mas como esse último, o estado diminuirá sua participação ativa em financiamentos educacionais, transferindo essa responsabilidade para grupos privados. A educação torna-se mercadoria, que é vendida para obtenção de lucro.

A presença de um ensino técnico e profissionalizante vai ser predominante, em oposição ao ensino que prevalece um senso crítico da realidade capaz de promover um rompimento com a nossa realidade desigual.

O movimento Escola sem partido

Nessa parte tentarei evidenciar como que as ideias do movimento escola sem partido se relacionam com a lógica que é atribuída a educação na sociedade capitalista.

O movimento escola sem partido surge em 2004 criado pela união de pais, alunos e professores preocupados com o nível de contaminação político-ideológica as escolas do ensino fundamental ao superior (ALEGABAILE,2018). Em seu início, o movimento teve como proposta base a judicialização da relação entre professores e alunos (MACEDO,2017), isto é, criar leis, normas que estabelecem como os professores deveriam se comportar dentro da sala de aula, agir e falar com os seus alunos.

No início, o meio acadêmico, professores e a sociedade não deu tanta relevância para as convicções apresentadas, porque as ideias eram totalmente inconstitucionais, incoerentes e sem qualquer fundamentação, como expõe Penna:

O discurso do escola sem partido não foi devidamente enfrentado, ao meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em meio acadêmicos, mas nas redes sociais (PENNA, 2018, p. 35).

Mas mesmo com todas suas incoerências, eles conseguiram espaço somente em 2015 após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, porque um dos novos membros do governo tinham relações ideológicas com esse movimento (MACEDO,2017). Entretanto, com a ascensão no Brasil da denominada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2019), marcada pelo antipetismo e as duras críticas as instituições educacionais e a criação da figura do professor como um doutrinador. O movimento escola sem partido acaba encontrando um espaço perfeito e assim, disseminando suas ideias de forma mais rápida.

O movimento que irá apresentar certas propostas que se completam com a conjuntura conservadora como por exemplo, os conceitos de escolarização e a defesa total dos pais sobre os filhos. A respeito da escolarização, para o movimento o professor tem como objetivo instruir aos alunos somente conteúdos como matemática, física e português, cabendo a família a ensinar valores, política e crenças religiosas. Como evidencia Penna:

Uma dissociação entre o ato de ensinar e o ato de instruir. O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria de se limitar a instruir, o que no discurso no escola sem partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno. A segunda característica da concepção de escolarização: não se pode falar sobre a realidade do aluno (PENNA, 2018, p.36).

Percebem o caráter técnico que o docente tem na concepção do movimento. Mero ser que instrui, não questiona, não ensina aos alunos a refletir e aplicar certos

conhecimentos na sua vida. Frigotto (2018, p. 18) evidencia que o movimento escola sem partido ao propor que os professores não trabalhem certos temas, eles criminalizam conhecimentos uteis a classe trabalhadora. Conhecimentos que lhe permitem ver a realidade além da ideologia, isto é, um sistema de ensino que promove uma visão crítica da realidade. Complementando a ideia de Frigotto, Saviani (2018) mostra que o movimento apresenta essa ideia de um ensino neutro, mas na realidade, eles querem impossibilitar que os alunos veem a realidade desigual e que beneficia a classe dominante.

A respeito do poder total dos pais sobre os filhos, o grupo defende que as coisas ensinadas nas escolas não podem ir contra a cultura e visão de mundo dos alunos. Tudo aquilo que ensinado nas escolas devem ser aprovados, permitido pelos pais. No entanto, por meio das redes sociais :

Eles disseminaram o lema “meus filhos minhas regras” e a ideologia de gênero[...]a prática ilegal que também se disseminou no sistema educacional é a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre sua educação moral, da autoridade moral dos pais sobre seus filhos. Também a máquina do estado, o sistema educacional está sendo usado para isso, para afrontar a autoridade moral dos pais dos alunos sobre eles. Há um ataque frontal a família. O petismo continua porque o petismo não acabou. O PT está momentaneamente fora do poder, mas continua dominando a máquina do estado e sobretudo o sistema educacional (PENNA, 2018, p.44).

Nesse trecho, o autor mostra uma entrevista de membros ligados ao movimento sem partido, na qual apresentam sua concepção a respeito do motivo dos pais terem que interferir nos conteúdos ensinados nas escolas.

É evidente a ideologia difundida pelo movimento que as instituições educacionais foram um meio usado pelo PT para destruírem a tradicional família. Vale ressaltar que essa técnica de acusar um grupo por determinada conduta (PT) para que legitime outra (escola sem partido), evidenciam ferramentas fascistas, que disseminam o medo a incerteza e a insegurança entre as pessoas.

Considerações Finais

As formas como os indivíduos ao longo da história transmitiram certos conhecimentos validos para existência tanto individual quanto coletiva, foram modificadas no que diz respeito ao seu acesso, seu objetivo na sociedade e as classes que detinham contato com esses conhecimentos. Como foi evidenciado, que nas primeiras sociedades onde não havia desigualdade social, todos tinham acesso ao conhecimento, isto é, a técnicas que permitiram a reprodução desse grupo. Após o surgimento da propriedade privada, a educação deixará de ser um bem comum para tornando-se privado. A Grécia antiga materializa bem o caráter privado da educação. Um bom exemplo disso é a própria etimologia da palavra escola, que remonta ao “espaço do ócio”. Tal espaço é claro, restringido a elite, que “reflete” a realidade grega. Enquanto as elites desenvolviam sua intelectualidade, os camponeses e escravos sustentavam de forma desigual a sociedade por meio do trabalho.

Na sociedade capitalista a educação deixa de ser algo único das elites, dando início as propostas que visavam a universalização da educação, cujo discurso do ensino gratuito, público e para todos, escondia o real interesse da infraestrutura que era a capacitação dos indivíduos para serem uteis ao sistema capitalista, esse último apresentando uma necessidade constante de mão de obra especializada. O ensino fornecido na sociedade capitalista é meramente tecnicista, como evidenciado durante o texto desde a educação gratuita e pública instaurada por Getúlio Vargas até o governo Lula. Claro que vale ressaltar e refletir sobre as especificidades de cada governo,

principalmente, porque após o Consenso de Washington, em 1989, que criou bases para que o neoliberalismo se concretizasse de forma mais sistemática no mundo. Nesse contexto a educação além de técnica, começou a ser simples mercadoria, objeto vendido para a obtenção de lucro.

Nessa lógica capitalista, neoliberal e tecnicista, que busco evidenciar como o movimento denominado escola sem partido se enquadra nessa realidade.

Apesar de todo o caráter conservador de suas ideias no que diz respeito a homossexualidade, ideologia de gênero e sexualidade. O movimento já em seu início em 2004, propôs uma judicialização do sistema, querendo estabelecer como os professores deveriam se comportar e falar dentro da sala de aula, algo totalmente técnico, mecânico, sem relevar as subjetividades e a diversidade.

Na proeminência adquirida com o contexto evidenciado, o movimento apresentou concepções como a de escolarização, isto é, que a escola e os professores têm a função de transmitir somente conhecimentos como matemática, física e química, enquanto a moral, política e a religião ficaria para família. O professor seria mero instrutor, como nas instituições de cursos profissionalizantes, cujo objetivo é criar mão de obra de forma rápida.

Outro ponto que mostra como o grupo se enquadra nessa realidade é a predominância dos interesses dos pais sobre os alunos. Como foi possível notar, nenhum conteúdo pode ser ensinado nas escolas, desde que esteja em consenso com os valores da família do discente. É possível perceber nessa proposta o caráter totalmente neoliberal com a diminuição e o enfraquecimento das instituições que estabelecem o que deve ser estudado pelo coletivo, propondo passar o poder de escolha para família (privado). Então, seguindo nessa lógica, deixemos de lado as discussões sobre BNCC, várias produções acadêmicas sobre currículos escolares e passamos o poder de escolha e decisão para as famílias. Algo totalmente ingênuo devido a complexidade de conhecimentos, métodos e a diversidade de concepções entre os alunos e professores.

Portanto, tentei evidenciar nesse texto como o movimento escola sem partido de certa forma é produto dessa realidade capitalista, tecnicista e neoliberal. O movimento utilizou de argumentos ideológicos afirmando que os professores e as instituições educacionais foram usados durante o governo petista para doutrinação dos alunos e contribuíram para a destruição da família tradicional. Com isso, eles disseminaram a ideia do ensino neutro, com constante vigilância dos pais, criando também muitos mecanismos de denúncias, principalmente no site do movimento, chegando ao nível de propor leis na câmara federal como o PL 867/2015, que propunha a inclusão das ideias do movimento na LDB.

Referências bibliográficas

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: Gaudencio Frigotto (Org.). Escola "sem" partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, 2017.

ALMEIDA, RONALDO. Deus acima de todos. In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ARANHA, Maria L. A. História da educação e da pedagogia geral e Brasil. São Paulo: moderna, 2012.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FRERES, Helena; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria. O papel da educação na sociedade capitalista: Uma análise onto-histórica. Congresso brasileiro de história da educação, p. 1-15, 2008.

FRIGOTTO, Gaudencio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge que o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Gaudencio Frigotto (Org.). Escola "sem" partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, 2017.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educ. soc, Campinas, SP, n 100, p. 1129 – 1152, out. 2007.

MACEDO, Elisabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. Educ. Soc, Campinas, v. 38, nº. 139, p. 424-507, 2017.

OLIVEIRA, Jussara Fatima; CARNEIRO, Maria Esperança. As políticas neoliberais para a educação profissional: Analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. III Seminário nacional de educação profissional e tecnológica de Minas gerais, 2012.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2010.

PENNA, Fernando. O escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Gaudencio Frigotto (Org.). Escola "sem" partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, 2017.

RIBEIRO, Paulo R. M. História da educação escolar no Brasil: Notas para uma reflexão. Ribeirão Preto, SP, 4, p. 15- 30, Fev/Jul.1993.

RODRIGUES, José. Da teoria do capital humano a empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. Trabalho e educação, Belo horizonte, n. 2, p. 215-230, ago/dez. 1997.

SANTOS, Felipe Euzébio Brandão dos. Os impactos do movimento escola sem partido na educação brasileira. In:XIX Enpex (Ensino, Pesquisa e Extensão) Centro Universitário Unitoledo, 19, 2019, Araçatuba.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. Rev. histedbr on-line, Campinas, v.18, nº2, p. 291-304, abr-jun, 2018.

_____. O trabalho como principio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETI, Celso J. et alli (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação. Petropolis: vozes, 1994.

SINGER, Paul. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. São Paulo em perspectiva, São Paulo, nº 2, p. 03-20, 1998.

SILVEIRA, Maicon S. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC. Revista senso comum, Goiás, GO, nº1, p. 50 – 66, 2009.

UM BARRACO PARA MORAR, UMA HISTÓRIA A CONTAR: TRAÇOS AUTOBIOGRÁFICOS CONTIDOS NA OBRA NA LAMA PROMETIDA, A REDENÇÃO, DE GRAÇA ANDREATTA (1987)

Igor Vitorino da Silva¹⁴⁷

“A mente humana é um enigma a ser solucionado, reflete cooperação e competição entre necessidade e razão, natureza e educação.” Sigmund Freud

Resumo: O presente ensaio discute como a escrita de si que atravessa a obra Na lama prometida, a redenção - de autoria de Graça Andreatta (1987) revela seu eu político e íntimo, exibindo o drama da construção de um projeto político-social e seu impacto sobre seus depoimentos autobiográficos. Também, aponta como o trabalho memorialístico apresenta-se como uma estratégia para inviabilizar o esquecimento e instaurar não só uma memória sobre o que não pode ser esquecido como também um espaço-tempo de avaliação de si. Para realização desse trabalho acionou análise de conteúdo e análise discursiva, orientadas pelas contribuições teóricas e éticas do campo da História Oral, tendo especial atenção para os entrelaçamentos entre dimensões autobiográficas, sociais, culturais e políticas da documentação investigada.

Palavras-chaves: autobiografia, historia oral; movimentos sociais.

Introdução

O presente ensaio discute como a escrita de si que atravessa a obra Na lama prometida, a redenção - de autoria de Graça Andreatta (1987) revela seu eu político e íntimo, exibindo o drama da construção de um projeto político-social e seu impacto sobre seus depoimentos autobiográficos. Também, aponta como o trabalho memorialístico apresenta-se como uma estratégia para inviabilizar o esquecimento e instaurar não só uma memória sobre o que não pode ser esquecido como também um espaço-tempo de avaliação de si. Para realização desse trabalho acionou análise de conteúdo e análise discursiva, orientadas pelas contribuições teóricas e éticas do campo da História Oral, tendo especial atenção para os entrelaçamentos entre dimensões autobiográficas, sociais, culturais e políticas da documentação investigada.

Memória, esquecimento e autobiografia

O interesse social e político pela intimidade, ou, pela experiência individual, que se revela através da expansão das biografias, autobiografias, diários e relatos de vidas, é uma marca profunda da contemporaneidade ocidental. Essa valorização do vivencial e da “investigação” da própria experiência, que não é novidade nas sociedades ocidentais, responde não só a um interesse editorial, mas também às expectativas sociais e culturais que almejam orientação prática e a produção de sentido para a vida, como vigorou na “experiência burguesa europeia” do século XIX, investigada por Peter Gay (1998).

Percebemos nesse cenário social e intelectual, também, a emergência de uma cultura da memória que é identificada como sintoma de um movimento social profundo,

¹⁴⁷ Professor de História, Mestre e doutorando em História pela PPHIS/Universidade Federal do Paraná. Doutorando pela História na Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas planejamento urbano, história do Espírito Santo e história da imprensa.

deliberado ou involuntário, que é a luta contra o esquecimento numa realidade social e política em que as mudanças, as ambivalências, instabilidades e imprevisibilidades transformam-se no ritmo da vida social (BAUNAM,2005).

Assim, vivemos uma experiência social angustiada e esvaziada de perspectiva de futuro que alimenta o sonho de aprisionar “o tempo” ou a promoção de um escapismo do tempo presente frustrante em que as fronteiras culturais, sociais e políticas “tornaram-se” fluidas, móveis e voláteis, como diagnostica Andreas Huyssen:

As próprias estruturas da memória pública midiaticizada ajudam a compreender que, hoje, a nossa cultura secular, obcecada com a memória, tal como ela é, está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento. (HUYSEN, 2000, p.1)

Esse cenário político e cultural em que o apelo aos sujeitos conscientes, racionais e autocentrados (SANTOS, 2007, P.115-125) transformariam o mundo pela razão, revolução, ciência e tecnologia (a grande utopia iluminista), encontra-se em crise diante do esfacelamento das grandes instituições sociais, políticas e culturais que garantiam essas narrativas políticas (escola, sindicatos, igreja, família, classe, nação).

Tal situação joga os indivíduos não simplesmente num vazio de referências identitárias e culturais universais, fechadas e unificadas (HALL, 2006), mas num campo de possibilidade para a construção plural, agora a partir deles mesmos e de suas relações com outros, daquelas e do sentido da vida que se apresenta como risco, indiferença e incerteza. Esse fenômeno Beatriz Sarlo (2007, p.17) chamou de “guinada subjetiva”, em que há um esforço editorial e acadêmico para:

Reconstituir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a reivindicação de uma dimensão subjetiva, que hoje se expande sobre os estudos do passado e os estudos culturais do presente, não são surpreendentes. (Sarlo, 2007, p.17)

Na realidade, o atual debate acadêmico, além de apresentar os diagnósticos culturais que evidenciam a busca frenética pela memória e suas diversas formas de manifestação memorialistas e literárias (confissões, autobiografias, memórias, diários, cartas, autorretratos, blogs), estabeleceu um campo de reflexão rigorosa, criativo e amplo nas ciências sociais e humanidades, acentuando seu caráter epistemológico, ético, interdisciplinar, político e social (ALBERTI, 2005, p.155-202).

No caso especial da História, a partir do campo história oral têm se renovado as possibilidades de fontes históricas e de abordagem teórico-metodológicas, a partir das reflexões críticas¹⁴⁸ das relações entre memória e história, ficção e verdade, relato e subjetividade, identidade e relações de poder, especialmente numa revolução teórica na compreensão do indivíduo e nas possibilidades de sua investigação para a compreensão da vida social. O sujeito, então, constitui-se na narrativa e ao construir sua autorrepresentação institui um processo de subjetivação [afetividade, paixões e sensibilidades] que envolve um intenso encontro consigo mesmo e o outro, como bem sugeriram Leonor Arfuch (2010)¹⁴⁹ e Michel Foucault (1992).

¹⁴⁸ Como realça Sarlo (2007:44):“(...) não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança”. Portanto, é preciso prudência e desconfiança ética e epistemológica no trato com as memórias e suas expressões e suportes”.

¹⁴⁹Para Arfuch o espaço biográfico seria a “confluência de múltiplas formas, gêneros e horizontes de expectativa – supõe um interessante campo de indagação. Permite a consideração das especificidades respectivas sem perder de vista sua dimensão relacional, sua interatividade temática e pragmática, seus usos nas diferentes esferas da comunicação e da ação” (p. 59). ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.59

A escrita confessional ou testemunhal, mergulhada na experiência do sujeito, expandiu-se com a ascensão da sociedade burguesa e da ideologia do individualismo. Para Peter Gay (1998)⁴, a invenção da noção de indivíduo e da consciência de individualidade foram centrais na afirmação de escrita de si na modernidade, que se revelam no aparecimento do quarto e da gaveta com chaves ao libertar a intimidade para escrever de si com propriedade e liberdade, tornando-a uma recorrência social e coletiva, como propõe Michel Foucault(1992). O processo de introspecção ou de viagem de si significa mais que um ato de escrever, um ato de mostrar-se ao outro em que, como realça Peter Gay (1998) revela-se o sujeito como outro, construindo assim uma autoficção.

Narrar-se, nesse contexto teórico, também significa inventar uma história e vida. Nesse ato, em que o “eu” busca a si, inventa-se num confronto consigo mesmo e o mundo, instituindo o sujeito e seu conteúdo em um entrelaçamento entre individual e coletivo, íntimo e público, como afirmou Peter Gay (1998).

A experiência vivida só ganha existência, reflexão e estrutura na linguagem, como evidencia Paul Ricoeur (1991), ao discutir sobre identidade narrativa a partir da dialética entre o *ipse* (a temporalização de si próprio, “este aqui sou”) e *idem* (permanência substancial no tempo)¹⁵⁰. Ao narrar-se, o indivíduo encontra-se consigo mesmo e recorre a outros com quem compartilhou experiências, um diálogo entre si e outros.

Daí, também, aventa-se as dimensões terapêuticas da escrita de si (ARTIÉRES, 1998, p.9-32) na medida em que ela permitir, via narrativa, que o sujeito reelabore seus traumas sociais, dando-lhes visibilidade e existência social, assim como produzindo uma estratégia de autoconhecimento que permita a indivíduo/coletividade reconstruir seus laços de pertencimentos sociais e políticos ou rever, retrospectivamente, sua experiência.

Paul Ricoeur, em sua rigorosa obra filosófica, evidencia a necessidade de postura crítica e prudente frente à questão “se é possível falar em memória feliz, existe algo como um esquecimento feliz?” (RICOUER, 2007, p.508), pois a “lembrança” é um acontecimento, já o esquecimento, não. Portanto, não há correlação entre a memória feliz e o esquecimento feliz, visto que o êxito ou a realização da rememoração é possível medir ou avaliar, enquanto que a do esquecimento é impossível, pois sua descoberta acontece depois do que foi esquecido.

Afastar-se da memória foi um grande movimento de campo da História na modernidade; o estabelecimento dessa fronteira implicou uma caracterização negativa daquela: lacunar, afetiva, imprecisa, seletiva e falha. Tudo o que a tornava uma fonte insegura sobre o passado, mergulhada nas imprecisões das subjetividades. Entretanto, a descoberta de que a memória é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, e que pode anunciar experiência pessoal e acontecimentos históricos os quais a vinculam ao lugar social em que vive, transformou seu lugar no debate acadêmico (HALBWACHS, 2006). A partir da consolidação do campo da História, todo indivíduo se inscreve numa coletividade e nela certifica suas memórias, assim também vista como a memória coletiva, numa perspectiva *halbawachsiana*.

A memória na sua construção narrativa (linguagem) reconstrói a experiência passada, mergulhada em subjetividades, desejos e paixões que apagam ou mostram, silenciam ou descolam, delimitando a maneira como nos orientamos e percebemos o passado. Não se trata de compreender, apenas, ou, de reconhecer seu caráter seletivo, parcial, contextual em relação à busca de uma “verdade histórica”. A questão posta é perceber nessas características as marcas do jogo de forças que configuram a vida social e das diversas estratégias que os indivíduos e grupos sociais acionam para imprimirem

¹⁵⁰A teoria da identidade narrativa de Paul Ricoeur é profundamente complexa e abstrata, o que exige uma abordagem analítica minuciosa que ultrapassaria os limites deste artigo.

sua existência ou alimentarem seu desejo de continuidade (sonho da linearidade) ou responderem a sua busca por coerência frente à força destruidora do tempo e do esquecimento¹⁵¹.

A postura crítica (ética e epistemológica) não significa o abandono da memória como parece sugerir Beatriz Sarlo em *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), mas a investigação desconfiada dos jogos de escolha, lembranças e silenciamentos que configuram sua construção, observando como os sujeitos constroem as representações de si e dos outros, reconhecendo os distintos caminhos do dever de memória e do trabalho da memória.

Com a emergência da literatura de testemunho dentro do contexto político - partidário de memória contra o esquecimento das ditaduras e das experiências totalitárias, memória e história se imbricam e entrelaçam evaporando as fronteiras em nome de que não se desapareça a “excepcionalidade do acontecimento” contra ruínas e escombros do esquecimento, transformando-se, então, num dever de memória e numa prática de justiça. O narrador reivindica não só sua experiência, mas a de todos os que sofreram (SARLO, 2007).

Essa perspectiva nos traz à questão: Ao reivindicar a voz dos outros não os deslocaria, não os ocultaria? Porque falar no lugar de outro impõe um debate ético não só de silenciamento do outro, como bem problematiza Gayatri C. Spivak(2010), mas também de possível invasão de suas experiências que se desejam esquecidas.

No âmbito deste artigo, é totalmente impossível retornar à grande trajetória histórica da emergência da história oral, seu impacto sobre o campo historiográfico e sua apropriação pelas ciências sociais e humanidades, assim como usos e apropriações da memória, do tempo e da História. Entretanto, desse debate destaca-se a dimensão afetiva e subjetiva do conhecimento histórico, assim como múltiplas estratégias teórico-metodológicas para atenuar o tratamento ingênuo da memória e da própria história, pensando-as inscritas num tempo e lugar.

É a partir desse debate que analiso a obra *Na lama prometida, a redenção*, de Graça Andreatta (1987). Nela, memórias, testemunhos e traços autobiográficos se entrelaçam, desenhando não apenas a história de luta, mas a constituição de uma subjetividade política e social. A obra tem 188 páginas e apresenta-se com 61 capítulos que, pela estrutura curta e, por indicarem acontecimentos históricos na vida do bairro em que vive a autora, acabam simulando um tom diário, com o qual teriam sido registradas as impressões de Graça Andreatta no transcurso da história. Entretanto, ao seguirmos a leitura, percebemos que consiste numa ação deliberada da autora que revela seu ofício de professora de literatura, ao organizar a obra nesse sentido e segurar o leitor em sua narrativa.

O palco: estado do espírito santo nos anos 70 e 80

No ano de 1977, aconteceu a “invasão” dos mangues da região da Ilha das Caieiras, no norte da cidade de Vitória¹⁵². A construção da rodovia Serafim Derezin

¹⁵¹O fenômeno da ilusão biográfica denunciado por Pierre Bourdieu. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.183-191

¹⁵²A região de Vitória nos anos 80 era formada pelos municípios de Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra e Viana. Com os desdobramentos do processo de desenvolvimento industrial e econômico concentrado na região, fomentando o processo de metropolização da Região, foi instituída pelo governo estadual a Região Metropolitana da Grande Vitória, para fins de planejamento e formulação de políticas públicas, sendo integrados à região o município de Fundão e Guarapari.. A Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV concentra 46,44% da população do Estado, estimada em 3.097.232(IPES, 2006). Se calcularmos em termos de domicílio esse percentual sobe para 57,34% da população urbana do estado, concentrada numa área de 2.288 Km²(IPES, 2006), sendo que segundo o Censo 2000 a população urbana do estado do

facilitou, à época, o acesso dessa localidade ao centro da cidade e a fixação das famílias do bairro Miramar nas suas proximidades (também no mangue) para dar lugar à nova rodoviária, como parte das obras de modernização da capital. Com isso, ampliaram-se os interesses na ocupação da localidade por especulares e famílias em busca de “um barraco para morar” (SILVA, 2018, p.128-179).

Os mais de 30 barracos que ocupavam o mangue começaram a história do bairro São Pedro, em agosto de 1977. A partir desse evento foram chegando mais e mais “invasores” em busca de “onde morar”, como ilustra a situação de Jair Lixeiro (Apud. DIAS, 2001, p.16), personagem dessa história:

A doença de uma filha leva-o a vender seu barraco para pagar o tratamento. Resta-lhe a alternativa de viver no manguezal, onde hoje fica o bairro São Pedro I. Muita gente chega do interior e se abriga em casas de parentes. São 10, 15 pessoas morando no mesmo barraco. E isso facilita o crescimento da invasão no bairro. Logo é um mar de gente.

Esses acontecimentos inscrevem-se na dinâmica do processo de modernização da economia capixaba nos 1960 e 1970(VILASCHI FILHO; FELIPE; MENDES, 2015,p.42), com centralidade na região da cidade de vitória que metropolizava. A euforia do crescimento econômico, em parceria com políticas econômicas federais, transformou a localidade em polo de atração de investimentos e de migração, especialmente de populações rurais atingidas pelo processo de modernização agrícola e empobrecimento do campo.

Entretanto, na chegada, os migrantes logo conheciam as dificuldades do paraíso imaginado e real, e com a ajuda de familiares conseguiam arrumar algum emprego e moradia provisória. Como a maioria chegava sem qualificação e com baixa escolaridade, encontravam empregos e subempregos com baixos salários nas atividades de construção civil da própria cidade e nas grandes obras. Segundo a historiadora capixaba Beatriz Nader (Apud. RODRIGUES; CRUZ, 2011:P.23-39):

No período de 1970 a 1993, as indústrias cresceram 336%. 250 mil pessoas desempregadas e de mão-de-obra desqualificada para a indústria, chegaram à Grande Vitória (região metropolitana) na década de 1970. A construção Aracruz Celulose empregou 14 mil trabalhadores pessoas na construção e apenas 2.500 na operação, CST atraiu para a cidade mais de 40 mil pessoas nas obras e 4.674 na operação. Em 1985, CDRV, Aracruz Celulose e CST geraram 24% do total de renda interna estadual.

Nesse quadro social e econômico, com a inflação dos aluguéis, os elevados preços da casa própria, elevação do custo de vida e a delibidade da política pública habitacional para o provimento de moradias para a população de baixa renda, a busca por “um barraco para morar” constituiu-se numa solução para sobreviver na cidade. Nesse contexto, explodiram na cidade de Vitória e entorno¹², ações, organizadas e/ou espontâneas, de “invasões” de terras urbanas em lugares fora dos interesses do mercado imobiliário: mangues¹⁵³, morros e terrenos baldios.

Espírito Santo está estimada em 72,9%. A RMGV representa 4, 95 % do território do estado, estimado em 46.184 km², o que indica a intensa concentração da população urbana. Tal fenômeno é resultado do intenso processo de migração gerado pela modernização econômica do estado, ocorrida nos anos 70 e 80.

¹⁵³ Em linguagem das ciências biológicas, Yara Schaeffer Novelly(Apud SOFFIATI NETTO, 2004:1) define mangue como ““Ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés. É constituído de espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas), além de micro e macroalgas (criptógamas), adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixos teores de oxigênio (...) Ocorre em regiões costeiras abrigadas e apresenta condições propícias para alimentação, proteção e

O surgimento de Graça Andreatta no palco

Nesse “mar de gente”, encontrava-se um casal que despontaria na história dessas “invasões urbanas”. Era Graça Andreatta (capixaba de São Gabriel da Palha) e Ruy Coelho (cearense) que, recém - companheiros na cidade do Rio de Janeiro, decidiram ir para o Espírito Santo e começarem uma nova vida. Hospedados na casa dos pais de Graça Andreatta e com a dificuldade de conseguirem um trabalho, resolvem participar da “invasão” em São Pedro.

É nessa “invasão de São Pedro” que se desdobrará em várias, e, depois na formação de novos bairros, que Graça Andreatta constrói sua experiência política e pessoal na construção das Comunidades Eclesiais de Base, narrada no livro *Na lama prometida, a redenção*.

Sua atuação política na “invasão” e, em seguida, no bairro São Pedro, marcou não só as memórias da população, mas também a história política da cidade de Vitória. Sua profunda crítica e ironia em relação à postura de alguns moradores do bairro aparecem nas lembranças do dia da fundação de São Pedro, depois de seguidas negociações entre o governador do estado e a prefeitura municipal de Vitória:

Foi o mais lindo mutirão que já vi. Todos trabalharam: as crianças fizeram pulseiras de conchinhas para dar de presente e puxar o saco das autoridades; os homens fizeram um palanque e conseguiram até uma gambiarra de luz, e as mulheres fizeram moquecas para agradar às autoridades.

Nas próximas linhas, apresentar-se-á que Graça Andreatta, assim como seu marido Ruy Coelho, traziam um repertório político e cultural distinto dos demais moradores do bairro: eram escolarizados, com experiência de militância política e religiosa de esquerda. Essa experiência de militância religiosa envolveu Graça Andreatta nas redes sociais que lhe permitiram a construção das Comunidades Eclesiais de Bases com apoio da Arquidiocese de Vitória-ES, através da qual tinha acesso a leigos, padres e arcebispo e bispos auxiliares, conforme narra ela mesma ao jornal *A Gazeta* (ANDREATTA, 2013,s/p).

Sua filiação teórica à Teologia da Libertação foi (e ainda é) sua referência na busca da organização da política e na denúncia das suas mazelas econômicas e políticas. A partir de sua obra, registrou um drama da história capixaba que, ao ser lida pelo Papa João Paulo II, o influenciou a tomar a decisão de visitar São Pedro, em Vitória-ES, (19 de Outubro de 1991), quando doou 100 mil dólares para as obras sociais da comunidade, conforme declara seu discurso ao povo, no qual nomeia a figura de Graça Andreatta:

Queridos favelados do “Lixão de São Pedro”. O Papa, o Sucessor de Pedro, quis ser entre vocês o porta-voz da mensagem de amor e de justiça do nosso Salvador, Jesus Cristo. Ele não se esquecerá das palavras de acolhida da Professora Maria das Graças Andreatta e Silva, falando em nome de todos os que moram aqui, para transmitir aquilo que cada habitante, homem, mulher ou criança o faria, se pudessem. Muito obrigado! Muito obrigado a todos, que viveis no bairros Nova Palestina, Conquista, Nossa Senhora das Graças e Resistência! O Papa vos abraça e quer acrescentar: a Igreja é mensageira do “Deus da esperança” (*Rm 15, 13*). [grifo meu] (JOÃO PAULO II, 1991, s/p)

O tom emocional do texto ganha, também, o caráter testemunhal (SELIGMANN-SILVA, M., 2003, p.79) no qual, em cada linha, Graça Andreatta enfrenta a si e a seu

projeto político-religioso em São Pedro, ao escarafunchar os acontecimentos traumáticos e edificantes que marcaram seu percurso naquela localidade, como mostraremos na continuidade deste trabalho, introduzida por uma pequena passagem do livro:

E é o que acontece no meu livro: história pura do Bairro mais pobre da Grande Vitória: história do povo que provou que a luta leva à vitória: após dez anos, somos um bairro com toda infraestrutura. Transformamos o mangue fundo em cidade. Temos pena da fauna e da flora marinhas, mas.... que fazer? Não nos querem em terra firme!(ANDREATA, 1987, p.9)

O CORAÇÃO POLÍTICO PRESENTE NA NARRATIVA DE GRAÇA ANDREATA

Qualquer coisa que eu diga é pouco para descrever a apoteose dessa época (Ibid.,p.47)

Quem era Maria das Graças Lemos Andreatta?¹⁵⁴ Naquele ano de 1987, em que foi lançada NA LAMA PROMETIDA, A REDENÇÃO para comemorar 10 anos da fundação do bairro São Pedro e suas lutas, descreve-se como uma mulher militante, esposa de Ruy Coelho, mãe e professora, que sonhava em construir a organização popular, em ver a libertação popular¹⁵⁵. Os lugares sociais atravessam os seus discursos e tensionam, constantemente, com o seu exercício de militância, deliberadamente desejado e exposto quando afirma, por exemplo, que se ela e o marido não fossem às reuniões da comunidade, eram procurados em sua casa, mencionando o fato, retoricamente : “que força nos atraía para São Pedro não o sabemos. Quando não aparecíamos nas reuniões, o povo ia a nossa casa(Ibid., p.46).”

Essa militância política ganha materialidade e força quase mítico-religiosa quando a autora comenta que “impotentes mais uma vez diante da necessidade do povo, conscientes de que nada se podia fazer, e certos de que Deus nos guiará no melhor caminho a seguir, entramos em mais essa [luta](Ibid., p.46).”

154

“Capixaba, Professora aposentada no ES, Tradutora - francês, Agente de Pastoral das CEB's na Arquidiocese de Vitória e Assessora de Governo de Vitória entre 1989 -1992 e do Governo do ES entre 1995-1998. Militante dos Movimentos Populares do Estado do ES e atualmente militando na PAS - Pastoral de Apoio Social - em Ouro Preto - MG , onde aguarda para cursar o mestrado em História Social da Cultura, em Mariana. Livros Publicados: Na Lama Prometida, a Redenção (1988) que foi traduzida para o italiano e que trata da luta do povo da maior favela capixaba, Bairro São Pedro PT, Um Inferno, Cheio de Boas Intenções - conta as lutas, derrotas e vitórias para a formação do partido no ES. Poemas e crônicas em jornais capixabas. Quando os Caranguejos Andam – Menção Honrosa da Fundação Cultural do ES, em 1977.”GRAÇA

ANDREATA.In:Disponível em:<<http://www.usinadeletras.com.br/exibelo Currículo.php?login=cigana>>. Consultado em 17.06.2016.

¹⁵⁵Uma pequena biografia de Maria das Graças Lemos Andreatta. Ela nasceu em 24 de novembro de 1947 em Itaimbé, município de Itaguaçu no norte do Espírito Santo. Filha de Elza Lemos, professora, e Mário Angelo Andreatta, agricultor. Estou em diversas escolas do norte do Espírito Santo terminando seu curso secundário no colégio Pedro II, atual Escola Normal Maria Ortiz. Estou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – hoje Faculdade Castelo Branco, em Colatina, onde graduou-se em Letra Francês, Italiano e Português. Em passagem pelo Rio de Janeiro nos anos 1970, conheceu Ruy Coelho enquanto fazia um curso especialização na Faculdade Cândido Mendes. Companheiro Ruy Coelho retornou para Vitória e envolveu-se em diversas lutas sociais, políticos e religiosas, assim como trabalhou diversas escolas particulares e públicas. Participou, durante os registros do diário aqui investigado, das primeiras disputas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e envolveu-se ativamente dos debates internos desse partido. Teve como filho Gorki Pomar.Ver: SILVA, Igor Vitorino. Graça Andreatta: uma missão entre mangues, estacas, pinguelas e barracos numa periferia brasileira. In: OLIVEIRA, Ueber Jose de; NASCIMENTO, B. C. (Org.). Os Pensadores do Espírito Santo. Volume III: de Judith Leão Castello Ribeiro à Graça Andreatta. 1. ed. Vitória-ES: Milfontes, 2019. v. 3., 191-239

Ao sentir que a ocupação sobre o mangue de São Pedro (1977) era o lugar da redenção, ou melhor, o seu lugar no mundo, ela registra ter tido um sonho especial, o que caracteriza novamente esse aspecto mítico-religioso:

Em casa, desaminados, vivendo mal pela primeira vez, sonhei. Sempre sonho nas horas difíceis demais. Sonhei que um negro alto, magro, de camisa verde, se pendurava no nosso carro e nos levava por uma estrada que eu não conhecia. No outro dia fomos atrás do fiscal e ele nos levou a tal ocupação. Se a estrada era a mesma eu não sei; só sei que tinha certeza que ali nós ficaríamos(Ibid.,p.13)

E a realização desse sonho, “um barraco para morar”, que se transforma na possibilidade da libertação do povo, é poeticamente relatada, realçando, por meio de um depoimento, os laços afetivos da narradora com o lugar que busca conquistar:

A TERRA PROMETIDA, MÃE! A TERRA PROMETIDA! Eu nunca fora tão feliz, nem nunca tivera tanta vontade de algo, que não sabia o que era, como agora. Era bem a terra prometida. Era a lama, mas a lama mais limpa do mundo. A lama! E na lama, a redenção!
MARÉ ALTA, MARÉ BAIXA
CARANGUEJOS PRA VALER
EM CIMA DO VERDE MANGUE
UMA CIDADE A NASCER (Ibid.,p.18)

Na realidade, é no papel de liderança comunitária e religiosa que Graça Andreatta segue desvelando seu coração, um coração político, e vai refletindo sobre o próprio lugar de militante, mãe, professora e esposa. O livro que deveria apresentar suas memórias sobre a fundação do bairro São Pedro acaba, também, recheado de depoimentos autobiográficos que desvelam seu íntimo político e social.

Um desabafo cansado de uma mulher líder cristã pode ser revelado por nesta passagem no seu livro:

Às vezes tenho vontade de chorar. Ser cristão é bom, mas cansa e dói. O maná não caiu para nós. É que não estamos na terra prometida, mas na lama invadida. “Ao vencedor as batatas”, como disse Machado de Assis.(Ibid., p.40)

Quando conta a decisão de ser mãe, aparecem todas as dificuldades econômicas e políticas daquela escolha e o quanto ser mãe fazia parte de seu projeto político:

Eu estava grávida... Tínhamos protelado este filho, tínhamos pensado, planejado e sabíamos que teríamos, mas quando nossa vida fosse normal, quando tivéssemos o que lhe oferecer. Acontece que já não casamos crianças, tínhamos uma bagagem de vivência maior que nós, Ruy ainda estava sob processo político. Fora preso e torturado; sofria e sofre as consequências dos paus-de-arara, pontapés, choques elétricos e todos os gritos das paredes da prisão. Em junho de 77, fui a uma audiência e lá, no sótão da casa do meu sogro, decidimos que era a hora de termos nosso filho. Não nos importava o mangue ou as pinguelas, tínhamos que tê-lo. O processo poderia ser demorado ou não; poderia vir prisão, separação, distância, mais dor, e o nosso filho.(Ibid., p.35)

Em outros trechos do livro, revela, melancolicamente, o dilema ser mãe, esposa e permanecer na luta:

Jamais quero reviver o 2 de abril de 1978. Nesse dia, tive que conter todas as revoltas para que mamãe não passasse mal, meu filho não nascesse nesse dia e não houvesse um inferno maior em casa. Não, não vou descrever aqui: não quero que meu filho leia essa página da vida dele. Ele a viveu tão fortemente dentro mim

que viveu comigo a necessidade de não nascer naquele dia. E lutei com meu corpo, com minha mente, e dominei o medo, a dor, a tortura (Ibid., p.33)

Gorki viajava comigo, Ruy, nessas horas, é uma encrenca. Vira um touro trabalhando e, quando chega à casa morto de cansaço, esquece que outros o estão também (Ibid., p.61)

Eu estava com muita vontade ir para casa, ficar com meu filho, levá-lo à praia para inaugurar a prancha de surf que ganhara no Natal e ainda não pudera usar. Mas, fazer o quê? (Ibid.,p.160)

E com a chegada do filho reafirma-se o desejo político de redenção e de continuar a luta política e sua condição de mulher, visto que a perda do primeiro filho marcará muito sua vida.

Nos dias seguintes ao 2 de abril, andava pelas ruas, anda, andava, e tentava mostrar ao meu filho um mundo mais bonito, ali ao mar, aos morros, conversava com ele, falava do pai, dos avós, de nossa vida, falava de justiça para que pudesse ter paz.(Ibid.,p.33)

Na visita de Ruy, no dia 21, descobri que pichara todas as pedras da Rodovia pedindo água à Cesan. Foi a maneira mais linda de esperar o nosso filho. Tentamos preparar a vida para ele e para todas crianças que nascem no mangue.(Ibid.,p.35)

A narrativa de Graça Andreatta permeia uma escrita de si que revela sua experiência costurada no embate da sua vida/mente com o mundo (bairro). Desse confronto e das querelas emergem confissões que, conscientes e inconscientes, como ensinou Peter Gay (1998), a partir da análise da experiência burguesa no século XIX, expressam as tensões entre o que impõe o mundo e o que exigem os desejos e os projetos, que mesclam o coletivo e o individual:

“Que era eu? Nada. Revoltava-me ter que assumir coisas que não procurávamos. Dava-me vontade de dizer que não ia. Mas ia e ficava; e me sentia feliz e não saía dali [da luta].(Ibid., p.49)

Vendo o mangue, eu sempre penso em alto-mar. Ainda vou fazer uma travessia de navio. Quero ir à Itália por motivos sentimentais, ao Egito por motivos históricos, à Suíça para ver minha tia, a Cuba por motivos ideológicos. Era melhor ser marinheiro. Vou mesmo é fazer concurso para o Estado. Preciso pensar no futuro, vem mais perseguição por aí(Ibid., p.155)

E é essa tensão entre projeto político e vida pessoal que perpassa toda a obra, um delírio pelas lutas do bairro e um apelo pelo conforto do lar, como se percebe no depoimento abaixo, uma consciência de entrecruzamento de dúvidas e certezas:

Deus? Amor? Cristianismo?
Creio que não entendo nenhuma das três coisas muito bem. Amo a Deus e sou cristã, mas gostaria de deitar na hora certa, almoçar no horário, ler, cantar, ouvir música. E não podia fazer nada disto. Éramos operários da Seara do Senhor E que exploração de mão de obra!
Quem nos dera essa ordem? Quem nos colocara ali? Ora, estávamos tão bem em casa!(Ibid., p.49)

Essa perspectiva angustiada e reflexiva apresenta-se, também, nos seus depoimentos sobre como os homens, da luta e da comunidade, tratavam as mulheres, conforme denuncia: “os homens do bairro não entendiam um homem que não bebesse e não saísse ‘por aí’, para usar mulheres” (Ibid., p.49) . Graça Andreatta continua

lamentando que os homens do bairro tentavam interferir na relação dela com o marido: “Ruy saía pela manhã para medir ruas com o povo aos domingos. Só é homem quem bebe. E Ruy bebeu...”(Ibid.,p.32). A interferência na vida do casal a aborrecia por demais, ao manifestar-se assim: “Alguns caras grudentos grudaram no Ruy e não o largavam para nada. E toda noite ficavam batendo papo sozinhos na rodovia, uns dez”(Ibid.,p.32). Em trechos do livro, encontramos o mesmo tema junto com a violência contra mulheres:

Faziam algo errado? Não estavam na minha frente. Mas interferiam na vida, opinavam no nosso modo de conviver e...

Parecia uma guerra: eu contra os homens do São Pedro. Não os homens. Alguns maus elementos que vinham tomar o que eu tinha de bom para alimentar minha fome de conversar com alguém

Pensei em ir embora, pensei em mudar daqui; pensei, pensei. Ninguém para pensar comigo

Outro grilo: Ver mulheres apanhar e nada poder fazer. E o que é pior. Ter que calar, pois tudo era novo, tudo era reflexão, tudo era aprendizado. (Ibid., p.32)

Esse sentimento de exílio na sua “terra prometida”, que demonstra as diferenças de sociabilidade e de experiência social do casal Ruy Coelho e Graça Andreatta, em relação à população da localidade, acentua-se nos depoimentos sobre as lutas políticas no bairro e quando o dito “povo” optava por caminhar fora de seus interesses político-ideológicos narrados como os verdadeiros, por serem cristãos¹⁵⁶. Surge então, o drama da traição política:

Mas a questão do poder é tão complicada que estou assustada com o que anda acontecendo nos já sete bairros do São Pedro. Todos querem o poder. Para consegui-lo estão sendo fundadas as mais variadas associações. Os abutres eleitoreiros trazem os estatutos prontos, pagam sua legalização e já tem presidentes até do que ainda não existe (Ibid., p.150).

Há referência ainda de que Graça se sentia usada, pois ela e o marido eram os empregadinhos de todos((Ibid., p.32), aqueles que faziam tudo. “Para tudo nos usavam: Ruy desenha bem, pensa rápido, conhece profissões; eu escrevo rápido, penso rápido, conheço coisas. Tínhamos o carro. Usavam-nos e a nosso carro como se fôssemos objetos”(Ibid., p.25). Além de serem usados pela comunidade, narra: “estávamos sendo usados por políticos inescrupulosos que não saíam de nossa casa.”(Ibid., p.37)

Em outros momentos da narrativa, ela denuncia que quando a comunidade estava organizada, os políticos já não ajudavam, pois haviam passado as eleições. “E nós já não éramos tão interessantes, pois não nos deixávamos acabar”· E completa:

Todos [políticos] se foram e começou uma nova fase. Todos nos abandonaram e nunca mais vieram beber refresco na minha casa. Passamos a ser perseguidos”. “...pichavam-nos com o povo [assistentes sociais]. Isso fez com que até hoje as pessoas desconfiem das Assistentes Sociais.(Ibid., p.37).

Na pobreza nem todos são iguais, como sugere Geert Banck (1998, p.304-321). Era o caso de Graça e seu esposo. Migrantes pobres, escolarizados, com laços familiares bem estruturados e com formação política de esquerda e religiosa. A busca por terra os fazia iguais, mas o dia a dia da ocupação e da luta ia delineando suas diferenças culturais

¹⁵⁶“Às vezes tenho vontade chorar. Ser cristão é bom, mas cansa e dói. O maná não caiu para nós. É que não estamos na terra prometida, mas na lama invadida. ‘Ao vencedor as batatas’, como disse Machado de Assis.” Ibid. p.37

e muitas dessa apresentavam-se, enquanto marcas de distinção, até mesmo de autovalorização, da narradora.

Dessa maneira, percebe-se que o seu deslocamento com a comunidade aponta para um pertencimento hierarquizado vendo-se vítimas ou líderes, o que na realidade demonstra ação tática da comunidade bem distante da imagem de ingenuidade que se deixa seduzir no discurso pastoral por Graça Andreatta construído. Esses fatos revelam-se quando são denunciados, ao perderem o comando da Escola Grito do Povo ou quando são convidados para retornar a São Pedro.

Transborda uma escrita frustrada que reconhece que a utopia do povo organizado fica cada vez mais distante e revela-se, com pavor, a descoberta de que, mesmo na miséria, a solidariedade não é a primeira opção “dos indivíduos”.

Tal percepção política se aprofunda com o colapso da Associação Cooperativa dos Catadores de Vitória -Homero Mafra, com o fim da autogestão da Escola Grito do Povo e a decepção política, como parte da militância religiosa e política, interessada mais no ganho eleitoral do que na “organização do povo” (interesse político). A constante falta de apoio popular e político diante das perseguições políticas e a difamação moral que buscavam neutralizar sua liderança comunitária, fica assim exposta: *****

É um povo que topa, que nada mais tem a perder. São pessoas maravilhosas. Se alguém se dedicasse, não a doar-lhes, mas a promover-lhes a consciência, poderíamos ter tido uma boa cooperativa e hoje, talvez, nem fossem catadores, talvez estivessem numa vidinha mais amena. Mas não: o Prefeito biônico da época teve a honra de desarticular toda a luta.

Hoje, estão onde está o lixo, só brigam por comida e cada um luta por si. Resultado: não há mais luta.

Na época só consegui fazer poesia.

Não posso pensar no desastre da traição que aconteceu com a entrada das forças politiquieras a partir daí, pois nesse ínterim, acontecia o caso da Escola Grito do Povo, acontecia a ocupação do São Pedro V e VI e mais um monte de outras coisas

Dá pena não saber com quem estão. Cada dia são usados por uma facção diferente. Para certos assuntos procuram o PMDB, para fazer raiva a este, chamam o PDS e para tumultuar os dois procuram agora o PFL. Quando têm medo ficam embananados, vêm na calada da noite aqui em casa, ou vão à Igreja, atrás de algum conselheiro das CEB's

O que eu sinto? Nada. Eu espero. O diabo faz a panela, mas não a tampa, e o povo já percebeu que nada aconteceu, mesmo nós deixando o movimento. (Ibid., p.100-110)

Ao descrever sua visão da ingenuidade do povo e da malícia política das lideranças comunitárias e partidárias, Graça Andreatta acaba denunciando, e nos permitindo ver, que mais do que ser usado, o povo agia dentro de campo político em que podia alcançar os interesses, mais que se deixar corromper ou abrir mão da luta, ele calculava a possibilidade imediata da solução dos seus problemas.

Assim, o povo transformava-se em sujeito não da “redenção de Graça Andreatta”, mas de si próprio. Essa realidade aparecia com traição, fofoca, acusações falsas, enfim, como toda articulação política para limitar seu poder na “República independente de São Pedro”, defendida pela narradora¹⁵⁷. Em alguns trechos, a autora cita o conflito entre interesses pessoais e coletivos, desde a construção do bairro, como nesta passagem:

A sombra do mal estava aí, rondando. Vieram muitos políticos, veio muita gente. Todo mundo queria seu pedacinho [terra]. Nós ficávamos naquele meio, agindo, pensando e nos confundindo com o emaranhado de coisas. (Ibid., p.25)

¹⁵⁷ Deve-se observar que autora, narradora e sujeito confundem-se durante toda a narrativa presente na obra de Graça Andreatta.

“A fofoca no bairro era incrível. Todos se olhavam com cumplicidade, todos catavam pedaços de madeiras, todos agiam, uns para si, outros por solidariedade. (Ibid., p.:25)

“Muitas brigas aconteciam e, para saná-las, só a paciência do Ruy”. “Não, não era bom. Não tínhamos experiência, não sabíamos o que fazer e ninguém nos ajudava. Começávamos a participar da CEB e íamos um formando grupinho que ia se conscientizando da necessidade de não ficar na janela esperando a morte chegar(Ibid., p.21)

Contra essa realidade frustrante que avançava, a narrativa de Graça desenha, frequentemente, o tema da solidão e do recolhimento, num claro desejo de “exílio do mundo” frente às adversidades comunitárias e às contraposições aos seus projetos político-religiosos.

A tomada da Escola Grito do Povo e sua institucionalização foi um grande trauma na vida de Graça Andreatta, constituindo-se num momento em que a imagem idílica da comunidade e do povo se esfacelou:

Éramos realmente uma ameaça ao poder do PMDB, não como PT, mas como povo unido.

Daí para cá, vemos a cada dia um passo largo para apagar a história da mente desse povo, fazê-lo esquecer sua luta para não voltar a querê-la. Incrível! Como planejam bem passar a esponja no passado! Tudo é manipulado.

Na lama prometida, porém, há uma escola. Não importa como se chama, como diz Penedo: “De que adianta se chamar GRITO DO POVO e funcionar como Francisco Lacerda de Aguiar? Nós guardamos o projeto elaborado e os cadernos. Nós guardamos nossa história. Agora, em 1985, os professores começaram a sentir saudades do ‘jeito bom’ de 1983, como dizem. Será difícil.” (Ibid.,p.96)

De todas as maneiras, começaram então a querer apagar a nossa história, começaram a querer tirar as marcas das lutas, invadiram nosso lares com panfletos, visitas e até pesquisas desnecessárias. Muitas vezes, tivemos que enfrentar assistentes sociais no meio da rua.(Ibid.,p.66)

No capítulo “Solidão é coisa que vem e fica”, a confissão da mágoa e do cansaço da luta é enunciada num pequeno poema melancólico:

*dizem que o pito apaga
até mágoa do coração,
mas eu pito, pito e repito
e as mágoas nunca se vão(Ibid., p.99)*

E, em seguida, desabafa firmemente:

Morte, morte, onde não havia sequer brigas... Pedíamos ajuda. Ela vinha, mas vinham tantas pichações juntas que ficávamos achando que estava tudo errado. [...] Ora bolas, estávamos a ver todo o trabalho ir por água abaixo, pedíamos socorro a muitos!..(Ibid., p.113)

“De olhos bem abertos, olhei a lua, as estrelas, senti o cheiro do lixo, ouvi os fogos, pensei num pai-de-santo, pedi a Deus que fosse feita a Sua vontade, mas que, por favor, ela não se distanciasse muito da minha. Pensei em desanimar e pedir a Ruy que nos mudássemos daqui, mas achei que seria bom demais para muita gente. Não vou permitir que ninguém nos tire os pedacinhos. Algo vai acontecer para modificar o quadro caótico em que está o Bairro, os movimentos de populares de Vitória, as CEBs.(Ibid., p.114)”

“Tive que me controlar na rua, pois não sou de mostrar a muitos minhas mágoas. Chegando à casa, chorei doze horas seguidas e quase fui para o hospital” [decepção com o PT LOCAL] (Ibid., p.129)

Por fim, já diante das ruínas de seu projeto político, da sua lama redentora, comenta: “A solidão é tanto maior quanto maior for a vontade de não estar só. Sempre sofri deste mal: não gosto da solidão, tenho medo dos meus pensamentos”(Ibid.,p.114).

E assim enuncia o legado que desejava deixar ao filho – no qual se destaca:

“Quero que meu filho, ao crescer, saiba que, mesmo por medo, seus pais tentaram fazer para ele um mundo de justiça para que ele pudesse ter paz. E isto só acontecerá quando o povo assumir o poder e todo o povo participar das decisões. E isto vai ser possível. Pelo menos, morremos tentando (Ibid., p.153).

Na sua fuga para a Ilha Paraíso apresenta o desejo de evasão diante do povo que abria mão da luta e que esquecia da sua história. Nela, Graça Andreatta buscava a tranquilidade do espírito e a consideração social que o povo, agora, lhe negava e, porém, sem que ela imaginasse, o Papa João Paulo II faria uma visita e lhe daria, então, um abraço.

Diante da possibilidade do completo desaparecimento da história de “sua redenção política”, ela escrevia as memórias daqueles dias em que o povo optou, dentro de sua perspectiva religiosa e política, pela libertação. O Livro e a Ilha Paraíso funcionam como estratégia de lembrança do que era ela e do que fez. Na solidão da escrita e do eu, Graça combatia seus fantasmas, deixando para a posteridade sua luta, seu São Pedro, como podemos ler a seguir:

Quando eu queria isolar-me, ia para a Ilha Paraíso e lá ficava a olhar o bairro de longe e a sonhar com o dia da libertação. Peguei uma lata e fui chutando, chutando, fumando, fumando e cheguei à Ilha Paraíso. Estava deserta, e nem os costumeiros pescadores passavam por ali. Precisava pensar, tomar uma decisão. Minha vida estava tão escura como a meia-noite. A maré alta bem cedinho. Ali eu podia gritar, cantar, dançar e ninguém cobraria uma postura, nem diria palavra de ordem, nem violentaria mais o meu espírito. Eu dancei [...] Nadei. Nadei com a força dos que não querem se afogar. Nadei até cansar. Pus o barco na água e remei. Tinha que ter coragem para fazer algo que nunca fizera. Remei para desafiar o mundo. Mas que mundo? Este mundo não se importava comigo. Eu era mais uma vez, e sempre, um zero à esquerda. Apenas útil, raramente amada, nunca reconhecida, às vezes, temida, e, dificilmente respeitada. Fui longe remando e cheguei ao canal que circunda a ilha próxima, a ilha do Crisógeno. Eu não aguentava voltar, e teria que ficar ali, à mercê da maré, esperando que passasse um pescador, ou, então, morrer. Morrer não entra na minha cogitação, mas a ideia não era de todo má. Afinal, daria lbope(Ibid., 134-135).

A chuva está uma delícia. As pessoas passam por mim e riem. Estão acostumadas com minhas maluquices. Alguns até me acham meio biruta, e isto me ajuda a falar o que quero (Ibid., p.155)

UMA BREVE SÍNTESE CONCLUSIVA

Cometer erros é estar vivo

Recomeçar é manter a vida

Escrevi para poder analisar meus erros. Curti cada um.

Meu filho entenderá quando crescer(Ibid., p.5)

Trata-se de um caso de metamemória na medida em que há um trabalho de escrita laboriosa da narradora que vai levando o leitor a um caminho calculado, racionado e bem articulado, o percurso da história de uma redenção. Há um deliberado interesse da autora em produzir uma memória que fortalecesse a identidade por ela desejada: a identidade revolucionária.

Sua memória institui um espaço de identidade, como aponta Joël Candau, “que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a

memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (CANDAU, 2012, p.16). Jörn Rusen também chama a atenção para os laços entre memória e identidade, esclarecendo:

A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de autoafirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções do tempo. (RUSEN, 2001, p.66)

Graça Andreatta salvaguarda a memória coletiva local de São Pedro com seu desejo de eternizar sua experiência política, que já se transformava em ruínas. Na sua escrita, pulsa todo um esforço de constituir herdeiros para a transmissão de um legado. Esse herdeiro poder ser o leitor morador ou não de São Pedro. Enfim, há um narrador e uma narrativa, bem próximos do que aventa Benjamin, imbuído de ensinamentos e experiências para transmitir, que, afirmando a persistência da narrativa na modernidade, como argumenta Beatriz Sarlo (2007, p. 25-26) ao criticar a perspectiva benjaminiana de sua morte sentenciada.

Com um sol muito quente, voltei a Ilha do Paraíso, sentei-me na pedra e olhei o mar. Agitado de novo. Não estou sabendo de onde tirar os sinais de redenção. Estou cansada. A teia de aranha se enrosca neste povo que apanha hoje e esquece amanhã (Ibid., p.163).

“Hoje à noite vou chutar uma lata. Estou com saudade de velhos amigos, de velhas histórias. Este livro me faz revolver o passado, fez-me voltar a São Gabriel, e isto me fez sofrer de saudades. Preciso chutar um pouco, desabafar minha ira, minha saudade, panejar, esquecer. Tenho saudades de tudo o que passou e não ficou. Isto também é redenção. Vou para a reunião de mulheres. Esqueci: preciso tomar um banho. Boa tarde e um abraço para você que me leu. Gostei de sua companhia. Fiz este livro para você. (Ibid., p.165)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Tribuna Com Você. Vitória, 17 de dezembro de 1999. p. 07.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: Pinsky, Carla (org.) Fontes históricas. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.
- ANDREATTA, Graça. Na Lama Prometida, a Redenção. São Paulo: O Recado, 1987.
- ANDREATTA, Graça. Um Abraço que mudou a história de São Pedro. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2013/07/noticias/cidades/1453853-um-abraço-que-mudou-a-historia-de-sao-pedro.html>. Consultado em:10.06.2015
- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.59
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos. (Arquivos Pessoais) RJ: vol 11/n.21, 1998. p.09-32.
- BANCK, Geert. Pobreza, política e a formação do espaço urbano: o bairro de São Pedro, 1977-1984. In BANCK, Geert. Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. 1 ed. Vitória: IHGES, 1998.p.249-322
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.
- DIAS, Tavares. São Pedro. Vitória: PMV/SMC, 2001, p.16
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FILHO, Arlindo Villaschi; FELIPE. Ednilson Silva & MENDES, André da Silva. Crescimento e concentração econômica no Espírito Santo: elementos de discussão e agenda para o

futuro. In: Filho, Arlindo Villaschi Filho. (org). Economia Capixaba: ensaios por um outro desenvolvimento. Vitória: Proenix Projetos e Serviços Culturais, 2015. p.37-58

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: O que é um autor? Lisboa: Editora Vega. 1992. p. 129-160.

GAY, Peter. O coração desvelado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed., Porto Alegre: DP&A Editora, 2006.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.1.

JOÃO PAULO II, papa. DISCURSO DO SANTO PADRE AOS MORADORES DA FAVELA DO LIXÃO DE SÃO PEDRO. Disponível em:< https://w2.vatican.va/content/john-paulii/pt/speeches/1991/october/documents/hf_jpii_spe_19911019_favela.html>. Consultado em:10.06.2016

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.183-191.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.p. 508

RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1991.

RODRIGUES, Márcia Barros F. e CRUZ, Deivison Souza . Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo. In: Dimensões, vol. 27, 2011, p. 23-39.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001, p.66

SANTOS, Andrea Paula dos. “Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História”. In: Revista de História Regional. 12(1): 101-129, Verão, 2007. p. 115-125

SARLO, B. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In SELIGMANN-SILVA, M. (org.). História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 59-89

SILVA, Igor Vitorino. Graça Andreatta: uma missão entre mangues, estacas, pinguelas e barracos numa periferia brasileira. In: OLIVEIRA, Ueber Jose de; NASCIMENTO, B. C. (Org.). Os Pensadores do Espírito Santo. Volume III: de Judith Leão Castello Ribeiro à Graça Andreatta. 1. ed. Vitória-ES: Milfontes, 2019. v. 3., 191-239

SILVA, Igor Vitorino da. Invasões de terras urbanas como notícia: representações jornalísticas e lutas sociais no Espírito Santo de 1974 a 1984. 2018. 236 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 03/09/2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/57935>. Consultado em: 9 out. 2019.

SPIVAK, Gayatric C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOFFIATI NETTO, A. Manguezais e conflitos sociais no Brasil Colônia. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em:< http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_arthur_soffiati.pdf> Consultado em: 09.08.2016, p.1.

DO NEGRO AO AFRICANO COMO PARTICIPES NAS LIBERDADES

Isaías Mucindo Armando Mate¹⁵⁸

Resumo: A luta pela liberdade do *negro* e do *africano*, em particular, historicamente, teve início nas Américas e Antilhas, com escravos, e mais tarde assumida pelos seus descendentes, contra as condições a que estavam sujeitos. Nesse período, dentre várias figuras, destacam-se Edward Blyden, Du Bois, Marcus Garvey, Jean Price-Mars, Aimé Césaire, Léopold Senghor, Léon Damas, Kwame Nkrumah e Franz Fanon. Estas figuras tiveram o seu contributo na consciencialização do *negro*, do *africano* e do mundo sobre os direitos à liberdade. Portanto, é com base nos ideais destes pensadores que surge a Negritude e o Pan-africanismo, como instrumentos ideológicos de luta pelas liberdades do povo negro.

Palavras-chave: Liberdade, Negritude, Pan-africanismo.

Introdução

É mais do que certo que não se pode ignorar o papel do negro na história dos homens, pois vários são os factos que provam isto, através da sua participação quer na concepção do mundo, à maneira africana ou com referências africanas, quer pela sua participação em movimentos culturais, académicos e revolucionários, de luta pela conquista das liberdades, mudando a visão do mundo sobre o próximo.

A figura do negro na história e a sua luta pelas liberdades têm o seu início na época da escravatura. Para o negro escravizado, estar livre das condições em que se encontrava sujeito era o seu maior sonho. Porém, para a concretização deste sonho, houve um percurso longo, desde as fugas individuais e/ou colectivas nas grandes plantações até ao Período da Abolição. De referir que, a vontade da conquista das liberdades não parou com a abolição da escravatura, pois esta deu continuidade com a luta contra o racismo, igualdade de direitos, principalmente nas Américas e Antilhas, culminando com as conquistas das independências em países africanos.

É neste contexto que se insere este artigo, cujo título é *Do negro ao africano como participes nas liberdades*, visando reflectir sobre a ideologia negra (Negritude) e do africano (Pan-africanismo) na luta pelas liberdades.

Cientes de que reflexões de género já foram feitas por outros pensadores, este facto não descarta a ideia de que esta seja, também, mais uma contribuição para a compreensão de que o *negro* e o *africano*, embora estivessem em situação de desvantagem face ao homem branco e o Ocidente, também desempenharam papéis que trouxeram mudanças significativas no pensamento da Humanidade, sobretudo no que tange às *liberdades* em várias facetas da vida. Por outras palavras, o negro também tem a sua epopeia na construção da história humana.

A nível metodológico, o estudo tem como base a pesquisa bibliográfica, uma vez que é sustentado por contribuições teóricas anteriores que abordam o mesmo assunto.

¹⁵⁸ Mestre em Educação/Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Docente de Língua Portuguesa e Literaturas Africanas em Língua Portuguesa na Universidade Save – Moçambique. Pesquisa sobre Negritude e Nacionalismo nas Literaturas Africanas, Linguagem/Tecnologia e Cultura Digital. E-mail: mucindomate@gmail.com

Enfim, na sua estruturação, apresenta o título; o resumo; a introdução, correspondente à contextualização do assunto em abordagem; o desenvolvimento, no qual se faz o arrolamento e a reflexão sobre os autores consultados; e, por último, as considerações finais e as referências bibliográficas.

1. O papel do *negro* e do *africano* na luta pelas liberdades

Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer (Frantz Fanon).

As figuras do *negro* e do *africano* têm um lugar de destaque na luta pelas liberdades e igualdade de direitos entre os homens. Isto deve-se à conjuntura em que eles estiveram sujeitos durante muito tempo. As circunstâncias históricas, por um lado, condicionaram a emergência de uma consciência negra face à escravatura e dominação cultural e social, e, por outro, o despertar do nacionalismo africano contra o jugo colonial.

Diante disto, antes de se avançar qualquer outro assunto, importa vincar a ideia de *liberdade*. De acordo com Castiano (2010, p. 192), *liberdade* pode ser vista “como uma condição que unicamente o ser humano possui, a de agir livremente, o que significa *consciência da necessidade*”.

Na linha de pensamento deste filósofo, a *consciência da necessidade* seria a percepção da condição de que o homem tem de viver perante os seus *semelhantes*, segundo as suas vontades, as quais têm que ver com as leis da Natureza, ou seja, com a *natureza gregária do homem*. Por sua vez, estas leis permitem ao homem reconhecer o valor que o outro ser humano tem nas relações de vida em sociedade. Portanto, a *natureza gregária do homem*¹⁵⁹ estabelece a *consciência da necessidade* de os indivíduos reconhecerem os seus direitos.

Reflectindo ainda sobre os conceitos de *liberdade* e *consciência da necessidade*, no contexto desta abordagem, na óptica de Ngoenha (2014, p. 121), esta última teria como finalidade “a liberdade do homem negro, condição da sua historicidade”. Isto relaciona-se, por conseguinte, com a necessidade de uma afirmação negada, marcada pela escravatura, pelo racismo, pela colonização e pelos problemas actuais que caracterizam o antagonismo entre as classes sociais favorecidas e as desfavorecidas. Em suma, todos estes factores acabam culminando numa luta contínua pelas liberdades em épocas históricas diferenciadas.

A luta do negro pela liberdade, nas Américas e Antilhas, culminou com a abolição da escravatura, entre 1789 a 1865¹⁶⁰, facto marcante que abriu caminhos para outras lutas e conquistas, no que tange aos direitos civis. De salientar que, após a abolição da escravatura, o negro não teve uma vida fácil no continente alheio. Os escravos, como afirma Elungu,

Aquando da sua libertação, encontram-se literalmente no vazio, desprovidos de um fundamento material sólido e de uma base espiritual fixa. Porém, o aspecto importante parece residir na existência de uma identificação fundamental do escravo com o senhor: o escravo adoptara a sua atitude face ao mundo, a sua mundividência, segundo a expressão considerada actualmente. (ELUNGU, 2014, p. 60)

¹⁵⁹ De acordo com a natureza gregária do homem, este precisa do outro para a sua sobrevivência. O homem vive em sociedade, que, por sua vez, é regida por certos princípios para o seu equilíbrio.

¹⁶⁰ Ano em que os Estados Unidos adopta a Décima Terceira Emenda à Constituição, aprovada pelo Senado a 8 de Abril de 1864 e pela Câmara dos representantes a 31 de Janeiro de 1865, a qual proibia oficialmente a escravatura e a servidão involuntária no território americano (pt.m.wikipedia.org).

Na verdade, a abolição, não tendo considerado a integração do ex-escravo na sociedade americana em termos pragmáticos, fez com que ele se sentisse em condições mais precárias do que as anteriores. Portanto, tratava-se de um homem livre, mas que gozava de uma liberdade sem benefícios, uma liberdade que o prejudicava, que na prática não era liberdade, mas sim uma pseudoliberalidade¹⁶¹.

Face a isto, que tipo de liberdade estaria a gozar um ser humano “largado nas ruas”, sem tecto para dormir, sem educação que o permitisse ter um emprego digno? E, ainda, sem referências culturais sólidas? É este vazio material e espiritual que fez com que o negro recorresse ao seu senhor como condição necessária, e quase inevitável, para a sua sobrevivência¹⁶².

No meio de tudo isto, o sonho do negro, de conquistar o respeito que lhe merecia por natureza, não ficou para trás. Naquela época histórica, surgiram vozes de intelectuais que tanto se dedicaram à causa negra, para mudar a situação de precariedade em que o negro se encontrava. São figuras que algumas delas tinham tido experiências e influências externas, como são os casos de William Du Bois¹⁶³, Marcus Garvey¹⁶⁴, Jean Price-Mars¹⁶⁵, entre outros. Alguns reivindicavam a igualdade racial na sociedade americana, outros descreditavam esta igualdade, mas todos tinham em vista os ideais de liberdade, a promoção do negro, livrando-o da sua condição, imposta pelo Ocidente.

No entanto, os movimentos de liberdade não só tiveram efeitos na América e nas Antilhas, pois a Europa¹⁶⁶ também testemunhou a acção dos mesmos, tal como África. Era inevitável libertar o negro que se encontrava no continente alheio sem querer libertar também a terra de onde saíra, Mãe-África, lugar que representava o ponto de referência dos seus ancestrais. O sonho de libertar África da opressão colonial era incontornável.

De acordo com o já citado filósofo moçambicano, Ngoenha (*Op. cit.*, p. 222), actualmente, a “divisão da alma africana constitui o essencial da crise da consciência africana moderna”. Isto deve-se ao facto de a aspiração à liberdade encontrar-se no meio de um conflito permanente entre culturas africanas e ocidentais. Do mesmo modo que se opõem os favorecidos e os desfavorecidos, também se opõem o moderno e o tradicional. Como consequência do conflito que se verifica, o desfavorecido encara uma luta constante para se livrar da sua condição, mas, paradoxalmente, tendo se livrado de tal condição, assume o lugar de favorecido e perpetua o antagonismo face aos outros.

O moderno e o tradicional confrontam-se porque um quer ver-se livre do outro. O clima que reina entre ambos é de concorrência e desconfiança. Para o moderno, o

¹⁶¹ O negro, como afirma Fanon (2008, p. 183), teria passado de um modo de vida a outro, mas não de uma vida a outra.

¹⁶² Situação similar repete-se no contexto africano, após a conquista das independências. A este respeito, Fanon (1968, p. 78) escreve o seguinte: o antigo país dominado transforma-se em país economicamente dependente. A ex-potência colonial que manteve intactos, e às vezes reforçou, circuitos comerciais de tipo colonialista admite alimentar através de pequenas injeções o orçamento da nação independente. Vê-se, portanto, que a aquisição da independência por parte por parte dos países coloniais coloca o mundo diante de um problema capital: a libertação nacional dos países colonizados patenteia e torna mais insuportável seu estado real.

¹⁶³ Funda a revista *The Crisis*, defendia a igualdade cívica, e afirmava que o homem negro deveria adaptar-se à sociedade branca, recusando uma subcultura afro-americana (FERREIRA, 1989, p. 68).

¹⁶⁴ Formulava o conceito de «Mãe-África» e lançava o slogan de «África para os africanos», e, glosando Marx, «Africanos, uni-vos!», criando uma «Igreja africana», a «Legião africana» e uma carreira marítima, a «Black Star Line», partindo sempre do princípio da existência de uma personalidade africana (*Ibid.*).

¹⁶⁵ Com a publicação do seu livro *Ainsi parla l' Oncle*, põe em evidência as riquezas desconhecidas da etnografia tradicional do Haiti, ou seja, a resistência dos valores culturais populares (*Ibid.*).

¹⁶⁶ Na Europa, estava em voga o princípio do relativismo cultural. Os grandes sistemas filosóficos em voga entre 1920 e 1945, na Europa, pareciam negar a ordem das verdades tradicionais e davam a impressão de pôr radicalmente em causa a pretensão à universalidade dos cânones absolutos da civilização ocidental. Esta atmosfera permitia novas perspectivas (...), pôr a claro os valores e os sistemas de culturas, independentemente das suas origens (NGOENHA, 2014, pp. 58-59).

tradicional retarda o desenvolvimento e, para o tradicional, o moderno corrompe os valores da sociedade¹⁶⁷. Em África, as culturas tradicionais são vistas como atrasadas, daí que resulta a sua submissão às modernas, devido à incapacidade havida dos estados africanos aquando das conquistas das independências, no que concerne ao resgate dos valores renegados pelo colonialismo.

Este problema é bem conhecido, sendo uma consequência do colonialismo. É, portanto, algo que tem que ver com o complexo de inferioridade inculcado pela colonização. Sobre este assunto, Fanon (2008, p. 34) observa que “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar a sua negritude, seu mato, mais branco será”. Para este pensador, isto representa um deslocamento. Portanto, este facto justifica o conflito que o negro enfrenta, mesmo após ascender a independência política. Por isso, em “Pele negra, máscaras brancas”, obra que se impõe como instrumento contundente de luta da causa negra, numa das passagens, Fanon (*Ibid.*, p. 44) afirma: “o que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”.

Acerca dos complexos referidos, várias são as passagens na obra que poderiam ser citadas, elucidando o facto. Por exemplo, ao relatar a experiência de um estudante de medicina, revela que ele tinha a impressão *infernal* que jamais conseguiria ser reconhecido como um colega pelos brancos, e como doutor pelos pacientes europeus. Tempos depois de se alistar ao Exército, como médico assistente e chefe, preferia ter os brancos sob suas ordens a ir a uma colónia, onde teria mais contacto com os negros no exercício de suas actividades. Uma vez sendo chefe, e como tal devia ser temido ou respeitado, o seu desejo era de “levar os brancos a ter com ele uma atitude de negros”: o preto apavorado, trémulo, humilhado diante do senhor branco (*Ibid.*, p. 67).

No entender de Fanon *apud* Mance,

Ao colonizado que vai se consciencializando somente resta a alternativa da revolta aberta, retomando seus valores tradicionais que, em razão do colonialismo, tinham sido despojados de suas funções vitais. Entretanto, mesmo após a conquista da independência pelas antigas colónias a mentalidade do antigo colonizado pouco muda. Isto porque a burguesia colonial subdesenvolvida que toma o poder ao fim do regime colonial acaba mantendo a mesma dinâmica de dominação. (FANON *apud* MANCE, 1995, p. 67)

No mesmo diapasão, por exemplo, muitos líderes africanos que assumiram o poder no período pós-independência o que fizeram foi acentuar as desigualdades entre as classes sociais. Os programas de governação adoptados pouco fazem para libertar o povo da subjugação em vários aspectos da vida, porque, na prática, não resolvem os problemas das comunidades. As desigualdades na distribuição da riqueza acentuam-se, cada vez mais. Os problemas da fome continuam. A riqueza encontra-se concentrada na minoria política, herdeira do poder colonial, que comanda o destino das nações. Os programas que seriam para desenvolver os países africanos, por exemplo, na sua maioria, acabam falhando, devido à corrupção. Ademais, são programas importados das ex-colónias ou dos países chamados desenvolvidos, condicionados, normalmente, por financiamentos.

Consequentemente, a implantação de programas importados em contextos desajustados e a corrupção estrutural na função pública retardam o desenvolvimento em vários sectores sociais: educação, saúde, habitação, comércio, etc. Ainda, a qualidade destes serviços deixa muito a desejar.

¹⁶⁷ Os camponeses têm certa desconfiança do homem da cidade. Vestido como o europeu, falando a língua dele, trabalhando com ele, por vezes morando em seu quarteirão, o cidadão é considerado pelos camponeses como um transfuga que abandonou tudo o que constitui o património nacional (FANON, 1968, p. 93).

A sociedade, uma vez atenta aos problemas que perduram, insurge-se contra a incapacidade dos novos governos, exigindo condições dignas de vida. Por isso, instaura-se um processo de luta, às vezes que desagua em manifestações populares, criação de partidos políticos da oposição, movimentos sindicais e de intelectuais. E, para resolver esta problemática, recorre-se à polícia e força militar, à semelhança do que acontecia no governo colonial. Consequentemente, há detenções, há tortura física e psicológica, há mortes e intimidação.

O que acaba de ser exposto enquadra-se nas observações de Fannon (1968, p. 25): “a descolonização é simplesmente a substituição de uma «espécie» de homens por outra «espécie» de homens”. Para compreender melhor esta dialética reprodutora da exclusão social ou das desigualdades sociais, importa recorrer à oposição sociohistórica entre o colono e o colonizado:

A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. (...) O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: «Eles querem tomar o nosso lugar». É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono (FANNON, 1968, p. 28-29).

Logo, as novas lideranças que surgiram após o colonialismo não se distanciaram muito deste, no que tange à vontade de libertar o povo da opressão. Trata-se de uma outra *espécie de homens* que constituem a classe dominante, com outro tipo de formas de dominação, sem vontade política para o bem-estar do povo. Conquistaram-se as independências, particularmente em África, mas a opressão prevalece, assumindo outras formas. Os brancos de hoje são de cor negra. O opressor tem a cor negra e sua experiência de opressão é fruto da experiência colonial. Então, no meio destas considerações, a luta do povo pelas liberdades não cessará, enquanto prevalecerem classes sociais profundamente distintas: gente abastada e gente sem quase nada para a sua sobrevivência, o que configura desigualdades de oportunidades básicas. Enfim, a reprodução de modelos de opressão, inspirados no colonialismo, é a principal causa da luta pelas liberdades do negro e do africano nas ex-colónias.

Sustentando ainda o exposto nos parágrafos anteriores, para Elungu (*Op. cit.*, p. 59), “os empreendimentos políticos, técnicos e intelectuais da África independente são invariavelmente empreendimentos orientados para a destruição dos mitos tradicionais”. Acrescentando, “com bastante rapidez os membros dos partidos nacionalistas (operários urbanos e intelectuais) chegam a manifestar sobre os campos o mesmo julgamento pejorativo dos colonos” (FANON, 1968, p. 91).

Isto realça, pois, a ideia do antagonismo já referido sobre as duas culturas, a tradicional africana e a ocidental (tradição e modernidade). Contudo, ainda que prevaleça este confronto entre o tradicional e o moderno, há esforços, por outro lado, de consciencialização do *negro* e do *africano* face aos problemas que minam as suas liberdades.

Retomando a ideia do papel do *negro* e do *africano* na luta pelas liberdades e igualdade de direitos entre os homens, e para desenvolver mais este assunto, importa abordar, já a seguir, algumas noções sobre a *Negritude* e a busca da liberdade, a

Negritude e o *Pan-africanismo* e, por último, o Pan-africanismo e as independências em África. A abordagem destes conteúdos permitirá, quiçá, compreender melhor o que se pretende discutir na presente comunicação.

2. A Negritude e a busca da liberdade

Sou negro e tenho glória disso. Sou orgulhoso do sangue que me corre nas veias (Du Bois).

Sobre o termo *Negritude*, importa trazer as considerações de Margarido (1964), Ferreira (1989) e Elungu (2014).

De acordo com Margarido (1964, p. 5), a aparição do termo «negritude» verificou-se à volta de 1935, e foi criado por Aimé Césaire e por Léopold Sédar Senghor, para designar uma personalidade africana.

Para Ferreira (1989, p. 57), a palavra *negritude* foi pela primeira vez escrita por Aimé Césaire em 1938, no seu livro de poemas *Cahiers d' un retour au pays natal* e as primeiras tentativas de definição, do ponto de vista histórico, são atribuídas a Senghor, figura que ao longo do tempo se destaca com a produção de vários ensaios, estudos, comentários e discursos, reunidos em *Negritude e humanisme*.

Na reflexão que Elungu (2014, p. 62) faz sobre a *Negritude*, escreve o seguinte: para Senghor “trata-se de um termo inventado por A. Césaire por volta de 1939. Após ter sido posto de lado, o termo foi introduzido com vigor por Senghor, na véspera das independências, que o utilizou mais resolutamente numa acepção ideológica e política”.

Ainda que se verifiquem divergências cronológicas entre os autores, acerca do aparecimento da palavra *negritude* em Césaire, o que é de menos importante nesta reflexão, Senghor seria um dos seus principais e mais emblemáticos defensores. Com ele, a *negritude* transcende a dimensão cultural para a política. Senghor é das figuras que mais vigor mostrará na defesa da nova corrente cultural, daí ser necessário vincar algumas das suas ideias.

Segundo Ferreira (*Ibid.*), Senghor define a *negritude* como “o património cultural, os valores e sobretudo o espírito da civilização negro-africana”, ou por outras, “conjunto dos valores culturais do mundo negro”.

No entender de Ngoenha (2014, p. 58), “a *negritude*, movimento de protesto contra a submissão do negro, surge a partir de uma viragem particular da história europeia, caracterizada entre outros, pelo princípio do relativismo cultural¹⁶⁸”. Este movimento, nas palavras de Senghor, no sentido geral da palavra – “a descoberta dos valores negros e a tomada de consciência, por parte do negro, da sua situação,” – tem suas raízes nos Estados Unidos da América.

A *negritude*, ainda que tenha as suas raízes nos Estados Unidos, como se afirma, tem a África como ponto de referência cultural do negro, o que valida a ideia de *regresso às origens*. A tomada de consciência a vários níveis inspira-se na cultura negro-africana e na condição do africano subjugado no continente alheio, e mais tarde em África. Historicamente, é nos Estados Unidos e nas Antilhas que se registam os primeiros levantamentos contra a condição negra, encabeçados por escravos, ex-escravos e descendentes destes, os quais constituem as primeiras elites intelectuais negras.

De referir que, antes da criação da palavra por Césaire, e mais tarde defendida e sistematizada por Senghor, o movimento já se manifestava na literatura negro-americana,

¹⁶⁸ A corrente relativista punha a tónica na diversidade cultural e social, e considerava que a unidade do género humano se manifestava na sua capacidade de se diferenciar em múltiplas culturas. Segundo este ponto de vista, o homem é antes mais um ser social, isto é, ele é formado e informado pelo seu ambiente, pela cultura na qual evolui. Esta é a razão pela qual, na pluralidade cultural e primordial, o homem não pode ser concebido separado da sua cultura de origem (*Ibid.*, pp. 56-57).

sob forma de *Renascimento Negro*, em escritores e pensadores como William Du Bois (1868-1963), Alain Locke (1886-1954), Claude McKay (1889-1948), Sterling Brown (1901-1989), Langston Hughes (1902-1967), Count Cullen (1903-1946), Richard Wright (1908-1960), entre outros¹⁶⁹. Por sua vez, estes escritores teriam influenciado outras partes do mundo, por exemplo, nas Caraíbas, sob forma de *indiginismo* haitiano e *negrismo* cubano. Neste contexto, há que citar vozes como de Jean Price-Mars (1876-1969), Jacques Rouman (1907-1944), Alejo Carpentier (1904-1980) e Nicolás Guillén (1902-1989).

Nas palavras de Ferreira:

É deste passado que os jovens intelectuais africanos vivendo em Paris, na década de 30, tomaram conhecimento, até porque puderam estar em contacto, nessa cidade, com intelectuais negro-americanos e que, por catarse, impulsionaram o «autêntico projecto revolucionário» que foi a Negritude. (FERREIRA, *Op. cit.*, p. 74).

Deste modo, pode entender-se que a fase embrionária da negritude se encontra na América, sendo a França o lugar da criação da palavra e ápice do movimento. Enfim, a ideia de que a literatura negro-americana teria influenciado o grupo da revista *L' Étudiant Noir* (*O Estudante Negro*) é partilhada pelos seus mentores (Senghor, Césaire, Damas, etc).

Para Makumba (2014, p. 182) “a negritude não era, no entanto, para Senghor, apenas um ponto de vista sociocultural, mas também uma antropologia epistemológica”. O movimento da negritude, como é sabido, deu origem à consciência da identidade africana e/ou pensamento africano. A ideologia africana surge em forma de afirmação dos valores culturais negros. No entender de Elungu (*Op. cit.*, p. 67), “trata-se da consciência que uma dada sociedade adquire no atinente à sua situação, ao seu poder, às suas aspirações. (...) É a luz que ilumina o caminho da liberdade, da verdade e da felicidade”.

Com a negritude, o negro encontrava, pela primeira vez na história, a sua forma mais elevada de reivindicar o estatuto renegado pelo pensamento ocidental. Pois, o movimento constituiria uma oportunidade para o negro contrariar o preconceito que se tinha de sua figura face ao branco, através da liberdade e unidade da raça. Isto implicava uma tomada de atitudes mais arrojadas, contra os mitos criados à volta do negro.

Como afirma Fanon (2008, p. 109): “Os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos¹⁷⁰. Mas eu sabia que, no meu caso, essas afirmações eram falsas. Havia um mito do negro que era preciso, antes de mais nada, demolir”.

A luta pela causa negra mobilizou a intervenção de vários intelectuais, sob várias formas no mundo, destaque para França, que, na altura, acolhia estudantes oriundos das diversas colónias. Uma das figuras não menos importante, que vem sendo citada, é Frantz Fanon, destacando-se com, para além de outras reflexões, “Pele negra, máscaras brancas”, obra publicada em 1952. Nesta, num dos capítulos, neste caso, o segundo, Fanon dá um contributo tenaz na luta pela libertação do negro, no que tange à sua alienação psíquica, ou seja, complexo de inferioridade, com recurso a alguns excertos do romance autobiográfico de Mayotte Capécia, criticando a alienação demonstrada pela ambição da mulher negra em ser branca, casar ou amantizar com o branco. Portanto, trata-se de uma crítica aos hábitos inculcados pelo colonialismo, ao preconceito racial do negro pela sua própria raça.

Observe-se a seguinte passagem:

¹⁶⁹ «Graças a Paulette Nardal – escreve Senghor –, fundadora da revista do Mundo Negro, pude encontrar, nos anos trinta, Alain Cook e Mercier Cook, e, graças a Leon Damas, Langston Hughes e Countee Cullen. Encontrado e sobretudo lido» (NGOENHA, 2014, p. 63).

¹⁷⁰ Fanon aponta a visão que o branco tinha do negro.

O problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o carácter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exarcebação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável (FANON, 2008, p. 59).

O autor, ao expor estas ideias sobre o negro, instiga-o a despertar sobre a sua condição de oprimido, ou por outras, a libertar-se de tal situação, pois só assim age quem tem a sua liberdade *hipotecada*. Este posicionamento é sustentado pela seguinte afirmação, mais adiante, expondo e argumentando sobre o comportamento da personagem Jean Veneuse, perante a mulher branca, simbolizada no romance de René Maran por Andréa Marielle:

Então pretendemos que Jean Veneuse, aliás, René Maran, é nada mais, nada menos do que um abandonado negro. E assim o colocamos no seu lugar, no seu devido lugar. É um neurótico que precisa se libertar de seus delírios infantis. E achamos que Jean Veneuse não representa um exemplo das relações negro/branco, mas o modo com que um neurótico, acidentalmente negro, se comporta. E o objeto de nosso estudo se define: permitir ao homem de cor compreender, com a ajuda de exemplos precisos, as causas psicológicas que podem alienar seus semelhantes (*Ibid.*, p. 81).

De referir que, a luta de Fanon na consciencialização do negro a libertar-se da opressão colonial, dos complexos por esta inculcados, não se limita a referências de personagens negras nas suas reflexões, pois a sua crítica incide também sobre a imagem que o negro “evoluído” (intelectual ou que assimilou a cultura europeia) tem de si, assim como sobre ideias de alguns pensadores, em relação às concepções construídas a volta do negro:

Um pouco mais tarde lemos livros brancos e assimilamos paulatinamente os preconceitos, os mitos e o folclore que nos chegam da Europa. Mas não aceitamos tudo, pois alguns preconceitos não são adaptáveis às Antilhas. O anti-semitismo, por exemplo, não existe entre nós, pois lá quase não existem judeus, ou muito poucos. Sem querer falar de catarse coletiva, seria fácil demonstrar que o preto, irrefletidamente, aceita ser portador do pecado original. Para este papel, o branco escolhe o negro, e o negro, que é branco, também escolhe o negro. O negro antilhano é escravo desta imposição cultural. Após ter sido escravo do branco, ele se auto-escraviza. O preto é, na máxima acepção do termo, uma vítima da civilização branca. Não é portanto surpreendente que as criações artísticas dos poetas antilhanos não tragam uma marca específica: eles são brancos (*Ibid.*, p. 162).

No meio destas considerações, pode entender-se a negritude como uma forma acertada para reclamar a liberdade de diferenças entre culturas, isto porque, do ponto de vista antropológico, com base no relativismo cultural, não existem culturas superiores a outras, muito menos povos sem cultura. Mas, durante uma conjuntura histórica, considerou-se o povo negro sem cultura ou com uma cultura inferior à do branco, senão atrasada.

Então, a negritude era vista por alguns dos seus defensores, tal é o caso de Frantz Fanon¹⁷¹, como uma ideologia capaz de criar uma base de luta comum para toda a raça negra. Dito numa outra perspectiva, nas palavras de Ngoenha (2014, p. 77), era a única coisa que podia alimentar o entusiasmo de um povo destruído. Ademais, a negritude de Fanon tem como interlocutores o branco e o negro. O branco é a causa dos problemas

¹⁷¹ No princípio, porque com o passar do tempo viria a opor-se ao que defendia aquando do surgimento da ideologia.

que o negro enfrenta: alienação cultural, negrofobia, exploração, miséria, fome. Assim, por um lado, este é chamado a reflectir sobre as suas acções. Por outro, o negro é consciencializado sobre a sua condição, para que se liberte da imposição cultural ocidental, para que lute pela dignidade humana.

Para Senghor, ainda de acordo com Ngoenha (*Ibid.*, p. 69), “a libertação cultural é a condição preliminar da libertação política”. Neste contexto, importa salientar que, Senghor foi uma figura de grande relevo na luta pela libertação cultural e política do negro/africano. O colonialismo, sendo uma forma de dominação fundamentada nas diferenças raciais/culturais, obviamente, como forma preliminar de o enfrentar, era necessário o negro mostrar que a sua raça e cultura não eram inferiores à do outro.

A partir destas considerações, pode perceber-se a relação existente entre a Negritude (enquanto movimento de libertação cultural) e o Pan-africanismo (enquanto movimento de libertação política).

3. Da Negritude ao Pan-africanismo

O problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca (Fanon).

A razão do surgimento da Negritude dos anos 30, 40, 50, 60, etc., engloba duas componentes fundamentais, segundo: uma de valorização do mundo africano – a revelação dos valores milenários da sua cultura – o “retorno às fontes”; outra, decorrente daquela, concretizada na contestação contra o colonialismo, contra o domínio europeu, em África (FERREIRA, 1989, p. 62 e 65).

A negritude, neste sentido, de movimento de manifestação cultural, transforma-se em um instrumento ideológico, de luta contra a opressão do negro afro-americano e do negro africano colonizado. As consequências da escravatura nas Américas e do colonialismo no continente africano são os factores que impulsionaram o despertar da consciência do povo negro, manifesto através da valorização da cultura africana, da luta contra as desigualdades sociais e, mais tarde, por via da luta contra o colonialismo. De salientar que, Senghor defendia que a libertação política passava antes pela libertação cultural.

No meio destas considerações, não se pode ignorar o papel exercido pelo relativismo cultural, pois, com este, o mundo abria-se à aceitação do debate sobre as diferenças culturais, à luta contra o imperialismo, empenhando-se na defesa dos povos oprimidos e colonizados. Abriam-se os caminhos para que o negro lutasse pela afirmação dos seus valores culturais, para a mudança da visão eurocêntrica perante a sua figura, para a sua libertação da opressão racial e colonial.

A luta do negro¹⁷² pela afirmação dos seus valores culturais só podia ter suas bases no continente africano. O escravo, tendo sido levado de África às Américas, mantinha-se o vínculo com a terra dos seus ancestrais. Por isso, nas primeiras décadas do Século XX, no seio de vários debates sobre a cultura do negro, protagonizados por intelectuais negros, afro-descendentes, era dominante a ideia de “regresso às origens”, embora uns defendessem o regresso físico e outros o espiritual. Deste modo, a ideia de união dos povos de *raça negra*, projectando os seus mentores à África (África para os africanos), fazia surgir, conseqüentemente, a consciência de que a mesma devia ser liberta da opressão colonial.

É neste contexto que se pode abordar a ligação existente entre a Negritude, como movimento de expressão cultural – instrumento de intervenção social, e o Pan-

¹⁷² Neste contexto, refere-se ao afro-americano.

africanismo, como a consolidação da personalidade africana – instrumento de intervenção política. A Negritude, neste caso, teria funcionado como base para o Pan-africanismo, uma vez que a mesma consciencializa o negro sobre o valor da sua cultura no mundo, a necessidade da solidariedade da raça negra, a condição social, a luta pelos direitos civis, ou seja, a luta pela integração do negro na sociedade daquele tempo.

Consolidada a consciência do negro sobre o valor da sua raça e cultura, função que se atribui à Negritude, estaria pronto o início de luta contra o colonialismo no continente africano, que, por sua vez, se atribui a responsabilidade ao Pan-africanismo. A negritude, nesta ordem de ideias, seria um passo a seguir, uma ponte por atravessar, um veículo mobilizador, que mais tarde levaria o povo negro a uma luta política contra o colonialismo em todo o continente africano. Foi, de facto, o que aconteceu, razão pela qual muitos dos que viriam a destacar-se em movimentos políticos de libertação nacional em África teriam sido militantes da Negritude: Senghor, Nkrumah, Fanon, etc.

A transição da Negritude ao Pan-africanismo teria sido motivada pela conjuntura política em vigor na Europa. De lembrar que, a Europa, principalmente a França, jogou um papel importante na formação das primeiras elites negras, que se destacariam tanto na Negritude quanto no Pan-africanismo.

De acordo com Nascimento :

Os ventos autoritários que varreram a Europa nos anos 1920 e 1930 fizeram recuar as aspirações das elites africanas baseadas nos lemas de progresso e de emancipação da raça negra. Nessa altura, o pan-africanismo parecia bater em retirada perante o clímax do racismo e a ordenação do mundo pelas hegemonias imperiais. Esta conjuntura terá arredado do horizonte de vida dos Africanos as ideias de autonomia e de auto-governo pelas quais as elites se tinham batido nas primeiras décadas do século. (NASCIMENTO, 2013, p. 18)

A passagem da Negritude ao Pan-africanismo não deve ser vista como um evento brusco¹⁷³, mas sim como um processo de metamorfose, ou seja, de dinâmica na tomada de consciência face aos desafios da época. De lembrar que, Jean-Paul Sartre, no prefácio da obra de Senghor¹⁷⁴, já havia predito sobre a Negritude:

De facto, a negritude aparece como o tempo fraco de uma progressão dialética: a afirmação teórica e prática da supremacia do branco é a tese; a posição da negritude como valor antitético é o momento da negatividade. Mas este momento negativo não é autosuficiente, e os negros que o utilizam o sabem bem; sabem que ele visa a preparação da síntese ou a realização do humano em uma sociedade sem raças. Assim, a negritude existe para se destruir; é passagem e ponto de chegada, meio e não fim último (SARTRE *apud* FANON, 2008, p. 121).

Assim, era de se esperar que o negro, doptado de um intelecto dinâmico, e não de uma razão imutável, na luta pelas liberdades, tomasse outro tipo de posicionamento que justificasse a causa da sua luta. Por outras palavras, desgastada a luta de afirmação cultural e de questões sobre raça, abria-se a possibilidade de luta por outras causas: as independências e o desenvolvimento do continente africano. Logo, o Pan-africanismo impunha-se como um movimento alternativo do negro, um instrumento de luta; como o fim último da causa negra daquele período.

¹⁷³ Aliás, estes movimentos, em alguns aspectos parece distinguirem-se. Como afirma Nascimento (2013, p. 21), em termos muito sintéticos, o pan-negrismo [Negritude] apostava na valorização da *raça negra*. Já o pan-africanismo remetia para a ideia de uma terra comum aos Africanos. Algo diverso do pan-negrismo, o pan-africanismo despojava-se de uma conotação racial para assumir uma perspectiva continentalista.

¹⁷⁴ *Anthologie de la poésie nègre et malgache*.

4. O Pan-africanismo e as independências em África

Para cada um de nós, existe um dever especial a cumprir. (...) O dever de cada um, e de cada raça, é lutar pela própria individualidade, para mantê-la e desenvolvê-la (Blyden).

Com este subtítulo, pretende-se vincar os valores do Pan-africanismo, tendo em conta as posições de Edward Blyden, Kwame Nkrumah e Frantz Fanon.

O movimento Pan-africanista é também designado por Socialismo Africano, Nacionalismo Africano ou ainda Personalidade Africana. Ngoenha (*Op. cit.*, p. 71) afirma que “o conceito de *African Personality*, que se opõe normalmente ao conceito de negritude, está estritamente ligado a Kwame Nkrumah, que por sua vez, depende de toda uma tradição de pensamento que remonta a Blyden”. No mesmo diapasão, “em África, o Pan-africanismo continua vinculado a Kwame Nkrumah, figura, de facto, responsável pela sua importação e o primeiro a lutar com um vigor ímpar pela sua consecução, pela sua implementação” (ELUNGU, 2014, p. 72).

Porém, Blyden não é uma figura exclusiva na implantação e trajectória do movimento, pois outros nomes de seus contemporâneos são apontados como precursores: Henry Silvester William (1869-1911), Booker T. Washington (1856-1915) e William E. B. Du Bois (1868-1963).

No contexto americano, o Pan-africanismo origina-se da revolta de intelectuais afrodescendentes contra a escravatura e condições desumanas do negro nos Estados Unidos e nas Antilhas. Por isso, a luta destes intelectuais estará focada na integração do ex-escravo na sociedade americana, em todos os aspectos da vida, e mais tarde na libertação do continente africano da opressão colonial.

Assim, o Pan-africanismo teria uma íntima ligação com o ideal das elites negras da América. Porém, “só constitui uma ideologia no nível das exigências de libertação do continente e da sua unidade, assumida por alguns” (*Ibid.*, p. 69). Segundo Nascimento (2013, p. 18), “para os africanos inspirados pelos ideais do pan-africanismo, da união da *raça negra*, as independências nacionais conviveram com a consciência da necessidade de libertação do continente como tal”.

Como se pode perceber, na tradição africana, o Pan-africanismo estaria comprometido com a libertação de toda a África da colonização e à conquista da dignidade dos africanos. E, relativamente ao primeiro aspecto, pode dizer-se que se tornou uma realidade, pois nenhum país africano, actualmente, se encontra ainda sob o jugo colonial. A conquista das independências em África, de modo especial no Gana, em 1960, já é o princípio da materialização desta ideologia.

Na concepção de Blyden, o negro não era aquele ser considerado sem história e cultura. O negro possuía estes atributos, dos quais podia orgulhar-se, à semelhança da raça branca. Este posicionamento revela que a preocupação deste pensador tinha a ver com a luta, no que concerne à dignidade da raça negra no mundo. Para além disso, o negro tinha participado na edificação da Europa e da América. Isto significa que grande parte da riqueza destes continentes deve-se à África. Por isso, ignorar este facto é renegar a verdadeira história dos negros.

Blyden via no negro uma missão especial, a de lutar pelo reconhecimento do seu valor, da sua personalidade e do seu desenvolvimento. O negro só conquistaria este reconhecimento por meio de um trabalho árduo, sendo necessário, para tal, a sua

consciencialização sobre a sua condição desfavorecida e desejo de se livrar dessa condição.

De acordo com Ngoenha (*Op. cit.*, p. 73), “ao contrário dos que o precederam, Blyden não tomava a Europa como ponto de referência para explicar África, mas pensava-a como uma entidade autónoma, como referência imediata ao negro”. Assim, nesta maneira de pensar, encontra-se uma forma justa e digna de encarar o continente africano. De facto, o continente negro só pode ser compreendido da melhor maneira se for visto longe dos preconceitos eurocêntricos, ou por outras, África, tendo a sua mundividência, deve ser encarada tal como ela é, não tal como é a Europa ou a América. Consequentemente, Blyden é considerado pai do pensamento político africano, na essência, pelo seguinte facto:

Blyden encarava os problemas africanos em termos continentais, os seus esforços tendiam praticamente para criar, na África Ocidental, uma larga unidade política de nações federativas, e convencer os ingleses a transformarem-na num protectorado, com vista a uma independência futura (*Ibid.*)

Este ideal veio a concretizar-se com a queda do imperialismo europeu, havida após o surgimento dos movimentos de libertação, com uma visão de um futuro promissor para África. É neste contexto que se pode afirmar, sem reservas, que o pensamento de Blyden incentivou o surgimento do Pan-africanismo, movimento que veio a ter um papel crucial na consciencialização do negro africano a lutar pelas liberdades, pelas independências, pelo reconhecimento do seu valor no mundo como ser humano.

Na perspectiva de Makumba (2014, p. 188), “o socialismo africano tem certas características básicas comuns que o identificam: o problema da identidade do continente, a crise do desenvolvimento económico, e os dilemas do poder e da formação de classes”. Na verdade, isto é o que se verifica nos dias de hoje, daí que, “a tarefa do pensamento político africano contemporâneo seria a de colocar o socialismo fundamental em harmonia com as modernas instituições políticas” (WIREDU, 1998, p. 99 *apud* MAKUMBA, 2014, p. 185).

Relativamente a Nkrumah, embora se destaque como figura mais importante na implementação do Pan-africanismo, segundo Ngoenha (*Op. cit.*, p. 74), antes tinha sido militante do Pan-negro, daí que pode ser considerado produto da negritude. Com o passar do tempo, para ele, “África deixava de ser o coração de todo o mundo negro, perdia o seu aspecto racial, para se tornar uma identidade geopolítica” (*Ibid.*). É, pois, neste âmbito que se tem o contributo de Nkrumah na luta pelas liberdades no seu continente. Ele “ansiava pela emergência de África como uma força vital universal, após a libertação do colonialismo e da dominação económica” (*Op. cit.*, 190).

Pelo exposto, percebe-se que a liberdade defendida por Nkrumah é extensa, ao não se confinar apenas na afirmação de valores da cultura negra. Esta liberdade incorpora desde a vontade de ver toda África independente face ao colonialismo, ao desejo de uma autonomia económica, até à criação dos Estados Unidos de África, à semelhança dos Estados Unidos da América. Quanto a Fanon¹⁷⁵:

Em nome da realidade da África actual, contesta o postulado da negritude, de antepor o cultural ao político. “O intelectual colonizado – escreve ele – que retorna ao próprio povo através de obras culturais, comporta-se como um estrangeiro. Às vezes, não hesitará em usar as línguas africanas para manifestar a vontade de estar mais próximo do próprio povo, mas as ideias que exprimem as preocupações que estão nele não se adequam de nenhuma maneira à situação

¹⁷⁵ Nasceu na Martinica, em 1925, onde iniciou os seus estudos, mais tarde continuados em França. Estudou medicina e psiquiatria. Enquanto prestava serviço no exército francês, entrou em contacto com o norte de África. Em 1954 alistou-se aos rebeldes para lutar pela libertação da Argélia.

que conhecem os homens e as mulheres do seu país.” (FANON, 1961, p. 167 *apud* NGOENHA, 2014, p. 80).

Interpretando o exposto, para Fanon, a cultura tem de ser algo mais amplo, que tenha uma dimensão nacional. Deste modo, olhar-se-ia para África no contexto actual, sem ignorar os seus problemas. Ademais, porém, Fanon (2008, pp. 30-31) revela que o negro educado dentro da cultura europeia, que abandonou a sua cultura tradicional, sente que a sua raça não o compreende mais. Logo, há um distanciamento entre ele e as suas origens. Paradoxalmente, ao desenvolver esse distanciamento entre si e o seu grupo de origem, encontra o sentido de sua verdadeira humanidade. Entretanto, a cultura do negro tem de estar próxima à realidade africana.

O Pan-africanismo, em África, tendo surgido num contexto de luta contra a opressão colonial, é natural que todas as suas ideias não fossem pacíficas. Num processo de luta há sempre divergências de ideias entre os protagonistas e os afectados, facto que também teria acontecido ainda nos princípios do movimento, quer entre Blyden e Du Bois, quer ainda entre Du Bois e Garvey, etc.

Fanon (1968), ao abordar o processo de descolonização, encara-o como algo violento. “O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa”. A libertação deste, neste contexto, pressupõe o uso da força, para além de outros meios. E, para o controlo da violência das massas o intelectual colonizado, o dirigente do partido nacionalista (nova burguesia política) aparece como mediador da situação, “isto precisamente porque tem sempre o cuidado de não romper o contacto com o colonialismo”. No entanto, paradoxalmente, este intelectual é o porta-voz do povo, a quem cabe a responsabilidade “de defender simultaneamente a unidade da nação, o progresso das massas para o bem-estar e o direito dos povos à liberdade e ao pão” (*Ibid.*, p. 60).

O Pan-africanismo de Fanon distancia-se da afirmação dos valores da negritude e funda-se na libertação do continente africano, com recurso à luta, isenta de violência. Esta luta deve ser protagonizada pelo colonizado, intelectual assim como não-intelectual, contra o colonialismo. Para o intelectual, a libertação inclui necessariamente o diálogo e a convivência pacífica entre o colono e o colonizado. Ao passo que, para o não-intelectual, o povo, a libertação encontra seus fundamentos na expulsão do colono da terra dos indígenas, pois é a terra que garante a sua sobrevivência e dignidade.

O povo recorre à violência¹⁷⁶ para a sua libertação, e esta apresenta-se como uma luz, um exemplo a seguir, uma força que une as massas ao alcance de um valor nobre, de dimensão nacional, tendo logrado sucesso em situações similares, em outras partes do mundo e, particularmente, em África. O medo que surge das consequências da violência obriga os governos coloniais a cederem à descolonização, à independência do colonizado.

Deste modo, o processo de libertação do continente africano, a gestão das nações recém-independentes, ocorre num contexto de confronto de várias visões. A convivência pacífica entre o antigo colono e o ex-colonizado, nas novas nações, implica também a inclusão do primeiro (antigo opressor) na máquina administrativa, o que não é bem visto por outra parte, chegando-se a minimizar os benefícios das independências. Consequentemente, uma libertação a acontecer nesses moldes é suspeita, e isto mina os ideais do Pan-africanismo. Não obstante, o apelo das novas nações independentes é rumo ao desenvolvimento, com base no trabalho e na luta contra o analfabetismo.

O Pan-africanismo, sendo um movimento político encabeçado por intelectuais colonizados, terá a ajuda política e diplomática dos países e povos progressistas. As reivindicações do colonizado manifestam-se como sonho nacional dentro de muitas

¹⁷⁶ A violência é a intuição que têm as massas de que sua libertação deve efectuar-se, e só pode efectuar-se, pela força (FANON, 1968, p. 56).

dificuldades, mas aterrorizam o colono, pois tem a noção das suas consequências. As nações recém-independentes enfrentarão desafios de vária ordem: a necessidade do capital, da mão-de-obra qualificada e a consolidação da unidade nacional. Sendo assim, a *luta continua*, o que significa que a nação enfrenta uma luta contínua, sem fim, no âmbito político, social, económico, etc.

Em *Os Condenados da Terra*, Fanon consciencializa o africano sobre a necessidade da luta para a sua libertação da opressão colonial, sobre a pilhagem das riquezas em África, sobre a dignidade da conquista das independências, sobre a necessidade de luta contra o subdesenvolvimento, contra a fome, a miséria e o analfabetismo, sobre o potencial económico do continente africano na sua acção em colectivo.

Em suma, tanto Blyden, quanto Nkrumah e Fanon, entre outros, todos tiveram o seu contributo na luta pelas liberdades do negro e do africano face às condições em que se encontravam, luta essa que culminaria com mudanças na visão do mundo e independências dos povos africanos.

Considerações finais

Após a reflexão sobre o *negro* e o *africano* como participantes nas liberdades, conclui-se que são as condições de vida a que estavam sujeitos que levaram estas figuras a terem a consciência de que tinham de lutar, quer pela igualdade das raças, pela liberdade como direito fundamental de todos os homens, quer pelo resgate dos valores de África e do direito à independência.

A consciência do *negro* e do *africano* sobre o sofrimento implantado pela colonização encontra a sua manifestação de forma sistemática na Negritude e no Pan-africanismo. Os ideais destes movimentos, liderados por intelectuais afro-americanos e algumas elites negras que tinham estudado na América e na Europa, culminaram com a conquista das independências em África. Como afirma Fanon (1968, p. 63), “a independência certamente trouxe aos homens colonizados a reparação moral e consagrou a sua dignidade. Mas eles ainda não tiveram tempo de elaborar uma sociedade, de construir e afirmar valores”.

Portanto, é no meio destas considerações que se pode aferir que a figura do negro, tanto o escravizado (ou ex-escravo) nas Américas quanto o colonizado em África, teve o seu papel marcante na história, na luta pelas liberdades universais. O ex-escravo luta contra a segregação racial, o colonizado contra a opressão colonial e o ex-colonizado contra a miséria, analfabetismo e o subdesenvolvimento.

Referências bibliográficas

- CASTIANO, José P. *Referências da Filosofia Africana: em busca da intersubjectivação*. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 2010.
- ELUNGU, P. E. A. *O Despertar Filosófico em África*. Luanda / Lisboa: Edições Mulemba & Edições Pedagogo, 2014.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Manuel. *O Discurso no Percurso Africano I*. Lisboa: Plátano Editora, 1989.
- MAKUMBA, Maurice M. *Uma Introdução à Filosofia Africana: passado e presente*. Maputo: Editora Paulinas, 2014.
- MANCE, Euclides A. *As Filosofias Africanas e a Temática de Libertação*. Curitiba: IFIL – Instituto de Filosofia da Libertação, 1995. Disponível em

<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/africa.htm>. Acessado em: 28 de Agosto de 2015.

MARGARIDO, Alfredo. *Negritude e Humanismo*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1964.

NASCIMENTO, Augusto. “Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África”. In: NASCIMENTO, Augusto & ROCHA, Aurélio (orgs). *Em Torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013, pp. 121-158.

NGOENHA, Severino E. *Filosofia Africana – das independências às liberdades*. Maputo: Editora Paulinas, 2014.

Pt.m.wikipedia.org. Acessado em: 22 de Junho de 2020.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Claudivan Pereira de Sousa¹⁷⁷
João Carlos Marinho da Silva¹⁷⁸

Resumo: A sociedade brasileira é tributária aos povos africanos, pois, o negro tem contribuído culturalmente com a arte, com a língua, com a culinária e o trabalho neste país. Desse modo, torna-se imperativo discutir e debater a importância da inclusão do ensino da História dos Quilombos e demais comunidades afro-brasileiras no ambiente escolar. Assim, o estudo é de cunho qualitativo e utiliza a estratégia de pesquisa bibliográfica para fundamentar as discussões acerca da importância dessa temática. Todavia, constatou-se na pesquisa que apesar de atualmente existir políticas educacionais que visam promover as relações étnico-raciais, ainda existe resistência quanto ao tema.

Palavras-Chave: Escola. Quilombos. Afro-Brasileira. Igualdade racial.

Introdução

O presente artigo científico tem como objetivo principal analisar e sequencialmente destacar a importância do ensino da história das comunidades quilombolas no ambiente escolar, bem como averiguar de forma minuciosa e detalhada a origem e as contribuições destas e de outras comunidades afrodescendentes na formação da identidade do povo brasileiro, dando ênfase à saga desses povos de matriz africana, de modo a reconhecer suas tradições, culturas e demais produções ao longo da história do Brasil.

Antes de adentrar aos por menores da pesquisa que trata das contribuições da História dos Quilombos no Ambiente Escolar, é fundamental elencar que a construção coesa e coerente dos textos da pesquisa aqui relatada tem um forte embasamento bibliográfico e autores como: Benjamin (2006); Berutti (2009); Brasil (2010); Felino (2012); Ferreira (1984); Figueira (2000); Fonseca (2011); Gennari (2008); Karnal (2008); Mattos (2008); Moraes (2005). Munanga (2005); Oliveira (2002); Schwarcz (1993) e Silva (2005), entre outros, que notadamente contribuíram de forma indispensável para o fortalecimento dos critérios científicos adotados nesta pesquisa.

É importante considerar que a necessidade de trabalhar dentro dessa linha historiográfica que é a matriz africana principalmente a quilombola, surgiu a partir da percepção da insuficiência de materiais didáticos e paradidáticos voltados especificamente para o tema em análise. A fim de aprofundar o leque de informações e alavancar os debates e as discussões sobre tão importante tema, é que foi produzido este artigo científico, uma vez que a história dos povos quilombolas não é menos importante que a história dos demais povos que certamente deram as suas contribuições para a formação da Identidade Nacional Brasileira.

Em virtude da necessidade da valorização da produção afrodescendente, foram realizadas pesquisas bibliográficas que apresentam um estudo sistematizado sobre a importância do legado de matriz africana no tocante a cultura, economia, povoamento, movimentos sociais e demais contribuições Afro-Brasileiras, que ao longo do tempo se

¹⁷⁷ Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira-FAPAF/TO. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional-FATESF/ES. Licenciado em História pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA. Atualmente é professor efetivo da Educação Básica Estadual e Municipal em Estreito-MA.

¹⁷⁸ Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira (FAPAF/TO). Graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Filosofia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor da Educação Básica Estadual e Municipal em Estreito-MA.

mostraram indispensáveis ao processo de formação da sociedade brasileira em seus traços, aspectos e características gerais.

A consolidação desse trabalho levou em consideração estudos, observações, análises, experiências e informações extraídas de depoimentos de educadores, alunos, gestores, coordenadores e demais servidores da educação realizados ao longo do processo de elaboração desse artigo, sobre a importância dessa proposta de ensino que prima pela implantação de práticas pedagógicas que assegurem o direito à igualdade étnico-racial e a inclusão social de pessoas de origem africana e demais comunidades afro-brasileiras.

Diante do exposto, faz-se necessário que a escola no seu papel de instituição social formadora de opinião e desenvolvimento humano, em uma força-tarefa estabelecida entre educadores, educando, comunidade e demais profissionais da educação desenvolvam políticas educativas que valorizem a inclusão do ensino da história dos quilombos e demais comunidades afrodescendentes no currículo escolar. Com a incumbência de reparar os danos moral e social no qual o negro foi submetido ao longo da escravidão e, que ainda sofre os reflexos desse regime em forma de preconceitos e discriminação racial.

Percebe-se ainda que essa iniciativa de promover a inclusão do ensino da história dos quilombos no ambiente escolar tem por objetivo conscientizar educadores, educando e comunidade a respeito da importância da valorização dos elementos culturais de origem africana na formação do povo brasileiro.

A escola como instrumento de valorização das comunidades quilombolas

A escola é uma das instituições sociais mais presentes na construção do desenvolvimento e da promoção humana. A função da escola não se restringe tão somente a promover ao educando uma mera acomodação em um determinado espaço físico. Desde os tempos mais remotos que a sua contribuição é requisitada na formação moral, cultural e social do cidadão. Desse modo, “[...] a escola é a instituição especificamente organizada para transmitir seletivamente às crianças a herança cultural da sociedade”. (OLIVEIRA, 2002, p. 215).

O ambiente escolar representa uma organização de caráter educativo que acumula inúmeras funções e visa à preservação e a transmissão de saberes aos membros da comunidade. Com o objetivo de assegurar ao educando a liberdade de expressão e o direito à igualdade nas relações étnico-raciais, indispensável na construção da cidadania:

A escola tem um papel central no processo de reeducação das relações étnico-raciais, e, portanto, precisa assumir seu papel transformador, pautando sistematicamente questões conflituosas e inegavelmente de difícil abordagem, promovendo junto à sua comunidade escolar o caminho do diálogo e do debate aberto e plural. (SOUSA e CROSO, 2007, p. 71)

Torna-se necessário que a escola estabeleça políticas educacionais que despertem no educando a tolerância à diversidade cultural. Ademais, é preciso que viabilize a elaboração de propostas pedagógicas inclusivas, que envolva a família e a comunidade em um mesmo processo de inclusão social.

Verifica-se ainda, que para atender a esta proposta de gestão democrática, a escola deverá se adequar a um novo modelo de ensino. Cujo objetivo seja desenvolver ações educativas que possam garantir a todos os alunos e comunidade, o acesso a uma educação de qualidade que prima pela valorização do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Pois, a simples aquisição de informações e conhecimentos a respeito do afro-

descendente, não representa o processo de inclusão. É imprescindível que a escola assuma postura de compromisso com uma educação acessível e de qualidade, que priorize as relações étnico-raciais:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores. (MUNANGA, 2005, p. 147).

A consolidação do projeto de inclusão do ensino da história dos quilombos e demais comunidades afro-brasileira ainda apresenta resistência, pois o processo é lento e requer uma reorganização da estrutura escolar. A rigor, é necessário promover ao educador uma formação adequada, bem como o acesso aos livros didáticos e aparatos legais que garantam ao profissional da educação, condições dignas de trabalho. Nesta perspectiva, o processo de inclusão social exige da família, escola e comunidade uma nova tomada de consciência em relação ao seu papel na construção da igualdade racial.

É de extrema importância compreender que embora essas comunidades estejam de certa forma isolada em relação aos grandes centros urbanos, devido situações e circunstâncias a que foram submetidos no passado, ambas não são impenetráveis nem fechadas ao contato com os demais seguimentos da sociedade, as quais fazem parte. O que favorece a ação inclusiva por parte das autoridades, empresas privadas, associações, grupos estudantis entre outros, se ambos se propuserem a contribuir para o desenvolvimento humano dessa parte carente da sociedade brasileira:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 12-13)

Cada instituição, governamental ou não, em conjunto ou apenas com o aval das autoridades, pode desenvolver políticas educativas que apoiem e possibilite a entrada dos mesmos benefícios recebidos pelos grandes centros. Neste sentido, cabe à escola, como uma instituição devidamente organizada, o papel de valorizar a história, a cultura e os costumes quilombolas. Elaborando para esse fim, projetos sócio-inclusivos. Que tenha como principal objetivo diagnosticar problemas e apresentar possíveis soluções para cada situação adversa encontrada.

Para tanto, é necessário que cada instituição ou classe escolar, realize pesquisa de campo. Faça a localização geográfica do quilombo, observe a facilidade de acesso, trace metas a serem alcançadas, informe as autoridades competentes e o grupo a ser visitado. Bem como evitar confrontos e provocações para que não haja constrangimentos para

ambas as partes. Apesar da necessidade de se democratizar o acesso a estes espaços culturais, os autores ressaltam:

De tal maneira a universidade se configura, historicamente, como o único *locus* de produção de saber, que, muitas vezes, os próprios movimentos sociais têm dificuldades de compreender que as suas práticas e os saberes por eles produzidos, ao se tornarem públicos, confrontam a teoria pedagógica e social. (FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011, p. 53)

Após tomar as devidas precauções mencionadas acima, o ambiente torna-se propício à realização da pesquisa de campo, a qual já foi explicada anteriormente, não pode ter o propósito de denegrir, nem difamar, mas de promover o bem-estar em todos os sentidos e aspectos, seja físico, intelectual, moral e emocional. Pois, este tipo de estudo propõe encontrar soluções, resolver problemas e até mesmo denunciar a condição subumana em que vivem muitas dessas comunidades, criando a possibilidade de acesso das mesmas aos programas sociais existentes.

Outra forma de obter informação acerca das comunidades quilombolas é a prática de recorrer a pesquisas bibliográficas, conhecida também como pesquisa de gabinete ou literária. Embora esse tipo de busca não permita o contato direto com o objeto da pesquisa, a gama de informações é bastante considerável, podendo ser encontrada em livros, revistas, jornais, documentos e em sites na internet, levando em consideração o ponto de vista de diversos autores.

A pesquisa em fontes literárias está menos sujeita a interferência pessoal movida pela emoção. Todavia, é imprescindível que a mesma não tenha inferior importância com relação à de campo, já que os objetivos não precisam ser necessariamente diferentes. Ainda que haja distinção entre um método e outro.

Em ambos os casos, tanto no método bibliográfico quanto na pesquisa de campo, dependendo da circunstância, há a possibilidade da utilização de apenas uma das formas. No entanto, é perfeitamente possível a fusão das duas técnicas ao mesmo tempo, em uma espécie de convergência dos dados encontrados. O que torna a coleta e a troca de informações e experiências algo muito mais preciso e enriquecedor:

Em face disso, assumem importância ímpar as técnicas de registro e documentação utilizadas pelo pesquisador de campo. Sua pesquisa começa muito antes de partir para o campo. Principia nas bibliotecas e nas livrarias. Colhido o material indispensável, que possa trazer alguma contribuição ao estudo que vai empreender, parte para o campo. (SILVA, 2005, p. 73)

Embasado nas afirmações comentada acima, é importante entender que não existe uma tão volumosa quantidade de obras literárias que envolva a história dos grupos quilombolas e seu modo de vida, o que facilitaria a prática da pesquisa bibliográfica, caso houvesse em maior escala. Do mesmo modo, não se pode esquecer que há um forte grau de dificuldade na hora de efetuar uma boa pesquisa de campo. Isso ocorre porque muitas das vezes há falta de acesso direto a essas comunidades. Seja pela distância, barreira geográfica como rios, imperfeições de terreno ou ainda pelos entraves legais, criados propositadamente para impedir seu amplo desenvolvimento, o que termina atrapalhando os passos para a realização de uma pesquisa de campo mais detalhada, com vistas à inclusão social.

A formação dos quilombos

A história dos quilombos e suas comunidades devem ser trabalhadas com mais ênfase no âmbito escolar, no sentido de combater o racismo, o preconceito e valorizar suas crenças, culturas, modo de vida, produção e demais contribuições. Para que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem entendam que os negros de uma forma geral, também tem um papel bastante relevante no processo de formação da sociedade brasileira e sua identidade, facilmente constatado nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, (BRASIL, 2008, p. 77-78): “O estudo da África e das culturas afro-brasileiras, [...] fazem da História do Brasil o complexo cultural que lhe dá vida e sentido”.

Embasado nesses e outros argumentos que ainda serão explorados, pode-se dizer que a escola é sem sombra de dúvidas, um dos locais mais adequados para tratar da inclusão da história dos grupos quilombolas e seu rico legado cultural. Tendo em vista ser neste meio, que o educando compreende a necessidade de tomar posicionamento a favor da quebra das barreiras étnico-raciais impostas ao longo do tempo. No entanto, mesmo no espaço de ensino, antes de introduzir tal assunto, é preciso que se faça uma exposição detalhada acerca dos elementos culturais que envolvem outros grupos, com o intuito de demonstrar as diferenças existentes entre ambos.

Para que isso ocorra, alguns cuidados são indispensáveis: é necessário explicar para o educando que os elementos culturais quase sempre são convergentes entre si, podendo depender um do outro, ou ainda se sobrepor. Conforme as Orientações Curriculares Para o Ensino Médio, (BRASIL, 2008, p. 77). “As culturas são híbridas e resultam de trocas e de relações entre os grupos humanos. Dessa forma, podem impor padrões uns sobre os outros, [...]”.

Após haver reconhecido o valor e a importância da grande diversidade cultural existente no contexto social brasileiro, o docente e o discente estão prontos para aprofundar ainda mais o estudo acerca dos povos quilombolas. Tendo como principais pontos de partida o conceito da palavra quilombo, grupos étnicos a que pertencem, além de indagações do tipo: quando e onde? Por que surgiram? Como viviam e ainda vivem atualmente essas comunidades no Brasil?

As respostas satisfatórias a estas questões dependem muito do tipo do método de estudo adotado, no sentido de estabelecer os passos da pesquisa, bem como a aplicação da mesma no espaço escolar. Por esse motivo, é interessante que o educando compreenda que os quilombos não foram formados apenas com o propósito de esconder negros fugidos dos mais diversos locais. Sua finalidade vai muito mais além. Pois, os negros que para lá se dirigiam viam nestes aglomerados um lugar de proteção e segurança onde podiam trocar suas experiências, preservar seus costumes e tradições, plantar e colher. Um local de vivência e conveniência bastante diversificado, mas comum a todos. Sobre esse assunto, Moraes (2005, p. 163) comenta: “Em palmares havia rica agricultura e intenso comércio entre as diversas aldeias; os ritos religiosos constituíram um produto da fusão entre rituais católicos e inúmeras práticas africanas [...]”.

Devidamente organizados, estes mocambos quase sempre afastados dos grandes centros urbanos e das grandes propriedades rurais, jamais permitiram qualquer interferência imposta pelos grupos dominantes. Isso fez com que em não poucas ocasiões, se armassem e organizasse a defesa daquilo que era considerado por eles, seu território e propriedade. A fim de garantir não apenas mais um local para ficar, mas a própria coexistência, em um mundo que não lhes dava oportunidade, nem os direitos básicos cabíveis aos seres humanos, forçando assim o isolamento praticamente imediato dessas comunidades.

É respaldado em tais proposições, dispostos até este ponto do artigo, que se pode dar ao termo “quilombo”, o peso e a credibilidade que a palavra tem e merece. Pois, o

mesmo atravessou as barreiras do tempo e do espaço, não podendo de forma alguma ser ignorado nos dias atuais. É a partir do acesso a comentários desse tipo, já mencionado anteriormente, que educador e educando se despertam para aprender com mais segurança a história dos povos quilombolas. Começando conforme pode ser observado a seguir, pelo conceito do termo quilombo, local, nome e a história do quilombo de Palmares, uma das mais marcantes organizações quilombolas do Brasil:

Quilombo é uma palavra das línguas congo-angolanas e significa “acampamento na floresta”. [...] As notícias mais antigas desses refúgios referem-se ao quilombo de Palmares, que chegou a ocupar uma grande área da zona da mata-norte de Alagoas e sul de Pernambuco. (BENJAMIN, 2006, p. 122).

O termo em evidência acima passou a ser empregado pelas elites agrárias do Brasil como algo pejorativo, símbolo de rebeldia e de insubmissão, principalmente quando se faz alusão ao quilombo de Palmares, liderado por Zumbi. Ainda que na prática todos os afro-brasileiros só quisessem mesmo um espaço só seu, onde pudessem ser consideradas pessoas comuns e não meros animais de carga, como eram tratados antes de chegarem à comunidade quilombola.

A conotação social que pairou sobre o quilombo de Palmares chamou a atenção e despertou o interesse de intelectuais. Este fato fortaleceu a proposta e o estabelecimento de um movimento histórico que servisse de inspiração e visasse justificar as lutas pró-liberdade negra:

Pouco a pouco, a penúria dos primeiros tempos é vencida graças a um trabalho coletivo que desenvolve uma economia comunitária de auto-subsistência na qual – fora os objetos de uso pessoal – as terras, os instrumentos de trabalho, as casas e as oficinas pertencem ao mocambo. (GENNARI, 2008, p. 37).

Apesar da constatação da existência de outros quilombos anteriores ao de Palmares, pode-se dizer que este em particular foi à força motriz que deu base a todas as reivindicações por liberdade até o presente momento. Por esse motivo, sua história merece destaque, devida atenção e respeito. Pois trata da luta do negro não apenas pela terra em si, mas para se firmar como comunidade capaz, em busca de autonomia, ainda que para isso fosse pago um preço muito alto, com o risco da não aprovação de uma minoria privilegiada com forte influência política.

A história de Palmares foi marcante, não apenas pela grandiosidade de seu tamanho ou aglomeração de pessoas em um mesmo espaço geográfico. Foi antes de tudo marcante por sua organização própria, persistência e autodeterminação, o que não quer dizer o alcance imediato de seus objetivos. Embora como já foi anteriormente explicado, tenha lançado as bases do pensamento anti-escravista no contexto histórico-social brasileiro:

Enquanto existiu, e mesmo depois de sua destruição, Palmares foi um estímulo à luta dos escravos pela liberdade. Por isso, as autoridades da colônia lançaram contra ele diversas expedições militares. Em 1678, diante do insucesso das investidas, o governo de Pernambuco chegou a negociar uma trégua com o rei Ganga Zumba, principal líder dos quilombolas (FIGUEIRA, 2000, p. 162).

Inclusive as ideias do pensamento abolicionista, movimento que ganhou força em meados do século XIX, culminando na Lei Áurea que libertou os escravos em 13 de maio de 1888, e tempos depois, mais precisamente início do século XXI, o reconhecimento do dia 20 de Novembro como sendo o dia da Consciência Negra regulamentado pela Lei nº 10.639, de 9 janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Em Palmares, estavam reunidos escravos fugidos, alforriados e pessoas livres desfavorecidas, sofridas em consequência das secas periódicas que assolam o Nordeste. Tudo isso somado ao trabalho árduo de pouca remuneração nas grandes propriedades rurais. Lá as barreiras étnicas entre os negros fugidos dos latifúndios e os refugiados livres terminavam. Imbuídos por um sentimento comum, onde tudo era dividido entre os membros da comunidade, eram forçados em algumas ocasiões a pegarem em armas para promover a sua defesa.

Depois de muitas tentativas e ataques sem sucessos, o governo de Pernambuco uniu forças a um exército de bandeirantes, obtendo definitiva vitória. Só assim o quilombo veio abaixo, seguido de muitas mortes e profunda tristeza que tomou conta dos sobreviventes que restaram. Afirma Benjamin, (2006, p. 125), “A destruição de Palmares foi então completada: os habitantes que foram presos voltaram à escravidão e as habitações foram totalmente arrasadas”.

Toda a movimentação armada e avassaladora que se abateu sobre Palmares foi justificada por seus idealizadores, que logo trataram de apontar suas razões: a escassez da mão-de-obra em suas propriedades e o crescimento populacional, equiparado ao de Salvador, capital do Brasil na época.

O temor e o ódio desenvolvido em suas mentes não permitiam que suportassem a existência de um quilombo tão grande com tantas comunidades reunidas em um mesmo local. O que segundo a mentalidade da época, resultava em prejuízos aos seus interesses, por esse motivo não mediram esforços na tentativa de suprimir e apagar de vez o seu nome da história. No entanto, ainda que tenham alcançado seus objetivos, destruindo sua estrutura físico-material, não conseguiram eliminar o poder da conscientização secular por liberdade, originado a partir desse grande acontecimento histórico:

[...] Palmares foi destruído, em 1694, por uma expedição comandada pelo paulista Domingos Jorge Velho, acusando a morte de duzentos quilombolas e a venda de outros quinhentos capturados para outras capitâneas. Zumbi e alguns quilombolas conseguiram fugir, mas logo o líder foi preso. Em 20 de novembro de 1695, foi capturado e condenado à morte. (MATTOS, 2008, p. 144).

Outros aspectos envolvendo o quilombo de Palmares merecem um estudo mais aprofundado, o que não foi possível fazer devido às limitações deste artigo ou até mesmo em consequência da falta de mais informações acerca do assunto. Assim como os demais grupos quilombolas espalhados pelo Brasil, que pelas mesmas razões acima mencionadas não foram analisados neste trabalho. Todavia serão citados alguns dos estados onde houve forte influência destas comunidades: Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará como indicação para pesquisas posteriores.

Esta pesquisa não tem por objetivo ignorar a existência de outros movimentos sociais que também tiveram relevante importância na luta por liberdade e fim da escravidão. Embora neste trabalho o foco recaia sobre o quilombo de Palmares, personificado nas ações e atitudes de seu líder Zumbi.

Os afro-brasileiros e suas contribuições

A população afro-brasileira apresenta traços culturais marcantes, que devem ser valorizados. Por isso, é necessário que a escola desenvolva práticas pedagógicas que incentivem educadores e educandos a reconhecerem a importância do ensino da história de matriz africana. Para tanto, é primordial que se registre as diversas atividades promovidas por estas comunidades afro-descendentes, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento deste país:

A população afro-descendente no Brasil tem características culturais muito marcantes, que precisam ser mais estudadas e entendidas já que a contribuição dos inúmeros países africanos é muito significativa para todos os setores da vida brasileira, quer se relacione à linguagem, à vida familiar, ao sistema simbólico, à comunidade religiosa, à produção do saber (Ciência) ou à transmissão do saber (Educação). (MUNANGA, 2005, p. 83).

O legado do negro na formação da sociedade brasileira remonta ao Brasil colonial. Período este da história marcado pela participação incisiva da mão-de-obra e demais saberes desenvolvidos pelo escravo negro que implicaram na formação cultural, econômica e social do povo brasileiro. As primeiras levas de escravos negros advindos de regiões diversas da África chegaram ao território brasileiro a partir do século XVI, em decorrência do processo de colonização empreendido pela coroa portuguesa.

O empreendimento da colonização brasileira requeria uma estrutura organizacional que viabilizasse uma boa rentabilidade econômica para a coroa portuguesa. Para isso, era necessário de imediato à aquisição de mão-de-obra que desenvolvesse atividades diversas e, sobretudo, sem gerar ônus para a metrópole portuguesa. Sobre o número de escravos comercializados nas rotas do atlântico, a autora ressalta que:

No século XVI, o número total de escravos comercializados nas rotas do atlântico ficou em torno de 800 mil a 1,3 milhão. Nos séculos seguintes (XVII e XVIII), o volume das exportações cresceu vertiginosamente, chegando a mais 7 milhões de escravos africanos vendidos. Esse número representava 70% do total das exportações de escravos da África. Só para a América foram enviados, durante o século XVIII, cerca de 60 mil africanos por ano. (MATTOS, 2008, p. 65 – 66).

Diante do exposto, é notória a grande relevância dos serviços prestados pelo escravo na sociedade brasileira. Posto que, sem a mão-de-obra e demais atividades desenvolvidas pelo negro, a economia brasileira nos períodos colonial e imperial não se desenvolveria em pleno funcionamento, uma vez que o trabalho escravo representava o carro-chefe do desenvolvimento econômico do país.

A acumulação de funções na qual o escravo era submetido a desenvolver evidencia a sua potencialidade e destreza na execução das tarefas delegadas pelo seu senhor. A rigor, estas tarefas exigiam do escravo habilidades e um bom condicionamento físico, devido o seu alto grau de complexidade, pois, além, do cultivo e da colheita da cana de açúcar, o escravo desenvolvia inúmeras atividades trabalhistas:

O escravo também ficava encarregado da manutenção da propriedade, construir cercas, poços, fossos, além de, em alguns engenhos, cuidar da sua própria subsistência, cultivando um pedaço de terra fornecido pelo proprietário, depois que cumprisse a sua cota de trabalho. (MATTOS, 2008, p. 105).

Observa-se que durante a escravidão no Brasil, o negro desenvolveu atividades econômicas diversas. Muitas foram às modalidades de trabalho desenvolvidas durante o regime escravista no Brasil. Portanto, é possível que esta versatilidade e polivalência sejam um dos fatores que explicam a adesão da coroa portuguesa pela mão-de-obra escrava negra.

A construção da cultura brasileira teve influência direta dos elementos culturais dos povos africanos. Pois, quando estes aportaram em solo brasileiro na condição de escravos, trouxeram consigo não somente a sua destreza física, mas sobretudo, seus hábitos alimentares, ritos religiosos, ritmos musicais, suas danças, seus vocábulos e tradições que com o passar do tempo foram se consolidando como traços culturais indispensáveis na formação da identidade do povo brasileiro:

[...] celebrações como a festa do divino, folias de reis, maracatus, bois e tantas outras acabam envolvendo os esforços de comunidades inteiras, seja na preparação das vestimentas e instrumentos ou da alimentação, que deve ser abundante, seja em determinadas cerimônias que ocorrem ao longo de um ano inteiro. (FELINO, 2012, p. 41).

Nota-se facilmente, a gama de elementos culturais de origem africana que povoam o cotidiano do povo brasileiro. Para Ferreira (1984, p. 45), “[...] danças como o cateretê, o jongo e o samba; instrumentos musicais como o atabaque, a cuíca, a marimba e o berimbau [...]”, caracterizam essas manifestações.

A preservação da memória do povo africano no Brasil representa um patrimônio cultural que constitui a identidade do povo brasileiro. Ademais, faz-se necessário a conservação desse patrimônio cultural, por meio da inclusão do ensino da história do negro no currículo escolar, a fim de conscientizar o educando e promover o acesso a este registro da história brasileira às gerações posteriores.

O negro e a sua histórica luta por reconhecimento

Durante o período escravista no Brasil, o negro teve o seu direito de expressão violado pela rígida política do colonizador. A coroa portuguesa impunha penas severas aos negros. Todavia, isso não os intimidava em sua busca por liberdade e uma das formas mais comuns de resistência, assunto já explanado anteriormente, foi à formação de quilombos no interior do país, ainda que governo e senhores de escravos perseguissem qualquer um que ousasse empreender manifestação contrária ao modelo europeu:

Em caso de fuga, após a aplicação de até 100 açoites nos pelourinhos das cidades ou na presença dos demais colegas de sofrimento da fazenda, o corpo do supliciado, já em carne viva é banhado com vinagre, água salgada ou pimenta e jogado numa sala. (GENNARI, 2008, p. 25).

Percebe-se ainda, que com o advento da promulgação da Lei Áurea em 1888, erradicou-se o regime escravista formal no Brasil. No entanto, para o negro não representou nenhuma mudança significativa no quadro social. Ao ex-escravo foi reservado as piores condições de trabalho. Vivendo à margem da educação e da economia do país:

Os ex-escravos foram abandonados à própria sorte. Não tiveram acesso à terra ou a uma indenização em dinheiro pelo longo período de trabalho forçado. Geralmente analfabetos e vítimas de discriminação, muitos ex-escravos permaneceram nas fazendas, vendendo a sua força de trabalho em troca da simples subsistência. Outros procuraram fazendas vizinhas, empregando-se em troca de abrigo e alimentação. (BERUTTI, 2009, p. 43).

Ao longo da história, pensadores e intelectuais convencionaram-se a disseminar a teoria de que no Brasil a relação estabelecida entre senhor de escravo e escravo, ou seja, branco e negro era recíproca e harmoniosa. Por isso, para apresentar o país com um aspecto positivo no exterior foi fabricado o mito da democracia racial, que mostrava a escravidão como uma instituição natural e democrática. “A teoria da democracia racial, é preciso salientar, foi criada para fundamentar uma homogeneização cultural e omitir as diferenças e desigualdades sociais”. (KARNAL, 2008, p. 199).

Certifica-se, portanto, que os entraves legais e ideológicos impostos pela elite brasileira por mais de três séculos, impediram que os descendentes de africanos obtivessem acesso à memória de seus ancestrais. Neste sentido, Schwarcz (2008, p. 13), informa que [...], “a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação”. O que implicou diretamente no alheamento do afro-descendente no que tange a sua própria identidade cultural.

Essa forma negativa de vê o negro perdura nos dias atuais. Levantamento realizado pela Fundação Cultural Palmares, instituição governamental vinculada ao Ministério da Cultura. Aponta que na atualidade os quilombos ainda estão desassistidos dos direitos básicos vigentes na lei. A pesquisa revela que a principal reivindicação desses núcleos de povoamento é o reconhecimento patrimonial de propriedade das terras destinadas às comunidades quilombolas. Como estabelece o Art. 215, § 1º, e 216 § 5º da CF/88.

Dessa forma, não se pode negar que os elementos culturais de origem africana foram ignorados pela elite brasileira por um longo período da história do país. No entanto, cento e vinte anos depois da abolição do regime escravista, surgem políticas educativas que visam promover a reparação moral e social do afro-descendente, mediante a ratificação da nova legislação em vigor.

A Lei nº 10.639 / 2003, sancionada em 09 de janeiro de 2003 pelo presidente da República Federativa do Brasil, estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar de instituições públicas e privadas da Educação Básica. Esta ação representa um marco histórico na sociedade brasileira, no tocante a tolerância à diversidade cultural:

Como política de educação, ela surgiu em resposta a reivindicações históricas de pessoas e grupos do movimento social negro que, de diferentes maneiras, têm-se empenhado em prol de ações concretas contra o racismo, o preconceito e as discriminações raciais na sociedade de forma geral e na educação especialmente. (SOUSA e CROSO, 2007, p. 19 – 20).

Diante do exposto, é notório que em uma sociedade multirracial com problemas étnico-raciais e crise de valores, haja entraves que inviabilizem a construção de uma mentalidade que prima pela igualdade das relações étnico-raciais no país. No entanto, a promulgação da Lei supracitada introduz pela primeira vez na pauta da educação brasileira, a temática sobre a importância da cultura de matriz africana. Reconhecendo o seu direito de legitimidade e a sua importância no âmbito escolar, uma vez que a cultura africana tem participação direta na formação do povo brasileiro. Este dispositivo legal permite que os afro-descendentes, que residem em comunidades quilombolas e em demais localidades, tenham acesso ao resgate da sua memória e identidade cultural.

Considerações Finais

Atualmente, os afrodescendentes ainda sofrem com o preconceito e a discriminação racial, fortemente presentes no seio da sociedade brasileira. Por esse motivo, a presente pesquisa defende a importância do ensino da história dos quilombos no ambiente escolar, com a finalidade de extinguir todo e qualquer tipo de segregação racial. Todavia, sabe-se que a elaboração e execução de um trabalho deste porte não é uma tarefa fácil e enfrenta vários obstáculos criados às vezes pela própria escola quando esta não se familiariza com tal proposta.

O empenho e a árdua tarefa de desenvolver e embasar este artigo nas propostas dos mais diferentes escritores serve sem dúvida alguma para redirecionar a atenção da escola rumo a uma responsabilidade que também é sua. Pois, dentro desta perspectiva a mesma deve ser indiscutivelmente um instrumento da valorização de todo o legado cultural e material das comunidades quilombolas.

Descrever a formação histórica dos quilombos em meio à reduzida quantidade de material bibliográfico tem suas dificuldades. Isso ocorre porque considerável número de historiadores não tem acesso aos documentos necessários ou simplesmente não se dispõe a abordar com amplitude o referido tema. Situação percebida na maioria dos livros de história utilizados nas escolas. Infelizmente, em muitas dessas obras didáticas não existe um único capítulo que trate com exclusividade deste assunto.

A solução para o problema apresentado acima está a princípio no cumprimento rigoroso das leis que determinam o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira. Neste sentido, cabe aos responsáveis pela escolha dos livros didáticos rejeitarem aqueles que não estão de acordo com as exigências legais.

Para finalizar, é bom lembrar que uma vez escolhido o material adequado, o professor orientador deve ter o cuidado de aprofundar o conteúdo, recorrendo aos recursos necessários para esse fim. Tendo em mente esclarecer para o educando que há inúmeras contribuições tanto das comunidades quilombolas quanto dos demais grupos afro-descendentes no processo de formação da sociedade brasileira.

Mediante a tudo que foi exposto neste artigo, se faz necessário relembrar que a presente pesquisa não tem o objetivo de dar o assunto por encerrado, como se não existisse muito a ser explorado. Pelo contrário, abre-se aqui o espaço para o debate e o aprofundamento do tema através da realização de novas pesquisas, que certamente serão úteis para romper as possíveis barreiras do preconceito étnico racial e cultural que se instalou escancarado e sorratamente no território brasileiro através dos tempos.

Referências

- BENJAMIN, Roberto Ernesto Câmara. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**. João Pessoa: Grafset, 2006.
- BERUTTI, Flávio. **1888: o negro torna-se igual na lei, mas...** / Flávio Berutti; Mário Vale, ilustrador. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BRASIL, **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias** Volume 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.
- BRASIL, **Vade Mecum**. Anne Joyce Angher (Org.). 10ª ed. São Paulo: Rideel, 2010. **Ciências humanas e suas tecnologias** / Secretaria de educação Básica – Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação Básica, 2008.
- FELINO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1984.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História: série novo ensino médio**. Volume único. São Paulo: Ática, 2000.
- FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, (Orgs.). **Relações étnico-raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- GENNARI, Emílio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, Ana Lúcia; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003**. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.
- KARNAL, Leonardo (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: contexto, 2008.
- MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. 1960 – **História: geral e Brasil**. volume único. 2 ed. São Paulo: Atual, 2005.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. revisada (Brasília): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1957 – **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Antropologia Cultural**. São Luís: UEMA, 2005.
- OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora ática, 2002.

A AMEAÇA DO DESCONHECIDO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO CINEMA DE FICÇÃO CIENTÍFICA DOS EUA DURANTE A GUERRA FRIA (1953-1956)

Jorge Cedrez Verneti¹⁷⁹
Thiago Cedrez da Silva¹⁸⁰

Resumo: A Guerra Fria foi o período caracterizado pela disputa político-ideológica entre os modelos capitalista e socialista marcado, também, pelas corridas armamentista e espacial entre os EUA e URSS. Nesse cenário a indústria cinematográfica estadunidense promoveu um grande ciclo de produções do gênero de ficção científica, por vezes aliando o entretenimento ao discurso político. Partindo da perspectiva da Geografia Política, o presente trabalho pretende fazer uma análise do discurso sobre três exemplares do cinema Sci-Fi dos EUA produzidos na década de 1950, nos quais se observam alegorias ao anticomunismo, a exploração espacial e a era atômica.

Palavras-chave: Guerra Fria, Geografia Política, cinema, ficção científica.

Introdução

O tema deste trabalho compreende a relação estabelecida entre a Geografia Política e o cinema de ficção científica dos EUA, com base em uma breve descrição dos fatos e características da Guerra Fria e a produção cinematográfica do gênero que remonta ao período. A Guerra Fria, assim denominada a disputa político-ideológica entre modelos econômicos antagônicos, o capitalismo e o comunismo, representados por EUA e URSS respectivamente. Disputa esta, que abarcou também os setores bélicos e científicos na busca pela hegemonia mundial. Isto se aprofunda durante as décadas de 1950 e 1960, onde a humanidade testemunhava as corridas armamentista e espacial promovidas pelos dois países.

Tendo esse contexto político como pano de fundo, a pesquisa compreende um breve recorte temporal, a década de 1950, e a delimitação da análise sobre três filmes estadunidenses, a saber: A Guerra dos Mundos (1953), O Mundo em Perigo (1954) e Vampiros de Almas (1956). Cabe então, apresentar e conceituar a Geografia Política levando em conta suas origens e objetos de estudos. Desse modo, delimitar as particularidades e possibilidades de análise no campo da cinematografia de ficção científica.

Historicamente o estudo das manifestações políticas foi atrelado, de uma forma ampla, aos campos da Ciência Política e da História Política. No entanto, a partir do final do século XIX os estudos geográficos começam a sistematizar os métodos e objetos de análise no ramo da Política. Atribui-se tal sistematização à Friedrich Ratzel, geógrafo e etnólogo alemão adepto do determinismo geográfico. De modo específico, assim como o pensamento geográfico geral, a Geografia Política endossa a análise do território, a identificação de seus conflitos e a problematização das transformações de cunho social e econômico nele observados. Por conseguinte, abordando as práticas geopolíticas desenvolvidas entre os diferentes territórios - estados-nações-, e os atores políticos envolvidos em nível internacional.

Dentro da proposta deste trabalho entende-se que o território abrange também às áreas de influência cultural, ou seja, a territorialidade não se restringe apenas aos elementos físicos, como por exemplo, a fronteira, seja esta natural ou antrópica. Desse

¹⁷⁹ Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UFPel). E-mail: jorgevernet@gmail.com

¹⁸⁰ Doutorando em História (UFPel) Mestre e Graduação em Licenciatura Plena em História (UFPel) Especialização em Psicologia e Coaching (Faculdade Metropolitana). Professor no Programa de Pós-Graduação FATEC-SENAC Pelotas –RS. E-mail: thicedrez@hotmail.com

modo há a ocorrência do controle por agentes externos a determinado território, para tanto SACK (1986)

Há território fora da área/território. A territorialidade é uma tentativa de um quando alguma autoridade usa uma área para influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos, sendo que esta autoridade pode usar este indivíduo ou grupo social para influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. (SACK 1986 apud SAQUET, 2005, p.13884)

A influência exercida por determinado Estado ou grupo político pode ser realizada através da mídia e das manifestações artísticas e culturais, e estar inserida em um conjunto de medidas que atendam demandas de sua Geopolítica.

Por entender que a Geografia é uma ciência versátil e que dialoga com várias áreas do conhecimento, pois esta faz uma leitura multidimensional do objeto de estudo proposto. Partindo desse pressuposto surge a necessidade de aprofundar os conceitos geográficos no ambiente cinematográfico, entendendo que o mesmo se configura como um reflexo dos fenômenos sociais que o cercam. Estudar a configuração do cinema também como um meio de difusão de ideais e concepções políticas, principalmente em períodos históricos e locais marcados por agitações sociais e antagonismos ideológicos. Considerando que a produção acadêmica sobre o cinema como instrumento político em sua maioria é oriunda dos campos da História e Jornalismo, torna-se pontual aplicar o olhar da Geografia Política sobre tal tema.

Neste âmbito, pontua-se a importância da análise do discurso, recurso comumente associado à literatura, mas que pode ser aplicado também na interpretação de produções audiovisuais. A decupagem da linguagem cinematográfica, extraindo os elementos que perpassam o entretenimento puro e simples, desse modo identificando as metáforas, alegorias e a linguagem subliminar que representa o contexto geopolítico, tema este, tão necessário à aplicação da Geografia Política e o entendimento das transformações no espaço em um mundo regido, no recorte temporal delimitado neste trabalho, pela bipolaridade político-ideológica.

Por fim, através da pesquisa bibliográfica realizada, percebeu-se que há um campo fértil para pesquisas de maior fôlego sobre a relação entre o cinema, a Geografia Política e a geopolítica. Desta forma, este trabalho torna-se relevante na medida em que se permite refletir com especificidade sobre as relações de discursos político-ideológicos nas películas cinematográficas e como estas, impactam no imaginário social daqueles que as assistem.

MÉTODO DE PESQUISA

O procedimento de pesquisa toma como ponto de partida a prévia observação dos filmes citados no trabalho, bem como, a apreciação das principais obras do gênero de ficção científica realizadas pelos EUA na década de 1950. A consulta em listas cine biográficas é utilizada para a obtenção de dados técnicos e informações artísticas que permitem ampliar de forma quantitativa e qualitativa o repositório informacional da pesquisa. Paralelamente, se realiza a leitura de trabalhos acadêmicos que abordam temas envolvendo o cinema, a Geografia Política, a geopolítica e o período histórico abordado, de modo a traçar um padrão da utilização de subtópicos políticos e socioculturais pelos filmes em análise.

Para a realização da pesquisa bibliográfica utiliza-se o método de leitura analítica, que segundo Severino (2017) consiste em um processo que avança por etapas sucessivas (processos lógicos) até a compreensão global de uma unidade de leitura. As referidas etapas são a análise textual, análise temática, análise interpretativa, problematização e síntese pessoal. A escolha dos filmes utilizou como critério os temas abordados em seus roteiros e o subtópico político presente em sua narrativa. A análise do

discurso é adotada também, tendo como referência a metodologia de Orlandi. A pesquisa do material bibliográfico possui natureza investigativa, enquanto a apreciação dos componentes fílmicos é instrumentalizada a partir de uma abordagem qualitativa e dentro da perspectiva de um estudo de caso alcançar objetivos descritivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A segunda metade do século XX foi marcada por um novo arranjo de poder no espaço internacional. A vitória dos Aliados sobre os países do Eixo pôs fim a Segunda Guerra Mundial e promoveu a Ocupação da Alemanha e a consequente divisão de seu território entre URSS, EUA, Reino Unido e França. Os EUA e URSS emergem como as duas grandes potências mundiais e iniciam uma divergência no campo ideológico ao deferem seus modelos econômicos distintos. Opõem-se, então o capitalismo e o comunismo criando assim a Ordem Bipolar Flexível e promovendo a divisão do mundo em esferas de influência.

Revoluções, contrarrevoluções e golpes de Estado se estabelecem em diferentes partes do globo. A disputa por novos territórios acirrou-se desencadeando conflitos regionais em pontos estratégicos com o intuito de assegurar a hegemonia de ambas nações. O antigo imperialismo britânico e francês cedeu a lugar novas formas de conquista e aculturação. Elucida-se que os termos imperialismo e hegemonia apesar de não serem sinônimos, por vezes, se complementam, é o que aponta Garcia:

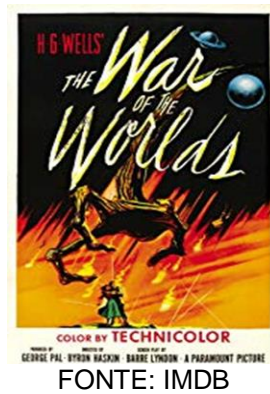
Os conceitos de hegemonia e imperialismo são usados por autores representantes dos três principais paradigmas das Relações Internacionais (realismo, institucionalismo e marxismo) de formas diferentes, muitas vezes para explicar o mesmo: o estabelecimento de uma determinada ordem internacional sob dominação de uma potência. (GARCIA, 2010, p. 2)

Ainda na década de 1950 o nacionalismo e a aversão ao comunismo desencadeiam um dos momentos mais polêmicos da história dos EUA. A fundação do Comitê de Atividades Antiamericanas, sob a tutela do promotor público Joseph McCarthy. Órgão governamental que encampou uma campanha anticomunista, na qual, foram perseguidos os membros do partido comunista. Foram redigidas listas de suspeitos de conspiração e convocadas audiências públicas para tratar de casos considerados subversivos. A perseguição política foi perpetrada sobre os setores artísticos, sobretudo o cinema.

Todavia, os primeiros anos da Guerra Fria também foram responsáveis pela intensa pesquisa científica e por avanços tecnológicos nas comunicações, como o surgimento da televisão e a exploração espacial. Esse ambiente de intensas descobertas e conflitos foi responsável também por criar as condições para a ascensão da ficção científica como gênero cinematográfico. Gênero este, que segundo NOBOA (2010) “é a imaginação da prática científica, que a legitima socialmente, mesmo quando a critica em alguns aspectos.” O gênero *Sci-Fi* surgiu na literatura na primeira do século XIX, e está presente no cinema desde os seus primórdios com a realização de *Viagem á Lua* (*Le Voyage dans la Lune*, Fra, 1902)) dirigido por Georges Méliès e que adapta o livro *Da Terra à Lua* de Jules Verne. No entanto, é a partir dos 1950 que a ficção científica ganha espaço no cinema, principalmente em Hollywood que se valeu do cenário de curiosidade e medo do público para explorar roteiros de teor fantástico. Partindo dessa observação analisamos as obras a seguir.

A Guerra dos Mundos (*The War of the Worlds*, 1953)

FIG. 1: Cartaz de cinema.



O filme adapta o romance de H.G. Wells escrito em 1898, onde é narrada uma invasão extraterrestre a Terra, tendo como cenário a Inglaterra do período Vitoriano. A película, por sua vez, realiza mudanças na ambientação transferindo a ação para os EUA do início da década de 1950, mais precisamente, a cidade de Linda Rosa no estado da Califórnia. A trama, assim como na obra literária original, narra os eventos de um ataque marciano ao planeta Terra. Uma narração em *off* permeia o desenrolar da história. Inicia o discurso enaltecendo os feitos dos EUA e da Europa nas duas guerras mundiais e expõe a situação dos habitantes do planeta Marte em meio ao colapso de seus recursos naturais. Apresenta, portanto, as razões que motivam os alienígenas a perpetrarem uma invasão à Terra.

Após esse prólogo acompanhamos a queda de um meteoro em Linda Rosa. O fenômeno atrai a curiosidade de um pequeno grupo de moradores e do cientista Clayton Forrester (Gene Barry), este último o protagonista da trama. O que a princípio parecia ser um simples meteoro, revela-se tratar na verdade de uma nave espacial extraterrestre. O primeiro contato entre humanos e alienígenas se dá de forma hostil com a nave lançando raios de calor contra alguns incautos cidadãos. A partir disso, centenas de outras naves lideram ataques massivos na pequena cidade e, posteriormente, em vários pontos distintos do planeta Terra.

FIG. 2: O 1º ataque dos alienígenas.



FONTE: Cinema Planet

Os ataques combinados e extremamente destrutivos, logo se revelam fazer parte de um plano de extermínio da raça humana com o intuito de tornar a Terra o novo lar dos invasores. Os esforços militares de defesa e retaliação se provam ineficazes diante da avançada tecnologia extraterrestre. Diante do cenário de devastação, enormes contingentes da população migram para esconderijos em busca de segurança enquanto as forças armadas e a comunidade científica tentam de modo frustrado combater a ofensiva.

FIG. 3: Ataque das espaçonaves.



FONTE: IMDB

Após essa breve descrição dos eventos principais de A Guerra dos Mundos é possível relacionar a presença de seres alienígenas com o contexto da corrida espacial. Neste período a disputa ideológica entre EUA e URSS havia alcançado o meio científico e as pesquisas espaciais ganham força com o desenvolvimento de foguetes. Dentre estes, destaca-se o modelo R-7 Semyorka, foguete intercontinental soviético. A princípio estes instrumentos teriam uso exclusivo em arsenais bélicos, no entanto, o pioneirismo da URSS os realocou para o envio de satélites ao espaço. Nascia então, o Programa Espacial Soviético. O fato acirrou ainda mais a rivalidade com os EUA que passaram a investir de forma intensa também nas pesquisas aeroespaciais através da criação da NASA.

A busca por novos territórios extrapolava agora as fronteiras terrestres e aguçava a curiosidade da opinião pública. Todo esse entusiasmo não ficou imune aos temores com relação ao que poderia ser encontrado no espaço sideral. Elementos e situações fantásticas já exploradas em outras mídias, como a própria obra de Wells, foram incorporadas ao contexto da exploração espacial. A “conquista do espaço” de fato ocorreria quatro anos após o lançamento nos cinemas de A Guerra dos Mundos, em 4 de outubro de 1957 com o lançamento do protótipo de satélite Sputnik pela União Soviética. Cabe ressaltar, que esse cenário de inovação da tecnologia é intrínseco à configuração das bases da revolução técnico-científica-informacional que então acabaria por se consolidar, após o fim da Guerra Fria, como meio para a manutenção da globalização.

Retomando a análise da natureza da invasão alienígena, percebe-se que em momento algum o roteiro e a direção do filme minimizam os efeitos dos ataques dos invasores. Sua superioridade militar não é expressa pela quantidade, mas sim pela sofisticação de suas armas e dispositivos de defesa. Os raios de calor emitidos pela sonda das naves tem a capacidade de pulverizar os frágeis corpos humanos. A imagem de cadáveres resumidos a pó remete diretamente às vítimas das explosões nucleares realizadas pelos EUA sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. O arsenal nuclear também estava em posse dos soviéticos. O medo coletivo de uma hecatombe atômica ao mesmo tempo serve de inspiração para as alegorias do filme, como também é reforçado pelo mesmo no imaginário social.

A superação do inimigo pela demonstração de força tornou-se uma política de Estado e no caso dos EUA precisava de apoio popular para se firmar como uma das opções para garantir a segurança e a hegemonia do país.

Os cidadãos, no geral, apoiavam os esforços americanos para criar um arsenal nuclear, mas ao mesmo tempo temiam as consequências. A incidência de perguntas em pesquisas de opinião sobre a “bomba”, seu controle e crença de uso em guerras futuras, sugere uma preocupação e percepção das armas atômicas como uma ameaça nacional e individual. Talvez o medo da guerra nuclear seja o maior dos medos por representar uma ameaça clara ao crescimento econômico e material da sociedade americana. (NOBOA, 2010, p. 38)

Nesse sentido o poder de fogo das forças alienígenas associa-se a ideia das armas de destruição em massa, não apenas de ordem atômica, serem utilizadas contra os EUA. Dada a situação de aniquilação iminente da raça humana, o roteiro em seu terceiro ato

abandona em certo grau a ode ao pensamento científico e traz o apelo religioso. Isto se evidencia nos momentos finais do filme. A cena em questão mostra um grupo de sobreviventes, entre estes o protagonista, se refugiando em uma igreja, esperando o fim inevitável, enquanto um reverendo realiza uma oração para confortar os presentes. De forma inesperada, os ataques cessam e as espaçonaves despenham uma a uma. Neste momento o protagonista, ao entrar em contato com um dos alienígenas em estado agonizante constata que as criaturas estavam adoecendo e morrendo por conta dos microrganismos presentes em nossa atmosfera, aos quais não possuíam imunidade.

O filme encerra-se com a seguinte narração em *off* contrapondo a ciência e a religião;

“Os marcianos não tinham resistência às bactérias de nossa atmosfera, as quais há muito tempo somos imunes. Uma vez que respiraram o nosso ar, os germes que não mais nos afetam começaram a matá-los. O fim veio rapidamente. Em todo o mundo, suas máquinas começaram a parar e cair. Depois do que tudo que os homens podiam fazer falhou, os marcianos foram destruídos e a humanidade salva, pela menor coisa que Deus, em sua sabedoria, colocou na Terra”. (Trecho final da narração em *off*. A Guerra dos Mundos (1953) 1h 23min. e 29 seg - 1h 24min e 39 seg)

O Mundo em Perigo (Them!, 54)

FIG. 4: Cartaz de cinema.



FONTE: IMDB

Dirigido por Gordon Douglas e roteirizado por Ted Sherdeman e Russel S. Hughes a partir da história original de George Worthing Yates. Trata-se da produção de um típico Filme B devido a seu tema fantasioso e sensacionalista, embora tenha sido distribuído por um grande estúdio de Hollywood. A história acompanha o sargento da polícia Ben Peterson (James Whitmore) que ao investigar o desaparecimento de uma família no deserto se depara com locais destruídos no trajeto e o cadáver de um morador dissolvido por ácido fórmico. Logo recebe o auxílio do agente do FBI Robert Graham (James Arness) e juntos encontram uma estranha e enorme pegada próxima ao local dos desaparecimentos. Posteriormente, juntam-se, ainda o cientista Dr. Harold Medford (Edmund Gwenn) e sua filha e assistente Patricia (Joan Weldon). Com o avanço das investigações o grupo descobre no interior do deserto a existência de formigas gigantes que sofreram mutações ao serem expostas à radiação proveniente de testes nucleares realizados anos antes.

Após a inacreditável descoberta, as autoridades são alertadas e as forças armadas entram em cena. Os militares lançam ataques contra os ninhos das criaturas utilizando veneno e fogo. Contudo, duas formigas rainhas sobrevivem às investidas e voam para a cidade de Los Angeles, onde constroem novos ninhos no subterrâneo da metrópole. O combate contra as formigas continua a fim de impedir que se reproduzam e se proliferem pelo mundo, pondo em risco a vida dos seres humanos. Esta sinopse prepara o espectador para uma clássica aventura *Sci-Fi* mesclada ao gênero terror, tipo de

produção comum nas sessões Drive-in que estavam se popularizando a partir da década de 50.

FIG. 5: Aparição das formigas gigantes.



FONTE: IMDB

O filme, além do entretenimento rápido e descompromissado que se expressa em uma primeira avaliação, permite também identificar o emprego do fator científico como um amalgama entre a busca pelo conhecimento, o progresso científico e o terror advindo do desconhecido. O progresso científico, nesta abordagem, refere-se às pesquisas com energia nuclear e a consequente utilização para fins bélicos. O fato das formigas terem sofrido mutações graças a testes atômicos, pode ser interpretado como uma alusão aos experimentos reais com bombas nucleares feitos em 1945 no deserto do Novo México. Não por acaso, a locação desértica serve de ambientação para a origem da ameaça no longa metragem.

Dentre os temores que pairavam sobre a sociedade do EUA nas primeiras décadas da Guerra Fria, havia a eminência de uma terceira guerra mundial travada entre estadunidenses e soviéticos. No entanto, com o agravante da utilização de armamentos nucleares que devastariam o mundo em uma escala nunca experimentada antes pela humanidade. Convém ressaltar que tal temor não era infundado, afinal os EUA produziam armas dessa natureza e a URSS estocava ogivas nucleares. O regime soviético inclusive costumava exibir seu poderio bélico em paradas militares, numa tática de autoafirmação perante o inimigo. Outras nações, como por exemplo, a França desenvolviam testes atômicos em regiões do pacífico sul.

Ironicamente, apesar das ameaças mútuas e do elevado nível de beligerância entre as duas potências mundiais, havia a chamada Paz Armada. Sobre esse fato MAGNOLI e ARAÚJO (1993) esclarecem;

O sistema bipolar da guerra fria coincidiu com um longo período de paz e estabilidade de fronteiras no espaço euroasiático. Nessa área, foco principal da confrontação entre soviéticos e americanos, a acumulação inédita de armas convencionais e nucleares gerou o equilíbrio do terror, prevenindo e impedindo a explosão de um conflito militar devastador que não pouparia nenhum dos envolvidos. O equilíbrio do terror, materializado na capacidade de aniquilação planetária disponível nos arsenais das superpotências, foi uma forma singular de equilíbrio de poder que fez da guerra fria a mais duradoura época de paz armada ate hoje conhecida. (MAGNOLI e ARAÚJO, 1993, p 54).

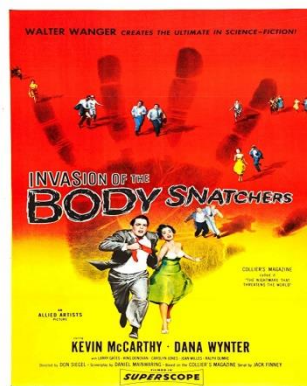
A presença na trama de um personagem cientista segue em parte a “cartilha” de clichês do gênero. Todavia com uma caracterização séria, sem os estereótipos de “cientista louco” característicos de outros filmes do período. O personagem representa a racionalidade da ciência frente a eventos e elementos desconhecidos, estranhos a nossa realidade. Ao mesmo tempo em que é o responsável por expressar o medo subconsciente a cerca do uso desmedido e irresponsável de novas tecnologias e suas consequências desastrosas para a humanidade. Diante desta percepção, podemos interpretar que o ataque das formigas se configura como uma resposta da natureza ao emprego

irresponsável da ciência. Neste ponto emerge o elemento religioso como subtexto da narrativa. Essa interpretação é exposta quando o Dr. Harold Medford, contrariando a noção de racionalidade de seu trabalho, diz a seguinte frase; “Podemos estar testemunhando uma profecia bíblica se realizando: A destruição e a escuridão descerão sobre o mundo e as feras reinarão sobre a Terra”.

O título original *Them!* em tradução livre “elas” refere-se às formigas e é a palavra mencionada de forma histérica pela menina sobrevivente ao primeiro ataque das criaturas. Quanto aos aspectos técnicos do filme cita-se a fotografia em preto & branco e os efeitos especiais práticos desenvolvidos para simular as formigas mutantes, no qual foram utilizados modelos animatrônicos em escala real. O trabalho, embora datado para os padrões atuais, se mostrou extremamente eficiente na época de sua exibição. Por conseguinte, foi responsável por criar um novo subgênero intitulado *Bug Movies* composto por filmes sobre o ataque de animais gigantes, sobretudo insetos.

Vampiros de Almas (Invasion of the Body Snatchers, 56)

Fig. 6: Cartaz de cinema.



FONTE: IMDB

O exemplo mais emblemático do ciclo de filmes que abordaram a temática da invasão alienígena. Com direção de Don Siegel e roteiro de Daniel Manwaring baseado na estória *The Body Snatchers* de autoria de Jack Finney e publicada originalmente na revista *Sci-Fi Collier's Magazine*. A produção mescla elementos do gênero terror ao *plot* de ficção científica. A trama é ambientada em uma pacata cidade do interior dos EUA onde seus habitantes são substituídos por cópias alienígenas que apresentam estranhas e repentinas mudanças de comportamento. Dentre estas alterações, destaca-se a aparente falta de personalidade e a ausência de emoções, além de os movimentos corporais e atitudes serem realizados de modo mecânico, frio e calculista.

O principal ponto a ser observado é a presença alienígena na forma de criaturas vegetais que copiam os corpos dos humanos. Após entrarem em contato com as criaturas que inicialmente surgem em tamanho microscópico, sob a forma de uma espécie de polém, os personagens adormecem. Enquanto dormem, casulos com aspecto de vagens gigantes concebem corpos humanoides com a semelhança física de suas vítimas. No processo, os humanos duplicados desaparecem - o roteiro não deixa claro o que de fato ocorre com os corpos verdadeiros - para que, então, as cópias possam assumir seus lugares na sociedade. As versões extraterrestres, referenciadas pelo termo *Pods* (a palavra inglesa para vagem), mantêm as memórias dos humanos duplicados, porém são desprovidas de emoções.

FIG. 7: Cópia alienígena em formação.



FONTE: IMDB

A trama centra suas atenções no protagonista, o Dr. Miles J. Bennell (Kevin McCarthy), que após participar de uma convenção de medicina retorna para a sua pacata cidade-natal na Califórnia, a fictícia Santa Mira. O personagem logo percebe as mudanças no comportamento de alguns de seus pacientes e vizinhos, para então se juntar a um grupo de amigos que descobrem a presença das estranhas criaturas. O enredo se desenrola em um ritmo lento, típico das produções do período, porém sempre mantendo a carga de suspense e um ambiente de desconfiança constante.

O filme foi rodado no auge do Macarthismo, ou seja, a atmosfera de medo e paranoia presente na narrativa refletia a realidade de parte da população estadunidense àquela época. À exemplo das demais obras do gênero são utilizadas como locações cidades interioranas do Oeste ou Sul do país. Essa escolha é feita devido a dois fatores primordiais. O primeiro de ordem financeira, no qual tais produções detinham um baixo orçamento para cobrir todas as etapas de pré-produção, filmagem, cenografia, efeitos especiais e pós-produção. Os pequenos centros urbanos e as áreas rurais tendem a propiciar as condições necessárias para a redução de custos, principalmente em relação a construção dos cenários e a contratação de figurantes. O segundo fator deriva dos aspectos socioculturais e religiosos presentes nestas localidades.

As comunidades do interior dos EUA, principalmente dos estados sulistas, são historicamente ligadas ao conservadorismo no que diz respeito as seus modos de vida e costumes. A forte presença das Igrejas Protestantes e em menor proporção dos católicos reforçavam o caráter conservador e a aversão às ideias progressistas e socialistas que sob sua ótica antagonizavam com as convenções sociais e os dogmas cristãos. A defesa da moral e dos bons costumes seguindo os preceitos religiosos, principalmente por parte dos protestantes fundamentalistas, já havia sido incorporada à manutenção do *American Way of Life*. Nesse interim, diante do recrudescimento da Guerra Fria o conservadorismo cristão é instrumentalizado como mais uma barreira ante a possível infiltração do comunismo nos EUA.

O patriotismo mescla-se ao catolicismo instigando um comportamento nacionalista encarregado de combater o comunismo de forma ferrenha, como aponta Rodeghero;

Vários autores que analisam a relação entre catolicismo, americanismo e anticomunismo têm defendido que os católicos norte-americanos tiveram a oportunidade de ser reconhecidos como verdadeiros cidadãos do seu país ao se integrarem na grande luta que mobilizava a todos — independentemente da religião — contra um inimigo comum. Sendo anticomunistas, eles poderiam ser autenticamente católicos e autenticamente norte-americanos. Isso pareceu de grande importância para uma minoria católica dentro de um país predominantemente protestante. (RODEGHERO, 2002, p. 473)

Esse contexto social permite a identificação pelo público expectador com o drama vivido pelos personagens do filme, tendo em vista todo o medo e desconfiança disseminados pelos círculos religiosos e meios de comunicação. O subtexto presente na narrativa de *Vampiros de Almas* se apoia nesse temor generalizado de uma invasão comunista. As duplicatas alienígenas são uma clara alegoria aos soviéticos e aos cidadãos estadunidenses apontados como subversivos pelo Macarthismo. Sua

inexpressividade e seu comportamento remetem a ideia de uma sociedade coletivista e uniforme que destoa completamente da sociedade individualista, capitalista e com fortes raízes religiosas dos EUA. Tais elementos reunidos no que foi convencionado como Americanismo. Nesse ponto Rodeguero esclarece que;

Entendo o americanismo como uma espécie de “ideologia nacional” com traços de longa data, que foram reforçados no período posterior à Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 50. Estes traços são o individualismo, a crença na iniciativa privada, um patriotismo acrítico, a valorização da religião, e a confiança nas autoridades e instituições. (RODEGHERO, 2002, p. 466-467)

Os valores típicos da sociedade americana estavam sendo contrapostos pelo modelo político e social implementado na União Soviética. A ideia de uma nação sem a divisão de classes sociais, do Estado forte e intervencionista, da economia planejada e, a ausência ou menor presença da religião. Atributos estes, presentes no ideário socialista e estabelecido de modo radical pelos soviéticos. Estes aspectos, embora condizentes com a realidade dos países do lado oriental da “Cortina de Ferro”, tiveram suas características extrapoladas e demonizadas pelas instituições dos EUA em um esforço conjunto para reforçar a opinião pública sobre os perigos da presença ou mesmo do pensamento comunista.

FIG. 8: A proliferação das vagens.



FONTE: IMDB

A presença alienígena em uma cidade interiorana e afastada dos grandes centros traduz o sentimento de desolação e insegurança constante. A aparição súbita e silenciosa das duplicatas extraterrestres faz referência à possibilidade do inimigo já estar entre nós. Em resumo, trata sobre a ideia de agentes soviéticos estarem infiltrados entre a população comum influenciando e doutrinando os cidadãos indefesos, cooptando-os como novos membros para o bloco socialista. Nota-se o enfoque na perda da humanidade, da incapacidade de expressar as emoções e da padronização do comportamento. Estas características são um reflexo da visão distorcida que os EUA difundiam da doutrina comunista e da sociedade soviética. A forma como o roteiro e a direção retratam os seres duplicados lembra robôs, figuras estas, tão comuns na ficção científica e que representam a artificialidade e a falta de autonomia. Diante disso NOBOA acrescenta;

De certa forma, o medo de que o homem se torne uma máquina racional, uniforme, sem sentimentos é um dos temas centrais da ficção científica, paralelamente à ideia do homem ser substituído pelas máquinas, do homem produzir máquinas humanas ou a máquina desejar tornar-se humana. (NOBOA, 2010, p. 83)

O subversivo pode estar mais perto do que se pensa, pode ser seu vizinho, a atendente da loja, seu irmão. Esteja atento, pois você pode ser o próximo a ser convertido e convencido a romper com o modo de vida americano, tornar-se um traidor de sua pátria, enfim transformar-se em outro indivíduo, deixar de ser você mesmo. Esse discurso de

apelo sensacionalista e ufanista baliza a ideia de uma invasão iminente em plena América capitalista e potencialmente vulnerável a conspiração do elemento alienígena, sejam as criaturas vegetais da ficção ou os militantes comunistas no mundo real. A emblemática frase do protagonista proferida na cena da fuga de Santa Mira nos momentos finais do filme resume esta ideia; (...) "eles estão chegando, estão invadindo e vocês serão os próximos!"

FIG. 9: A fuga do protagonista.



FONTE: IMDB

O processo de concepção das duplicatas se desenvolve enquanto os indivíduos adormecem. Neste ponto, podemos compreender a passividade do estado de sono como uma metáfora para a apatia e/ou alienação da sociedade, ou ao menos uma parte da mesma, em relação ao contexto geopolítico vigente. A leitura desta metáfora propicia a identificação de uma mensagem subliminar que instrui os personagens do filme, e os espectadores que o assistem, de que é necessário manterem-se atento as mudanças no ambiente que os cercam e na comunidade da qual são membros. O sono pressupõe tranquilidade, mas também a vulnerabilidade frente a uma infiltração estrangeira, a introdução de valores socioculturais estranhos e de um modo diferente de produção do espaço. A criação de um novo território, com outro modo de ressignificação do tempo. Tais elementos nos remetem ao que postulou SANTOS (1997 apud SAQUET, 2005), no qual, "o território é produto do acúmulo de tempos desiguais, rápidos e lentos, que se manifestam diferentemente de um lugar para outro, e no interior de cada lugar".

A linha de interpretação a respeito da alienação social pode ser associada à situação de conformidade de uma parte significativa da população. O país vivia uma situação de estabilidade econômico dentro de um contexto, hoje convenicionado como Anos Dourados do Capitalismo. O elevado poder de consumo e o surgimento de uma nova mídia, a televisão, eram meios de desviar a atenção sobre o perigo do inimigo escondido e da ameaça oriunda do mundo externo.

Considerações Finais

A ficção científica ao extrapolar os limites da ciência possíveis da ciência tende a expressar o fascínio e os temores com o avanço da tecnologia e o seu potencial de transformação da realidade. Ao analisar os três filmes expostos nessa pesquisa evidenciou-se a estreita conexão com as novas configurações políticas e socioculturais resultantes dos avanços e contradições promovidas pela Ordem Bipolar Flexível. A análise do discurso reiterou o emprego das alegorias ao comunismo e o conseqüente movimento anticomunista na sociedade estadunidense. Tal proposta permeia os roteiros e as narrativas destas produções, sobretudo em A Guerra dos Mundos. O filme já em seu lançamento suscitou discussões de caráter conspiratório, sobre as várias possibilidades de interpretação das situações e símbolos apresentados. Tendo o fator religioso, no que tange a salvação pela fé, e a atemorização diante da ciência sendo consolidada. O anticomunismo foi incorporado à Política de Boa Vizinhança realizada pelos EUA sobre o

restante do continente americano tendo tais obras cinematográficas como recurso de influência.

Ressaltamos o grande impacto destes filmes sobre a cultura pop e o imaginário popular acerca das representações imagéticas sobre invasões extraterrestres, tornando-se referência até os dias atuais. Neste ponto destacando-se *Vampiros de Almas* que possui três refilmagens lançadas durante as décadas de 1970, 1990 e 2000. Não obstante, este trabalho pretende servir de base para novas pesquisas dentro do escopo da Geografia relacionando as variadas vertentes do pensamento geográfico. Por fim, concluímos que o estudo ora proposto possa servir também como aporte teórico para a elaboração de metodologias para o ensino de Geografia Política.

Referências

- AZEVEDO, Aroldo de. **A geografia a serviço da Política**. Boletim Paulista de Geografia nº 21; São Paulo, 1955.
- FERREIRA, Alexandre Valério. **Análise de naves alienígenas em filmes de ficção científica voltados para presença/ocupação extraterrestre**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XLI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; Joinville, 2018.
- GARCIA, ANA Saggiaro. **Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a II Guerra Mundial**. Trabalho Necessário, ano 8, nº 10, 2010.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX**. Companhia das Letras; São Paulo,
- LYRA, Edgar. **Hannah Arendt e a Ficção Científica**. O que nos faz pensar nº29, maio de 2011.
- MAGNÓLIO, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **A Nova Ordem Mundial e o Ensino de Geografia**. Geosul nº15 Ano XIII; São Paulo, 1993
- MARTINELLI, Caio Barbosa. **O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye**. Conjuntura Global, vol. 5 n. 1, jan./abr., 2016, p. 65-80, Ribeirão Preto.
- MERENCIANO, Levi Henrique. **Cinema hollywoodiano e cultura de massa: entre leitores, espectadores e expectativas**. CASA, Vol.9 n.1, julho de 2011.
- NOBOA, Igor C. **Filmes do Fim do Mundo: Ficção Científica e Guerra Fria (1951-1964)**. USP: São Paulo, 2010.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar. 1994.
- PIMENTA, Thiago Albano de Sousa; FERRAZ, Cláudio Benito de Oliveira. **Geografia e Cinema: encontro entre linguagens – imagem e palavra**. ENTRE-LUGAR, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 89-105, dez. 2014.
- RODEGUERO, Carla S. **Religião e Patriotismo: O Anticomunismo Católico no EUA e Brasil durante a Guerra Fria**.
- SAQUET, Marcos A. **A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo:
- SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24º ed. Corte – São Paulo: Cortez, 2017.
- SILVA, Michelly Cristina da. **Cinema, Propaganda e Política: Hollywood e o Estado na construção da União Soviética e do Comunismo em Missão em Moscou (1943) e Eu fui um Comunista para o FBI**. USP: São Paulo, 2013.
- TANAKA, H.; **A geopolítica no pós-guerra**. Akrópolis, 13(3): 157-164, jul./set., 2005
- TEIXEIRA, Francisco Carlos da. **Guerras e cinema: um encontro no tempo presente** Tempo, vol. 8, núm. 16, 2004, pp. 1-22 UFF; Niterói, Brasil.

VESENTINI, José Willian. Repensando a Geografia Política: Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. Revista do Departamento de Geografia, 20 (2010) 127-142.

<https://bocadoinferno.com.br/criticas/2014/05/o-mundo-em-perigo-1954/>. Acesso em 11 de abril de 2018.

<https://catalog.afi.com/Film/51874-INVASION-OF-THE-BODY-SNATCHERS> . Acesso em 10 de janeiro 2019.

https://cinemaplanet.pt/especial-oscares-efeitos-especiais/_ims.com.br/filme/o-mundo-em-perigo/. Acesso em 30 de agosto de 2019.

<http://revistacontemporartes.com.br/2017/12/31/guerra-dos-mundos-1953-e-a-visao-de-ciencia-no-pos-guerra/>. Acesso em 22 de julho de 2019.

AYÁBAS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS, UM OLHAR SOBRE A DÉCADA DE 1980

Juliana Alves de Sousa¹⁸¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar as trajetórias e experiências políticas, sociais e culturais de mulheres negras, no período de 1980. Parte-se do pressuposto de que, suas trajetórias estão marcadas por uma dinâmica que remete à sua condição afro-diaspórica, expressa nos diferentes sentimentos de resistência, luta, e pertencimento alicerçado na tradição e sabedoria africana, reinterpretadas e reinventadas cotidianamente no ambiente de diáspora.

Palavras-chave: Mulheres Negras. História. Memórias e Trajetórias.

Considerações iniciais: um breve contexto histórico

As evidências históricas nos mostram que as mulheres negras sempre estiveram presentes em diversas formas associativas e em diversos movimentos, seja nas comunidades, na Igreja Católica, nas irmandades de santo, a exemplo da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, no Recôncavo Baiano, ainda nos séculos XVIII/XIX¹⁸². Nas religiões de matrizes africanas, nos movimentos estudantis, sindicais, partidários, movimento negro, de favela e movimento feminista. Esta presença e experiência organizativa nesses movimentos, constitui-se um caminho trilhado pelas mulheres negras ao longo da história do Brasil, desde quando chega às Américas na condição de escravas, à resistência à escravidão. Desta forma, a história social dos movimentos de mulheres negras, e de suas organizações possui trajetórias complexas e longas.

Nessa perspectiva, conforme Silva (2017), ao longo da história do Brasil a trajetória da população negra atravessou um processo de exclusão educacional, econômica e cidadã. Processo esse bastante perverso, sobretudo quando verifica-se a não inserção desses sujeitos por exemplo nos espaços de poder e de decisões políticas; bem como nos campos da construção do saber. Logo, ante o exposto, faz-se necessário a abertura de espaço de diálogo/reflexivo e estratégias, onde, para cada esfera de exclusão da população negra, seja imprescindível uma reflexão diferenciada.

Embora pesquisas e estudos realizados por pesquisadores (as) negros (as), tenham avançado em questões relativas à população negra, e seguramente contribuído para que tenha-se um olhar mais reflexivo, na história do Brasil, ainda há lacunas e áreas de pesquisas pouco estudadas, sobretudo, no tocante à história das mulheres negras do Brasil e das Américas, suas trajetórias de vida, suas lutas e contribuições nas diversas áreas.

Investigar os processos formativos dessas mulheres como militantes, considerando os aspectos de trajetória familiar, política, social e sua atuação em comunidades é reconstituir e dá visibilidade, lugar de fala, a história de sujeitos que por séculos foram silenciados e que tem contribuído para a mudança na dinâmica da sociedade.

As mulheres negras e seus embates políticos na militância negra

¹⁸¹Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Pesquisadora filiada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro- NEPA, e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Memória da Escravidão e do Pós-abolição (SANKOFA) desta mesma IES. Email:juhistorias@yahoo.com.

¹⁸²CASTRO, Armando Alexandre Costa de. A Irmandade da Boa Morte: memória, intervenção e turistização da Festa em Cachoeira, Bahia. Ilhéus (BA): UESC, 2005. Dissertação de mestrado.

Para Goldenberg (1997), mulheres militantes são aquelas que conseguiram se configurar como figuras emblemáticas no que se refere ao processo de disputa de poder, negociação e posicionamentos de ideias na vida política. Na vida cotidiana de muitas mulheres negras no Brasil e nas Américas, militantes são mulheres que tecem suas trajetórias no embate, nas ruas, no sindicato, nas organizações civis, nas comunidades tradicionais, e em todo e qualquer espaço que as impeça de crescer, se movimentar, viver com dignidade. Embates esses, na busca de ocupar espaços que se apresentam como predominantemente masculinos, impossibilitando a abertura de novos caminhos e novas conquistas.

A história da mulher negra no Brasil, na sua extensão, ainda não foi devidamente contada. Entretanto, se a escrita da História já se ocupou razoavelmente sobre a temática mulher, o mesmo, ainda não se configura numa narrativa concisa sobre a mulher negra, sua luta e contribuição para a formação cultural e social brasileira. Trata-se, de uma lacuna ainda a ser preenchida.

Assim, as mulheres negras no Brasil, buscaram ou buscam diferentes formas de se inserir como sujeitos históricos frente às lutas sociais, "inicialmente atreladas as mais variadas organizações recreativas e dançantes" (DOMINGUES, 2009, p.19). Portanto ao revisitar as trajetórias dessas mulheres negras busca-se constituir um caminho de memórias, revisando e questionando a historiografia mais conservadora, propondo descobrir outras interpretações do passado dando a historicidade devida a grupos invisibilizados.

Pesquisas que relacionem a participação social e política de mulheres negras no interior dos movimentos sociais faz com que experiências silenciadas encontrem espaço na história e que essa mesma história compreenda a memória do sujeito como determinantes da identidade de um povo. Desta forma, a memória coletiva e individual reescreve uma história omitida ou não contada contribuindo para o entendimento da realidade. Conforme Souza (2018) os sujeitos da memória fortalecem as vivências de um grupo enquanto prática social, dando ênfases aos aspectos macro-sociais que acentuam suas experiências de mundo e dos demais outros pertencentes ao coletivo.

Ademais, a utilização dos conceitos de memórias empregados por Maurice Halbwachs (2006), se faz necessários, no tocante as memórias coletivas, que são as recordações a partir do ponto de vista de um grupo. A memória individual se conecta com a memória coletiva, interagindo entre si, fortalecendo recordações. Para José D'Assunção Barros (2009), a memória coletiva, recria valores e restabelece pontes, renovando lembranças, reclassificando seus acontecimentos, introduzindo o novo no velho e o velho no novo, criando uma ilusão de continuidade. Encontro eco no historiador Joseph Ki-Zerbo, quando este afirma que o estudo da História da África, que fora confiscada em proveito dos europeus, deve ser estudada e, o lugar da memória, privilegiado por ser fundamental para a coesão social (KI-ZERBO, 2010).

Portanto buscamos compreender as trajetórias de vida política e social das mulheres negras partindo de suas memórias coletivas e individuais. Nesse sentido, a relação entre História e Memória apontada também por Michael Pollack em "Memória, Esquecimento e Silêncio" contribui para nossa reflexão quando nos informa:

[...] ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional (POLLACK, 1989, p. 4).

O autor ressalta que uma historiografia mais recente, a memória como categoria de análise de grupos marginalizados da sociedade como as mulheres negras, juntamente com o auxílio da história oral, tem reconstituído memórias e relatos importantes sobre a participação ativa dessas mulheres na construção política, social e cultural do Brasil que,

por séculos foram apagadas e silenciadas por uma historiografia dominante a qual elege suas memórias, excluindo-as do processo histórico.

Nesse contexto, os conceitos como identidade étnica e diáspora negra foram apropriados dando sentido a outros termos como legado, tradição, memória, ancestralidade, frequentes no cotidiano e na linguagem destas mulheres. O conceito de diáspora africana é introduzido para contribuir com a discussão de fato quem é este sujeito subjetivo fora de África e, como se interliga a uma memória africana? É através de uma memória ancestral constituída por tradições e por valores que os mantiveram vivos durante a vida em diáspora, de resistência, de afirmação e opressão que as ligam a África. O uso do conceito de identidade vem sendo acionado para que se dê a tomada de consciência daquilo que são e de quem as oprime. É acionado também, para que possamos compreender a construção social resultante das relações em sociedades fundadas pelo sexismo e racismo.

Segundo Vale e Aras:

[...] este sujeito é visto sob a ótica da ideia de que a diáspora africana resulta de experiências específicas forjadas a partir de um legado ancestral de tradição, que dão sentido às suas demais identidades e vão influenciar a condução dos mais variados processos organizativos e lutas contemporâneas. Finalmente que as histórias dessas mulheres, são reconstruídas e transmitidas, quase sempre a partir das narrativas orais. (VALE e ARAS, 2015, p. 24).

A citação evidencia que seu protagonismo vem de longe, desde a África, e se estabeleceu no Brasil sob diversos formatos, dentre os quais podemos destacar, o movimento de mulheres negras que luta pela superação da vulnerabilidade e desigualdades que submetem a mulher negra dos dias atuais. Transmite também a concepção que elas têm das africanidades que carregam, como por exemplo a oralidade.

As mobilizações e experiências, historicamente têm moldado as perspectivas das mulheres negras a tal ponto que seus saberes e feitos enquanto trabalhadoras, professoras, religiosas, doutoras, são articulados e explorados de tal modo que o mais evidente é "um ideal de vida onde o que prevalece é o viver bem juntos, para melhorar as condições sociais de todos" (LATOUCHE, 2004, p. 195). Essa concepção filosófica do bem viver é uma visão comunitária que se assenta a comunidade humana como base do ser, do existir e da realização de todos os seres humanos. Para Kashindi:

Esas expresiones o dichostienen un campo muy amplio de aplicación, ya que resume en si un pensamiento y una práctica ética que, en las sociedades africanas, son considerados como base del entendimiento del ser humano y lo humano mismo. Mucha de la traducciones que han sido dadas a esas máximas son las siguientes: "La persona es [se hace] humano a través de otras personas", "yo soy porque nosotros somos". (KASHINDI, 2011, p. 2)

O autor nos leva, a pensar e refletir na filosofia africana do Ubuntu. Portanto, pode ser traduzido como "o que é comum a todas as pessoas", indicando que um ser humano somente se realiza quando humaniza outros seres humanos. Conforme Kashindi, "estar com o Outro é perceber a interdependência que nos constitui como seres humanos" (2017, p. 19). É pela violência da diáspora africana que podemos perceber a força do Ubuntu, que na ancestralidade se repete no movimento diaspórico e se territorializa em novas terras.

A territorialização e a força ancestral no Brasil segundo Bas'IlleleMalomalo (2010), "falar de Ubuntu no Brasil é falar de resistência e solidariedade. Como outros registros históricos antropológicos que expressam o ubuntu afro-brasileiro, podemos citar os quilombos, as religiões afro-brasileiras, irmandades negras, movimentos negros, congadas dentre outros". Diante disso, o ubuntu é o espírito do povo africano presente

nos modos de ser e de viver dos quilombos, candomblés, visto também, claramente no movimento de mulheres negras da diáspora africana.

Organizando encontros: desafios e dificuldades

A direção seguida pela historiografia brasileira até a década de 1970, não trouxe para a escrita da história os feitos de sujeitos tidos como subalternos. Sendo assim o caminho percorrido pelas mulheres negras, suas mediações, participação e inserções, até muito recentemente não haviam sido contempladas.

A década de 1980, se constitui um marco significativo para os movimentos sociais no Brasil, pois sujeitos buscam o seu lugar nos processos políticos. Conforme Spivak (2003), trabalhadores, negros, mulheres, gays, favelados e tantas outras organizações de sujeitos, até então vistos como marginalizados, passaram a ser vistos lutando e reivindicando direitos, questionando lugares e papéis sociais.

Neste contexto, abrangendo discussões sobre e para mulheres em cenários nacionais, nota-se que houve um ressurgimento do poder de articulação e visibilização dos movimentos feministas e suas inquietações. Em esfera internacional constitui-se um grande momento para que ocorresse as mobilizações nacionais em 1975 quando foi promovido o Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas- ONU. Apesar de ocorrido na década anterior e com a criação do Centro da Mulher Brasileira-1975, Coletivo de Mulheres em 1979, e dois anos mais tarde com o SOS Mulheres, suas influências seriam mais bem percebidas nos anos de 1980, dando luz a debates sobre cidadania e direito das mulheres.

São décadas que marcam a expansão e a realização dos Encontros Nacionais Feministas em diferentes regiões do país, agregando um número cada vez maior de mulheres para as discussões, aproximando-as das agendas dos partidos políticos. Assim, novos lugares de análises, pesquisas e reflexão, influenciados pela academia estadunidense, são criados núcleos de estudos de gênero em vários programas de universidades brasileiras, ampliando espaços para as discussões sobre violência contra a mulher, sexualidade feminina, aborto, dentre outras temáticas. Neste contexto a discussão voltada para as questões raciais, e ainda menos como afirma Sueli Carneiro (2014), a interseccionalidade entre raça e gênero, ocupava espaço ínfimo na agenda feminista.

Porém, há uma tendência nas narrativas históricas que abordam as questões relativas às mulheres caracterizando-as de forma homogênea. Mas, à que mulheres estamos nos referindo? Segundo Carneiro:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2013 p. 1).

Nessa perspectiva, os conceitos gênero e raça como categorias de análise social permanece como aparelho para explicar o prevailecimento dos indicadores da diferença, desigualdades e injustiças em diversas áreas da sociedade brasileira, que estão acometidas sobretudo, as mulheres negras. Diante de tal realidade, são pensados e articulados encontros de mulheres negras, a qual se fazia necessário estar entre suas iguais.

Fruto de pequenos encontros e reuniões, em vários bairros e cidades do Estado do Rio de Janeiro, ocorre em 1987, o I Encontro Estadual de Mulheres Negras. Antes, de culminar nesse grande evento, em 1983, já havia acontecido, o Encontro de Mulheres Negras, sob a coordenação de Joselina da Silva, Mary Isabel, dentre outras. No mesmo ano é criado o Nzinga- Coletivo de Mulheres Negras, a qual Lélia Gonzales foi uma de

suas fundadoras. Nasce também, o Centro de Mulheres Negras da Favela e Periferia, nesta mesma década.

O I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro teve como uma de suas principais características a garantia de que apenas mulheres afrodescendentes pudessem participar, algo inédito em todo o país. Mulheres brancas, homens negros e brancos foram vetados no evento. Assim elas, lutavam para serem vistas como sujeitos e agentes políticos. Com essa iniciativa, outros grupos sociais, tiveram dificuldades de reconhecer a autonomia e a legitimidade de um evento apenas com e para mulheres negras. Dentre eles, destacam-se alguns líderes do Movimento Negro. Porém tal atitude era imprescindível para aquele grupo, pois precisavam constituir um espaço próprio, partindo de uma independência em relação a outros sujeitos.

Com quase um ano de preparação para o evento, foram organizadas reuniões, oficinas, mesas redondas, debates, seminários, festas, mini-cursos, em diferentes bairros da cidade e em municípios diferentes do Estado do Rio de Janeiro. Para agregar mais o número de integrantes, por vários meses, em cidades periféricas e em comunidades elas foram sendo inseridas no decorrer das reflexões e dos grupos de estudos.

Podemos notar que, aquelas décadas foram férteis para uma maior articulação e organização política, social e cultural das mulheres negras fluminenses. O exemplo mais expressivo foi que, naquele momento três mulheres provenientes do movimento, terem ido participar do II Encontro Feminista da América Latina em Lima, no Peru. Para além das fronteiras do Estado do Rio de Janeiro, quiseram agregar e abstrair reflexões no IX Encontro Nacional Feminista. Mesmo não dispondo recursos, a Comissão organizadora do I Encontro Nacional de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, embarcou num ônibus organizado pelo movimento feminista em direção a Garanhuns- Pernambuco.

Desde os primeiros encontros, conformes relatos, as participantes perceberam a ausência dos temas de raça e racismo nas pautas do evento. Naquele momento, o fio condutor dos eventos eram as trajetórias e experiências de vida, para expressar as demandas dos referidos grupos, tanto o movimento feminista, quanto o movimento de mulheres negras. A partir dessa perspectiva foi sugerida à organização do evento que fosse realizada uma oficina, como forma de agregar as mulheres negras ali presentes.

A oficina foi uma estratégia utilizada para dar uma maior visibilidade a essas mulheres. Oriundas das cinco regiões do país, elas começaram a relatar as suas histórias. Silva (2014) relata que independente de posição geográfica, formação acadêmica, lugar social, faixa etária, ou tom de pele (mais claro ou escuro), as histórias se cruzavam em muitos pontos comuns, dentre eles o racismo sofrido. Todas essas experiências serviram de base para a construção do I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Com a realização do IX Encontro Nacional Feminista, em setembro de 1987, no ano seguinte, em janeiro, nos dias 09 e 10, foi realizada uma reunião para organizar o I ENMN, em Salvador- BA. No primeiro momento, participaram representantes dos seguintes estados: Maranhão, Distrito Federal, Bahia, São Paulo e Sergipe. Num segundo momento, agora em São Paulo contou com um número maior de ativistas de outros estados. Após as discussões, ocorreu uma reunião entre 30 de abril a 01 de maio, em Brasília para dar a formatação final ao Encontro Nacional, incluindo a definição do local de realização: Rio de Janeiro.

O I ENMN foi resultado de uma ampla articulação em dezoito Estados brasileiros, que reuniu cerca de quatrocentas mulheres, em dezembro, na cidade de Valença-RJ, em 1988. O processo de construção envolveu, questões organizacionais, econômicas, logísticas e políticas, onde naquela oportunidade tudo foi planejado por elas e para elas fomentando uma experiência única diante de um Encontro de grandes proporções.

Mediante tal oportunidade, o Encontro proporcionou a constituição de novos lugares analíticos a partir das perspectivas de gênero e raça, bem a proposição de

enfrentamento as diversas formas de discriminação existentes. Podemos ver claramente a afirmação feita acima, no I capítulo do regimento interno do evento onde:

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras é um foro consultivo, deliberativo e indicativo, cuja a finalidade é congregar mulheres negras de todo o território nacional, em princípio levá-las a refletir sobre a verdadeira razão que as torna diferentes, ou a razão pela qual lhes é dado um tratamento diferenciado dos demais indivíduos que compõem a sociedade. A obtenção de respostas a estes e outros questionamentos está sendo a mola propulsora para a organização deste Evento. Sabendo que não basta respondê-lo, é necessário também encontrar formas para implantar soluções encontradas (INFORMATIVO DO I ENMN, N 1, 1988).

Pautadas nessas reflexões, podemos entender a formulação dos objetivos gerais, o qual destacou as diversas formas de luta contra opressões existentes, caminhando dentro de uma perspectiva unitária de diversidade social, política e cultural que se encontravam as mulheres negras. Assim o objetivo geral era a denúncia das desigualdades sociais, sexuais e raciais, realizando um diagnóstico a respeito da situação da mulher negra.

Como objetivo de dar voz às mulheres de diferentes origens, quer sejam elas acadêmicas, políticas e sociais, foram empregadas seis metodologias diferentes como forma de expressarem suas experiências. Foram elas: oficinas, salas de conversas, debates, painéis, salas de reflexão e avaliação. Houve uma preocupação com os temas a serem coletivamente debatidos, preocupando-se em incluir vozes plurais.

Para Joselina da Silva:

Pode-se, ainda, deduzir que, para além dos silenciamentos ainda presentes, há as falas de mulheres negras desde o Continente Africano, passando pelos tumbeiros, quilombos e associações religiosas (de matriz africana ou católicas), até os Movimentos de Mulheres na contemporaneidade (CARNEIRO, 2014, p. 34.).

Em concordância com as reflexões feita por Sueli, nas décadas já supracitadas, as mulheres negras puderam soltar as suas vozes, lutando por um espaço de autodeterminação política e de representação. Vozes essas silenciadas desde o desembarque no Brasil e em tantos outros lugares. Portanto o I ENMN foi uma oportunidade política e coletiva para introduzir no cenário crítico e social, as questões de gênero e de raça. A organização de mulheres negras, muito contribuiu e ainda contribui para visibilizar problemas específicos em diferentes âmbitos da população afro-brasileira.

Considerações finais

Ainda que de forma panorâmica, este artigo procurou traçar o processo de construção e organização de mulheres negras na luta contra as diversas variantes que as oprimem. A atuação principalmente política dessas mulheres buscou e tem buscado por novas possibilidades discursivas e novas narrativas que retratem suas próprias experiências.

Em meio a um contexto histórico conflituoso, as décadas de 70 e 80 do século XX, serão importantes para os movimentos sociais como um todo, principalmente por se o período de Ditadura Militar no Brasil. É nesse momento que temos um desencadeamento de manifestações culturais, sociais e políticas, como o Movimento feminista e o Movimento Negro. Mulheres negras por não se verem contempladas e como resultante das dissidências em ambos os movimentos, ou seja, ausência de discussão política e a luta contra o racismo no interior do Movimento Feminista e de gênero no Movimento Negro é mediante este contexto que se organiza o Movimento de Mulheres Negras.

A análise e críticas por elas apresentadas foi benéfico para uma maior articulação entre si na sociedade brasileira. Fruto de vários encontros, planejamentos e com a realização e experiência do I Encontro Estadual de Mulheres Negras, em 1987, no ano seguinte, pela primeira vez um grupo de mais de quatrocentas mulheres negras puderam discutir, denunciar e propor pautas coletivamente sobre, educação, família, religiosidade, sexualidade, trabalho, violência, organização da sociedade, dentre outras coisas.

Há aspectos inúmeros que podem ser analisados e observados quando se pretende estudar a história da mulher negra no Brasil. Portanto, faço das palavras de Joselina da Silva (2014), as minhas onde, estas reflexões buscam apresentar caminhos capazes de direcionar e auxiliar um número maior de pesquisas em torno da atuação de muitas mulheres negras. Assim se faz necessário ampliar o estudo de luta, resistência, atuação política, social e cultural das mulheres negras brasileiras ao logo da constituição do Estado brasileiro.

Fontes

Informativo I Encontro Nacional da Mulher Negra. Ano 1, n.1, novembro de 1988.

Referências bibliográficas

- BÁ, A. H. A tradição viva. In: *KI-ZERBO*, Joseph (Ed.). Metodologia e Pré-história da África. 2ª Ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. In: *MOUSEION*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. p.35-67.
- CARNEIRO, Sueli - *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Geledés, 2013.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder – em São Paulo no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo: 1995.
- DOMINGUES, Petrônio. *Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antiracismo no Brasil*. In: PEREIRA, Amauri Mendes e SILVA, Joselina da. (Orgs). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 17-48.
- DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo de participação feminina na luta anti-racista no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, (28), janeiro - junho, 2007. p.345-374.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro: 2002, p. 314-332.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. In: *Revistas de Estudos Femininos*, vol. 05 nº. 2, 1997 – 349-364p.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. "Ubuntu" como modelo de justiça restaurativa: um aporte africano al debate sobre la igualdad y la dignidad humana. La ética del sur. Nogota: Allada, 2011. Acessado em 08.03.2020. Disponível em: <https://ceaa.colmex.mx/aladaa/memoria_xiii_congreso_internacional/images/kakozi.pdf>
- _____. Ubuntu como ética africana humanisya e inclusiva. Tradução: Henrique Ddenis Lucas. *Cadernos IHUS Ideias*, ano: 15 - n} 254- Vol. 15, 2017.
- LATOUCHE, Serge. *Pode a África contribuir para resolver a crise no ocidente?* IV Congresso Internacional de Estudos Africanos, Barcelona 12-15 de janeiro de 2004. Trad. Acácio Sidinei Almeida Santos 2013, p. 195.
- MALOMALO, Bas' llele. Eu só existo porque nós existimos. In. *Revista dos Instituto Humanistas Unisinos*. Tradução: Luis Marcos Sander. Vol. 340, 2010.
- MORAES, Marcelo José Derzi. A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. In: *Revista África e Africanidades*- Ano XII - n. 32, nov. 2019. Acessado

em

m08.03.2020.

Disponível

em:<<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0320112019.pdf>>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 19 Fev. 2020.

SILVA, Iraneide Soares da. *Caminhos, Pegadas e Memórias: uma história social do movimento negro brasileiro*. In: *Africanidades e afrodescendência na produção de saberes da Universidade pública: a experiência da UFPI/ Ana Beatriz Sousa Gomes, Solimar Oliveira Lima, Organizadores. – Teresina: EDUPI, 2017, p. 237-270.*

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. MULHERES NEGRAS: Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. In: *Kwanissa, São Luís*, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun. 2018.

VALE, Maísa Maria; ARAS, Lina Maria Brandão de. Articulação da rede de mulheres negras na diáspora africana: tradição viva, contraditória, em constante reinvenção. In: *pontos de interrogação*, v.5, n. 2, jul./dez.2015. Acessado em 07.03.2020. Disponível em :<<http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/12/A-di%C3%A1spora-africana-e-suas-implica%C3%A7%C3%B5es-na-figura-da-mulher-negra.pdf>>.

A GRILAGEM DE TERRAS FACE AO *LAND GRABBING*: NOTAS PARA UMA HISTÓRIA TRANSNACIONAL DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL (1964-1985)

Júlio Ernesto Souza de Oliveira¹⁸³

Resumo: Campo de estudo procedente das últimas duas décadas, mas de anterior exercício, a História Transnacional vem sendo cada vez mais discutida no âmbito da História Social. A História Agrária, por sua vez, ainda se mantém bastante centrada nas discussões nacionais de acesso à propriedade da terra e dos processos de resistência camponesa frente à grilagem de terras. Como interlocução entre os dois campos, observaremos a categoria *land grabbing* em suas bases, apontando que o processo de transnacionalização da propriedade da terra, ao menos no Brasil, vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX, durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Palavras-chave: *Land grabbing*. Ditadura civil-militar brasileira. Guerra Fria. História Transnacional.

Introdução

O fenômeno sobre o qual nos acercaremos se processa em uma dinâmica global de transnacionalização da propriedade privada da terra. *Land grabbing*, termo da língua inglesa, representa uma etapa de crise do sistema capitalista mundial, na qual, visando garantir sua acumulação e expansão, as grandes multinacionais entrariam em um litígio supranacional pela aquisição da propriedade privada da terra no Sul Global. Esse fenômeno se intensificou em meados dos anos 2008, com a crise econômica mundial e o desejo empresarial por investimentos mais estáveis, de modo que a propriedade da terra foi considerada a melhor possibilidade para tal, sob forte influência do Banco Mundial. No entanto, sob a mirada histórica, observamos que a cimentação desse processo não se localiza no século XXI.

Em termos de tradução literal, *land grabbing* remeteria a grilagem de terras, na língua portuguesa que, por sua vez, diz respeito a um processo de “apropriação ilegal de terras públicas por parte de especuladores” (ALENTEJANO, 2012, p. 355) ou um “sistema ou organização ou procedimento dos grileiros [...], indivíduos que procuram apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade” (MOTTA, 2002, p. 79). Contudo, os procedimentos institucionais do *land grabbing* no processo de aquisição de terras não passam necessariamente pela via ilegal. Ainda que o termo *grabbing* aponte para uma apropriação indevida de um bem público ou privado, a categoria *land grabbing* remete a um processo mais sofisticado de apropriação fundiária (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR., 2013).

Tal como Pereira (2017), compreendemos o *land grabbing* como “controle de terras”, um processo de apropriação de terras, de territórios e de seus benefícios”, podendo ser viabilizado por meio “da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional” ou, ainda, das “táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais e transnacionais”, isto é, “ações destinadas a livre circulação, da concessão pública para a exploração do uso de superfície” (*idem*, 2017, p. 93). Logo, essa forma de “apropriação da

¹⁸³ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do CNPq – Brasil. Contato: julio.ernesto@outlook.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4690-7671>.

terra envolve a transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso para empresas do agronegócio e fundos de investimento” (*ibidem, op. cit.*). Há na língua espanhola um termo conceitualmente equivalente, a saber, *acaparamiento de tierras*, que se integra, tal qual o primeiro, em uma dinâmica transnacional de apropriação de terras, e que se movimenta, sistematicamente, do Norte ao Sul Global.

A grilagem de terras, “operação” anterior e concomitante ao *land grabbing*, integrou-se ao processo de formação do Estado-nação brasileiro e se engendrou como instrumento e procedimento de poder nos conflitos agrários entre fazendeiros e trabalhadores rurais, ao passo em que foi sendo paulatinamente legitimada pelo Estado. A expansão territorial seria, nesse sentido, o objetivo primeiro desse instrumento de poder, não se opondo, de forma alguma, às práticas de violência no acirramento dos conflitos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 1964 e 1992, “foram registrados 1.730 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosas, religiosos e outros profissionais ligados aos movimentos populares no campo” (CPT, 1993, p. 32). Esse quantitativo de assassinatos no campo representa, assim, o resultado das relações de poder impostas no espaço agrário, com vistas à reprodução e expansão do capital.

As zonas de litígio podem ser, a rigor, compreendidas por meio de elementos estruturantes do espaço agrário, quais sejam, a relação entre posse e propriedade; a transmissão dessa como patrimônio; a alta concentração fundiária no Brasil;¹⁸⁴ o assentamento de trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas etc. em “áreas estratégicas” para as políticas desenvolvimentistas; a reprodução social da força de trabalho; a especulação capitalista da terra; e nos termos em que trataremos, a transnacionalização da propriedade privada da terra, por meio de acordos de cooperação, alteração na legislação de venda de terras à empresas estrangeiras e uso da força coercitiva do Estado na contenção desses conflitos.

Isto é, o problema não se manifesta tão somente nas relações de poder da esfera privada frente à pública, como também na ressonância nas práticas ratificadoras do Poder Judiciário aos conflitos, de modo que a impunidade judicial do primeiro encontra, nesse contexto, um caminho fértil. Para embasar tal afirmação, apontemos dois trabalhos monográficos na área do direito e das ciências sociais (ARAÚJO, 2005; CÔRTEZ, 2017), os quais evidenciam, sem pormenores, o *modus operandi* do Poder Judiciário brasileiro no que diz respeito aos conflitos no campo.

O movimento supranacional de acumulação e expansão do empresariado internacional encontrou, desse modo, inúmeras possibilidades para tal no contexto da Guerra Fria. Seja pela operacionalização da legislação nacional, seja pela via da cooperação bilateral, ou ainda pela via armada (na violência operada pela ditadura civil-militar), foi possível, no âmbito do desenvolvimento agrário, empreender uma neoliberalização das políticas públicas no Brasil.

Nesse sentido, opera-se no Brasil, desde as décadas de 1960 e 1970, uma dinâmica de transnacionalização da propriedade fundiária, tendo o Estado como principal vetor político e econômico. Essas décadas são permeadas da ideia de que o Brasil somente “avançaria”, desenvolvendo-se no capitalismo mundial, seja em vistas de uma revolução socialista, ou ainda pretendendo-se neoliberal, caso o dualismo campo/cidade fosse superado (OLIVEIRA, 2003). O desenvolvimento capitalista no espaço agrário, nesse sentido, foi tomado como projeto desenvolvimentista por excelência pelos governos

¹⁸⁴ Um país de dimensões continentais capaz de construir uma sociedade onde apenas 1% dos proprietários rurais detém 44% das terras, enquanto 67% deles detém apenas 6% das terras” (MOTTA, 2002, p. 78).

militares, a despeito da tímida tentativa de uma reforma agrária durante o governo João Goulart (NATIVIDADE, 2013).

Isso se traduz, no campo jurídico, por meio de dois elementos controversos, mas que caminham juntos. A aprovação da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, ou Estatuto da Terra, durante o governo Castelo Branco, e a legislação que regula a venda de terras a estrangeiros, e a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, aprovada durante o governo Médici. Essas duas legislações convergem no sentido de regulamentar o acesso à propriedade da terra (Imóvel ou Módulo Rural) em diversas proporções, quais sejam, Propriedade Familiar, Minifúndio, Latifúndio etc., a diversos agentes, como agricultores familiares e empresas (nacionais e estrangeiras), visando a chamada “função social da propriedade da terra”.

Logo, observando suas conexões com o campo da História Transnacional, trataremos de discutir de que modo e em que medida as políticas públicas gestadas pelos governos militares, durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), operaram o processo de transnacionalização da propriedade fundiária no Brasil, em vistas a efetivar um desenvolvimento capitalista no campo, por meio da reconfiguração do acesso à propriedade da terra. Como procedimento analítico, ainda, iremos compreender esse processo face à prática de grilagem de terras, observando-a como efetivadora, a nível regional e local, do processo de expansão territorial próprio do *land grabbing*, isto é, articulando as duas dinâmicas geo-históricas, quais sejam: a global e a local.

Pontos centrais da discussão

A emergência global, nas últimas décadas, em torno da questão ambiental e agrária, tem levantado novos desafios analíticos para as ciências sociais e humanas. Por um lado, as produções alimentícias e energéticas vêm ocupando, no cerne da questão da governança global, um papel fundamental nos acordos políticos e econômicos entre as nações do Norte e Sul Globais.¹⁸⁵ Por outro, a chamada *the global land rush*, ou a corrida global por terras, tem pautado economicamente os rearranjos jurídico-legais de países do Sul em torno da propriedade fundiária, seja por sua abertura econômica aos investimentos estrangeiros, seja pelo protecionismo Estatal. No campo da produção científica, isso não tem sido diferente. As ciências sociais e humanas de vertente crítica vêm ocupando espaços de disputa de narrativas, seja pela via institucional, ou ainda pelo enfrentamento cotidiano dos movimentos sociais.

Contudo, esse problema não foi gestado nas últimas décadas. A despeito da produção hegemônica das relações internacionais e da geografia, que racionaliza o *land grabbing* como um fenômeno diretamente vinculado às crises econômica, energética, climática e alimentar de 2008 (LEITE; LIMA, 2017), indagemos que a consolidação desse processo tenha ocorrido, mais propriamente, durante a Guerra Fria. Nesse sentido, a partir da história transnacional, área que se consolidou juntamente com as das histórias cruzadas, comparadas e conectadas (CARVALHO; PRATES, 2016), poderemos mirá-lo desde uma perspectiva crítica, operacionalizando “não apenas como as relações [das comunidades transnacionais] foram criadas, mas também como elas são sustentadas e mudam”.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Situaremos nossa escrita na seguinte compreensão de Sul Global: “um termo usualmente utilizado pelos estudiosos da Guerra Fria para designar os Estados anteriormente referidos como pertencentes ao ‘Terceiro Mundo’”. No original: “a term usually used by Cold War scholars to designate the states formerly referred to as belonging to the ‘Third World’” (MANKE *et al.*, 2017, p. 205). A tradução é nossa.

¹⁸⁶ No original: “not just about how relationships are created, but how they are sustained and changed” (CLAVIN, 2005, p. 438). A tradução é nossa.

Isto é, a História Transnacional, por meio de seu aparato analítico próprio, se apresenta como uma alternativa conceitual e metodológica para se pensar as relações transnacionais, sem que, para isso, tenha que se conter nos limites do Estado-nação. Nesse sentido, o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (1997), “apontou para a existência de diversas esferas de circulação de poder, mitos e ideologias que transcendem as fronteiras dos Estados-nações” (CARVALHO; PRATES, 2016, p. 6), muito embora, “não necessariamente a história transnacional se opõe à perspectiva dos Estados-nações. As práticas do internacionalismo, transnacionalismo, multinacionalismo, além das políticas internacionais, nacionais e regionais, coexistem” (idem, *ibidem*, p. 9). É nessa acepção que a História Transnacional advoga por uma compreensão global do fenômeno, não eurocentrada, e sem perder de vista suas consequências locais, ao passo em que problematiza conceitos bastante caros à prática historiográfica, como centro e periferia, local e universal, continuidade e ruptura (SANTOS *et al.*, 2017).

Nesse panorama da história mundial recente, no qual a escassez alimentar, energética, territorial, econômica (e por que também não dizer temporal?),¹⁸⁷ algumas vozes das ciências históricas vêm se interrogando acerca da historicidade dessas novas categorias. Segundo a compreensão de Pablo Luna (2013), que discute três formas de apropriação territorial na América Latina, o latifúndio, as *haciendas* e o *land grabbing*, algumas proposições são imprescindíveis.

É fundamental, parece-nos, situar o atual processo de apropriação de terras, o *land grabbing*, em uma perspectiva verdadeiramente histórica, de média ou talvez de longa duração. Trata-se da compreensão do fenômeno, que se inscreve em uma antiga prática relativa ao controle e exercício do poder sobre a terra, sobre o território, sobre os recursos naturais (aqui compreendido o trabalho humano) e sobre o espaço inserido em sua globalidade.¹⁸⁸

Nesse sentido, alerta o autor,

[...] podemos considerar que o *land grabbing* contemporâneo, praticado em escala planetária – aqui compreendido em certos espaços latino-americanos –, em um processo de mundialização acelerada do mercado de terra e de recursos, está relacionado aos fenômenos de média duração ao longo da história moderna? Deveríamos situar a reconcentração de terras que se opera nesse momento sobre o continente latino-americano em um contexto histórico mais longo da formação das *haciendas* e dos latifúndios na América Ibérica (e latina)? Essas são questões que merecem ser colocadas. A observação e a análise do presente necessitam da perspectiva histórica, incontornavelmente, afim de melhor conhecê-lo em sua dinâmica.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Que subtrai da humanidade a sua própria humanidade no porvir, tal como postulou Hartog (2015) em seu regime de historicidade presentista.

¹⁸⁸ No original: “Il est fondamental, nous semble-t-il, de situer le processus actuel d'accaparement des terres, le landgrabbing, dans une perspective véritablement historique, de moyenne durée, voire de longue durée. Il y va de la compréhension du phénomène, qui s'inscrit dans une pratique ancienne concernant le contrôle et l'exercice du pouvoir sur la terre et sur le territoire, sur les ressources naturelles (y compris le travail humain) et sur l'espace pris dans sa globalité” (LUNA, 2013, p. 1). A tradução é nossa.

¹⁸⁹ No original: “[...] peut-on considérer que le landgrabbing contemporain, pratiqué à l'échelle de la planète — y compris sur certains espaces latino-américains —, dans un processus de mondialisation accélérée du marché de la terre et des ressources, est rattaché à des phénomènes de moyenne durée, sur l'ensemble de l'histoire moderne ? Doit-on situer la re-concentration des terres qui s'opère à l'heure actuelle sur le continent latino-américain dans le contexte historique plus large de la formation des haciendas et des latifundia en Amérique ibérique (et latine) ? Ce sont des questions qui méritent d'être posées. L'observation et l'analyse du présent ont besoin de la perspective historique, de façon incontournable, afin de mieux le connaître dans sa dynamique” (idem, *ibidem*, p. 8). A tradução é nossa.

A reflexão do autor em inserir a categoria *land grabbing* em uma perspectiva de média ou longa duração nos abre outra perspectiva de análise, a saber, a teoria das temporalidades braudeliana (BRAUDEL, 2016). No entanto, o problema permanece o mesmo: em que medida o *land grabbing*, como fenômeno global, se estrutura historicamente? Isto é, considerando a relação do homem com a natureza, tal qual Luna postulou, de que maneira poderíamos racionalizar historicamente a categoria *land grabbing*, tendo em vista, ainda, a operacionalização da grilagem de terras como procedimento de poder nos conflitos por terra no Brasil?

Sob o ponto de vista conceitual, grilagem de terras diz respeito às práticas ilegais de apropriação da propriedade da terra, seja ela pública (devoluta) ou privada, por meio da apresentação de documentação falsificada e, durante o conflito com os indivíduos que lá trabalham ou ocupam a terra – geralmente camponeses, indígenas ou quilombolas –, através da violência física e simbólica. Sob o ponto de vista histórico, a grilagem de terras constitui-se como procedimento de poder no espaço agrário, haja vista suas intrínsecas vinculações a o que Marx (2008) denominou, e Wood (2001) sofisticou, de meios “extra econômicos”. Essa categoria diz respeito, segundo Wood, à “coerção direta, exercida por grandes proprietários ou Estados que empregavam sua força superior, seu acesso privilegiado ao poder militar, jurídico e político” aos “camponeses produtores [que] permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente da terra” (2001, p. 77). Dito isso, podemos pensar alguns problemas estruturantes da grilagem de terras no Brasil, por meio da formulação de Márcia Motta:

A luta entre posseiros e fazendeiros tem uma história, cuja marca é o fenômeno da grilagem empreendida na maior parte das vezes pelos terratenentes. Nesse sentido, a grilagem não é recente, constitui-se pois num processo histórico e secular de ocupação ilegal; [...] a grilagem pode ser compreendida no cerne da dinâmica e transmissão de patrimônio dos grandes fazendeiros, ou melhor, grilar não é uma prática isolada, mas tem a ver com os esforços dos *senhores e possuidores da terra* em expandir suas propriedades *ad infinitum* e [...] a grilagem de terras não é somente um crime cometido contra o verdadeiro proprietário (seja um indivíduo, no caso de terras particulares invadidas, seja em áreas pertencentes ao Estado, no caso mais frequente de invasão de terras devolutas), mas é um crime cometido contra a nação. (MOTTA, 2002, p. 80)

Land grabbing, por sua vez, não dispõe de uma conceitualização histórica tão consensual. É uma categoria que pode ser articulada a um processo maior de estrangeirização de terras, mas que contém suas especificidades empíricas, sobretudo no tocante ao controle da terra por transnacionais – em paralelo à propriedade da terra, por meio da apropriação legal concedida pelo Estado. Foi pensada durante as décadas de 1960 e 1970 como uma contrarreforma agrária, no sentido em que por meio da alteração jurídica acerca da posse e propriedade da terra, o Estado reformaria o espaço agrário, rearranjando suas relações sociais e, sobretudo, produtivas. Assim, “enquanto política voltada para ‘reformular’ práticas de uso de terras agrícolas, a reforma agrária também serviu para facilitar a estrangeirização de terras” (WELCH, 2016, p. 286). Segundo o autor, que analisou o processo de resistência à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria,

[...] formuladores de políticas públicas e acadêmicos desenvolveram estratégias de reforma agrária destinadas a desmantelar antigas propriedades improdutivas e “liberar” suas terras para o mercado, incluindo investidores estrangeiros, e escreveram regulamentos para facilitar a modernização sob a forma de mecanização, insumos químicos e outras inovações tecnológicas. (*ibidem*, *loc. cit.*)

O autor sintetiza de forma pragmática o objetivo político do Estatuto da terra (Lei nº 4.504, de novembro de 1964), visto à época de maneira bastante ambígua pelos movimentos sociais. Essa legislação, ao passo em que definiu uma “função social” para a propriedade da terra, regulando as desapropriações territoriais com vistas à reforma agrária, marcou uma abertura econômica do espaço agrário brasileiro a investidores estrangeiros, e, dessa forma, promoveu uma “modernização conservadora”, já nas palavras de Delgado (2012). Este, em seu estudo sobre os ciclos econômicos da agricultura capitalista no interior do Estado brasileiro, apontou o início da ditadura civil-militar como foco primário de estruturação do que chamou de “capital financeiro na agricultura”, lançando luzes sobre a modernização conservadora operada pelos governos militares em torno da questão agrária.

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar um pacto agrário modernizante e conservador, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial. (DELGADO, 2012, p. 14)

Guiomar Germani (1993), por sua vez, também compreende que houve um agravamento das relações sociais no campo com a inserção do capital empresarial (o qual ela chama de “setor rural”) na agricultura brasileira, como se pode ver a seguir.

O modelo econômica implantado no Brasil, principalmente com o governo militar, aumentou as já crescentes contradições no campo, agravadas, ainda mais, pela crise de dito modelo. Nos momentos de crise, o Estado procurou exercer, mais acentuadamente, seu papel de legitimação no setor rural através das várias políticas implementadas nos diversos níveis. Mas sem promover jamais uma política que significasse uma alteração na estrutura da propriedade da terra.¹⁹⁰

No entanto, a autora não considerou que houve uma alteração em termos estruturais. Sob o ponto de vista de uma reforma agrária aos moldes daquela proposta por João Goulart e daquela demandada pelos movimentos sociais no campo (como as Ligas Camponesas),¹⁹¹ realmente não houve. Mas compreendendo a mudança de paradigma do Estado brasileiro em torno da questão agrária, sobretudo no tocante à industrialização rural como mecanismo de modernização conservadora, tal qual Delgado nos propõe, houve sim uma mudança estrutural, que inclusive opera a dinâmica da propriedade e produção fundiária até os dias atuais. Essa alteração possibilitou um alto grau de investimento do capital transnacional à propriedade fundiária no Brasil, consequência da política econômica agrária dos governos militares.

René Dreifuss (1981), que além de nos apresentar um rigoroso e exaustivo trabalho acerca da participação civil (destaca-se o empresariado) no golpe de 1964, alterando desde então o consenso da historiografia brasileira da terminologia *golpe militar de 1964* para *golpe civil-militar de 1964*, nos evidencia, também, em obra posterior (DREIFUSS, 1986), de que modo o empresariado transnacional operou seu capital no

¹⁹⁰ No original: “El modelo económico implantado en Brasil, principalmente con el gobierno militar, aumentó las ya crecientes contradicciones en el campo, agudizadas, aún más, por la crisis de dicho modelo. En los momentos de crisis el Estado procuró ejercer, más acentuadamente, su papel de legitimación en el sector rural a través de las varias políticas implementadas en los diversos niveles. Pero sin promover jamás una política que significase una alteración en la estructura de la propiedad de la tierra” (GERMANI, 1993, p. 220-221). A tradução é nossa.

¹⁹¹ Cf. *Projeto de reforma agrária do governo João Goulart – 1964* (p. 97-110) e *Proposta de reforma agrária da CONTAG aprovada no 3º Congresso Nacional dos trabalhadores agrícolas – CONTAG – 1979* (p. 157-176). In STEDILE, 2006.

Brasil, estratégico e taticamente, entre os anos de 1918 e 1986. Ao articular a política brasileira à conjuntura internacional do pós-segunda Guerra, o autor nos evidencia algumas marcas estruturais no capitalismo brasileiro, que permaneceram em sua configuração até a Guerra Fria.

Nesse contexto internacional, o capitalismo 'tardio' brasileiro passaria a ser tanto transnacional quanto associado, subordinado aos centros de expansão capitalista. Com o capital transnacional liderado pelos interesses americanos, estabelecendo sua proeminência na economia brasileira, as diferenças políticas e ideológicas entre os grandes complexos industriais-financeiros de caráter nacional ou associado e os estrangeiros tornaram-se pouco marcantes. [...] Em defesa de seus interesses, o capital multinacional contou não somente com seu inegável poder econômico – baseado no seu volume, grau de concentração e integração de capital – e com sua infraestrutura oligopolista, mas também desenvolveu sua própria perícia organizacional e sua capacidade de influenciar as diretrizes políticas no Brasil. (*ibidem*, p. 135)

Desse modo, podemos iniciar nossa prospecção mais precisa acerca do processo do *land grabbing*, além das definições de Sul global e história transnacional, aqui subjacente. Charvet (2017) destaca a imprecisão e dificuldade de se tentar mensurar, jurídica e economicamente, o processo de *land grabbing*, pois haveria um elemento indutor de constantes ajustes na questão jurídica da propriedade da terra em países dos continentes africano e latino-americano, qual seja, portanto, o direito costumeiro.

As modalidades de aquisição de ativos agrícolas em grande escala são pouco conhecidas, pelo fato de seu caráter confidencial. Em efeito, os agentes econômicos referidos – Estados como firmas privadas – preferem trabalhar na discricção em razão do caráter estratégico e dos riscos políticos próprios a essas operações. [...] O maior problema é o da imprecisão do direito fundiário e dos conflitos entre os direitos costumeiros – ainda muito frequentes em África e na América Latina –, que remeteriam às formas coletivas de apropriação de terras, e o direito "ocidental", que não consagra nada mais que as apropriações privadas transcritas e devidamente registradas nos cadastros.¹⁹²

Esse é um importante fator no delineamento das políticas públicas em torno da questão agrária no Brasil, de tal modo que referenciando-nos, igualmente, na capacidade do capital transnacional em influenciar as diretrizes políticas nacionais, da qual Dreifuss referiu-se. Wily (2012) chama atenção a respeito do permanente atrito entre o Estado e os povos tradicionais, decorrente da dicotomia "direito ocidental" *versus* direito costumeiro, bastante presente em sociedades africanas e latino-americanas. Isso vai se desdobrar, já em paralelo com o processo de transnacionalização da propriedade fundiária, na apropriação pelo Estado do papel de *land grabber*, isto é, do sujeito político e econômico que se apropria da propriedade da terra, em vistas a favorecer os interesses do capital empresarial transnacional.

Segundo a autora, "poucos hectares [dos que estão] sendo disponibilizados derivam do setor privado existente. Pelo contrário, [...] as vendas e arrendamentos de

¹⁹² No original: "Les modalités d'acquisition d'actifs agricoles à grande échelle sont peu connues, du fait de leur caractère confidentiel. En effet, les agents économiques concernés – États comme firmes privées – préfèrent travailler dans la discrétion en raison du caractère stratégique et des risques politiques propres à ces opérations. [...] Le problème majeur est celui du flou du droit foncier et des conflits entre les droits coutumiers – encore très fréquents en Afrique et en Amérique latine –, qui renvoient à des formes collectives d'appropriation des terres, et le droit « occidental » qui ne consacre que les appropriations privées transcrites et enregistrées dans les cadastres." (CHARVET, 2017, p. 7-8). A tradução é nossa.

longo prazo estão sendo emitidas pelos governos”.¹⁹³ Tal análise também é corroborada pela AATR (2017), que denunciou a ratificação da grilagem, pelo Estado, como procedimento de apropriação de terras “legítimo” pela esfera privada, na medida em que “[...] a atuação do Estado acabou transformando o procedimento discriminatório de terras devolutas num mecanismo de regularização da grilagem, causando graves consequências, que podem ser visualizadas tanto no sentido de lesão ao patrimônio público quanto na perspectiva socioambiental” (*ibidem*, p. 27).

Considerações finais

Por meio do exposto, demonstra-se a emergência de se racionalizar a questão agrária no Brasil por meio da História Transnacional, lançando mão de seus conceitos e procedimentos analíticos. Apontemos, ainda, que há uma escassez de debate acerca da categoria *land grabbing* na historiografia nacional e internacional, de modo que tivemos que dialogar majoritariamente com as produções da geografia e das relações internacionais. De toda maneira, essa é uma categoria que está sendo continuamente (re)conceitualizada, devido às diferentes experiências históricas ocorridas em diferentes espaços e territorialidades. Assim, para localizarmos essa produção em curso – e sua geopolítica de produção do conhecimento –, apontemos o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no plano nacional, o qual mantém uma profícua relação com movimentos sociais do campo, e o *International Institute of Social Studies* (IISS), vinculado à Erasmus University Rotterdam (Holanda), no plano internacional.

Destacamos, finalmente, o caráter preliminar deste artigo. Esse tema está sendo desenvolvido de forma melhor acabada no âmbito de um projeto de pesquisa, com financiamento do CNPq. Esperamos, assim, que ao fim desse projeto, possamos comprovar se e em que medida a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) engendrou uma pauta transnacional de abertura da propriedade privada da terra ao capital internacional, reestruturando as relações econômicas e sociais no campo e, por conseguinte, engendrando outra forma de produção agrícola e alimentar no Brasil, qual seja, a da agroindústria.

Referências

- AATR – Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia. **No rastro da grilagem**. Formas jurídicas da grilagem contemporânea: casos típicos de falsificação na Bahia. Salvador: AATR, 2017.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Estrutura Fundiária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 355-360.
- ARAÚJO, Cloves dos Santos. **O Judiciário e os conflitos agrários no Brasil**. 182 fl. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: EdUSP, 2016.
- CARVALHO, Marina Helena; PRATES, Thiago Henrique. Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas. **Temporalidades**, Belo Horizonte, 21^a ed, v. 8, n. 2, p. 4-21, mai/ago. 2016.

¹⁹³ No original: “few hectares being made available derive from the existing private sector. On the contrary, [...] sales and long-term leases are being issued by governments” (WILY, 2012, p. 769). A tradução é nossa.

- CHARVET, Jean-Paul. **Land grabbing ou Accaparement de terres agricoles.** Encyclopædia Universalis, Online, 2017.
- CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. **Contemporary European History**, n. 14, p. 421-439, 2005.
- CÔRTEZ, Sara da Nova Quadros. **Análise do Discurso Judicial nos conflitos por terra referentes às desapropriações para fins de reforma agrária e ações possessórias: in dubio pro “proprietário”?**. 453 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 1992: Luta e Sonho na Terra.** Goiânia: Loyola/CPT, 1993.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista.** Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión Agraria y Asentamiento de Población en el Área Rural: la nueva cara de la lucha por la tierra.** Bahia, Brasil (1964-1990). 667 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia e Historia, Barcelona, 1993.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LEITE, Alexandre Cesar Cunha; LIMA, Thiago. Apresentação do Dossiê Aquisição Transnacional de Terras (Land Grabbing). **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 5-12, 2017.
- LUNA, Pablo. Latifúndia, Haciendas et landgrabbing en perspective historique. **HISTOIRE(S) de l'Amérique Latine**, v. 8, n. 4, p. 1-8, 2013.
- MANKE, Albert; BŘEZINOVÁ, Kateřina; BLECHA, Laurin. Conceptual readings into the Cold War: towards transnational approaches from the perspective of Latin American Studies in Eastern and Western Europe. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 203-218, jan.-abr. 2017.
- MARGULIS, Matias; MCKEON, Nora; BORRAS JR., Saturnino. Land Grabbing and global governance: critical perspectives. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 1-23, jan. 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: o processo de produção do capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOTTA, Márcia. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PIÑERO, Théo Lobarinhas (orgs.). **Voluntariado e o Universo Rural.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 77-101.
- NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse.** 168 fl. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLSTEIN, Diego. Latin America in Global History: an historiographic overview. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 253-272, jan.-abr. 2017.

- PEREIRA, Lorena Izá. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, ano 20, n. 40, p. 88-110, set/dez. 2017.
- SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, jan/abr. 2017.
- STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997.
- WELCH, Clifford Andrew. Resistindo à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 285-332, jun. 2016.
- WILY, Liz Alden. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 751-775, jul.-out. 2012.
- WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL: ESTUDO DOS LOCAIS HISTÓRICOS DA CIDADE DE INHAMBANE

Mussá Abdul Remane¹⁹⁴
Hélio Clemente Julião¹⁹⁵
Dalva Carlos Maiela¹⁹⁶
Odélio Emídio Nhiuane¹⁹⁷

Resumo: Este artigo reflete sobre a preservação do património histórico como garante da manutenção da identidade sociocultural, a partir dos lugares históricos presentes na cidade de Inhambane. Os dados para esta reflexão foram obtidos baseando-se na observação e diálogo estabelecido com os gestores dos patrimónios. Os resultados indicam que existe um conjunto de bens materiais e imateriais no museu regional de Inhambane e alguns locais como pórtico de deportação dos escravos que, embora haja esforço de conservação, nota-se a alteração das características que serviam de testemunhas das acções aí desenvolvidas. A educação patrimonial pode ser mecanismo de garantia de preservação.

Palavras-chave: Património histórico, Preservação, Identidade sociocultural.

Introdução

A sociedade moderna tem sido chamada a reflectir sobre diversas práticas que interferem com a originalidade dos elementos da paisagem natural e humana dos territórios. Dos vários elementos cuja interferência humana tem sido intensa é o património histórico-cultural. Dentro de um território, o património constitui um elemento que varia consoante as suas características socioeconómicas, ou seja, trata-se de um conjunto de recursos histórico-culturais pertencentes a uma comunidade que incluem o património etnológico, o património cultural construído e o património arqueológico (PARTIDÁRIO, 2000).

O Ministério da Educação e Cultura de Moçambique, no contexto da sua criação em 1975, incorporou o Serviço Nacional de Museus e, na ocasião, a preservação do património já era uma prioridade. Foi nesse contexto, concretamente em 1988, que aprovou-se a Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro, sobre a protecção do património cultural. Nessa lei, considera-se património, tanto o que foi criado pelo povo moçambicano, como também o que foi integrado, como é o caso da herança colonial (MACAMO, 2015:24). Neste sentido, o património pode ser considerado como “conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana” (MALEIANE, 2007)

Pode-se considerar o património como um conceito bastante complexo, pois para além de incorporar os elementos físicos, também incorpora os elementos sociais que vão se construindo e sofrendo alterações ao longo do tempo. A sua discussão é inesgotável, basta considerar a necessidade urgente da salvaguardar determinados elementos,

¹⁹⁴Mestre em Desenvolvimento Rural e Professor na Universidade Save – UniSave, Moçambique; E-mail: mareman2@gmail.com

¹⁹⁵Estudante de Graduação em Ensino de História com Habilitações em Geografia na UniSave, Moçambique; E-mail: helioclementenhachungue@gmail.com

¹⁹⁶Estudante de Graduação em Ensino de História com Habilitações em Geografia na UniSave, Moçambique; E-mail: dalvamaiela18@gmail.com

¹⁹⁷Estudante de Graduação em Ensino de História com Habilitações em Geografia na UniSave, Moçambique; E-mail: emidionhiuane@gmail.com

movida pela recorrente destruição de monumentos/documentos devido às “necessidades” da modernidade (LOPIS, 2017).

O elemento patrimonial deve estar atrelado ao seu contexto de um passado histórico e social, e não como um artefacto isolado, como vem sendo praticado por algumas sociedades que isolam o bem histórico de seu contexto, para “preservá-lo” em um museu ou instituição, com objectivo principalmente económico (como centro de atracção turística), tirando o seu valor real (LOPIS, 2017).

Entretanto, é importante ter-se em consideração o valor real do património histórico-cultural, que não se resume ao turismo e desenvolvimento urbano. Deve se ter em conta a sua função de representação simbólica da identidade e memória de uma nação, justificando todos os discursos preservacionistas e conservacionistas dos restauradores, arqueólogos e historiadores (SILVA, 2000; CANCLINI, 1999). Neste sentido, o património cultural permite que se responda a uma questão existencial: “de onde viemos, quem somos e onde vamos”.

Com o propósito de contribuir no debate sobre a preservação e conservação do património histórico e dar uma parte da resposta a essa grande questão, buscou-se fazer o presente estudo intitulado: “Preservação do Património Histórico e Manutenção da Identidade Sociocultural: Estudo dos Locais Históricos da Cidade de Inhambane”.

Inhambane é uma província moçambicana localizada na região Sul do País, na sua faixa costeira. O património histórico-cultural presente na província é constituído de bens materiais e imateriais, que evidenciam as várias manifestações socioculturais da província de região sul do país. Nesse sentido, o foco principal do presente artigo vai para o património material, visto como um património sólido ou físico caracterizado pela presença do (i) Museu Regional de Inhambane, (ii) Local da Proclamação da Primeira Constituição da República Popular de Moçambique, (iii) Pórtico de Deportação de Escravos e (iv) Buraco dos Assassinatos.

O artigo é resultado de visitas de estudos efectuados a esses locais históricos, no primeiro semestre do ano 2019, cujo objectivo era de observar e fazer o levantamento dos elementos dos patrimónios que permitissem uma análise profunda sobre o estado e a necessidade de sua conservação e preservação como garantia da manutenção da identidade sociocultural das comunidades. Foi nesse intuito que, a partir do diálogo guiado com os técnicos responsáveis pela sua gestão, concretamente os técnicos funcionários do Museu Regional de Inhambane, com o conhecimento da Direcção Provincial de Cultura e Turismo da Inhambane, tornou-se possível a observação e o levantamento de informações sobre os patrimónios materiais presentes. A trajectória de observação partiu do levantamento feito no Museu e, seguiu ao Pórtico de Deportações dos Escravos, ao Local da Proclamação da Primeira Constituição da República Popular de Moçambique e terminou no Buraco dos Assassinatos.

Deste modo, o estudo responde às estratégias da Direcção Nacional da Cultura de gestão do património, que foca-se no incentivo às iniciativas de conservação do património cultural imóvel a nível local, de modo a torná-lo relevante para as comunidades locais. Igualmente, responde ao objectivo de usar os recursos culturais pelas escolas, nos processos de ensino e aprendizagem (JOPELA, 2011:10).

Pilares da ideologia preservacionista: Uma leitura a partir da situação actual do património histórico-cultural presente na cidade de Inhambane

Neste conteúdo faz-se uma leitura da situação da preservação do património histórico-cultural presente na cidade e província de Inhambane a partir do cruzamento de dois elementos: “a) Restituição (restauração) e Reconstrução¹⁹⁸, por um lado e, b)

¹⁹⁸ a) Refere os conceitos reconstrução e restituição (restauração)

Preservação para perpetuar a identidade e Preservação para impulsionar a indústria turística¹⁹⁹, por outro”.

Como ponto de partida desta análise, faz-se necessário levantar a seguinte questão: como manter a história e a identidade sociocultural de um povo promovendo ao mesmo tempo a indústria turística a partir da preservação do património histórico?

Na actualidade, diversos actores sociais, políticos, académicos, operadores turísticos e outros, discutem a temática de preservação do património histórico-cultural impulsionados por dois vectores que, em função dos contextos, complementam-se e divergem. Esses vectores são os seguintes:

- 1) O ideal de preservação do património histórico-cultural impulsionado pela necessidade de perpetuar a identidade dos povos;
- 2) O ideal de preservação do património histórico-cultural impulsionado pela necessidade de alavancar e promover a indústria turística.

Para a realidade moçambicana, o primeiro vector enquadra-se no reconhecimento que o governo dá ao papel da cultura como componente determinante da personalidade de moçambicanos e, considera a sua valorização como um elemento fundamental para a consolidação da unidade nacional, da identidade individual e do grupo (Constituição da república de Moçambique, de 2004, artigo 115). Portanto, a partir deste pressuposto plasmado na constituição da república, a cidade e a província de Inhambane, através do sector do património cultural, tem levado a cabo actividades de preservação do património histórico-cultural como a identificação dos bens patrimoniais, sua classificação em categorias (material e imaterial), registo e inventariação e sua divulgação através de plataformas como Whatsapp, Twiter, Faceboock e outras.

Em função das acções do governo provincial e da cidade, a leitura que pode-se fazer da situação actual do património histórico de Inhambane reflecte ao contexto de origem do mesmo património, à necessidade de existência desse património ou ao valor educacional desse património, e, dependendo ou não do seu estado, às acções a serem empreendidas para a preservação do seu legado histórico que, duma ou de outra forma, servirá às várias gerações.

Existe uma diversidade do património histórico na cidade de Inhambane. Contudo, destacam-se neste artigo alguns bens materiais como o Pórtico das Deportações de Escravos; Museu Regional de Inhambane; Buraco dos assassinados e; o Local da Proclamação da Primeira Constituição da República Popular de Moçambique. Esta selecção para a análise, baseou-se no estado de apresentação e conservação de cada património histórico.

O Museu Regional de Inhambane é considerado como uma unidade documental sem fins lucrativos, de carácter cultural, educativo e científico ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento com a missão de preservar, pesquisar e divulgar o património cultural (MACHADO & RUCHKYS, 2010:12) e ambiental (COSTA & TEXEIRA, 2007:65).

Preservando as suas funções museológicas, o Museu Regional de Inhambane foi criado a partir da iniciativa do governo provincial no âmbito dos preparativos `das festividades dos 260 anos da cidade de Inhambane (COSTA & GANDOLFO, 2003:134). O Museu funciona num edifício que possui uma sala de exposição, gabinete do director, uma pequena sala que alberga os departamentos, a secretaria-geral, copa e um quarto de banho.

O património museológico é composto por colecções de História, Geologia, geografia e cultura material e imaterial das Províncias de Inhambane e Gaza, na Região

¹⁹⁹ b) Referente aos elementos identificados como vectores das politicas de gestão e preservação do património, nomeadamente: preservação do património como forma de preservar a identidade e preservar o património como forma de impulsionar a actividade turística.

Sul do País. As colecções são constituídas por objectos que retratam os hábitos, costumes e evolução da província de Inhambane desde o período pré-colonial até a actualidade.

Embora estejam presentes diversos objectos materiais e imateriais no museu, questiona-se o estado de conservação desses objectos e, portanto, a sua originalidade, pois nota-se que alguns objectos perderam as suas características originais com o passar do tempo. Igualmente, o edifício do Museu apresenta problemas, principalmente a infiltração das águas da chuva no tecto que propicia a humidade do local em que posteriormente causa mofo, danificando assim os artefactos existentes no local. É sobre isso que, Nascimento et al. (2006:126) recomendam ao controlo da humidade como um processo delicado, dado que a presença do vapor da água no ar resultante da respiração dos visitantes ou trazida nas roupas molhadas gera mudanças nas condições climáticas do interior do Museu, criando um microclima favorável a formação de microbiológicos que causam a danificação dos artefactos. Analogicamente, sem ignorar outras causas, pode estar a ocorrer situação similar no Museu que resulta na danificação dos artefactos presentes

O Pórtico das deportações de escravos fica localizado próximo da ponte cais da cidade de Inhambane. Trata-se de um edifício de pedra e cal, que pertencia a uma companhia de Borrer, constituído no período de 1910-1922, cuja finalidade foi de concentrar escravos aguardando a deportação (MAXLHAIEIE & CASTROGIOVANNI, 2014:369). Os escravos armazenados no edifício, aguardavam a chegada dos navios negreiros ancorados em lingua-linga vindo da Europa, para transportarem os escravos rumo as ilhas francesas para servirem de mão-de-obra nas grandes plantações de cana-de-açúcar.

Actualmente, o local está sob gestão do Fundo de Investimento e Abastecimento de Água (FIPAG) e, modificações nas suas características originais foram feitas no sentido de garantir a segurança do material aí armazenado pela empresa. Estas modificações põem em causa a originalidade ou o verdadeiro sentido histórico do monumento, o que tem gerado a impressão de ser um armazém e não um monumento histórico.

O Buraco dos assassinatos fica localizado na Praia de Tofo. Trata-se de um lugar que reserva uma história de tristeza e angústia para os moçambicanos. É um buraco que na década 70 tinha cerca de 3 (três) metros de profundidade e diâmetro de 70 centímetro, constituído por rochas na sua extremidade e invadido pelas águas do oceano indico. Neste local, a Policia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) torturava, matava e atirava os reclusos. Existia no local uma vitrina de ossadas a qual foi vandalizada por desconhecidos (MAXLHAIEIE & CASTROGIOVANNI, 2014:370).

No Buraco dos assassinatos eram levados os cidadãos moçambicanos que tinham interesses diferentes da coroa, ou seja, considerados traidores da coroa portuguesa. Através da PIDE, o local foi usado como centro interrogatório e de tortura dos moçambicanos que depois eram lançados ao mar por via do buraco. Para impedir o arrastamento dos corpos para o mar, foram colocados varões de ferro. Actualmente, o buraco não goza de nenhum tipo de isolamento ou protecção, razão pela qual, a área é visitada por qualquer individuo, sem nenhuma supervisão, facto que acaba condicionando a preservação do sítio e a consequente vandalização do local e a prática de actos imundos como o lançamento de garrafas plásticas ou outro tipo de resíduos sólidos nocivos ao meio ambiente.

Diante dos factos levantados que reflectem o estado de conservação do património histórico-cultural, que história e identidade sociocultural esperam-se que sejam mantidas? Como a promoção do turismo tem sido um vector catalisador da preservação do património histórico presente em Inhambane? O ideal de preservação do património histórico-cultural como forma de impulsionar a indústria turística pode ter várias

explicações. No seu estudo sobre os impactos socioculturais da actividade turística na cidade de Inhambane, Timoteo (2016, p10), refere que Moçambique continua a olhar e apostar no turismo como uma das principais actividades para o seu crescimento económico e social e para redução dos níveis de pobreza das comunidades locais das regiões com potencialidades turísticas, sendo que nos últimos anos, vem apostando num turismo cultural como forma de valorizar e continuar com a conservação do património histórico-cultural das diversas regiões do país.

Embora vários estudos evidenciam um contributo significativo do turismo na renda das famílias locais na Província de Inhambane, os dados registados no âmbito da visita aludem uma situação negativa desta actividade na preservação do património histórico. Sobre isso, LOPES (2017:21) advoga que hoje, preserva-se muito em atendimento às reivindicações do turismo e não para perpetuar a memória. São criados cenários exóticos que, em muitas ocasiões, chegam à artificialidade, culminando em um preservacionismo cultural de conveniência²⁰⁰.

Um exemplo claro da relação negativa entre o turismo e a necessidade de preservação do património histórico em Inhambane, para além do que foi apresentado, foi o constatado no Bairro Josina Machel (Praia de Tofo), no local da proclamação da primeira Constituição da República Popular de Moçambique. Esse local foi transformado num local para prática de turismo de lazer²⁰¹, transformando-se a sala de reuniões num sítio de exposição de artigos de produção artística e criando-se no pátio um cenário exótico que até certo ponto encobre o pequeno monumento histórico erguido no local. Esse fenómeno é referenciado por Temoteo (2016) no seu estudo sobre os impactos socioculturais do turismo na cidade de Inhambane.

Um cenário idêntico está sendo projectado para o Pórtico de Deportação de escravos que, segundo os depoimentos do Horácio R. Gove, técnico do Museu Regional de Inhambane (MUREI), está em projecto a construção de um hotel no local com vista a associar o turismo histórico com o turismo de lazer. Tendo em conta as dimensões do espaço ocupado pelo Pórtico de deportação de escravos, a construção de um hotel no local seria um atentado a sua originalidade e acessibilidade, uma vez que seria vedado o acesso a cidadãos comuns que não sejam hóspedes do hotel.

Portanto, a aposta no turismo como vector para a preservação do património histórico-cultural na cidade e província de Inhambane tem tido resultado inverso do desejado, ou seja, no lugar de ser o património a influenciar a intensidade e o tipo de turismo a ser desenvolvido, tem sido os imperativos turísticos que obrigam os gestores turísticos e do património a modificá-lo com vista a satisfazer as necessidades turísticas. Contudo, não se pode negar a importância económica da actividade turística na cidade que, de forma significativa, contribui na melhoria de renda e das condições de vida dos habitantes.

²⁰⁰ Um elemento fomentador destas questões trata-se do crescimento do turismo que trouxe efeitos negativos e positivos ao património. Alguns elementos patrimoniais foram fechados à visitação por estarem degradados e não estarem de acordo com a estética moderna. Além do fato de existirem medidas apelativas de interesse turístico que contribuem para a descaracterização do conjunto arquitectónico ou da paisagem com reconstruções, transferência de elementos, simulações, provocando a distorção da realidade histórica. Porém, em muitos casos o turismo gera um incentivo a preservação patrimonial, pois exigem medidas emergências para a preservação de determinados bens (LOPIS, 2017:20).

²⁰¹ Em Moçambique, actualmente, o turismo encontra-se concentrado no sul do país. A cidade de Maputo e as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane detêm 50% da capacidade total de estabelecimentos registados e 65% do total das camas. Em 2001, 60% das dormidas do país foram vendidas em Maputo-cidade. Nota-se que esta região está a beneficiar de níveis consideravelmente elevados de desenvolvimento e detêm as melhores infra-estruturas de todo o país. A província de Inhambane alberga o maior número de facilidades de acomodação para o lazer, correspondendo, neste momento, a zona do país que recebe maior número de turistas ligados ao lazer (TIMOTEO, 2016:30)

Restituição (restauração), Reconstrução e Preservação do Património Histórico

Partindo de uma breve apresentação dos conceitos de restituição (ou restauração) e reconstrução, procura-se analisar as medidas e estratégias de preservação do património histórico-cultural de Inhambane levadas a cabo pela vereação de cultura do Conselho Autárquico da Cidade de Inhambane e pelo departamento de património cultural da Direcção Provincial de Cultura e Turismo de Inhambane.

O conceito restauro é baseado, principalmente nas intervenções monumentais, em elementos de reconhecido valor cultural, respeitando os princípios da conservação e fundamentando-se num cuidadoso conhecimento prévio que vise restituir ao objecto, nos limites do possível, uma relativa legibilidade e, sempre que necessário, o seu uso. Consiste numa intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, com vista à conservação da sua autenticidade e à sua apropriação pela comunidade (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, apud SOUSA, 2016:8).

A restauração de um património histórico não é uma acção fácil. No entanto, a Carta de Atenas²⁰², expõem as ideias fundamentais para um processo de preservação do património histórico-cultural que restabeleça a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo, tais como:

- a) Manutenção e conservação regular das obras de arte e monumentos como medida eficaz para assegurar a durabilidade dos objectos e evitar as restituições integrais. Quando seja inevitável a intervenção, pela degradação do monumento, é aconselhável respeitar todas as obras históricas e artísticas do passado sem excluir estilos de qualquer época;
- b) É importante a reutilização do edifício, mantendo o seu uso original ou o uso funcionalmente mais adequado, de modo a respeitar o carácter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura;
- c) Valorização do aspecto envolvente do edifício, recomendando a reflexão sobre novas construções nas proximidades do monumento, de modo a não degradar a paisagem e o ambiente. Além disso, devem ser suprimidos elementos como publicidade, postes e fios telefónicos, indústrias ruidosas e outros;
- d) É aceitável utilizar os recursos da técnica moderna, inclusive o betão armado, usando-os de forma dissimulada, para que não alterem a imagem e o carácter do monumento;
- e) O monumento antes da intervenção deve ser alvo de estudo e análise de toda a documentação, de modo a realizar um diagnóstico correcto e trabalhos de restauro adequados. Para esta tarefa é fundamental o trabalho interdisciplinar entre arqueólogos e arquitectos restauradores, assim como a colaboração de representantes de ciências físicas, químicas e naturais, de modo a analisar futuras degradações provocadas pela passagem do tempo e por efeito dos agentes atmosféricos;
- f) Preocupação especial na educação dos povos, desde as primeiras idades, no sentido de transmitir a importância da protecção de obras de arte e de limitar actos que possam degradar estes testemunhos de toda a civilização (LUSO, et al., 2004:39).

Em relação ao conceito reconstrução que possui o sentido de transformar, Rodriguez (2017:10) refere que intelectuais ligados à preservação patrimonial questionam sobre a reconstrução como uma possível intervenção validada no âmbito da preservação do património. Como atesta Carbonara (2009), as acções que comprometem a leitura da passagem temporal e suas respectivas marcas interpondo motivações de ordem estética às motivações de ordem documental e histórica, não poderiam ser qualificadas como

²⁰² Em 1931 realizou-se uma conferência em Atenas (Grécia) sobre preservação do património histórico e arquitectónico.

restauração. São práticas em que a matéria antiga não é completamente respeitada e transfiguram o monumento renovando-o e reduzindo-o a uma mera citação do antigo.

Ainda sobre a reconstrução, a carta de Cracóvia admite a hipótese de reconstrução, mas em casos excepcionais, distinguindo-se os edifícios classificados, citando-se: “a reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, apud SOUSA, 2016).

Partindo desses pressupostos conceituais (restauração e reconstrução) e conjugando-os com os vectores das ideologias de preservação do património histórico-cultural (manutenção da identidade histórica e cultural e, Promoção do turismo), analogicamente, o que tem acontecido em Inhambane, de forma geral, é a reconstrução dos sítios históricos e não a restauração. Tomando-se em consideração que a restauração é o mais ideal e adequado procedimento quando o tema é a preservação do património, uma vez reconstruído, sem obedecer aos traços e estilos arquitectónicos originais, um bem patrimonial corre o risco de perder o seu significado e sentido identitário como fonte de transmissão do conhecimento das sociedades do passado, e, portanto uma fonte de orientação existencial.

O facto de ter-se constatado intervenções com características de uma reconstrução em alguns patrimónios presentes na cidade de Inhambane como a transformação do Portico das Deportações dos Escravos em um armazém do material de canalização e abastecimento de água, a transformação do Local da Proclamação da Primeira Constituição da República em sítio de exposição de artigos de produção artística, evidencia a conflitualidade entre os ideais preservacionais e os interesses turísticos.

Em virtude dos problemas constatados no pórtico e nos sítios históricos do bairro Josina Machel, surge outra questão conceptual que esbarra com as tendências de preservação do património. Trata-se da questão de re-significação dos espaços. Esse conceito encontra seu fundamento no ideal de que as sociedades são dinâmicas e as necessidades também, deste modo, advoga-se a possibilidade de reconstrução ou mesmo transformação de um edifício que seja considerado como tendo um valor histórico-cultural intrínseco em um novo que seja resposta as necessidades contemporâneas.

É necessário desfazer conceitos, pois como destaca Canclini (1999), está consagrada nos discursos relativos ao património, uma perspectiva preservacionista e conservacionista, vinculado a perspectiva de restauradores, arqueólogos e historiadores, sempre buscando preservar o passado. Todavia, a modernidade vinculou o património a outros conceitos como o turismo e o desenvolvimento urbano.

Um outro problema recorrente no âmbito da preservação do património histórico e cultural, tem que ver com a transferência de objectos considerados patrimoniais para sítios como museus com intenção de preservá-los, mas como refere Lopls (2017), essa transferência pode significar perda do seu valor como fonte de transmissão do passado, uma vez que fora do seu contexto original os objectos perdem sentido. Contudo, a preservação de elementos patrimoniais em museus é alternativa para aproximar elementos identitários ao público e protecção em casos extremos.

O museu regional de Inhambane alberga vários bens patrimoniais que revelam o passado (histórico, cultural, económico, etc.) dos povos que habitam as províncias de Inhambane e Gaza. Esses bens patrimoniais coleccionados no museu, alguns perderam sua originalidade, tal é o caso das partes dos edifícios históricos que foram coleccionados e expostos no museu.

Educação Patrimonial como Veículo da Transmissão do Passado e de Inclusão dos Cidadãos na Preservação do Património

O valor dos bens considerados património histórico-cultural está intimamente relacionado com a sua capacidade e possibilidade de transmitir às gerações do presente, testemunhos do passado do seu povo e contribuir desta forma para a criação e perpetuação da história e identidade dos cidadãos enquanto membros de uma comunidade. Desta feita, concebe-se a educação patrimonial como vector que pode gerar uma relação de interdependência entre a preservação do património histórico-cultural com o Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA) da história que extrapola o universo da educação formal.

A educação patrimonial pode gerar a relação de interdependência entre a preservação do património histórico-cultural e o PEA de história a partir do momento em que o património consiste num suporte e recurso didáctico que possibilita o acesso e retorno ao passado vivido servindo de testemunho das actividades do homem. E de forma complementar, o PEA de história que inclui a sensibilização popular sobre o valor dos bens patrimoniais, irá contribuir para a sua preservação²⁰³.

A história é dinâmica, não estática e as sociedades acompanham esse dinamismo. As cidades e seu termómetro social perpassam por essa dinâmica de diferentes formas e provocam diversos impactos sociais, económicos e culturais. Por isso, faz-se necessário o reconhecimento da real importância do património na cultura, na identidade de um povo, em sua noção de pertença social e de que esse património precisa ser preservado, não como demonstração de um momento imutável de nossa história, mas como um período de eventos e significações que suscitaram outros e nos perpetuaram como somos hoje (LOPIS, 2017:22).

A educação patrimonial pode servir para diminuir os impactos negativos frequentes em meios sociais, que induzem a degradação do património histórico-cultural [...], sendo essa uma das formas de alertar aos jovens e à sociedade, em geral, acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos através do património local (CHISSALE, 2016, p40). Na sua pesquisa, Vilanculo (2019) conclui que desenvolver projectos e actividades contínuos com alunos das escolas e séries que estudam a história local considerando a proposta de explorar o património como recurso didáctico no processo de ensino e aprendizagem em ciências sociais, poderia ser uma possibilidade para avançar na perspectiva de identificação, valorização e preservação do património histórico da comunidade da cidade municipal de Inhambane.

As visitas de estudo constituem também um recurso didáctico muito importante para a educação patrimonial, pois permitem ao aluno relacionar o universo da teoria com o da prática e desenvolver uma aprendizagem afectiva. Como exemplo, podem ser mencionadas as visitas de estudo realizadas pelos autores do presente artigo, que indubitavelmente contribuíram para o conhecimento do património histórico-cultural existente na cidade de Inhambane, bem como da necessidade da sua preservação como garante da manutenção da identidade histórica dos povos dessa província.

Conclusão

O presente estudo procurou analisar a situação da preservação do património histórico-cultural presente na cidade e província de Inhambane a partir da conjugação de dois eixos fundamentais: Restituição e Reconstrução, por um lado, e Preservação para perpetuar a identidade e para impulsionar a indústria turística. Olhou-se para esses eixos como os principais vectores que podem garantir a preservação dos monumentos e

²⁰³ A degradação dos monumentos e a apatia populacional, com relação a esses eventos, em muitas situações são fruto do não reconhecimento daquela realidade enfocada pelo monumento como sendo sua, pois preserva-se o monumento de elite e a produção cultural popular pode ser esquecida, por tanto, passível de destruição (LOPIS, 2017:16).

permitir a manutenção da consciência histórico-cultural (identidade) e o dinamismo económico (centro de tracção turística).

Os patrimónios histórico-culturais observados na província e cidade de Inhambane e analisados foram: Museu Regional de Inhambane, Local da Proclamação da Primeira Constituição da República Popular de Moçambique, Pórtico de Deportação de Escravos e Buraco dos Assassinatos. Esses patrimónios perderam alguns elementos que caracterizam a sua originalidade, tal como se regista com o pórtico de deportação de escravos que, serve actualmente de um armazém do material do Fundo de Investimento e Abastecimento de Água (FIPAG).

Em virtude da situação actual em que se caracterizam os patrimónios histórico-culturais em Inhambane, há tendência de promover a preservação desses locais como resposta às exigências da indústria turística, o que não é mau. Porém, ao optar-se por este caminho, inevitavelmente, são feitas transformações que alteram a originalidade desses bens patrimoniais, pondo em causa o verdadeiro sentido da sua existência. Não só, no olhar de quem sabe do valor de um património, seja turista ou cidadão comum, os locais não atraem os turistas como se deseja, ou seja, não promovem o turismo no nível desejado. Deste modo, as ideologias preservacionistas de restituição e preservação como perpetuação da identidade sociocultural, são postas em causa. Neste sentido, é chamado ao debate, outro conceito: o de ressignificação dos espaços. Esse conceito encontra seu fundamento no ideal de que as sociedades são dinâmicas e as necessidades também, deste modo, advoga-se a possibilidade de reconstrução ou mesmo transformação de um edifício que seja considerado como tendo um valor histórico-cultural intrínseco em um novo que seja resposta as necessidades contemporâneas.

Um dos caminhos que se pode seguir rumo à preservação do património histórico-cultural, é a educação patrimonial. Ela pode permitir a redução ou mesmo eliminar as principais acções que levam à degradação do património histórico-cultural. Também a educação patrimonial serve como uma das formas de alertar aos jovens e á sociedade acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos. Desta forma, há uma grande necessidade da integração do estudo do património histórico no processo de ensino e aprendizagem, como forma de garantir que as gerações tenham o conhecimento do significado de cada monumento histórico ou lugares históricos existentes na cidade de Inhambane.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO DO PATRIMÓNIO CULTURAL (ARPAC). *Documento visual e Narrativa dos bens culturais incluindo nos roteiros culturais na ilha de Moçambique e na cidade de Inhambane: a vila tradicional de macuas – cidade de pedra e cal – o dia-a-dia do wagaya – a bela kunhumbane*. Maputo, UNESCO, 2011.

CAETANO, Josefa Rodolfo. *Património Histórico-cultural da Cidade de Inhambane: Estratégias de Conservação dos Imóveis, 2010-2017*. 48 F. Monografia (Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Geografia), Universidade Pedagógica-Maxixe, Maxixe, 2018.

CANCLINI, Néstor Garcia. *O Património cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do património Histórico e artístico, Rio de Janeiro. IPHAN, nº23, 1994.

CHISSALE, Fernando João Júnior. *Contactos Culturais e Gestão de Monumentos Históricos na Província de Tete: O Caso do Forte Dom Luiz*: Monografia (Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural) Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2016.

COSTA, Alda & GANDOLFO, Gianfranco. *Museus de Inhambane: é desta vez que vai ter futuro?*. In: BRUSCHI, Sandro & SONDEIA, Benjamim Alfredo. *Inhambane: Elementos da Historia Urbana*. Maputo, 2003.

- COSTA, Alda & TEIXEIRA, Sara. *Museus de Moçambique*. Maputo, DINAC/MEC, 2007.
- CUMBANE, Flora Paulino. *Contributo dos Locais Históricos do Distrito de Homoine no Processo de Ensino e Aprendizagem em História: Caso da Vala Comum de Homoine e do Centro de Acolhimento dos Antigos Combatentes de Chinjinguir*. 45 F. Monografia (Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Geografia), Universidade Pedagógica-Maxixe, Maxixe, 2018.
- GUAMBE, José Júlio Júnior. *Contribuição do turismo no desenvolvimento local em Moçambique: caso da zona costeira de Inhambane*. Maputo. Centro dos estudos Populacionais, 2017.
- JOPELA, Albino. *Procedimentos Técnicas para a conservação do Património cultural Imóvel*. In: (coord). *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. 2014.
- LOPIS, Erivana Azevedo. *Património Histórico-Cultural: Preservar ou Transformar? Uma Questão Conflituosa*. Revista Moisaico, V. 8, N.º. 12. 2017.
- LUSO, Eduardo; LOURENCO, Paulo; ALMEIDA, Manuela. *Breve História da Teoria da Conservação e do Restauro*. S/ed. Guimarães, Universidade do Minho. 2014.
- MACAMO, Solange. *Caderno gestão do património, centro regional de formação para a gestão do património sob os Asquíssios da UNESCO*. Rio de Janeiro, 2015.
- MALEIANE, Alexandre Vasco. *Notas sobre o património arqueológico subaquático em Moçambique Medidas de protecção legal*. Monografia (Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural), Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2017.
- MALEIANE, Alexandre Vasco. *Notas sobre o património arqueológico subaquático em Moçambique Medidas de protecção legal*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural. Maputo, 2017.
- MAXLHAEIEIE, Pelágio & CASTROGIOVANNI, António. *Património Cultural e Turístico: Cenário sobre o Município de Inhambane, Mocambique*. 2014.
- MUSEU REGIONAL DE INHAMBANE. *Património Material: Monumentos/edificações*, 2017.
- NASCIMENTO, S. Sousa; TOLENTINO, Atalia & CHAGAS, Mário. *Caderno de directrizes museológicas*. 2ª Edição, Brasília, 2006.
- PAULO, Teresa Caetano. *Contributo dos Locais Históricos no Processo de Ensino em História: caso dos Amuralhados de Manyikení*. 51 F. Monografia (Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Geografia), Universidade Pedagógica-Maxixe, Maxixe, 2019.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. *Introdução ao Ordenamento Territorial*. Lisboa, Universidade Aberta, 1999
- RODRIGUES, Angela Rosch. *Da Restauração à Reconstrução: Impasses Conceituais nos Debates Patrimoniais do Século XX e seus Reflexos na Contemporaneidade*. São Paulo, Universidade de São Paulo-Faculdade de Arquitectura e Urbanismo. 2017.
- SILVA, Ângela. *Impacto do Turismo sobre o Património Histórico-cultural de ouro preto e Mariana*. Tese de Mestrado, Brasília, UFMG. 2004.
- SILVA, Francisco. *História Local: Objectivos, Métodos e Fontes*. São Paulo, 2011.
- SOUSA, Inês Felipe. *Princípios da reabilitação de edifícios: Aplicação a casos de Estudo*. 118 F. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil na Área de Especialização em Edificações), Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Lisboa, 2016.
- TIMOTEO, Euclides António. *Impactos Socioculturais do Turismo na Cidade de Inhambane: caso dos bairros de Conguana e Josina Machel, de 2004 a 2015*. 58 F. Monografia (Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Geografia), Universidade Pedagógica-Maxixe, Maxixe, 2015.
- VILANCULO, Gertrudes Ricardo. *Contributo do estudo da História local na disciplina de Ciências Sociais para a Protecção e Promoção do Património Histórico do município de*

Inhambane: caso da EP1 & EP2, 3º Congresso, 2017-2018. 44 F. Monografia (Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Geografia), Universidade Save-Maxixe, Maxixe, 2019.

A utilização de aulas tradicionais e expositivas ainda se encontra em voga na sociedade contemporânea, no entanto, evidentemente nota-se a sua insuficiência para o aprendizado dos alunos nas escolas. A busca por novas metodologias que venham a contribuir para a qualidade educacional se faz imperativa, contudo, são poucos os docentes que se “aventuram” nesta missão. Professores de disciplinas teóricas como é o caso da história, acomodam-se com a conjuntura e se satisfazem com a “decoreba” dos alunos, algo que não resulta em conhecimento histórico e científico.

O filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen, ao analisar uma conjuntura análoga no século XIX na Alemanha, identificou tais problemáticas, desempenhando assim, estudos que visavam estruturar uma aprendizagem histórica que possibilitasse uma conscientização histórica nos discentes, a qual orientaria a vida prática no decurso do tempo.

Seus estudos influenciam na contemporaneidade brasileira, onde inúmeros pesquisadores verificam a ausência de um sentido prático no ensino e buscam em sua filosofia da História, os subsídios necessários para conduzir e efetivar o desenvolvimento do pensamento crítico e racional nos alunos. Ponderando o exposto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a aplicabilidade da filosofia da História de Rüsen no ensino de história. Como objetivos específicos, foram designados: compreender a filosofia da História de Rüsen e seus princípios; identificar a conjuntura do ensino de história na contemporaneidade brasileira; e evidenciar como a didática da História auxilia no ensino.

Para alcançarmos nossos objetivos supracitados, empregamos neste artigo, o método dedutivo, bem como a análise bibliográfica por intermédio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando-se amplamente de um referencial teórico-conceitual. Neste seguimento, fundamentamos em autores que debatem acerca da filosofia da História de Rüsen, como o próprio historiador, além de Geysa Germinari (2012) e Luis Fernando Cerri (2001). Ademais, empregamos historiadores que abordam sobre o ensino de história, como Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008), Jairo Carvalho do Nascimento (2006) e Carla Bassanezi Pinsky (2010). Salienta-se que as fontes documentais e bibliográficas se encontram disponibilizadas em determinados endereços eletrônicos e bibliotecas físicas.

1. A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE JÖRN RÜSEN

Jörn Rüsen desempenha estudos nos campos da teoria e metodologia do ensino de história, sobretudo, propenso a integrar a ciência especializada com a vida prática, como sucedeu com sua filosofia sobre a consciência histórica. Com o intuito de elucidar sobre a consciência histórica, Rüsen identifica o termo “racionalidade” como a gênese conceitual e, destarte, expõe:

O que é a forma racional do trato interpretativo do homem consigo mesmo e com seu mundo e como esta se distingue das demais? Na linha de Jürgen Habermas, Wolfgang Welsch formulou a seguinte resposta: a racionalidade está presente sempre que “assertivas são criticáveis e fundamentáveis com base nas suas próprias pretensões de validade (RÜSEN, 2010, p. 151).

²⁰⁴ Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Graduado em Pedagogia, Filosofia, História e Ciências Sociais. Especialista em Docência do Ensino Superior, Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores, Gestão da Educação do Campo, Educação Especial e Inclusiva, Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade de Educação São Luís. Professor de História, Filosofia e Sociologia da rede pública e particular.

A racionalidade é inerente a capacidade argumentativa de um indivíduo, o qual encontra-se apto a criticar determinadas problemáticas, fundamentado em suas argumentações. Assim, impetrando a racionalidade, o sujeito adquire aptidão para conscientizar-se historicamente e por sua vez, torna-se competente a identificar o sentido prático da história em sua vida.

Para Rüsen (2010, p. 57) a consciência histórica é intrínseca ao homem, caracterizando-se como “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Em outras palavras, o historiador ambiciona que os sujeitos interpretem a história e as experiências do passado para que possam fundamentar e conduzir sua vida prática no presente, assim como no futuro.

Rüsen (2010) explana ainda que a consciência histórica não abarca apenas um momento da história e uma determinada cultura ou grupo de indivíduos, sendo, portanto, inerente ao homem e a vida no mundo. Deste modo, a mesma não emana de uma escolha propriamente dita, mas de algo universalmente humano. Na mesma ótica de Rüsen, o historiador Luis Fernando Cerri corrobora expondo que a consciência histórica

[...] não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso (CERRI, 2001, p. 100).

Diante do exposto, Rüsen elucida que a consciência histórica é estruturada na vida humana por intermédio das práticas de narração da história, designada pelo autor como

[...] um ato de fala, cuja universalidade antropológica não pode ser contestada e com respeito à qual se pode demonstrar ser ela determinante da especificidade do pensamento histórico e, com isso, da peculiaridade do conhecimento histórico-científico [...] Em um ato de fala desse tipo, no qual se sintetizam, em uma unidade estrutural, as operações mentais constitutivas da consciência histórica, no qual a consciência histórica se realiza, com efeito existe: a narrativa (histórica) (RÜSEN, 2010, p. 60-61).

Ademais, Rüsen reitera que

Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” pode ser caracterizada, categoricamente, como narrativa. A “história” como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente, a lógica da narrativa. Essa tese é tratada na teoria da história como o paradigma narrativista (RÜSEN, 2010, p. 149).

O narrar histórias se concebe em uma aquisição cultural que corrobora a capacidade dos indivíduos em rememorar o passado, evidenciando sua importância no escopo de orientar a vida prática do presente e do futuro. Em suma, é mediante o rememorar as experiências, narrar o passado e interpretá-lo que o agir consciente se estabelece e influi na vida prática dos sujeitos.

Articulando com Rüsen, o historiador Geysa Germinari (2012) explana acerca de três especificidades da narrativa histórica, sendo a primeira, salientar que a mesma não é

análoga à lembrança, mas sim, uma rememoração de um passado distante, o qual transpassa as memórias individuais. Rüsen (2010, p. 63) distingue expondo que a lembrança “[...] flui natural e permanentemente no quadro de orientação da vida prática atual e preenche-o com interpretações do tempo”, enquanto que

Só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa. A mera subsistência do passado na memória ainda não constitutiva da consciência histórica. Para a constituição da consciência requer-se uma correlação expressa do presente com o passado – ou seja, uma atividade intelectual que pode ser identificada e descrita como narrativa (histórica) (RÜSEN, 2010, p. 64).

Aludindo a segunda especificidade da narrativa histórica, Germinari (2012) elucida que incide na sua influência no presente e futuro mediante as experiências do passado, constituindo assim, uma consciência histórica fundamentada na competência narrativa, como pressupõe Rüsen. A competência narrativa é definida por Rüsen (1992, p. 29) como uma “[...] habilidade da consciência humana para levar a cabo procedimentos que dão sentido ao passado, fazendo efetiva uma orientação temporal na vida prática presente por meio da recordação da realidade passada”.

Consoante Germinari (2012), o ato de “dar sentido ao passado” na competência narrativa articula-se em outras três competências, sendo elas: a competência da experiência, a qual “[...] supõe uma habilidade para viver experiências temporais (p.1160); a competência da interpretação, apenas analisando as diferenças entre as experiências das três dimensões temporais; e a competência de orientação, caracterizada “[...] pela capacidade de utilizar o todo temporal na orientação da vida prática contemporânea” (p. 1161).

A terceira especificidade da narrativa histórica segundo Germinari (2012, p. 1161), “[...] refere-se ao elemento que dá unidade interna às três dimensões temporais, no processo de representação da continuidade, mediante a narrativa histórica”, ou seja, interpretar as mudanças sucedidas nas dimensões temporais para se orientar de modo assertivo a vida prática. Rüsen ratifica o exposto por Germinari e explana que

Os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão enredados a fim de continuarem seguros de si e de não terem de recear perder-se nelas, ao se imiscuírem nelas pelo agir, o que precisam fazer, para poderem viver. A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo (RÜSEN, 2010, p. 66).

No desenvolvimento da consciência histórica mediante a representação de continuidade, Rüsen (2010, p. 61) estabelece ainda diferentes patamares de consciência, designadas de “tipologia geral do pensamento histórico”. Assim, têm-se quatro tipologias de consciência histórica, sendo elas: a Tradicional, a Exemplar, a Crítica e a Genética.

Na tipologia tradicional da consciência histórica, o passado possui uma ligação concatenada com o presente e o futuro, tendo em vista, segundo Rüsen (*in* BARCA; MARTINS; SCHMIDT, 2010, p. 64) a “[...] totalidade temporal que faz significativo o passado e relevante a realidade presente e a sua extensão futura como uma continuidade de modelos de vida e os modelos culturais pré-escritos além do tempo”. Assim, o sujeito conhece seu passado e apenas o estende ao presente e futuro, sem que desempenhe qualquer interpretação e pondere as intenções no tempo.

Na tipologia exemplar, Rüsen (*in* BARCA; MARTINS; SCHMIDT, 2010, p. 66) elucida que as experiências relevantes do passado “[...] serão interpretadas como caso de regras gerais, e formam-se, na interação entre generalizações de regras e isolamento de casos, como condição necessária para um emprego prático na vida da adquirida competência de regras de juízo”. Destarte, as experiências significativas do passado são empregadas pelo sujeito como exemplos para explicar e influenciar suas ações no presente e no futuro.

A tipologia crítica estabelece uma ruptura com o passado, reconstituindo as três dimensões temporais, pois segundo Rüsen (*in* BARCA; MARTINS; SCHMIDT, 2010, p. 67), a história “[...] funciona como a ferramenta com a qual se rompe, ‘se destrói’, se decifra tal continuidade – para que perca seu poder como fonte de orientação no presente”.

Por intermédio da tipologia genética, Rüsen estabelece que os sujeitos

[...] compreendem sua identidade como “desenvolvimento” ou como “formação”, e ao mesmo tempo, com isso, aprendem a orientar temporalmente sua própria vida prática de tal forma que possam empregar produtivamente a assimetria característica entre experiência do passado e expectativa de futuro para o mundo moderno nas determinações direcionais da própria vida prática (RÜSEN *in* BARCA; MARTINS; SCHMIDT, 2010, p. 69).

Ponderando as supracitadas tipologias, conclui-se que estas incidem em processos de desenvolvimento da consciência histórica, onde a tradicional e a exemplar compõem os estágios menos desenvolvidos, enquanto a crítica e a genética se concebem nas mais desenvolvidas deste processo.

Sintetizando, a consciência histórica para Rüsen (2010) é adquirida mediante a narrativa das experiências do passado e, se efetiva no agir por intermédio do conhecimento histórico transpassado pela fala, onde o sujeito conhece o passado, interpreta-o mediante as intenções no tempo e emprega todo o conhecimento histórico na vida prática do presente e na perspectiva do futuro.

2. A APLICABILIDADE DA TEORIA DE JÖRN RÜSEN NA APRENDIZAGEM

Em preponderância, as aulas de história são reputadas pelos alunos como “distantes” de sua realidade, cansativas, conteudistas e fundamentadas na memorização de datas, nomes e fatos, o que resulta na insuficiência de empenho dos estudantes, mediante uma metodologia com práticas pedagógicas tradicionais.

Acerca da disciplina de história, o historiador Jairo Carvalho do Nascimento (2006, p. 01) corrobora expondo que no senso comum, “[...] a disciplina História é uma “matéria fácil”, “qualquer um” pode lecionar; resume-se a decorar datas, nomes importantes e fatos políticos de relevância”. Ademais, pode-se considerar que até mesmo os professores desta disciplina a ponderam mediante essa concepção e encontram-se exauridos para o ensino. Cerri explana que

O estabelecimento de uma tensão entre dois pólos – um ensino de história ideal e um ensino de história real ou possível – tem sido o gerador de tensões e angústias que se desdobram na rebeldia ou na apatia entre os professores da disciplina, e não é capaz de equacionar a dinâmica da mudança na educação histórica, de modo que o professor possa colocar-se diante dela com serenidade, firmeza e clareza, e não com a sensação de insegurança perante uma realidade que lhe tira o chão, ou com o desalento de um João Batista que clama no deserto (CERRI, 2001, p. 110).

Não obstante, a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2010, p. 09) salienta que a “[...] velha História de fatos e nomes já foi substituída pela História social e Cultural”. Diante disto, a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt, explana que:

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis (BITTENCOURT, 2008, p. 183).

Mediante essa conjuntura e as elucidações de Cerri, Pinsky e Bittencourt, verifica-se o imperativo dos professores de história em avigorar-se e aprimorar suas práticas para alterar essa mentalidade do senso comum, no entanto, conforme reitera Nascimento (2006, p. 01), “fazer do ensino de História um mecanismo dinâmico para envolver os alunos na construção do conhecimento é um desafio para todos os professores.” Destarte, Pinsky (2010, p. 32) adverte que “[...] capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais é justamente uma das principais funções das aulas de História”.

Cerri (2001, p. 110) reitera que “[...] a história que o aluno usa é diferente daquela que o professor ensina que por sua vez é diferente do que funcionários dos Ministérios de Educação e acadêmicos formadores de professores apregoam”. Dessa forma, é evidente que o aluno perca seu interesse na aprendizagem histórica, a qual se resume de fato, em decorar “datas, nomes e fatos”, sem que apresente “nada” de benéfico para suas necessidades práticas.

Postas essas considerações, verifica-se a importância da história, não apenas para a formação do aluno nas escolas, mas para o seu cotidiano e sua vida prática, como sugere Rüsen (2010). Emanam então, a necessidade de despertar o interesse e a atenção dos estudantes para o aprendizado dessa disciplina, além de convencer os professores “tradicionais” a empregarem novas formas de ensino. Adaptar-se à nova realidade do aluno é imprescindível ao professor, para que suas aulas promovam um ensino de qualidade, bem como a conscientização dos discentes.

Cerri evidencia ainda que é urgente a

[...] necessidade de pensar o ensino da história para além dos pares dicotômicos conservadora/renovada, tradicional/moderna, etc., e começar a pensar o ensino de história institucionalizado como um fenômeno social de longa duração, cujas motivações e cuja lógica não estão limitadas às discussões contemporâneas sobre objetivos, conteúdos e métodos para a disciplina (CERRI, 2001, p. 110).

Ademais, Rüsen (2015) expõe outra problemática do ensino de história ao evidenciar sua preocupação com uma aprendizagem que se disponha a subsidiar a vida prática dos alunos, desempenhando uma orientação nas questões cotidianas. Assim, o autor reitera que

[...] o ensinar e aprender história são da alçada de uma disciplina especializada, a didática da história. Essa disciplina se desenvolveu como campo acadêmico autônomo, com debates teóricos e métodos de pesquisa próprios, que não podem mais ser ignorados pela academia (RÜSEN, 2015, p. 247).

Neste contexto, a didática da história proposta pelo autor, atenta-se a um aprofundamento do conhecimento histórico nas necessidades sociais, propenso a orientar a vida prática dos sujeitos nas dimensões temporais. Rüsen (2015, p. 248) estabelece ainda que a didática da história incide no âmago da aprendizagem histórica, ponderando que “ela produz de modo científico (especializado) o conhecimento necessário e próprio à

história, quando se necessita compreender os processos de aprendizagem e lidar com eles de modo competente”.

Além disso, o historiador afixa que a aprendizagem e a consciência histórica constituem objetos da didática da história, ponderando que ambas viabilizam uma relação intrínseca entre a teoria e a prática. Dessa forma, tal disciplina especializada busca por intermédio da aprendizagem histórica impetrar a consciência histórica, com o intuito de orientar a vida prática dos discentes tanto no presente quanto no futuro. Insta salientar que a consciência histórica não deve ser entendida somente como um conhecimento que alude as experiências do passado, mas sim, “[...] como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana”, conforme complementa Rüsen (2010, p. 37).

Diante disso, a didática da história é quem possibilita a compreensão da importância e relação da aprendizagem histórica com a vida prática dos sujeitos e, devido à isso, Rüsen (2010, p. 40) sintetiza que a “didática da história [...] pode demonstrar ao historiador profissional as conexões internas entre história, vida prática e aprendizado”, viabilizando, por sua vez, a consciência histórica, a qual fomenta uma orientação existencial nos sujeitos.

Rüsen (2010, p. 79) elucida que não podemos “[...] considerar a aprendizagem histórica somente como um processo de aquisição de conhecimentos”, tendo em vista que não aproveitar-se-ia de “[...] um importante potencial de aprendizagem: a percepção ou experiência da história”. Em outras palavras, a aprendizagem histórica deve ser explanada como um processo contínuo, onde através da narrativa, as experiências do passado são expostas e, deste modo, interpretadas com relação as questões cotidianas, contribuindo como uma orientação que subsidia no agir dos discentes no tempo presente e na perspectiva do futuro, procedimentos que viabilizam o desenvolvimento da consciência histórica.

Consoante a Cerri (2001), o ensino de história também não deve ter foco apenas na sala de aula, mas ser conduzido para fora dela, como elemento pertencente a vida do aluno. O historiador explana que

Os problemas e as potencialidades do ensino-aprendizagem de história não estão restritos à relação professor – aluno na sala de aula, mas envolvem o meio em que o aluno e o professor vivem, os conhecimentos e opiniões que circulam em suas famílias, na igreja ou outras instituições que freqüentam e nos meios de comunicação de massa aos quais têm acesso (CERRI, 2001, p. 110).

A proposta de Rüsen com a didática da história visa atender a demanda de Cerri, sobretudo ao passo em que orienta a vida prática do aluno, a qual sucede-se, em preponderância, fora da sala de aula. Concomitantemente, a teoria de Rüsen conscientiza historicamente os discentes, elucidando que aquilo que foi apreendido durante as aulas de história, é possível empregar em seu dia-a-dia, seja em uma discussão com amigos e familiares ou em problemáticas maiores, como as questões políticas, econômicas e sociais do país. Rüsen corrobora:

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente a antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro (RÜSEN *in* BARCA; MARTINS; SCHMIDT, 2010, p. 14).

É diante desta estrutura que se evidencia a importância em se aplicar a teoria de Rüsen no ensino de história, tendo em vista os subsídios que a mesma fornece para auxiliar a vida prática dos alunos. Assim, o passado não se concebe apenas como uma

lembrança ou memória estática, mas como um arquétipo que ao ser interpretado, auxilia no presente e no futuro.

Em síntese, a relação entre as dimensões temporais que Rüsen cognomina de consciência histórica é manifestada por grupos e indivíduos através da narrativa e, doravante a averiguação dos acontecimentos históricos transpassados por ela, torna-se plausível ao indivíduo uma compreensão sobre a sociedade em que se encontra, bem como administrar suas práticas na perspectiva do futuro que ambiciona. Rüsen finaliza:

Dadas estas orientações, as perspectivas da História foram grandemente expandidas, indo além de considerar apenas os problemas de ensino e aprendizado na escola. A didática da História analisa agora todas as formas do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da História na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos [...] (RÜSEN, 2006, p. 12).

Com a aplicabilidade de uma didática da História que promova a conscientização histórica nos alunos, tem-se um ensino que realmente se preocupa com os estudantes e com o futuro da nação, o qual visa resolver as demandas que a sociedade impõe sobre os indivíduos, tornando-os cidadãos conscientes e racionais, competentes a solucionar as problemáticas do presente e acautelar suas ações para que os desastres da história não se reproduzam no futuro.

Considerações Finais

O exposto ao longo do presente artigo intitulado “Aprendizagem e Consciência Histórica: Aplicabilidade da Teoria de Jörn Rüsen”, abordou sobre a filosofia da História proposta por Rüsen, uma teoria que se aproveita dos acontecimentos e da experiência do passado visando orientar a vida prática dos sujeitos no presente e no futuro.

Deste modo, elucidou-se inicialmente sobre a teoria como um processo de desenvolvimento da consciência histórica, a qual se concebe como o último estágio do processo para que os indivíduos tenham a capacidade de interpretar o passado e, desse modo, empregá-lo em suas ações do presente e na perspectiva do futuro. Isso ocorre tendo em vista que a história não é inerte e, sendo assim, dispõe de grandes contribuições para a vida cotidiana dos sujeitos.

Posteriormente, compreendemos sumariamente a conjuntura da disciplina de história nas escolas da rede básica do Brasil, evidenciando que quando as aulas são sucedidas pelo método tradicional, as mesmas são ponderadas como cansativas e desanimadoras pelos alunos, tendo em vista que estes necessitam de mais dinamismo e perceber a utilidade dos conteúdos das disciplinas. Assim, surge a necessidade de empregar novas metodologias de ensino para que os estudantes se sintam interessados e possuam um ensino de qualidade.

Dentro deste escopo, a teoria de Rüsen se estabelece como de ampla estima, ponderando que atende as demandas solicitadas pelos alunos, ao passo em que desempenha uma nova abordagem sobre a aprendizagem histórica e fornece os subsídios necessários para que os mesmos utilizem seus conhecimentos nas práticas diárias. Ademais, salientou-se que é por intermédio da narrativa que a aprendizagem histórica se efetiva e, por sua vez, a conscientização histórica se estabelece, auxiliando na interpretação do passado e na orientação das ações do presente e na perspectiva do futuro.

Em síntese, pudemos compreender mediante esse artigo, as contribuições que a didática da História proposta por Rüsen, acarreta para as aulas de história como um todo, seja no aprendizado dos alunos na escola, como na orientação de suas vidas práticas.

Contudo, permanece uma problemática que deve ser resolvida em caráter de urgência e apresenta-se como objeto de estudo para pesquisas futuras: Como fazer com que os professores “tradicionais” da disciplina de história utilize de novas abordagens para melhorar o ensino e conscientizar historicamente os alunos? As contribuições foram destacadas aqui, porém, cabem a cada docente a análise da relevância e o emprego da teoria de Rüsen em suas aulas.

Referências Bibliográficas

- BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (orgs). *Jorn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CERRI, Luís Fernando. Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História. *Revista de História Regional* 6(2): 93-112, Departamento de História da UEPG, Inverno 2001.
- GERMINARI, Geysa. História da Cidade nas Narrativas de Jovens Escolarizados: a relação entre consciência histórica e identidade. *Perspectiva*, Florianópolis, V. 30, Nº 3, 1153-1181, set./dez. 2012.
- NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. O Uso de Documentos e a Construção do Conhecimento Histórico. *ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 04: História e Educação: sujeitos, saberes e práticas*, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Novos Temas nas Aulas de História*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas*. Curitiba: W & A Editores, 2012.
- RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa PR, V.1, Nº1, 15 jul./dez. 2006.
- RÜSEN, Jörn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Tradução de Silvia Finocchio. *Propuesta Educativa*. Buenos Aires, Nº 7, p. 27-36, 1992.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história - fundamentos da ciência histórica*. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

O ENSAIO BIOGRÁFICO COMO MÉTODO DE PESQUISA EM HISTÓRIA: ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa²⁰⁵

Resumo: Este trabalho pretende expor ao pesquisador de ciências humanas alguns *guidelines* sobre a técnica de pesquisa que se convencionou chamar de ensaio biográfico. Ensaio biográfico pode ser encarado como uma técnica que transcende a história oficial e acadêmica capacitando uma visão mais subjetiva de quem participou ou testemunhou o evento histórico ou social pesquisado de uma pessoa ou grupo. É uma ferramenta importante para dar outros pontos de vista aos leitores de uma pesquisa histórica, social ou cultural.

Palavras chaves: ensaio biográfico, história, sociologia, antropologia.

Introdução.

O ensaio biográfico permite o registro de testemunhos, documentos e o acesso à vida direta do pesquisado e assim dar um ponto de vista complementar muitas vezes diversa da história oficial, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação dos fatos históricos ou eventos sociais ou culturais estudados. Por exemplo, pode-se descobrir que certo homenageado histórico tinha mais do que mostrado, ou ser mais vilão, do que o herói comumente apresentado.

Normalmente é usado para descrever a vida de uma celebridade, personagem histórico, alguém com um legado importante na vida. No entanto, ainda que usualmente pouco usado como método, pode-se fazer de pessoas que são representantes de um grupo onde tenham coisas em comum. Essa pesquisa surge de tese de doutoramento em Educação, Arte e História da cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisa modos de vida de pertencente assembleia de Deus, maior igreja pentecostal da América Latina.

A tradição do relato biográfico foi o principal veículo de propagação através do tempo vivido, sempre se constituiu como a principal comunicação entre os seres humanos, era o conjunto de saberes divididos no contato direto entre pessoas, gerador dos conhecimentos em conjunto e seus respectivos povos, sendo sempre usado um chefe, um líder, um ancestral como modo de vida de como certo povo deveria viver. Por não ser registrado de modo sistemático foi considerado carente de veracidade (por uma academia moderna que julgava o que era ou não verdade) como vários saberes sequestrados²⁰⁶ (FOUCAULT, 1999) durante a história, no entanto, com o advento da história científica, este relato oral foi deixado para segundo plano, sendo o argumento principal para tal opção, o seu déficit de cientificidade.

As fontes escritas foram adotadas como únicas fontes válidas dos estudos históricos após os registros comerciais oriundos da pós-neocolonização, em especial para registrar os lucros da exploração das metrópoles coloniais das nações (JENKINS, 2001). A revolução histórica que trouxe a chamada nova história ocorrida em meados do século XX, chamada nova história, que trouxe diversas consequências contrárias ao seu

²⁰⁵ Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa, Universidade Presbiteriana Mackenzie

²⁰⁶ Segundo Foucault, a história das ciências a serviço da política e dos poderes (capital?) enterrou e subjugou diversos saberes que não eram passíveis de serem postos em uso monetário, tais como os saberes populares ou o ponto de vista da história que não gerava patriotismo ou capital, ou seja foi enterrado na história as vozes dos excluídos, dos escravos, das mulheres, dos loucos, em suma, do povo não vencedor e isso causou um tremenda perda de poder. A história oficial passa a ser contada pelos vencedores.

paradigma tradicional (BURKE, 1992). Uma dessas consequências foi o resgate do relato oral como fonte histórica, possibilitando sua adesão na academia e sendo hoje um complemento importante na análise sócio-histórica.

Na pesquisa científica das ciências sociais, do método de ensaio biográfico, tem por base um projeto de pesquisa, um objetivo e com referencial teórico previamente definido. Cada pesquisador recorre ao ensaio biográfico de acordo com os pressupostos de sua disciplina, seja ela antropologia, sociologia, história ou outra; porém todos recorrem à palavra gravada do sujeito de pesquisa, ou suas memórias registradas documentalmente, ou através de testemunhas que dá origem a um documento que constitui fonte de pesquisa.

Estes dados foram grandiosamente possibilitados e aumentados pelo surgimento da memória eletrônica (tecnologia), que promoveu uma vertiginosa transformação na história de utilização da memória pela humanidade. Estes registros são as emoções, sentimentos, a memória viva de pessoas comuns que fornecem seus depoimentos. Os registros dessas pessoas por serem comuns foram desprezados pela História Oficial (CERTEAU, 1994). Os registros podem ser a história de vida destas pessoas ou a história temática, nos quais, por meio de lembranças pessoais, os entrevistados relatam suas experiências em determinados contextos. E com isto é possível obter uma visão mais completa sobre suas visões de mundo e do grupo social a que pertencem.

Um pouco de teoria da história.

Segundo Lê Goff (1996) a história da memória dividiu-se em cinco períodos. O primeiro predomina o conhecimento e sua divisão de modo oral, e a música e o poema tinham um papel preponderante no registro e difusão desse conhecimento. No segundo período: Na antiguidade surge a escrita e os documentos tinham por função armazenar informações. O terceiro período classificado na idade média foi valorizada a experiência sábio da comunidade, e dos líderes políticos e carismáticos. O sábio era fonte de sabedoria que guardava sua experiência mais a história dos antepassados. Neste período a escrita foi dominada pela igreja católica. Na renascença, o surgimento da imprensa tirou de cena o interprete e o escriba e colocou o leitor que não interpretava, apenas lia. Depois houve o surgimento da memória visual com o surgimento da fotografia. Na história da memória contemporânea houve uma vertiginosa transformação na história de utilização da memória pela humanidade, o surgimento da memória eletrônica.

Para Halbwachs (1990) a história não é uma sucessão de fatos ou que um período seja diferente do outro. A história serve, ainda, para formar um quadro organizado de pontos de referência para as lembranças individuais e coletivas. É necessário que exista uma lembrança anterior para que seja acessada a lembrança histórica. O autor aponta, ainda, que não é possível a separação real da memória individual e coletiva. Os relatos dos entrevistados são importantes para resgatar não só uma memória individual, mas coletivo-histórica (FOUCAULT, 1999).

O exemplo de certos líderes surge, sobretudo na história moderna, ainda que negativamente, como por exemplo como deveria ser o nazista, através de história mitologizadas de Hitler. No capitalismo, as grandes biografias de milionários são usadas largamente nas faculdades de economia, administração e mesmo partilhadas através da indústria cultural como exemplos a serem seguidos. Para Agamben (2002), ser distinto e diferente é uma indicação da sociedade contemporânea que renega aquilo que prega a igualdade e tradição. Quer aquilo que é novo, sobretudo apresentado pela mídia. A novidade significa distinção e individualidade. Algo que não é mais um caminho sagrado. O homem burguês, espelho e desejo de todos os outros é incapaz de auto-conhecimento sagrado. Só reconhece-se na distinção da última moda. Desesperado, sem saber que

está desesperado recorre ora a seitas das modas ora a medicamentos caros para tentar desesperadamente entender-se enquanto humano e não consegue.

Ocorre que o burguês é o herói mitológico da contemporaneidade. É o exemplo mitificado do *self-made-man*. Literalmente a linguagem que se usa é o que venceu na vida. Ou seja, compara-se como se fosse uma batalha mitológica que venceu o monstro horroroso de uma pobreza. Assim com a mídia, todos espelham ser burgueses. A mentalidade burguesa que trouxe a filosofia que é tida como salvadora dos direitos liberais. Assim o burguês é valorizado e aclamado. Hoje se procura a figura do gestor burguês inclusive para a política como mito salvador (MILLER & LAPHAM, 2012). É a figura que acham que vai salvar, mas não vai. suas vidas ecoam pela mídia como verdades absolutas mas está longe do que seria história verdadeira. Teria que se fazer análise de toda a estrutura, condições dentre outras que só o historiador experiente tem maturidade para fazer.

O ensaio.

Para conhecer a realidade histórica por meio da voz-relato das pessoas que nele viveram, ouve-se a e analisa-se a voz do narrador, e como mostrou Halbwachs (1990), a memória não é apenas individual, mas social. Vale, ainda, lembrar que registrar a história com outros valores, é (re)construir um documento diferente do que se apresenta na história. Tal processo de coleta registrada de depoimentos orais leva o pesquisador a fazer uso das palavras e informações das testemunhas e nem sempre recorrer o registro oficial.

As informações colhidas devem ser colhidas, diretamente pelo pesquisado, de preferência em áudio e/ou vídeo, para posterior escrita, dando certo grau de confiabilidade, protegendo o pesquisador e permitir futuras análises deste material por outros historiadores e ineditamente pela própria comunidade (o qual chamaremos se apropriando de um conceito jurídico de *Steakeholder*²⁰⁷ que significa demais interessados). Isto também preservando e vinculando em uma honesta ética envolvida na relação pesquisador X pesquisado. Pode-se também buscar material histórico tradicional, como registros, diários, e metodologia de análise documental. Ainda se pode fazer através de testemunhas.

Na medida em que o vínculo com os entrevistados se firma, percebemos que outros tipos de texto e subtexto podem emergir e servir para a pesquisa: informações escritas, literatura, documentos, imagens entre outros. Principalmente busca o testemunho e opinião do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações dando-lhe certo poder de voz.

Empodera o agente da história dando-lhe oportunidade de relatar o que nem sempre é relatado na história oficial. Nesse sentido a história oficial sempre foi as dos vencedores (na famosa frase de G. Orwell), dos intelectuais que detinham ou exploravam os meios de informação ou de quem tinha mais poder. Sempre foram excluídos do relato aqueles pobres, o povo, quem não tinha voz. A história biográfica dá voz ao ponto de vista às vezes excluído da história podendo dar um relato de outro ponto de vista do registro oficial.

O ensaio biográfico é um método normalmente definido como uma forma de pesquisa e a criação de fontes para o estudo da história contemporânea, que surgiu em meados do século XX, no entanto, exemplos biográficos partilhados, já eram usados como exemplo de como se viver desde antes da história escrita, tal como quando se

²⁰⁷ São exemplos de outros interessados: o orientador do pesquisador, o departamento a qual ele se vincula, órgãos de fomento, futuros outros pesquisadores, a academia em geral e principalmente a comunidade pesquisada, a qual recomendamos retornar o resultado da pesquisa por uma questão de respeito.

remete a um herói ou líder, em um mito ou lenda. O ponto de vista de testemunhas também importa. Trata-se de entrevistas com pessoas que testemunharam certos acontecimentos. Estas entrevistas são conduzidas como parte de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas a entrevista, o que e como perguntar, e este objetivo será dado ao material produzido (GAGNEBIN, 1997).

O trabalho com a metodologia do ensaio biográfico não termina na realização, gravação, transcrição e arquivamento da entrevista, pois o documento gerado precisa ser interpretado quanto à forma e conteúdo, além do estabelecimento das relações com o contexto e outras fontes documentais, como a associação dos relatos orais a outras fontes de dados, imprensa diária e periódica da época, registros, cartas, fotos, livros de instituições, escolas, literatura, produções escritas dos entrevistados e outros. (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000)

Esta diversidade de documentos torna-se fundamental para a confiabilidade da pesquisa e a recorrência de fonte do pesquisador e Stakeholders. Evidentemente outras fontes documentais e até mesmo outras histórias orais podem e deveriam ser comparadas para uma fidedignização do objeto que se pretende pesquisar (CHIZZOTTI, 1991). Assim, este método valoriza o conhecimento popular, no sentido de responder aos interesses sócios históricos. Esse fato não é só legítimo como é inevitável, uma vez que, busca as origens dos fatos presentes (GAGNEBIN, 1997).

Ferreira (1994), dá importância as representações obtidas nos relatos orais, sendo necessária a análise ou intervenção para sanar as possíveis deformações e a subjetividade contida nos relatos com documentos escritos e que atua de forma complementar à fonte escrita.

O Trabalho.

O trabalho com ensaio biográfico se beneficia de ferramentas teóricas de das Ciências Humanas, muito comum na antropologia e sociologia quantitativa. Tem a possibilidade de ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento direito, marketing, medicina educação etc... Em todas essas áreas já foram desenvolvidas pesquisas que adotaram a metodologia do ensaio biográfico em algum momento da sua trajetória constitutiva.

O ensaio biográfico não é novidade, Flávio Joséfo usava em várias partes de sua História do povo hebreu, bem como Hesíodo e outros historiadores da Antiguidade, já utilizaram esse procedimento para escrever sobre acontecimentos de sua época (GOODMAN, 2019). As memórias de imperadores romanos, bem como até mesmo os escritos bíblicos, estão plenos de elementos biográficos. A famosa Escola de Chicago, segundo a qual caberia ao pesquisador sair das bibliotecas e ir para o campo, no caso, a cidade, transformada em laboratório era celebre nesses relatos.

Houve um *boom* da biografia após a facilidade de publicação de livros na década de 1930 acabou marcando bastante a própria metodologia: suas práticas e a forma como passou a ser vista por historiadores e outros cientistas sociais. As biografias logo chegam ao Brasil, onde vão ser escritas – e, conseqüentemente, lidas – com regularidade a partir dos anos 1930, período de grande impulso da indústria do livro. Jovens romancistas em ascensão vão experimentar o gênero, como Erico Verissimo, com sua história da guerreira santa Joana d’Arc, e Jorge Amado, que tratará do poeta do romantismo Castro Alves e, mais tarde, do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Mesmo antes disso, com o celebre Os Sertões, Euclides da Cunha, já em 1902 coloca elementos de ensaio biográfico de alguns sertanejos e até mesmo de Antônio Conselheiro.

A maravilhosa capacidade de gravar as experiências de grupos cujas histórias foram mal representadas apresenta um obvio avanço das disciplinas de humanidades. Mas o reconhecimento só foi possível após um extenso movimento de transformação

dessas ciências, com o tempo, de já não pensar em termos de uma única história ou identidade nacional, a reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades na sociedade. Houve certa resistência. Resistência essa causada em parte, devido à forma como as investigações foram realizadas utilizando a biografia.

Cuidados na técnica.

Acreditar que a simples relato constitui uma história mais autêntica é uma mentira relatada por alguns historiadores, isso porque não analisar, não verificar não cruzar com outras fontes é um erro comum nas ciências humanas (LABROUSSE, 1973)²⁰⁸, salvo se acompanhado com a exclusiva opinião do relatado avisado no texto, mesmo assim deve ser feito com reservas é um caso em que se despreza a formação técnica e a própria análise - opinião –problemática levantada pelo pesquisador.

É um erro comum também no que ALBERTI *et al* (2000) chamam de biografia “militante” comum em sociólogos e antropólogos²⁰⁹ (especialmente estudantes pós-graduandos inexperientes em pesquisa) “deslumbrados” com seus pesquisados (o que também é muito comum): "O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise" (idem p. 43).

Outro erro é considerar que a História é uma reparação para dar apenas voz aos excluídos (ibidem), de fato ela faz isso, mas tratar ela como a panacéia de dar voz a uma suposta incapacidade daqueles grupos de escreverem sobre si mesmos é inverter o objeto de pesquisa. Dar voz para esses (em nossa opinião) é encaixá-los de fato na justiça social e tira-los da exclusão construindo suas identidades como cidadãos que tem voz ativa nos rumos de sua nação. O argumento principal para esse tipo de erro é considerar um grupo como exótico e exatamente com intenção de considerá-lo igual. o inferioriza, o infantiliza de modo indireto, surgindo um falso e não intencional preconceito em relação a eles acaba reforçando as diferenças sociais: de que eles não são capazes de deixar registros eficientes sobre si mesmos (desprezando o trabalho do pesquisador). Há em todos os povos uma cultura riquíssima de resgate através de registro histórico, que vai além de lhe dar voz. O registro partilha com a humanidade as lutas de tal grupo. Infelizmente é comum fazer a pesquisa e não partilhar a pesquisa, que pode ser usada como instrumento de conquista de sua cidadania. Mas a pesquisa em si não deve ser militante, embora possa ser usada para lutas por cidadania após feita. Isso é muito usado em laudos antropológicos

Com as transformações técnicas e a conseqüente mudança social oriunda que mudaram os meios de fazer comunicação e de registro (COSTA, 2005), alteraram também o conteúdo dos arquivos históricos., outros registros sonoros (músicas, *jingles*, gravações radiofônicas), imagéticos, arqueológicos, divididos a velocidade eletrônica, hoje são fontes divididas e guardadas. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado (VAINFAS, 1998) podendo assim ser revalorizado o ensaio biográfico.

Concordamos com Edgar Morin (1995) que em todas as ciências dentre a qual se inclui a história, deve ser mediada pela trans-multi-interdisciplinaridade. A História beneficia-se do diálogo com a Antropologia, a Literatura, a Sociologia, a Ciência Política e outras áreas do conhecimento. O fato de uma pesquisa de História oral ser interdisciplinar por natureza constitui, pois, mais um fator que favorece hoje sua aceitação por parte de historiadores e cientistas sociais. Essa reconciliação da História oral com a

²⁰⁸ Sobretudo para quem como nós professores, vemos alunos vítimas da falha educação brasileira básica, lidamos com muitas correções de trabalhos incompletos baseados nessa mera técnica.

²⁰⁹ o autor é além de cientista social, formado em história.

academia, notadamente a partir do decênio de 1990, se deve, sobretudo a necessidade de se contar a história dos vencidos que não era muito bem contada²¹⁰.

Para que serve?

A metodologia normalmente é usada para grandes personagens, no entanto pode ser usada para pesquisa de determinado grupo. (2010), em excelente artigo exemplifica a celebre obra de Susan Sontag (1989) que relata a vida de portadores de HIV, como excluídos da sociedade.

O ensaio biográfico é uma maneira para conhecer e gravar várias oportunidades que surgem dar sentido histórico e voz aos representantes de vários grupos sociais em todas as camadas da sociedade. Neste sentido, está em sintonia com as novas tendências da pesquisa em ciências humanas, que reconhecem múltiplas influências que estão sujeitas a diferentes grupos do mundo globalizado, sobretudo os que eram excluídos da história (CERTEAU, 1994).

Vale observar, contudo, que há todo um espaço ocupado pelo ensaio biográfico fora da academia, como é o caso de algumas práticas pedagógicas e terapêuticas, já praticadas há anos pelos médicos e psicólogos em suas anamneses (SANTANA JÚNIOR, 2012), nos testemunhos jurídicos para descobrir a verdade e, sobretudo em ciências da religião (ANDRADE CABRAL, 2005) a qual nós temos dedicados sérias pesquisas.

Nossa Pesquisa quer entender primeiramente o que a identidade membro da de um grupo do ponto de vista antropológico. Para tanto, recorreremos a algumas histórias orais de membros do grupo para relatar sua biografia. Assim estabelecemos suas trajetória de vida. Em suma, existe uma transmissão de memória ativa que constitui uma identidade diferenciada, desconexa da memória oficial, positivista e histórica. A memória e identidade transcendem o texto, o registro, e é existente de fato nas suas práticas cotidianas e não se restringem apenas à religião.

A memória pode ser entendida não somente como uma ferramenta que guarda dados mnemônicos, mas, sobretudo, "como uma capacidade de (re) significação das coisas e de si mesmo" (RICOEUR, 2007, p.40); que se manifesta em uma crença coerente com um comportamento social que representa a diferença que constitui a sua única identidade diferenciada de qualquer outro grupo. Essa identidade se faz transmissível não exatamente através de um discurso ou de uma recuperação de memória, mas através de uma imitação desconexa da história formal, feita por outros membros do grupo mais antigos que se manifesta numa manifestação grupal. O novo convertido pentecostal não chega ao culto de terno e gravada citando trechos da Bíblia, ao contrário, muitas vezes sua natureza anterior era diametralmente oposta à figura assembleiana. Muitas vezes, tratava-se do sujeito sem qualquer conhecimento bíblico. Por convivência e imitação, vai adquirindo os hábitos, as práticas cotidianas, a linguagem, os costumes daquele grupo. Assume-se então uma disposição bourdieusiana de *habitus* nos grupos religiosos. Aqui, entende-se *habitus* como:

“[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas”. (BOURDIEU, 1996, p. 65)

O entrevistado, cria e recria modos de ser, fazer e se relacionar, ou seja disposições de ser, que serão mais ou menos duráveis, transpondo-as a outras práticas

²¹⁰ O fato de não contar se deve a teoria de Foucault (op. cit.) de que a história oficial de certo modo estava a serviço do poder econômico e o ponto de vista do vencido não era interessante ser contado.

que não só as que o entrevistador queira saber, adquiridas com as experiências dos membros preexistentes no grupo. Cria-se assim uma matriz de observação, valoração e ação no mundo. Desse modo, realiza sua vida de acordo com os novos valores que lhe foram transmitidos.

Peter Berguer e Luckmann (2005), afirmam que a memória chega a ser construída pelos pertencentes de um grupo, sem necessariamente a fidelidade com a memória histórica. Assim a memória é construída conforme as crenças, necessidades e até interesses do grupo, pervertendo assim toda história real.

O uso da metodologia da ensaio biográfico é muito dispendioso e nada fácil. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros e psíquicos (FERREIRA, 1994). Como em geral um projeto de pesquisa em biografia pressupõe a realização de várias entrevistas, o tempo e os recursos necessários são bastante expressivos.

O interessante do ensaio biográfico está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, de modo libertário. Isso possibilita entender como pessoas e grupos experimentaram o passado, O ensaio biográfico pode trazer contribuições mais interessantes. No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às “distorções” da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade (VAINFAS, 1998). Hoje considera-se que a análise oral pode levar à melhor compreensão história de uma pessoa, grupo ou comunidade (FREITAS, 2006). Devemos lembrar que o projeto da modernidade capitalista não aceitava muito bem subjetividades (FOUCAULT, 1999).

A capacidade de a entrevista contradizer e conter generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica e permite a “mudança de perspectiva” (FREITAS, 2006). É no erro possível do entrevistado que o pesquisador pode encontrar uma verdade ao confrontá-lo (de modo respeitoso claro) ou interpretar sua linguagem nem sempre oficial e fácil. Existe uma riqueza nos resultantes do ensaio biográfico que permite o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos e lhes dar voz, constitui, portanto, verdadeiro instrumento para realizar uma análise mais detalhada dos testemunhos obtidos em uma pesquisa.

A coleta de entrevista não deve ser o objetivo final a ser analisado pelo pesquisador, mas deve ser parte de um processo maior: o seu trabalho (FERREIRA, 1994). Sua coleta deve ser precedida de largo conhecimento prévio da situação sócio histórica dos entrevistados e vai ser mais eficiente se houver a confiança participante dentro do grupo (CHIZZOTTI, 1991). Não é fácil trabalhar com a chamada fonte oral. Como fazer para interpretar sua mensagem? É preciso considerar as condições factuais de do momento e da situação tomando certos cuidados (MARIA DE FREITAS, 2006).

Os elementos da entrevista.

Na coleta prática de entrevista há no mínimo dois agentes: o entrevistado e o pesquisador. É recomendável a existência de um elo de confiança para que o entrevistador fale pouco e o entrevistado mais, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato e também de suas ações (SELAU, 2004), seu papel e do seu imaginário, e que o historiador interprete melhor em seu gabinete.

A entrevista documenta uma ação de dupla mão: a relação comunicacional entre entrevistado e entrevistador. Tanto um como outro têm determinadas ideias sobre seu interlocutor e seja superando preconceito e a desconfiança. Em segundo lugar, a entrevista de biografia é de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o um fato relatado por quem quase sempre tem um interesse (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000).

Deve-se levar em consideração o indivíduo em sua especificidade, o ser psicológico, que imprimirá sentido a uma série de concepções diferentes do estudados na academia, é colocar-se no lugar do outro (SELAU, 2004) algo que se aprende muito mais na aula de didática do que nos cursos de pesquisa, e o pesquisador que opta por trabalhar com a biografia deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores. Pierre Bourdieu já alertava quanto para a “ilusão biográfica”(BOURDIEU, 1996)²¹¹, isto é, para o fato de a *unidade do eu ser*, na verdade, seu aspecto sócio cultural. Na verdade, o *eu* é fracionado e sócio-histórico.

O entrevistado pode dar seus próprios significados ao sentido da história (FREITAS, 2006). É o entrevistador que tem de estar atento a multiplicidade de significados atribuídos a ações e narrativas escolhidas e atribuir sentido científico às experiências após a situação em que são narradas no seu laboratório ou escritório e levar em conta a subjetividade e reinterpretar com o cuidado de não falsear ou não estragar ou ainda interpretar sobre seus próprios valores os quais não estão isentos por mais que a ciência tente alcançar sua suposta neutralidade (MORIN, 1995).

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um “retrato” do passado (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000, p.169).

Ao contar seu relato, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em texto, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido, sempre passível de reinterpretação (BORGES, 2009).

Uma narrativa oral que sempre é uma interação entre entrevistado e entrevistador como em uma informal conversa, podemos dizer essa fonte é diferente em relação a outros documentos pessoais, como as memórias e as autobiografias (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). O relato vai depender e muito das condições da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor. Quando lhe é pedido a falar sobre o passado diante de um gravador ou uma câmera, cria-se uma situação um tanto intimidadora, isso pode gerar graves erros ou falhas (FREITAS, 2006). É claro que o entrevistado acostumado a falar em público (um pastor ou advogado, por exemplo,) terá um desempenho diferente daquele que não tem essa experiência, (como um membro da religião ou um trabalhador simples). Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora.

Devemos lembrar que linguagem oral é diferente da escrita, leitores desavisados podem estranhar o texto da entrevista transcrita, menos formal do que um texto já produzido na forma escrita. Todos esses fatores devem ser levados em conta quando da produção, transcrição e da análise da fonte oral. Ou seja, deve-se avisá-los. Do que se está se tratando, das dificuldades da entrevista, quem é o tipo de entrevistado, e se autorizado, sua biografia sucinta.

Preparando.

²¹¹ Embora este texto de Bourdieu fale sobre biografia as duas técnicas biografia e historia oral tem concepções parecidas mas são diferentes pois a biografia aponta apenas um ponto de vista.

A maioria dos autores recomenda que o trabalho de entrevista deva ser organizado em basicamente em três momentos: a preparação das entrevistas, sua coleta e seu tratamento (FREITAS, 2006). A preparação já deve vir descrita no projeto de pesquisa bem como é recomendável a descrição do seu roteiro (CARDOSO, 1986). No projeto, deve ficar claro que a metodologia usada e se ela se afina com questão colocada e se vai ser útil para responder.

Deve ser destacado o ponto de vista dos entrevistados sobre o tema estudado e estes devem ser coadjuvantes para os objetivos da pesquisa. Obviamente é preciso a pré-existência ou pré - contato com entrevistados em condições e com boa vontade de prestar seu depoimento (DURHAN, 1986). Recomenda-se que no projeto deva pré-existir o perfil de pessoa a ser entrevistada e daí a importância de um levantamento do perfil sociocultural do grupo a qual ele pertence (CARDOSO, 1986) alguns recomendam uma breve incursão social no grupo estudado (CIPRIANI, 1988).

Bom lembrar que o entrevistador não deve perder totalmente o controle da entrevista sendo inundado por uma profusão de assuntos interessantes que podem surgir durante a mesma, ele deve conduzir sempre que possível a conversa de volta ao tema (CARDOSO, 1986), escolher o local, hora e procurar não fugir do roteiro (FREITAS, 2006), deve-se evitar cansar, discordar, interromper ou pressionar o entrevistado o afã de fazê-lo ouvir o que se deseja, algo normal no pesquisador entrevistador inexperiente ou que quer provar uma tese, a entrevista pode surpreendê-lo (DURHAN, 1986)

O tipo de pessoa e quem entrevistar deve ter relação com a pesquisa e com os objetivos, deve se levar em conta sua experiência, sua capacidade comunicativa a depender do contexto, seu carisma, e outros aspectos daí a necessidade de uma sondagem prévia (BECKER, 1997). É recomendado listar os possíveis nomes dos entrevistados com uma breve biografia²¹² que justifique sua escolha de acordo com os objetivos descritos no projeto (CARDOSO, 1986), isso pode mudar, visto que a entrevista pode ser revista pelos stakeholders, pelos fatos decorrentes e pelas situações adversas como no caso de alguém não querer entrevistar ou não estar disponível. Nomes novos podem surgir em meio a pesquisa prévia, ou uma coleta pode ficar aquém das expectativas, sendo recomendável nova coleta com outra pessoa. Somente no final da pesquisa haverá uma lista definitiva de entrevistados referentes ao trabalho.

Outro erro comum é que durante certa entrevista o pesquisador se depare com um relato interessante que pode levar a outra pesquisa, por exemplo, ele pode estar pesquisando religião e acabar com um relato de causas políticas, igualmente interessante, mas que nada tinha haver com o projeto inicial, não se deve desistir mas deve-se elaborar novo projeto com objetivos específicos para tanto. Se necessário reconduzir o entrevistado ao assunto o que não impede de após utilizar as mesmas anotações e re-entrevistar a mesma pessoa para uma segunda pesquisa, mas importantíssimo manter o foco naquele projeto inicial.

Legalmente o pesquisador deve se preservar e preservar o pesquisado, deve-se cumprir as normas técnicas da instituição a qual se vincula, evitar entrevistas com menores e se fizer não identificar em respeito ao ordenamento jurídico do país, já na gravação conseguir uma declaração de voz autorizando seu uso e a cada transcrição levar um modelo de carta de anuência explicando muito bem o que se trata em um modelo mais ou menos assim :

CARTA DE CESSÃO (local e data) Destinatário,

²¹² Não confundir ensaio biográfico com metodologia de construção de biografia que é mais um gênero textual que pode ser outra valorosa metodologia das ciências sociais, muito parecidas uma com outra, mas a biografia é enfocada em um personagem e não quer analisar necessariamente em uma situação social ou histórica, finalidade do ensaio biográfico.

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade, endereço, profissão), declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em (datas das entrevistas) para (nome do entrevistador ou instituição) usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, desde que seja para fins específicos de pesquisa científica ou teológica. Declaro também que está autorizado a publicação de meus dados para esses fins. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa cara de cessão, subscrevo a presente. Assinatura do Depoente (MATOS, 2011, P.96)

As entrevistas podem não ir de acordo com os objetivos do projeto, isto devido a sua natureza imprevisível, os entrevistados podem estar imbuídos de um orgulho egoísta e não relacionar a questão sócio-histórica desejada (QUEIROZ, 1988). Daí é bom o pesquisador saber e manejar bem o espaço pesquisado para não perder muito tempo atrás de outro, recomenda-se ter em mente, ou melhor, já no projeto entrevistados alternativos (CARDOSO, 1986).

Deve-se evitar um grande numero de entrevista salvo quando a própria pesquisa tenha como objeto a coleta de historia oral ou for quantitativa. Se este projeto for coadjuvante de outras fontes no máximo três devem bastar para uma boa pesquisa qualitativa (DURHAN, 1986). É claro que tal numero pode ser revisto a qualquer momento, depende do projeto. Convém contar com diferentes pontos de vista, daí é recomendável usar inquiridos de diferentes origens que têm papéis diferentes na realidade de estudo.

No contato com o entrevistado deve-lhe estar muito bem explicitado seu papel, a importância da entrevista, se ele concorda em assinar um termo de autorização e transcrição resumida da mesma e se possível divulgação de documentos, provas, com cópias preferencialmente autenticadas das mesmas.

Após o projeto estar bem amarrado deve-se traçar o roteiro de entrevista, e melhor agendar previamente já descrito o uso do material a ser usado, deve-se por ética deixar claro ao entrevistado o porquê e os objetivos da pesquisa e de preferência já ter uma vivencia observativa, preferencialmente em observação participante com a realidade social do mesmo (ANDRADE CABRAL, 2005).

O roteiro deve seguir uma cronologia e organização intensa. segue-se um modelo de roteiro básico:

1. Visita participante que deverá demorar mais ou menos 2 meses
2. Pré-documentação aprovação pelo comitê de ética, 4 semanas
3. Elaboração previa com orientador de um roteiro de entrevistas, 4 semanas²¹³
4. Coleta-gravação das entrevistas, que como já contam com endereço certo, entrevistadores alternativos e pré-documentação não devem passar de 3 semanas.
5. Re-coleta de entrevistas se for o caso.

Seguindo-se este roteiro pode-se partir para a preparação das entrevistas. É sempre bom entrar em contato com o entrevistado e agendar hora e dia com pelo menos espaço de no mínimo duas horas (o melhor será bem mais) sobre o assunto. Recomenda-se varias visitas, isto é unânime entre os autores. É bom descrever uma breve biografia do entrevistado com já anteriormente citado.

Feita a entrevista é certo dispor de um tempo para analise e re-análise da mesma e se necessário nova entrevista para preencher lacunas (CARDOSO, 1986) que

²¹³ Isso é uma sugestão do autor do presente artigo, de roteiro que pode ser mudado conforme a natureza peculiar de cada pesquisa esse tempo e essa lista não é *numerus clausus*.

eventualmente tenha sido deixadas. O pré-roteiro de entrevistas é altamente recomendável este se possível deve ser elaborado com um orientador ou colega experiente em entrevistas orais. Também é bom ter uma ficha previa de identificação do entrevistado. O roteiro não deve ser fechado e sim ser uma orientação aberta e flexível. Se a coleta for além de uma sessão, convém elaborar roteiros parciais previamente preparados e analisados (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000).

O tratamento do material coletado vai depender do que foi definido no projeto inicial com relação ao destino do material produzido. O equipamento deve ser de boa qualidade, é necessário um caderno de pesquisa de campo para anotar as lacunas e reflexões a serem feitas a posteriori, descrições, palavras mal compreendidas, gestos, risos percepção corporal etc.... Aconselha-se após entrevistas fazer imediatamente o backup dos dados em local seguro, se for transcrever, deve-se fazer com tempo e calma. Depois deve-se tratar o texto e se necessário “traduzir” a expressões, em algumas entrevistas com o meio pentecostal podem surgir expressões como “e o fogo caiu em meio ao culto” que significa manifestação de glossolalia, profecias e danças, nesse exercício de transcrição é fundamental descrever tudo e traduzir sempre que possível. É bom registrar em algum lugar de preferência no caderno de campo as impressões ainda que pessoais sobre a entrevista em si e se perguntar da utilidade dela frente ao projeto, nem tudo pode ser útil, em meio a entrevista pode ser que o entrevistado discorra longamente sobre política, futebol e assuntos desconexos que podem até ser omitidos após longa análise.

Quando da publicação é necessário a edição do texto para estar de acordo com o as normas de publicação. Tal edição não pode comprometer a fidelidade do entrevistado se necessário utilizar a expressão latina *sic* (significa assim foi dito em latim quando a citação provém de seu autor original do mesmo modo que foi dito).

A entrevista pode não ser sempre verdade, Le Goff já dizia: "No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo." (1996. p. 538.) Assim todo registro é passível de interpretação ou prova, mas é importante verificar a opinião do entrevistado. Duvidar pode levar ao pesquisador achar mais falhas e ir atrás de mais fontes. É interessante ter noção de semiótica, linguagem corporal, subtexto e outras técnicas de entrevista, quando se trata de religião (nosso campo), deve-se sempre lembrar da teoria da Crick (1994) de que as vezes não é mentira para a pessoa ainda que absurda para a comunidade científica, pode ser um outro tipo de verdade.

Deve-se tomar cuidado para não generalizar (FERREIRA, 1997), apenas se utilizando de comparação com outras fontes é que pode-se daí pensar em uma situação social verdadeira e não apenas de relatos, alias a questão se é ou não verdadeira é um outro problema, o importante é o ponto de vista de alguém que está passando pela situação social, isso é quase uma afronta a academia tradicional porém ela gerou erros que devem ser consertados (CERTEAU, 1994).

É muito valioso e importante o ponto de vista do entrevistado: sua interpretação do fato-problema e de sua própria história em relação ao tema, da interpretação da sua comunidade, de como concebe o mundo em relação ao problema etc.... Tomar a entrevista como um todo significa levar a cabo o conselho de Salomão e saber ouvir, isso em si constitui o significado da situação para a pessoa.

Deve-se respeitar as culturas interpretando-as seguindo Geertz (1989), de acordo com o próprio significado que o entrevistado lhe dá, de acordo com sua linguagem levando em conta que linguagem é como ele referencia a si mesmo e ao mundo (COSTA, 2009), e ai que surge uma reinterpretação da historia dos conhecimentos (MORIN, 2005), uma nova riqueza de historias que foram caladas oferecendo ao leitor uma nova ampla gama de interpretação. Os fatos são interpretados e plenos de significação em relação dialógica a sua ressignificação pessoal do entrevistado-entrevistador em uma representação de mundo que nem sempre está de acordo com o registro e historia oficial

(CERTEAU, 1994), o mundo para alguns filósofos é representação e significado (COSTA, 2009) particular de cada um.

Não deve-se estar restrito a moral da história oficial pois a biografia gera riquezas e novas interpretações e novas éticas (FERREIRA, 1997) que o pesquisador vai compreender aceitando no mínimo ponto de vistos diversificados que aumentam a riqueza do registro a qual se propôs escrever.

A Antropologia, em que pese o exorcismo que vem realizando desde Boas, ainda não conseguiu, de todo, livrar-se do fantasma de Levy-Bruhl. Levy-Bruhl acreditava na infantilidade e, portanto, na inferioridade da mentalidade primitiva do pesquisado, acreditava que só o cientista poderia dar uma visão fiel do fato ocorrido e que o pesquisado não tinha nada de útil a oferecer, embora tenha contribuído muito em suas descrições, e bom lembrar que é um ponto de vista de um europeu branco, cujo ponto de vista é diferente do pesquisado. Está na hora de por o pesquisado, melhor a vítima da história(CERTEAU) como narrador da história. Substituir o conceito de "mito", com suas ressonâncias semânticas negativas, pelo de "narrativa", pode representar um passo à frente lembramos, que segundo Prandi (1999), Franz Boas teve um importante papel na formulação do relativismo em pesquisar as narrativas e suas funções, as ciências sociais modernas em geral não tratam esses aspecto cultural como mito, mas sim como uma riqueza imbuída na cultura humana.

A técnica de ensaio biográfico é uma maneira de imergir na vida e cultura de quem a faz acontecer a fim de buscar explicações inclusive se utilizando do método de história oral para quebrar preconceitos e trazer a baila realidades esquecidas pela história e pela mídia oficial.

Do porque ensaio biográfico?

A intenção é perceber o imaginário e a auto-opinião que o participante tem frente a um fato social, histórico, elemento cultural ou antropológico e principalmente a percepção que esse publico tem do evento. Tentar enfatizar o imaginário do grupo social que relata crua e qual o seu papel, sua percepção e sua busca de explicações para certas circunstâncias, a maneira como percebem e recriam em sua memória os fatos que participaram. O que se quer é captar a percepção e subjetividade de quem teve ou participou de um relato ou evento e aplicar tais conceitos ao fenômeno em si.

A síntese bibliográfica, deve sempre servir de apoio ao ensaio biográfico, e consiste em vários trabalhos, sobretudo da antropologia, filosofia e das ciências da Religião, Com base nos trabalhos de François Laplatine (1999, p. 418), que procura construir, na perspectiva da antropologia da saúde e da doença, conceitos adequados à compreensão do fenômeno mórbido, tais como doença-sujeito (a *illness* ou a experiência subjetiva da doença), doença-sociedade (a *sickness*, que designa os comportamentos socioculturais conectados com a doença em uma dada sociedade) e doença-objeto (tal como apreendida pelo saber biomédico).

Assim, desde um ponto de vista antropológico, é possível reconhecer que as doenças, no que concerne a sinais e sintomas particulares, são atravessadas pela cultura em diferentes épocas e sociedades. Com efeito, os significados culturais marcam tanto a pessoa doente, imprimindo-lhe sentidos existenciais, quanto os seus cuidadores, particularmente os pastores e os irmãos-irmãs de intercessão, que podem atribuir significado antropológico de curandeiros (BASTIDE, 2006), os quais constituem sua prática com base em redes semânticas culturais centradas na dimensão ritual. Na perspectiva dos pacientes, os significados culturais subscrevem os sentidos existenciais das pessoas enfermas, e estão inscritos na fala através de idiomas e metáforas culturalmente determinados que articulam a experiência da doença e conseqüentemente espiritual.

Com efeito, é na comunicação verbal que podemos reconhecer um discurso que pode ser tratado no jogo de sua instância, que se caracteriza não por uma continuidade, mas por rupturas e descontinuidades, sendo, então, possível considerar a existência de múltiplas formações discursivas referentes a doença, que tomam corpo nas narrativas sobre a doença. Estas, por seu turno, correspondem à experiência da doença, através da qual se constituem os sentidos a ela referentes, a pessoa pensa que seus atos sociais (pecados ou provas) causaram certa doença e isso modifica seu contato social e ela sai em busca de purificação mudando sua relação com o mundo ou discursando mudá-la.

Na forma de análise dos resultados, a linha do projeto é a de procurar compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvende a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Isto deve ser feito em algumas etapas:

A pesquisa de campo deve sempre procurar identificar individualmente cada membro que se envolve no processo de identificação de identidade pesquisada, bem como sua atuação sobre estes fenômenos, e sua própria análise destes. Disto vai surgir quem deve ser escolhido para depor na história de vida.

A gravação pode e deve ser previamente agendada de preferência em local que forme a identidade do pesquisado em que frequentam para lhes trazer evocação do seu grupo pessoal a qual estão inserido dando maior identificação e menos estranhamento ao momento da coleta de entrevista. Na prática a gravação tem de ser precedida de “cabeçalho” da entrevista, informando o nome do entrevistado, do(s) entrevistador(es), a data, o local e o projeto no qual a entrevista se insere.

Todo aparato legal é bom ser consultado, é recomendável consultar o comitê de Ética e se possível, advogado da instituição ligada a pesquisa.

As perguntas podem ser abertas de modo a possibilitar sempre ao entrevistado sua opinião sobre o assunto o que não impede perguntas mais fechadas. Todo projeto tem suas especificidades e delas nascem as perguntas certas damos aqui alguns exemplos.

Perguntas prévias de identificação (qual o seu nome, idade, pertença religiosa etc..). Perguntas sobre a identidade pesquisada. pode ser, por exemplo, religiosas: a quanto tempo você se converteu? Você acredita que Deus cura? Como se dá esse processo em sua opinião? Ou do espaço pesquisado: a quanto tempo mora na favela? Há realmente crime como se diz? Qual a sua opinião? Perguntas específicas do projeto: Como você acha que vai ser usada essa pesquisa que estou fazendo? O que faz você se identificar como membro da tribo Nhanduru ou como membro do povo tupi?

É importante estabelecer no projeto quando e como o pesquisador vai procurar compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvende a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Isto pode ser feito em algumas etapas.

A pesquisa biográfica procurará identificar individualmente cada membro que se envolve no processo de identificação e de formação da identidade do grupo social pesquisado em processos sociais a qual estão inseridos, bem como sua atuação sobre estes fenômenos, e sua própria análise destes. Enfocar-se-á seu próprio imaginário a qual se deve fazer análises posteriores e cruzamento com outras fontes, submetidos a bibliografia. Essas fontes serão preferencialmente as fornecidas pelos próprios relatados mais os testemunhos gravados nas situações de seu próprio cotidiano. Pode ser usada outra metodologia coadjuvante como o questionário, por exemplo, aplicado com perguntas que possam fundamentar a história oral.

Referencias:

- ALBERTI, V., FERNANDES, TM., e FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online] (2000). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books http://books.scielo.org/disponivel_em_books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879-03.pdf. acesso em 15/05/2013
- ALENCAR, G. F. de. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus. 1911-2011.** Novos diálogos, 2013
- AGAMBEN, Giorgio . **Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua.** Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002;
- ANDRADE CABRAL, Newton Darwin de,(2005). **Entre a história e as ciências da religião: questões teórico-metodológicas sobre o trabalho com depoimentos orais**, *revista de teologia e ciências da religião*, revista de pós graduação em ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, , ano IV • n. 4 • setembro/2005 – pp. 205-217
- AQUINO, Rubim Santos Leão; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.** Rio de Janeiro: Ao livro Técnico.1980
- ALVES. PC & Rabelo MCM (org.) **Antropologia e saúde. Traçando identidade e explorando fronteira.** Fiocruz, Rio de Janeiro,1998.
- BASTIDE Roger. **O Sagrado selvagem e outros ensaios**, São Paulo, Cia das Letras, 2006.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 25ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 2005
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.1996
- BOSI, E. . **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 1994
- BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas;** trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP. 1992
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005,
- CARDOSO, R. (1986) **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.** In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer.** Petrópolis: Vozes.1994.
- CIPRIANI, R.(1988) **Biografia e cultura: da religião à política.** In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). In: *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais; v. 5, 1988. p. 106-42
- COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. (2009) **Sobre as causas evolutivas da cognição humana** / Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa. – Marília, 2009. 145 f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.Bibliografia: f. 134-142. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Junior.
- COSTA, Otávio Barduzzi. R. **O homem e o trabalho: O Deus In Machina.** Revista das Produções Científicas Fênix, Bauru, v. 1, n.1, p. 241-246, 2005.
- CRICK F.(1994) **The Astonishing Hypothesis: The Scientific Search for the Soul.** London: Simon & Schuster;1994.
- DELUMEAU, Jean. **De Religiões e de Homens.** São Paulo: Loyola.2000
- DESROCHE Henri. **Sociologia da esperança.** São Paulo, Paulinas, 1986.

DURHAN, E. R. (1986) **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-38.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Entrevistas: abordagens e uso da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas. 1994

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral, comemorações e ética**. Projeto História. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997.

FOUCAULT, Michel (1999). **Aula de 7 de janeiro de 1976**. In: **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago. 1997

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GOODMAN, Martin. **Josephus' The Jewish War: A Biography**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2019

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto. 2001

LAPLANTINE F. (2004). **Antropología de la enfermedad: estudio etnológico de los sistemas de representaciones etiológicas y terapéuticas en la sociedad occidental contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones del Sol; 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

FREITAS, Sônia Maria De. **História Oral: Procedimentos E Possibilidades**, Editora Humanitas, São Paulo. 2006

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. "História oral como fonte: problemas e métodos". In: **História - Revista de História**. Rio Grande: Instituto de Ciências Humanas e da Informação, FURG, 2011, p. 95 – 108

MILLER, Brian & LAPHAM, Mike, **The Self-Made Myth and the Truth about How Government Helps Individuals and Businesses Succeed**. San Francisco-CA: Berrett-Koehler publisher, 2012.

MOTT, Luiz. **Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu**. IN: SOUZA, Laura de Mello e. org. *Historia da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

QUEIROZ, M. I. P.. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, E.R. dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007

SANTANA JÚNIOR, Fernando Oliveira .**Medicina, ética e judaísmo na literatura: da anamnese à narrativa do doente em A Majestade do Xingu, de Moacyr Scliar**. INTERSEMIOSE • Revista Digital, ANO I, vol. 01, n. 01, Jan/Jul 2012, n.1 disponível em <http://www.neliufpe.com.br/wp-content/uploads/2012/06/06.pdf>, acesso em 15/05/2013

SELAU, Mauricio da Silva ,**História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais**, Revista Esboços, Revista de pós-graduação em História da UFSC- Florianópolis – SC. 2004.

SOUZA, Eneida Maria de **CRÍTICA BIOGRÁFICA**, ainda, **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, n. 4, p. 51 – 57, jul./dez. 2010.

VAINFAS, R. **Caminhos e descaminhos da História**. In: CARDOSO, C.F.S. & VAINFAS, R. (Org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VANDERLEI SILVA, Kalina e SILVA, Maciel Henrique. ; **Dicionário de Conceitos Históricos**, verbete história oral -- Ed. Contexto – São Paulo. 2006.

GOVERNAÇÃO E INCLUSÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: UMA REFLEXÃO À LUZ DOS IDEAIS DE MONDLANE E DO ARTIGO 35 DA LEI 1/2018 DE 12 DE JUNHO.

Paulo Jacob Inguane²¹⁴

Resumo: O presente artigo faz uma reflexão sobre a Governação Inclusiva em Moçambique. O mesmo procura aferir até que ponto os governantes privilegiam a inclusão dos governados na tomada de decisão. Para o efeito, a pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica e documental, coadjuvada pela análise dos actos que norteiam a tomada de decisão em Moçambique. Num Estado de Direito e de Justiça Social, como é o caso de Moçambique, os governantes são iguais aos governados, pois, trata-se da questão de representatividade, e que os representantes da maioria, devem honrar com os seus compromissos de representatividade com dignidade, respeito, justiça e transparência.

Palavras-Chave: Mondlane; Governação; Participação; Inclusão; Igualdade.

Introdução

No período colonial vigorava um sistema estatal colonial centralizado e autoritário: dominação política, económico dos recursos e o controlo administrativo do território. O Governo Colonial, não tendo recursos e meios para manter as suas colónias activas, deixa dois terços do território moçambicano nas mãos das companhias majestáticas e arrendatárias e a zona sul de Moçambique como reservatório da mão-de-obra para as minas da África do Sul. Após a independência de Moçambique, continua a notabilizar-se a característica centralizadora, embora com a coexistência da democracia participativa, pois o Governo tende a posicionar-se acima da sociedade.

Faria & Chichava (1999) asseveram que Moçambique iniciou, em princípios de 90, o programa de reforma dos órgãos locais, um processo de descentralização, parte integrante de um conjunto de reformas políticas, económicas e administrativas em curso desde os anos 80.

Por seu turno, a CRM 2004 (Constituição da República de Moçambique) acolhe o princípio da descentralização na sua vertente descentralizadora, quando estipula no artigo 271 que o Poder Local visa dentre vários objectivos, garantir a organização e participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local.

Falar de Governação Local Inclusiva é o mesmo que fazer referência à existência de órgãos como Autarquias Locais: Municípios (urbanos) e Povoações (rurais), as cidades, vilas, aldeias e distritos que podem ser elegíveis para o estatuto de autarquias. Kulipossa (2005) justifica politicamente que a existência de Governação Local Inclusiva visa: (a) construir e articular uma identidade comunitária; (b) resgatar os aspectos positivos da diversidade; (c) trazer uma resposta um pouco mais eficaz e eficiente aos problemas locais; (d) promover a cidadania; (e) garantir a participação e dispersão do poder; e, (f) aprofundar e consolidar a democracia. Foi na senda desse espírito que se desenvolveu este artigo inspirado nos ideais do Mondlane e do previsto no artigo 35 da Lei 1/2018 de 12 de Junho.

BREVE HISTORIAL SOBRE A GOVERNAÇÃO INCLUSIVA EM MOÇAMBIQUE

²¹⁴ Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Save, Curso de Direito. Lecciona as Cadeiras de Ciência Política e Direito Constitucional I e II e Finanças Públicas e Direito Financeiro.

A ideia de criação de um modelo de governação que aproxima o cidadão da tomada de decisão vem sendo debatida por alguns líderes africanos desde os anos 60. Por exemplo, Nyerere (1962) *apud* Mbokolo (2011, p. 557), defende que “quando uma sociedade está organizada para velar pelo bem-estar dos seus membros, ninguém, desde que esteja disposto a trabalhar, terá que se preocupar com o que lhe acontecerá amanhã se não juntar riqueza”. O pensamento deste líder pode ser lido à luz das atribuições da criação das Autarquias Locais (AL) em Moçambique, plasmadas no número 1 do artigo 6 da Lei 2/97 de 18 de Fevereiro: Desenvolvimento económico e social local; Meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida; Abastecimento público; Saúde; Educação; Cultura, tempos livres e desporto; Polícia autárquica; e, Urbanização, construção e habitação.

Moçambique, tal como acontece em muitos países africanos, adoptou o regime democrático como modelo da sua organização político-administrativa. No entanto, a concepção deste regime, varia de Estado para Estado. Por exemplo, Moçambique adoptou dois modelos para a consolidação do mesmo, nomeadamente: (i) a existência de um Governo Central representante da nação que é liderado por um Chefe de Estado que tem como finalidade assegurar a integridade territorial, da ordem pública e da segurança e estabilidade dos cidadãos, para além de promover o desenvolvimento económico do Estado e a consolidação da legalidade no país; (ii) caracterizado pela existência de um Poder Local, com uma estrutura político-administrativa autónoma, com um território e população, que tem como objetivo organizar a participação do cidadão na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local.

O segundo regime é visto como o que melhor garante a consolidação dos preceitos democráticos através da aproximação que se estabelece entre os governantes e os governados nos processos de tomada de decisão.

A adopção dos dois modelos ocorreu depois que Moçambique, logo após a proclamação da independência, a 25 de Junho de 1975, e experimentar um sistema de partido único, com uma economia centralmente planificada do tipo socialista e com a eliminação de qualquer forma do pluralismo político. A expressão da democratização em Moçambique começa com a CRM de 1990²¹⁵, visto que, é neste período que assenta o pluralismo político em Moçambique. Esta realidade pode ser aferida através das declarações de Chichava & Faria (1999):

Moçambique, tal como sucedeu com Angola, Guiné-bissau e Cabo Verde, foi um dos países africanos que esteve vários anos sobre o domínio colonial Português e que se tornou Independente em 1975. Após a proclamação da independência e dada a influência dos países socialistas, adoptou-se o sistema de partido único, cuja economia estava centralmente planificada, ou seja, o Estado detinha o monopólio de todas as esferas económicas de Moçambique independente, (p. 3).

Ainda no mesmo contexto, Helling e Sal & Caldeira (s/a), destacam:

Até finais da década de 90, as áreas urbanas de Moçambique estiveram sob a autoridade política e administrativa do Estado centralizado, tanto até ao final do governo colonial em 1975 como durante o período do governo de partido único que formalmente terminou com a revisão constitucional de 1990. O modelo administrativo colonial determinava a existência de executivos políticos nas cidades (administradores) que presidiam as câmaras municipais. Estas câmaras não tinham poderes vinculativos; os seus membros eram antes escolhidos pelas autoridades governamentais portuguesas para darem apoio ao executivo hierárquico unitário, na coordenação e implementação, através do administrador da sua cidade, numa hierarquia que culminava no governador colonial da

²¹⁵ Artigo 1 da CRM 1990

Província Ultramarina de Moçambique". A consulta a elites urbanas, económicas e culturais, pelas autoridades da câmara local, constituíam os canais através dos quais a sociedade civil, ainda que só os elementos considerados aceitáveis pelo regime colonial participavam na governação urbana, (p. 31).

MAE (1992, p. 10), relata que as transformações políticas, económicas e sociais que se verificaram em Moçambique, principalmente a partir da implementação do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) e a aceleração do ritmo de degradação das cidades criaram a consciência da necessidade de se proceder a uma mudança na organização da Administração Pública moçambicana.

Coelho (2004, p. 101) consubstancia a ideia avançada por MAE (1992) sobre os contornos de uma descentralização político-administrativa para Moçambique, destacando que, o relançamento da questão da descentralização em Moçambique ganha um impulso a partir das reformas económicas e sociais promovidas pelas exigências das instituições financeiras internacionais e a consequente introdução do PRE.

Certamente, Moçambique adoptou o modelo democrático resultante dos ideais propostos pelos pensadores dos regimes capitalistas. Aqueles acreditavam que a democracia baseava-se num elevado nível de informação colectiva dos cidadãos, numa forte convicção dos valores do pluralismo e na disposição para criar compromisso.

O PRE é um pacote que envolve o livre comércio, a desregulamentação e a privatização. Neste contexto, o governo liberalizou os preços, praticamente reduziu a sua gestão do mercado, cortou o seu orçamento nos sectores sociais e introduziu mudanças nas políticas da saúde e da educação, onde foi estabelecido um sistema que atribui acesso com base no rendimento.

A descentralização político-administrativa foi introduzida como via de reforço da democratização política e uma abertura para uma futura partilha de poder. Esta ocorreu após a aprovação da Constituição de 1990, conferindo mais direitos e liberdades, suscitando desse modo, mudanças na organização administrativa do Estado de modo a acomodar as novas condições de Governação.

Em 1994 foi aprovada a Lei 3/94, de 13 de Setembro (Quadro dos Distritos Municipais) que significava uma democratização nos níveis hierárquicos de Administração Estatal. Nesta Lei previa-se que a referida democratização fosse operacionalizada em dois sentidos, nomeadamente: em relação ao processo da eleição de titulares dos órgãos distritais, em segundo, a abertura de espaço para a participação e responsabilização dos titulares dos órgãos distritais pela população, ou seja, a transformação dos distritos administrativos em Municípios, tal como se configura hoje. Tal realidade é aferida por Nuvunga (2000), nos seguintes termos:

Em 1994 é publicada a Lei-quadro dos Distritos Municipais, esta lei preconizava uma democratização estatal abrangida pela PROL. A referida democratização ia operacionalizar-se em dois sentidos, nomeadamente: (i) em relação ao processo da eleição de titulares dos órgãos distritais; (ii) a abertura de espaço para a participação e responsabilização dos titulares dos órgãos distritais pela população, ou seja, significativa a transformação dos distritos administrativos em Municípios, tal como se configura nos dias de hoje, (p. 14).

No entanto, a mesma Lei foi tida como inconstitucional, pois nenhum capítulo da CRM-1990 preconizava a criação dos órgãos com este tipo de poder. Em virtude da inconstitucionalidade da Lei 3/94, foi feita a emenda da CRM-1990, com estudos efectuados a partir de 1995. Assim, através da Lei nº9/96 de 22 de Novembro, foram introduzidos os princípios e disposições sobre o Poder Local no contexto da lei fundamental, que culminaram com a promulgação do Pacote Legislativo Autárquico em 1997, através da Lei 2/97 de 18 de Fevereiro, que cria o quadro jurídico-legal para a implementação das Autarquias Locais (AL) no país. Esta Lei tem como objectivos: (i)

organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade; (ii) promover o desenvolvimento local; (iii) o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado moçambicano. O artigo 1 desta lei estipula que:

Na organização democrática do Estado, o Poder Local compreende a existência de Autarquias Locais, cujas atribuições respeitam os interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, nomeadamente, o desenvolvimento económico e social local; o meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida; o abastecimento público; a saúde, a educação; a cultura; tempos livres e desporto; a polícia de autarquia; a urbanização, construção e habitação, (p. 1).

Ainda no quadro da implementação do processo da descentralização político-administrativa em Moçambique, Stiftung (1997, p. 44) afirma que, com a aprovação da Lei 2/97, de 18 de Fevereiro, que define o quadro jurídico para a criação das AL, o processo de descentralização político-administrativo no país avançou em muitos passos. As AL fazem parte do Estado e têm como objectivo garantir que os órgãos representativos livremente eleitos zelem pelos interesses e pelo desenvolvimento socioeconómico dos seus munícipes. Realmente, é a partir da aprovação da CRM de 1990, que consagrando a separação de poderes e o pluralismo político foram renovados, no quadro da instituição de um Estado de Direito Democrático, os princípios de desconcentração e descentralização. A CRM de 2004 define os princípios que orientam a Administração Pública em Moçambique, nomeadamente, a articulação entre a descentralização e a desconcentração e a manutenção de um poder de Estado caracterizado pelo controlo e intervenção.

A questão da participação dos cidadãos ocupa uma posição central no processo de descentralização político-administrativa em Moçambique. Qualquer reforma do sistema político-administrativo introduzida numa democracia e Estado de Direito, como é o caso de Moçambique, impõe a redefinição dos relacionamentos inter-institucionais, a favor de uma Governação mais eficiente e eficaz, mais democrática, participativa e inclusiva. Em Moçambique, as Autarquias Locais são uma forma do Poder Local definidas no nº 1, do Artigo 273 da CRM e compreendem os Municípios e as Povoações, onde, os Municípios correspondem ao território das cidades e vilas e as povoações aos territórios das sedes dos postos administrativos, aos quais o Estado pode conferir o poder de se auto-governarem, através de órgãos representativos da sua população.

O processo de descentralização político-administrativa teve como marco a criação das primeiras autarquias ao nível nacional. A primeira fase deste processo culminou com a ascensão de 33 cidades e vilas para Municípios. As autarquias instituídas dispõem de órgãos representativos próprios, isto é, têm seus dirigentes e a sua Assembleia, têm Autonomia Administrativa, Patrimonial e Financeira e detêm o controlo quase total sobre a sua própria administração, planos, orçamentos e instalações conforme o plasmado no artigo 7, nºs 1,2,3 e 4 da Lei 2/97 de 28 de Maio.

O processo de descentralização político-administrativo que se assiste em Moçambique, através da aprovação da Lei 2/97, significou a combinação dos processos de Desconcentração e Descentralização. Constitui processo de Desconcentração na medida em que é o Governo Central que transfere algumas das suas competências e atribuições para a gestão local, isto é, para os governos localmente eleitos e, por sua vez, a Descentralização implica a devolução dos poderes de forma gradual aos órgãos eleitos pelos respectivos povos nas suas zonas de circunscrição.

Eduardo Mondlane e a Edificação de Moçambique

Eduardo Chivambo Mondlane, símbolo do nacionalismo moçambicano, nasceu em Khambani, no distrito de Gaza, Moçambique, aos 20 de Junho de 1920, e faleceu aos 03 de fevereiro de 1969. Filho de um Chefe Local, fez os estudos primários nas escolas da Missão Suíça. Protegido pelo pastor suíço André Clerc, continuou os estudos secundários, primeiro em Lourenço Marques e depois na África do Sul, onde também começou o ensino superior. Depois de um ano na Universidade de Witwatersrand, durante o qual participou das actividades de organizações estudantis, o Governo sul-africano decidiu não permitir a renovação da sua autorização de residência (o National Party tinha chegado ao poder em 1948) e foi forçado a regressar a Moçambique em 1949.

Para além de estudar na África do Sul, teve uma curta passagem por Portugal, onde foi perseguido, do ponto de vista político, como os demais estudantes africanos que lá estavam. Através de uma bolsa concedida pela fundação Phelps-Stocks, com a tese Conflitos de Personalidade, Grupos de Referência e Raça, fez o Doutoramento em Psicologia Social nos Estados Unidos da América (EUA).

Em 1957 é convidado pelas Nações Unidas para trabalhar como Assistente Profissional do Departamento dos Territórios não Auto-Governados com a responsabilidade de preparar textos básicos sobre o desenvolvimento social, económico e político de Tanganyika, Camarões e Sudeste Africano. Esta actividade permitiu-lhe colher experiências junto dos representantes, quer de países de Europa do Leste, de orientação socialista, quer de Europa Ocidental de orientação capitalista. Depois da sua breve passagem pelos EUA, Eduardo Mondlane demitiu-se do cargo das Nações Unidas em 1961 e, logo de seguida, aceitou um lugar temporário na Universidade de Siracusa, em Nova Iorque para leccionar no curso de Sociologia.

No mesmo ano (1961), efectuou uma viagem a Moçambique onde foi recebido com todas as atenções pela Administração Portuguesa e restabeleceu contacto com a elite negra do sul de Moçambique, num ambiente de forte sentimento nacionalista, reforçado pela cascata de independências africanas desde 1960. E sobre esta visita, Da Silva (2009) confia-nos que:

Voltou para Moçambique para concluir a profecia que sua mãe lhe comunicara quando era ainda criança e via-se humilhado por seus colegas, também cuidadores de gado. Esta mulher escreveu a história que hoje apresentaremos para o leitor: a história de um homem que foi escolhido, pela sua ancestralidade, na sua linhagem, para ser fiel ao povo e conduzi-lo na luta pela liberdade, pois ele era um Chitlango, filho do chefe, (p.20).

Em 1962 foi para a Tanzânia, que se tornara independente, para participar da criação da FRELIMO. Eduardo Mondlane tinha todas as condições para se tornar o principal protagonista do processo de formação da FRELIMO. Ele tinha a confiança de Nyerere e podia contar com este para pressionar os líderes das outras organizações no sentido de construir uma frente comum. Apesar da resistência a essa ideia por parte dos líderes dessas formações, o apoio firme de Julius Nyerere ao projecto de unificação permitiu que este fosse bem-sucedido.

Para, além disso, o conhecimento de Mondlane sobre o funcionamento das Nações Unidas e da diplomacia fazia dele o homem ideal para defender a causa moçambicana no cenário internacional. Mais ainda, dadas as suas relações com os círculos religiosos protestantes, especialmente nos Estados Unidos, onde se tinha casado com uma americana branca pertencente a esses círculos, estava em posição de obter fundos para o movimento e bolsas de estudo para jovens moçambicanos.

Sousa (2008, p.158) salienta que a FRELIMO nasce através da união de três organizações nacionalistas constituídas por moçambicanos imigrados em países vizinhos de Moçambique: a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), fundada em 1961 no Quênia, e que agrupava naturais das regiões setentrionais de Cabo Delgado, que

trabalhavam nas plantações de sisal dos colonos ingleses; a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) fundada em outubro de 1960 no Bulawayo (Rodésia do Sul), agregando moçambicanos originários do Centro e Sul, radicados na Rodésia; e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), fundada em 1961 na então Niassalândia, com origem na Associação Nacional Africana de Moatize, criada em Tete em 1959.

Mondlane destacou-se por ter enaltecido a necessidade de participação de todos os moçambicanos nas várias frentes de luta de libertação de Moçambique, superando complexos de raça, etnia e filiação religiosa. Com a sua personalidade transmitiu um grande sentimento de confiança a todas as pessoas que com ele trabalharam convencendo-as de que elas também eram capazes de pensar e de criar.

Aquando da realização do II Congresso da FRELIMO (1968), em Matchedje, Mondlane defendeu fortemente a luta prolongada como via de libertação de Moçambique; opôs-se às ideias divisionistas e separatistas, como atesta Da Silva (2009):

Em primeiro lugar, todos nós pertencemos à nossa família linguística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem das palavras, mesma estrutura de frases e períodos. Antigamente, todos nós pertencíamos ao mesmo grupo étnico ou tribal. Mas através dos séculos nossos antepassados emigraram de uma parte de África a outra, resultando em comunidades com formas e expressões diferentes mas com muitos elementos comuns, (p.22).

O pensamento político de Eduardo Mondlane é resultado da confluência de diversos factores: (i) as influências internas que resultam do meio social e cultural em que está inserido; (ii) as influências externas decorrentes da conjuntura política, económica e social internacional, que vão variando consoante os espaços e os tempos em que se move e actua; (iii) a influência que o próprio Eduardo Mondlane cria, resultante do posicionamento crítico e activo.

O projecto político de Eduardo Mondlane para Moçambique pode ser sintetizado nos seguintes termos:

- ✓ Com ajuda do Marcelino dos Santos, uniu o povo moçambicano através da unificação dos três movimentos (UDENAMO, MANU e UNAMI);
- ✓ Criação de condições políticas, diplomáticas, militares e logísticas para o desencadeamento da luta armada e libertação de Moçambique;
- ✓ Dirigiu o I e II Congressos da Frelimo, também conhecidos, nomeadamente como o da Unidade e da Vitória;
- ✓ Clarificou a natureza da luta de libertação; guerra popular prolongada e revolucionária;
- ✓ Clarificou o inimigo do povo moçambicano, isto é, o sistema colonial português e não uma luta contra um povo, uma raça mas um sistema; e,
- ✓ Clarificou que o homem e a mulher têm iguais direitos e oportunidades.

Reflexão em torno da Governação e Inclusão Política em Moçambique

Governação é uma palavra que é usada desde a antiguidade. Lock (2004), concebe-na como confiança que os governos tinham de transferir poder para um governante, transferência feita com base na confiança/pacto. Weber, por sua vez, olha para a governação como legalidade, caracterizando-na em três tipos: (a) carismática, (b) tradicional, (c) legal-político.

O Banco Mundial define governação como o exercício do poder para gerir os recursos (económicos, sociais e políticos) com vista à promoção do desenvolvimento,

mas levando sempre em consideração questões como transparência, participação de todos interessados do Estado e inclusão.

Evocar Eduardo Mondlane sobre a temática é reconhecer os feitos de uma figura que promoveu o nacionalismo em Moçambique; que se empenhou na luta que libertou o povo moçambicano do jugo colonial Português. Sansone (2018, p.78) destaca que no processo de criação e de consolidação da FRELIMO a questão da cor sempre existiu. No entanto, graças ao esforço de Mondlane, dentro do movimento a questão racial nunca chegou a ser celebrada ou exacerbada – pelo menos até 1969.

O artigo 35 da Lei 1/2018 de 12 de Junho prevê que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política. Sendo a educação para todos, cria condições de socialização dos indivíduos em função dos padrões predefinidos e de forma a capacitá-los para o desempenho de certas funções amanhã. A educação também garante a selecção dos indivíduos ou cidadãos para o desempenho de actividades no sector público, sendo por isso que, é parte dos direitos sociais a serem garantidos pelo Estado de forma justa e transparente sem qualquer tipo de discriminação.

A observância e cumprimento dos direitos sem qualquer tipo de discriminação é que irá permitir que, havendo um governo formalmente instituído, garanta o respeito entre os governantes e governados e até mesmo romper a distância que aparentemente os separa.

A questão de igualdade defendida no artigo 35 da Lei 1/2018 de 12 de Junho consubstancia o pensamento de Mondlane como Presidente da FRELIMO. Brito (2019, p.14) demonstra que, os termos do discurso fundador da Frelimo apelavam à união de todos os moçambicanos, sem distinção de origem étnica, condição de fortuna, confissão religiosa ou filosófica e sexual.

Governança inclusiva, significa, reconhecer o pluralismo de ideias, expressão na tomada de decisão sob o ponto de vista de gestão e administração do Estado (que é algo colectivo). Essa inclusão não se limita apenas na audição de pontos de vista dos cidadãos em debates públicos ou veiculados pelos meios de comunicação social, refere-se também à ocupação de posições privilegiadas para a tomada de decisão.

Importa referir que, em gestão há cargos que por natureza são de confiança política, em contrapartida, há outros que requerem qualificações académicas ou profissionais e competências para o seu desempenho. É nessa sequência que se encontra espaço para concursos públicos justos e transparentes para o provimento de vagas disponíveis no Aparelho do Estado, pois, caso contrário, corre-se o risco de se ter um Estado desprovido de justiça social.

Um dos fundamentos da descentralização é o fortalecimento da capacidade dos governos e a redistribuição de responsabilidades e competências na defesa do interesse público. Mas, para que isto se concretize de forma efectiva, é necessário um trabalho coordenado onde todos participem do processo político.

A consolidação dos processos coordenativos exige o compromisso das instituições com a promoção da inclusão política dos cidadãos e a participação dos diferentes grupos locais no processo de desenvolvimento. Factores de exclusão podem deixar os diferentes sectores locais fora das decisões, de deliberações e da gestão do desenvolvimento social. Isso pode reduzir o controlo dos indivíduos e dos sectores vulneráveis da sociedade sobre os órgãos de poder local. Isto contraria os pressupostos básicos da democracia participativa e da democratização, sustentados tanto no quadro teórico como nos instrumentos legais que orientam o processo de descentralização.

Reconhecendo o impacto positivo da inclusão no processo de planificação participativa, subsiste uma tendência dos responsáveis de cargos políticos e

administrativos minimizarem as preferências provenientes dos seus adversários políticos. Esta propensão, que expressa o estreitamento do espaço público, tem um impacto negativo no processo de desenvolvimento por não captar necessidades e preferências de grupos que podem efectivamente apresentar contributos valiosos no processo de desenvolvimento local e este facto, põe de algum modo, em causa o projecto de Eduardo Mondlane e o plasmado na no artigo 35 de Lei 1/2018.

Dahl (2001, p. 40), no livro *Sobre a Democracia*, questiona a democracia a partir da seguinte indagação: Precisamos realmente de um guia? Porque devemos eleger a democracia em detrimento das democracias como o modelo ideal de gestão dos Estados? Por que a democracia? Que razões podemos dar para acreditar que a democracia é o melhor sistema político? Que valores são mais bem atendidos pela democracia? Democracia implica assenhorar-se de si mesmo; implica a pertença; implica a igualdade de todos perante a Lei; implica o auto respeito; implica a comunhão social; implica um contrato social; implica o consentimento pela *polis*; implica a auto-estima, etc. A democracia é sinónima de uma Constituição da República²¹⁶ – que consagra os princípios e direitos iguais de todos perante a Lei, ou seja, ninguém deve estar acima dela.

O Governo de Moçambique, não reconhece o outro (o cidadão que optou em enveredar num partido diferente do que está no poder) como seu semelhante, com capacidades, competências e direitos como os seus. Isto é, promove a discriminação em função da filiação partidária ou opção política, pondo em causa todos os direitos consagrados nas cartas de que o nosso Estado é signatário;

Eduardo Chivambo Mondlane é uma figura incontornável da história de Moçambique. Ele significa para os moçambicanos aquilo que Mandela representa para o Sul Africanos. Mondlane é um exemplo de consciencialização dos moçambicanos sobre a necessidade de se unir e lutar contra o inimigo comum “o regime fascista Português”. Através do seu legado que o imortaliza, continua sendo um bom exemplo que os actuais governantes deviam seguir. O país tem atravessado nos últimos 40 anos momentos críticos (Guerra Civil e Instabilidades Políticas Militares no pós Acordo Geral de Paz). O pano de fundo desses conflitos político-militares é a EXCLUSÃO. A exclusão! Esse problema é promovido pela falta de tolerância para com os cidadãos filiados em partidos da oposição e com todas as forças vivas da sociedade que apresentam um pensamento crítico a forma de governação do partido no poder.

Esta forma de pensar e de ser dos dirigentes moçambicanos, contraria o previsto na Lei 1/2018, artigo 35 e os ideais de Eduardo Mondlane. A luta é pela governação. A luta é pela liderança dos destinos do país. Por que é que não nos unimos e gerirmos o país em paz, sem qualquer tipo de discriminação? A participação da população na Governação Local assegura-se em observância à CRM, pelos preceitos legais e regulamentos e pelos princípios gerais de direito, dentro dos limites dos poderes que lhe atribuem em conformidade com os fins para os quais os mesmos foram conferidos.

Conclusão

A sociedade moçambicana encontra-se presentemente numa encruzilhada institucional, susceptível de enveredar por caminhos divergentes, em termos de implicações no debate sobre inclusão e exclusão social. A sustentabilidade de políticas de desenvolvimento e da governação inclusiva é alcançada através do envolvimento dos beneficiários no abastecimento e na gestão de recursos, serviços e instalações.

A inclusão é o novo paradigma de desenvolvimento, é uma nova forma de adquirir melhores resultados, aumentar a capacidade dos indivíduos melhorarem as suas vidas.

²¹⁶ Ex: Artigo 35 da Constituição da República de Moçambique - 2004

Esta se tornou como um acto de confiança no processo da construção do desenvolvimento. Tornou-se como uma forma de adquirir técnicas adequadas.

Investido nas novas funções e comprometido completamente com a causa da libertação da terra e do povo moçambicano, Mondlane iria revelar-se um líder incansável, combatendo as correntes de pensamento racistas, as que defendiam a divisão dos moçambicanos pela sua origem étnica, entre outras, contrárias a libertação de Moçambique. Mondlane teve um papel central na organização da FRELIMO, na medida em que, seus argumentos a favor da união das diferentes etnias da região resgatavam as raízes comuns das mesmas.

Para o sucesso da Descentralização e da Governação Inclusiva em Moçambique, é necessário que se reflecta nos processos de tomada de decisão partindo do topo até ao nível de base de organização da população, pois o seu objectivo é envolver a comunidade na discussão dos seus próprios problemas, na identificação de soluções, no desenvolvimento e transformação do seu meio. Dai que deve haver um envolvimento da sociedade civil local, sem distinção étnica, religiosa, política, liderança tradicional, organizações, associações, círculos de interesses, etc. no processo de desenvolvimento local.

Bibliografia

AFRIMAP. *Moçambique: democracia e participação política*. Cambridge, Ed. Open Society Initiative for Southern Africa, 2009.

CHARAS, Erik. in: *Jornal @verdade*. Maputo, 2013. [online] Disponível na internet via: www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/32652-a-nossa-visao-critica. Acessado no dia 16 de Setembro 2015.

CHICHAVA, Ana & FARIA, Fernanda; *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*. Maputo, Comissão Europeia, 1999.

Da SILVA, Nilce. *Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI e a Luta Continua*. São Paulo, FEUSP, 2009.

DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Brasil, Universidade de Brasília Editora, 2001.

De BRITO, LUIS. *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo, IESE, 2019.

HELLING, A.L; e SAL & CALDEIRA. *O Contexto Jurídico e Institucional para o Desenvolvimento Urbano e Municipal*. In: *Desenvolvimento Municipal em Moçambique: As Lições da 1ª Década*. Maputo, s/a.

LOCK, Fernando do Nascimento; *Participação Popular no Controle da Administração Pública: um estudo exploratório*. São Paulo, Universidade Federal de Santa Maria, Vol I, 2004.

MAGODE, José. *Moçambique: Etnicidade, Nacionalismo e o Estado: transição inacabada*. Maputo, CEGRAFE, 1996.

MBOKOLO, Elias. *História e Civilizações do Século XIX aos Nossos Dias*. Lisboa, Colibri Edições, 2ª ed; 2011.

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. *Autarquias Locais em Moçambique: Antecedentes e Regime Jurídico*. In: Documento apresentado pelo Governo de Moçambique à Assembleia da República de Moçambique. Maputo, 1992.

NUVUNGA, Adriano. *A Coabitação entre os Órgãos Locais do Estado e do Poder Local: caso do Município de Chokwé, 1998-2001*. Maputo, UEM, 2000.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo, Assembleia da República, 2004.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Lei 1/2018 de 12 de Junho. Aprova a Revisão da Constituição da República de Moçambique*. Maputo, Assembleia da República, 2018.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Boletim da República: *Lei das Autarquias Locais*. In Boletim da República, Lei 2/97 de 28 de Maio de 1997.

SANSONE, Lívio. *A Construção da Biografia de Um Antirracista: ciências sociais, autenticidade, internacionalismo e luta de memória na rica e complexa vida de Eduardo Mondlane*. Brasil, UFBA, 2018.

SOUSA, João Tiago. *Eduardo Mondlane e a Luta pela Independência de Moçambique*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

DO CONTRIBUTO DA MISSÃO SUÍÇA AO PERCURSO DE EDUARDO MONDLANE NO NACIONALISMO MOÇAMBICANO

Rafael Herculano Madime²¹⁷

Resumo: A presente pesquisa, baseada na leitura de diferentes artigos, obras secundárias e uma visita guiada ao museu aberto de *Nwadjahane*, tem como objectivo reflectir sobre o auxílio da Missão Suíça no desenvolvimento da consciência nacionalista em Moçambique. A Missão Suíça contribuiu no endurecimento do espírito nacionalista ao albergar e formar grupos de jovens crentes, de onde Mondlane viria a evidenciar-se desde os primeiros anos da sua escolarização como catequista, ampliando as suas capacidades cognitivas e visão crítica em relação à opressão e segregação colonial a que estavam sujeitos, daí que seus ideários são encarados como modelo de inspiração nacional. A Missão Suíça procurava responder aos seus propósitos, influenciando a sua fé reformista.

Palavras-Chave: Consciência nacionalista; opressão; segregação colonial e inspiração nacional.

Definição e contexto do surgimento do Nacionalismo Africano

De acordo com Magode (1996, p.25-26), o Nacionalismo pode ser uma manifestação da vontade de uma nação de criar ou reestruturar o Estado e fundamenta-se no ideal de um determinado grupo sociocultural, impondo as suas características a outros grupos pelo resgate de identidades próprias.

Para Kassotche (1999, p.56), o Nacionalismo é o espírito de pertença comum, ou a vontade popular que procura preservar a identidade de um grupo, de um Estado, e que pode ser intensificado por ligações raciais, linguísticas, históricas ou religiosas.

No meio das considerações, o Nacionalismo pode entender-se como sentimento de íntima vinculação por parte de um grupo humano ao núcleo nacional da colectividade a que pertence. Em primeiro lugar, o nacionalismo aspira criar ou consolidar a independência política. Em segundo, busca a afirmação da dignidade nacional no campo internacional. Em última fase, transforma-se em impulso que pode levar a nação a procurar ampliar o seu domínio, utilizando a força de que dispõe.

Na presente abordagem, o Nacionalismo é entendido como sentimento de valorização marcado pela aproximação e identificação com uma nação, mais precisamente com o ponto de vista ideológico. Por exemplo, da defesa dos interesses da nação antes de quaisquer outros e, sobretudo, da sua preservação, enquanto entidade, nos campos linguístico, cultural e contra processos de destruição da identidade ou de transformação que se considere nefasta.

Na perspectiva de Ki-Zerbo (1999, p.157), o Nacionalismo só é justificável quando um povo se encontra oprimido. Uma vez esse povo liberto, já não há espaço para desenvolver o espírito de reivindicação colonial. Esta é a base que conduz a percepção das origens do fenómeno nacionalista africano e moçambicano, particularmente, a partir da exploração e opressão.

Na mesma linha de pensamento, Sousa (2008, p.4) justifica a origem do nacionalismo africano, e particularmente o moçambicano, na experiência de opressão e

²¹⁷ Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos e Licenciado em Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Moçambique; Docente de História de África e Ciência Política. Áreas de pesquisa: Descentralização; Gestão de Terra em Moçambique; Poder Inclusivo na Governação e Estudos Glo locais. E-mail: rafaelmadime@yahoo.com.br ou madimer14@gmail.com Universidade Save, Maxixe, Moçambique-Português

sofrimento protagonizados pelo sistema colonial. Assim, as origens do nacionalismo moçambicano explicam-se através da exploração desenfreada levada a cabo pelo sistema colonial europeu, neste caso o português, cuja reivindicação teve a sua expressão máxima no final da década 40 e princípios da década 50 do século XX, por causa de diversos fenómenos sociopolíticos que intervieram, tais são os casos da II Guerra Mundial, do V Congresso Pan-africano de Manchester, da independência dos países asiáticos (Índia e Birmânia), dos movimentos estudantis nas metrópoles, entre outros.

Oloruntimehin (1988, p.575) diz que a evolução política e social dos africanos foi o resultado das interacções entre o colonizador e o colonizado. As orientações das elites dirigentes africanas foram determinadas pela forma de administração colonial. O nacionalismo africano surge como reacção às privações das liberdades políticas e sociais; exploração dos recursos humanos e materiais em benefício dos estrangeiros.

Contradição do Protestantismo no Nacionalismo Moçambicano

Na perspectiva de Gaspar (2006, p. 64-65), foi dentro das Igrejas protestantes “que se educou o maior e mais bem preparado número de africanos que se envolveria na luta de libertação do país”. As bases de ensino propiciadas aos africanos deram um olhar crítico à situação colonial/de opressão a que se encontravam, eis a razão da rejeição do catolicismo pelos autóctones.

A desconfiança das Igrejas protestantes agravou-se na década de 1960, pois tendia-se a aumentar o número de jovens crentes na Missão Suíça e Metodista Unida que se ia juntar à FRELIMO, na Tanzânia. As políticas educativas portuguesas eram cada vez mais colocadas em causa, devido ao papel de relevo que os protestantes demonstravam no sistema educativo informal, no ensino secundário e mesmo universitário. Igualmente, houve suspeita de ligação clandestina entre as Igrejas Protestantes e os Movimentos de Libertação da FRELIMO (Idem). A elite nacionalista educada, que contribuiu no nacionalismo moçambicano, contou com a formação das lideranças religiosas.

Um dos maiores ganhos dos moçambicanos na Missão Suíça, tal como em outras Igrejas Protestantes, foi a consciencialização política e preparação, para a reivindicação da situação colonial; de modo análogo, houve melhoria das relações sociais na FRELIMO. Ao referir-se às Igrejas Protestantes que deram corpo à contestação da situação colonial, há que excluir a Igreja Anglicana, que até chegou a colaborar com a polícia política colonial, bem como com a PIDE/DGS. O mesmo sucedeu com a Igreja Nazareno, Congregacionista e Missão Baptista, tendo terminado a colaboração até cerca de 1974, período de assinatura dos Acordos de Lusaka (GASPAR, 2006, p.70-71).

Contributo da Missão Suíça no Espírito Nacionalista em Moçambique

Cruz & Silva (1998, p. 397) argumentam que a Missão Suíça em Moçambique²¹⁸ deu um contributo fundamental na formação da consciência política dos seus jovens crentes, alargando a capacidade cognitiva da juventude: promoveu o acesso à educação primária, secundária e superior, de tal sorte que ao preparar as lideranças africanas para a Igreja, ela deu contribuição na formação duma elite que mais tarde viria adquirir uma consciência política e, por conseguinte, a orientação do movimento nacionalista.

A cultura étnica *tsonga*, na qual Eduardo Mondlane nasceu e teve a educação inicial, esteve bastante ligada à Missão Suíça, por isso a identidade *tsonga* contou com a colaboração desta Igreja. Esta realidade pode ser atestada pela seguinte citação: “o

²¹⁸ Sua presença no sul de Moçambique remonta de cerca de 1880 e nunca foi bem vista pelas autoridades coloniais, eis a razão de, na década 40 do séc. XX, as actividades das missões protestantes terem sido restringidas, sobretudo na educação e trabalhos de reinserção social.

ensino da leitura e da escrita em língua vernácula e o seu uso para a evangelização reforçaram a noção de pertença a uma colectividade com a qual a população se identificava e compartilhava atributos” (CRUZ & SILVA, 1998, p.399).

A institucionalização de um sistema de educação da juventude, denominado *mintlhawa* (grupos da juventude), tinha como principal objectivo moldar a personalidade dos jovens dentro de um espírito cristão. Dentre vários aspectos, eles eram inculcados conhecimentos ligados à organização, e hierarquização num grupo, sentido de responsabilidade, cooperação e liderança. Isto era concretizado pela prática e actividades lúdicas, como jogos, danças, drama e canções, entre outras, o que estimulava o desenvolvimento de certo número de capacidades. Por outro, as agremiações ou grupos denominados:

“mintlhawa permitiam aos jovens analisar o mundo que os rodeava e consequentemente compreender melhor a realidade social e política, reforçando também a tomada de consciência da fronteira entre pertença e não-pertença e entre o colonizador e o colonizado” (Ibid., p.402).

Corroborando a ideia Cruz & Silva (1998), Tiago (2008, p.149) salienta que, mercê da sua educação familiar, alicerçada pela formação e impulso da Missão Suíça, Eduardo Mondlane constitui uma referência indispensável para a formação da FRELIMO e a luta de libertação de Moçambique. Não é por acaso que Tiago (2008) explica: “o pensamento político de Eduardo Mondlane é resultado da confluência de diversos factores: as influências externas que resultaram do meio social em que estava inserido; as influências externas resultantes da conjuntura política, económica e social internacional” (...); e do posicionamento crítico e activo deste líder nacionalista (Idem). É imperioso adicionar àqueles factores, o impulso ou influência dados pela Missão Suíça ao fornecer mais ferramentas para sua visão crítica.

No que respeita à competição entre as Igrejas Católica e Protestante, a Missão Suíça elevou a qualidade do seu ensino formal e a formação de professores, e deu novo alento às estratégias de educação não formal. Nesta nova realidade, os internatos jogaram um papel de relevo, pois permitiam comungar dois tipos de educação e introduziram o ensino vocacional.

É importante notar que, Eduardo Mondlane encontrou um campo fértil para seu brilho na Missão Suíça, pois esta Igreja não menosprezou as experiências e práticas culturais dos seus estudantes e seguidores (quanto aconteceu no catolicismo). “Não deixou de ministrar cultos na língua portuguesa, mas os seus métodos de educação e evangelização basearam-se na retenção de uma cultura nacional moçambicana, como alternativa à portuguesa” (CRUZ & SILVA, 1998, p.403). Graças aos aspectos educativos oferecidos, a identidade acabou por se alargar a um campo mais vasto, ultrapassando as fronteiras da etnia ou da região geográfica, o que esteve na origem da criação de uma consciência nacional, resultando num sistema de múltiplas identidades.

Os presbiterianos encararam a escola e a educação da juventude e sua família como elementos-chave para o seu sucesso. Por esta via consciencializavam, igualmente, os moçambicanos envolvidos na contestação da situação colonial. Eduardo Mondlane participou com proeminência no processo educativo da juventude como activista e instrutor. Ele foi um dos membros seniores dos *mintlhawa*, tendo desenvolvido mais competências e habilidades para si e seus colegas próximos.

A partir do exposto anteriormente, percebe-se que, a Igreja teve um papel preponderante no desenvolvimento da identidade étnica e contactos interculturais, chegando a uma perspectiva nacional e não se cingindo somente ao local. Portanto, o pensamento de Eduardo Mondlane foi fruto de convivência com o protestantismo, primeiro, como catequista, e depois como pastor, que apesar da sua discriminação como negro não se deixou levar pelo desânimo.

O desejo de Eduardo Mondlane de prosseguir com os estudos fez com que André Daniel Clerc o enviasse para Missão Metodista Episcopal em Cambine²¹⁹, distrito de Morrumbene, Província de Inhambane. Nesta parcela do país, ele mostrou-se proactivo ao prosseguir sua influência para com os jovens, criando *Mintlhawa*. Ao mesmo tempo, ele teve influência de jovens que se tinham formado na Rodésia do Sul, daí terem-no aumentado a consciência de realidades que diziam respeito a outros países fora de Moçambique. A educação por si recebida veio a influenciá-lo, igualmente, na crítica das leis que controlavam a população “indígena”, bem como dos impostos que deveriam pagar. Esta realidade é fundamenta pelo autor TIAGO, ao referir que:

Mondlane assiste à intensificação de exploração do trabalho rural à reorganização e aumento dos impostos, ao reforço do controlo do trabalho através de régulos e sipaios, ao controlo permanente da administração sobre a produção agrícola e à crescente exploração do campesinato. (TIAGO, 2008, p.153)

Em 1944, Mondlane teve uma bolsa de estudo para o Ensino Secundário, na Missão de Lemana, no Norte de Transvaal²²⁰. As dificuldades socioeconómicas de vivência que naquele país assistiu, inclusive da realidade da Rodésia do Sul, constituíram-se em experiências positivas para desenvolver o espírito reivindicativo (Idem). A sua estadia na África do Sul e a apreciação da estrutura sociopolítica existente permitiram-lhe, ainda, ter influências das doutrinas pan-africanistas que ecoavam na África Austral. Aliado a isso, ele foi membro da Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano (ANC). Estas são as bases que fundamentam o facto de ele ter voltado a Moçambique, em 1948, com subsídios e visão crítica.

Equitativamente, ele teve reuniões e concertações com diferentes amigos da escola secundária, entre outros próximos das missões²²¹. Porém, com a vitória do Partido Nacional de Malan (1948), a partir de Julho de 1949 não teve aceitação para residir na África do Sul devido ao regime do Apartheid.

Mondlane partiu para Lisboa em 1950, num momento em que sua participação era intensa na Missão Suíça, ministrando aulas de alfabetização ao lado de André Daniel Cleric. Estando em Lisboa, e cursando Filosofia e História, manteve contactos com Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral e outros estudantes das colónias portuguesas, tendo deles aprendido e partilhado as suas experiências.

Cruz & Silva (1996) *apud* Ngoenha (1998, p.429-430) explicam que a educação da Missão Suíça teria contribuído no nacionalismo, na medida em que levou muitos jovens a tomarem consciência da sua não-lusitanidade a qual se substituíra por uma identidade *tsonga*. Diante da impostura portuguesa e católica, a Missão Suíça respondeu com uma impostura missionária e protestante.

Quando se enfatiza a região Sul de Moçambique como da dominação da Missão Suíça é que, na verdade, em termos geopolíticos, não havia muita pretensão da dominação portuguesa. Fundamenta isso o facto de que, depois do fracasso português no projecto mapa-cor-de-rosa, a atenção foi concentrada para um total domínio entre as fronteiras de Rovuma e Maputo e a transformação dos respectivos povos em súbditos portugueses.

Falar do contributo da Missão Suíça no espírito nacionalista moçambicano parece demasiado abrangente, conquanto, o seu espaço de actuação resumiu-se aos tsongas.

²¹⁹ Foi em 1935, com ajuda do então Director das Escolas da Missão Suíça.

²²⁰ Recordar que em 1936 Mondlane conseguiu o primeiro emprego na lavandaria do hospital da Missão Suíça (actual Hospital do Chamanculo).

²²¹ Esta realidade lhe custou detenção, em 1949, interrogatórios, pois era muito suspeito pelas autoridades coloniais.

Daí que, não restam dúvidas para afirmar que a Missão Suíça sempre se identificou com a *tsonganidade* (Idem).

Na realidade moçambicana, a Missão Suíça respondia às suas necessidades e tentando camuflar a distância das intenções com os portugueses colonialistas; é preciso recordar, também que, as Missões Suíças eram perseguidas por parte do Governo colonial, tudo para defender a lusitanidade. Quer dizer, os Suíços eram vistos como obstáculos aos interesses dos colonialistas portugueses.

Será que a Missão Suíça era tão misericordiosa?

A posição da Missão Suíça face à sua eventual entrega no desenvolvimento do nacionalismo africano deve ser entendida num quadro multifacetado e estratégico da lógica de conflitos entre diferentes grupos indígenas contra os portugueses e ingleses. Mondlane era um chope, grupo este que resistiu heroicamente tanto ao rei Nguni, Ngungunhane, assim como aos portugueses. Mesmo depois de vencidos, os chopes nunca aceitaram a submissão, de tal sorte que muitas vezes aceitaram voluntariamente o exílio na África do Sul (NGOENHA, 1998, p.427). Com a queda do Império de Gaza (1897), a ocupação missionária suíça estava ameaçada devido à ocupação portuguesa. Compravam esta ideia os factos que levaram à fuga de Liegme e vaia de Henri Junod.

A Missão Suíça, através do Dr. Liegme, sempre tentou converter Ngungunhane para debelar as revoltas dos diferentes chefes locais com vista a garantir a sua dominação. Não foi por acaso que António Ennes chegou a acusar a Missão Suíça de estar ao mesmo tempo com brancos e pretos. Daí que, para a sua melhor afirmação e estabelecimento viu-se obrigada a *sair da sua ambiguidade e adoptar uma política de maior aproximação para com as populações locais*.

Nesta lógica, as estações missionárias constituíram-se em refúgios da resistência política dos autóctones que se encontravam em dispersão devido à intransigência colonial. Desta forma, surgiu o casamento entre a Missão Suíça e as elites sobreviventes das razias portuguesas, particularmente no Sul de Moçambique. Portanto, a continuidade da Missão Suíça em Moçambique precisava da continuidade dos actores locais e estes do seu apoio económico (Ibid., p.428).

Intensificação do Nacionalismo e as mudanças da década de 1960

Na década de 1960, com novos paradigmas políticos mundiais que levaram à abolição do indigenato (1961), registou-se um avanço de oportunidades para o Ensino Primário. Porém, para outros níveis continuaram entraves no sentido de impedir a emergência duma elite contestadora da situação colonial. Esta é a razão de a Missão Suíça ter dedicado maior atenção ao Ensino Secundário e Superior, atribuindo bolsas de estudo. O sistema e as estratégias de educação introduzidos pela Missão Suíça permitiram a construção de capacidades intelectuais e o alargamento do universo de conhecimentos, assim como a criação da possibilidade de uma tomada de consciência sobre a situação política de Moçambique (CRUZ & SILVA, 1998, p.403).

Tiago (2008, p.156-158) explica que, depois de 1945, os processos de descolonização em África estavam em curso, principalmente nos anos de 1956 á 1962. Esta realidade materializava em parte os projectos políticos dos EUA, Grã-Bretanha e França. Em 1961, Mondlane trabalhava nos EUA, tendo visitado Moçambique e com uma digressão pelas antigas missões por onde havia estado, incluindo os velhos amigos e familiares. Neste momento, as missões Suíça e Metodista auxiliaram a sua agenda com alojamento, um meio circulante e o respectivo motorista. Nesta viagem, mais uma vez ele testemunhou as más condições de vida a que o povo estava sujeito, desde a educação,

saúde, racismo, repressão política e a crise económica, daí o reavivar da sua promessa na luta contra esses males.

Importa ainda ressaltar que, o ano de 1960 foi marcado, para África, não só pelas independências políticas, mas também pela “política de portas abertas” e, por conseguinte, a exploração cada vez desenfreada dos autóctones, o que em parte aumentou o nível de contestação colonial pelos países ainda sob dominação. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional sentiu-se cada vez mais comovida a intervir no problema africano; isto constituiu força motriz para Mondlane tirar proveito da debilidade do governo colonial português.

No rol das contestações contra a dominação colonial, os dirigentes dos movimentos nacionalistas da África portuguesa reuniram-se na Casablanca (1961) e Moçambique foi representado pela UDENAMO. Na mesma altura, Mondlane demitiu-se do cargo que ocupava nos EUA e aceitou o convite das organizações políticas moçambicanas no exílio, tendo sido eleito Presidente da FRELIMO aos 28 de Setembro de 1962 (Ibid., p.158-159), coincidindo com um momento que se uniam as três organizações nacionalistas dos moçambicanos imigrados em países vizinhos: a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), em 1961, no Quênia²²²; a União democrática nacional de Moçambique (UDENAMO), em 1960, em Bulawayo, na Rodésia do Sul²²³ e a União nacional africana de Moçambique independente (UNAMI), fundada em 1961 na então Niassalândia²²⁴ (actual Malawi).

Valendo-se da sua experiência do dia-a-dia, do apoio tido em diferentes quadrantes, com destaque para Julius Nyerere, conforme sua promessa, facilmente tornou-se num líder carismático e com capacidades para um enorme impulso para a unificação dos diferentes movimentos num só e numa única causa.

De 1962-1969, Mondlane recebeu vários apoios e de diferentes proveniências, o que viabilizou o I Congresso²²⁵ (de 23-28 de Setembro de 1962) da FRELIMO com objectivos claros para a Revolução Nacional. Em Dar-es-Salaam, nesse Congresso, foram elaborados os primeiros estatutos e o programa da FRELIMO; igualmente, definiram-se os órgãos fundamentais da organização, preconizando o uso de todos os meios, incluindo a luta armada para a conquista da independência nacional (MUIJANE, 2006, p.20).

Para Graça (2012, p.1), Eduardo Mondlane desempenhou um papel fundamental na estruturação da FRELIMO e, também, na orientação das relações inter-étnicas, com vista a integração nacional, daí o símbolo da unidade nacional. Hoje em dia, ele é visto como referência no seio dos heróis e do povo moçambicano, assim como inspiração para solucionar certos problemas estruturais existentes na actualidade, pois seus ideários são encarados como modelo.

Ao aceitar a educação ocidental e missionária, Mondlane queria perceber melhor o sistema colonial, descobrir o mundo dos brancos, já que sua mãe os descrevia como grandes feiticeiros. Esta realidade pode ser atestada através do trecho que Graça apresenta parafraseando a ilustre figura nacionalista:

O meu interesse real no tipo de educação ocidental foi estimulado pela minha mãe que insistia em que eu fosse para escola para compreender a feitiçaria do homem branco, para assim poder lutar contra ele. A minha mãe disse-me isto tantas vezes que, apesar de ela ter morrido quando eu tinha 13 anos, posso ainda ouvir sua voz repercutindo nos meus ouvidos (GRAÇA, 2012, p.3).

²²² Agrupava naturais das regiões setentrionais de Cabo Delgado, que trabalhavam nas plantações de sisal dos colonos ingleses.

²²³ Agregando moçambicanos originários do centro e sul, radicados na Rodésia.

²²⁴ Com origem na associação nacional africana de Moatize, criada em Tete em 1959.

²²⁵ A importância do I Congresso da FRELIMO foi sublinhada pelo facto de ele ter sido também o Congresso da Unidade.

Como se pode entender, a curiosidade e convicção nacionalista de Mondlane partiram dos ideais inculcados pela mãe, nos primeiros anos de vida. Isto permite compreender, ainda, que, a sua visão transcendeu de um espaço menos amplo para o maior, eis a razão de se afirmar que sua a visão teve uma dimensão nacional.

Durante a sua estadia como estudante nos EUA, Mondlane preocupou-se em analisar as relações multiculturais. Em parte, motivado pelo distanciamento que teve na família da sua namorada Janet, no ambiente universitário e surpreendentemente na Igreja Metodista. Ainda em relação ao projecto de Mondlane, Graça explica:

A sua grande ambição era de ser professor universitário. Todavia, o seu trabalho na ONU colocou-lhe em problemática do nacionalismo africano ao longo dos anos de 1958 e 1959, e conheceu Julius Nyerere que lhe prometeu apoio depois da independência da Tanzânia, para criar um movimento para a independência de Moçambique (GRAÇA, 200, p.286).

Desde modo, percebe-se que o projecto político nacionalista de Mondlane não se fez sem recuos. Ou seja, parece que em algum momento ele esteve a perder de vista o ideal que desde cedo tivera. No caso, Julius Nyerere teve um papel profundo.

O próprio Mondlane (1976, p.126) citando um depoimento de Lázaro Kavandame, deixou claro que, o povo maconde, compreendendo que por si só não conseguiria expulsar o inimigo, decidiu reunir forças com os moçambicanos do resto do país. Portanto, isto elucida que, quando Mondlane volta a Moçambique, a FRELIMO estava em formação.

Na visão de Mussa (2020), quando Mondlane chega na FRELIMO, o facto de ter casado uma “branca” causou-lhe uma série de problemas. Mesmo assim, a sua lucidez e intelectualidade permitiram montar um equilíbrio entre a guerra e a formação de quadros. Este modelo é de grande destaque na direcção do partido que até hoje continua. Prova disso a criação da Universidade de Nachingwea.

Em termos de seus ideários, Mondlane valeu-se em três dimensões básicas: primeiro, como estudante, teve uma forte influência da igreja, neste caso, da Missão Suíça, o que, em parte, explica o seu carácter humanístico, daí a sua grande paixão pela Antropologia e Sociologia. Segundo, como profissional, trabalhou nos EUA, onde desenvolveu a sua visão sobre a educação. Terceiro, como político, influenciou a formação, coesão e dinâmica da FRELIMO com apoio de outros nacionalistas interna e externamente (Idem).

Importa ainda ressaltar que, depois do massacre de Mueda, de 16 de Junho de 1960, tinha-se levantado o ódio evidente contra o sistema de dominação colonial português e a resistência pacífica mostrou-se que era fútil. Daí o desenvolvimento do nacionalismo mais forte e militante.

As dificuldades de comunicação distanciaram os três movimentos, a saber: MANU, UDENAMO e UNAMI, cuja formação havia acontecido nos territórios vizinhos, fora da alçada da PIDE. Os mesmos emergiram num período em que se registava acesso de muitas antigas colónias à independência, no fim dos anos 50 e princípios de 60 do séc. XX. Porém, havia uma forte pressão dos seus organizadores num sentido de formar um só corpo unido. “Houve condições externas que também favoreceram a unidade: a conferência das organizações nacionalistas dos territórios portugueses (CONCP), reunida em Casablanca em 1961, e na qual tomou parte a UDENAMO, foi uma chamada de atenção aos movimentos nacionalistas”. Importa lembrar, igualmente, que o Presidente Nyerere, no Tanganhica, exerceu forte influência pessoal sobre os movimentos formados no território para que se unissem (MONDLANE, 1976, p.127).

Mondlane afirma ter trabalhado nos EUA como investigador, porém não fala de algum trabalho por si desenvolvido no contexto nacionalista. A sua campanha para a

unidade data de 1961/2, aquando da sua visita a Moçambique. Na verdade, ele valeu-se do seu conhecimento intelectual capaz de analisar as circunstâncias exteriores e internas para o fim do sistema colonial (Idem).

Um dos aspectos que pode ser referenciado, e que demonstra as áreas de interesse de Mondlane, uma vez ter estado e estudado nos EUA, é a abordagem na sua tese de doutoramento:

A sua tese de doutoramento concluída em Abril de 1960, não reflectia assim qualquer preocupação nacionalista concreta ou relativa a Moçambique. Intitulada *Role Conflict, Reference Group and Race*, era um trabalho no campo da Sociologia, mas com um enfoque particular da Psicologia Social que dava continuidade e de certo modo reformulava a tese de mestrado (GRAÇA, 2008, p.6).

Em Fevereiro de 1961, após 11 anos da sua ausência, Eduardo Mondlane não se coibiu de elogiar, perante o Governador de Gaza, a característica multirracial da cultura portuguesa e os progressos que observava desde que deixara Moçambique. (...) Porém, tendo participado no 4º Congresso da African Studies Association em Outubro de 1961 com uma crítica vigorosa à colonização portuguesa, contraria a tudo o que elogiara anteriormente (Idem).

Os extractos anteriores denotam a ideia dos diferentes momentos que caracterizam o percurso sociopolítico de Eduardo Mondlane diante daquilo sempre foi visto e ainda é entendido como grande idealista e visionário do povo moçambicano.

A partir de 1961, Mondlane mostrou-se ser de um estatuto social tradicional e condenou o tribalismo no processo de formação da FRELIMO e da Luta pela independência. Ele procurou minimizar as diferenças entre os povos, enaltecendo os usos e costumes semelhantes, tendo como base de fundamentação a origem comum dos Bantu. Igualmente, desenvolveu-se nessa época o conceito de personalidade africana, o mesmo que já estava em divulgação na África anglófona, particularmente na Tanzânia, país este que já inspirava e apoiava os movimentos de libertação de Moçambique. Enfim, trata-se de um momento em que ele impulsionou a ideia de reconstrução nacional, sentenciando as cisões do passado que, para exemplificar, haviam tornado frágeis os movimentos de resistência à ocupação colonial. O slogan dominante era “unido e Livre”. Com efeito, a união era condição indispensável para se alcançar a liberdade (MERTON, 1979, p.199).

Apesar dos conhecimentos de Psicologia Social e a ambivalência cultural que caracterizavam Mondlane, ele mostrou-se ambíguo e contraditório no contexto do quadro político que dirigia. Esta realidade foi notória na ruptura entre a elite moderna e as elites tradicionais cuja formalização teve espaço na sessão do comité central de Outubro de 1966. A justificação para essa ruptura e divisão das elites era avançada tendo em vista as divergências de ideais face ao regime que se procura derrubar (Idem).

Nota conclusiva

Falar da Missão Suíça (e Missão Metodista Episcopal) no desenvolvimento do nacionalismo africano e, particularmente moçambicano é referir-se à visão que esta providenciou a Mondlane, cuja ressonância não se circunscreve apenas às Missões, nem a Moçambique, mas sim o seu ideal extravasa para outros quadrantes. De modo análogo, sua educação familiar e tradicional constituiu base essencial para o desenvolvimento de várias ideias, eis a razão de o seu conhecimento local também merecer relevância para todo o contributo que seria dado pela Missão Suíça na consciencialização política e na busca da independência de Moçambique.

A Missão Suíça contribuiu na contestação da situação colonial, a partir do momento em que formou diferentes jovens através de grupos dirigidos por Mondlane. Permitiu também a atribuição de bolsas de estudo no exterior, cujos resultados possibilitaram uma visão racional e crítica face ao sistema que vigorava. A história da formação de Mondlane não pode ser correctamente compreendida quando desligada da participação da Missão Suíça. Analisando o percurso sociopolítico de Mondlane, nota-se a sua abnegação pela causa da nação. Mesmo assim, não se pode perder de vista o seu distanciamento com a temática nacionalista, em algum momento, durante a sua estadia nos EUA. Para todos efeitos, o pensamento de Mondlane deve continuar a guiar as mentes dos moçambicanos, inspirando-se na sua influência para a unidade nacional.

Referências Bibliográficas

- CRUZ & SILVA, T. *Igrejas Protestantes e a Consciência Política no Sul de Moçambique: caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Maputo: Promédia, 2001.
- CRUZ & SILVA, T. *Educação, Identidades e Consciência Política: a missão suíça no sul de Moçambique (1930-1975)*. Artigo científico: Lusotopie, nº5, 1998.
- GASPAR, Dowyvan G. *É dando que se recebe: a Igreja Universal do Reino de Deus e o Negócio da Fé em Moçambique*. (Dissertação de Mestrado em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.
- GRAÇA, Pedro B. *O projecto de Eduardo Mondlane*. Estratégia, Vol XII, 2000.
- GRAÇA, Pedro B. *O Projecto pessoal e Político de Eduardo Mondlane: Actas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Braga: Centro de Estudos Africanos e Brasileiros, 2012.
- JOSÉ, Alexandrino (edr). *Eduardo Mondlane - Lutar por Moçambique*. Maputo: Minerva Central, 1996.
- KASSOTCHE, Florentino D. *Globalização: receios dos países em via de desenvolvimento*. Maputo: Imprensa Universitária da UEM, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol II. 3ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.
- MACAMO, Elísio. A influência da Religião na formação das Identidades Sociais no Sul de Moçambique. In SERRA, Carlos (dir). *Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização*. Maputo: UEM, 1998.
- MAGODE, José (edr.). *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e o Estado*. Maputo: Centro de Estudos Estrangeiros e Internacionais, 1996.
- MERTON, Robert. *A Ambivalência Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1976.
- MUIUANE, Armando, P. *Datas e Documentos da História da FRELIMO: de 1960 a 1975- Ano da Independência de Moçambique*. 3ª ed. Cape Town: Kadimah Print, 2006.
- MUSSA, Carlos. *Programa da Televisão de Moçambique, quinta à noite: Centenário de Eduardo Mondlane*, 04 de Junho de 2020.
- NGOENHA, Severino E. *Os Missionários Suíços Face ao Nacionalismo Moçambicano: entre a tsonganidade e a Moçambicanidade*. Lusotopie.Sciences.pobordeaux.fr/ngoenha. Março.1998 (Artigo Científico); Acessado em 29 de Jun-2019-13h.12
- OLORUNTIMEHIN, B. A política do nacionalismo africano, 1919-1935. in BOAHEN, A.A. (edr) *História Geral de África: A África do século XIX ao século XX, Vol VII*. São Paulo: Ática S.A/ UNESCO, 1988.
- TIAGO, Sousa J. *Eduardo Mondlane e a Luta pela independência de Moçambique (Artigo Científico)*. Coimbra: University Press, 2008. Acessado em 24 de Jun-2019-10h.32.

A RECEPÇÃO AOS VIAJANTES NO ORIENTE PRÓXIMO: *EMBAIXADA A TAMERLÃO* (1406)

Sofia Alves Cândido da Silva²²⁶

Jorge Luiz Voloski²²⁷

Jaime Estevão dos Reis²²⁸

Resumo: *Embaixada a Tamerlão* (1406) é uma obra castelhana que faz parte do gênero literário denominado Literatura de Viagem, bastante comum na Idade Média, especialmente a partir do século XIII, com o processo de expansão do Ocidente. Neste texto, discutimos a recepção aos viajantes, os embaixadores de Enrique III, rei de Castela (1390-1406), na corte do Imperador Tamerlão. Observamos as experiências e as diferenças culturais relatadas pelos viajantes, bem como o tratamento recebido na corte do Imperador Mongol.

Palavras-chave: Embaixada; Oriente Próximo; Tamerlão; Viagem.

Literatura de Viagens

A literatura de viagem é um gênero literário amplo, no qual diversas obras podem ser incluídas. Sendo que a característica comum entre elas, e que permite sua inclusão neste gênero, é a presença da viagem na narrativa. Devido a esta variedade de obras, neste texto, utilizaremos a definição de Miguel Ángel Pérez Priego (1984)²²⁹ e Luis Alburquerque-García (2011)²³⁰. Uma vez que, apesar da similaridade na questão da presença das viagens no corpo do texto, podemos observar grandes diferenças entre os escritos.

Para estes autores, os relatos e livros de viagens medievais são um “subgrupo” do gênero literário literatura de viagem. São classificados nesta subdivisão os que possuem em comum a presença de um itinerário, uma ordem cronológica e espacial, o destaque e/ou a centralidade das cidades na narrativa e a presença de *mirabilia*. Sendo assim, estas similaridades permitem o enquadramento das obras em uma mesma classificação.

Os quatro elementos característicos podem ser definidos da seguinte forma: o itinerário diz respeito ao trajeto percorrido pelos viajantes e constitui-se como o elemento central e articulador das obras deste gênero. As ordens cronológica e espacial, referem-se à linearidade temporal da narrativa, a qual confere verossimilhança às obras e à descrição dos ambientes percorridos pelos viajantes. O terceiro elemento, as cidades, adquirem o caráter de ponto referencial, a partir do qual o itinerário é descrito. Dessa forma, quando não há cidades no trajeto, podemos observar uma aceleração temporal da narrativa. Já a presença de *mirabilia*, definida por Jacques Le Goff (2015) como o termo em latim para o “maravilhoso”, refere-se às novidades descritas pelos viajantes, aos milagres supostamente presenciados por eles, aos espantos e aos monstros.

Além dessas características essenciais, Luis Alburquerque-García (2011) aponta que:

²²⁶ Acadêmica do curso de História na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEM).

²²⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEM)

²²⁸ Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais (LEM).

²²⁹ PÉREZ PRIEGO, M. Á. Estudio literario de los libros de viajes Medievales. *EPOS: Revista de filología*. Madrid, n.1, 1984, p.217-239.

²³⁰ ALBURQUERQUE-GARCÍA, L. El ‘relato de viajes’: hitos y formas en la evolución del género. *Revista de literatura*. Madrid, v. 73, n. 145, 2011, p.15-34.

Os 'relatos de viagem' correspondem [...] a três características fundamentais [...]: (1) são relatos factuais em que (2) a modalidade descritiva se impõe à narrativa e (3) no equilíbrio entre o objetivo e o subjetivo, há a tendência de optar pelo lado do primeiro, mais alinhado, em princípio, com seu caráter testemunhal²³¹ (ALBURQUERQUE-GARCÍA, 2011, p. 16, tradução nossa).

Portanto, neste texto consideraremos os termos, literatura de viagem, relato de viagem e livros de viagem como sinônimos. O uso de tais denominações possui a função de remeter às características explicitadas acima, na busca de contornar as problemáticas que envolvem as definições conceituais do gênero literatura de viagem²³². Uma vez que, além da amplitude de textos que podem ser categorizados como tal, também há as questões que englobam o sentido de literatura, já que este conceito é definido de maneira diferente no decorrer da história²³³.

Márcia Maria de Medeiros (2008), destaca o caráter paradoxal do termo "literatura medieval"²³⁴. Conforme afirma Michel Zink (2006), esta contradição ocorre devido a inexistência no medievo da palavra literatura no sentido que utilizamos hoje. Dessa forma, é importante ressaltar que o sentido²³⁵ de literatura medieval adotado nesta discussão refere-se às obras escritas no Ocidente medieval, em específico, as que tiveram ampla disseminação a partir do século XII, com o processo de expansão do Ocidente, e que apresentam, como tema principal, a descrição de um itinerário, ou seja, a narrativa de uma viagem, real ou imaginária.

A definição das categorias – viagens reais ou imaginárias –, bem como a inclusão das obras em uma destas divisões, foi realizada *a posteriori*, pois, na Idade Média não havia a concepção de que um relato de viagem poderia ser imaginário. Ou seja, não podemos imaginar, por exemplo, que nos arquivos medievais havia uma subdivisão de "reais e imaginárias" nas estantes direcionadas aos livros de viagens.

De acordo com Eugenia Popeanga (1991), o historiador francês Jean Richard elaborou a categoria de viagens imaginárias. Esta categorização parte de um olhar posterior ao período histórico em que tais obras foram redigidas, o que torna possível constatar que os viajantes não realizaram o trajeto de maneira física, fator divergente das viagens reais. A historiografia convencionou, a partir dos estudos de Jean Richard, que os livros de viagens imaginárias foram redigidos por autores que possuíam conhecimentos acerca das viagens, dos caminhos percorridos e das localidades narradas, os quais poderiam ser adquiridos a partir da leitura de uma ampla bibliografia. Dessa forma, os aspectos formais e estruturais destas duas classificações são semelhantes.

Sendo assim, a diferença entre os relatos reais e imaginários estaria no ato de viajar, na realização prática da viagem. Na primeira categoria, o autor relata a experiência da viagem e sua compreensão do que viu e ouviu ao longo de seu itinerário. Na segunda,

²³¹ Los 'relatos de viajes' responden a mi entender a tres rasgos fundamentales que se complementan con algunos más que luego veremos: (1) son relatos factuales, en los que (2) la modalidad descriptiva se impone a la narrativa y (3) en cuyo balance entre lo objetivo y lo subjetivo tienden a decantarse del lado del primero, más en consonancia, en principio, con su carácter testimonial (ALBURQUERQUE-GARCÍA, 2011, p. 16).

²³² Um exemplo desta problemática pode ser a questão envolvendo o caráter fronteiriço atribuído ao gênero literário, discutida por Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Moraes Cunha (2012) e Luís Albuquerque-García (2011).

²³³ Paul Zumthor (2001) nos indica as mudanças que permeiam a palavra *literatura*, desde a Antiguidade até o século XX. Outra discussão, apresentada por Zumthor em seu livro *Speaking of the Middle Ages* (1986), aponta elementos que envolvem a literatura medieval.

²³⁴ Cf. MEDEIROS, M. M. de. A História Cultural e a História da Literatura Medieval – Algumas Referências a "Escritura" do Oral e à "Oralidade" do Escrito. *Fronteiras*. Dourados, v. 10, n. 17, 2008, p.97-111.

²³⁵ De acordo com Antoine Compagnon (1999), a definição do que é literatura parte da realização de recortes, o que permite a criação de diversos tipos de análises e, conseqüentemente, o que é literatura é variável, já que oscila de acordo com a teoria adotada.

narra-se um itinerário, elemento central dos livros de viagens, contudo, trata-se de uma viagem imaginada²³⁶.

A diversidade temática presente nos livros de viagem revela, para além da definição de “reais” ou “imaginárias”, uma tipologia bastante variada. Entre os relatos de viagem encontram-se, os de mercadores, de peregrinos e de missionários, de embaixadores, de aventureiros, de cavaleiros, de exploradores, etc.

Assim, o conteúdo das obras é variável, pois oscila conforme as razões que motivaram a viagem. Uma obra sobre uma viagem comercial traz mais informações acerca das rotas, das embarcações, dos portos, das transações, das moedas, dos produtos, das cidades, dos costumes, embora possam conter elementos que caracterizam o fantástico e o imaginário. É o caso do *Livro das Maravilhas do Mundo*, de Marco Polo.

Os relatos das viagens de pregadores franciscanos ao Extremo Oriente, como os de João de Pian del Carpine, Guilherme de Rubruc e Odorico de Pordenone, revelam não apenas aspectos relativos à religião, mas também elementos relacionados com os costumes, os hábitos, as moradias, a alimentação e as crenças de modo geral. O mesmo vale dizer para outras categorias de viajantes: os peregrinos, que visitavam os lugares santos, os reis em suas visitas ao território do reino ou às cortes, os cavaleiros em busca de aventura e para a prática da caça, os estudantes e aprendizes que percorriam caminhos à procura da formação necessária aos ofícios pretendidos, além dos embaixadores em suas representações nas cortes estrangeiras.

A análise que iremos realizar a seguir trata a respeito de um relato desta última categoria de viajantes, os embaixadores. A obra em questão é *Embaixada a Tamerlão*, escrita em 1406, por Ruy González de Clavijo, enviado pelo rei de Castela, Enrique III (1390-1406), cujo objetivo era encontrar o líder turco-mongol, Tamerlão.

Embaixada a Tamerlão

Embaixada a Tamerlão apresenta algumas das características dos livros de viagem apontadas no início desta discussão, como por exemplo: um itinerário bem definido, ordem cronológica e espacial, destaque às cidades, e à *mirabilia*. Além disso, percebe-se o predomínio do caráter descritivo sob o narrativo, apontado por Luis Albuquerque-García (2011), como uma das características destes relatos.

O contexto de produção do livro abrange o final do século XIV e início do século XV, período de turbulências entre o Ocidente e o Oriente, no qual diversos povos a leste da Europa rumavam em sua direção, em busca de expansão política e territorial²³⁷.

Dessa forma, à procura de informações a respeito dos eventos e acontecimentos além de seu território, Enrique III, rei de Castela, ordenou que dois cavaleiros observassem a batalha que ocorreria entre Tamerlão e Bajazeto. Seu interesse neste evento, além da aquisição de informações, era o de estabelecer contatos com Tamerlão, líder mongol em ascensão no Oriente Próximo.

²³⁶ É possível apontar que tal divisão, a depender de sua aplicabilidade, possui uma fraca operabilidade, já que “[...] os relatos ditos ‘reais’ estão, na Idade Média, repletos de fantasias, ao passo que os relatos classificados como ‘fictícios’ contêm vastas passagens recheadas de informações verídicas, fruto da experiência do autor ou recebidas de alguém que viajou e registou, ou transmitiu oralmente, o seu périplo” (LOPES, 2006, p. 7). Sendo assim, elencamos tal diferenciação para elucidar as possibilidades de divisões presentes nos livros de viagem.

²³⁷ Dentre os conflitos destacamos: a ameaça da Horda de Ouro mongol às regiões na Trácia (1324 e 1337) e aos territórios genoveses na Criméia (1344); já o Império Otomano, sob a liderança de Bajazeto I, ameaçava Constantinopla (1391) e, liderados por Maomé II, conquistaram a capital do Império Bizantino (1453). Também é possível pontuar que ocorreram turbulências relacionadas com o fechamento de rotas comerciais que ligavam o Ocidente ao Oriente, devido às mudanças nas lideranças políticas (ascensão da Dinastia Ming em 1368 e a desagregação do Império Mongol, que permitiu a ação de bandidos em alguns caminhos que transpassavam a Armênia e a Pérsia).

A partir desta primeira viagem, alguns dados a respeito de outros líderes foram obtidos. Além disso, foi essa empresa que deu origem a formação da embaixada de Ruy González de Clavijo, planejada após o retorno dos dois cavaleiros castelhanos.

Dando continuidade aos objetivos iniciais de Enrique III, a obra redigida por Ruy González de Clavijo possui descrições detalhadas, tanto dos dias, quanto dos lugares pelos quais a embaixada percorreu. Observa-se o caráter descritivo, que se une à intenção do autor e ao porquê da redação: o objetivo de fornecer um relato detalhado da situação no Oriente Próximo ao rei de Castela.

Conforme comentado acima, o planejamento desta embaixada ocorreu após uma primeira viagem²³⁸, na qual dois cavaleiros castelhanos, Payo Gómez de Sotomayor e Hernán Sánchez de Palazuelos, regressaram à corte de Enrique III, trazendo consigo um enviado de Tamerlão (1386-1405), Mohamad Alcagi. Estes três homens estiveram presentes na Batalha de Ankara (1402), na qual o líder mongol enfrentou e derrotou o líder turco, Bajazeto I (1389-1402). Ao vencer Bajazeto I, Tamerlão adiou a invasão turca à Constantinopla e, conseqüentemente, a queda do Império Bizantino, que ocorreu apenas em 1453.

De acordo com Martin Stančík (2017), os dois cavaleiros castelhanos, após a vitória de Tamerlão, propuseram ao líder mongol que este viajasse à Castela com eles. Porém, o Imperador, que estava em campanha militar há sete anos, recusou a proposta, afirmando que retornaria à Samarcanda, capital de seu Império.

Contudo, manifestando o interesse em articular uma relação com Enrique III (1390-1406), Tamerlão (1386-1405) ordenou que Mohamad Alcagi regressasse com os enviados do rei castelhano, além de enviar alguns presentes, bem como uma carta ao soberano de Castela e Leão. Quando informaram a Enrique III sobre a vitória do líder mongol, o monarca ordenou o retorno aos domínios de Tamerlão, em retribuição à visita do representante do imperador mongol.

Embaixada a Tamerlão narra o itinerário desta segunda viagem. Participaram da comitiva, Ruy González de Clavijo (cavaleiro madrilenho), o frade Alonso Páez de Santa María e Gómez de Salazar (mestre de armas), além do enviado de Tamerlão. Compreendia, ainda, aproximadamente catorze ajudantes que auxiliavam no transporte dos objetos e presentes.

O ponto de partida dos viajantes foi Cadiz e seu destino era incerto, pois a missão destes homens era ir ao encontro de Tamerlão, daí o título da obra, “Embaixada a Tamerlão”. A viagem iniciou-se em 1403 e terminou em 1406, devido à morte do líder mongol, fato que impediu os viajantes de obterem uma resposta à carta enviada por Enrique III.

Todavia, antes do falecimento de Tamerlão, os embaixadores conseguiram se encontrar com o Imperador, além disso, participaram de algumas festividades promovidas pelo líder timúrida. Dessa forma, além dos elementos comuns ao gênero, como a descrição de cidades importantes como Constantinopla e Samarcanda, há no livro a narrativa destas comemorações.

Embaixada a Tamerlão pode ser dividida, para fins analíticos, em quatro etapas: as duas primeiras consistem na viagem de ida, divididas em viagens marítimas e terrestres; a terceira é composta pela descrição de Samarcanda e das solenidades vivenciadas pelos viajantes; e a quarta diz respeito à viagem de regresso aos domínios do rei Enrique III.

Na primeira etapa, a viagem de ida é realizada por vias navegáveis e inicia-se nas proximidades de Cadiz, em de 1403, perdurando até abril de 1404, momento em que os embaixadores conseguem sair de Constantinopla e navegam pelo Mar Negro até

²³⁸ “Pouco se sabe sobre esta viagem [...]. Não há indicação clara da motivação de Enrique para enviar tal embaixada, nem a rota dela” (KNOBLER, 1995, p. 436, tradução nossa).

Trebizonda²³⁹. Alguns elementos que podem ser observados, devido ao percurso ter sido realizado por meio de embarcações, são as questões relacionadas ao clima e as interferências deste na navegação. Além disso, o autor descreve diversas ilhas pelas quais os viajantes passam, dando ênfase às construções e à agricultura das regiões.

A segunda divisão compreende o trajeto a partir de Trebizonda, momento em que a rota passa a ser percorrida por vias terrestres, até setembro de 1404, data em que os viajantes chegam à Samarcanda. No decorrer da realização desta parte do itinerário, Ruy González de Clavijo apresenta diversas cidades, vilas e construções, que estavam sob o domínio de diferentes povos, com os quais os embaixadores tiveram contato.

Já a terceira parte abrange o período de setembro a novembro de 1404, no qual a embaixada ficou “hospedada” em Samarcanda. Neste intervalo de tempo são descritas diversas festividades – paras quais os viajantes foram convidados –, visitas a construções da cidade, além de tomarem conhecimento a respeito de acontecimentos históricos referentes à Samarcanda.

A última etapa corresponde ao fim da viagem. Inicia-se no momento em que os enviados castelhanos partem de Samarcanda para regressarem ao reino de Enrique III (1390-1406). Tal trajeto é percorrido de novembro de 1404 a março de 1406, período em que os embaixadores chegam à cidade de Alcalá de Henares. Esta parte da descrição do itinerário possui menos detalhes do que a referente ao início da viagem, isto ocorre porque, a partir de determinado ponto, o caminho percorrido para o retorno foi o mesmo que havia sido realizado para a ida.

Podemos observar, a partir das divisões acima, que a obra *Embaixada a Tamerlão* (1406) apresenta uma diversidade de temas passíveis de discussão: itinerários, navegação, cidades, rotas comerciais, clima, geografia, população, cultura mongol, contexto político e diplomacia. Dentre estas possibilidades, e ligada à questão da diplomacia, está a da recepção aos viajantes, que será nosso objeto de discussão.

O Oriente visto pelo Ocidente

As interações e recepções aos viajantes medievais ocorriam de maneiras diferentes, sendo relacionadas com o local de origem destes homens e de acordo com a região, e, conseqüentemente, com a cultura dos povos que os recebiam. Ao longo do caminho e devido às diversas paradas para alojamento, os viajantes entravam em contato com diversas culturas no decorrer do itinerário, o que torna os livros de viagens, verdadeiros compêndios de povos e países estrangeiros.

Dessa forma, ao analisarmos *Embaixada a Tamerlão*, é necessário compreendermos as localidades pelas quais os viajantes perpassaram. Contudo, em primeiro lugar é preciso refletir acerca dos elementos que compõe as relações entre Ocidente e o Oriente, para entendermos as interações e as recepções, pelas quais os viajantes estavam suscetíveis no decorrer de seus itinerários.

Edward Said (1990) propôs uma análise dos diversos significados que o Oriente obteve ao longo da história²⁴⁰. Observa-se que, a ideia de Oriente, foi construída no Ocidente de modo a perpetuar estereótipos e pré-conceitos acerca dos povos que habitavam à Leste da Europa. A formação de tal imaginário teve seu início na Antiguidade e perdura até os dias atuais, sendo possível notar algumas mudanças, contudo, prevalecendo o caráter estereotipado.

²³⁹ Ressaltamos que esta foi a segunda tentativa dos viajantes cruzarem o Mar Negro, em direção à Trebizonda. A primeira tentativa foi frustrada, pois a embarcação que os embaixadores utilizaram naufragou, devido ao mau tempo na localidade. As intempéries enfrentadas eram comuns àquele período, uma vez que, tratava-se do inverno, estação não recomendada para a realização de tal trajeto.

²⁴⁰ Esta análise foi proposta por Edward Said com o lançamento de seu livro intitulado *Orientalism*, em 1978.

A ideia de Oriente na Idade Média estava atrelada ao conhecimento herdado da Antiguidade. Segundo George Herbert Tinley Kimble (2013), no que se refere à geografia, os

[...] homens de conhecimento [...] que se sentiram competentes para compartilhar qualquer tipo de instrução dedicaram-se à preservação desses fragmentos de conhecimento, como tinham herdado dos Antigos. Manutenção, mais do que expansão, era a palavra de ordem (KIMBLE, 2013, p. 51-52).

De acordo com Edward Said (1990), o Ocidente, a partir de elementos geográficos da Antiguidade e da concepção cristã de mundo, dividiu o Oriente em duas partes: “[...] um Oriente Próximo e um Extremo Oriente, um Oriente familiar, que René Grousset chama de ‘l’empire du Levant’ (o Império do Levante), e um Oriente insólito” (SAID, 1990, p. 68).

Esta divisão, no entanto, não compreende a diversidade cultural dos povos que habitavam estas regiões, relatadas em alguns livros de viagem como a *Historia mongolorum*, do franciscano Giovanni de Plan Carpino (c. 1182 – 1252), que percorreu a Ásia Central entre 1245 e 1247. Segundo Andréa Doré (2007), o entendimento era de que “não se viajava ao ‘Oriente’, mas à Arábia, Índia e Ásia do Sudeste, como indica o título do texto de Lodovico de Varthema (1550) ou a Tana, Pérsia, Índia e Constantinopla, como fez Aloigi Giovanni (1543)” (p. 106).

Assim, percebe-se que, para o medievo, as definições de “Oriente” tanto no que se refere ao aspecto geográfico quanto cultural são divergentes. O mesmo não acontece no que se refere à visão que o Ocidente tinha de si próprio. Havia a percepção de uma certa unidade que envolvia a Europa, diferentemente do continente asiático:

Um primeiro ponto seria a existência de sistemas políticos hegemônicos na Europa: o Império Romano – quer o antigo, quer o medieval restaurado por Carlos Magno, no século IX, núcleo do Sacro Império Romano Germânico – com a fixação da noção de império, e a idéia do papa como representante único do poder religioso. Essas instituições políticas não podem ser localizadas na história do continente asiático. A grafia representa um outro ponto; enquanto a escrita na Ásia modificou-se ao longo dos séculos e diferentes famílias linguísticas conviveram simultaneamente (árabe, chinês, sânscrito), na Europa não ocorreu essa ruptura e as traduções foram muito mais frequentes (DORÉ, 2007, p. 107).

Na concepção de Edward Said (1990), essa dicotomia promoveu a hegemonia do Ocidente sobre o Oriente, no que tange às relações de poder: Oriente moldado pelo Ocidente. “O orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento” (SAID, 1990, p. 18).

O itinerário e as diferentes interações

O itinerário descrito em *Embaixada a Tamerlão* (1406) nos permite visualizar uma viagem longínqua, na qual os embaixadores tiveram contato com diferentes regiões e, por consequência, diferentes povos e culturas. Abaixo, na **Figura 1**, podemos observar as diferentes regiões percorridas pelos embaixadores de Enrique III.

Nota-se que os viajantes se deslocaram do Ocidente para o Oriente Próximo, à procura do imperador Tamerlão. Sendo que percorreram esta região a partir da travessia do Mar Egeu e após o contato com algumas ilhas gregas.

Figura 1 – Mapa do itinerário descrito no livro *Embaixada a Tamerlão* (1406)



Fonte: Autoria própria.

Em síntese, o itinerário dos embaixadores indica que eles partiram da Espanha, seguiram pelo Mar Tirreno e Mar Jônico, passaram pela Itália, navegaram pelo Mar Egeu e atravessou a Grécia, Turquia, Armênia, Irã, Turcomenistão e chegaram ao Uzbequistão. Dessa forma, a partir desta delimitação geográfica, podemos observar alguns dos povos que ocupavam estas regiões. A atenção aos habitantes destas áreas ocorre, em primeiro lugar, devido à questão elaborada por Edward Said (1990), a respeito dos estereótipos relacionados à adoção de termos envolvendo o Oriente. Em segundo lugar, a diferenciação dos povos é relevante, já que tal fato relaciona-se diretamente com o modo de recepção aos viajantes medievais.

Na parte ocidental do trajeto poucas interações são descritas, pois a viagem estava sendo realizada por vias marítimas. Contudo, Ruy González de Clavijo descreve alguns povos que habitavam tais regiões e ilhas, já que em diversos momentos os viajantes tiveram que aportar em diferentes litorais²⁴¹. Algumas destas descrições concernem à ancoragem em Ibiza, em Córsega, em Gaeta, em Rhodes, dentre outras localidades. Ao referir-se a essas regiões, o autor apresenta elementos geográficos e estruturais das vilas e cidades. Além disso, em alguns momentos, relata acerca dos habitantes, tecendo comentários a respeito de gregos e genoveses, por exemplo.

Já na parte oriental, iniciada no momento em que os viajantes margeiam a costa da atual Turquia, o autor de *Embaixada a Tamerlão* descreve diversas interações com os diferentes povos e culturas que habitavam as regiões a partir deste ponto. À exceção de Constantinopla²⁴² e regiões próximas ao Mar Negro²⁴³, toda a área percorrida pelos viajantes era dominada por Tamerlão. De acordo com Peter Jackson (2005), em algumas regiões, o domínio exercido pelo imperador não impôs transformações às populações locais, que permaneceram com seus costumes e sua cultura. Assim, o domínio era exercido mais no sentido político e por meio do pagamento de tributos.

Ao observarmos o itinerário, identificamos alguns povos e culturas com os quais os viajantes tiveram contato: os mongóis, os gregos, os genoveses, os bizantinos, os armênios, dentre outros. Neste sentido, conforme o que dissemos acima acerca da relação entre a cultura e o trato aos viajantes, destacaremos dois exemplos²⁴⁴ descritos

²⁴¹ A ancoragem em diferentes locais ocorre devido aos elementos práticos das viagens marítimas do período. Sendo assim, era comum que os viajantes utilizassem como transporte embarcações comerciais. Com isso, as paradas nos portos atendiam as necessidades dos capitães. Além disso, também havia a questão do reabastecimento dos mantimentos.

²⁴² Ressaltamos que a estadia dos viajantes em Constantinopla faz parte do trajeto percorrido no Oriente, já que tal cidade era a capital do Império Romano do Oriente.

²⁴³ Esta era dominada por Turcos, conforme descrito em *Embaixada a Tamerlão*.

²⁴⁴ Os exemplos apresentados neste texto referem-se ao trajeto de ida, uma vez que, o percurso realizado no retorno dos viajantes é descrito de maneira breve. Evidenciamos que no caminho de regresso Ruy

no livro *Embaixada a Tamerlão* (1406) de interações vivenciadas pelos embaixadores no decorrer do percurso.

O primeiro exemplo, que transcorre no trajeto de ida, diz respeito à dificuldade enfrentada pelos viajantes quando a embarcação que eles haviam fretado naufraga no Mar Negro, o que os obriga a aportarem em uma localidade dominada por turcos.

[...] o contramestre do galeote disse aos ditos senhores embaixadores que, mesmo que tudo estivesse em terra, os turcos viriam e pegariam tudo para o seu senhor. E logo isto aconteceu, alguns turcos vieram e perguntaram quem éramos, e respondemos que éramos genoveses de Pera e que estávamos na carraca que havia afundado, nesta noite, naquele porto e que as coisas que estavam ali, queriam levar para a outra carraca que estava em Carpi, e que se tivessem cavalos para eles, os pagariam, e responderam que poderíamos ter cavalos para amanhã, mas não para o dia de hoje: no entanto, eles disseram que iriam às aldeias [...] muitas pessoas vieram com seus cavalos, que levaram os referidos embaixadores e o que eles tinham para Carpi, onde a carraca estava: e quando chegaram lá, os ditos senhores embaixadores [...] foram conversar com Micer Ambrosio, que era o capitão dela, e eles contaram o que havia lhes acontecido [...], por serviço ao senhor Rei de Castela [...] diria aos turcos do lugar que eles eram os da outra carraca: e referente ao embaixador de Tamerlão, que estava vestido como cristão, disseram que era da cidade de Pera, porque senão os turcos o reconheceriam, matariam e, por este motivo, estavam em perigo²⁴⁵ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 31-32, tradução nossa).

Observa-se que, devido à tensão existente entre turcos e mongóis, os embaixadores se passaram, estrategicamente, por mercadores genoveses, e o representante de Tamerlão, por um cristão da cidade turca de Pera. Um expediente arditoso, mas necessário em tal circunstância.

Já o segundo exemplo, indica uma interação, também ocorrida no trajeto de ida, porém, na região dominada por Tamerlão, no momento em que os embaixadores partem de Trabis.

No domingo pela manhã foram em uma aldeia que se chama Santguelana e foram comer em outra aldeia com o nome Tucelar, e era habitada por uma geração que chamam turco-otomanos, e essa terra era mais plana do que a que haviam passado, e era muito quente, e de cada aldeia os embaixadores recebiam muita comida e o costume era este: quando os ditos embaixadores chegavam, deveriam descer e sentar em um dos tapetes que eles colocavam no campo, sob alguma sombra, e de cada casa lhes era oferecida uma refeição, como pão e tigelas de leite fermentado e outros ensopados que eles costumavam comer [...], e se quisessem ficar ali, davam-lhes muita carne, porque o que lhes davam no começo

González de Clavijo descreve algumas interações culturais, contudo optamos pela seleção de dois exemplos referentes à rota de ida à Samarcanda.

²⁴⁵ [...] el cómitre de la galeota dijo a los dichos Señores Embajadores, que como quiera que todo aquello tenía puesto en tierra, que los Turcos vendrían y lo tomarían todo para el Señor. Y estando en esto vinieron unos Turcos y preguntaron, que qué gente era, y dijeron que eran Genoveses de Pera, y que venían en la carraca que se había perdido en esa noche en aquel puerto, y que aquellas cosas que allí tenían, que las querían llevar a la otra carraca que estaba en el Carpi, y que si caballos tuviesen para ello, que se los pagarían, y dijeron, que bien podría haber caballos para otro día, mas no luego: empero ellos dijeron, que irían a las aldeas [...] vinieron mucha gente con sus caballos, que llevaron a los dichos Señores Embajadores y a lo que allí tenían al Carpi, donde la dicha carraca estaba: y cuando allí llegaron, los dichos Señores Embajadores [...] fueron hablar con Micer Ambrosio que era patrón de ella, y contáronle su suceso de lo que les había acaecido, [...] y dijoles que por servicio del señor Rey de Castilla [...] diría a los Turcos del lugar, que eran los de la otra carraca: y al Embajador del Tamurbec que allí estaba vistiéronle como Cristiano, y dijeron que era de la ciudad de Pera, ca si los Turcos le conocieran, matáranlo, y viéranse en peligro por ello (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 31-32).

era para quem estava chegando²⁴⁶ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 52, tradução nossa).

Ao longo da obra é possível observar que a parte oriental do trajeto, no momento em que é percorrida a primeira vez, isto é, na ida, a despeito das dificuldades climáticas e geográficas, as interações culturais entre os viajantes e os povos que habitavam tais áreas ocorre, na maioria dos casos, de maneira tranquila. Além do fornecimento de cavalos para percorrerem determinadas partes do itinerário e estadias em locais residenciais, também ficavam acomodados em hospedarias destinadas a viajantes. Nesta parte do itinerário, também podemos observar que alguns senhores enviavam mensageiros ao encontro dos embaixadores, para convidá-los a seus domínios e/ou acampamentos. Tal fato se deve, principalmente, ao caráter diplomático da viagem.

Todavia, a recepção depende, também, dos costumes locais e do interesse que certos governantes da região têm em estabelecer alianças com o Ocidente. O expediente que os embaixadores utilizaram de se passar por genoveses, por exemplo, deveu-se às influências que os mercadores genoveses tinham na região. As frotas mercantis genovesas há muito navegavam pelo Mar Negro e os genoveses mantinham boas relações com os turcos.

O segundo exemplo evidencia alguns elementos culturais dos turco-otomanos que habitavam as regiões do Império Timúrida. A recepção descrita por Ruy González de Clavijo, revela não apenas a importância dada à condição de embaixadores, mas, também, o costume local, motivado, muitas vezes, pela própria condição atmosférica, isto é, o clima excessivamente quente da região. Era comum que os viajantes fossem convidados a saciarem a sede com “refrescos tomados à sombra”.

De acordo com Rafael de Oliveira Falasco (2012),

Era costume em todo Império de Tamerlão o acolhimento de embaixadores viajando para encontrar o monarca ou retornando da reunião e é interessante notarmos que a complexidade do cardápio aumenta conforme o senhor que o oferece tem a preocupação de criar uma atmosfera onde ele se apresenta como um homem capaz de alimentar seus hóspedes com abundância, riqueza e imponência. Essas características atingem seu ponto mais alto quando chegam ao seu destino (FALASCO, 2012, p. 60).

Vejamos, então, a recepção que os embaixadores de Enrique III de Castela, tiveram ao chegar à corte de Tamerlão. A viagem, como vimos, tinha um propósito diplomático, o de estabelecer relações entre um reino ocidental, Castela e Império no Oriente Próximo, o Império de Tamerlão.

Recepção na corte de Tamerlão

A recepção dos embaixadores deu-se quando estes chegaram à localidade em que Tamerlão se encontrava, em 8 de setembro de 1404. Foram imediatamente acomodados em uma casa próxima ao palácio, situado nas proximidades da cidade de Samarcanda. Posteriormente, foram convidados a receberem as boas-vindas do Imperador:

²⁴⁶ Y domingo en la mañana fueron en una aldea que ha nombre Santguelana, y fueron comer a otra aldea que ha nombre Tucelar, y era habitada de una generación que llaman Turcomanes, y esta tierra era llana más que la que hasta allí habían traído, y era muy caliente, y de cada aldea de estas sacaban mucha vianda que daban a los dichos Embajadores, y la costumbre era ésta: como llegaban los dichos Embajadores habían de descenderse, y asentarse en unos tapetes que les ponían en el campo y so alguna sombra, y de cada casa le daban luego súbito de comer, cual pan, y cual escudillas de leche ácida y otros potajes que ellos acostumbran a comer [...], y si allí querían quedar, dábanles mucha carne, porque lo que les así luego daban, era para en llegando (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 52).

[...] os embaixadores foram ao Senhor, fazendo-lhe uma reverência, colocando o joelho direito no chão e cruzando os braços sobre o peito: e então foram adiante e fizeram-lhe outra reverência e depois outra, e permaneceram com os joelhos no chão. E o Senhor ordenou que eles levantassem e continuassem [...]. E o Senhor lhes disse para chegarem mais perto [...], e disse: Observem estes embaixadores, que meu filho, o Rei da Espanha, que é o maior Rei que há nos Francos, que estão no fim do mundo; [...] e eu lhe darei a minha benção ao meu filho, o Rei: e bastava que ele me enviasse por vocês sua carta, sem presentes, pois fiquei contente em saber de sua saúde e estado, como se fosse um presente.²⁴⁷ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 74, tradução nossa).

Esta recepção foi acompanhada de um grande banquete, descrito em pormenores na obra. Após este primeiro contato com o Imperador, várias festas ocorreram enquanto os embaixadores estavam hospedados na corte. Em algumas eram convidados de honra²⁴⁸, gerando descrições, de acordo com Francisco López Estrada (2005), da “riqueza e luxo oriental que as caracteriza”²⁴⁹ (p. 524, tradução nossa).

Ruy González de Clavijo fornece a descrição de várias festividades, dentre elas, está a do casamento de um dos netos de Tamerlão.

[...] o Senhor ordenou que se fizesse uma festa a um de seus netos, que estava se casando: para qual ordenou que os senhores Embaixadores fossem, tal festa foi feita em uma região muito bonita, cheia de várias tendas [...]. E a carne neste dia foi muita, tanto de cavalos e carneiros, segundo seus costumes: e este dia beberam muito vinho e festejaram bastante [...] ²⁵⁰ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 83, tradução nossa).

Além da questão das festividades, comemorações e baquetes, elementos importantes, segundo Rafael de Oliveira Falasco (2012), pois demonstram o grande poderio de Tamerlão, a recepção aos embaixadores também envolvia visita a algumas localidades, dentre estas, à Samarcanda, em 30 de outubro de 1404. Neste episódio, os viajantes seguiram ao lado do próprio Imperador.

Além disso, também foram apresentados a uma mesquita, localidade em que o neto do Imperador, Mohamad Zoltan Mirassa, estava enterrado. O líder mongol realiza, então, uma espécie de festa de vigília em homenagem ao morto, à qual os embaixadores assistiram. Nesta mesma visita, os embaixadores descrevem, admirados, uma capela: “[...] quadrada e muito alta, e nela havia tanto dentro como por fora, muitas pinturas feitas com ouro e azul, e com trabalho de azulejos e de yeseria”²⁵¹ (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 92, tradução nossa).

²⁴⁷ [...] los dichos Embajadores vieron al Señor, hiciéronle una reverencia, llegando el hinojo derecho al suelo, y poniendo las manos en cruz ante los pechos: y de sí fueron adelante e hiciéronle otra reverencia, y de sí hiciéronle otra, y estuvieron quedos los hinojos en el suelo. Y el Señor mandóles levantar, y que llevasen adelante [...]. Y el Señor diciendo que llegasen adelante [...], y díjoles: Catad aquí estos Embajadores que me envía mi hijo el Rey de España, que es el mayor Rey que hay en los Francos, que son en el un cabo del mundo; [...] y yo le daré mi bendición a mi hijo el Rey: y bastara harto que me enviara él a vosotros con su carta sin presente, ca tan contento fuera yo en saber de su salud y estado, como en me enviar presente (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 74).

²⁴⁸ De acordo com María Jesús de Acosta López (2012), os embaixadores foram convidados a dezoito festas e celebrações.

²⁴⁹ “[...] riqueza y lujo oriental que las caracteriza” (LÓPEZ ESTRADA, 2005, p. 524).

²⁵⁰ [...] el Señor mandó hacer una fiesta a un su nieto, que había entonces de hacer boda: a la cual mandó que fuesen los dichos señores Embajadores, la cual fiesta se hizo en una cerca muy hermosa guarnida de muchas tendas [...]. Y la vianda fue muy mucha en demasía este día de caballos y carneros, según su costumbre: y este día bebieron muy mucho vino, e hicieron grande alegría [...] (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 83).

²⁵¹ “[...] era cuadrada y muy alta, y en ella había así dentro como de fuera hechas muchas pinturas de oro y de azul, y de labor de azulejos y de Yesería” (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 92).

Ademais, também é possível visualizar o zelo que os mongóis dispensavam aos seus costumes, pois, na homenagem que o imperador fez ao neto falecido, os embaixadores foram convidados, antes da cerimônia, a vestirem-se com os trajes tradicionais:

[...] e os vestiu, cada um, com roupas de camocan e os cobriram com abrigos, que são como casacos, que eles se cobrem quando faz frio, e que eram de um pano de seda, forrados com couros, [...] e colocaram, cada um, chapéus em suas cabeças [...] ²⁵² (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 93, tradução nossa).

Após esta solenidade, Ruy González de Clavijo descreve a cidade de Samarcanda, destacando o comércio e a quantidade de mercadoria movimentada na região, bem como a organização espacial, construída sob o comando de Tamerlão. Além disso, outras características são apresentadas acerca da cidade, como sua localização e tamanho, a disposição das casas e dos palácios, a grande quantidade de comida e produtos que eram produzidos e comercializados (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 95-96).

Deste modo, a partir da análise da obra *Embaixada a Tamerlão*, é possível observar as práticas culturais da corte de Tamerlão, as quais divergiam, em alguns aspectos, dos costumes castelhanos, como por exemplo, o modo de se apresentarem ao Imperador. Contudo, por tratar-se de uma viagem diplomática, as maneiras de comportar-se na corte mongol foram seguidas de acordo com as regras regionais, conforme pode ser observado na troca de vestimentas na homenagem. Há também, diferenças culturais relacionadas às comidas, bebidas, acomodações e construções, as quais são descritas ao longo da obra.

Conclusão

A partir dos exemplos supracitados e convergindo com as questões envolvendo o Ocidente, reino de Castela e o Oriente Próximo, podemos observar que a obra *Embaixada a Tamerlão* (1406) nos descreve diversos momentos em que as recepções aos viajantes são explicitadas. Com isso, é possível compreender que as viagens diplomáticas na Idade Média revelam muito das relações estabelecidas entre os viajantes e seus anfitriões ao longo dos itinerários. Certamente, os sucessos de tais relações dependiam das alianças e dos acordos estabelecidos entre os diversos reinos ou regiões.

Embaixada a Tamerlão revela o cotidiano das viagens em fins da Idade Média, por intermédio do relato de uma determinada categoria de viajantes: os embaixadores. Observa-se, no relato, as dificuldades e as belezas dos itinerários, os conflitos políticos e as vicissitudes encaradas pelos viajantes. Revelam-se os costumes, as práticas alimentares, os festejos e comemorações religiosas, as vestimentas, bem como as diferenças entre o modo de vida no Ocidente e no Oriente.

O clima e as fontes de riquezas naturais, o comércio, as cidades e sua arquitetura, a população e a configuração política do Oriente Próximo, são outros elementos observados pelos embaixadores de Enrique III, rei castelhano que, no início do século XV, procurou estabelecer relações diplomáticas com o Imperador Tamerlão.

Referências

ACOSTA LÓPEZ, M. J. Embajada a Tamerlán. *Revista de Clases historia*. Espanha, n. 268, 2012, p.1-5.

²⁵² [...] y vistióles sendas ropas de camocan, y cubrióles unas abrigaduras como gabanes, que ellos se cubren, cuando hace frío, y que eran de un paño de seda forrados en cueros, [...] y pusiéronles sendos sombreros em las cabezas [...] (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2003, p. 93).

- ALBURQUERQUE-GARCÍA, L. El 'relato de viajes': hitos y formas en la evolución del género. *Revista de literatura*. Madrid, v. 73, n. 145, 2011, p.15-34.
- COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- CUNHA, P. R. C. Apontamentos Teóricos sobre Literatura de Viagens. *Caracol*. São Paulo, v. 3, 2012, p.152-174.
- DORÉ, A. Relações entre Oriente e Ocidente (séc. XIII-XVII): mercadores, missionários e homens de armas. *Biblos*. Rio Grande, v. 21, 2007, p.106-124.
- FALASCO, R. O. *A Expressão da Cultura Nobiliárquica nos Livros de Viagens Medievais*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista.
- GARCÍA DE CORTAZÁR, J. Á. El hombre medieval como “Homo Viator”: Peregrinos y viajeros. *IV Semana de Estudios Medievales*. Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, 1994, p.11-30.
- GONZÁLEZ DE CLAVIJO, R. *Embajada a Tamorlán*. Buenos Aires: Editorial del Cardo, 2003.
- JACKSON, P. *The Mongols and The West: 1221-1410*. Routledge, 2005.
- KIMBLE, G. H. T. *A Geografia na Idade Média*. Londrina: Eduel, 2. ed., 2013.
- KNOBLER, A. The Rise of Tīmūr and Western Diplomatic Response, 1390-1405. *Journal of the Royal Asiatic Society*. Nova Iorque, v. 5, n. 3, 1995, p.341-349.
- LE GOFF, J. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- LOPES, P. Os livros de viagens medievais. *Medievalista* [online]. Lisboa, n. 2, 2006, p.1-32.
- LÓPEZ ESTRADA, F. Ruy González de Clavijo. La embajada a Tamorlán. Relato del viaje hasta Samarcanda y regreso (1403-1406). *Revista Arbor*. Madrid, v. 180, n. 711/712, 2005, p.515-535.
- MEDEIROS, M. M. de. A História Cultural e a História da Literatura Medieval – Algumas Referências a “Escritura” do Oral e à “Oralidade” do Escrito. *Fronteiras*. Dourados, v. 10, n. 17, 2008, p.97-111.
- PÉREZ PRIEGO, M. Á. Estudio literario de los libros de viajes Medievales. *EPOS: Revista de filología*. Madrid, n.1, 1984, p.217-239.
- POPEANGA, E. Lectura e investigación de los libros de viajes medievales. *Filología Románica*. Madrid: Universidad Complutense, 1991, p.9-26.
- SAID, E. W. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- STANČÍK, M. *Diplomatic relations of Timur Lenk with European courts*. Bratislava, 2017.
- ZINK, M. Literatura(s). In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2006.
- ZUMTHOR, P. *Speaking of the Middle Ages*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1986.
- _____. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ENTRE A BIOGRAFIA E A LITERATURA: A ANÁLISE DA MANIPULAÇÃO SIMBÓLICA DAS ESTÁTUAS DE ANTÍNIOO PELO IMPERADOR ROMANO ADRIANO EM HISTÓRIA AUGUSTA E EM MEMÓRIAS DE ADRIANO

Thayenne Roberta Nascimento Paiva²⁵³

Resumo: O imperador romano Adriano governou a Roma antiga entre os anos de 117 d.C. e 138 d.C.. Em 123 d.C., durante a viagem até a cidade de Claudiópolis, Adriano conheceu Antínoo e imediatamente o transformou em seu escravo e seu companheiro de viagens pelo Império. Com a morte prematura do rapaz, Adriano elevou-o a condição de figura divina e prestou-lhe homenagens, especialmente com a construção de estátuas. Essas homenagens compuseram a estrutura propagandística do governo de Adriano e foram abordadas em duas obras diferentes: *História Augusta*, coleção de relatos biográficos escritos no final século IV d.C., e *Memórias de Adriano*, romance ficcional de Marguerite Yourcenar. Nosso objetivo, ao longo desta análise, será resgatar e refletir em *História Augusta* e *Memórias de Adriano*, duas fontes de gêneros e tempos diferentes, a prática de erguimento das estátuas de Antínoo e como a imagem do mancebo sofre uma manipulação simbólica, tornando-se uma forte evidência histórica da propaganda do principado de Adriano.

Palavras-chave: Adriano, Antínoo, estrutura propagandística, manipulação simbólica.

Introdução

O imperador romano Adriano governou a Roma antiga entre os anos de 117 e 138 d.C.. Terceiro imperador da Dinastia dos Antoninos, depois da morte de seu tio Trajano, seu governo marcou o auge da história do Império Romano ao concentrar seus atos em alianças, afastando os riscos de revoltas. Em contrapartida, criou tensões com o Senado, muito por sua aproximação com a classe dos cavaleiros e com as camadas populares. Em 123 d.C., durante a viagem até a cidade de Claudiópolis, Adriano conheceu Antínoo e imediatamente o transformou em seu escravo e seu companheiro de viagens pelo Império. Com a morte prematura do rapaz, Adriano elevou-o a condição de figura divina e prestou-lhe homenagens, especialmente com a construção de estátuas e da cidade de Antinoópolis. Essas homenagens compuseram a estrutura propagandística do governo de Adriano e foram abordadas em duas obras temporalmente distantes: *História Augusta* e *Memórias de Adriano*.

História Augusta é uma reunião descritiva de relatos acerca dos mais importantes imperadores romanos dos séculos II a.C. e III a.C. e elaborada desde o final do século IV a.C. (BREISACH, 2007, p. 75). Seu título, porém, não data dessa época, e sim de 1603, dado pelo humanista protestante francês Isaac Casaubon. Segundo Hermann Dessau, em 1889, o texto teria um único autor. Análises linguísticas realizadas posteriormente confirmaram essa hipótese (BIRLEY, 1988, p. 7).

Outro fator que melhor esclarece sua datação é a sua estruturação, compreendida entre a segunda metade do século IV e o começo do século V. Internamente, sua datação abrange o período do principado de Adriano (117-138 d.C.) até Carino (283 -285 d.C.), e lacunar sobre os imperadores referentes aos anos entre 244 e 259 d.C., o que corresponderia aos imperadores Filipe, o Árabe, Décio, Treboniano Galo e Emiliano.

Já *Memórias de Adriano*, obra ficcional que simula uma possível autobiografia do imperador romano, foram elaboradas pela escritora belga Marguerite Yourcenar, em

²⁵³ Mestra em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e em Estudos da Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

1951. Mais especificamente, o processo de pesquisa e escrita desse livro foi compreendido entre os anos de 1924 e 1951. A autora teve grande preocupação que seu romance sobre Adriano possuísse fidelidade histórica com o contexto da época do imperador. Yourcenar se valeu de um dos principais relatos históricos da época, *História Augusta*, obra citada acima. A justificativa da autora é que os documentos referentes aos séculos II e III d.C. eram escassos e incompletos, forçando qualquer tipo de pesquisador do período a recorrer a esse escrito mais literário.

Em termos cronológicos, a narrativa compreende os anos 117-138 d.C., período correspondente ao principado de Adriano. A narrativa é estruturada na recapitulação de fatos, de forma não linear, desde sua infância até sua ascensão ao poder, sempre permeados pela sua enfermidade (que é tratada de modo cronologicamente circular, começando e findando a obra).

Marguerite resgata aquele que foi considerado pelos historiadores o imperador mais brilhante, conhecedor das artes, justo e benevolente: Adriano (BLANCHET-DOUSPIS, 2008, p. 195). Circularam relatos que, embora fosse casado com Sabrina, ele mantinha relações homossexuais com o jovem grego Antínoo. Com Adriano, Roma viveu um período de glória, mesmo com ocasionais rivalidades com Judeia. Decorrente de problemas cardíacos, Adriano morreu na Vila de Tibor, atual Tivoli.

A autora parte do pressentimento do imperador com a proximidade da morte, que o impele a escrever uma carta a seu neto, seu futuro sucessor Marco Aurélio. Em retrospectiva, narra sua vida, sua personalidade contraditória de estadista visionário e de amante das artes, de amante da paz, de supersticioso e de amoroso.

O romance de Yourcenar está organizado em seis partes, incluindo um prólogo e um epílogo: *Animula vagula blandula*, *Varius multiplex multiformis*, *Tellus satabilita*, *Saeculum aureum*, *Disciplina augusta* e *Patientia*. A narrativa principia com a carta de Adriano endereçada ao sucessor, Marco Aurélio. Pressentindo a morte, o imperador decide relatar suas vivências como homem e estadista. Fala da necessidade de conhecer a si mesmo, buscando uma razão de ser. Adriano quer que Marco Aurélio venha a compreender a vida em um misto entre carnal e espiritual.

No segundo capítulo, descreve sua formação em Filosofia e Letras e sua preferência pela cultura grega. Discorre sobre seus trabalhos enquanto imperador. Fala acerca de seus amores frívolos pelas mulheres, sendo seu matrimônio pura formalidade. Quando soldado, mostra como era sua faceta de líder popular e implacável. Mostra a sua discordância com a expansão do Império e prefere a paz em seu território. Ascende ao poder devido os favores de *Plotina*, esposa de Trajano. A seguir, Yourcenar retrata a ascensão de Adriano a imperador, passando a focar a expansão física do império pelo viés cultural, assim como concentra atenção sobre os prazeres carnis e espirituais dele.

No antepenúltimo capítulo, o Império Romano se encontra no auge e pacificado. É por volta deste momento que Adriano se apaixona por Antínoo. Ao mesmo tempo, o imperador se interessa pelo rito da morte, buscando seitas e ritos como forma de entender os medos que o assustam. O mesmo faz Antínoo, ao desejar suicidar-se, a fim de assegurar o bem-estar de Adriano. Esse, sentindo-se culpado pelo suicídio, decide criar uma cidade com o nome de Antínoo.

No penúltimo capítulo do livro, o imperador, abatido pela tristeza, expõe todas as suas falhas, mandando matar seus inimigos e se equivocando quanto ao conflito com Jerusalém, a fim de outorgar na região a cultura greco-romana, sem levar em consideração a estreita ligação dos judeus com os seus próprios costumes e religião.

No sexto capítulo, estamos mais próximos do falecimento do imperador. Percebendo-se cada vez mais enfermo, ele decide se suicidar. Sua tentativa é inicialmente fracassada, pois o médico para quem solicitou que lhe aplicasse um veneno prefere se matar em seu lugar. Frustrado, Adriano decide viver sua enfermidade até o fim.

Adriano é tido como um dos melhores imperadores da Roma antiga porquanto foi capaz de instaurar a ordem e a paz nas fronteiras (BURG, 2001, p. 9). Neste período, se dá a sua relação com Antínoo. Em 130 d.C., durante uma viagem de Adriano ao Egito, Antínoo já possuindo 20 anos, faleceu. As causas de sua morte são obscuras (ALDRICH, 1993, p. 29). Após a morte do mancebo, Adriano ofertou-lhe, em deificação, estátuas, esfinges em moedas e medalhões, bem como a realização de jogos e festividades (BURG, op. Cit., 2001, p. 28).

Ademais, nas proximidades onde seu corpo foi encontrado, o imperador ordenou a construção de uma nova cidade, nomeada Antinoópolis. Inclusive na Vila Adriana foram inseridas diversas estátuas em honra ao rapaz. Outra homenagem prestada foi a nomeação de uma nova estrela no céu, além da dedicação de versos em memória do rapaz (ALDRICH, 1993, p. 29).

Interessante destacar que os próprios imperadores erguiam estátuas em honra as províncias visitadas, como foi feita pelo imperador Adriano em consequência de suas viagens. A construção imagética no ato de erigir estátuas evidencia práticas sociais, além de ser uma forte evidência histórica, por exemplo, das propagandas imperiais romanas e, aqui especialmente, as propagandas imperiais de Adriano. Por meio delas, podemos averiguar que “O poder só se concretiza e se estabelece por uma transposição, uma produção de imagens e uma manipulação de símbolos operadores de modos permutáveis, resultando assim em uma legitimação e uma hierarquização com fortes representações de subordinação” (COUTO, 2003, p. 22).

Portanto, nosso objetivo, ao longo desta análise, será resgatar e refletir em História Augusta e Memórias de Adriano, duas fontes temporal e discursivamente distantes, a prática de erguimento das estátuas de Antínoo e como a imagem do mancebo sofre uma manipulação simbólica, tornando-se uma forte evidência histórica da propaganda do principado de Adriano.

Antecedentes ao Principado de Adriano

A figura do imperador pode ser analisada como reflexo da ideologia vigorante durante as diferentes épocas do Império Romano com posturas governamentais e forma de transmissão de poder próprias (EDWAEDS, 2015). A sucessão imperial na Roma antiga era incerta, também sendo calcada na transmissão hereditária do governo. Apesar de o Senado romano ter tido forte poder, o que vigorava era a hereditariedade do poder segundo as normas estabelecidas pela aristocracia romana.

Contudo, John Grainger destaca que durante cem anos não houve vínculos hereditários na passagem do trono: *verbi gratia*, o imperador Cláudio, que foi assassinado, não deixou herdeiros, e os imperadores anteriores, Augusto e Tibério, que faleceram de causas naturais também não deixaram herdeiros (2003, p. XXVI). Quando da morte de Nero, seguiu-se uma guerra civil de 68-70 d.C. que culminou com o reconhecimento de Vespasiano ao governo do Império. Portanto, até antes da dinastia Nerva-Antoninos o que prevalecia era a transmissão do poder ao herdeiro direto, embora sempre ocorresse devido a constantes práticas de assassinato dos herdeiros.

Em junho de 68 d.C., após o suicídio de Nero, a dinastia Júlio-Claudiana²⁵⁴ terminou. Sua morte desencadeou o episódio conhecido como o Ano dos Quatro Imperadores, no qual disputas imperiais culminaram com a subida ao poder de Vespasiano e o começo da dinastia Flaviana. Esse período de transição foi marcado por um intenso caos gerando, inclusive, uma sangrenta batalha civil corroborada pela disputa

²⁵⁴ A dinastia Júlio-Claudiana era composta por Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Ver: Matyszak, Philip. *The Sons of Caesar: Imperial Rome's First Dynasty*, London: Thames & Hudson, 2006, s.p. [versão digital].

de poder entre Galba, Otho, Vitélio e Vespasiano. Vespasiano foi quem venceu, graças as insatisfações manifestadas pelas legiões da parte oriental do Império Romano que advogaram em seu favor, fundando a dinastia Flaviana e governando durante 27 anos, de 69-79 d.C.. Com os Flavianos, a velha aristocracia é substituída pela nova nobreza italiana.

A dinastia dos Flavianos durou entre os anos 69 e 96 d.C., compreendendo os reinados de Vespasiano (69-79 d.C.) e seus dois filhos, Titus (79-81 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.). A marca crucial dos Flavianos foi a tentativa de instauração de estabilidade, frente a uma série de conflitos oriundos com a morte de Nero. Além disso, promoveram após várias campanhas militares que ampliaram os limites do Império, embora as campanhas ocorridas durante o Principado de Domiciano tenham tido um caráter mais defensivo que ofensivo, com destaque para o cerco e a destruição de Jerusalém, em 70 d.C..

Outro aspecto forte dessa dinastia se refere a massiva propaganda mobilizada para justificar divinamente a ascensão ao poder dos Flavianos. Vespasiano, por exemplo, era representado como o portador da paz, as moedas cunhadas em seu governo aludiam às vitórias militares ou à paz. Também podemos perceber a força do culto divinatório a essa dinastia com a restauração do Templo de Júpiter, por Domiciano – aliás, quem mais se dedicou aos empreendimentos de construção, embelezando e restauração de Roma.

A dinastia dos Flavianos chegou ao final com o assassinato de Domiciano, em 18 de setembro de 96 d.C.. Como ele não possuía herdeiros diretos, foi sucedido pelo seu conselheiro, Nerva, fundador da dinastia Nerva-Antoninos. Interessante foi que o Senado declarou Nerva imperador, o que nunca ocorreu antes. As relações familiares, de parentesco, acabavam por servir de suporte para as incertezas e inseguranças da prática imperial, visto a violência que sustentava os governos estruturados para serem hereditários, daí a preferência do Senado romano, quando Domiciano faleceu, de delegar o poder, como mecanismo de segurança, a alguém que não possuísse filhos, como foi com Nerva.

As origens familiares de Nerva, por parte paterna, estavam ligadas ao âmbito imperial desde a época do imperador Augusto (GRAINGER, 2003, p. 28). Desde sua ascensão ao poder, e durante seu governo, não teve filhos. Como sua saúde foi deteriorando-se ao longo dos anos, ele solucionou o problema com a adoção de Trajano (LENDERING, s.d.), principal general do Exército no comando das legiões romanas na Germânia. A adoção era uma prática tradicional na Roma antiga pela ausência de herdeiros diretos ao poder, contornando-se problemas cruciais como os que envolviam sucessão marcada por golpe ou guerra civil (BROWMAN, 2000, p. 94).

Com o falecimento de Nerva, Trajano ascendeu ao poder em 98 d.C.. De origem italiana e não aristocrática, destacou-se durante o reinado do imperador Domiciano e sua popularidade contribuíram para que o Senado romano lhe concedesse o título de *Optimus* (o melhor), sendo inclusive celebrado no no panegírico de Plínio, o Jovem. É visto pela historiografia como um dos principais responsáveis pela expansão militar do Império Romano e pela extensa atividade de construção pública, como a Coluna de Trajano. Antes de sua morte em 117 d.C., ele possivelmente adotou Adriano. O fato é carregado de dubiedade, pois houve rumores de que sua esposa, Plotina, tenha influenciado na decisão por Adriano, não sendo uma escolha de Trajano.

Principado de Adriano

A partir do século II d.C, com Otávio Augusto, a estruturação política do Império Romano baseou-se em sistema metódico e sistemático, tendo sido preservado, com poucas alterações, pelos governos seguintes. Com a vitória de Caio Otávio sobre Marco Antônio na Batalha do Actium (ou Batalha de Áccio), em 31 a.C., terminava o sistema

político baseado no segundo Triunvirato e emergia o Principado (primeira fase imperial). Estende-se de 31 a.C até aproximadamente 235 d.C., quando inicia a Anarquia Militar com Otávio. Chamados de “primeiros homens do Estado” (*Princeps*), as imagens dos imperadores do período dos antoninos foram amplamente difundidas pelo Império, contribuindo para fragilizar com o poder dos Senadores (COUTO, 2003, p. 2).

Dessa forma, o *Princeps* tornou-se o poder supremo no Império Romano. Os poderes do Imperador eram os seguintes: *tribunicia potestas* (podia tomar qualquer iniciativa legislativa), o *imperium proconsulare maius* (direito de governar sozinho as províncias imperiais e em conjunto com os magistrados escolhidos pelo Senado podia governar as províncias senatoriais), podia indicar membros para a ordem equestre e a *dignitas* ou *autoritate omnibus praestiti* (autoridade máxima, com poder exclusivo de decisão).

Essa concentração de poderes conferia ao governante o título de *Imperator Caesar Augustus*, além do título de *Patrimonium Augusti*, dotando-o com a capacidade de “enumerar todos os seus poderes e cargos em trajes e insígnias, demonstrando em público sua autoridade, além de possuir os bens de coroa imperial e da própria *res privata*, tornando-o assim o homem mais rico e importante do *Imperium*” (COUTO, 2003, p. 2-3).

O século II romano foi marcado pela prosperidade advinda das conquistas militares durante a República. Contudo, foi com Augusto que a prática da expansão imperial foi questionada. No período da dinastia dos Antoninos houve a reflexão sobre o alargamento do Império Romano em meio aos conflitos que eclodiam em algumas fronteiras romanas. Com os Antoninos, o foco sobre os alargamentos das fronteiras foi substituído (porém, não suprimido) pela preocupação com a ordem e a justiça dentro dos limites do Império (GIBBON, 1984, p. 22). As características cosmopolitas contraídas pelo alargamento das fronteiras impediam a consolidação de um caráter nacional, “mesmo após os intensos conflitos do século III e, mais tarde, a crescente pressão dos seus vizinhos” (COUTO, 2003, p. 2).

Para fortalecer a ordem e a justiça dentro dos limites do Império, as propagandas imperiais foram mobilizadas como importantes práticas sociais de transmissão da imagem forte e divinatória do imperador, por meio de uma das principais evidências históricas: a confecção de estátuas postas em lugares públicos. No governo de Adriano, a função imagética das estátuas era transmitir uma visão positiva de sua administração. Como também desejou ser reconhecido como um imperador pacificador, Adriano permaneceu com a imagem de Trajano na cunhagem de moedas, deixando transparecer a ideia de que seu governo era uma continuidade positiva de seu sucessor.

Na qualidade de viajante assíduo, o imperador Adriano percorreu diversas províncias do Império Romano, permanecendo doze anos fora de Roma. Em quase todos os lugares aonde esteve, o imperador romano promoveu obras, erguendo monumentos com a finalidade de estabelecendo vínculos e alianças entre Roma e a cidade visitada. Alguns exemplos são bastante contundentes, como a construção do templo de Júpiter e um altar em sua homenagem, a deificação por meio de estátuas e criação de cidades para homenagear a memória de sua relação com o jovem bitíneo Antínoo (após a morte do mancebo) e a ausência parcial de guerras ou campanhas militares.

Nascido a 24 de janeiro de 76 d.C., Publius Aelius Hadrianus, ou simplesmente Adriano, perdeu o pai quando tinha dez anos de idade, sendo entregue sob a responsabilidade de seu tio e imperador Úlpio Trajano. Adriano já participava do Exército romano desde os quinze anos de idade e foi designado pelo tio para trabalhar com processos e, depois, incorporou a segunda legião Adiutrix, sendo posteriormente transferido para a Mésia Menor. Também alcançou outros postos conferidos por Trajano, por sua boa desenvoltura: o de tribuno da plebe, o comando da primeira legião Minerua, pretor no segundo consulado de Suburano e de Serviano, pretor de Panónia Inferior,

cônsul substituto. Nesse ínterim, foi informado por um astrólogo que sua ascensão ao poder imperial romano estava determinada desde a época de seu tio-avô, Élio Adriano. Com o falecimento de Trajano, que o adotou antes de morrer, o Império Romano passou para as mãos de Adriano.

Como imperador, procurou zelar pela paz em todo o reino contrariando a política expansionista de seu predecessor. Porém, esta decisão não impediu que nações subjugadas se sublevassem: Mauros, Sármatas, Britanos, revoltas no Egito, Líbia e a Palestina. Os Macedônios conquistaram a liberdade e a região de Partamasíris, onde Trajano se intitulou rei, o que foi um obstáculo a influência de Adriano, que recorreu a estratégia de dominação dos povos vizinhos. Além disso, devolveu à Itália o ouro que era usado para confeccionar as coroas triunfais de generais vitoriosos. Dirigiu-se à Mésia, província romana situada ao sul do Baixo Danúbio, a fim de controlar as revoltas dos Sármatas e Roxolanos.

Adriano investiu esforços em outros atos que assegurassem a paz e o equilíbrio no Império Romano: perdoou devedores privados e provincianos, queimando as notas promissórias; rejeitou os jogos de circo, que eram símbolo das honrarias ao Imperador; reforçou a ideia de que seu poder não significava a dominação contra outros povos; retirou seu poderio militar de diversas províncias dominadas por Trajano; visitava soldados doentes e procurou conhecer minuciosamente o exército romano e provisões bélicas e alimentares aos soldados, a fim de que não lhes faltassem nada; debelou a guerra com os Partos por meio de negociações; condenou a matança de escravos, sendo vendidos apenas por apresentação de um motivo (porém, com permissão de açoitamento para o escravo que assassinasse seu senhor), entre outras medidas.

Quanto a personalidade, o Adriano foi um profundo estudioso da poesia, das letras, da aritmética, da geometria, da pintura, da música (tocava cítara e cantava), do grego e do latim. Ele também foi profundo conhecedor da arte militar, inclusive possuía habilidades com as armas de gladiadores. No foro íntimo, era muito generoso financeiramente com os amigos, porém considerava verdade as futricas proferidas por seus amigos mais próximos, tornando-o um colecionador de inimigos. Enviou cartas difamatórias e perseguiu alguns de seus inimigos, incitando-os ao suicídio. Além disso, considerava-se superior aos seus professores, menosprezando-os e ridicularizando-os.

Com o passar do tempo e sua saúde cada vez mais debilitada, Adriano começou a se preocupar com seu sucessor. Primeiro, adotou Ceiónio Cómodo, genro de Nigrino, por causa da beleza do rapaz e o chamou de Élio Vero César. Contudo, o rapaz faleceu de uma enfermidade severa. Posteriormente, adotou Árrio Antonino (T. Aurélio Fulvo Boiónio Árrio Antonino), nomeando-o Pio, além de outros dois rapazes: Ânio Vero e Marco Antonino. O imperador romano Adriano morre na presença de seu filho Antonino, em Baías, a 10 de julho de 138 d.C.. Mesmo com sua tentativa de pacificar o Império, Adriano foi odiado por muitos, ao ponto de o Senado revogar alguns de seus atos. Somente foi deificado a pedido de seu filho Antonino, que lhe construiu um templo em sua homenagem.

O imperador Adriano entre a biografia e a ficção literária

Moses Finley destaca que a abundância de publicações de historiografia sobre a Antiguidade expõe o crescimento de novos questionamentos e pontos de vista. Houve também a necessidade de uma reformulação postural em relação à prática historiadora dos séculos XVII e XVIII, dotando a investigação histórica com um suporte metodológico e crítico capaz de diferenciar as fontes originais de época das que foram forjadas ou eram

de teor literário²⁵⁵. Os achados arqueológicos também foram importantes, pois serviram para refutar ou validar escritos da Antiguidade, especialmente as fontes de viés literário (FINLEY, 1994, p. 11).

No caso de nossa análise, a obra literária produzida por Yourcenar, e mobilizada para refletir a exploração imagética no principado de Adriano, não precisa ser validada em termos arqueológicos, já que ela foi escrita em 1951. Porém, não afasta o cuidado crítico que devemos ter por tratar-se de uma narrativa literária que se forja como fonte de época, ou seja, Marguerite Yourcenar romanceia Adriano ao narrativizá-lo de forma biográfica. Já em relação a *História Augusta*, a imprecisão de data para a sua origem e as assinaturas dos relatos são aspectos que precisam ser considerados no trato com essa fonte histórica.

Em *História Augusta*, o relato coligido por Élio Esparciano acerca de Adriano apresenta informações bem mais precisas quanto as indicações de datas, de nomes de pessoas e de instituições (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 13-15). Portanto, é uma biografia mais fidedigna se comparada com outras apresentadas na obra.

Em certa medida, as duas obras aproximaram-se da estrutura da biografia. Por isso, é preciso compreendermos o grau de aproximação e se o foco sobre a vida de Adriano aproxima ou distancia as duas obras. Para tanto, precisamos trazer para o debate o percurso histórico da biografia, mesmo que realizado de modo breve.

A biografia nasceu junto com o gênero histórico na Grécia antiga, no século V a.C., porém foi considerada de importância secundária. Somente no século IV a.C., a biografia obteve importância nas culturas helenística e romana. Durante longo tempo, a biografia foi tomada pelos historiadores e cientistas sociais como um “Gênero híbrido, dividido entre sua vocação literária e sua dimensão erudita” (DOSSE, 2003, p. 139).

Na Idade Média, a biografia foi usada pedagogicamente para relatar a vida dos santos, embora não fosse estruturada em um compromisso com a verdade, pois para os seus contemporâneos a vida dos santos já possuía a verdade na santidade. No Renascimento serviu para valorizar os grandes indivíduos (SCHMIDT, 2012, p. 188-189). Já no século XIX, a biografia sofreu questionamentos, pautada pelo “debate a respeito do indivíduo na história”. Duas visões foram bastante antagônicas: na primeira, o homem inserido nas ideias de estrutura e ator coletivo teria sua biografia priorizada pela época na qual viveu, e não nas exclusividades de sua ação (pensamento em voga no Marxismo);

²⁵⁵ Um ponto central nos debates entre História e Literatura, existente desde Aristóteles até a ascensão da *Geschichte an sich* (História em si), é o postulado de verdade (ou pretensa verdade) que ambas deveriam apresentar. Porém, no âmbito da Teoria Literária outros fatores passaram a ser considerados, dentre eles a relação entre obra e condicionamento social, isto é, a perspectiva de que a importância e o significado de uma obra deveriam dialogar com aspectos da realidade (algo bastante diferente de afirmar que uma obra é verdadeira porque é a própria realidade). Por ainda ser uma visão bastante vaga, pois as “operações formais [da obra literária foram] postas em jogo”, o refinamento teórico-literário considerou que a importância de uma obra residiria num movimento dialético entre texto e contexto. Nesse movimento, vigora a combinação entre elementos internos e externos do texto, tornando-o em independente. No que concerne ao contexto externo, ele pode servir de inspiração para a elaboração de uma obra. Ou seja, a ambientação histórica, as ideias circulantes, os costumes de época ou de um dado povo e mesmo o fator social são mobilizados como “pano de fundo” para uma narrativa em que nada esteja relacionada diretamente com um evento pretérito ou atual da realidade. Contudo, quando esses fatores se tornam parte integrante do desenvolvimento narrativo, isto é, a história desenvolvida pelo autor dialoga diretamente com fatos sociais e históricos concretos, a obra literária passa a ser analisada não apenas em suas características estéticas, mas também se torna passível de ser criticada literária, histórica e/ou sociologicamente, por exemplo. Isso não é tudo, uma vez que a repercussão da obra literária é o produto de três importantes condicionantes: elaboração autoral, público-alvo e efeito provocado. Para que público e efeito sejam alcançados, o autor tem de possuir um grau elevado de sensibilidade e capacidade perceptiva sobre a época e as características sociais tomadas de empréstimo, especialmente quando ficcionaliza um evento histórico. Ver: CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p. 13; KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. O conceito de História. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 193-196.

na segunda, somente seriam valorizados os homens mais capacitados e que fossem exclusivamente membros da elite, responsáveis por movimentar as “leis da história” (SCHMIDT, 2012, p. 189-190).

Entre as décadas de 1930 e 1970, a biografia foi desprestigiada, pois o foco das análises históricas recaiu sobre o quantitativo e o serial, relegando a biografia para o segundo plano. A partir de 1980, a biografia recuperou certo prestígio. Seu retorno deve-se a vulnerabilidade apresentada pela visão do presentismo, necessitando de ligações identitárias diversas e de valorização da memória, em decorrência da instabilidade de um passado condenado a se esvaír. Logo, o resgate do sujeito implicou na recuperação do passado e no conhecimento produzido por esse passado (SCHMIDT, 2012, p. 193):

o indivíduo é apenas um pretexto para a abordagem histórica da sociedade na qual está inserido. Assim, a biografia torna-se história, quando a vida de um indivíduo é tratada como um artifício do autor para retratar o seu contexto histórico, que serve de fio condutor para a narrativa e, desse modo, tornando difícil a separação entre os gêneros (SILVA, 2007, p. 12).

A citação acima nos permite refletir acerca do problema de como pensar a biografia e narrativizá-la: poderíamos considerar quais características narrativas para produzir uma biografia? Como relacionar o contexto social e o particular? No caso das obras que analisaremos, quais os aspectos narrativos foram utilizados e qual a relação entre biografado e contexto histórico?

O imperador romano Adriano pode ser pensado em dois contextos: um mais geral, relacionado com a dinastia dos Antoninos, cuja época foi marcada pela estabilidade econômica, ausência de guerra e sucessão não hereditária; e um mais específico, relacionado com o modo pessoal com o qual se relacionava com o Senado e como forjava rapidamente inimigos.

No caso da estrutura narrativa de *História Augusta*, devemos-nos atentar para o fato de que a época na qual essa biografia foi produzida atendia a objetivos muito particulares. Um desses objetivos era ironizar jocosamente a vida íntima de Adriano, ressaltando que o imperador agiu parecido a uma mulher ao chorar copiosamente a morte de Antínoo (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 51-52). Isto sugere certo sensacionalismo sobre o trivial da vida do imperador, colocando à margem assuntos civis ou especificidades jurídicas da época de Adriano – restringiu-se, por exemplo, a ressaltar a participação de Adriano em todas as sessões senatoriais (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 42), dando a entender uma postura participativa porém centralista em relação aos acontecimentos ao seu redor, indicando que Adriano monopolizava todas as informações possíveis sobre seu império.

Outra característica marcante nesse relato biográfico é o foco sobre acontecimentos nos quais Adriano estava envolvido, subtraindo da cronologia quaisquer eventos relacionados com o contexto mais geral do Império Romano. O relato priorizou escândalos nos quais o imperador foi protagonista, referindo-se ao assassinato por ele orquestrado contra seus melhores amigos, sempre que sentia seu poder ameaçado por algum usurpador. Representado também na qualidade de um homem portador dos piores vícios, dono de uma personalidade inconstante, dissimulado e ardiloso, ao ter tramado com Plotina sua adoção por Trajano (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 36).

Pontos positivos de sua vida foram igualmente ressaltados. Foi destacado como um imperador benévolo (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 52-61, especialmente 61), ao extinguir as guerras expansionistas que desgastavam o império (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 37; 41-45) e rejeitando títulos em sua honra (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 38). Porém, destacado como um imperador constantemente ausente de Roma, em contínuas viagens pelo império (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 49) cujo objetivo foram construções e embelezamentos realizados nas diferentes províncias romanas que expunham sua adoração pela cultura helenística.

Em *Memórias de Adriano*, a escritora francesa parte da informação contida em *História Augusta* de que o imperador Adriano teria escrito uma autobiografia durante o seu governo (YOURCENAR, 1995, p. 300-301), eventualmente perdida. Apesar de seu romance ter sido fruto de uma profunda pesquisa histórica (YOURCENAR, 1995, p. 293-315), Yourcenar relativizou a veracidade histórica, ficcionalizando situações que poderiam ter ocorrido, como foi destacado em suas notas ao final do livro ao destacar, por exemplo, a convivência do poeta Estratão de Sardes com o imperador. Não existem fontes de época que confirmem a convivência.

A liberdade criativa da escritora francesa não fragilizou as historicidades presentes no período de Adriano, pois um dos maiores desafios destacados por ela era mergulhar nas ideias, pensamentos e ações dessa época, tanto no que dizia respeito ao imperador, quanto nos acontecimentos nos quais ele foi partícipe. Foi graças, inclusive, as suas pesquisas históricas que ela pôde incorporar à sua narrativa reflexões ficcionais sobre a existência, a vida e o homem que foi Adriano:

Tomar uma vida conhecida, acabada, fixada (tanto quanto possa sê-lo) pela História, de modo a abranger com um único olhar a curva inteira; mais ainda, escolher o momento em que o homem que viveu essa existência a avalia, a examina, e por um instante chega a ser capaz de julgá-la (YOURCENAR, 1995, p. 294).

É na intensidade de resgatar a vida de Adriano no percurso da história, de recuperar a sua existência por uma ficção que mimetiza biografado e sua biografia, que o romance de Yourcenar aproxima-se, de modo mais teórico, da ideia iseriana de ficção como o viés de conhecimento antropológico do homem. Para Wolfgang Iser a ficção é o “momento de transgressão do real” (STIERLE, 2006, p. 9), isto é, a ficção ultrapassa os limites do real e, deste modo, relaciona-se com ele. Além disso, a ficção deve ser entendida como o meio pelo qual o imaginário pode ser modelado de forma a aproximar-se do real.

O fictício é realizado, então, no ato de fingir, de onde o imaginário toma o lugar do real, idealizando-o. Nesse modo de compreensão, ficção e imaginário se separam. O fictício passa a ser a organização textual, enquanto o imaginário passa a ser a organização verbal do texto (ISER, 1996, p. 13). Na obra da escritora francesa, a organização textual do livro está em estilo de carta direcionada por Adriano a Marco Aurélio (foi adotado para ser seu sucessor, depois de Antonio Pio, também adotado por Adriano). A estrutura textual da obra mimetiza uma possível carta do imperador enviada a um de seus filhos adotivos. No plano imaginário, Yourcenar recria Adriano e a autobiografia que ele possivelmente escreveu. Para tanto, ela desloca a possibilidade imperativa de voz autoral no discurso, ao “eliminar o máximo possível qualquer intermediário, inclusive eu. Adriano podia falar de sua vida mais firmemente e mais sutilmente do que eu” (YOURCENAR, 1995, p. 300-301).

A importância que Marguerite Yourcenar dedica a um personagem que ganha voz para falar da própria vida, ressalta uma consideração outrora destacada por Mark Schorer em Friedman: a de que a arte da literatura possui a “capacidade fatal de falar” (FRIEDMAN, 2002, p. 168). Contudo, essa capacidade se mostra árdua para o autor, pois ele precisa “desenhar” no papel, por meio do seu arcabouço de palavras, as imagens que deseja transmitir ao seu leitor. Não obstante, o ato de fala pela literatura pode gerar um conflito para o próprio autor, já que “(...) o escritor fica continuamente abalado entre a dificuldade de mostrar o que uma coisa é e a facilidade de dizer como se sente a respeito dela” (FRIEDMAN, 2002, p. 168). No caso de Marguerite, seu conflito estava em sua tentativa de reavivar lembranças e esquecimentos de Adriano, como se fosse o próprio imperador a recordá-los, sem, contudo, trazer para a obra lembranças e esquecimentos da autora e que se assemelhassem a seu personagem (YOURCENAR, 1995, p. 301-302).

A exploração discursiva da imagética de Antínoo: dialogando com *História Augusta* e *Memórias de Adriano*

A deificação *post-mortem* de Antínoo por meio das estátuas solicitadas por Adriano foi uma das estratégias mobilizadas para perpetuar-se na História seu governo. O que comprova sua deificação foi o fato de o rapaz ter morrido em sacrifício pelo Principado de Adriano. Através das estátuas, Adriano expunha aos cidadãos romanos a certeza de vivência em um Império dotado de proteção divina, de poder, de estabilidade e beleza (ZANKER, 1998, p. 4). Por que beleza? As representações imagéticas de Antínoo foram assemelhadas com as deidades juvenis Apolo e Dionísio, ou ainda sua imagem foi modelada à semelhança de Narciso. Segundo os arqueólogos, a variabilidade imagética das estátuas de Antínoo, até que alcançassem certa padronização, durou oito anos, a contar da data de morte do mancebo (VOUT, 2005, p. 83).

As imagens confeccionadas e postas em lugares públicos possuíam o objetivo de embelezar e unir as províncias e Roma ao imperador. Yourcenar destaca esse aspecto da seguinte forma: “Tenho reconstruído muito: é uma forma de colaborar com o tempo sob seu aspecto de passado, é preservar ou modificar seu espírito, fazer dele uma espécie de reserva para o futuro; é reencontrar sob as pedras o segredo das origens” (YOURCENAR, 1995, p. 131). Esse objetivo é ficcionalizado pela autora em outra passagem:

Estamos sobrecarregados de estátuas, fartos de belezas pintadas ou esculpidas, mas a abundância cria uma ilusão; reproduzimos incansavelmente algumas dúzias de obras-primas que já não seríamos capazes de criar. (...). Desejei viver o máximo possível entre essas melodias da forma (YOURCENAR, 1995, p. 134).

Em *História Augusta*, apesar de somente informar sobre o erguimento de estátuas em locais públicos, dialoga com o trecho acima, bem como nos permite reafirmar o cumprimento de um objetivo por trás dessa prática: embelezamento e união do imperador com as cidades visitadas por meio do erguimento de estátuas, assim como no oferecimento de diversão por meio de jogos (com o claro intuito de mostrar um Império vívido e alegre com os atos de seu imperador): “19.2. Em quase todas as cidades fez algumas construções e ofereceu jogos” (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 59).

Sobre o rapaz inspirador das estátuas, Antínoo era oriundo de família grega da cidade de Claudiópolis, localizada na província romana de Bitínia²⁵⁶. Possivelmente nasceu entre os anos de 110-112 d.C. Ele foi descrito por Yourcenar como o acompanhante do imperador em suas viagens, procurando delinear possíveis traços de sua personalidade, considerando que quase não existem fontes que ateste sua companhia sempre recorrente ao lado de Adriano (nem em *História Augusta* o mancebo é citado como um acompanhante recorrente do imperador). Marguerite, então, tenta descrevê-lo pelas lembranças de Adriano assim:

Antínoo era grego: remontei, através das recordações daquela família antiga e obscura, até a época dos primeiros colonos arcádios, às margens do Propôntide. A Ásia introduzira nesse sangue, um tanto acre, o efeito da gota de mel que turva e ao mesmo tempo perfuma o vinho puro. (...). Sua presença era extraordinariamente silenciosa: seguiu-me como um animal ou um gênio familiar. Possuía infinita capacidade de alegria e indolência, de selvageria e confiança, à semelhança de um cãozinho novo. O belo galgo ávido de carícias e de ordens instalou-se em minha vida. Admirava sua indiferença, quase altiva, por todas as coisas que não se referissem a seu prazer ou a seu culto (YOURCENAR, 1995, p. 158).

²⁵⁶ Atual noroeste da Turquia.

Alguns historiadores afirmam que Antínoo não participava ativamente da administração política de Adriano. Contudo, sua presença passou a ser constante nas viagens de Adriano, tornando-o cada vez mais familiar aos olhos do povo. Novamente, um traço explorado pela obra ficcional de Yourcenar, e não apresentado no relato biográfico de Adriano em *História Augusta*: “O rosto jovem, que brevemente embelezaria tantas moedas do mundo grego, começava a ser para a multidão uma presença amiga, um símbolo” (YOURCENAR, 1995, p. 179).

Quando Antínoo morreu, ambas as obras conferiram destaque ao acontecido. Yourcenar destaca o lamento do imperador Adriano pela morte do mancebo em outubro de 130 d.C., supostamente por afogamento. Deu-se no período de festividades a Osíris: “Morreu jovem, porém, o companheiro de minhas caçadas e, depois de sua partida, meu gosto pelos prazeres violentos diminuiu bastante” (YOURCENAR, 1995, p. 15-16).

A recepção da morte de Antínoo por Adriano existe uma referência jocosa em *História Augusta* da relação do imperador com o rapaz, aludindo que Adriano tivesse chorado copiosamente a perda: “5. Ao seu querido Antínoo perdeu-o enquanto navegava pelo Nilo, e chorou-o como faria uma mulher” (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 51). Marguerite recupera essa informação de um modo mais poético e afetivo: “Se me tivesse entregue às mesmas lamentações pela morte de um irmão, ou de um filho, ter-me-iam igualmente censurado por chorar como uma mulher” (YOURCENAR, 1995, p. 210).

Não existem referências precisas acerca das causas do óbito de Antínoo. Algumas versões afirmam assassinato, na qualidade de conspiração contra Adriano, embora Lambert defenda que não existem evidências históricas a respeito, já que a influência de Antínoo sobre o imperador era quase nula. Outra versão sustenta que a realização de um auto culto de beleza do rapaz, cuja finalidade era resguardar-se jovem, terminando com a sua vida ainda na flor da idade. Há, ainda, as versões que consideram a morte do mancebo fruto de sacrifício humano, como relatado por Díon Cássio, embasado na crença circulante na época de Adriano de que o falecimento de um jovem traria auspícios de saúde para as pessoas. E, como nessa época Adriano já apresentava alguns problemas de saúde, era um meio de trazer-lhe fortalecimento e bem-estar, embora Adriano tivesse instituído a negação ao sacrifício humano em seu Império. Em *História Augusta*, as versões da manutenção da jovialidade e do sacrifício humano foram as ressaltadas: “6. De facto, há diferentes versões: uns asseveram que ele se sacrificou por Adriano; outros o que a beleza dele e a volúpia de Adriano mostra” (TEIXEIRA; et al, s.n., p. 51). Por fim, a ausência de informações a respeito das causas relacionadas com o seu falecimento sucede da necessidade de Adriano de não se mostrar em governo como politicamente fraco.

Cogitando sobre a morte de Antínoo, Marguerite tanto dá entender que Antínoo poderia ter constituído sua vida, criando bases que o identificassem (filhos, casamento etc.), como nos permite entender a possibilidade de ganho de bem-estares sobre o Principado de Adriano:

O jovem se desligou de mim no exato momento em que nossos laços teriam começado a pesar-me. Outras rotinas sensuais, ou as mesmas sob outras formas, ter-se-iam estabelecido em sua vida. O futuro incluiria certamente um casamento nem pior nem melhor do que tantos outros, um posto na administração provincial, a gestão de um domínio rural na Bitínia, ou, em outras circunstâncias, a inércia da vida da corte, continuada em alguma posição subalterna; em último caso, seria um confidente, um alcoviteiro, destino de quase todos os favoritos decaídos (YOURCENAR, 1995, p. 177).

Antínoo foi embalsamado e sua morte associada ao culto de Osíris²⁵⁷. Aqui, a autora francesa confere uma imagem áurea, religiosa e mágica para as capelas erguidas na cidade de Antinóe: “As capelas de Antinóe e seus templos, câmaras mágicas, monumentos da misteriosa passagem entre a vida e a morte, oratórios de uma dor e de uma felicidade asfixiantes, eram o lugar de prece e reparação; abandonava-me ali a meu luto” (YOURCENAR, 1995, p. 132). Além disso, Marguerite particulariza a mobilização dos recursos de embalsamento dos egípcios, cultura que Adriano igualmente se aproximou:

Parecia vestido a caráter: a dura coifa egípcia cobria-lhe inteiramente os cabelos. As pernas envolvidas em ataduras não eram mais do que um longo fardo branco, mas o perfil do jovem falcão não havia mudado; sobre as faces pintadas os cílios projetavam uma sombra que eu reconhecia muito bem (YOURCENAR, 1995, p. 211).

A disseminação de seu processo de deificação após a sua morte contou com a fundação de uma cidade com o seu nome como forma de homenagem, onde seriam celebrados eventos em sua honra:

Antinóe ia nascer (...). Parecia-me mais emocionante oferecer ao favorito uma cidade onde seu culto estaria para sempre misturado ao movimento da praça pública, onde seu nome seria mencionado nas reuniões noturnas, quando os rapazes atirariam guirlandas de flores uns aos outros, à hora dos banquetes (YOURCENAR, 1995, p. 203).

²⁵⁷ Sobre a influência do culto de Osíris na deificação de Antínoo, divindade egípcia que Adriano conhecia tão bem, cabe ressaltar que a forte presença desse culto na vida dos faraós e cidadãos egípcios revela um Egito marcado por um forte sentido divinatório. Osíris era um deus egípcio que concentrou poder sobre a vida após a morte, isto é, ele é associado a ideia de ressurreição e regeneração, aproximando-o, inclusive, dos ciclos da natureza, (por exemplo, a inundação anual do rio Nilo). Por vezes, Osíris é referido como filho de Geb, o deus da terra, e, em outros momentos, sua filiação é dada a Ra, o deus do Sol e sua mãe, relacionada com a deusa do céu, Nut. Por fim, é visto como marido e irmão de Isis e pai de Hórus. Designado como o “Senhor do amor” ou “aquele que é permanentemente benigno e jovem”, Osíris possivelmente foi assassinado pelo seu irmão Set, que o desmembrou em quatorze partes – alguns concebem dezesseis – e espalhou-as pelo Egito. Isis, a esposa de Osíris tratou de recolher todas as partes espalhadas, reconstruindo-o, exceto o pênis, que foi comido por um peixe. Às vezes, Osíris é representado antropomorficamente, mumificado, de barba, ora possuindo pele esverdeada, ora negra, de braços cruzados e carregando, em uma das mãos o cajado e, na outra, o açoite. Sua cabeça igualmente tem representação variada, sendo adornada ora com uma mitra branca, ora com uma coroa atef branca com duas plumas de avestruz. Há, ainda, representações de Osíris portando em sua cabeça uma uraeus (serpente) sob a coroa e uns cornos de carneiro.

Embora sua localização não seja precisa, o reino dos mortos situava-se em uma região denominada “Tat” ou “Tuat”. O lar de culto a Osíris localizava-se no Delta, em uma cidade anteriormente chamada Tetu, pelos egípcios, e de Busiris, pelos gregos, e que provavelmente ficava próximo a essa região dos mortos. Pela verdade e retidão de Osíris em ressuscitar os mortos, consideraram-no como o Deus dos Mortos. Isso permite correlacionar aos homens a possibilidade de contornar a morte na promessa de uma vida eterna. Ademais, devido a associações com a natureza e agricultura, Osíris foi igualmente considerado o deus do trigo e a personificação de Maat, deus da Verdade. Quando o Cristianismo ascendeu como religião do Império Romano, a religião egípcia foi eliminada. Todavia, vale destacar que a ligação da morte de Osíris com o evento da ressurreição está associada as ideias de continuidade e estabilidade. O nome do festival em sua homenagem, e que celebra as cheias do Nilo como prosperidade, chama-se Festival de Kohiak, sendo celebrado em todo o país. Para maiores informações consultar: BUDGE, E. A. Wallis, *The Egyptian Book of the Dead*. Black Dog & Leventhal Publishers, Inc., British Museum, 2008, p. 25, 27; BUDGE, E. A. Wallis. *The Gods of the Egyptians, or, Studies in Egyptian Mythology*. London: Methuen & Co. Ltd. Reprinted New York: Dover Publications, 1969, p. 259; Enciclopédia Católica: Teodósio I. Disponível online: newadvent.org; REDFORD, Donald B. *The Guide Oxford: Guia Essencial para Egyptian Mythology*. Oxford University Press: Berkley, 2003, p. 302-307; WILKINSON, Richard H. *The Complete Gods and Goddesses of Ancient Egypt*. Thames & Hudson; 1st edition, 2003, p. 6; TEETER, Emily. *Religion and Ritual in Ancient Egypt*. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 1-2.

A cidade de Antinóe foi transformada em reduto de celebração de eventos de culto a Antínoo. Nessa região, a cada quatro anos a celebração da divinização ocorria:

Falei aos sacerdotes: seu santuário seria restaurado e se tornaria um lugar de peregrinação para todo o Egito; seu colégio, enriquecido, ampliado, se consagraria dali por diante ao serviço do meu deus. Mesmo nos momentos mais conturbados do nosso relacionamento, jamais duvidei de que aquela juventude fosse divina (YOURCENAR, 1995, p. 201).

Acredita-se que esboços fidedignos ao rapaz tenham circulado pelas oficinas provinciais do Império Romano, sem, contudo, impedir que entre eles existisse variações de representação:

Exigia também a semelhança exata, a presença familiar, cada irregularidade de um rosto mais querido do que a própria beleza. Quantas discussões para encontrar a linha espessa de uma sobrancelha, a curva levemente intumescida de um lábio.... Contava desesperadamente com a eternidade da pedra, com a fidelidade do bronze, para perpetuar um corpo perecível ou já destruído, mas insistia também em que o mármore, ungido todos os dias com uma mistura de óleo e de ácidos, adquirisse o brilho e quase a maciez de uma carnadura jovem (YOURCENAR, 1995, p. 136).

Em *Memórias de Adriano*, a autora reforça a exacerbada produção imagética do mancebo pelo imperador. Numerosas estátuas foram erguidas em sua homenagem, percorrendo todo o Império, disseminando determinado ideal de beleza juvenil helênica:

Existem estátuas e pinturas do jovem vivo, aquelas que refletem a paisagem prodigiosa e inconstante que vai dos quinze aos vinte anos: o perfil sério de menino ajuizado; aquela estátua na qual um escultor de Corinto ousou fixar o abandono do adolescente que arqueia o ventre recuando os ombros, com a mão nos quadris como se observasse uma partida de dados na esquina de uma rua. Existe um mármore no qual Pápias de Afrodísias esculpiu um corpo mais nu do que a própria nudez, totalmente indefeso, impregnado do frescor suave de um narciso. E Aristéias esculpiu, sob minhas ordens, numa pedra levemente rugosa, a pequena cabeça, imperiosa e altiva.... Existem também os retratos executados após a morte e pelos quais a morte passou: as grandes faces de lábios silenciosos, carregados de segredos que já não são os meus, porque já não são os segredos da vida (YOURCENAR, 1995, p. 136-137).

Se recuperamos a versão que a morte de Antínoo foi um sacrifício em prol da perpetuidade do Principado de Adriano, sendo o rapaz posteriormente transformado em um deus a ser cultuado, Yourcenar nos chama a atenção para a profunda ligação entre culto divinatório, embelezamento e transmissão de uma imagem que pudesse imediatamente aludir ao imperador:

Mas a fisionomia de um outro preocupou-me muito mais. Desde que ele passou a representar um papel importante em minha vida, a arte deixou de ser um luxo: tornou-se um recurso, uma forma de socorro. Impus essa imagem ao mundo. Existem hoje mais retratos desse menino que de qualquer homem ilustre ou de qualquer rainha. Empenhei-me primeiro em fazer fixar pela estatuária a beleza sucessiva de uma forma em constante mutação; a arte tornou-se em seguida uma espécie de operação mágica capaz de evocar uma face perdida (YOURCENAR, 1995, p. 136).

Em termos históricos, o culto divinatório mobilizado por Adriano teve profunda ligação com a cultura helenística, da qual o imperador era um profundo admirador. O culto a Antínoo foi disseminado por todo o Império Romano e em localidades gregas foi

associado a Hermes. No resto do Império a deificação de Antínoo foi associada ao Dionísio.

Considerações finais

O estudo sobre uma imagem reflete a forma de vida ou de pensar de uma sociedade, tanto no que tange aos seus valores pessoais quanto à forma como imaginam a si no mundo e o mundo ao seu redor. A isso, podemos dizer que as imagens carregam um a espécie de poder muito particular: a da associação direta com o(s) seu(s) transmissor(es). Seu efeito pode ser sentido, por exemplo, e aqui é o caso, como ferramenta de disseminação propagandística de um governo. O objetivo atingido com tal movimento pode ser múltiplo: mostrar força, poder, embelezamento e conexão entre poder e sociedade pela via artístico-cultural (ZANKER, 1998, p. 3).

Ao longo da pesquisa procuramos apresentar uma particularidade do Principado de Adriano com a presença de Antínoo. Para além de especulações afetivas a respeito, o presente trabalho procurou resgatar a importância divinatória e propagandística que a figura do mancebo produziu, captando-a através da manipulação de duas fontes contrastantes: *História Augusta* e *Memórias de Adriano*. Em ambas as obras resgatamos a importância da disseminação imagética de Antínoo no Principado de Adriano, destacando a importância das práticas divinatórias dos egípcios e a cultura helenística, que tanto agradavam a Adriano e que serviram como movimento estratégico de união das províncias romanas ao redor do imperador.

Referências bibliográficas

- ALDRICH, Robert. *The seduction of the Mediterranean: Homosexual writing, art and fantasy*. New York: Routledge, 1993
- ALDRICH, Robert. *Who's who in gay and lesbian History: From Antiquity to the Mid-twentieth century*. New York: Routledge, 2002.
- BLANCHET-DOUSPIS, Mireille. *L'influence de l'histoire contemporaine dans l'oeuvre de Marguerite Yourcenar*. Amsterdam, New York, 2008.
- BREISACH, Ernst. *Historiography: Ancient, Medieval, and Modern*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- BIRLEY, A.R. Hadrian to the Antonines. In Alan K. Bowman, Peter Garnsey, Dominic Rathbone. *The Cambridge ancient history: The High Empire, A.D. 70-192*. Cambridge University Press, 2000.
- BIRLEY, A.R. *Lives of the Later Caesars*. London: Penguin Classics, 1988.
- BROWMAN, Alan; et al. *The Cambridge ancient history: The High Empire 70-192*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BUDGE, E. A. Wallis, *The Egyptian Book of the Dead*. Black Dog & Leventhal Publishers, Inc., British Museum, 2008.
- BUDGE, E. A. Wallis. *The Gods of the Egyptians, or, Studies in Egyptian Mythology*. London: Methuen & Co. Ltd. Reprinted New York: Dover Publications, 1969.
- BURG, B. R. *Gay Warriors a Documentary History: From the Ancient World to the Present*. NYU Press, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- COUTO, Américo Henrique Marquez do. A construção de imagens imperiais romanas: imaginário e representação dos governos de Trajano e Adriano (século II d.c.). In: I Simpósio Internacional de História: Cultura e Identidades, 2003, Goiânia. *Caderno de Resumos*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Elena Ortiz. São Paulo: EDUSC, 2003.

EDWAEDS, Sam. *The Emperor: An Analysis of the Roman State's Highest Post — All Empires*. Disponível online: http://www.allempires.com/article/index.php?q=the_emperor_-_an_analysis_of_the_roman_state. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

Enciclopédia Católica: Teodósio I. Disponível online: newadvent.org. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

FINLEY, Moses. O estudioso da História Antiga e suas fontes. In: *História Antiga: Testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. *Revista USP*, São Paulo, nº 53, p. 166-182, março/maio de 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/53/15-norman-2.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

GIBBON, Edward. *Historia de la decadencia y caída del Imperio Romano*, vol. 01: Años 96 a 438. Turner, 1984.

GRAINGER, John. *Nerva and the Roman succession crisis of 96–99 a.C.* London: Routledge, 2003.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma Antropologia Literária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de História*. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LENDERING, Jona. Disponível online: <http://www.livius.org/articles/person/casperi-us-aelianus/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

MATYSZAK, Philip. *The Sons of Caesar: Imperial Rome's First Dynasty*, London: Thames & Hudson, 2006, s.p. [versão digital].

REDFORD, Donald B. *The Guide Oxford: Guia Essencial para Egyptian Mythology*. Oxford University Press: Berkley, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 36/37, ano 20, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1146/1066>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

STIERLE, Karlheinz. *A ficção*. Tradução de Luiz Costa Lima. Organização de Carlinda Nunez e Francisco Venceslau dos Santos. Rio de Janeiro: Caetés, 2006.

TEETER, Emily. *Religion and Ritual in Ancient Egypt*. New York: Cambridge University Press, 2011.

TEIXEIRA, Cláudia A.; Brandão, José Luís; Rodrigues, Nuno Simões. *História Augusta vol. I: Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo*. - História Augusta Vol. I: Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo. 2ª edição ed. Coimbra: [s.n.].

VOUT, Caroline. Antinous, Archaeology, History. *The Journal of Roman Studies*. Society for the Promotion of Roman Studies, 95: 80–96, 2005.

WILKINSON, Richard H. *The Complete Gods and Goddesses of Ancient Egypt*. Thames & Hudson; 1st edition, 2003.

YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1995.

ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*. United States: The University of Michigan Press, 1998.

GUASQUEARAM A MÃE COM UM PICÃO E A FILHA UM RELHO DE FERRO, POR UM BOM CAVALO, UM VESTIDO, QUATRO VACAS MANSAS, QUATRO ONÇAS E UM CRIME PASSIONAL?

Vinicius Cardoso Nunes²⁵⁸

Resumo: Neste artigo analisarei o homicídio de Manoela Perpétua Pedroso e sua filha que foi cometido no ano de 1874 tendo o envolvimento do liberto Gaspar Furtado, dos escravos Antônio Luiz, Idalino, Geórgia e Maria José. Em um primeiro momento irei analisar as falas dos escravos procurando compreender que motivos fariam estes cativos praticarem o assassinato de Manoela e sua filha Perpétua que tinha na época então 9 anos. Em um segundo momento, analisarei as falas dos informantes (escravos) e das testemunhas sobre o crime; também farei a análise do cotidiano vivido por aquelas pessoas, desde o contato com outros cativos perpassando contatos com pessoas livres; a importância da autonomia que tinham os escravos campeiros;

Palavras-chaves: homicídio – escravidão – campeiros.

Várias versões de um crime passional

Era madrugada de 22 de fevereiro de 1874, Manoela Perpétua Pedroso dormia em seu quarto com sua filha de nome Perpétua de 9 anos. As vítimas moravam no 3º Distrito de Piratini. Manoela Pedroso era viúva de Domingos Francisco Pedroso Filho, e chegou ao meio dia de 22 de fevereiro com seu irmão José Duarte da casa de sua mãe de nome Perpétua. Manoela havia deixado seus filhos na casa de uma senhora, chamada de Palmirinha (Palmira), e no meio do caminho a preta Geórgia que foi buscar as crianças encontrou com um dos considerados assassinos o crioulo Antônio, e combinou que deixaria a porta que dava aos fundos do quintal aberta para que pudesse ele e seu companheiro o preto liberto Gaspar Furtado entrarem sem dificuldade e cometerem o homicídio de Manoela Perpétua Pedroso, com o auxílio de Geórgia que assistiu a sua senhora e a filha desta serem assassinadas na cama onde dormiam.

Na tabela abaixo mostro as pessoas acusadas como as réis no processo-crime, para facilitar ao leitor quem são as pessoas que apareceram no decorrer do texto.

Tabela 1 - Pessoas acusadas como as réis no processo-crime

Nome	Idade	Naturalidade	Estado Civil	Profissão	Condição
Maria José	29 anos	Rio Grandense	Solteira	cozinheira	Escrava
Geórgia	15 a 25 anos mais ou menos	Rio Grandense	Solteira	serviços domésticos (engomadeira e lavadeira)	Escrava
Gaspar Furtado	45 a 50 anos mais ou menos	Rio Grandense	Casado	Campeiro, Lavrador.	Liberto
Idalino	22 anos mais ou menos	Rio Grandense	Solteiro	Campeiro, lavrador e carreteiro	Escravo
Antônio		Rio Grandense	Solteiro	Campeiro,	Escravo

²⁵⁸ Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: viniciusnunes03@gmail.com

				Jornaleiro e Lavrador.	
Maria José Leite	25 anos	Rio Grandense	Casada	Serviço Doméstico	Livre

Fonte: Do autor. Realizada com base nos dados dispostos no processo-crime Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143.

Na outra tabela encontram-se as testemunhas e informantes, quanto aos informantes a maioria eram escravos e livres eram apenas José Pereira Duarte, Esmena Perpétua Pedroso e Domingos José Pedroso.

Tabela 2 - Testemunhas e informantes

Nome	Idade	Naturalidade	Estado Civil	Profissão	Condição Social
João Saturnino	30 anos	Rio Grandense	Solteiro	Campeiro	Escravo
Severo	12 anos	Rio Grandense	Solteiro	Campeiro	Escravo
Francisco	50 anos	Rio Grandense	Solteiro	Campeiro	Escravo
José Pereira Duarte	25 anos	Rio grandense	Solteiro	lavrador	Livre
Domingos José Pedroso	68 anos	Rio Grandense	Casado	Criador	Livre
Luis Pinto Ribeiro	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Livre
Joaquim Antônio Garcia	56 anos	Rio Grandense	Casado	Forneiro	Livre
João de Souza Couto	32 anos	Portugal	Casado	Ourives	Livre
Leopoldino Patricio de Farias	62 anos	Rio Grandense	Não Consta	Empregado Público	Livre
Esmena Perpétua Pedroso	6 anos	Rio Grandense	Solteira	Sem profissão	Livre
Manoel crioulinho	9 anos	Rio Grandense	Solteiro	Campeiro	Escravo
José Pereira Duarte	25 anos	Rio Grandense	Solteiro	Lavrador	Livre
José Fortunato Borges	30 anos	Rio Grandense	Casado	Criador	Livre
Manuel Ferreira Andrade	54 anos	Portugal	Não Consta	Comércio	Livre
Dionisio Alves Pereira	50 anos	Rio Grandense	Casado	Criador	Livre
Alferes Franklim Machado da Silva	28 anos	Rio Grandense	Solteiro	Militar	Livre

Sobre as testemunhas e os dois informantes livres José Duarte e Domingos Pedroso, já que Esmena por ser criança não tinha uma profissão, pude perceber que dos 11 homens citados, 5 rio grandenses tinham como profissão criador ou lavrador, ou seja, tinham seu sustento através do meio agrário; 1 não consta informação, 1 era forneiro, 1 empregado público e 1 era militar; os 2 portugueses trabalhavam em áreas que não se dedicavam ao setor agropecuário e sim mais voltados ao comércio. João de Souza Couto era ourives e Manuel Ferreira Andrade era comerciante. Esses dados são perceptíveis também nos processos-crimes anteriores, em que esse número de estrangeiros trabalhando em áreas que não era a agropecuária, me faz compreender que os rio grandenses, no caso aqui os piratinenses se dedicavam mais a agropecuária.

3.2.2. O que disseram os réus e pessoas envolvidas?

Mais do que analisar o crime em si ao ler o processo-crime durante a sua transcrição, foi importante perceber que mesmo dentro de toda a pressão envolvida durante depoimentos e testemunhas, que inclusive são utilizados pela defesa de Maria José Leite, quando buscava provar inocência, percebi alguns aspectos das vidas destes escravos como suas redes de relações com os demais cativos e pessoas livres. Começarei com a fala da preta Maria José, 29 anos, solteira, rio grandense, filha natural de Leonor que foi escrava de Domingos Francisco Pedroso, e tinha como profissão cozinheira, foi perguntada como tinha ocorrido o assassinato de sua senhora Manoela Perpétua Pedroso e de sua filha Perpétua, respondeu:

[...] que a poucos dias quando sua senhora se achava ausente de passeio em casa de Dona Perpétua mãe de sua senhora a crioula Geórgia, sua parceira lhe convidou para assassinar a sua senhora, que ela respondente era incapaz de cometer semelhante fato, e tratou de dissuadi-la desse propósito que a um ou dois dias disse a mesma preta Geórgia tornou a repetir-lhe o mesmo convite, que antes lhe tinha feito de assassinar a sua senhora, acrescentando que para perpetração do crime já contavam com companheiros; que ela respondente tratando de dissuadir sua parceira concluiu perguntando-lhe quais os nomes desses companheiros a que ela se referia ao que ela se negou dando uma risada, sempre dizendo que para um serviço que tinha a fazer Dona Ana Ribeiro, mulher de Pedro Vaz d'Almeida lhe prometem uma boa gratificação, um que em tudo declinava a [ilegível] do serviço dela exigia Dona Ana Ribeiro. Disse(?) depois chegando sua senhora e a noite depois de tudo estivesse acomodados, e ela respondente dormindo em seu quarto, acordou-se com as pancadas na porta e gritos que davam 3 filhos da finada sua senhora de que estavam dando na sua irmã Perpétua e que ela respondente correndo então para a sala de jantar na porta gritava pela preta Geórgia para que deixasse o que aconteceu a cujo chamado ela atendeu dizendo lhe que entrasse, que a sua senhora já estava morta.²⁵⁹

Do que foi dito pela preta Maria José, foi a crioula Geórgia quem lhe convidou para assassinar a senhora, dá a entender que a relação entre Geórgia e Manuela Perpétua Pedroso deveria estar fragilizada, essa é primeira hipótese que surge na leitura no processo-crime, pois seria um dos motivos que levou Geórgia a facilitar aos acusados de cometerem o crime entrarem na residência e efetuarem o assassinato, algo que tenha levado a romper com Manuela da forma mais drástica, um rompimento definitivo na relação senhor-escravo, no caso investigado, senhora-escrava. O mesmo vale,

²⁵⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.15 frente e verso e 16 frente.

possivelmente, para preta Maria José que não avisou a sua senhora do que iria ocorrer, acreditando que o convite da crioula Geórgia a ela fosse uma espécie de brincadeira foi em um depoimento mais adiante a alegação para não ter contado a sua senhora as pretensões. Sobre incriminar a Dona Ana Ribeiro foi uma tentativa de colocar a culpa, desviando o foco de quem foi à mandante do crime, ao ser questionada sobre uma possível inimizade entre Ana Ribeiro e Manuela Pedroso, Maria José contou que Ana não gostava de sua senhora, isso porque a falecida Manuela Pedroso fazia “constantes visitas” ao marido de Ana, Pedro Vaz de Almeida. Perguntou o Juiz a Maria José o porquê ela não contou a sua senhora quando chegou do passeio do convite feito pela preta Geórgia a ela para matar a Manuela, Maria José respondeu ao Juiz por ter a tempo ter chego sua senhora em casa e que não entendia, ou melhor, não acreditava, que Geórgia iria de fato assassinar ou auxiliar a matarem a Manuela Pedroso.

Moreira (2003) fala sobre as negociações cotidianas e que alguns dos atos que indicaram o fim destas negociações foram, por exemplo, o ataque direto dos cativos aos seus senhores. Afirma ainda que estas ações não foram “[...] aspectos diferenciados e estanques, mas partes componentes de um mesmo processo de relações (MOREIRA, 2003, p. 50).” Geralmente isto ocorreria após uma sucessão de fatos que culminariam em um fim das negociações cotidianas e um rompimento definitivo, acredito, que seria por exemplo: o (os) homicídio (s).

Interrogada quando havia socorrido as filhas de Manuela Perpétua Pedroso, a preta Maria José:

Respondeu que estavam abertas a porta da sala que dá para o pátio em cuja porta chegou e depois recuou em razão da resposta que lhe dera a preta Geórgia não podendo por isso conhecer nessa ocasião se existiu mais alguma porta aberta, verificando depois em ocasião que fugiu, que existiu também aberta a janela do quarto onde dormia sua senhora, por onde ela viu sair a preta Geórgia quando foi chamar ao irmão de sua senhor por nome José Pereira Duarte, que dormia a pouca distância em um quarto da residência do sogro de sua senhora Domingos Francisco Pedroso.²⁶⁰

Em seguida questionada sobre como estavam às portas e demais aberturas da casa pós-assassinato, contou Maria José:

que a porta era fechada por uma tramela, e que quando e quando o irmão e sogro de sua falecida senhora acudiram do conflito tendo examinado a porta não encontraram indícios algum de que ele tivesse sido forçada e que os que apareceram depois entende terem sido feitos pela preta Geórgia porque em ocasião o irmão e o sogro de sua senhora tinham saído a tomar café, viu a preta Geórgia com uma faca na mão junto a porta que da para o pátio, supondo por isso que ela fizesse na tramela o portal da porta os riscos de faca que antes não existiam.²⁶¹

A partir das duas respostas dadas pela preta Maria José, que Geórgia agiu de forma intencional, ao abrir as portas que davam ao quintal para que os dois homens que cometeram o assassinato fugissem sem que fossem pegos. E Geórgia, provavelmente, tentando não atrair para si o crime foi chamar ao irmão de Manuela Perpétua Pedroso, José Pereira Duarte para que este fosse ao quarto de sua irmã, e quando fez isto já era tarde, tendo em vista que Manuela já estava morta e sua sobrinha ainda agonizava. Geórgia também tentou deixar marcas nas aberturas tentando dar a insinuação de que foram forçadas pelos homens que praticaram o crime.

²⁶⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 16 frente.

²⁶¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.16 verso.

A questão é se Geórgia teria motivos para isto? A primeira vista parece que sim, mas qual não é definido. Maria José também, mesmo que considerasse o convite da crioula Geórgia como brincadeira, haveria de avisar a sua senhora, o que não ocorreu. Mas em todos os seus depoimentos a preta Maria José reafirma o que dito, que acreditava que não passava de deboche os planos da crioula Geórgia. Importante notar que até este processo-crime a participação de mulheres direta e indiretamente é muito pequena, Carvalho mostra que em Santa Maria o número de mulheres envolvidas em processos-crimes de homicídios era um número pequeno, mas “[...] não significa dizermos que os homens eram mais violentos ou mais propícios a tais atos, mas que talvez pelo fato da sensibilidade penal do período de certa forma proteger as mulheres, consideradas *vítimas* dos instintos, mais próximas a *natureza*, seus parceiros acabassem denunciados como os verdadeiros culpados (CARVALHO, 2005, p.130-131).” Segundo Guedes os estudos sobre “criminalidade feminina na cidade de Pelotas, entre os anos de 1880 a 1890, permitiu a abordagem sobre os problemas do cotidiano dessas mulheres, não como personagens pacientes, frágeis e resignadas, mas, também, como agentes da violência (GUEDES, 2014, p.142). [...]”

Geórgia 15 anos de idade mais ou menos²⁶², natural do Rio Grande do Sul; era filha da escrava preta Margarida (falecida na época do crime), escrava do falecido Hilário Pereira Duarte; tinha como profissão serviços domésticos (engomadeira e lavadeira), contou às autoridades que Manuela Pedroso estava na casa de sua mãe de também nome Perpétua, e que nesta noite foram até a casa de Manuela Perpétua dois homens: o índio Martinho, e o preto liberto Gaspar. Segundo Geórgia, Martinho morava perto de um local denominado Pedregal; enquanto Gaspar residia próximo a casa de um senhor chamado João Cardoso d'Oliveira. Foram avisar a Geórgia que matariam sua senhora Manuela Pedroso, mas como esta não se encontrava em casa retornariam em outro momento. A versão da crioula Geórgia era de que eles ameaçaram-na de morte, este seria então os motivos que possivelmente a levaram a não avisar Manuela Perpétua Pedroso, seu irmão José Pereira Duarte e o sogro de Manuela, Domingos Francisco Pedroso do crime que se sucedeu na noite de 22 de fevereiro. Foi questionada também pelos dois homens, se tinham mais pessoas hospedadas na casa de Manuela Pedroso, e afirmaram a escrava Geórgia que voltariam para executar o crime em outra oportunidade, tendo em vista que Manuela não se encontrava em casa. Após voltar da visita que havia feito à senhora sua mãe, Manuela e sua filha Perpétua, foram deitar-se no quarto, e foi nesta noite que o índio Martinho e o preto Gaspar foram até a sua residência e chamaram a crioula Geórgia, que contou o seguinte as autoridades:

que ela respondente por isso deixando a porta aberta já alta noite em tempo que sua senhora e as crianças estavam dormindo, ela respondente introduziu os assassinos para o quarto de sua senhora, a que ai o preto Gaspar acendeu o fósforo para uma luz dele observar bem o lugar em que sua senhora estava deitada e que depois disso o preto Gaspar com um pau com um ferro na ponta e pelos sinais que deu mostrou ser picão e o índio Martinho com um relho de cabo de ferro o descarregaram ambos golpes entre a cabeça de sua senhora, que estava dormindo, dando por casa modo a ela (?). Que ao tempo que cometeram os assassinatos, sua senhora moça Perpétua, que dormia na mesma cama de sua senhora, acordou-se gritando que não matasse a sua mãe que então os assassinos voltando-se contra ela descarregaram-lhe golpes no mesmo modo que haviam feito em sua senhora dos quais lhe resultou a morte; que depois disso e tiveram os assassinos se voltando pela mesma porta porquê entrou apareceu nos [ilegível] [ilegível] a preta Maria José acompanhada das crianças e que haviam fugido do quarto por ela respondente procurando saber que barulho era esse do que ela respondente declarou que entrou que sua senhora já estava morta, e que Maria José não quis entrar retirando-se com as crianças que ela respondente

²⁶² Em outros momentos alegou ter mais de 20 anos de idade.

então abrindo a janela do quarto de sua senhora, e foi dar aviso da ocorrência ao irmão de sua senhora de nome José, que estava dormindo em quarto do sogro de sua senhora, Domingos Francisco Pedroso.²⁶³

Geórgia afirmou ao Juiz que não havia nenhum tipo de inimizade entre os assassinos de Manuela para com ela, tanto que não conhecia o índio Martinho e havia visto apenas duas vezes o preto Gaspar. Questionou então o juiz se Geórgia sabia quem havia mandado matar sua senhora: ela (Geórgia), ou outra pessoa? Em sua resposta, Geórgia disse que não foi ela a mandante, pois, segundo ela, sua senhora era muito boa. Essa denominação de muito boa feita de Geórgia a sua senhora, é muito próxima ao que respondem um dos escravos envolvidos no processo-crime relativo à tentativa de insurreição quando afirmava que não fugiria, pois seu senhor era muito bom, talvez ao conquistar algo na relação aos seus senhores estes dois casos de uma exposição positiva do senhor (a) levou estes escravos a cunhar estes termos, ou o medo de castigo, no caso de Geórgia a pena por ter sido uma agente passiva no homicídio. Mas porque então consentir com um crime desta natureza e não falar nada sobre o que viria a acontecer? No depoimento de Maria José, a escrava conta que havia sido convidada por Geórgia para auxiliar a matarem Manuela Pedroso, possivelmente Geórgia não tinha uma relação “boa” com sua senhora? Ou talvez só quisesse sobreviver às ameaças feitas por Martinho e Gaspar. Provavelmente, a questão de sobrevivência tenha pesado para a crioula Geórgia. Ela conta ainda que não sabia quem era o ou a mandante do crime, o que foi “desmentido” um pouco depois, primeiro no sentido de que havia uma mandante e depois o nome da mandante.

Segundo a crioula Geórgia se criou um mal-estar entre Ana Ribeiro e Manuela devido ao “presente” dado por Pedro Vaz de Almeida a senhora de Geórgia que levou a sua esposa Ana a pensar em um crime passional que envolveu a escrava de Manuela. Outro ponto importante do depoimento é a citação de Geórgia sobre o índio Martinho, está não é a primeira vez neste trabalho que faço referência a esse grupo étnico, ainda mais tratando-se do 3º Distrito de Piratini. Losekann em Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da “Costa do Bica” e “Paredão”, Piratini, RS (2011) em sua trabalho faz um levantamento sobre a formação do 3º Distrito e mostra uma grande presença de descendentes de indígenas naquela região. Outro ponto importante dessa região é que a autora em sua pesquisa entrevistou várias pessoas que registraram estarem ali a várias gerações e:

alguns deles faziam referência a serem descendentes de ex-escravos, ou escravos fugitivos, também alguns entrevistados, sendo estes a maioria, disseram ser descendentes de índios, como ainda são reconhecidos. Destacam-se também alguns camponeses mais idosos que dizem ser descendentes de uruguaios por parte de pai ou avô, além da origem açoriana (LOSEKANN, 2011, p.30).

Severo, 12 anos de idade, rio-grandense, filho da preta Cecília, escrava de Modesta Leite de Farias, campeiro, e ele era escravo de André José de Farias. Em seu depoimento o campeiro Severo, declarou que Geórgia lhe contou que tinha mandado matar sua senhora a quem ela denominou com um termo que no processo-crime fica de difícil leitura pela escrita do escrivão, mas ao que me parece não ser algo “positivo”. E não soube mais nada, pois não teve tempo, já que seu senhor André de Farias o mandou para recolher os cavalos. É importante essa passagem, pois mostra os afazeres dos campeiros, no caso, do Severo, mas que deveria ser rotina aos demais, lembrando que dos campeiros vistos até agora este era o mais novo, possivelmente deveria ser

²⁶³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo nº: 1302, M:33, E:143, p. 18 frente e verso e 19 frente

“iniciante” nesta lida do campo. Questão importante também é que ele regulava de idade com Geórgia que na época tinha então 15 anos, e todos eles crioulos; além disso, Geórgia também parece, ao menos, pelos depoimentos, que tinha ou conseguia ter uma mobilidade de deslocamento e articular/dialogar com os demais escravos. O que é mais nítido aqui do que em outros processos-crime trabalhados anteriormente onde havia passagens de citações de escravas, mas pouca fala delas a não ser no caso de Raimundo e suas linguças. Ao ser questionado porque não informou a ninguém que Geórgia havia lhe falado que mataria sua senhora, Severo, respondeu da seguinte maneira “[...] que esqueceu.[...]”²⁶⁴.

Novamente a crioula Geórgia foi convocada para depor sobre o assassinato de sua senhora, mas Geórgia muda o nome do índio Martinho para o do pardo João Satú escravo de Pedro Vaz de Almeida. Acusou novamente Ana Ribeiro de ser a mandante do crime. Reafirmou que foi Ana Ribeiro que lhe comunicou assim como os assassinos e ao ser questionada o porquê da troca de nomes dos envolvidos Geórgia:

Respondeu que disse por que João Satú lhe dissera que se por acaso aquilo chegasse a ser descoberto nunca disse que tinha sido ele um dos assassinos, e sim o índio Martinho.

Perguntada qual dos dois assassinos tinha o picão com que assassinaram sua senhora e a menina Perpétua?

Respondeu que o João Satú²⁶⁵

A mudança de nomes mostra que a crioula Geórgia, provavelmente, sofreu pressões para ocultar quem havia sido a pessoa que mandou sua senhora, senhora como ela afirmou em seu segundo depoimento transcrito acima. Primeiro que tiraria o foco dos possíveis “verdadeiros” culpados (sem ter juízo de valor aqui).

Gaspar Furtado, 50 anos mais ou menos, liberto, rio Grandense, filho da preta escrava Cláudia, campeiro e lavrador, que disse saber ler e escrever, afirmou desconhecer quem eram os assassinos de Manuela Pedroso e sua filha de 10 anos Perpétua; e que na noite do assassinato encontrava-se ele na casa de João Cardoso d’Oliveira, de onde havia chegado do Estado Oriental, local em que passou de viagem. De novo temos além do campeiro o Estado Oriental, se não alguém de lá o local, uma zona de fronteira e contato entre as pessoas destas regiões. Gaspar estava trabalhando na estância do falecido Coronel Aníbal Antunes Maciel em um local que segundo Gaspar se chamava “hospital”. Contou que soube dos assassinatos a picão e machado da esposa de João Cardoso d’Oliveira.

Ao ser questionado pelas autoridades, como ele não sabia quem havia cometido os assassinatos, sendo que a crioula Geórgia havia o acusado, Gaspar afirmou não saber qual a finalidade que ela tinha afirmado. Já que dos nomes que Geórgia citou, apenas Gaspar apareceu nos dois depoimentos. Afirmou ao ser questionado do tempo que estava no Estado Oriental, que ficou naquele país de dois a três meses, possivelmente tentando criar um alibi para acusação que recaiu “sobre seus ombros”. Possivelmente, pelo tempo que tenha ficado no Estado Oriental, Gaspar devia ter tido muito trabalho na fazenda de Aníbal Antunes Maciel, já que sendo campeiro a lida deveria ser grande, pegando algum período de safra nas estâncias saladeiras, ou de venda de gado para estas estâncias.

Ao seguir o auto de perguntas, desconhecia Gaspar qualquer tipo de inimizade entre Manuela Perpétua Pedroso e seus vizinhos, e nem sabia quem poderia ter cometido o crime. Gaspar quando preso havia dito que tinha sido um dos assassinos da Perpétua mãe e filha, mas negou em seu depoimento, afirmando que ouviu da esposa de João

²⁶⁴Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.21 verso.

²⁶⁵Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 25 frente.

Cardoso que as vítimas foram assassinadas com machado e picão. Continuou negando o crime dizendo “não sabe o porquê é que disse acrescentando que nunca viu ninguém jurar contra si²⁶⁶”. Gaspar afirmou que depois de voltar do Estado Oriental manteve-se na casa de João Cardoso sem ir à casa de vizinhos. Foi questionado se ao voltar a vila do Estado Oriental se tinha ido à casa de negócios de João Vaz d’Almeida deu como resposta que “não esteve, e que sim só chegou nesse dia na venda de Antonio Silva no Serro Alegre, e que comprou ali um pouco de [ilegível], açúcar e pão[...]”²⁶⁷ Em seguida Gaspar disse que iria falar a “verdade” finalmente, e que estava omitindo os fatos na tentativa de se tornar inocente no processo-crime, contou Gaspar

Que no dia 21 do corrente mês passado, logo ao por do sol sábado dirigiu-se a casa do Capitão Antônio Furtado, e que ao subir a coxilha denominada Figueira apareceu(?) distância da residência de Joaquim Affonso, encontrou-se com o crioulo Idalino, escravo de Venerando Boeno, o qual lhe dissera que ia a casa dele respondente a chamá-lo por pedido de seu irmão Antônio que o mandara convidar para que fosse a casa de Domingos Francisco Pedroso, onde ele Antonio aguardava para um brinquedo, que ali se ia proceder aquela noite, e que ele respondente anuindo de convite, seguira com Idalino para o lugar indicado, e que chegados ao pé da mangueira de Domingos Francisco Pedroso, Idalino lhe mostrara dentro desta um cavalo encilhado, que lhe disse ser o cavalo de Antônio que ali o deveria estar esperando, e dizendo a ele respondente que tinha mais adiante uma ovelha para levar ao negociante Manoel Ilhéu, despediu-se dele respondente e partiu e que ele respondente dando volta por de trás da casa da falecida Manuela se [ilegível] de baixo de uma figueira grande junto a sua cancela que dá para o quintal, logo depois ali se apareceu o referido crioulo Antônio dizendo-lhe que o tinha mandado convidar para entre ambos assassinarem a Manuela Perpétua Pedroso para que a mulher de Thomas Leite o tinha comunicado prometendo-lhe dar-lhe de gratificação 4 vacas mansas e 4 onças em dinheiro, e que ele Antonio daria a ele respondente as 4 onças se ele o coadjuvasse, e que querendo ele respondente fazer-lhe algumas reflexões sobre o que iam fazer Antônio lhe disse que se ele estava para conversa ele não estava, e seguindo [ilegível] ele respondente o acompanhou e dirigindo-se a porta da casa que dá para o quintal a qual já estava aberta e da parte de dentro a crioula Geórgia de pé entrando ambos Antonio perguntou a Geórgia o que era que se fazia, o que lhe foi contratado, que aquilo mesmo que ela já havia dito então Antônio transpôs a porta do quarto que também se achava aberta, acendeu um bico de vela, que trazia e apagando-o logo, descarregou sobre a vítima com picão, que trazia na mão, e que ele respondente, assustando-se com o grito de – ai Jesus – que dera a falecida Manuela disparou para a parte de fora, ouvindo ainda um grito de criança, dizendo estão matando minha mamãe que viu nesta ocasião que Antônio que estava na porta do quarto tornava a entrar e descarregava golpes sobre a menina, que viu que antes de Antônio sair a crioula Geórgia corria para o lado da cozinha voltando logo, mas que Antônio já estava fora, que viu também uma outra preta agarrar duas ou três crianças que choravam do lado de fora da casa, e conduzindo-as em direção a casa de moradia do Domingos Francisco Pedroso, ele respondente montou o cavalo e seguiu o mesmo caminho por onde tinha vindo, viu que logo atrás dele vinha também, mas que a curta distância este apeou-se e esteve um pouco encostado no cavalo, montando logo depois seguiu para a residência de Manuel Ilhéu.”²⁶⁸

Após o crime Gaspar respondeu as autoridades que não teve mais nenhum contato com Antônio, sobre o equino que Antônio montava, se conhecia ou não Gaspar declarou que “[...] reconheceu ser escuro (o pelo) que até lhe pareceu ser um cavalinho de andar

²⁶⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.28 verso.

²⁶⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.28 verso.

²⁶⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.29 verso; 30 frente e verso.

do falecido Domingos Francisco Pedroso Filho, não só pelo e o tamanho, como também por uma estrela que o mesmo tem na testa.”²⁶⁹ Sobre a indumentária de Antônio vestia uma camisa de algodão grosso que estava suja, um xale com listras azuis e vermelhas (que Gaspar denomina como encarnadas), um paletó(?) preto velho e um chapéu de palha. A versão de Gaspar sobre as motivações que teria a esposa de Maria José Leite, pagar e mandar assassinar Manuela Pedroso era de que havia sido ciúmes, já que Maria e Thomas haviam estado uns tempos separados. Afirmou conhecer o crioulo Antônio há muito tempo e que tinham relações íntimas, me refiro a se conhecerem a tempos. O cavalo que andava na noite do crime era um vermelho grande, parecido com o que tinha. Ao ser questionado se a família de João Cardoso e o próprio sabiam onde andava Gaspar na noite de sábado onde teria ido à casa do Capitão Furtado, respondeu afirmou que João não se encontrava em casa e que a “família” Cardoso tinha conhecimento de onde Gaspar iria. Mesmo liberto parece ter um vínculo de dependência com pessoas livres, possivelmente fosse um empregado assalariado, ou tinha uma proteção destes para ter moradia e garantir condições mínimas.

Geórgia após o depoimento de Gaspar Furtado foi novamente convocada a depor e contou outra versão, e a que sustentou ao longo do processo-crime. Foi questionada sobre as versões dissonantes da de Gaspar Furtado, ela voltou a alegar que era o medo de ser morta pelos assassinos, mas como Gaspar havia dito a “verdade” ela também estava disposta ao mesmo e a partir daí começou a contar outra vez, o que ocorreu na noite do assassinato e o planejamento anterior do mesmo ato. Declarou que quem havia lhe convidado para perpetrar o assassinato de Manuela Pedroso foi Maria José Leite a esposa ciumenta de Thomas Leite. E que foram “contratados” para o ato o Gaspar Furtado e o crioulo Antônio, então escravo de Venerando Bueno. Geórgia disse ainda ao ser inquirida que quem havia mandado ela colocar a culpa no escravo João Satú e Dona Ana Ribeiro (dona do pardo citado), caso a verdade de quem havia mandado praticarem o crime fosse investigado.

Um dos motivos alegados além de os assassinos de sua senhora a matarem, era de que havia vários parentes de Maria Leite que eram vizinhos da casa de sua senhora, e Geórgia termia ser vítima de violência destas pessoas. Possivelmente ela devia estar alegando isso para dizer que foi induzida a ser cúmplice do crime e tentar ter uma pena branda já que, possivelmente, facilitou o acesso dos assassinos a residência de sua senhora Manuela Pedroso.

Ao ser interrogada de quando e o local que Maria José Leite lhe falou sobre o crime e as pessoas que o executariam, Geórgia relatou ter sido quando Manuela estava passeando na casa de sua mãe:

[...] Maria José em companhia de seu marido, também de passeio na casa de Domingos Francisco Pedroso, esta a sós com ela respondente em um quarto onde dormem os escravos do referido Domingos Pedroso lhe dissera que logo sua senhora regressava do passeio em que andava, lhe mandaria o crioulo Antônio, escravo de Venerando Bueno, para praticar o assassinato de sua senhora Manuela Perpétua Pedroso, para cujo pediu muito ela respondente abrisse a porta para o referido Antônio entrar.

Perguntado se quando os assassinos não chegavam ela os estava aguardando, e se já sabia a vinda deles aquela noite?

Respondeu que já os aguardava porque naquele mesmo dia, depois de sua senhora chegar do passeio em que andava, indo ela respondente a casa da viúva do falecido Manuel Pedroso, buscar as crianças de sua senhora, que se achavam na vila, encontrou-se com o crioulo Antônio, que andava no campo, e este sabendo por ela respondente que sua senhora já se achava em casa, lhe

²⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo nº: 1302, M:33, E:143, p. 30 verso.

deixou(?) que naquela noite iria com mais um companheiro a mando de Maria José, mulher de Thomas Leite para assassinar sua senhora, e que portanto ela respondente os esperava, o que com efeito a meia noite mais ou menos se lhe apresentou Antônio acompanhado do preto Gaspar Furtado e assassinaram a sua senhora e a menina que declarou em seu primeiro interrogatório.²⁷⁰

Geórgia não sabia se Idalino havia convidado Gaspar Furtado a cometer o crime, e sobre quanto receberiam os envolvidos tinha conhecimento de que Antônio receberia algumas onças, mas não sabia a quantidade. Os motivos, segundo Geórgia, para Maria José Leite querer matar Manuela Perpétua Pedroso era de inimizade, segundo a escrava, havia muito tempo que ambas não se visitavam, ao contrário de Thomas que segundo Geórgia visitava Manuela, o que teria motivado a mandante do crime a assassinar sua senhora. Geórgia respondeu ao juiz e delegado que Maria e Thomas estiveram por um tempo separados devido aos ciúmes de Maria entre Manuela e Thomas. Em outro de seus depoimentos Geórgia foi questionada de quem eram as pessoas que iam conversar com ela na cadeia, eis que a crioula Geórgia citou os nomes de Manoel Rodrigues Is e Manoel Rodrigues Barbosa Filho e uma mulher chamada Iria que residia na casa Joaquim Rodrigues Cordeiro, e foi até a cadeia da vila dizer para que Geórgia não contasse que havia participação de Maria José Leite e Gaspar Furtado no homicídio de Manuela Perpétua Pedroso e sua filha Perpétua de 9 anos.

Papel semelhante a de Iria, Manoel Rodrigues Barbosa tentou fazer com que Geórgia mudasse sua versão utilizando palavras duras contra a crioula Geórgia e táticas de amedrontamento. Já Barbosa Filho, entre as promessas, ofereceu dinheiro, o que também prometeu Barbosa pai. Fica mais evidente o que dito anteriormente sobre os “Barbosas”, possivelmente dentro dessa pequena elite piratinense esta família possuía grande influência e se aproveitavam desta para auxiliar as pessoas que compunham suas redes de relacionamentos, no caso aqui a família Leite de Farias.

Auto de perguntas ao crioulo Idalino, 22 anos de idade, rio grandense, solteiro, filho da preta Miguelina, escrava de José Antônio da Costa Filho, escravo de Venerando Antonio Boeno, Idalino se encaixa no perfil traçado ao longo desta trabalho, tinha como profissão campeiro. Estes, como vimos no capítulo anterior, tinham uma autonomia e mobilidade que lhes permitia se reunirem com outros cativos, e praticarem ou serem acusados de diversos tipos de crimes. O irmão de Idalino, Antônio, também campeiro, teria como gratificação pelo assassinato de Manuela 4 vacas mansas e 4 onças, segundo depoimento de Gaspar Furtado. E Idalino, qual seu envolvimento? E qual seria sua gratificação? Sendo que Antônio teria oferecido a Gaspar Furtado as 4 onças? Vejamos agora o que contou as autoridades o crioulo Idalino.

Idalino alegou que não sabia quem havia cometido o assassinato de Manoela e sua filha, e que estava na casa de José Antônio da Costa Filho, “[...] onde estava de pouso na casinha deste junto com sua mãe²⁷¹.” Aqui cabe ressaltar que ele e seu irmão não viviam com sua mãe e mostra uma das faces mais tristes da escravidão, a separação da família. Por mais que tivesse a autonomia de visitar a preta Miguelina na casa de José Antônio da Costa Filho, isto mostra as marcas que a escravidão fez não só na família de Idalino como em muitas. O crioulo Idalino ainda tinha o “privilégio” de ter momentos com sua progenitora. Idalino ao ser questionado por onde mais andou depois de sair da casa de José Antonio, alegou ter ido a casa de negócios de José Bernardo Gomes de Freitas e

²⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 33 frente e verso.

²⁷¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 35 verso.

Lázaro Soares Viana, sim aquele mesmo do arrombamento e roubo de lenços e dinheiro visto no capítulo 2, no tópico 2.4. As testemunhas que o teriam visto nestes lugares eram Zeferino Gomes de Freitas e outras pessoas que não citou o nome, um tal de alemão Jorge na casa de José Bernardo, e na casa de Lázaro além do próprio outras pessoas que também não cita o nome estavam entre os que o viram naquele local. Estava na cidade, segundo Idalino, pois seu senhor Venerando, havia permitido a ele; e que voltou a casa de seu senhor ao nascer do sol; mais uma mostra da autonomia e mobilidade dos campeiros. Idalino negou ainda, ou melhor, afirmou nesse momento desconhecer o que disse Gaspar, sobre ele ir convidá-lo para um brinquedo com seu irmão Antônio e desconhecia qualquer inimizade de Manuela com seus vizinhos, no caso aqui, uma vizinha em especial. Idalino andava na noite do crime em um “pitiço” encilhado de seu senhor, declarou ainda que na noite do crime seu irmão Antônio encontrava-se na casa de Manuel Ilhéu, em sua casa de negócios. O que faria ele na casa de negócios de Ilhéu?

Auto de perguntas feito a João Saturnino (Satú), 30 anos, rio grandense, campeiro, escravo de Pedro Vaz de Almeida, filho da preta liberta Gertrudes que foi escrava de Israel Soares Bueno, a fala de João Satú referente ao que fazia na noite em que ocorreu o assassinato de Manuela e sua filha Perpétua. Primeiro disse desconhecer quem seriam os assassinos e após relatou que estava “[...] na casa de Israel Soares Bueno onde tinha ido ouvir um terço, que ali teve lugar e que concluído este, passaram o resto da noite ele os mais escravos, que ali estavam dançando, e que pela manhã se retirou para a casa do seu senhor.”²⁷² Entre os escravos que estavam dançando estavam segundo ele: Vicente e Antônio da propriedade de Ana Vaz Madruga; Bento de Ana Clarinda; Camilo de Domingos Francisco Pedroso; João de Claudino de P. Mendonça; Fernando de André José de Farias; Severino de Antônio Furtado; Pacífico de Camilo Antônio Machado; Raimundo de Honório Soares Dias; Patrício de João Vaz de Almeida; eram os escravos que passaram a noite dançando na propriedade de Israel Bueno. Sobre a dança de escravos o Fandango dança retratada em uma das várias pinturas de Augustus Earle, uma dança de origem ou africana ou luso-espanhola, além do Jongo, eram algumas das danças praticadas por africanos e africanas, sendo o Jongo parte do patrimônio imaterial brasileiro, como afirmam Mattos e Abreu que o “Jongo do Sudeste”, manifestação de canto, dança e percussão cuja origem é atribuída aos africanos escravizados das antigas áreas cafeeiras do sudeste do Brasil foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro em 2005” (MATTOS; ABREU, 2011, p.1). Em nenhum momento é dito qual dança praticavam os cativos, acredito que deveria ser algum tipo relacionado as danças vindas da África para O Brasil e que aqui se disseminaram.

Em suas respostas as indagações do Juiz e do Delegado, Satú afirma os ciúmes e inimizade entre Manuela e Maria José, assim como com sua senhora Ana Ribeiro. Foi indagado se Gaspar Furtado estava na casa de João Cardoso d’Oliveira, e se passou a dois ou três meses no Estado Oriental, Satú não sabia se Gaspar Furtado estava na casa de Cardoso, mas tinha a informação de que uns 2 ou 3 meses o liberto Gaspar andou pelo Estado Oriental. Satú confirmou ainda que tanto Thomas quanto Maria José Leite estiveram separados mas que pouco antes do assassinato de Manuela Pedroso já haviam voltado a morarem sobre o mesmo teto.

Quando indagado por onde andava o crioulo Antônio escravo de Venerando Bueno, Satú contou que ouviu dizerem que Antônio estava com o pedreiro Joaquim na casa de Manuel Ilhéu a trabalho, volto aqui a considerar a possibilidade de que em períodos ou épocas sazonais ao tempo de lida e manejo com maior envolvimento com o gado estes escravos praticavam outros tipos de funções para talvez gerarem lucro a seus senhores e ao mesmo tempo garantirem para si um pecúlio. Em nenhum dos casos em

²⁷² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 37 verso.

que investiguei até este momento obtive a informação de que os escravos roubaram para comprar sua liberdade, por exemplo. Mas talvez dada à margem de negociação destes cativos com seus senhores uma maior autonomia e mobilidade fossem brechas que permitissem a eles terem uma inserção, criação e conservação além de pecúlio de redes sociais entre si e com pessoas livres. Outro exemplo de que o escravo campeiro faria mais de uma função, vai do que descrito pelo auto de perguntas a Satú, este segundo as autoridades cortava trigo enquanto conversava com o crioulo Casimiro. Durante este “bate-papo” entre os dois escravos, Casimiro contou a João Satú que Domingos Francisco Pedroso (senhor do crioulo Casimiro) não visitava Manuela Perpétua Pedroso, sua nora, por motivos de “[...] rixas antigas.” Algo havia estremecido a relação entre o sogro e a nora.

Antônio, 25 anos de idade, solteiro, campeiro/lavrador e jornaleiro, rio grandense (nascido em Piratini), filho de Miguelina; escravo de Venerando Antônio Bueno. Há de se fazer algumas considerações sobre as profissões desempenhadas por Antônio, que além de campeiro e lavrador era também jornaleiro, Thompson Flores quando investiga os crimes praticados na fronteira oeste, afirma que os jornaleiros eram:

homens jovens, que aparecem sem profissão ou vínculo de trabalho definidos, denominados genericamente como *jornaleiros*, e algumas vezes como *sem ocupação* ou *vagabundos*, frequentemente envolvidos em pequenos roubos, contrabandos, crimes de ferimento ou morte, desordens em carreiras e outros ajuntamentos de povo e que, não raro, aproveitavam-se da fronteira franqueada para fugir do controle policial. Esse tipo social que povoa o espaço fronteiriço, somado ao histórico de conflito deste lugar, compõe o cenário da endemia bélica e da violência inerente à Fronteira oeste do Rio Grande do Sul (THOMPSON FLORES, 2012, p.21).

Provavelmente, Antônio se encaixa neste perfil, mesmo distante da fronteira com o Estado Oriental, fisicamente é possível notar, pelos processos-crimes pesquisados, que parece ser esta região de Piratini uma fronteira zona²⁷³, mais delimitada pelas trocas culturais em que os escravos e livres tinham contato direto com pessoas orientais, e o próprio Antônio mostra isto em seu depoimento como mostrarei a seguir.

Antônio assumiu a culpa de ter assassinado Manuela Perpétua Pedroso e sua filha de 10 anos, assim como afirmou que estava envolvido o preto Gaspar Furtado. O motivo que cometeu o assassinato de Manuela Perpétua Pedroso, porque quando alguns meses antes Maria José Leite estava separada de Thomas, foi para a casa do filho do senhor de Antônio que era Guilhermino Bueno, e que lá convidou ou contratou (que parece ser mais o caso) a matar Manuela. Contou ele que ouviu da “boca” de Maria que Manuela iria morrer²⁷⁴. O “primeiro parceiro” do crioulo Antônio seria o pardo Francisco escravo da sogra de Maria José, dona Modesta. A versão de Antônio foi de que Maria José Leite lhe ofereceu como gratificação de um dos melhores cavalos da propriedade de Thomas, o que diverge do que alegou o preto liberto Gaspar Furtado que seriam 4 vacas mansas mais 4 onças pelo assassinato de Manuela. Passados alguns dias após voltar à casa de seu marido, Maria voltou para buscar algumas de suas coisas que haviam ficado na casa de Guilhermino, e falou novamente com Antônio dizendo-lhe que o pardo Francisco não iria mais participar do crime e que no seu lugar iria outro companheiro, que alguns meses depois descobriu ser o liberto Gaspar Furtado, que já havia combinado com ela o dia e o local de encontro de ambos para assassinar Manuela.

Antônio soube que seria Gaspar Furtado, pois no dia 20/02/1874 foi a casa de negócios de Manuel Ilhéu, um crioulinho chamado Manuel escravo de Thomas Leite, foi

²⁷³ Sobre os conceitos de fronteira ver: (GUTFRIEND, 2000, p. 1-9).

²⁷⁴ Segundo o crioulo Antônio um homem chamado José Avelino ou Olívio, que teria ido à casa de Guilhermino conversar com Maria José para que voltasse a morar com Thomas.

avisar Antônio que na noite seguinte do dia 21 de fevereiro ele encontraria Gaspar no fundo do cercado da propriedade de Domingos Pedroso, “[...] de onde havia sido a porteira do cercado de Israel Furtado, que no dia vinte e um chegando seu irmão Idalino na casa de Manuel Ilhéu, ele respondente pediu que ele fosse a residência de Gaspar Furtado, saber deste já estava pronto a fazer o que Maria José tinha lhe falado. [...]”²⁷⁵, aqui as versões de Gaspar e Antônio se encontram quando o escravo de Venerando afirma que teria Gaspar tentado o convencer a não cometer o crime. Antônio diz que possuía como arma para o crime um picão e Gaspar um cabo de relho de ferro. Importante perceber a fala de Antônio que contou ter dito Gaspar que “[...] estava muito acostumado e que também trazia um facão. [...]”²⁷⁶ Seria Gaspar um assassino “profissional”, ou alguém, que cometera outros crimes como estes, porque, qual motivo Maria José Leite convidou a ele para auxiliar a Antônio?

Antônio e Gaspar deixaram os cavalos que montaram e se dirigiram até o cercado de Domingos Furtado, e foram até a porta do quintal da casa de Manuela que havia sido aberta pela crioula Geórgia que os conduziu até o quarto onde dormia e chegando lá, Antônio declarou que Geórgia ascendeu um fósforo e que ele conseguiu ver a posição em que estava Manuela e desferiu golpes com o picão que tinha posse, e ouviu Manuela gritar que chamasse o “[...] compadre Juca [...]”²⁷⁷, assim como Gaspar com seu relho de ferro. Antônio disse ainda que a pequena Perpétua que estava deitada com sua mãe, acordou-se e pediu que “[...] não guasqueassem sua mãe. [...]”²⁷⁸, mas o destino da menina foi selado igual ao de sua mãe; Antônio contou também que os outros filhos de Manuela Perpétua estavam chorando e gritando por sua mãe enquanto eram cuidados pela escrava Maria José. O ato de guasquear citado pela pequena Perpétua é uma forma de falar em algumas regiões do Rio Grande do Sul que se caracteriza por “tira ou correia de couro cru que tem utilidade nos misteres do campo: as rédeas, o bocal, a doma, o maneador, etc.” (BOSSLE, 2003, pgs. 277 e 278).

Sobre os instrumentos utilizados por Gaspar Furtado e Antônio há de se considerar que eles utilizavam tanto o picão, quanto o relho de ferro em suas lidas diárias, o próprio Antônio afirma isto em seu depoimento e a testemunha Manuel para quem ele trabalhava relata o mesmo. Carvalho aponta a:

utilização de facas, facões, espadas e relhos indica para o fato de que os atores populares tradicionalmente andavam com estes instrumentos juntos a sua indumentária, como um complemento de suas atividades de trabalho ou simplesmente por costume (em geral, carregadas por homens). É, sob este prisma, um aspecto cultural das camadas mais subalternas da sociedade, contudo vista pelas elites como algo que predisponha o indivíduo ao crime, mesmo que fossem na grande maioria as chamadas armas brancas e utilizadas na lida diária destes trabalhadores (CARVALHO, 2005, p136-137).

Ou seja, fazia parte do cotidiano destas pessoas instrumentos e armas que se valiam durante o trabalho, e que durante os inquéritos de investigações eram acusados de utilizarem para perpetração de furtos, roubos e homicídios, por exemplo. Carvalho aponta que em sua pesquisa boa parte das profissões dos réus:

²⁷⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 40 frente e verso.

²⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 40 verso.

²⁷⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 41 frente

²⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 41 frente

que se utilizavam destes instrumentos, veremos que em praticamente todas as atividades o instrumento pode ser útil ou até mesmo imprescindível. Eram agricultores, carpinteiros, lavradores, jornaleiros, peões, barbeiros, ferreiros, algumas atividades de que não podemos excluir a possibilidade da utilização de tais instrumentos como parte de seu cotidiano e não como geralmente as autoridades classificavam e estigmatizavam. O que não significa tirar-lhes a responsabilidade das agressões e sim retirar-lhes o estigma de possíveis criminosos pelo fato de estarem armados (CARVALHO, 2005, p.137)

Após se retirarem da casa de Manuela, Antônio e Gaspar, montaram em seus respectivos cavalos e tomaram o rumo que haviam feito para chegarem até ali. Antônio depôs que após se separar de Gaspar durante a fuga da propriedade de Manuela Perpétua Pedroso, ele foi para a casa de um sujeito denominado Florindo Bueno e que chegou durante a madrugada na casa deste, mas que ficou na rua, quando se refere a casa deveria estar fazendo alusão a propriedade. Deixou o picão que cometeu o crime abaixo de um pinheiro na propriedade Domingos Pedroso. O picão que foi utilizado para matar Manoela Perpétua Pedroso, era um “instrumento com que o canteiro pica e lavra a pedra grosseiramente” (SILVA, 1922, p.449.). Confirmou que havia se encontrado com a crioula Geórgia no campo quando esta ia buscar os filhos de Manuela Perpétua Pedroso na casa de Manuel Pedroso, e que Geórgia avisou a Antônio que Manuela estaria em casa à noite quando foi cometido o crime.

Antônio conhecia Gaspar há muito tempo, e ao contrário do preto liberto Gaspar ele não cita que tinham relações íntimas. Sobre o picão que cometeu o crime afirmou que era de Guilhermino Bueno que emprestou a ele para trabalhar na casa de Manuel Ilhéu amolando as pedras. Antônio mostra quando fala do cavalo que montava no dia do crime que era de sua irmã Candelária, que mostra que Miguelina mãe de Antônio e Idalino tinha ainda mais uma filha, será que essa chegou a constituir uma família escrava? Quando questionado sua filiação tanto Antônio quanto seu irmão Idalino não citou o nome do pai, ou de seus pais. Manuel Ilhéu sabia que o crioulo Antônio não ficaria a noite em sua casa e por isso teria dito para Antônio dormir na casa de Florindo de onde levaria dois bois até casa de Ilhéu. Antônio desconhecia o quanto ganharia Gaspar por cometer o crime.

Antônio fala às autoridades algo muito significativo sobre a questão do Estado Oriental. No primeiro tópico sobre uma tentativa de fuga de escravos de Piratini para o Estado Oriental ressaltou que os depoimentos davam a entender que os cativos tinham a consciência de que uma vez naquele país a liberdade seria alcançada já que lá desde os anos de 1830 já havia sido iniciado o processo de abolição da escravidão, que segundo Caé, foi fruto da Guerra Grande (1839-1851)²⁷⁹ que ocorreu no Estado Oriental. Acredito que estas pessoas pelas trocas cotidianas que mantinham com os orientais que viviam em Piratini, como foi mostrado neste trabalho, soubessem e desejassem ir ao outro lado da fronteira em busca de liberdade. Então o crioulo Antônio narrou que quando foram montar nos cavalos Gaspar declarou a ele, “[...] que se houvesse qualquer desconfiança, ele respondente deveria fugir com ele para o Estado Oriental. [...]”²⁸⁰. Houve ainda a orientação de Maria José Leite de que no dia seguinte ao crime que ele fosse a um baile.

Francisco, 50 e tantos anos, solteiro, campeiro filho da preta Maria, rio grandense escravo de Modesta Farias, não sabia quem havia cometido o assassinato e nunca falou sobre isso com Maria José Leite. Francisco soube pelas pessoas da casa de sua senhora, ou seja, a família de Thomas que Maria e Manuela eram inimigas, mas desconhecia o motivo ou os motivos para essa inimizade. Também segundo ele não sabia o motivo para a separação entre Thomas e Maria. Thomas e Maria, segundo Francisco se encontravam em baile na casa dos Canários. Deveria ser algum local de encontro e festa das famílias.

²⁷⁹ Guerra Civil que envolveu brancos e colorados na disputa de poder.

²⁸⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 43 frente

Atualmente, por relatos do início do século XX, no 3º distrito de Piratini é comum ocorrerem bailes nas casas das pessoas. Manoel crioulinho, 9 anos, solteiro, campeiro, filho da preta Laurinda, rio grandense. O pequeno Manoel foi contraditório a versão do crioulo Antônio dizendo que nem o viu no dia afirmado, nem lhe deu recado algum, Confirmou que havia uma inimizade entre Maria e Manuela, e que era por ciúmes de Manuela e Thomas. Confirmou que o casal Leite estava na casa do canário Manoel Maria.

Maria José Leite, 25 anos, casada, filha de Israel Rodrigues da Silva e Maria Joaquina Nunes, riograndense e disse ser de serviço doméstico. Maria José, como era de se prever negou todas as acusações feitas a ela, dizia desconhecer a tudo, isso inclui também enviar o crioulinho Manoel dar recado a Antônio na casa de Manuel Ilhéu. Confirmou que ficou separada algum tempo de seu marido, pois este era um frequentador da casa de Manuela Perpétua Pedroso, e que isso era notado inclusive pelos vizinhos, que provavelmente deviam comentar sobre essas visitas de Thomas e Manuela que era viúva. E por essa razão então ficaram inimigas, Maria e Manuela. Mas que depois de terem separado e possivelmente na volta para casa de Maria, ele deva ter diminuído as frequentes visitas. Digo possivelmente, pois não fica explícito na fala de Maria José. Confirmou que na noite do assassinato estava em baile na casa de José Maria Lusiada, mas nome que difere dos que dito pelos escravos Miguel e Francisco. Maria José Leite falou que realmente esteve na casa de Domingos Francisco Pedroso e que foi, porque, Manuela estava passeando na casa de sua mãe Perpétua. Maria afirmou ter visto a crioula Geórgia na casa de Domingos Francisco Pedroso somente na hora em que se despediu e que não conhecia o preto Gaspar Furtado, mas que conhecia de anos o crioulo Antônio.

No tópico a seguir irei investigar as falas de informantes e testemunhas que trazem alguns aspectos como as relações senhorias de Manoela e a crioula Isabel, por exemplo, e procurar compreender mais do cotidiano destas pessoas.

3.2.3. Informantes e Testemunhas

José Pereira Duarte, 25 anos, filho do finado Helano Pereira Duarte e de Perpétua Lusiada da Silva, riograndense e lavrador. O relato de José é de que ele e sua irmã Manuela Perpétua Pedroso, estava na casa de sua mãe e que no dia 20 de fevereiro saíram de lá até a casa de Manuela e no meio do caminho pararam na residência de E. Valentina Pires, de onde partiram pela manhã do dia 21 chegando por volta de 12 horas em casa de Manuela. José que ficou para dormir na casa de sua irmã, acabou dormindo na residência do sogro dela Domingos Francisco Pedroso, pois era mais cômodo que a casa de sua irmã. José Duarte acordou-se com os gritos e batidas na porta que Geórgia dava na porta do quarto em que José dormia contando o que ocorria com Perpétua, no caso o que tinha ocorrido. Pois ao que tudo indica ela era cúmplice do assassinato, no caminho ele encontrou a escrava Maria José com duas sobrinhas dele chorando.

José contou que foi ao quarto de sua irmã e a encontrou morta nos pés da cama e sua sobrinha sobre a cama ainda tendo alguns sinais de vida, mas que em seguida faleceu. Domingos Pedroso, José e Geórgia foram investigar sinais de arrombamento que não foram encontrados. João ouviu falar que os assassinos foram o preto Gaspar Furtado e o crioulo Antônio escravo de Venerando Antônio Bueno e a crioula Geórgia, todos a mando de Maria José Leite. José depõe que a própria Manuela havia lhe dito que Maria José Leite tinha ciúmes dela com seu marido Thomas Leite. José da trouxe em seu depoimento algumas coisas mais importantes para compreender a situação: a) Thomas teria dito a Domingos Pedroso que Manuela pensava em assassinar o próprio sogro. b) Manuela não gostou do que dito por Thomas e exigiu a presença deste para na frente de Pedroso Sustentar o que tinha afirmado.

Domingos José Pedroso, 68 anos, casado, filho de Francisco Antonio Pedroso e Thomasia Rosa Pereira, riograndense e criador. Não sabia no momento do crime quem havia matado sua nora e neta; e que a crioula Geórgia não conheceu os dois homens. Não encontrou junto com José Pereira Duarte vestígio algum de porta ou janelas arrombadas, pelo seu depoimento da para se compreender que ambas foram deixadas abertas. Domingos Pedroso sabia que Manuela e Maria Leite não se davam bem e que o motivo segundo ele seria ciúmes. Domingos confirmou que Thomas havia lhe dito que Manuela teria proferido que mandaria matarem Domingos. No seu segundo depoimento, Domingos Pedroso foi contestado por Maria José Leite se havia alguma rixa entre a crioula Isabel. O irmão de Manuela, José Duarte em seu depoimento afirmou, por exemplo, e que com a crioula Isabel sua escrava que ajudou José entrar no quarto, escrava e senhora se chamavam inclusive de “comadre”.

Manuel Ferreira de Andrade, 54 anos, comércio, Português, residente em Piratini, ao ser questionado se o crioulo Antônio estava trabalhando em sua casa e qual trabalho exercia, segundo o português, Antônio “[...] se achava junto em sua casa, em servente de uns pedreiros, que estavam lhe fazendo uma casa²⁸¹.” Ferreira Andrade contou que os instrumentos utilizados para essa obra eram martelos e colheres de pedreiro. Entre um dos materiais que faltava era uma picadeira de pedra de moinho, onde havia um lado mais grosso que outro. E deu falta desse instrumento de sábado para domingo, quando teria ocorrido o crime, mas não recordava o dia, outra informação importante do lusitano Manuel Ferreira Andrade era de que o crioulo Antônio foi preso enquanto trabalhava em sua obra, e que Antônio utilizava neste momento o martelo que havia sumido. Negou que Idalino tivesse levado para ele uma ovelha. Disse que o crioulinho Manuel de Thomas Leite não esteve em sua propriedade para conversar com o crioulo Antônio.

As demais testemunhas alegaram em seus depoimentos muito do que dito pelos réus em um primeiro momento, já que somente ouviram da boca dos réus as versões no inquérito policial. Houve por parte de Gaspar Furtado, Antônio e Idalino a negativa de que eram eles os autores dos assassinatos, recorreram inclusive a alegar que foram agredidos e obrigados a assumirem os crimes, da mesma forma Geórgia alegou receber pressões para inocentar Maria José Leite.

Possivelmente, todo este enredo de crime passional por parte de Maria José Leite ao contratar o cativo Antônio e o liberto Gaspar Furtado, para assassinar Manoela Perpétua Pedroso, tenha oferecido alguma forma de angariar pecúlio por parte destes dois sujeitos. Antônio desempenhava diversas funções, e talvez tenha visto neste crime a oportunidade de abaixo das “vistas” de seu senhor Venerando Bueno, ter um ganho. Gaspar era liberto em uma sociedade escravista, talvez tenha encontrado nesse crime também a possibilidade de conseguir uma boa soma em dinheiro. Gaspar Furtado alegou, por exemplo, que Antônio receberia inclusive algumas reses, estas reses vendidas também poderia se converter em pecúlio. Além de uma possível fuga da dupla em direção ao Estado Oriental onde poderiam ficar livres na sua concepção. Como aponta Thompson Flores em *Os sedutores de escravos: a ação de sedutores nas fugas de escravos pela fronteira meridional no Brasil – 1845-1889*, em que ao tratar das formas em que os sedutores conquistavam os cativos a irem ao Estado Oriental estava a condição de uma vida melhor, segundo a autora, “em todos os casos, os sedutores são pessoas livres ou libertas que atuam persuadindo escravos a fugir do domínio de seus senhores e seguir com eles, sedutores, para o outro lado da fronteira onde, certamente, prometiam que teriam uma vida melhor (THOMPSON FLORES, 2013, p.153). [...]”.

Partindo de que o convite de Gaspar Furtado a Antônio seria a solução para uma possível pena que se não fosse a de morte, poderia ser a de galés perpétuas, ou seja,

²⁸¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo nº: 1302, M:33, E:143, p. 121 verso.

trabalhar para o Estado em serviços bem mais pesados do que o da lida do campo. Minhas hipóteses quanto as duas escravas é de que possivelmente as ameaças tenham feito com que a crioula Geórgia participasse do crime, mas havia algo na relação entre as duas (Geórgia e Manoela) e ainda com a preta Maria José, que levaram-nas a participar mesmo que indiretamente do crime no caso de Maria José, que não fica claro. Quando levantada desavenças familiares e a possibilidade de uma querela entre Manoela Perpétua Pedroso e os escravos da família de seu sogro, possivelmente isso teria afetado inclusive a escravaria da própria Manoela, pois senão Maria José teria alertado tanto Manoela quanto José Pereira Duarte e Domingos José Pedroso. As escravas de Manoela provavelmente romper com a relação, pois uma vez morta sua senhora qualquer sofrimento que esta fizesse suas escravas passassem chegaria ao fim. Isso não seria garantia de liberdade em definitivo, mas seria uma atenuante saída algum tipo de mal que certamente sofreram estas mulheres.

Referências:

- CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares (Santa Maria – 1885 a 1915)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005, p.77-164.
- GUEDES, Geza Lisiane Carús. **Criminalidade feminina: homicídios em Pelotas (1880 - 1890)**. Dissertação de Mestrado, PPGH em História/ Universidade Federal de Pelotas, 2014.
- GUTFREIND, Ieda. Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-rio-grandense: historiadores municipalistas na prática da oralidade. In: **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**. Salvador, p. 1-9, 2000. Disponível em http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/ieda_gutfreind.pdf. Acessado em 07/07/2015
- LOSEKANN, Marilise Beatriz. **Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da “Costa do Bica” e “Paredão”, Piratini, RS**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração análise ambiental e dinâmica espacial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia. Santa Maria, 2011, p.23-33.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, p. 1-19, julho, 2011. Acessado em 12/01/2016. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre –1858-1888, Porto Alegre, EST Edições, 2003.**
- SILVA, A. de M. Dicionário da Língua Portuguesa. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho- Litotipographia Fluminense, 1922.
- THOMPSON FLORES, Mariana. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese de doutorado, PPG-História/PUCRS, Porto Alegre, 2012.

COUTO DE MAGALHÃES: HOMEM PÚBLICO E INTERIORIDADE PESSOAL – O SÉCULO XIX E A MORAL REPRESSIVA NA INTIMIDADE DOS DIÁRIOS

Weverson Cardoso de Jesus²⁸²
Wildson Cardoso Assunção²⁸³

Resumo: O artigo propõe analisar as estratégias utilizadas por José Vieira Couto de Magalhães para ocultar-se nos registros de seu diário íntimo, uma vez que o mesmo recorre à escrita íntima para expor ou ocultar seus desejos e experiências afetivas em *tupi nheengatu*. Pontua-se a importância da autobiografia (ou escrita de si) no contexto de uma moral repressiva, condenatória presente no século XIX; a importância dos diários na vida burguesa, europeia e brasileira. Procura-se ainda, para além da vida íntima, discutir a atuação pública da referida personagem, sua preocupação com a inserção do Brasil na economia mundial, fomento da navegação pelo rio Araguaia, contato com ideais advindos da Europa, sua preocupação com o desenvolvimento do Brasil monárquico.

Palavras-chave: diário íntimo, moralismo, repressão.

Introdução

Quando Pierre Bourdieu (1996, p. 183) enfatizou que “Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” realçou a ideia de que a vida abrange uma infinidade de acontecimentos, a existência em sua totalidade está além do relato.

Isso para introduzir-nos ao universo do diário íntimo de José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), não somente com o intuito de mostrar suas angústias, desejos carniais, mais ainda situar as convenções que formaram e informaram o autor do diário, elemento destacado por Schwarcz (2013, p. 60) como importante. Situar para a autora não implica somente localizar o contexto político em que o sujeito se insere, mas inserir as convenções, no sentido de que o indivíduo é fruto de seu tempo. É essa dinâmica de situar o autor do diário no seu tempo que tentamos estabelecer nesse primeiro momento.

O século XIX foi marcado pela presença do moralismo vitoriano que reprimia atitudes consideradas subversivas ao padrão de uma sociedade permeada por valores da disciplina e dos bons costumes. Se tomarmos o exemplo do ocorrido com Oscar Wilde, logo conseguiremos compreender os destinos daqueles que não agiam de acordo com a conduta esperada no período. Uma das estratégias utilizadas por José Vieira Couto de Magalhães para ocultar seus impulsos sexuais foi a utilização de um diário íntimo. Ao longo do texto será pontuada a importância da autobiografia (ou escrita de si) no contexto de uma moral repressiva, condenatória, uma vez que o mesmo recorre à escrita íntima para expor seus desejos e experiências afetivas.

O referido diário elucida um emaranhado de sentimentos, pulsões, angústias, ideações sobre a sexualidade que se revela a partir de sonhos eróticos. Para isso, elenca-se a importância dos diários na vida burguesa, tanto europeia quanto brasileira. Os diários íntimos e autobiografias, pontua Calligaris (1998, p. 45) “são escritos por motivos

²⁸² Mestre em História pela Universidade Federal do Goiás, Pós-graduado em História e Cultura afro-brasileira, atualmente atua como docente do Curso de História na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional como Professor Substituto. Contato: weversonsem@gmail.com

²⁸³ Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá - FACIMAB (2019); Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela FACIMAB (2018); Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UnirG - UnirG (2017).

variados: respondem a necessidade de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam”.

Procura-se ainda, para além da vida íntima, discutir a atuação de Couto de Magalhães como agente do governo e sua preocupação com a inserção do Brasil na economia mundial, fomento de navegação pelo rio Araguaia, contato com ideais advindos da Europa, elementos que denotam a preocupação do mesmo com o desenvolvimento do Brasil monárquico.

A ESCRITA DE SI E A TRAJETÓRIA DE COUTO DE MAGALHÃES

Conforme Lima e Santiago (2010) a escrita íntima teve seu início desde a Antiguidade e passou por transformações, sendo comum uma narrativa pessoal somente a partir do Renascimento Europeu. Para essas autoras, esse tipo de conteúdo é e representa uma profunda noção de intimidade, que permite um aprofundamento contextualizado e fidedigno sobre um dado momento na história.

Couto de Magalhães é uma figura histórica brasileira. Livros, relatórios e documentos, muitas vezes produzidos pelo próprio general, apresentavam uma estrutura de personalidade resiliente e sólida. Em cizânia, estudos de seus escritos íntimos demonstram uma variedade de aspectos psicológicos divergentes da realidade que se acreditava, como escritos de angústia, temor da morte, além de anseios sexuais (ARAÚJO, 2013).

O propósito de discorrer sobre a escrita íntima do personagem elencado envolve uma busca por compreender as potencialidades do passado, como nota Loriga (1998, p. 248). O passado é um terreno de análise fulcral para o historiador, uma vez que proporciona elementos de compreensão para realidades atuais, ou mesmo por fornecer a abrangência de experiências humanas vividas ao longo de suas trajetórias; por isso é um terreno pleno de potencialidades de estudo e análise.

Luciana Godoy (2002, p. 97) contribui com a ideia de que a escrita de si atua como adestramento se si, como um exercício de analisar como o indivíduo vivencia as experiências e relata por meio de diários, correspondências, tornando-se um meio privilegiado de acesso à subjetividade de seu autor.

“A escrita de si” (Foucault, 1992) é um texto que vai buscar na Antiguidade as origens dos significados e as formas que adquiriram esse tipo de escrita. Ela aparece, num sentido geral, como um adestramento de si por si mesmo” (1992: 132), um exercício constante do pensamento “que reativa o que ele sabe, se faz presente um princípio, uma regra ou um exemplo, reflete sobre eles, os assimila, e se prepara assim para enfrentar o mundo real” (1992: 133), ou, em outros termos, aprender a arte de viver. É, pois, uma atividade que associa o pensamento à realidade da vida. (GODOY, 2002, p. 94-95).

Essa tentativa de descrever a subjetividade vai para além do conteúdo escrito. A caligrafia tem sido frequentemente referida como indicativo de aspectos da personalidade e de padrões neurológicos do comportamento (KAMATH, et al., 2011). De fato, existem estudos no campo da psicologia e psicanálise que demonstram a possibilidade de análise de comportamentos verbais e não verbais através dessas projeções.

Antes de tudo, é preciso conceituar o significado de projeção. Na psicanálise, projeção é um mecanismo de defesa natural das funções do ego (GOMES, 2003), ao mesmo tempo atua como um tipo de fio condutor do aparelho psíquico com o mundo externo, de maneira inconsciente. A projeção, nesse último conceito, é responsável por trazer à tona conteúdo internos que até mesmo a própria pessoa desconhece. Em outras palavras, uma forma de externalizar conteúdos subjacentes presentes, mas inaceitáveis para a consciência indivíduo.

A psicanálise se tornou a principal ciência a buscar metodologias de compreensão desses processos e fenômenos, através do estudo da personalidade pelo do aparelho psíquico, de forma não observável e em termos comportamentais (GOVORUN, FUEGEN e PAYNE, 2006).

A psicologia faz uso dessas metodologias em avaliações que demandem aprofundamento não verbal para a compreensão da funcionalidade do sujeito (ROSA e BATISTA, 2015). No caso dos escritos de uma pessoa, a análise consiste em levantar interpretações baseada especialmente três fatores principais, a caligrafia, o conteúdo e o contexto. O interesse por esse tipo de conteúdo foi desde o estudo objetivo até a interpretação e categorização analítica

Esses registros são presentes desde a antiguidade, como as *hupomnêmatas*, - livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam de lembrete -, apontados por Foucault (2010, p. 147), onde se “anotavam citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente”. Essas constatações expõem que os registros acerca de si não são frutos da Modernidade, embora tenham ganhado terreno fértil no referido período.

Muitos são os fatores que contribuíram para o advento do registro em diários íntimos, emissão de cartas, registro dos momentos que transcorreram na trajetória de vida, não somente por parte da burguesia, mas em sua amplitude pela camada letrada da sociedade europeia. Um deles foi o surgimento do correio, por permitir certa precisão nos horários de envio e entrega das missivas. Outro fator relevante foi a necessidade de escrever como forma de fuga da repressão moral, uma válvula de escape que permitia descrever as tensões e a intimidade. Nesse sentido, Peter Gay (1999) discorre sobre o uso de cartas e diários no decorrer do século XIX e a importância dos mesmos como repositórios dos relances da vida introspectiva, instrumentos de “comunicações com os outros e consigo mesmos podiam também servir de exercícios de ocultação e proteção do ‘eu’”, (GAY, 1999, p. 337).

Peter Gay elucida que os conteúdos e as formas de escritas, tanto em cartas quanto em diários íntimos, variavam de acordo com o status social de seus produtores e tinham como traço comum o estilo de vigilância e prudência na escolha das palavras, com censuras da afetação ou receio de expor de forma aberta a vida íntima por receio de que esses instrumentos caíssem em mãos erradas e gerassem desprestígio de quem se desvelava aos olhos repressivos da sociedade. Para isso, eram produzidos manuais epistolares que tinham a finalidade de guiar a escrita das missivas a fim de evitar escândalos ou desconfortos posteriores. Como o próprio autor demonstra ao retratar o estilo confessional, as confissões eram estimuladas, desde que permanecessem dentro dos limites apropriados, (GAY, 1999, p. 338).

Esses registros possuíam um caráter particular por incluir correspondências amorosas trocadas entre casais que, por motivos variados, utilizavam de missivas para tentar aproximar-se mediante a distância, seja por motivos de negócios, empecilhos familiares ou mesmo pela realidade de guerras. Havia ainda o costume corrente de confiar os diários íntimos à amigos ou pessoas próximas como prova de confiança, hábito que perdurou não somente no XIX, mas também de forma menos expressiva no decorrer do século XX. A escrita de si, (especificamente os diários), desempenhava o papel de instrumento reflexivo sobre a vida, onde o diarista utilizava dos registros para analisar onde estavam os erros recorrentes e, a partir disso, procurar aperfeiçoar sua conduta, podendo ainda desempenhar a função de companhia em momentos de isolamento.

Ao mostrar a escrita como atenuadora da solidão, Michel Foucault (2010, p. 145) demonstra que o papel torna-se o companheiro, nele é descrito os movimentos interiores da alma, são revelados os pensamentos e dissipadas as sombras interiores. Foucault (2010, p. 146-147) exprime que a escrita é uma habilidade que se aperfeiçoa mediante o

exercício, uma técnica a ser exercida como treinamento de si, capaz de transformar o indivíduo. Nessa perspectiva da escrita que contribui para a constituição do indivíduo, que faz com que ele se mostre, passamos à análise do diário íntimo de Couto de Magalhães com o intuito de compreender como o mesmo se desvela paulatinamente por meio de estratégias que tentam ocultar seus ímpetos, desejos sexuais expressos - ora em sonho, ora de forma mais explícita. Esses aspectos serão analisados posteriormente, após uma elucidação breve de sua trajetória e seu engajamento político, empreendedorismo econômico, tanto no Brasil como na Europa.

Breve histórico de José Vieira de Couto Magalhães

Couto de Magalhães nasceu na Fazenda do Gavião, município de Diamantina em Minas Gerais em 1837. Formou-se bacharel em Direito e exerceu a função de presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo; recebeu o título de general por sua participação na Guerra do Paraguai. Além disso, foi membro colaborador do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) resultando na publicação dos livros *Viagem ao Araguaia* (1863) e *O selvagem* (1876).

Sobre essas obras, cabe expor que representam uma visão diferenciada em relação aos sertões do Brasil, seus habitantes, assim como para com os indígenas, uma vez que não os vê como um empecilho ao progresso ao defender a inserção dos mesmos na economia nacional para o desenvolvimento do Brasil Império. Essa visão fez com que ele fosse considerado como uma pessoa culta e atenta para com os povos nativos, dado que no período em que viveu, o progresso era visto como necessário e o indígena como empecilho para que o mesmo ocorresse. Salienta-se ainda que no período em que escreve essas obras, existia no Brasil a corrente literária romântica indigenista que trazia os nativos como fornecedores de riquezas naturais em um acordo com os europeus, que ofereciam a cultura, a civilização, em troca da natureza. Assim, Couto de Magalhães está inserido no contexto de uma escrita acerca do “selvagem” brasileiro, sua escolha de etnia indígena por ter mais contato com a língua tupi nheengatu, costumes, registros etnográficos acerca da cultura dos povos nativos. A obra *O selvagem* foi encomendada pelo imperador Dom Pedro II por ocasião da Exposição Universal do Centenário da Independência dos Estados Unidos, na Filadélfia, (MAGALHÃES, 1998, p. 47). A encomenda da obra demonstra não somente o envolvimento intelectual do autor, mas ainda a confiança do próprio imperador na escrita do indigenista.

Além dessas características marcantes da vida pública da referida personalidade, destaca-se também sua atuação como empresário, uma vez que obtém do governo imperial a concessão da linha férrea Minas and Rio Railway Ltd, que ficou conhecida como Estrada de Ferro do Rio Verde. Tornou-se ainda sócio fundador da Sociedade Promotora da Imigração, importante no setor da cafeicultura paulista. Defendia ainda a navegação pelo Rio Araguaia como meio de atenuar a distância entre as províncias e como forma de escoar as produções, aumentando o lucro advindo pelo comércio. Esses dados, de caráter ilustrativo, demonstram que Couto de Magalhães estava envolvido no processo de desenvolvimento do Império.

MOVIMENTOS INTERIORES DA ALMA: O DIÁRIO ÍNTIMO

Michel Foucault (2010, p. 156) aponta que escrever é se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro; nesse sentido a análise do Diário Íntimo de Couto de Magalhães é uma tentativa de aproximar-se de seus anseios, desejos, incômodos, por meio da leitura de seu diário é possível analisar elementos que denotam a

escrita como uma “válvula de escape para esse gêiser de emoções, sensações e reflexões”, elencados por Peter Gay (1999, p. 364).

O diário foi organizado por Maria Helena Pereira Toledo Machado. A mesma encontrou, por ocasião de uma pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, dois cadernos anônimos, manuscritos em sua maioria no idioma inglês, com trechos em latim e tupi nheengatu, como ela afirma na introdução ao diário, (MACHADO, 1998, p. 9-11). O acervo, que compreende os anos de 1880 a 1887, contém anotações de dívidas, contas a serem pagas, trivialidades da vida como passeios, compras feitas, visitas a parques ou casa de amigos, anotações relacionadas à saúde, os sonhos eróticos, entre outros elementos que serão analisados brevemente no decorrer do artigo.

Dedicar-se a compreender os movimentos interiores da alma do diarista é uma tarefa que envolve não somente subjetividade do pesquisador, mas também alteridade, analisar como eram as relações estabelecidas no período em que o diarista viveu, a finalidade do diário, as intenções do mesmo na confecção, diversos fatores que permitem uma compreensão mais detalhada do contexto da escrita e do pensamento social da época. Como mencionado acima, o século XIX é permeado pelos valores morais, pela busca de uma uniformidade na escrita íntima, pela autovigilância, como constata Peter Gay:

E também não podemos supor que as revelações mais íntimas, mais cândidas, eram presas naturais da destruição. A devastação do tempo, as perdas inevitáveis trazidas pelas mudanças, um certo grau de autovigilância por parte dos que mantinham diários, censurando suas próprias anotações, ou parte dos destinatários das cartas, que obliteravam certas passagens, eram tão importantes como fatores de defesa desse material particular quanto a intervenção de parentes ou amigos ansiosos para proteger a boa reputação de quem o escrevera. Era um jogo cruel com a posteridade inquisitiva; mas restou um número suficiente de cartas e diários, marcantemente diferentes entre si, inclusive alguns que os contemporâneos considerariam escandalosos, justificando assim a confiança do historiador de que sua amostra é relativamente representativa dos sentimentos burgueses. (GAY 1999, p. 338).

A averiguação de Peter Gay é perceptível na confecção do diário de Magalhães, uma pessoa pública, um agente político envolvido diretamente com o Império Brasileiro, que procura estabelecer mecanismos de ocultação do “eu” para evitar escândalos oriundos da atitude inquisitiva. Richard Sennet (1998, p. 330) atribui ao líder carismático a aspecto de evitar pontos embaraçosos, tática utilizada por Couto de Magalhães no decorrer do seu diário, a ponto de mostrar-se por ocasião do recebimento de um telegrama onde consta seu nome e o mesmo o menciona, ainda pela linguagem indígena da qual era familiarizado. Esse cuidado pela ocultação relaciona-se à cautela assinalada por Peter Gay (1999, p. 338) de que uma palavra dita de forma errada não poderia ser apagada, para isso a intensa cautela ao redigir o diário.

Escrever passa a ser um ato de ocupar os dias e ainda de analisar como os mesmos transcorrem. Foucault (2010, p. 146) pontua que nenhuma técnica ou habilidade profissional pode ser adquirida sem exercício, isso inclui a própria escrita. O próprio general descreve os incômodos que a escrita causava como dores nos punhos e até mesmo utiliza da observação de como utilizar a pena nas mãos de forma mais cômoda, (MAGALHÃES, 1998, p. 130).

O interesse pela exploração do Diário Íntimo de Couto de Magalhães deu-se a partir do desejo de compreender o universo das trivialidades da sociedade burguesa brasileira que encontra no general um dos expoentes, uma vez que permite ainda compreender o universo dos hábitos e da intimidade que permeava o século XIX. Como entreve Peter Gay:

[...] o diário passou a receber a atenção do mundo acadêmico, sendo objeto de muitas antologias, tornou-se mais claro do que nunca que os motivos para uma pessoa fazer um relato sobre si mesma tinham variado imensamente, e o grau de introspecção variava com eles. Assumir-se como um tema podia ser pouco mais do que catalogar dados triviais – o preço dos alimentos, encontros com um vizinho, as cartas recebidas -, apenas por hábito ou como uma defesa contra o tédio; relacionando as conquistas sexuais, quando era necessário ganhar confiança na própria virilidade; compilando máximas para ser usadas mais tarde; reunindo razões para se autodesculpar; e muitas vezes apenas para manter contato com o próprio íntimo. (GAY, 1999, p. 361-362).

Adentremos especificamente nos aspectos elencados no diário da referida personalidade a fim de compreendermos como o mesmo se expõe ou se oculta por meio da escrita. Alguns aspectos extraídos do diário que elenco como relevantes para discussão: a vida e a busca pela felicidade, a relação que procurava manter com o Brasil por meio de envio de telegramas, o caráter culto que o general dedicava-se a manter, a busca pela saúde por meio de cuidados corporais diários e os sonhos eróticos que o mesmo registra.

Primeiramente, reforça-se que Couto de Magalhães analisa sua trajetória de vida, o que tem acumulado e como tem gasto seu dinheiro. Por fim ele constata que os gastos não trazem felicidade, embora tenha dinheiro não possui tempo de vida para gastar todo esse valor, (MAGALHÃES, p. 113). Esse aspecto é relevante para compreensão de como a reflexão de sua vida relaciona-se com leituras da corrente estoica e a busca pelo equilíbrio em todos os aspectos de sua vida. Ao mostrar sua relação com leituras externas, ressalta-se que era profundamente dedicado a leitura de obras filosóficas, jornais, tratados médicos. Em seu diário registra leituras de jornais na Inglaterra que o informa sobre acontecimentos da Europa, Brasil entre outras nações. Embora estivesse em Londres quando inicia seu diário (o finaliza em São Paulo), onde manteve contato com banqueiros, condes, com a própria monarquia brasileira a fim de acelerar a construção da estrada férrea.

Com relação os cuidados corporais, é uma constante na sua redação onde anota a coloração da urina, os odores das fezes, as soluções medicamentosas utilizadas para gases, os incômodos causados pela má alimentação, entre tantos outros aspectos clínicos que o torna um “médico de si”, como salienta Henrique (2009, p. 584). Leitor assíduo dos tratados médicos de Hipócrates, Trousseau e outros, Couto de Magalhães utiliza-se de diversos medicamentos para curar incômodos que o acomete, ora químicos ora fármacos naturais. Ainda relacionado à sua dedicação com a cultura, o general deixou em seu diário o registro de domínio das línguas inglesa, francesa e tupi nheengatu, além disso, inicia aulas de italiano e alemão. Consta ainda a leitura de obras clássicas de Horácio e Confúcio, trechos em latim de frases extraídas de escritores gregos da Antiguidade Clássica.

A leitura do diário permite enxergar o intuito do mesmo ao redigi-lo; primeiramente como instrumento de análise de suas funções vitais, sua saúde física, posteriormente a escrita de memórias para se distrair (MAGALHÃES, 1998, p. 122). Por vezes o autor menciona não ter nada relevante para registrar, ou consumia o dia no ofício, (1998, p. 167). Em outras ocasiões registra o clima, as sensações que sente em relação aos sentimentos de cansaço físico, ou mesmo anotações da alimentação ingerida no dia.

No que se relaciona à sexualidade, o diário elucida uma relação amorosa com Lily (1998, p. 117) e ainda uma relação bem próxima a João, seu serviçal, (1998, p. 164), além dos sonhos eróticos que Couto de Magalhães relata. A importância de explorar a intimidade, as intenções conscientes e inconscientes do redator do diário se dão pela relevância de compreender o universo repressor do século XIX. Os apetites sexuais ou

comportamentos tidos como degenerados eram ocultados nos registros ou mesmo no cotidiano e afloravam no inconsciente, como disserta Peter Gay:

[...] Há sem dúvida certa dose de verdade na acusação de que as proibições impostas à expressão dos apetites sexuais ou agressivos podiam degenerar em campanhas contra a sua própria existência. O que levava não à sua atrofia mas à ocultação subterrânea, forçando-os a manifestações na superfície, sob a forma de sintomas: pesadelos, neuroses, doenças psicossomáticas. (GAY, 1999, p. 192).

São ainda do referido autor as constatações de que atitudes consideradas transviadas da moral e até mesmo o comportamento homossexual não chegava a ser um tema para conversas educadas. A relação amorosa entre casais homossexuais masculinos ou femininos era impensável; desse modo, atitudes de acobertar a relação ou os desejos eram comuns. “É certo que muitos sabiam da ‘sodomia’ praticada nos navios ou ouviam comentários maliciosos sobre uma figura da sociedade que fora obrigada a procurar um meio mais tolerante”, pontua Gay (1999, p. 195). Os membros da sociedade buscavam formas de satisfazer seus desejos em locais que permitiam as práticas sodomitas, até mesmo em decorrência do preconceito que sofreriam se manifestassem sua condição sexual de forma pública. Ressalta-se que o termo homossexualismo surge em 1869 e entra na linguagem corrente um quarto de século mais tarde, nota Peter Gay (1999, p. 195). A palavra relaciona-se com a ideia de enfermidade, de anormalidade, por isso na atualidade é utilizado termo homossexualidade, ao invés de homossexualismo.

É nesse contexto que a análise do diário íntimo torna-se interessante, exatamente por ser uma escrita que apresenta a função auto terapêutica, como destaca Calligaris (1998, p. 55-56), que mostra identidade, significações, afirmações da substancialidade do redator. Nesse sentido, a escrita é dotada de significados que o próprio narrador fornece. As repressões sociais se tornam evidentes nos sonhos eróticos, espaço onde o inconsciente atua de forma livre e que estão presentes no foro íntimo de Couto de Magalhães. As omissões e os remanejamentos são vistos como instrumentos de ocultação do “eu”, dos anseios pensados no decorrer do dia e que ganham liberdade no que o autor denomina de “diário dos sonhos”, uma alusão ao Tratado dos Sonhos de Hipócrates.

Nas narrativas dos sonhos eróticos aparecem fantasias sexuais com mulheres, índios, caboclos, negros, cafusos, habitantes dos sertões e que ligados à natureza. Nos trechos em que faz alusão ao ato sexual ou a alguma prática erótica, Couto tem o cuidado de utilizar a língua tupi *nheengatu* ou códigos de abreviação das palavras para dificultar a leitura, caso caia em mãos erradas. Abaixo, segue um trecho do diário do referido general com as inscrições em tupi *nheengatu* e com os asteriscos significando algo que o mesmo ocultou:

Domingo de manhã – 22 de agosto de 1881. A noite passada ou, antes, esta madrugada, *ixaxamaité (okeriánaramé) que ixexamen’ oikôoipé cunhã pixuna*.²⁸⁴ A última *** foi a 27 de julho e portanto há 27 dias ou três semanas e quatro dias; comecei o uso da potassa *chalk*²⁸⁵ e magnésia na noite de sexta-feira, 20 do corrente. As fezes de hoje foram escassas, mais duras e mescladas de grumos amarelo-escuros com massa mais branquincenta; Hipócrates as descreve como más.

²⁸⁴Eu sonhei que estava fazendo sexo com uma mulher preta.

²⁸⁵ Em pó, oriundo do idioma inglês.

À noite: Ajustei e paguei as contas da casa, pois ontem à tarde chegou a *lanlady*²⁸⁶ de volta de Moorgate. Passei parte do dia extratando o tratamento da dispepsia pelo Trousseau, que se vê do outro lado deste livro [Seção 2]. *Ichecharekoretéoyumuinçanaomi ar! se *** retéana. Xacakárame sainha *** sui coóaiqueãna*²⁸⁷. [...] (MAGALHÃES, 1998, p. 87-88).

Neste trecho do diário são sinalizados vários aspectos da intimidade de Couto de Magalhães, seja o interesse por mulheres e homens e ainda as estratégias de camuflar a escrita. Os sonhos tornam-se importantes para a compreensão da vida mental e emocional dos indivíduos, elementos analisados por Freud em *A interpretação dos sonhos*, publicado em 1900, posterior ao falecimento do general. Esses registros demonstram a sexualidade reprimida, a intimidade que se tornou desvelada no diário que possuía o cunho pessoal e tornou-se público.

Peter Gay discorre sobre os estratagemas defensivos empregados pelos vitorianos para ocultar os desejos inaceitáveis, artifícios que também foram empregados por Couto de Magalhães:

quando esses desejos alcançavam a superfície, para ser devidamente registrados, apareciam disfarçados ou distorcidos sob a forma de sentimentos inexplicáveis ou sonhos estranhos, e eram deixados sem interpretação. Os diaristas não podiam ler a linguagem do inconsciente. Mais ainda: o culto burguês da reserva e da reticência mantinha afastados até mesmo certos sentimentos conscientes. A censura que habita – e inibe – qualquer pessoa era especialmente assídua entre os gentis vitorianos. (GAY, 1999, p.371).

No decorrer do diário o redator demonstra incômodo com os sonhos, embora não os interprete nem comente sobre os sonhos, consta no diário somente que não teve sonhos durante a noite e até relaciona os sonhos com a atitude de dormir com o estômago cheio.

No início do século XX, Sigmund Schlomo Freud (1856-1939) preocupou-se em ouvir os relatos de seus pacientes e estabelecer relações entre àqueles conteúdos e a realidade latente. Uma de suas maiores obras, *A Interpretação dos Sonhos* (1899), Freud expôs seus estudos sobre as experiências durante o sono, dando início a psicanálise e explorando conteúdos até então reduzidos pela psicologia. Sonhos não eram categorizados de forma metodológica pela psicologia ou psiquiatria por não serem comportamentos observáveis, proposta seguida por muitas escolas de pensamento da época. Freud pode observar que o sonho é um processo primário, na qual havia meios de compreender sintomas, mitos, religiões, arte, sexo e sexualidade e distúrbios, além de aspectos negados ou ocultados pela consciência (SILVA, 2012).

Uma das formas propostas para se coletar dados era a própria fala do paciente, único meio possível de adentrar a experiência do sonho de uma pessoa. Freud ocupava-se em coletar esses dados através de relatos de seus pacientes, o que chamou de sonho manifesto (BOOTHE, 2017).

O sonho manifesto poderia ser contaminado por experiências conscientes, anseios, vontades, mesmo como mecanismo defesa ou devido ao intervalo tempo de uma sessão de psicanálise para outra. Abordagens atuais, como a Terapia Cognitivo-Comportamentais desenvolveram e adotaram tarefas metodológicas como o registro

²⁸⁶ Senhoria, em inglês.

²⁸⁷ Eu estava bem escondido fazendo sexo! [É] muito gostoso ***. Enquanto eu tirava de seu carço [vulva] ***, ele ficava como um animal.

documental de pensamentos, de atividades ou mesmo de sonhos, a fim de que não houvesse percas de conteúdo no relato dos pacientes (ASSUNÇÃO e DA SILVA, 2019). Todo esse conteúdo era reunido e interpretado de acordo com a dinâmica do paciente, enquanto a psicanálise se preocupava em compreender e estudar esses conteúdos, a TCC se preocupada em orientar seus pacientes através da análise de comportamentos provindos desses materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação analítica do diário de Couto de Magalhães permite compreender diversos aspectos que compõe sua personalidade e intimidade expressiva. Procurou-se mostrar sua trajetória do mesmo como político, empreendedor, general, seu envolvimento com a cultura europeia, além de trabalhar seu lado afetivo e como o mesmo se oculta (e se desvela) pela escrita.

Os diários testemunham desejos, ansiedades, prazeres, traumas, até a discórdia interior, descoberta ao escrever, e luta íntima. A perspectiva do historiador compreende aspectos socioculturais junto de seus fenômenos particulares. Observou-se também que existem ciências preocupadas em compreender esses dados, até então subjetivos, de forma metodológica e científica, através da leitura psicanalítica da projeção e através da interpretação de conteúdos documentados.

O diário analisado elucida o emaranhado de pulsões latentes no interior do general que vão à tona por meio dos sonhos, angústias relacionadas ao seu estado de saúde física que acabam influenciando em sua sexualidade. O que é perceptível nos seus estudos medicinais é a busca por manter o equilíbrio entre a mente e o corpo, uma vida moderada (ideal estoico).

Embora seja de uso pessoal, a leitura do mesmo permite a compreensão da estrutura econômica do Brasil no século XIX, como as elites se comportavam, os espaços de sociabilidades, a visão do indígena como o nativo livre que habita as selvas, as relações entre o Brasil e Inglaterra por meio da linha férrea.

Os instrumentos e fontes de pesquisa do historiador são amplos e devem ser levados em conta nos mínimos detalhes. Analisar contextos, períodos e subjetividades de forma metodológica é possível através da dinâmica dos relatos, da intensidade e direção da caligrafia e dos traços que compõem a maneira única de uma pessoa projetar suas ideias, exteriores e interiores.

Destarte, o diário de Couto de Magalhães é um instrumento rico para compreender a atmosfera mental da burguesia brasileira no decorrer do século vitoriano. O registro de diversas origens (contas, notas, compras, receitas, sonhos, entre outros) torna-se uma espécie de arquivo, um arquivo pessoal, de foro íntimo, como salienta Artières (1998, p. 29) “arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Patrícia Simone. *Vasculhando a vida alheia: o diário íntimo de José Vieira Couto de Magalhães (1880-1887)*. 2013.149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.
- ASSUNÇÃO, Wildson Cardoso, DA SILVA, Jeann Bruno Ferreira. *Aplicabilidade das técnicas da terapia cognitivo-comportamental no tratamento de depressão e ansiedade*. Educação, Psicologia e Interfaces. v. 3, n.1, p. 77-94, 2019.

- BOOTHE, B. *Freudian Dream Interpretation. Encyclopedia of Personality and Individual Differences*, pp.1-9, 2017
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- CALLIGARIS, Contardo. *Verdades de autobiografias e diários íntimos*. Estudos Históricos. Revista do CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 21, v.11, 1998, p. 45-58.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GAY, Peter. O traço comum. In: *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GAY, Peter. Passados úteis. In: *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GODOY, Luciana Bertini. Introdução; Correspondência: a obra e suas leituras. In: *Ceifar, semear: a correspondência de Van Gogh*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2002.
- GOMES, Fernando Grilo. *A relação entre os mecanismos de defesa e a qualidade da aliança terapêutica em psicoterapia de orientação analítica de adultos: Um estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas: Psiquiatria) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- GOVORUN, Olesya; FUEGEN, Kathleen e PAYNE, B. Keith. *Stereotypes Focus Defensive Projection*. PSPB, Vol. XX No. X, 2006.
- HENRIQUE, Márcio Couto. *A rainha e o general: uma leitura foucaultiana do diário íntimo de Couto de Magalhães*. Varia história. Belo Horizonte, 2009, vol.25, n.42, pp. 579-596.
- KAMATH, Vikram. *Development of an automated handwriting analysis system*. Journal of Engineering and Applied Sciences 6(9), Setembro, 2011.
- LIMA, Nádia Laguárdia de; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. *O diário íntimo como produto da cultura moderna*. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 22-34, abr. 2010.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Diário íntimo*. Org. MACHADO, Maria Helena P. T. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *O Selvagem*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940 [1876].
- _____. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- ROSA, Simoni da; BATISTA, Ana Paula Leão. *Qual a importância de um teste projetivo como o H.T.P – para auxiliar na avaliação psicológica em crianças com dificuldade de aprendizagem*. SED- Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2015.
- SENETT, Richard. O carisma se torna incivilizado; As tiranias da intimidade. In: *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Giovana Rodrigues da. *O sonho e a psicanálise freudiana*. Revista EnsiQlopédia – FACOS/CNEC Osório Vol . 9 – N ° 1–OUT/2012
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Biografia como gênero e problema*. História Social. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, UNICAMP, n. 24, 2013, p. 51-73.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Thiago Cedrez da Silva

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Português; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuguesa e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Doutorando em História - UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Português. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas

HISTÓRIA EM MOVIMENTO



VOLUME 1

Este e-book possui
licença de distribuição

 creative
commons



ISBN: 978-65-86625-09-7